BIBLIOTECA
Enviado em 7/4/59

Boletim Geográfico

Ano I | OUTUBRO, 1943 | N.º 7

Editorial do mês

Assembléias Gerais do I. B. G. E.

No corrente ano, por fôrça de circunstâncias imperiosas, não se verificou a ocorrência regulamentar em que se fundamenta o próprio funcionamento legal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, periòdicamente fortalecido pelas Assembléias dos Conselhos Nacionais que o integram.

Deviam reunir-se, como de outras vêzes, a primeiro de julho, se o Decreto-Lei n.º 5.635, de 30 de junho, não lhes tivesse adiado as sessões para o ano vindouro, em conseqüência das condições adversas, que lhes impossibilitariam o exercício normal.

Por um lado, a carência de transporte, resultante do estado de guerra, que dificultaria a vinda dos técnicos regionais, por outro a necessidade de permanecerem em seus postos durante a campanha em andamento da revisão da divisão territorial, aconselharam a medida de exceção, mediante a qual houve por bem o Govêrno Federal decretar a transferência, para julho de 1944, das reuniões a que os delegados estaduais concorrem, para o estudo de questões a que se dedicam tanto o Conselho Nacional de Geografia, como o outro órgão do binário exemplar, o Conselho Nacional de Estatística.

A concentração proveitosa, na Capital da República, dos especialistas que empreendem nos Estados atividades geográficas, periòdicamente realizada, evidencia um dos múltiplos aspectos da renovação cultural que se está processando no país, depois que a primeira Assembléia Geral, convocada em 1937, elaborou as suas próprias normas de trabalho, estatuídas em regimentos afeiçoados às várias classes de seus cooperadores.

E para comprovar os altos propósitos do seu futuro programa, prescreveu, pela Resolução n.º 14, "como empreendimento fundamental do Conselho Nacional de Geografia, a atualização da carta geográfica do Brasil", de interêsse geral, pois que se tornara deficiente a anterior, ultimada pelo Clube de Engenharia, por ocasião do Centenário da Independência.

Dessa primeira aspiração, para logo endossada pelo Govêrno Federal, que lhe cometeu a tarefa respectiva, decorreram várias Resoluções, tendentes tôdas a congregar os melhores elementos possíveis de êxito.

Assim foi que se fixaram os requisitos mínimos a que deveriam atender os mapas municipais, exigidos pelo Decreto-Lei n.º 311, para que valessem como elementos informativos, quando não lograssem melhor padrão cartográfico. Organizaram-se as bases da campanha de coordenadas, mediante curso prévio de aperfeiçoamento, que uniformizou a técnica dos serviços de campo a que obedeceram os profissionais distribuídos por todo o território nacional, e bem assim os respectivos trabalhos de escritório, adstritos a processos iguais.

Cuidou-se da campanha altimétrica, do emprêgo da aerofotogrametria, das excursões geográficas a regiões imperfeitamente conhecidas.

Em correspondência com tais medidas, que orientavam as operações de campo, dilatadas em área e altura, outras Resoluções prescreveram a uniformização das convenções cartográficas, além de estabelecer "um curso de cartografia anual, destinado à especialização dos desenhistas e cartógrafos das repartições centrais e regionais integradas no Instituto".

Não se contentou porém, o Conselho em cuidar da elaboração da "Carta Geral", que, aliás, constituía, só por si, tarefa de suma relevância, que deverá representar o território brasileiro em suas verdadeiras feições, com mais exatidão do que em outro qualquer ensaio anterior.

Cogitaram, de mais a mais, as Assembléias Gerais, em reuniões ulteriores, de editar a "Revista Brasileira de Geografia", que tão eficàzmente concorre para aprimorar os conhecimentos especializados dos professores patrícios, além de testemunhar nos centros universitários do país, como do estrangeiro, a manutenção de um periódico de alta classe, destinado exclusivamente a propagar ensinamentos dos geógrafos modernos.

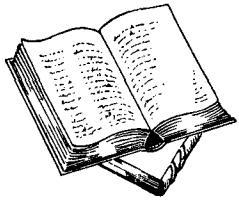
Para lhe ampliar o influxo, a Resolução 68 determinou a organização da "Biblioteca Geográfica Brasileira", à qual caberá editar "trabalhos referentes à geografia do Brasil".

Além de outras providências de análogo alcance cultural, ainda se ocuparam os legisladores do Conselho Nacional de Geografia da publicação dêste "Boletim", do concurso de monografias municipais, cujo êxito comprova a multiplicidade de centros de estudos geográficos pelas paragens mais longínquas, a colaboração nos Congressos de Geografia, iniciada pela realização do IX, em Florianópolis, de cujos Anais já foram publicados dois volumes, estando os seguintes em fase vária de impressão.

Tôdas essas medidas contribuem para a modernização dos estudos, acordes com a mentalidade geográfica, necessária ao engrandecimento do Brasil, que se vai formando, e comprovam o influxo benéfico das Assembléias Gerais, cujas reuniões anuais se caracterizam pela convergência de especialistas dispersos pelos Estados que trazem para a tarefa coletiva o concurso de conhecimento minucioso dos problemas regionais, e a experiência adquirida.

E assim, as Resoluções de que participam, revelam a integração de esforços de cooperadores de vária procedência, irmanados pelos mesmos patrióticos idealismos, que orientam a atuação geral do Conselho Nacional de Geografia, e lhe imprimem o cunho de instituição afeiçoada às peculiaridades brasileiras.

Eng.º VIRGÍLIO CORREIA FILHO
Representante das entidades culturais nas Assembléias Gerais do C.N.G.



Comentário do mês

Primeira consulta Pan-americana de Cartografia e Geografia

Prof. ALÍRIO DE MATOS
Catedrático de Astronomia de Campo da Escola Nacional de Engenharia, Chefe da Campanha de Levantamento de Coordenadas Geográficas promovida pelo C.N.G. e representante do Brasil no certame

Promovida pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede no México, e com o patrocínio da American Geographical Society, realizou-se, entre os dias 30 de setembro a 17 de outubro, em Washington, a Primeira Consulta Pan-Americana de Geografia e Cartografia.

A instalação solene do memorável certame que marcou nova era para a técnica, teve lugar no dia 29 de setembro, tendo comparecido, além dos delegados técnicos das nações sul-americanas e das instituições especializadas locais, personalidades de destaque na vida administrativa norte-americana, contando-se entre outras o sr. Henry Wallace, vice-presidente dos Estados Unidos.

Depois da reunião de instalação, o resto do dia 29 e o dia 30 foram dedicados a visitar à cidade e seus monumentos.

No dia 1.º de outubro tiveram início os trabalhos do Congresso. No programa dos trabalhos três pontos foram fundamentais: o problema da construção de cartas aeronáuticas, o das cartas topográficas e a discussão sôbre o estabelecimento de um *datum* continental.

Quanto ao primeiro item, constatou-se imediatamente que só os Estados Unidos se preocupam no momento com a construção das cartas aeronáuticas. Encarando com firmeza e decisão os problemas de após-guerra, uma das preocupações dominantes nos Estados Unidos é a navegação aérea. Tendo em vista que não é possível a multiplicação das linhas de navegação sem o conhecimento das rotas, foi traçado um programa de levantamentos, o qual está sendo executado.

Foi preparado um índice de mapas abrangendo o mundo inteiro e os trabalhos de levantamento aéreo prosseguem em ritmo acelerado. Para êsse fim estão sendo levados a cabo vôos através de diversos países das Américas do Norte, Central e do Sul, e os trabalhos de restituição estão sendo ativamente executados em uma das secções do U. S. Coast and Geodetic Survey pelo Departamento da Guerra, com a colaboração das repartições técnicas especializadas.

Afim de que êsses mapas possam ser executados em breve tempo, foi evidenciada a necessidade da colaboração de todos os países para que se possa obter, no terreno, os necessários pontos de apôio para a restiuição dos mapas. Entretanto, deve-se ressaltar que êsses mapas não podem, de modo algum, substituir quaisquer outros mapas topográficos, pois não passam de mapas de reconhecimento feitos em escala muito pequena. E nem era possível admitir que sem um conhecimento mais completo do terreno, fôsse possível a construção de mapas detalhados em tão breve espaço de tempo.

O segundo item foi o do estabelecimento de um *datum* continental. Como é sabido, todos os levantamentos geodésicos dos Estados Unidos estão referidos a um único ponto, Meades-Ranch, situado aproximadamente no centro do país, no Estado de Kansas. No momento presente, as triangulações do Canadá e México já estão referidas a êsse *datum* e as triangulações descem do México, através da América Central, para a Colômbia e a Venezuela.

A América do Sul não está ainda triangulada e os trechos de triangulação existentes são esparsos, desunidos entre si e impossível se torna uma conexão sem trabalhos complementares devidamente coordenados, mediante normas

Transcrições do mês

O estudo geográfico das cidades *

Revista do Arquivo Municipal
São Paulo — Ano VII — Vol. 73 — Janeiro, 1941

PIERRE MONBEIG
Da Universidade de São Paulo

Numa resposta a um inquérito do Conselho Nacional de Geografia, Gilberto Freire sublinhou a raridade e o interêsse dos estudos de geografia urbana no Brasil.[1] Tal raridade é surpreendente num país onde o desenvolvimento de algumas grandes metrópoles e a vida mais modesta, porém ativa, de centros urbanos intimamente ligados ao meio rural, deveriam normalmente atrair as pesquisas: um artigo de ordem geral de Deffontaines, seu esbôço sôbre o Rio de Janeiro, as publicações de Preston James, as de Otto Quelle (de acesso difícil), uma monografia de Petrópolis do Professor Arbos, eis, ao que me parece, as únicas verdadeiras tentativas de monografias de geografia urbana brasileira. Naturalmente, convém assinalar os estudos de caráter sociológico ou mais puramente urbanísticos, como os do Departamento de Cultura que a Revista do Arquivo publicou, ou o volumoso livro de Agache sôbre o Rio, ou ainda o artigo de Caio Prado Júnior na revista *Geografia,* não sendo êstes, porém, verdadeiras e completas monografias geográficas. Mais curioso ainda é que êste tema estava na ordem do dia do Congresso de Geografia de Florianópolis e que, com exceção da colaboração paulista, não reteve senão mediamente a atenção dos estudiosos brasileiros.

Entretanto, na maioria dos países onde a geografia moderna está bem desenvolvida, a geografia urbana tem visto aumentar a sua bibliografia, não só por artigos de revistas, mas também por obras de maiores dimensões, na Alemanha, nos Estados Unidos e na França.[2]

O estudo geográfico de um organismo urbano é um dos mais típicos das concepções e dos métodos da geografia, segundo as diretrizes que lhe traçaram Ratzel, Vidal de la Blache, Brunhes e mais tarde os geógrafos americanos; a cidade, nascida num quadro geográfico definido, torna-se logo um organismo artificial, pelo menos aparentemente, e suas relações com o meio natural manifestam-se de modo mais sutil do que as de um povoamento rural. O conjunto das construções urbanas é suficiente para dissimular a topografia e quantos paulistas passam pelo Anhangabaú lembrando-se de que ali corria outrora um riacho? O geógrafo vê-se então, mais que em qualquer outro terreno familiar às suas pesquisas, levado a trabalhar com auxílio dos historiadores, dos sociólogos e dos economistas e, mais ainda, a consultar os técnicos das cidades que são os urbanistas. Assim, o caráter eminentemente sintético da geografia humana se acha acentuado nos inquéritos de geografia urbana. Queen e Thomas particularmente apreenderam bem e mostraram pelo exemplo de sua colaboração (o primeiro é sociólogo e o segundo, geógrafo) como o estudo das grandes cidades só pode ser feito pela modificação constante dos pontos de vista e das técnicas pró-

---

* N. R. — A propósito do estudo da cidade, o próximo número do BOLETIM, referente ao mês de novembro, divulgará uma resenha do trabalho publicado na revista "Sociologia", em que o renomado sociólogo americano Donald Pierson, atualmente professor na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, faz interessantes observações, sob o prisma da sua especialidade, àcêrca do problema estudado agora, no campo geográfico, pelo ilustre Professor Pierre Monbeig.

[1] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, inquérito de alta cultura geográfica, contribuição cultural do IX Congresso Brasileiro de Geografia (1940), Florianópolis. Gilberto Freire: *Geografia Urbana.*

[2] Uma pequena bibliografia encontra-se no fim dêste estudo.

prias das diversas ciências das sociedades humanas.[3] Tudo isto prova que há dêsse lado um campo de trabalho não só interessante em si, mas também pelos contactos científicos indispensáveis à sua execução.

Esta interpretação das disciplinas, que apenas reflete a dos fatos, não acarreta uma dissolução de cada uma delas e, embora a ciência geográfica recorra largamente às suas irmãs, conserva seu ponto de vista e seu método.

Somos, então, levados a inquirir o que estuda o geógrafo que se inclina sôbre uma cidade. Para êle, a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano; qual e êste solo, quais são êstes homens, eis as primeiras indações a serem feitas. Mas, como, com exceção das cidades-cogumelo que nascem e crescem em alguns anos nas zonas pioneiras, encontramo-nos diante de organismos já formados, e como a situação presente é apenas um momento numa longa série evolutiva, e não poderia ser interpretada convenientemente sem a reconstrução desta série, convém também transpor nossas indagações ao passado; qual era êste solo que a obra do homem tem freqüentemente modificado e quais foram êstes homens? O ponto de vista que domina o estudo geográfico de uma cidade, assim como todo estudo de geografia humana, é o das relações de uma sociedade humana com o "changing environment". Não é, absolutamente, com efeito, apenas o jôgo do acaso que fêz com que, exatamente em um certo ponto do solo, nascesse e se desenvolvesse um aglomerado urbano; e o organismo urbano, na sua forma e na sua função, só pôde desenvolver-se aproveitando certos elementos naturais (digamos: para usar a terminologia corrente); ou, ao contrário, foi preciso superar obstáculos opostos pela natureza, mas que a técnica, posta em ação e de algum modo estimulada pelas necessidades econômicas, finalmente reduziu. As monografias urbanas já realizadas têm demonstrado que, neste campo como em tantos outros, não havia imperialismo do meio natural e que por exemplo Grenoble tornou-se a capital dos Alpes Franceses a despeito das perpétuas ameaças de destruição que lhe impõem os ribeirões alpinos que aí confluem; mas, demonstraram também que as cidades ditas artificais, como Madrid, têm uma infra-estrutura geográfica cujas conseqüências seria errado desprezar. Se, de um lado, foi um dos mestres da geografia moderna, Vidal de la Blache quem assinalou o papel da vontade humana no crescimento das cidades, quando disse: "a natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo a lhe permitir corresponder a seus desejos e necessidades", de outro lado foi um historiador, que era sobretudo um arqueólogo, Camille Julian, quem demonstrou a necessidade de distinguir o "elemento de formação" e o "elemento de progressão"; e um outro historiador, que se tornou urbanista, Lavedan, inverteu a fórmula do geógrafo (30 anos depois), afirmando que "o homem escolhe, depois utiliza o local preparado pela natureza".[4] Assim, é acentuado cada vez mais o papel do homem e de sua vontade (ou seu capricho), sem que jamais seja esquecida esta verdade de La Palisse: o homem trabalha com o concreto; a cidade nascida da vontade humana é construída e desenvolve-se num quadro natural, e devem ser levados em conta igualmente os dois parceiros dêste "match" eterno. Será preciso estudar, então, não sòmente os elementos do quadro natural, mas também a massa humana, seu volume, sua composição, sua localização no passado e no presente.

As variações de volume e de distribuição da população correspondem a impulsos de crescimento, épocas de estagnação da cidade sôbre o terreno; tais variações têm acarretado modificações do cenário urbano, uma vez que transformações da arquitetura puderam eventualmente acompanhá-las. Como é marcada esta evolução sôbre o solo? Em que proporção foi ela ajudada ou dificultada por elementos naturais? Não representam as casas urbanas uma utilização dos recursos oferecidos aos homens pelo meio geográfico? não concretizam elas modificações que se produziram no correr dos anos na função da cidade? Cabe ao geógrafo esta análise do cenário urbano, assim como a do cenário rural.

---

[3] Stuart Alfred Queen et Lewis Francis Thomas: *The city, a study of urbanism in the United States, 1939.*

[4] Para êste trecho, ver Vidal de la Blache: *Principes de Géographie Humaine,* obra póstuma e incompleta quanto à geografia urbana: o mestre da Geografia Humana publicou artigos sôbre êste tema nos números antigos dos *Annales de Géographie,* que me parece inútil indicar ao leitor por não existirem nas bibliotecas públicas de S. Paulo, Jean Brunhes: *La geographie humaine,* Lavedan: *Géographie des Villes* (coleção dirigida por Deffontaines, publicada por Gallimard em Paris) e Lucien Febvre: *La terre et l'évolution humaine.*

E ela não poderia ser árida sob pretexto de ciência: deve exprimir a alma da cidade. O agrupamento urbano com suas fábricas, suas secretarias, suas estações, seus homens e seus capitais desempenha um papel original, que não é hoje, sem dúvida, o que foi ontem: esta função urbana também depende, ao mesmo tempo, do que os homens encontraram na natureza e do que tiveram necessidade de realizar. Esta função é exercida num certo raio em tôrno da cidade, com facilidade e intensidade maiores ou menores, em função do relêvo e das distâncias. Aí ainda o problema é essencialmente geográfico, pois refere-se à posse do solo. Graças a êsses elementos de documentação, poder-se-á medir a influência da cidade sôbre os meios rurais, sôbre outros agrupamentos urbanos menores, ou sua dependência relativamente a concentrações mais poderosas. Pois a geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interêsse quanto as colmeias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as rodas bem lubrificadas correndo a tôda velocidade em metrópoles imponentes. Na Europa, a pequena cidade de passado imemorial é ainda muitas vêzes responsável por muitos fenômenos políticos e econômicos; o Brasil, que (esquece-se disso com muita facilidade) é um país novo mas velho de quase meio milênio, tem suas cidades pequenas estreitamente ligadas à vida rural; e isto não sòmente nas regiões do Brasil colonial, mas também nas zonas de povoamento recente; elas também merecem algumas monografias.

Nestas considerações gerais, não é sem dúvida supérfluo lembrar que todo trabalho geográfico supõe o estabelecimento de mapas; a representação cartográfica continua a ser o melhor meio de esquematizar e dar da realidade uma representação a um tempo exata e eloqüente. Vulgarizado pelas diversas escolas geográficas modernas, o emprêgo do mapa foi adotado pela sociologia e pela etnografia, sobretudo americana, e os estudos clássicos da escola de Chicago mostram tudo o que era possível conseguir dêsse emprêgo, exatamente em matéria de inquéritos urbanos.[5]

Sob todos os seus aspectos, a monografia geográfica de uma cidade permanece fiel ao método geográfico e a seu princípio, que é o estudo das relações das sociedades humanas com o meio natural no passado e no presente. Mas, está claro que não se deve trabalhar com pontos de vista exclusivos e que a estreita ortodoxia geográfica seria o inverso mesmo da realidade. A demarcação entre os fatos geográficos, sociológicos ou econômicos raramente é fácil, principalmente quando o objeto da pesquisa é um aglomerado urbano; nestas condições, será absurdo pretender exigir que o pesquisador se detenha diante de fronteiras teóricas e universitárias. O que pode limitar o campo de estudo parece-me provir sobretudo das diferenças de métodos aplicados ao estudo de fenômenos diferentes: o geógrafo levantará os mapas da distribuição das densidades, das raças ou das profissões no interior da cidade e procurará explicá-los; tais mapas serão indispensáveis ao sociólogo que os completará por outros que representarão fenômenos puramente sociais: mapas dos suicídios, da freqüência escolar, das religiões. Êstes, por sua vez, poderão e deverão mesmo ser utilizados pelo geógrafo desejoso de descrever bem a cidade, mas tais fenômenos necessitam, para ser explicados, de métodos de pesquisas e de hábitos de pensamento que o geógrafo não possui. Assim, as técnicas científicas constituem uma barreira automática, exceto para os presunçosos, que não hesitarão em transpô-la...

A posição da cidade

O ponto de partida de tôda pesquisa de geografia urbana é pois o estudo do quadro natural em que nasceu e cresceu a cidade. Deve-se, em suma, fazer tábula rasa de tudo o que os homens puderam acrescentar ao cenário natural por meio de suas casas, estradas, etc., e restabelecer, no sentido em que os arqueólogos e os epigrafistas empregam êsse têrmo, a paisagem natural tal como era no tempo em que o núcleo urbano começou a se desenvolver. E' antes de tudo sôbre o mapa topográfico que é preciso trabalhar: êle traz à luz as linhas diretrizes do relêvo, suas formas, seus contrastes, e, comparado com o mapa geológico, revela

[5] Park and Burgess: *The city*. Sem falar dos numerosos inquéritos sociológicos realizados em Chicago.

já o essencial do problema. Porém, o relêvo não é tudo: o revestimento vegetal também deve ser considerado, ao mesmo tempo que o clima. Entre os diversos fatores naturais, o elemento relêvo aperece como o mais decisivo, e sobretudo como o mais fácil de se patentear na primeira análise. Mas, correríamos o risco de ser singularmente incompletos, negligenciando outros agentes geográficos como o clima, por exemplo, não sòmente na sua ação direta, mas na medida em que êle se combina com as condições topográficas. Um exemplo excelente é fornecido pelo caso do Rio de Janeiro: as fortes chuvas estivais que tomam às vêzes proporções catastróficas, têm a sua influência reforçada pelo abrupto dos morros sob os quais as águas descem brutalmente, enquanto nas planícies com altitude pouco superior a zero sôbre o nível do mar, elas se estendem em lagunas, pântanos, que constituem outras tantas dificuldades a vencer. Não só as construções urbanas encontravam aí um obstáculo, mas a saúde pública sofreu com isso até o primeiro quarto de século. O desenvolvimento de Santos acompanhou o do café e o das vias férreas paulistas, mas, do ponto de vista urbano, foi também conseqüência da planície baixa sob um clima quente e úmido. Todos os elementos do meio geográfico devem ser submetidos a um exame minucioso e crítico; pois se nos contentarmos com enumerar os caracteres topográficos, vegetais e climáticos, nada fazemos de útil. Êstes caracteres não são interessantes em si mesmos, mas sim na medida em que contribuiram, sob uma forma qualquer, para a formação e crescimento da cidade; e seu exame só deve ser empreendido para levar ao estabelecimento de relações (positivas ou negativas) entre êles e a formação urbana. Nêsse domínio, como nos outros, a geografia não consiste em colocar lado a lado um elemento do relêvo, um fenômeno climático, um dado geológico, um aspecto da vegetação e um trecho de história; ela procura compreender como fenômenos isoláveis são estreitamente ligados uns aos outros pelo jôgo de ações e interações.

O estudo do quadro natural deve ser levado a efeito de dois lados ao mesmo tempo: estudo de *situação* e estudo do *local* urbano.

Por *situação da cidade* eu entendo a posição geral da cidade em relação a um vasto conjunto regional, sobretudo topográfico, mas não exclusivamente. O estudo da situação de uma cidade consiste em considerar esta cidade no conjunto regional de que faz parte, podendo êste conjunto ter uma verdadeira unidade natural, ou, ao contrário, resultar do contraste entre regiões naturalmente opostas. Alguns exemplos poderão precisar esta noção. Na revista *Urbanisme*,[6] um geógrafo francês, Dion, tentou explicar as origens geográficas das numerosas cidades que há séculos prosperam nos terrenos baixos e úmidos da Flandres belga e francêsa, Lille, Saint Omer, Ypres, Gand, Bruges que viveu, morreu e conheceu desde 1919 certo renascimento; estas cidades, que viram nascer as instituições municipais medievais e que marcam, pela sua população densa, uma oposição violenta entre a região baixa super povoada e a região alta de população rural, dispersa e rara, muito devem, justamente, ao contacto entre duas regiões geogràficamente diferentes, a dos "plateaux" férteis que tiveram cedo uma bem grande densidade de população camponesa, e a das planícies pantanosas e cheias de florestas, onde César se viu obrigado a manter uma luta de guerrilhas. Mas, quando se estabeleceram correntes de comércio no lugar onde se efetua o contacto das regiões geológicas e topográficas, onde a circulação nas estradas é substituída pela circulação fluvial, com baldeações e com os mercados que daí nascem inevitàvelmente, uma floração urbana pôde aparecer; a situação das cidades flamengas relaciona-se com as duas regiões naturais do País Alto e do País Baixo.

Quando se olha o mapa administrativo paulista e quado se o compara com mapas topográficos e geológicos, um fenômeno da mesma ordem aparece: o grande arco de círculo que ocupa sôbre o mapa os terrenos do permiano é marcado por uma série de cidades, das mais velhas do Estado: Itararé, Faxina, Itapetininga, Sorocaba, Campinas, os dois Mogi, Casa Branca e mesmo Mocóca, tôdas estão em contacto com os terrenos fracamente ondulados do permiano e com cadeias cristalinas, ramificações da Mantiqueira, da serra do Mar, ou da serra de Paranapiacaba. Assim, ainda no vale do Paraíba, o rosário das velhas cidades desde Barra do Piraí a Moji das Cruzes, outros tantos lugares de pouso, é ligado a êste grande eixo topográfico que tanto pesou e ainda pesa na história brasileira.

---

[6] Dion: Vue générale de la region du Nord dans "Introduction à l'aménagement d'une région", *Urbanisme*, revista mensal do urbanismo francês, Paris, VII, março, abril, 1938, ps. 73-144.

Vê-se fàcilmente nos exemplos precedentes o que a cidade deve à sua posição: paradas obrigatórias dos viajantes e das tropas, antes ou depois da travessia de zonas de relevo marcado, etapas sôbre uma grande via natural de comunicações, as cidades citadas gozaram na sua formação e no seu crescimento de uma superioridade natural. Às vêzes, uma cidade parece ter nascido numa situação geográfica paradoxal e como que a despeito da geografia. Lembremo-nos de que o Rio de Janeiro foi uma verdadeira ilha urbana durante longos anos: era por mar que se atingia Angra dos Reis para escalar em seguida a serra do Mar e a Mantiqueira e ainda no tempo de Mauá era de barco que se chegava à extremidade da baía de Guanabara para tomar a estrada de ferro de Petrópolis. Mas esta posição que foi desfavorável até o completo desenvolvimento da circulação ferroviária e rodoviário, oferece hoje, bem considerando, mais vantagens que inconvenientes: o fator geográfico é permanente, mas os homens mudam e com êles, suas técnicas.

Só posso dar aqui indicações gerais, mais é preciso dizer que não são algumas simples frases suficientes para caracterizar a situação de uma cidade: "croquis" e mapas são mais úteis nêste caso do que em qualquer outro e não se deve ter mêdo de entrar em pormenores. Ter-se-á talvez a impressão de dizer verdades primárias e de descobrir a lua, mas não é mau ter os pés sòlidamente fixos ao solo e lembrar fatos mesmo muito conhecidos: isto constitui uma garantia contra os vôos da imaginação.

Quanto ao estudo do "local urbano", não é outra coisa senão o estudo da situação, mas dèsta vez local e não mais regional. Os geógrafos têm tentado estabelecer uma classificação das cidades, segundo os tipos de local urbano: cidades de pântanos, cidades de meandro, cidades de vau, cidades de cabo, ilhas, cidades de acrópole, etc.; lendo-se esta classificação, a via de passagem e o cuidado com a segurança parecem os agentes essenciais da escolha efetuada pelos homens. Lucien Febvre mostrou que estas classificações não eram úteis em si mesmas, porém tinham a vantagem de oferecer quadros e indicações para as pesquisas. A importância do local é manifestamente do maior interêsse, pois, ao mesmo tempo que a localização, êle justifica a forma atual da cidade e esclarece os problemas que o urbanista deve resolver e os que o administrador encontra todos os dias.

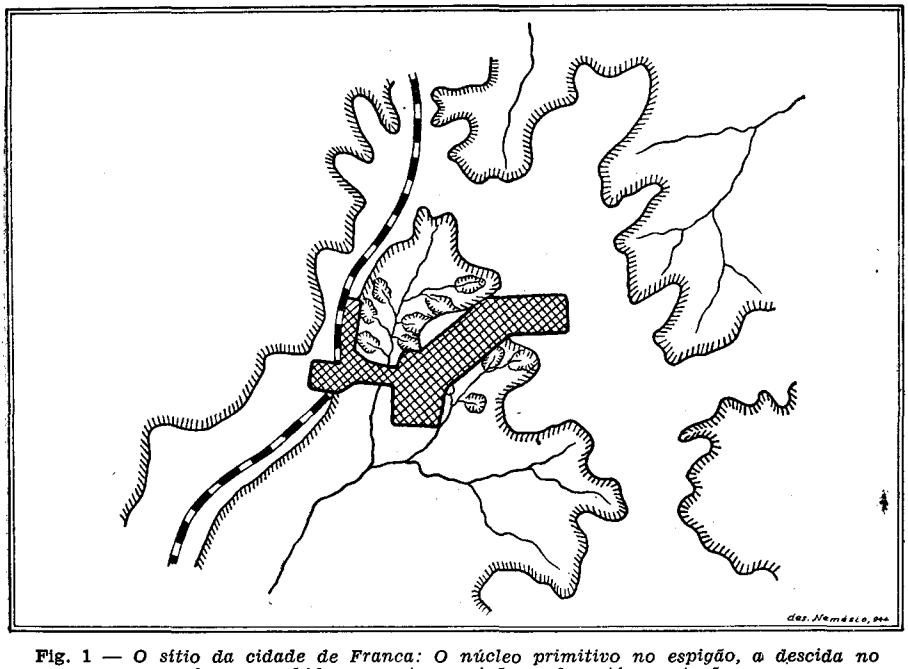


Fig. 1 — *O sítio da cidade de Franca: O núcleo primitivo no espigão, a descida no vale e a subida no outro espigão onde está a estação.*

O caso do local do Blumenau parece-me particularmente típico: o Dr. Hermann Blumenau quando fêz a primeira exploração do rio Itajaí, sustou a navegação nas primeiras quedas fluviais que encontrou e que marcam ainda o têrmo da navegação fluvial: eis, então, o elemento capital: a cidade nasceu no lugar onde termina a navegação fluvial, o que a coloca num tipo clássico. De outro lado, um pouco para baixo das cachoeiras, dois afluentes sôbre a margem côncava do rio constituiam portos naturais e possibilidades para o funcionamento de máquinas hidráulicas destinadas a facilitar a construção das casas de madeira. A montanha que tomba abruptamente sôbre a margem direita impediu a extensão em profundidade e orientou o crescimento paralelamente ao rio; assim se explica, pela combinação dos diferentes fatores, a forma alongada de Blumenau, que não passa de uma longa rua de vários quilômetros de comprimento; só recentemente é que o aglomerado urbano atingiu os terrenos baixos dos dois pequenos afluentes, tanto com as grandes fábricas têxteis e as casas operárias, como com o bairro de residência "chic" das famílias dos industriais. Mas, tôda medalha tem seu reverso; todo local tem seus inconvenientes; os ribeirões afluentes, ribeirão Garcia e ribeirão da Velha, não podem escoar suas águas nos períodos de cheia, sendo mesmo estas invadidas pelas do rio Itajaí: Blumenau sofreu muitas vêzes inundações e o problema não está ainda resolvido. No Estado de S. Paulo, a localização das cidades sôbre o espigão onde correm paralelamente a fita da estrada arenosa e a das estradas de ferro é um fato já antigo, mas sistematizado nos nossos dias: Franca, situada "em meio de vastas pastagens numa região descoberta, semeada de capões de mato e recortada por profundos vales", cresceu sôbre três espigões ligeiramente inclinados para o sul; as vossorocas que se cavam fàcilmente nas areias dão-lhe quase um aspecto de cidade naturalmente fortificada, mas limitam a expansão urbana em certas direções.[7]

O interêsse que há em colocar o local estudado em um dos tipos já classificados não deve fazer perder de vista os fins precisos a que se propõe a monografia: de que vantagens dispôs o homem para estabelecer a cidade? Como essas condições locais auxiliaram ou entravaram o desenvolvimento da cidade e a forma material que ela põe na paisagem? De que soluções necessitaram elas? Assim também evitar-se-á concluir muito depressa por uma influência ditatorial do local. Há sempre uma escolha do homem, conciente ou inconciente. Há 30 anos ensinava-se que París tudo devia à Ilha da Cité; é certo, mas não se deve esquecer que o vale do Sena nesta parte do seu curso onde passam as estradas que ligam as regiões do Loire às planícies do norte, apresenta muitas outras ilhas, idênticas em todos os pontos à Cité, e que apenas o acaso fêz fixar-se uma aglomeração nêste ponto preciso, e não um pouco abaixo ou um pouco acima. Assim também todos os aglomerados que se sucedem ao longo da Cia. Paulista na região de Marília, ao longo da linha da Sorocabana a partir de Ourinhos ou ao longo da Estrada S. Paulo-Paraná, têm todos os mesmos locais, com pequeninas diferenças, e sua localização precisa depende de necessidades ferroviárias, de circunstâncias econômicas, de um ato da vontade humana. Chegamos a um elemento irredutível.

Situação e local, análise de um e outro, mas sem descaso do que une um ao outro, sem esquecer que a distinção tem um valor apenas metodológico. Se se quiser um belo exemplo disso, deve-se ler o capítulo decidado a New York, por Henri Baulig, no seu livro sôbre os Estados Unidos;[8] New York, por muito tempo cidade de segundo plano, tomou impulso quando o vale navegável do Hudson foi ligado aos grandes lagos pelo Canal Erié, quando se tornaram possíveis comunicações fáceis com um imenso e rico "hinterland"; essa vantagem latente da situação era apenas a conseqüência do fenômeno geológico das fraturas e da glaciação quaternária do solo: as primeiras fixaram o curso do rio, a segunda assegurou-lhe um leito profundo servindo para navios de calado relativamente grande; mas, os mesmos fenômenos que modelaram as formas do terreno no nordeste americano também marcaram os detalhes da topografia e prepararam o local da metrópole; uma vasta enseada protegida, mas de acesso difícil

---

[7] Maria da Conceição Martins Ribeiro: *Franca, contribuição ao estudo dos centros urbanos brasileiros,* trabalho apresentado ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia. A autora cita Saint Hilaire: *Viagem à província de S. Paulo,* p. 117 da tradução de Rubens Borba de Morais, 1940).

[8] H. Baulig: *New York,* § V, ch. XIX, troisième partie (les Etats Unis) du tome XIII (Amérique septentrionale) de la *Géographie Universelle* de Vidal de la Blache et Gallois, ps. 355-366. Paris, 1936.

em tempo de bruma, facilidade de construção dos diques perpendicularmente às margens do Hudson e do East River, forma alongada da península de Manhatan, ruas estreitas nesta delgada faixa de terra que o gêlo outrora aplainou entre os dois braços do "fjord", disposição das grandes artérias modernas, tudo isso também é conseqüência dos fatos geológicos e geográficos: a Broadway e a Quinta Avenida são produtos da glaciação! Só muito arbitràriamente podem separar-se os elementos do local e os da situação.

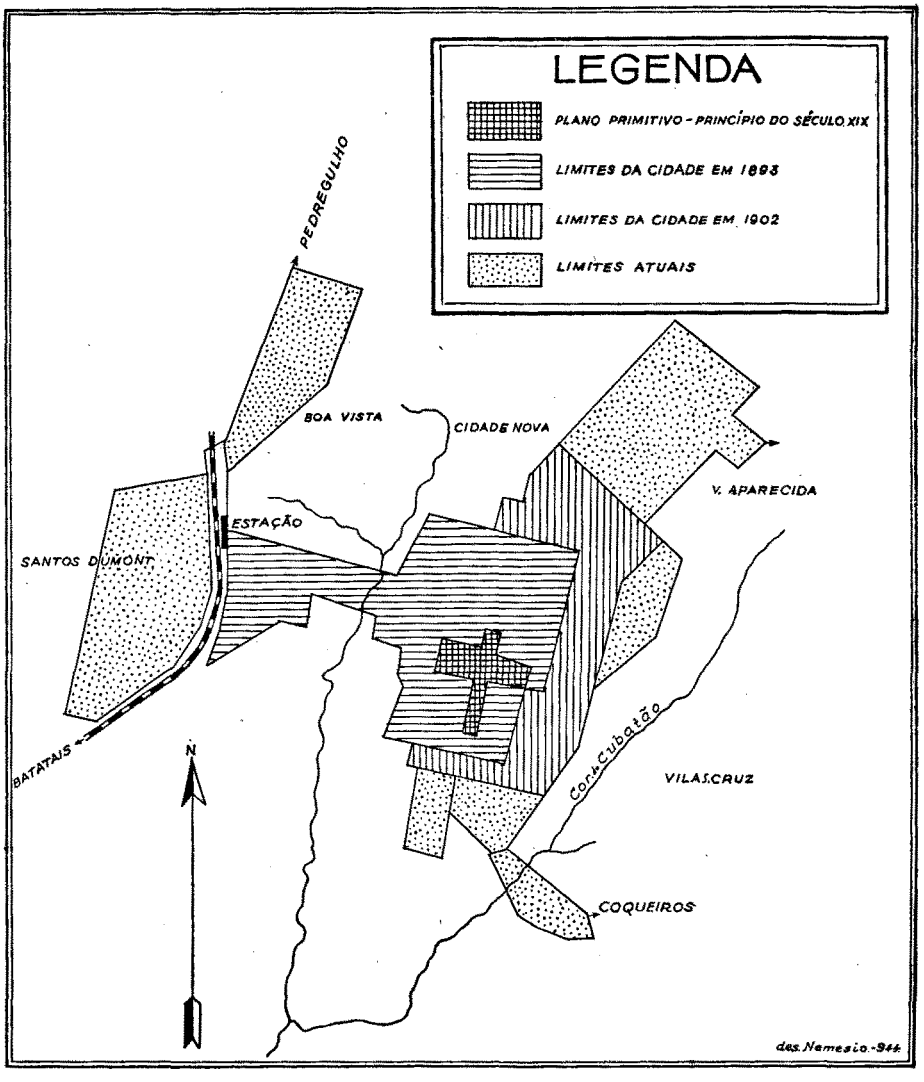


Fig. 2 — *Evolução da cidade de Franca (os dois mapas de Franca foram fornecidos pela sra. licenciada Maria da Conceição Martins Ribeiro e, como os de Marília fazem parte de trabalhos realizados na cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de S. Paulo, para serem apresentados ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia.*

Em São Paulo, a situação da cidade está em relação com os eixos de comunicação seja em direção ao vale do Paraíba pela planície cheia de meandros do Tietê, com a depressão periférica pelo vale do mesmo Tietê fortemente encaixada

entre os anéis de rochas cristalinas, seja enfim em direção a Santos, graças aos vales do Alto da Serra; não é, pois, o seu local o resultado dos mesmos fenômenos epirogênicos que, por uma sucessão de níveis de erosão tiveram por efeito a formação dos "plateaux" das areias do terciário entre os rios Tietê, Anhangabaú, Tamanduateí e Pinheiros? Êstes vales de superfícies planas, nos quais os rios traçaram um labirinto de meandros, fàcilmente cavados nas areias cobertas por uma vegetação fraca de campos, ao mesmo tempo fixaram os eixos de circulação que fazem de S. Paulo o núcleo das comunicações sôbre o "plateau", e apresentaram aos urbanistas problemas que êstes apenas começam verdadeiramente a resolver. A base geográfica da capital paulista é apenas um parágrafo da história do relêvo do Brasil tropical atlântico. Os historiadores preocupam-se com as origens da cidade e os geógrafos, analisando as condições geográficas de localização da mesma, trazem sua contribuição ao trabalho do historiador. Em troca, êste, determinando as condições humanas da fundação da cidade, fornece indicações que o geógrafo utiliza. Deffontaines apresentou um resumo tão claro quanto precioso dos diversos tipos de cidades brasileiras segundo suas origens, determinando, de um modo bastante feliz, as questões dos patrimônios autênticos, inspirados por verdadeiras considerações religiosas, e dos patrimônios modernos, leigos.[9] O papel das capelas e dos santos nas origens urbanas no Brasil é de há muito reconhecido, mas não foi ainda inteiramente definido. São muitos os textos contando que fulano fêz doação de um terreno e do capital necessário para a construção de uma capela e que uma cidade aumentou ràpidamente em tôrno da capela; mas, ao que me consta, nunca se procurou saber se motivos de ordem mais concreta não inspiraram igualmente o doador, como, por exemplo, a venda ulterior de terrenos assim valorizados, o desejo de ver constituir-se um pequeno núcleo de mão de obra; então, os motivos que determinam hoje a abertura de patrimônios não podiam existir já no período colonial? A Idade-Média européia oferece muitos exemplos dessas fundações urbanas (ou outras) que apresentam um misto extraordinàriamente humano de religiosidade e de senso de negócio. Todo estudo histórico supõe a existência de arquivos e, infelizmente, os que nos interessam não são nem em grande número, nem de consulta fácil; entretanto, quaisquer que tenham sido as diferenças entre a Europa do século XII e o Brasil colonial, pode-se pensar que a pesquisa não é "a priori" impossível e que valeria a pena vir a saber que verdadeiros historiadores, dotados de uma vasta cultura histórica capaz de fazer nascer hipóteses de trabalho nos seus espíritos e possuindo o gôsto e o senso da crítica dos textos, abordaram o problema das origens das cidades brasileiras. E' um voto formulado por um leigo e os historiadores dirão se há oportunidades de vê-lo atendido. Mas, não deixa de ser verdade que estas fundações piedosas serviram de pontos de ligação e de núcleo de agrupamento; não é esta uma prova de sua inteligente localização? Teriam elas conhecido destinos social e econômicamente tão belos, se tivessem sido efetuadas em condições geográficas hostís? De todos os modos, a base geográfica desempenhou o seu papel e eis o que preocupa antes de tudo o geógrafo.[10]

O estudo da situação e do local não pode consistir exclusivamente na descrição dos elementos geográficos: é preciso mostrar, concomitantemente, como os homens tiraram partido do mesmo, de modo mais ou menos feliz, segundo as épocas: não bastaria enumerar os morros do Rio, ou descrever a planície santista e suas epidemias de febre amarela; é preciso ao mesmo tempo dizer como o Rio se insinuou entre os morros, adquirindo assim a forma multicelular que lhe conhecemos, como foram demolidos, ou perfurados êsses relêvos pitorescos, como foi drenado o pântano de Santos, como e quando? Dessa maneira, a geografia vai pedir elementos à história e ao urbanismo.

---

[9] Ver a bibliografia geral, artigo da *Geographical Review*.

[10] Rubens Borba de Morais: Contribuições para a história do povoamento em S. Paulo até fins do século XVIII, *in Geografia* n.º 1, ano I, p. 69-87, 1935. Êste trabalho que, infelizmente, não foi completado pelo autor, apresenta uma classificação dos tipos de povoamento urbano paulista: habitante anônimo, aldeias índias, sesmaria e fazenda, capela (de fundação particular, de fundação coletiva, de peregrinação), pouso (de bandeira e de tropa) fundação deliberada (militar e patrimônio). Para completar esta classificação depois do fim do século XVIII, o autor pensa que seria suficiente acrescentar: as estações de estradas de ferro e os patrimônios industriais. Todo estudo, geográfico ou histórico, das cidades brasileiras deverá, daqui por diante, supor o conhecimento dêste artigo.

A evolução urbana

e Pois é o dinamismo dos homens e de suas obras que é necessário trazer à luz, se quisermos ser fiéis à realidade. Conseqüentemente (lembro isso apenas por prudência), a evolução urbana deve ser estudada sob seus diferentes aspectos, mas sempre do ponto de vista geográfico. Por isso, em primeiro lugar convém analisar a "evolução do espaço": as etapas, não mais apenas de sua formação, mas de sua progressão, o rítmo e as circunstâncias dessas etapas. O modo mais perfeito de garantir o sucesso desta parte da monografia urbana é reunir um bom número de plantas da cidade em épocas diferentes, escolher em seguida as mais características, por exemplo as que, separadas por intervalos de tempo nem muito curtos nem muito longos, foram estabelecidas em datas críticas no passado da cidade e, finalmente, analisar essas plantas. Datas críticas não significam datas correspondendo exclusivamente a acontecimentos administrativos (embora êstes sejam interessantes na medida em que, como a promoção à categoria de município, sancionam um estado de coisas), mas fatos de ordem econômica ou demográficos: a planta da cidade levantada na época para a qual se possue um recenseamento, na ocasião da inauguração da via férrea, antes ou depois de um grande trabalho de urbanismo, nos anos que se distinguiram por uma crise ou um grande surto econômico regional, etc. A análise que acompanha a descrição dêsses mapas sucessivos da cidade visa explicar o porquê dos fatos e, sendo uma análise cartográfica, o porquê das direções inscritas sôbre o mapa. O caso de uma cidade como Paris que, até os anos de 1920 permaneceu rodeada por uma cinta de fortificações, apresenta a vantagem de fornecer documentos exatos: os limites da cidade por ocasião da construção de suas diferentes "enceintes"; mas, tem também o inconveniente de apresentar uma forma constantemente regular, a que Paris conserva ainda mesmo atualmente, que torna mais difícil a percepção sôbre os mapas dos impulsos do organismo em certas direções. E' preciso então examinar a superfície construída ao abrigo das fortificações. Mas, um rápido golpe de vista sôbre a forma atual de S. Paulo basta para mostrar a que ponto os tentáculos que a cidade projeta são justamente ligados às direções essenciais de seu comércio e a Revista do Arquivo Municipal já publicou estudos do mais alto interêsse sôbre êste assunto. O caso da cidade de Casa Branca foi analisado bem minuciosamente num trabalho apresentado ao Congresso de Geografia:[11] utilizando a descrição que dela dá Saint Hilaire, foi possível reconstituir aproximadamente o núcleo central e sua posição à beira da água; progressivamente as construções subiram pela encosta do vale e a edificação, em 1852, da Igreja Matriz, no lugar onde ainda se encontra, permite medir o crescimento que se acelerou pròximamente ao estabelecimento da via férrea (1875) e é justamente em direção do caminho de ferro, longe do rio ao lado do qual se tinham instalado os fundadores da cidade, que esta vai se desenvolver. Assim também ainda, sôbre o mapa topográfico com escala de 1/100 000 distingue-se nitidamente como Franca estendeu-se para o oeste em direção das linhas da Mogiana, e isto a despeito do relêvo: para atingir a estação, a cidade saiu de seu local primitivo de espigão.[12] Marília fornece um caso interessante de desenvolvimento urbano em relação com um conjunto de fatos econômicos: nascida no bom período de café de 1926-28, pelo estabelecimento de patrimônios, foi surpreendida pelo cataclisma de 1929; êste não deteve totalmente a marcha progressiva, mas retardou-a, a julgar pelo gráfico da construção anual dos edifícios, que marca uma ligeira estabilização. Mas, a partir de 1932 e ainda mais, de 1933, graças à venda de pequenas propriedades, ao afluxo de colonos sobretudo japoneses e ao desenvolvimento da cultura algodoeira, Marília recomeçou a avançar mais brilhantemente do que nunca: as construções intensificam-se e a cidade aumenta em superfície pelo estabelecimento de novos patrimônios em 1934 e 1935. Como a produção do algodão acarreta o estabelecimento de máquinas de beneficiamento e mesmo distilarias e como estas construções industriais procuram ao mesmo tempo os terrenos baratos e a proximidade da via férrea, o avanço se faz não só de um lado e de outro das linhas da estrada de ferro, mas também paralelamente às mesmas e à estrada que avança no sertão. Assim, estatísticas vêm em

---

[11] Maria Aparecida Pantoja: estudo funcional de um centro urbano: *Casa Branca*, trabalho apresentado ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia. Para São Paulo, ver Batista Pereira: "A Cidade de Anchieta": *Revista do Arquivo Municipal* (1936, vol. XXIII, ps. 1-123).

[12] Trabalho já citado.

apôio do mapa e os fatos locais devem ser recolocados sem cessar no quadro mais vasto dos acontecimentos regionais ou mesmo nacionais, continuando-se a examinar como êles se inserem no quadro preciso e imutável dos elementos geográficos. No decorrer dessas transformações, a cidade adquire às vêzes caracteres totalmente novos relativamente aos que podiam auxiliar a sua classificação nos seus primeiros anos. Não seria êsse o caso do Rio de Janeiro que, tendo tido sua origem nas ilhas da baía de Guanabara se desenvolveu nas terras baixas com uma cidade de gôlfo e, num estádio moderno, avançou para o oceano, como uma cidade de cabo, escalando nos mesmos anos as encostas das montanhas, quando os meios de transporte e as técnicas da engenharia tornaram possíveis os longos percursos, a abertura de túneis, a supressão radical dos morros e a construção das estradas de montanha? A parte baixa de Salvador progrediu sensìvelmente e o centro dos negócios instalou-se aí, quando puderam ser conquistados terrenos sôbre o mar e quando as passagens para a cidade-alta, onde estão os velhos monumentos, foram facilitadas. Assim, a análise desta evolução da forma da cidade leva a reconsiderar os problemas do local. A morfologia urbana não dispensa a genética urbana.

Mas, a cidade é apenas um conteúdo; é o resultado do trabalho dos homens, abríga-os e fá-los viver. "Quais são êstes homens? Quantos são?" Eis um novo elemento a considerar e, como sempre, são sòmente na situação presente, como também na do passado, pois foram os homens de ontem que fizeram a cidade de hoje. O estudo urbano não pode prescindir de uma parte demográfica: o aumento da população urbana e seu ritmo evolutivo, confrontados com o que já se sabe das transformações da cidade do passado, fornecem dados novos para melhor se acompanhar a progressão urbana. Estagnação da população e fraco aumento da cidade, avanço demográfico e exaltação do ritmo urbano, tudo isto deve também entrar na monografia: em alguns anos, no lugar onde se erguia a mata virgem, nascem as cidades da zona pioneira e a curva do gráfico da evolução da população é quase uma vertical. Mas, por quanto tempo se prolongará êste crescimento? Ao estado de juventude sucederá talvez muito depressa uma maturidade precoce, até mesmo a fossilização. E, sem tomar o lugar do especialista da demografia e da estatística, o geógrafo pode com proveito consultar as taxas de natalidade, mortalidade e a composição por idade e sexo da população. Êle aí encontrará elementos que também o auxiliarão a compreender e a fazer compreender o que é êsse aglomerado.[13]

"A população urbana não evoluiu sòmente no seu volume, mas também na sua distribuição": a distribuição das densidades de população em relação à superfície e suas variações no tempo para o conjunto da cidade e para os diferentes bairros trazem um novo elemento cartográfico e perfeitamente geográfico. Nas grandes capitais, é regra os bairros centrais tenderem a diminuir sua população permanente, em proveito dos bairros da periferia, enquanto de outro lado, batem todos os recordes de densidade diurna. Tais fatos não são verdadeiramente caracterizados senão nos agrupamentos urbanos importantes, não sendo suscetíveis de uma investigação completa sem a condição de se possuir uma documentação estatística e cartográfica extremamente rica, para o passado e para o presente. Mas, tôdas as vêzes que êste estudo é realizável, fornece resultados particularmente eloqüentes. Além disso, na falta das estatísticas de densidade humanas, podem ser obtidos dados equivalentes consultando-se cuidadosamente as listas de distribuição das habitações.[14]

Estudo da massa humana, estudo da sua distribuição, não é tudo: deve-se saber também quais são os elementos humanos em si mesmo e se na história a vinda de um novo elemento não deu lugar ou não acompanhou uma expansão da cidade. Convém, então, observar também a etnia urbana. A população de uma grande cidade tem origens extremamente diversas: é difícil encontrar um parisiense cujos pais sejam nascidos em Paris, muito raro encontrar outro cujos quatro avós sejam autênticos parisienses. Essa mistura dos elementos nacionais nas capitais tem uma importância enorme para o aspecto mesmo da cidade, para

---

[13] Trabalho de Luigi Galvani: "Algumas características demográficas de S. Paulo", *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*. S. Paulo, n.º 1, ano 1939, 17-58.

[14] O recenseamento de 1940, que foi executado nas cidades segundo o sistema dos quarteirões adotado pelo Departamento de Cultura de S. Paulo, constituirá, sem dúvida, uma fonte preciosa para os estudos urbanos; poderá permitir o estabelecimento de mapas minuciosos ao mesmo tempo que sua variedade ajudará a estudar todos os aspectos da vida citadina.

sua côr local, e as repercursões políticas são ainda mais essenciais. Nos países onde as correntes da imigração são fortes e variadas onde homens de côres diferentes se congregam, as maneiras de distribuição no interior da cidade, dos diversos elementos humanos, devem ser sempre analisadas detalhadamente. Lembremos os bairros chineses, negros, judáicos de New York ou de Chicago para os quais possuimos estudos bastante precisos que podem guiar os pesquisadores. Notamos, passando numa cidade como S. Paulo, a experiência de um bairro japonês, de um bairro sírio, o contraste entre dois bairros burgueses: Higienópolis, quase exclusivamente habitado por paulistas de velhos troncos, e o Jardim América onde se agrupam os estrangeiros. E um dos mais curiosos aspectos de Recife é devido aos famosos mocambos onde se aglomeram os infelizes que fogem da sêca do sertão e esperam que a cidade lhes dê trabalho e pão.

Resta ainda colocar em mapa a geografia das profissões e das classes sociais: zona dos operários de fábricas, dos trabalhadores de estrada de ferro, dos burgueses abastados e da classe média. Êstes são fatos sociais que o geógrafo não sabe e não precisa estudar, mas sua distribuição é um fato de ocupação do solo e traduz-se por "nuances" do cenário urbano; neste sentido, esta cartografia encontra lugar na monografia geográfica urbana. Na cidade de Casa Branca pode-se notar uma relação entre o mapa das profissões e o dos aumentos da cidade: a parte mais velha à beira do rio é a das lavadeiras e da horticultura; com um ligeiro deslocamento do antigo eixo de circulação a zona comercial conserva a forma alongada da Casa Branca de 1870; à construção da via férrea correspondeu a formação de um núcleo habitado pelos ferroviários, enquanto que, depois da construção da Escola Normal, os funcionários públicos foram se localizando nas suas vizinhanças imediatas, etc.[15] A história geográfica da pequena cidade expressa-se através do mapa das profissões.

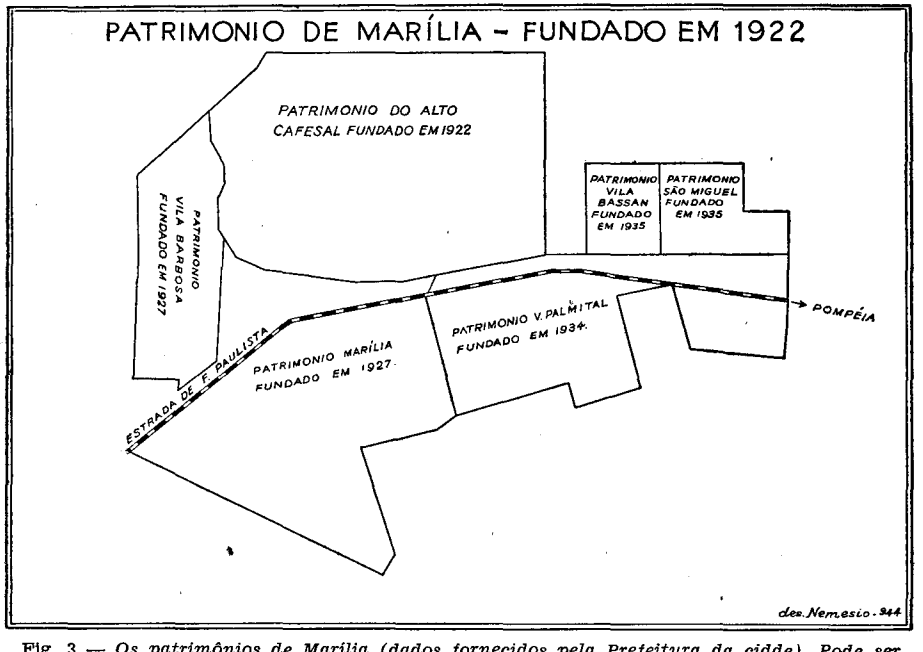


Fig. 3 — *Os patrimônios de Marília (dados fornecidos pela Prefeitura da cidde). Pode ser notado o período de menor crescimento entre 1927 e 1934, durante o qual não houve fundação de patrimônio; os patrimônios modernos tendem a ser localizados acompanhando os trilhos da Companhia Paulista, na entrada da cidade vindo dos municípios mais recentes.*

Não é possível nos determos longamente nos processos a serem utilizados para a confecção dêstes diferentes mapas: isto varia com os casos e com os elementos de que se dispõe. A gama é rica e cada qual pode escolher o que quizer, desde os mapas mais simples, com a representação por pontos, "grisés", hachú-

[15] Ver trabalho já citado.

rias mais ou menos unidas, até os sistemas mais rigorosos, mas que podem servir quase só ao estudo de áreas muito limitadas, escolhida porquê particularmente características, no interior de uma grande cidade (sistema de curvas de níveis brilhantemente exposto e praticado pelo Dr. Bruno Rudolfer, do Departamento de Cultura). O essencial é obter um mapa ao mesmo tempo exato e eloqüente.[16]

A realidade móvel não é de um lado o homem e do outro o espaço urbanizado; e é a cidade, no seu aspecto e na sua vida, que o geógrafo procura descrever e explicar. Neste ponto de trabalho, é tempo de dar ao leitor algo mais que um estudo friamente científico. Sem cair no guia turístico, a monografia urbana pode sugerir o que é, material e espiritualmente, esta cidade cujo mecanismo se desmonta diante dêle, não sem o retalhar arbitràriamente para facilidade da exposição. Uma cidade é um conjunto de bairros, dos quais cada um tem sua fisionomia, que é o resultado de seu papel, de seus habitantes, de sua idade, e, todos mais ou menos bem integrados em um todo, formem a cidade. Um bairro urbano é algo diferente de um fenômeno social, com a localização de uma base ou de uma categoria de trabalhadores: um bairro urbano tem uma feição que só a êle pertence, uma vida particular freqüentemente bem desenvolvida; tem sua alma. Mas, tem também suas razões de ser que a topografia e a história podem explicar. Aí ainda se impõe a cartografia, ao mesmo tempo que a comparação dêste novo mapa dos bairros com os outros dados cartográficos elaborados precedentemente: mapa do relêvo, mapa da evolução, mapa das densidades e das raças, etc. Lembremos o caso do Rio de Janeiro que possuiu um bairro aristocrático nas vizinhanças da Quinta da Boa Vista e que viu suas populações mais miseráveis subir pelas encostas dos morros para estabelecer as tristes favelas; atualmente, e em direção ao ar marinho de Copacabana, de Ipanema e ainda mais longe, é em direção ao ar fresco e renovado das alturas de Santa Teresa e mesmo da Tijuca, que se deslocam os bairros de residência, enquanto que entre o mar e as colinas de Santo Antônio localiza-se apertadamente o bairro ativo. Há em tudo isso causas geográficas de que Deffontaines deu alguns esboços. Em S. Paulo, o velho bairro dos Campos Elíseos cedeu o lugar a Higienópolis; o Triângulo, com seu largo do Café, viu emigrarem para além do vale do Anhangabaú as lojas de luxo; e estas já avançam para o largo do Arouche. Não será incompleto e estudo urbano, se não reservar um largo espaço à descrição e ao dinamismo de cada bairro? Pode-se procurar sistematizar a distribuição dos diferentes tipos de bairros, como fizeram os americanos: a área urbana assemelhar-se-ia a uma série de círculos concêntricos e cada um seria caracterizado: uma zona central de negócios, uma zona de transição (ou de deterioração), o círculo dos trabalhadores, o círculo da classe média e a borda suburbana. Com a condição de não procurar enquadrar de qualquer modo o caso especial estudado nesta sistematização, há interêsse em utilizar esta hipótese como fio condutor. Vê-se logo que ela supõe um bem longo passado da cidade: os organismos urbanos de criação recente onde o mais perfeito "zoning" foi aplicado, não sofreram ainda bastante a ação do tempo para que a diferenciação manifesta dos bairros tenha sido atenuada pelo efeito de imponentes quarteirões diferenciados. São como uma célula em vias de fragmentação. Assim, dificilmente se pode em Marília, separar os bairros de residência proletária dos bairros de habitat burguês: fora da zona central do comércio e dos transportes, fora das casas muito pobres localizadas mesmo às portas das grandes fábricas, todos os elementos se mesclam e o cenário urbano dá uma impressão de tumulto.

O habitat urbano e a circulação urbana contribuem para precisar os traços de cada região da cidade. Ao mesmo tempo que se dá justamente uma grande importância ao estudo do habitat rural, tem-se talvez, uma forte tendência nas monografias urbanas a desprezar a casa. Esta é também uma expressão do meio geográfico: não são os arranha-céus de New York conseqüência da estreiteza da península de Manhatan, como os do Rio decorrem da fraca extensão dos terrenos planos das faixas do litoral? A cidade pioneira de barracas de tábuas manifesta seus primeiros sintomas de maturidade quando aí se multiplicam as casas de tijolos; a quantidade de casas de estilo futurista nas cidades paulistas parece-me o critério mais certo para a medida de sua prosperidade. O comandante

---

[16] Ver a coleção da *Revista do Arquivo Municipal*. Um modêlo pode ser fornecido por Oscar Egídio de Araújo, "Distribuição ecológica dos sírios no município da Capital do Estado de S. Paulo", tese apresentada ao Nono Congresso de Geografia e publicada pelo *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, n.º 10, ano II, outubro 1940, ps. 33-48.

Quenedey, autor de um excelente estudo sôbre a casa urbana em Rouen, traçou um programa de estudo da habitação urbana, que ainda que feito para a França, pode também orientar as pesquisas em outros países, mesmo "países jovens": estudo do sub-solo e da superfície, dos materiais disponíveis, do clima (o vento, a nebulosidade, a temperatura), meio urbano, a população, o modo de construção, a distribuição e decoração, eis um conjunto de questões a serem focalizadas, adaptando-as ao Brasil, ou melhor, a cada região do Brasil.[17]

Se o estudo da habitação urbana ajuda a definir o aspecto de cada bairro, em cada época da vida urbana, o da circulação mostra como se constitui o laço que une todos os bairros: a circulação é a causa da vida que anima o organismo. Ora, esta circulação depende antes de tudo da topografia que condiciona o estabelecimento das ruas e das estradas. Ninguém poderá imaginar exatamente o Rio de Janeiro ou S. Paulo ou Salvador sem conhecer os problemas que o relêvo opôs à circulação e como esta pode ser facilitada pela abertura dos túneis, pela construção dos viadutos, pelo estabelecimento dos ascensores e funiculares. Túneis, viadutos e ascensores que dão às três cidades um aspecto exclusivamente seu.[18] E Recife, entre os braços dos rios e as lagoas, resolveu seu problema de circulação pelo levantamento de pontes que ligam entre si as células do organismo urbano.

Os meios empregados para facilitar a circulação têm variado com o tempo e os processos de transportes modernos têm sido uma das condições da extensão das grandes cidades: o impulso do Rio ao mesmo tempo para as grandes praias e para a extremidade da baía só se tornou possível com a circulação por meio de automóveis e as boas estradas. Nos vales de superfície plana de Blumenau, a população meio operária, meio rural, utiliza a bicicleta para resolver o problema da distância, muito longa para a marcha e muito curta para que os transportes coletivos possam desenvolver-se.[19] Enfim, as pulsações da vida urbana são expressas pelo número dos passageiros transportados nas diferentes horas do dia, sôbre os diversos itinerários.[20] Distâncias, tempo, quantidade, oscilação, tudo isso em função do meio, com o que a natureza e o passado lhe deram, descobre os segredos da vida urbana e tem seu lugar na monografia geográfica de uma cidade.

Se o mapa, a planta, a topografia e a gravura são os auxiliares indispensáveis desta descrição da vida urbana, isto não quer dizer que, sob o pretêxto cômodo de fazer ciência, o estilo deva tomar uma aparência de relatório oficial, administrativo e impessoal. Pois, não é conhecer a *alma da cidade,* depois da de seus bairros, o que se deseja? Na comunicação já citada, Gilberto Freire insistiu muito, e com razão, sôbre a "qualidade sinfônica" da paisagem cultural, rural ou urbana. Escreve êle que "o fato deve ser destacado no Brasil, onde um cientificismo exagerado insiste em levantar-se contra aquêles trabalhos de história e geografia ou de sociologia aplicada em que os autores se aventuram em tentativas de interpretação compreensiva... Afinal o rigor do particularismo objetivista — tão necessário como disciplina e método de análise — pode, pelo excesso, nos levar à inteira deshumanização daquelas ciências voltadas para o estudo dos grupos humanos considerados nas suas relações, ou inter-relações, de tempo ou de espaço". O perigo é exatamente o de "deshumanizar", pois ninguém acredita ter mostrado o homem, quando êste foi contado como um rebanho de gado. E' tempo de fazer uma injeção de Elysée Reclus na geografia dos "synclinaux" e das estatísticas, como na sociologia que crê exprimir o real por colocá-lo em equações. Antes de escrever, o geógrafo deveria pôr-se em contacto com a literatura, no sentido estrito da palavra, que existe sôbre a cidade estudada: os arquivos, as estatísticas, os planos dos urbanistas, não ensinam mais que o desfile

---

[17] O crescimento febril de certas grandes cidades concretiza-se admiràvelmente pela construção dos gráficos representando o ritmo das construções de imóveis e de transações imobiliárias. Ver Nélson Mendes Caldeira: "Aspectos da evolução urbana de S. Paulo". *Boletim do Departamento Estadual de Estatística,* ano I, n.º 6, junho 1939, ps. 23-54.

[18] Assim como a ponte Hercílio Luz em Florianópolis.

[19] O volume restrito da população urbana limita também as possibilidades das emprêsas de transportes coletivos. Existem entretanto algumas de ônibus para os percursos maiores, mas a bicicleta continua o meio de circulação mais popular.

[20] "O negócio de ônibus", *O observador econômico e financeiro,* ano IV, n.º 41, junho 1939, ps. 77-94.

das moças no domingo à tarde na praça pública da cidade pequena, ou que as côres, os sons, os odores da grande avenida principal da Capital, que a multidão dos operários em alvorôço a saída da fábrica e que a luz de um belo dia sêco sôbre as areias vermelhas e os arranha-céus.[21] Tome-se cuidado, contudo, em não desprezar "o rigor do particularismo objetivista, tão necessário como disciplina e método de análise". Paul Morand escrevendo sôbre New York é Londres, Jules Romains evocando o apito do rebocador do Sena furando a bruma de inverno de París, não pretendem fazer obra de geógrafos ou de sociólogos: não tenhamos por nosso lado pretensões literárias. A interpretação estética dos fatos geográficos é às vêzes utilizada para fins pouco honestos: usar-se-á para emprestar uma certa qualidade de alma a paisagens urbanas e rurais, alma que às vêzes tem uma necessidade singular de espaço vital: dependamo-nos de uma "vague à l'âme" que se esconde nas penumbras da floresta herciniana e evitemos do mesmo modo uma eloqüência demasiado latina.

A função urbana

Os homens e suas obras, colocados num meio geográfico definido, eis o que constitui o organismo urbano. Mas, um organismo tem uma função e esta função modifica-se ao mesmo tempo que o organismo evolui. Chegamos a um novo capítulo do estudo urbano: a análise da função. Esta pode parecer infinitamente mais desembaraçada das condições naturais do que a atividade de um grupamento rural, que trabalha diretamente sôbre a natureza: a administração, bancos, casas de comércio, indústrias de todos os tipos, universidade, tudo o que oferece uma grande cidade tem qualquer coisa de artificial e de imposto pela vontade coletiva às possibilidades naturais. Se se consideram as transformações, no decorrer dos séculos, da função urbana, é ainda reforçada a impressão de uma autonomia total em relação ao meio natural, e isto principalmente nas enormes metrópoles modernas. Neste caso — pode-se objetar — a geografia urbana dissipa-se em fumaça? A menos que êste modo de ver provenha de um conhecimento insuficiente da realidade e corresponda a uma compreensão má da geografia humana. Se êle partisse da convicção *a priori* de que só há geografia quando há influência tirânica da natureza sôbre as sociedades humanas, o estudo geográfico da função urbana estaria depressa liquidado. Mas, se a geografia humana pretende sòmente mostrar como o agrupamento humano aproveitou o que a natureza colocou à sua disposição, se ela se limita a desmontar o mecanismo das ações e interações do meio e das sociedades, no espaço e no tempo, o estudo da função urbana coloca-se normalmente na monografia geográfica. Tôda obra humana coletiva, gravada na paisagem por traços materiais, foi feita com, ou apesar da natureza, e pode-se pensar que as maiores cidades modernas são o tipo mais acabada de uma perfeita adaptação da técnica humana às condições do meio. Acrescentemos que a função urbana concretiza-se por elementos do cenário urbano e que suas transformações muitas vêzes determinaram as crises de crescimento ou de estagnação do organismo. Fiz já uma alusão a Madrid: por muito tempo se disse que Filipe II tinha arbitràriamente escolhido êste humilde burgo castelhano para dêle fazer a capital de seu reino unificado, sem se preocupar com as condições geográficas; nada menos exato. Filipe II teve, ao contrário, um senso muito agudo da geografia, quando, ao procurar uma cidade capaz de simbolizar a unidade de Castela e Aragão, deixou de lado as principais cidades espanholas já cheias de passado e de glória e escolheu, para erigir sua capital, um lugar situado quase no centro geográfico da península ibérica, num ponto onde se cruzam os grandes eixos da circulação de tôda a península; fazendo geografia sem história, condenou-se Filipe por ter construído sua côrte numa região selvagem e sem florestas; mas, no século XVI, os arredores de Madrid eram ainda cobertos de matas que serviram para a construção das casas. Quando se considera a fundação de Madrid através das condições naturais econômicas e comerciais do século XX, é exato dizer que a cidade foi imposta ao meio geográfico e que é uma paradoxo geográfico. Mas, quando se pensa verdadeiramente como geógrafo, isto é, com o hábito de não dissociar o presente do passado, cons-

[21] Inútil lembrar tudo o que se pode tirar dos relatos dos antigos viajantes, os Saint Hilaire, os D'Orbigny, Spix e Martius, Zaluar, etc. Os almanaques constituem uma outra fonte de informações, ao mesmo tempo pelos artigos e pelos anúncios.

tata-se que, nas circunstâncias políticas e econômicas, no quadro natural do século XVI, a localização da capital espanhola era perfeitamente razoável.[22] Êste exemplo ibérico parece-me bem frisante: a função urbana, mesmo quando política, não é absolutamente independente do meio geográfico e só se torna compreensível com o auxílio do seu passado. Acrescentemos que ela não pode ser dissociada dos acontecimentos de política e de economia gerais. Já indiquei como o desenvolvimento de Marília foi ligado às oscilações da economia paulista; Blumenau, que possui uma ativa indústria téxtil, deve sua função industrial a um concurso de circunstâncias várias: primeiro a presença de águas correntes limpas, úteis à produção téxtil e capazes de alimentar pequenas quedas; em seguida, o fato de, entre os primeiros colonos alemães, encontrarem-se tecelões saxões que, ou por saudade ou por necessidade, tentaram construir no local um material rudimentar; após um comêço incerto, os fundadores das tecelagens de Blumenau tiveram a oportunidade de comprar na Alemanha máquinas modernas, aproveitando os créditos de pagamento a longo prazo que o Reich concedia fàcilmente no fim do século XIX quando de sua eclosão industrial e sua conquista dos mercados exteriores. A função industrial de Blumenau resulta, então, essencialmente da situação política e econômica da Europa há meio século. Mas, esta função industrial, de algum modo provinha de fora, teve por conseqüência a extensão da cidade, a formação de uma população ao mesmo tempo rural e operária, que anima as ruas e os arrabaldes. Não seria possível descrever nem interpretar Blumenau de hoje, fato geográfico, sem o conhecimento de sua função industrial e de suas origens políticas. Um último caso ainda; o do Rio de Janeiro que tomou um desenvolvimento brusco depois da chegada de D. João VI: a população aumenta ràpidamente, o aspecto da cidade modifica-se de todo, dá-se como que uma nova fundação do Rio de Janeiro, e o fundador, bem pensado, é Napoleão... e a cidade carioca, que não tinha até então o monopólio do poder político no Brasil, adquire uma função administrativa que se amplia e se estende sem cessar; certamente, o Rio é também centro comercial, possui fábricas (que se localizam com freqüência fora da cidade, muito quente e muito úmida), mas, é antes de tudo cidade de turismo e cidade política; não encontrando nos seus arredores imediatos tudo o que é necessário à sua subsistência, é obrigada a importar mercadorias de todos os Estados do Brasil; para seu pessoal administrativo e político, deve também importar homens de tôdas as regiões do continente brasileiro; é a única das grandes cidades do país que está, por meio do elemento material e do elemento humano, em relações estreitas com todo o país; esta situação provém em grande parte do fato de não serem suficientes os seus pântanos e montanhas para a sua alimentação esquematizando a realidade, podemos dizer que o Rio, por muito tempo condenado a um isolamento quase insular, conquistou o mercado nacional. Estas relações constantes e crescentes com tôdas as outras regiões brasileiras reforçam cada vez mais sua função política e preparam a centralização. Assim, ao lado das contingências humanas, encontramos de novo as condições permanentes do local e da situação, agindo de um modo constante e decisivo sôbre os destinos urbanos.

A função urbana não é menos interessante numa cidade pequena do que numa capital; é aí menos difícil de estudar e seus diferentes elementos decompõem-se mais fàcilmente. *E' a função comercial, ligada à presença dos meios de transporte,* mais freqüentemente, a razão de ser das pequenas cidades do interior: fazendeiros, colonos, sitiantes, aí trazem suas colheitas e aí compram roupas, instrumentos de trabalho de que necessitam. As grandes emprêsas comerciais aí possuem postos (produtos químicos, farmacêuticos, casas de fazendas como as "Pernambucanas", depósitos de firma de fumo e cigarros, etc). Esta função comercial concretiza-se pelo grande número de lojas de todos os tamanhos, onde se amontoam freqüentemente os mais variados produtos, desde livros, uísque e violas, até rôlos de arame farpado, arados, sacos de sal, etc. Naturalmente, esta atividade comercial é tanto mais intensa, quanto mais importante fôr a cidade, e a função pode ser local ou regional: não seria possível comparar a função comercial de S. Paulo e a de Botucatú. Notemos que o papel de centro de comércio é muito mais acentuado nas cidades das zonas novas do que nas regiões de

[22] Monbeig (Pierre) et Guinard (Paul): "Madrid", *Annales de Géographie,* 1932, t. XLI, ps. 481-499.

povoamento antigo: cidades como Marília, Uberlândia, Presidente Prudente, são lugares de grande raio de ação e a "boca de sertão" é um grande empório.[23] Esta situação resulta dos meios de transporte: *quem diz mercado, diz estrada*. A famosa feira de Sorocaba fixou-se ao contacto das regiões de campos e de matas, sôbre uma velha rota de comércio e de penetração; a cidade "boca de sertão" atrai o comércio por ser o término da via férrea e o ponto de partida das estradas percorridas pelos caminhões, que distribuem ou recolhem mercadorias. A posse de boas vias de comunicação é inseparável da função comercial. Vê-se como Botucatu, que foi bôca de sertão, tornou-se o entroncamento das duas linhas da Sorocabana, a que se dirige para o Paranapanema e a que chega a Bauru; daí um tráfico ferroviário ativo, baldeações de vagões, oficinas de consêrto e presença dos empregados da estrada de ferro. Mais além, Bauru é a capital comercial da Noroeste por ser o ponto terminal da Estrada Noroeste e porque as linhas da Sorocabana e da Cia. Paulista aí convergem. A isso acrescentou-se a circulação por automóvel, e Marília, centro de comércio e grande estação, é também o ponto onde passam obrigatòriamente os viajantes que vão da Noroeste a Alta Sorocabana. Encruzilhadas de estradas, entroncamentos da via férrea, pontes, portos ou lugares de pouso, os caracteres geográficos do local facilitam a eclosão do centro urbano e de sua função comercial.

Mas, o café, o açúcar, o arroz, o algodão, a mandioca que os fazendeiros e sitiantes trazem e vendem na cidade, não podem ser consumidos como se apresentam: devem passar por uma transformação industrial: a *função industrial* pode ser modestamente representada pelas serrarias, pelas máquinas de beneficiar e é todavia capaz, mesmo sob esta forma reduzida, de fazer uma cidade embrionária passar rápidamente a uma atividade caracterizada. Eis porque, na medida do possível, é conveniente pesquisar as datas de instalação dos estabelecimentos industriais e comparar êstes novos dados com o que já se sabe do passado urbano. Neste estado de seu desenvolvimento, a pequena cidade brasileira é uma reedição da cidade medieval: como esta, ela tira as fontes de sua atividade da zona rural da qual é soberana. A unidade econômica e psicológica é baseada na união constante do campo e da cidade que não tem ainda sua autonomia e não trabalha ainda independentemente das necessidades ou dos produtos de seu "plat pays" como se dizia na Flandres medieval.

Sabe-se bem que esta evolução não é constante: não sòmente aglomerados que pareciam dever passar da fase de mercado, puro e simples, à de centro industrial local, não atingem êste estádio, mas também a presença da função industrial pode ter origens diversas: ela aparece às vêzes com a própria cidade, como é o caso das cidades de mineração, e talvez as montanhas de ferro de Minas vão logo conhecer cidades barulhentas, produtos da mina, como o foram Sabará, Ouro Preto, etc.;[24] às vêzes, a função industrial é uma função de substituição ou não desempenha senão um papel complementar: o desaparecimento das feiras de burros foi um golpe sensível para Sorocaba, do qual esta só se refez com o aparecimento de uma indústria têxtil; tal como Jundiaí, antigo ponto terminal da S. Paulo Railway, antigo ponto de concentração das tropas que conduziam o café, tornou-se uma cidade de indústrias; ou tal como Limeira possui fábricas de máquinas agrícolas. A função industrial nasce, então, porque transportes favoreciam um empreendimento, etc. A função industrial como complemento de uma outra função é freqüente nos portos ou nas grandes estações ferroviárias, com razões evidentes: transformações das mercadorias baldeadas, facilidades e menores despesas de transporte, abundância de mão de obra. A indústria carioca corresponde bastante a um tal estado de coisas. O caso de Santo André nos arredores de S. Paulo mereceu um rápido estudo geográfico que mostrou como êste aglomerado, erguido sôbre um solo fértil, num clima úmido e freqüentemente frio, não se pôde desenvolver enquanto a agricultura predominava nas cercânias da capital paulista. Mas, após o desenvolvimento rápido da indústria, os industriais aí encontram terrenos bem baratos, ao lado da via férrea que une Santos a S. Paulo. Atualmente, Santo André é uma cidade industrial, com tendência cada vez maior a constituir um traço de união entre os dois elementos do mesmo organismo que são: Santos, o pôrto marítimo, e S. Paulo, a cidade dos

---

[23] Monbeig (Pierre): "Un voyage de S. Paulo à Goiânia, essai sur les zônes d'influence pauliste". *Bulletim de l'Association des Geographes Français*, n.º 118, janvier 1939, ps. 6-10.

[24] Cf. artigo de Deffontaines da *Geographical Review*.

bancos, das fábricas, das lojas e da administração. Quanto às grandes cidades industriais, o desenvolvimento recente desta função acompanha ao mesmo tempo a extensão da zona de influência das semanas, graças ao aperfeiçoamento de suas relações rodoviárias e ferroviárias com a hinterlândia, e o aumento de população da mesma hinterlândia que constitui logo um excelente mercado de consumo: não seria antes de tudo sob esta forma que se deveria considerar a indústria paulista, pelo menos no seu início? Pouco a pouco a função recentemente surgida toma o lugar da função original e acaba por dar à cidade um aspecto que ela não tinha até então.

A nossa monografia não deve perder de vista as ligações entre os fatos de ordem muito diferente: quais os aspectos da cidade que resultam de cada um de seus elementos funcionais? quantos dos habitantes da cidade colaboram em tal ou qual função? Onde se localiza, numa cidade, cada elemento da função, etc? Acrescentam-se obrigatòriamente outros capítulos do estudo geográfico e, nesta análise, nunca se deve esquecer que a realidade é uma síntese.

Um mercado, um nó de comunicações, uma indústria, tudo isto supõe o nervo da guerra: o dinheiro. A *função bancária* das cidades é um aspecto que seria errado desprezar. Pois, falar dos homens e de suas casas é bom, mas se se esquece o dinheiro, nada se disse e apenas se mostraram corpos inertes. Por isso, o papel da cidade como centro bancário é também objeto de investigação. Como e com que fundos foram criados os bancos? Que tipos de homens tiveram a iniciativa (seus nomes não têm importância em si)? Não ajudaram êsses bancos o desenvolvimento da cidade, pelo auxílio dado aos industriais, aos comerciantes, aos contrutores de casas? Dir-se-á que nos afastamos demasiado do meio natural. Mas, se se admite que o homem é um agente geográfico, que êle age sôbre a matéria natural como uma fôrça natural e que, na nossa civilização, o dinheiro é o instrumento capital do homem, não vejo razão alguma para excluí-lo da geografia. Basta, a bem dizer, falar com um habitante de uma cidade pioneira para constatar como êste observador direto e sem preocupações científicas avalia o progresso da sua cidade pelo número de bancos e a importância de seus negócios: após a construção das máquinas de beneficiar café, etc., o estabelecimento das sucursais dos grandes bancos é um índice seguro da solidez do organismo urbano e de seu enraizamento.

Enfim, resta considerar um último aspecto da função urbana: a *função espiritual*. Sob êste epíteto, voluntàriamente vago, eu englobo atividades administrativas, escolares, políticas, religosas e outras mais profanas. Deixemos de lado os santuários religiosos em tôrno dos guias foram construídas cidades e sôbre os quais os sociólogos podem trabalhar com uma competência que o geógrafo não possui. Mas, voltemos a essa cidade imaginária que foi simples mercado, depois possuiu algumas indústrias e bancos e que desempenha também o papel de centro administrativo; ela aumenta ainda sua influência sôbre as pessoas da roça que a freqüentam, que aí são chamadas freqüentemente e que para aí trariam os filhos se fôssem instaladas algumas escolas com internatos. Função essa que Marília por exemplo vai logo conhecer, função que permitiu a Casa Branca continuar como cidade depois que terminou a boa época do café. Quando medidas administrativas vêm reduzir o território submetido administrativamente as cidades pioneiras em plena eclosão, estas perdem uma parte de sua clientela: o desmembramento do município de Araçatuba veio quando indústrias e escolas estavam já sòlidamente implantadas e o aglomerado urbano não sofreu com isso; mas, não é certo que a elevação de Pompéia a município e comarca não tenha retardado a marcha o desenvolvimento de Marília. Pois, o fazendeiro e o sitiante quando vão à cidade para pagar os impostos aproveitam para fazer compras e para se divertir. Tem-se ouvido muitas vêzes evocar os tempos heróicos de Ribeirão Preto e de seus "cabarets" com nomes francêses, os salões de jogos de Barretos nos bons tempos do gado; e um geógrafo, falando de Marrakech, a cidade santa de Marrocos, definia-a como o "b... dos montanheses do Atlas". Todos sabemos que essas formas de atividade dão às cidades uma animação que outras prefeituras lhes invejam; e isso integra-se também no cenário e na alma urbana.

Pois não nos lembramos de que é sempre o cuidado de descrever e explicar o clima próprio à cidade estudada que domina o estudo da função urbana: enumerar os nomes das repartições públicas, as razões sociais das firmas indutriais, seria escrever um almanaque urbano. Uma exposição teórica como esta obriga a

separar artificialmente os tipos de funções urbanas que na realidade são solidárias umas com as outras; mesmo as que já desapareceram deixaram alguma herança no presente. Isto não seria preciso dizer para as grandes cidades, porém, casos como os de Poços de Caldas e Petrópolis, dois tipos de cidades de que não falámos porque são ainda muito raros no Brasil, mostrarão como diversas funções podem coexistir num pequeno organismo urbano e contribuir para lhe dar a forma e a vida que lhe conhecemos. Poços de Caldas nasceu das águas minerais e foi primeiro uma cidade de água; depois de alguns anos ao lado dessa função, concretizada pelas termas, apareceu e desenvolveu-se uma função puramente turística: os doentes não são mais os únicos a freqüentar a cidade: muita gente para lá e dirige também para passar férias: êste desvio da função primitiva acarretou a construção de grandes hotéis, de vilas, de um casino e um aeroporto moderno, isto é, uma modificação do cenário urbano. Mas, Poços é ao mesmo tempo o mercado de uma zona rural, não servida pela via férrea que termina nessa cidade e se prolonga pelas linhas de ônibus: ao lado dos autos de luxo e dos jovens elegantes de bicicletas, circulam os antigos carros de bois carregados de cereais; outra função, outro elemento da paisagem urbana.[25] O Professor Arbos mostrou como Petrópolis, que devia ser simplesmente um lugar de pouso na estrada de Minas ao Rio tornou-se estação de veraneio e pequeno centro industrial: três funções concomitantes, tôdas fundadas sôbre fatos geográficos.[26] E êste último caso lembra-nos ainda que durante a análise da função urbana não se deve esquecer nem o papel do meio natural, nem a ação preponderante das comunicações nem o dinamismo dos fatos e dos homens. *O raio de ação da cidade* — A todo momento foi preciso apelarmos para as relações que uma cidade mantém com uma região mais ou menos extensa: a metrópole de alguns milhões de habi-

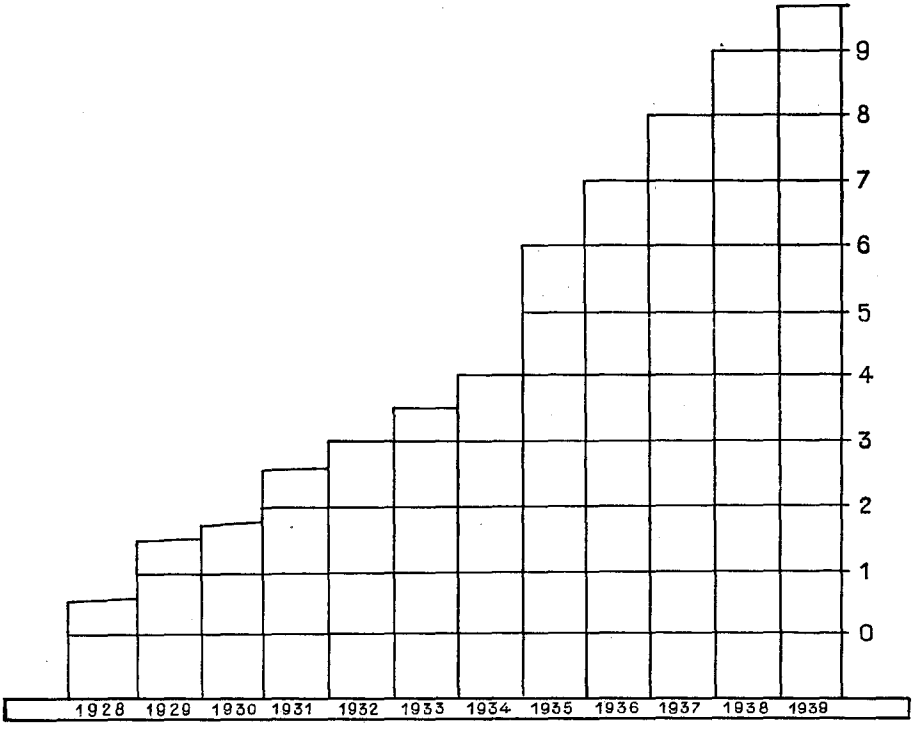


Fig. 4 — *Gráfico anual da cidade de Marília: vêem-se os efeitos da crise de 1929 e da prosperidade que acompanhou o progresso da cultura do algodão a partir de 1934.*

[25] Beatriz de Carvalho Ramos: *Poços de Caldas*, trabalho apresentado ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia, 1940.

[26] Philippe Arbos: *Petrópolis, esquisse de geographie urbaine.*

tantes, tanto quanto a pequena cidade flamenga da Idade Média depende de seu "plat pays" e age sôbre êle. Quais são então, as relações mantidas pela cidade com as regiões (ou às vêzes distantes) e como se realizam elas?.[27]

Para seu abastecimento, a cidade, e especialmente a grande cidade industrial, depende das regiões vizinhas e deve criar para si uma zona de subúrbio ("banlieue") especializada nas culturas de hortaliças e frutas, pois a alimentação urbana é quase igual à rural. Sabe-se que por muito tempo S. Paulo e sobretudo o Rio de Janeiro não possuiram zonas de subúrbio com cultura de hortaliças como atualmente o Rio tenta a colonização da baixada e da serra, como S. Paulo realizou a transformação em chácaras dos fundos vales dos afluentes do Tietê e as encostas dos morros da egião de Cotia, S. Roque, Santo Amaro, Itapecerica, Embu, etc., em grande parte graças aos imigrantes portuguêses e japonêses. Importações de legumes e frutas, mas também de leite, manteiga, carne, peixes, dão lugar a uma atividade "paraurbaine" que é função dos recursos do meio natural e das distâncias: a cartografia entra de novo em jôgo afim de se saber de onde vêm os produtos consumidos pelos habitantes da cidade, a importância de cada centro de abastecimento e para se medirem as distâncias e os tempos de percurso, assim como as variações de proveniência dos diversos artigos durante o ano. Estas questões são mais sutis nos grandes centros e seu estudo supõe a existência e a publicação dos dados estatísticos das prefeituras, freqüentemente ciosas de seus tesouros adormecidos, o conhecimento dos documentos de que podem dispor as companhias de estradas de ferro, os condutores de caminhões ("camionneurs"), ao mesmo tempo que voltas pela cidade e conversas com os comerciantes, os "chauffeurs", os chacareiros, com aquêles cujo trabalho assegura aos habitantes da cidade o alimento cotidiano e que possuem um conhecimento simples e completo das coisas. Neste inquérito, um lugar deve ser reservado à paisagem da região periférica, que não é mais urbanizada, mas cujos homens e cujos produtos estão integrados na vida urbana: preparo de um solo com grandes reforços de adubo, extrema delicadeza do trabalho agrícola que se torna um artesanato, divisão da propriedade com a cidade, eis um micro-organismo que requereria sua própria monografia, mas que participa demasiado da vida urbana para não ter seu lugar no estudo geográfico urbano.

Entre os problemas levantados pelo abastecimento da cidade distinguem-se também os do abastecimento de lenha e água; um e outro podem já ter sido esboçados como elementos do local e da situação e sua existência mais ou menos abundante pôde ajudar a fixação da cidade; mas, as necessidades aumentam, enquanto que os recursos diminuem: o deserto substitui as florestas de outrora, e para alimentar e proceder à limpeza da capital, é preciso ir procurar a água muito longe, às vêzes a centena de quilômetros. Os aspectos puramente técnicos dos trabalhos realizados para a adução da água não precisam entrar na monografia, mas as condições do relêvo, da constituição do solo, do regime pluvial e as necessidades da população aí encontram seu lugar normal.

O aglomerado urbano requer ainda outra coisa da zona rural que o rodeia: lugares de repouso para os períodos de férias, lugares de descanso e de divertimento para os domingos. A prática anglo-saxônica do "week-end" atingiu tôdas as populações urbanas em graus mais ou menos avançados; os esportes, o automóvel, as preocupações de higiene e a instituição das férias, não apenas escolares mas também de trabalho, acarretaram um movimento da cidade para o campo. Na montanha vizinha, mais fresca e mais verde, na praia, à beira mar ou à beira dos lagos, as multidões dos habitantes das cidades vão procurar o descanso físico e moral no fim da semana e durante as férias anuais. Não se poderia negar que os exércitos de cariocas que vão todos os domingos a Paquetá, às praias de Niterói, a Petrópolis, ou as legiões de paulistas que vão a Santo Amaro, às Sete Praias, Interlagos, Santos ou Jaraguá, dão à vida urbana um aspecto que ela não possuia há apenas 20 anos. Podem-se cartografar êstes movimentos que não se efetuam ao acaso e que prolongam a cidade para além de seus arrabaldes.

Para sua subsistência, para seus divertimentos, para suas indústrias também, que precisam importar matérias primas, a cidade depende do campo. *Mas,*

---

[27] Encontrar-se-ão, entre as teses de geografia regional, tão numerosas na França, bons exemplos de estudo de cidade em função de uma região. Entre muitas outras, citemos a tese de Pierre George: *La région du Bas Rhône*, Paris, 1935, que possui capítulos muito instrutivos sôbre Nime, Orange e sobretudo Avignon.

de outro lado, ela exerce uma influência tanto maior, quanto mais forte fôr a densidade das vias de comunicações e quanto mais ràpidamente percorridas forem as distâncias. Sabe-se que cada vez mais a população das grandes cidades tende a deixar deserto tôda tarde o centro da cidade e a estabelecer suas casas nos subúrbios: o suburbano parisiense é um tipo humano pitoresco, que sai tôdas as manhãs muito cêdo, voltando tarde, encontrando no trem os mesmos companheiros de viagem tôdas as manhãs e tôdas as tardes, discutindo acontecimentos do dia e elaborando lentamente a opinião pública, nos percursos mais longos (para Paris quase 3 horas), organizando intermináveis e animadas partidas de baralho. Também não são desprovidos de pitoresco os trens elétricos do Rio, os "subúrbios "de S. Paulo. Mas, qual o número dêsses homens? Em que medida seu gênero de vida é rural ou urbano? Para onde vêm êles, que distâncias percorrem por dia? E em quanto tempo? A tendência é para o aumento da população dos subúrbios, e em que pontos exatos dos subúrbios? E o porquê de tudo isto, que não será alcançado talvez, mas que é preciso procurar. Neste terreno, os mapas são ainda uma vez indispensáveis: mapas de densidades humanas e das superfícies construídas, mapas dos meios de transporte, mapas "isocrones" "isométricos", mapas das densidades dos meios de transporte nas diferentes direções e sempre a preocupação de comparar êsses documentos cartográficos com os mapas topográficos e geológicos, e sempre o cuidado de pedir à história explicação que ela possa dar (velhos eixos de circulação que renascem, pequenos aglomerados outrora autônomos, reservatórios de população e que se tornam satélites, indústrias muito antigas que permanecem e se modernizam, trabalhando no concêrto industrial da cidade).

As cidades do interior não conhecem êsses subúrbios industriais, residênciais e entretanto quase rurais, nem êsses fluxos cotidianos de população. Porém, apresentam outros problemas: por exemplo, em que medida a população urbana encontra um suplemento de ganha-pão conforme a estação, nos trabalhos rurais. Penso particularmente nas mulheres e nos filhos já grandes que, morando na cidade, vão participar da colheita do algodão; partem de madrugada e voltam à tarde, indo mais ou menos longe do centro urbano. Outrora, as condições sociais e o baixo nível de vida das populações do interior paulista explicavam a existência da população urbana relativamente numerosa em relação as possibilidades de ganhos e de trabalho: as necessidades eram limitadas, as mulheres só deveriam trabalhar nos serviços de casa, com um pequeno complemento como lavadeiras, empregadas por algumas horas, etc. Mas, os níveis de vida melhoraram, as moças, solteiras e casadas, desejam contribuir para melhorar o lar. Elas podem encontrar trabalho temporário tanto na cidade, nos "packing house" das regiões citrícolas, ou na catação do café, quando fora da cidade, durante a colheita do algodão. Elas constituem uma reserva de mão de obra que as pequenas fábricas de fiação, de malharia procuram utilizar, mas que, eventualmente se emprega no exterior.

Necessidades de abastecimento, movimentos de população permitem já conhecer até onde se estende o raio de ação da cidade. Um primeiro mapa concretiza bem êstes primeiros resultados: o dos serviços diários de transportes ferroviários e rodoviários. O levantamento dêste mapa é fácil quando as estatísticas existem e êle fornece indicações preciosas; deve-se esforçar sobretudo por conseguir a dos serviços diários de ônibus que chegam ou partem de uma cidade; poder-se-á ler aí claramente quais são os limites extremos das relações mantidas e qual é a área de extensão das mais densas relações. Êste mapa é um primeiro elemento para estabelecer, sobretudo para as cidades das zonas rurais, de que região cidade examinada é a capital regional. Mas, outros mapas devem completá-lo; um localizaria as residências dos pais cujos filhos são pensionistas dos internatos da cidade e um outro, as residências dos depositários de conta em banco ou, melhor ainda, (pois a prática da conta em banco não é aqui tão corrente como na Europa ou na América do Norte) de todos os que tiveram negócios com o banco num ano. *Mapas dos serviços diários de ônibus* (de sua densidade em cada itinerário), *mapa da influência escolar, mapa da influência bancária,* eis três documentos que permitem traçar as fronteiras da região na qual a cidade exerce sua influência. O ideal seria poder reconstruir os mesmos mapas para anos transcorridos afim de chegar a delinear uma evolução da qual a situação atual é apenas um momento. Não seria preciso dizer que as fronteiras desta região de

influência urbana não são rígidas: seria mais exato falar de *esferas de influência* da cidade A, com interferências de cidades vizinhas e rivais B, C, etc.

A espécie de guia da monografia urbana que eu tentei delinear nas páginas precedentes, não pretende conter tudo, nem definir categòricamente a marcha a ser seguida: cada caso exige sua solução e seu modo particular de apresentação. Espero que se tenha, em todo o caso, encontrado aí o essencial e que êste poderá ajudar os que quizerem tentar a monografia geográfica da cidade que habitam ou conhecem, mas hesitam quanto ao método e à delimitação do assunto. Há às vêzes qualquer coisa de árido e de penoso num inquérito aprofundado para um caso preciso, por ser êle pouco interessante e pouco novo aos olhos daquele que o faz; não se deve esquecer que o leitor futuro está bem longe de saber tanto disto quanto o autor, impregnado pelo seu assunto; deve-se lembrar também que vamos repetindo afirmações fundadas mais sôbre impressões do que sôbre certezas científicas, e que o conhecimento dos fatos geográficos e sociais do vasto Brasil é ainda fragmentário. A grande ciência não se faz de um só golpe, mas elabora-se lentamente pela acumulação de dados elementares e há o maior interesse em multiplicar os estudos monográficos, que terão tanto mais

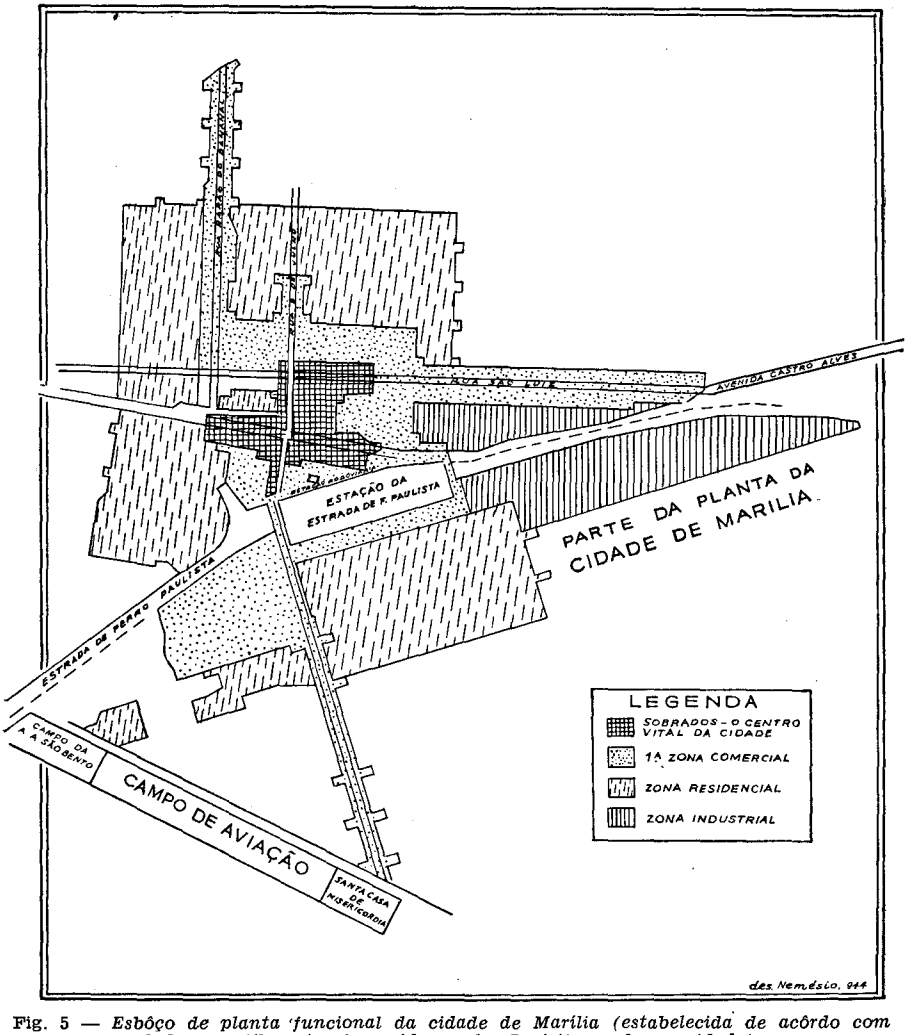


Fig. 5 — *Esbôço de planta funcional da cidade de Marília (estabelecida de acôrdo com dados gentilmente fornecidos pela Prefeitura dessa cidade).*

valor quanto menos se assentarem em conclusões definitivas. Muito provàvelmente, certos leitores, em particular os que seriam tentados pelo estudo de uma grande cidade, julgarão que esta interpretação do que deve ser a monografia geográfica urbana invade amplamente os domínios históricos, econômicos ou sociológicos, e, admitindo voluntàriamente que a realidade é efetivamente complexa, se entrincheirarão por trás da impossibilidade e do perigo de tudo abordar. Espero, contudo, ter assinalado suficientemente que não se trata de recolher fatos sociológicos e raciocinar sôbre êles como sociólogo: também não sugiro que se proceda como historiador; repetí várias vêzes que a parte de trabalhos que cabe ao geógrafo é a de dar uma interpretação geográfica dos fatos históricos, sociológicos ou econômicos. Além disso, avaliando perfeitamente a dificuldade, parece-me ser a melhor solução constituir turmas de trabalho: se a realidade é complexa, porque nos obstinarmos a analisá-la apesar de tudo? Quase em tôda parte a tendência é não mais submeter os fatos à dicotomia de nossos métodos tradicionais e escolásticos, mas, ao contrário, adaptá-los às necessidades que a vida, completa, multiforme e em perpétuas transformações, nos impõe. O papel do geógrafo, na turma de pesquisadores que empreendessem a monografia de uma grande cidade, poderia ser o de coordenador porém não o de ditador.

Nesta revista, que é a de uma administração municipal, um último aspecto da geografia urbana deve ser lembrado; isto é, que tais estudos não são dos que, sob pretêxto de realismo e de espírito prático, devam ser considerados como inúteis e metafísicos (sem querer dizer que a metafísica seja inútil). Uma monografia geográfica é um "dossier" completo com uma superioridade: esforça-se por dar uma idéia da vida tão exata quanto possível. Escrita com um espírito científico e com o desejo de compreender tendências que se elaboram surdamente no curso dos anos, no quadro das possibilidades do meio, a monografia geográfica pode prestar os maiores serviços práticos. Assim, tem-se freqüentemente falado da necessidade de estabelecer no interior do Estado de S. Paulo unidades administrativas e econômicas. Não é de crer, então, que os que se votam para esta questão encontrem uma base preciosa nas monografias das cidades que determinariam com precisão seu raio de ação? Não haveria também uma possibilidade de conhecer, por êsses inquéritos, as necessidades e os desejos dos homens? Em muitos países, o valor prático ou imediato das pesquisas de geografia humana, valor que se prende à preocupação de síntese da ciência geográfica, foi já compreendido e utilizado. No Brasil, tanto nos corredores do Congresso de Geografia de Florianópolis, quanto na obra paciente e fecunda do Conselho Nacional de Geografia, pôde constatar-se que a mesma concepção se desenvolve: o estudo científico, desinteressado, não é mais considerado como um luxo intelectual? e seu valor prático é avaliado de acôrdo com o espírito de pesquisa pura que animou o estudioso. Aí encontramos uma razão a mais para desejar que êste guia da monografia geográfica urbana não seja inútil e que os próximos anos vejam aumentar a bibliografia urbana brasileira.

Bibliografia

Para o Brasil deve-se citar antes de tudo:

PIERRE DEFFONTAINES: — The origin and growth of the Brazilian networks of towns", — *Geographical Revew,* 1938, vol. 28, p. 379-399. Êste artigo faz indicação de algumas referências bibliográficas como P. E. James: *Belo Horizonte and Ouro Preto, a comparative studie of twobrazilian cities.*
Paper Michigan Acad, of Sci. *Arts and Letters,* vol. 18, 1932, Ann-Arbor 1933, pp. 239-258; e H. R. da Fonseca Filho: "S. Tomé das Letras", *Rev. Soc. de Geogr. do Rio de Janeiro* vol. 35, 1932 pp. 46-58.

ARBOS: (Ph) — *Petrópolis, esquisse de Géographie urbaine* — (Rve. de Geogrf. Alpine, Grenoble XXV 1938, pp. 477-530.

PRESTON E. JAMES: — "Rio de Janeiro and São Paulo", — *Geographical Review,* t. XXIII 1933, pp. 271-298.

QUELLE (OTTO) — "Rio de Janeiro", — *Beitrag zur Geographie einer tropischen Grosstadt.* Zeitschr. gesell. fur Erdkunde zu Berlin 1931 p. 241-257.

AGACHE: — *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação e embelezamento* — Paris — 1930.

DEFFONTAINES: — "Rio de Janeiro, une grande victoire urbaine" — *Revue d'économie politique,* 1937, pp. 92-109.

E. SIMÕES DE PAULA: — *Contribuição monográfica para o estudo da segunda fundação de S. Paulo.* — 1936 — São Paulo.

CAIO PRADO JÚNIOR: — "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de S. Paulo" — *Geografia,* n.º 3, ano I, pp. 239-262. O mesmo autor apresentou ao Nono Congresso de Geografia um estudo completo sôbre êste assunto, que aparecerá nos *Anais do Congresso.*

Série de trabalhos executados pelos alunos da cadeira de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, apresentados ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia e que aparecerão nos *Anais do Congresso* estudos sôbre Santo André (da autoria do Dr. Raul de Andrada) Casa Branca (pela Professora M. A. Pantoja), Jaboticabal (pelo Prof. Odilon Nogueira Matos), Marília (pelo Prof. Pierre Monbeig), Franca (pela Prof. M. C. Martins Ribeiro), Poços de Caldas (pela Sra. B. de Carvalho Ramos) Catanduva (pela Prof.ª Olga Pantaleão) apresentação dos trabalhos (pelo Prof. Pierre Monbeig).

Ver também a coleção da *Revista do Arquivo Municipal.*

Existem numerosos artigos exclusivamente históricos e estudos inspirados por cuidados de urbanismo. Esta literatura constitui uma excelente matéria prima para os estudos geográficos mas não nos parece dever figurar nesta breve bibliografia.

A título de exemplos e para se familiarizar com o método, é bom ler bons estudos de geografia urbana; entre os que figuram nas bibliotecas públicas de S. Paulo, podem-se reter: Blanchar Grenoble-Demangeon: *Paris* (pequeno livro dedicado ao grande público e aos professores primários).

GLERGET: — *Le Caire* (dois volumes) — Lespes: Algeri.

Annales de Géographie: H. de Martonne: Buenos Ayres (1935, p. 281-304, of, compte rendu dans *Geografia*), Morazé: *Dakar* (1936, p. 607-631) Soullas: *Villes marchés et villes d'industrie de Haute Normandie* (1936, p. 399-414), Fichelle: *Bratislava étude de ville* (1937, p. 189-194), Albitreccia: *Ajaccio, le port et la ville* (1938, p. 361-372) Bochet: Klaipeda — Memel (1938, p. 372-392), Dubuc, *L'approvisionnement de Paris en lait* (1938, p. 257-266).

Annales d'Histoire économique et sociale: Jourdan: "La ville étudiée dans ses quartiers, les halles de Paris au Moin Age" (1935, p. 285-301).

Na *Geographie Universelle* de Vidal de la Blache et Gallois, pode-se ler o capítulo sôbre Londres (Demangeon) Berlin (De Martonne).

Uma notícia sôbre os trabalhos de geografia urbana nos Estados Unidos foi publicada no número de julho de 1938 dos *Annales de Geographie* (p. 435-439). No *Geographical Review,* serão encontrados: Charles M. Davis: "The cities and towns for the high plains of Michigan" (1938, p. 664-673), Alfred Wright: "Ohio towns patterns" (1937, p. 615-624), John E. Orchard: "Changai" (1936, p. 1-31), John K. Wright: "The diversity of New York city. Comments on the real property inventory of 1934" (1936, p. 620-639).

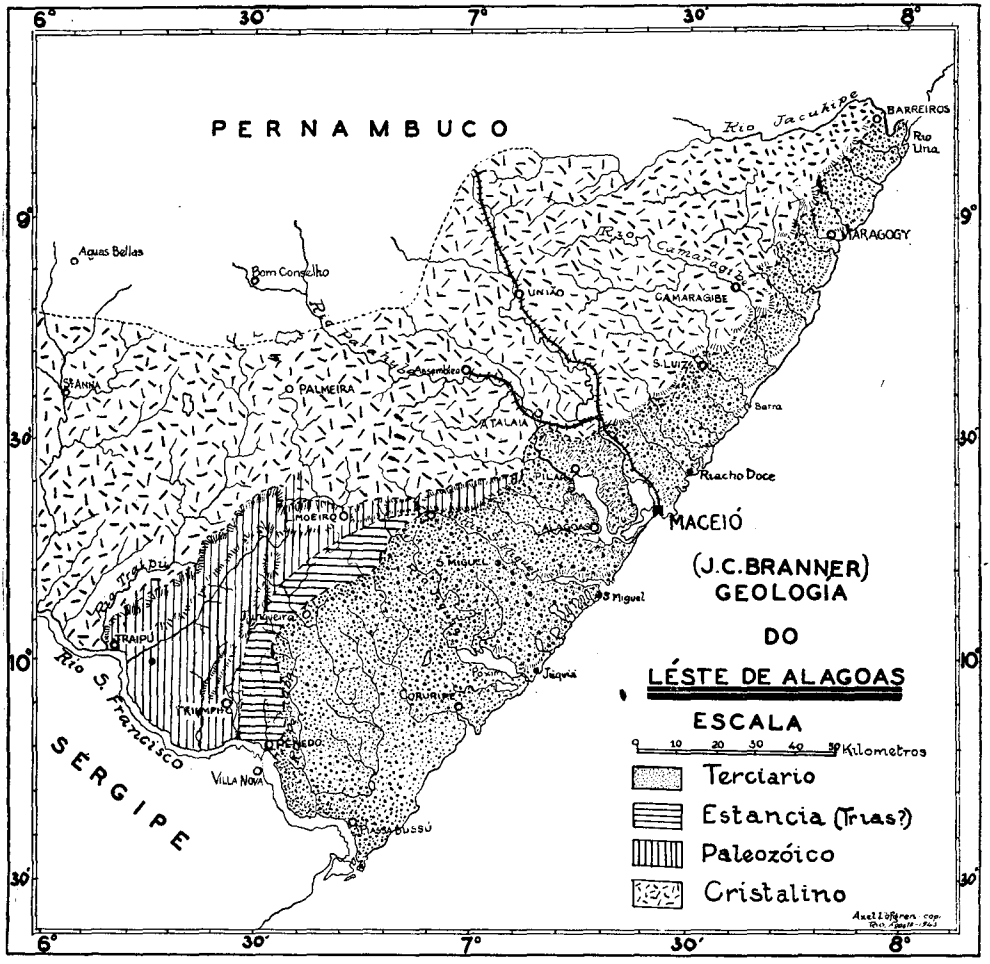
AOS EDITORES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Caráter geográfico da zona dos lagos no Estado de Alagoas *

De "Geology of the Coast of the State of Alagoas, Brazil", págs. 19-20-21. Reprinted from Annals of the Carnegie Museum, vol. VII, n.º 1 — 1910.

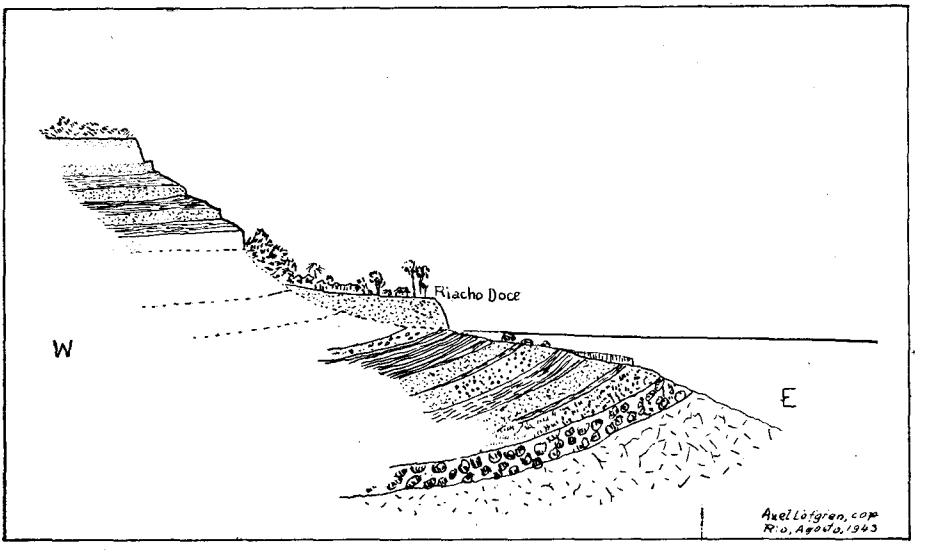
JOHN CASPER BRANNER

Certas feições topográficas da costa de Alagoas vieram elucidar bastante a formação geográfica não só dêste Estado mas de uma grande parte do nordeste do Brasil. Refirimo-nos aos lagos que são tão caraterísticos dêste Estado.



* A tradução para o vernáculo foi feita pelo Eng. de Minas Axel Löfgren, chefe da Secção de Topografia e Carta Geológica da Divisão de Geologia e Mineralogia do D.N.P.M.

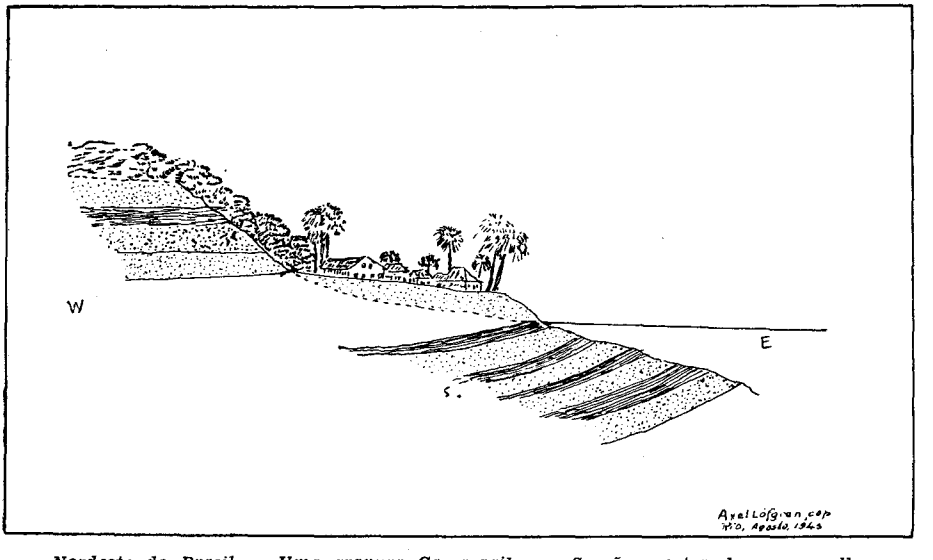
O mapa junto mostra-nos a distribuição dos lagos nas costas de Alagoas. Deve-se notar que os lagos não são paralelos à costa mas que seus eixos longitudinais ficam aproximadamente em ângulo reto com a linha da costa. Todos êsses lagos são separados do mar por taboleiros baixos de areia solta que geralmente é atirada em compridas e estreitas línguas. Em todos os casos os lagos



Riacho Doce — Secção hipotética em Riacho Doce indicando a relação entre os folhelhos e conglomerados dos barrancos a oeste da cidade.

estão gradualmente sendo preenchidos pelos detritos carreados para o seu interior pelo terrenos altos dos arredores.

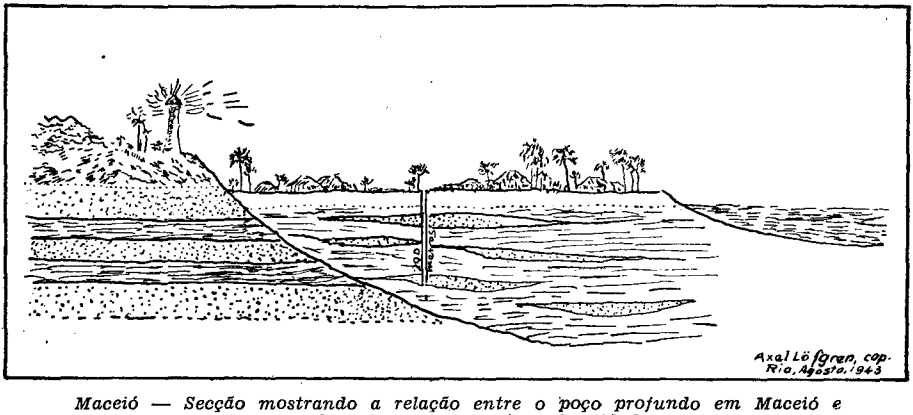
Tôdas essas feições geográficas parecem ficar bem explicadas pela teoria segundo a qual a costa anteriormente se acharia consideràvelmente mais alta



Nordeste do Brasil — Uma gravura Camaragibe — Secção mostrando o mergulho dos folhelhos para o interior.

do que atualmente. Ao tempo dessa elevação a linha da costa achava-se algum tanto mais para leste e devido á maior elevação dos terrenos a quantidade de chuvas provàvelmente era também um tanto maior do que agora.

Àquele tempo os lagos não existiam mas através da faixa costeira cruzavam vários córregos escavando fundos leitos de barrancas empinadas nos sedimentos moles. Um longo período de levantamento e erosão foi seguido por uma depressão que levou o fundo dêsses leitos bem para baixo do nível do Oceano, de formas que a água salgada invadío-os e transformou-os em estuários. A linha da costa mudou-se algum tanto mais para o interior e as ondas logo cavando o material mole das testadas jogavàm os sedimentos costeiros de volta contra a bôca dos estuários e eventualmente os transformavam em lagos. Os sedimentos trazidos para dentro dos lagos, tanto dos lados como dos extremos, gradualmente os encheu de modo que alguns dêles já haviam sido transformados em brejos e o mesmo processo com o correr do tempo irá entupí-los todos. Lagoa do Norte pode ser tomada como típo dos maiores dêsses lagos. Êsse lago tem sido aterrado a tal ponto que só é navegável por embarcações de calado pouco além de um metro e isso mesmo, apenas em um único canal do lado sul do lago.



Maceió — Secção mostrando a relação entre o poço profundo em Maceió e as rochas dos morros acima da cidade.

Ao tempo em que a região se achava mais alta, o baixo rio São Francisco corria através de uma garganta de Barrancos empinados e os seus tributários de ambas as margens cavaram seus leitos até ou quase até o nível do rio principal.

Quando se deu a depressão de rios laterais foram inundados e seus antigos canais são hoje demarcados pelos lagos, brejos ou fundos chatos e largos de rio.

Enquanto os lagos costeiros iam sendo aterrados com os detritos das terras do interior, os que eram carreados das costas mais próximas, iam-se acumulando no local sob a proteção oferecida pelos recifes de coral que abundam ao longo de algumas partes da costa de Alagoas. Em tais pontos a terra vai invadindo o mar. Em Jaraguá ao sul da cidade de Maceió, por exemplo, um poço levado a duzentos metros de profundidade há muitos anos nas oficinas da estrada de ferro em Maceió, foi todo em material solto (friável): Tal fato faz supor que o forte talude dos barrancos em que se acha o farol, estende-se pelo menos a duzentos metros abaixo da superfície do solo, porque êsse material friável não pertence às camadas do *plateau in situ* mas a depósitos ulteriores deixados após a depressão dessa região.

Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Resenha

Toponímia tupi do polígono carioca

Cumpre, antes de tudo, delimitar o que abrange o Polígono Carioca.

A quem estudasse o que se chama o *"Sertão Carioca"*, uma coisa logo se imporia; a divisão em três zonas: zona da Leopoldina, Ramal de Santa Cruz e zona de Jacarepaguá, havendo nesta divisão uma interpretação antropogeográfica, por isso que todo o "sertão" se liga a essas três zonas de "interêsse".

A cada zona correspondem três estradas de rodagem de suma importância: a Estada Rio-Petrópolis, a Estrada Rio-S. Paulo e a Estrada de Jacarépaguá.

O livro do Sr. Magalhães Correia, o *Sertão Carioca*, trata sobretudo da zona de Jacarépaguá, sendo parca a contribuição a respeito dêste "sertão", que se liga ao Ramal de Santa Cruz.

Nosso trabalho não é do mesmo gênero, mas é um trabalho de geografia linguística, que, na especialidade — nomes geográficos tupis de uma zona restrita do Sertão Carioca, — procura trazer uma contribuição completa, cuja autoridade emana de quem quase nasceu nesta zona do sertão, ligada ao Ramal de Santa Cruz.

A denominação "Polígono Carioca" tem uma significação política, que surgiu de uma unidade de interêsse, a qual não se confunde com nenhuma divisão do Distrito Federal: policial (divisão em distritos) ou municipal (divisão em freguesias). A política do senador Vasconcelos, seguida (cronològicamente) pela do senador Camará, e, até pouco tempo, pela do ex-senador Cesário de Melo, sempre abrangeu o que ficou conhecido pelo nome de "Triângulo Carioca" — Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz.

Mais tarde, o prestígio político, derivado de uma comunhão de interêsses, passou a atingir Bangu e Realengo.

Foi aí que surgiu em um jornal "sertanejo" do tempo, a *Gazeta Rural*, a denominação *Polígono*, criada pelo redator Manuel dos Santos (Manduquinha). O têrmo "pegou". E é a isso que se chama Polígono Carioca: Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Bangu e Realengo, com tôdas as localidades, que a essas povoações se ligam por uma comunhão de interêsses.

Em nosso trabalho, ora damos importância ao fato de determinada localidade ou acidente estar dentro de freguesias que atingem a essas estações da Central do Brasil, ora seguimos o critério dos "interêsses", em que lugares de outra freguesia são verdadeiros "subúrbios" das estações citadas.

Notas preliminares

I — Toponímia direta é aquela que aparece *diretamente* em os nomes geográficos; Toponímia indireta é aquela, cujo nome tupi tem significação primitiva de nome comum ou onomástico já no vernáculo.

II — E' interessante observar que certos nomes se repetem por todo o Brasil, principalmente aquêles que designam sítio de aves, de peixes, de plantas comuns, etc., o que prova que várias monografias, com o âmbito geográfico limitado desta, levantariam uma estatística completa de quantas vêzes aparece, no Brasil, os nomes *Jacarei, Guaraquessaba*, etc., e, por outro lado, teríamos um inventário completíssimo da influência tupi em a nossa língua, influência esta caracterizada pela Toponímia.

Passemos aos nomes:

ARASSATIBA — (Top. direta), — ilhota. Teodoro Sampaio (*O Tupi na Geografia Nacional*, 3.ª ed. 1928, pág. 156) regista duas origens para a palavra, sem anotar, porém, o nome da ilhota carioca: *Arassatiba* que aparece com a corruptela *Arassatuba* e uma *Arassatiba*, que aparece íntegra, significando — planalto no tupi amazônico (de *ara-ça-ti-ba* — sítio de ver o mundo). Pensamos que a palavra é a mesma, na forma íntegra, que deu *Arassatiba*.

Arassatiba — do tupi *arassa-tiba*, o sítio dos arassás; onde há abundância de arassás (fruta).

BANGÚ — (Top. direta) — Sampaio já foi acusado de dar muitos têrmos africanos como tupis. Com efeito Jacques Raimundo dá como de origem africana (Cf. J. Raimundo) —, embora Renato de Mendonça não o consigne. Contudo, a origem tupi é preferível, porque viria de *ubang-u* — a barreira negra ("alusão a um sêrro"). Cf. T. Sampaio op. cit. 164.

CABOCLOS — (Top. indireta) — serra dos ... de *cáa-boc*, tirado do mato. A forma primitiva é *caboco*, como ainda dizem alguns habitantes do sertão. (V. Teodoro Samp. op. cit. 94, 95).

CABUSSÚ — (Top. direta) — 3 localidades: *Cabussú de baixo e Cabussú de Cima* (ambas no Rio da Prata) e Cabussú, no Estado do Rio, perto da divisa do Distrito Federal, mas inteiramente ligado por interêsses a Campo Grande.

Do tupi cab-ussú vespa grande, maribondo (Magalhães Correia — *Sertão Carioca*, p. 249 e Teod. Samp. op. cit. 174).

CABUNGUÍ — Magalhães Correia dá como sendo "morro e nascente do rio Vargem Grande" (op. cit. 249).

Contudo, há, também, uma estrada entre *Guaratiba* e *Jacarépaguá* com êsse nome.

Do tupi *vaso* dágua (segundo Magalhães Correia).

CAJUEIROS — (Top. indireta) — caminho e localidade, em Guaratiba. *Cajueiro* é a árvore do cajú. *Cajú* — do tupí a *cã-iú* — o pomo amarelo (Teodoro Sampaio op. cit. p. 147).

CAMARA' — (Top. indireta) — Da antiga fazenda de Viegas, surgiu um lugarejo em franco progresso, cuja estação ferroviária recebeu o nome de senador Camará, benfeitor e político do sertão carioca. E' uma estação entre Bangu e Santíssimo. O povo diz resumidamente: *Camará*.

Do tupi *caá-mbará*, a planta de fôlhas de várias côres (Teodoro Sampaio op. cit. 177, e Magalhães Correia op. cit. 250).

Aliás, o nome é moderno, primitivamente onomástico, todavia cumpre notar que Magalhães Correia dá a planta como existente no sertão carioca.

CAMBANGA — (Top. direta) — rio, afluente do Guandu-mirim. Do tupi: *caámbá* — mato aberto ou planta ôca.

CANHANGA' — (Top. direta) — estrada em Guaratiba, acutização de Canhangá. Do Tupi: *caá-nhangá*, a planta animada, odorífera. T. Sampaio 179).

CAPÃO — (Top. indireta) — morro, em Realengo e ilha da baía de Sepetiba.

Do tupi *caá-pãu,* ilha do mato. E' o nome que se dá hoje à espécie de vegetação que consiste em "mato" que cresce ilhado no meio do campo". (T. Sampaio, op. cit. 73).

Não confundir com *capuão* de *caá-apoan,* mato redondo.

CAPIM MELADO — (Top. indireta) — serra. E' claro que só a primeira é tupi. *Capim* — Do tupi *caapii,* planta de fôlhas finas, miudas. (Teodoro Sampaio op. cit. 179).

CAPOEIRAS — (Top. indireta) — estrada e localidade. *Capoeira* — Teodoro Sampaio grafa *capueira.* Do tupi *caá-poêra,* mato que foi (extinto) (T. Sampaio op. cit. 72 e M. Correia, op. cit. 251). Admite-se também a origem de *côcoéra,* ou melhor, *côpoera.* (T. Sampaio op .cit. 103).

Não confundir com uma outra *capoeira,* registrada por A. Nascentes, no *Dicionário Etimológico,* com significado e origem inteiramente diversos, contudo a "Capoeira" — mata de origem tupi está consignada no IV volume do *Idioma Nacional* p. 224. Há também, como "capoeira", um "capão", que nada tem de tupi embora o "capão" dos nomes geográficos no Brasil seja o tupi cem por cento.

CARAPIA' — (Top. indireta) — estrada e localidade (caminho de Barra de Guaratiba). "troço pedaço", a árvore conhecida (T. Sampaio op. cit. p. 182.)

CAROBA — (Top. indireta) — localidade entre Campo Grande e Vasconcelos.

A Estrada Rio S. Paulo absorveu a antiga Estrada da Caroba.

Do tupi *caá-roba,* a folha (ou planta) amarga, (T. Sampaio op. cit. p. 184).

CATONHO — (Top. direta) — localidade em Guaratiba. Provàvelmente tupi. *Catú* significa bom, bonito e é nome de alguns rios no Brasil. Onho é côr de *i* — *nhã,* alterado para *unhã* que significa 2.ª água que corre". *Catonho* é provàvelmente "rio bonito".

CEARA' — (Top. indireta) — estrada. Começa na Est. do Mendanha e termina na Est. de Bangu.

E' quase certo que a toponímia é indireta. A procedência é obscura. *Canto da jandaia* interpretou José de Alencar. Teodoro Samp. dá *cê-ará* fala (ou canta) o papagaio.

COMARI — (Top. indireta) — localidade entre Pau-Ferro e rio da Prata. Escreve-se, em geral, com "o" e muitos no sertão carioca pronunciam o "o" bem fechado.

Do tupi: *cû-mbori* — o que excita a língua (pimenta).

CRECRECHE' — (Top. direta) — localidade no Mato Alto. É provàvelmente tupi. Há o elemento *Kari* na primeira sílaba. Compare-se com *Cricaré* em (Teod. Sampaio op. cit. 192).

CURICICA — (Top. direta) — localidade e estrada, perto de Guaratiba. Do tupi *curi,* pinhão, *cica* resina — *resina de pinhão.*

GERICINO' — (Top. direta) — localidade, maciço e mata. E' em plena zona militar, de Realengo a Deodoro. Teod. Samp. dá a serra e a localidade (op. cit. 202). Do tupi *iari cin-o,* o cacho liso e fechado.

GIGOIA — (Top. direta) — ilha, perto de Guaratiba. Do tupi *gii-rãguaia* (*guá-ia, goia*), indivíduo semelhante, "semelhante a rã" (ou talvez giboia). Cf. Magalhães Correia op. cit. 251.

GOIABA — (Top. indireta) — Vala da..., em Sta. Cruz. (Convém notar que em Santa Cruz é comum dar o nome de vala a riachos já dignos de menção. Tanto que chamam, indiferentemente, *rio Itá* ou *vala* do *Itá*).

Do tupi *acoia* ou *acoiaba* (ajuntamento de caroços).

GRAVATA' — (Top. indireta) — morro feito de Piabas. Corr. *de caraná-tã* — o caraná duro. (Caraná é o nome primitivo de carnaúba).

GRUMARI — (Top. direta) — entre os morros de Pedra Branca, Boa Vista, Piabas, St. Antônio da Bica e Fachina.

Dessa localidade parte uma estrada, que atravessa *Grumari* e finda na estrada da Barra de Guaratiba..."

"é uma localidade tranqüila, de população laboriosa de pescadores e agricultores..."

Do tupi *curú* — paradeiro, local e *mari* — cássia. Viveiro das Cássias.

GUANDU — (Top. direta) — rio limítrofe. Tem em certos trechos o nome de *Guandumirim.*

Magalhães Correia menciona o rio e dá-lhe origem tupi: de *Cuando* ou *cuandú* — ouriço.

Renato Mendonça (*A influência africana no português do Brasil,* (pag. 204) e Jacques Raimundo (*O elemento afro-negro na língua portuguêsa,* p. 173) dão *Guandu* como africanismo.

Pensamos que o fato de Teod. Sampaio não mencionar o nome do rio que devide o Estado do Rio do Distrito Federal é bem significativa. Contudo há formas híbridas, principalmente com *assú* e *mirim,* nome que, em alguns trechos, assume o rio Guandu.

GUARATIBA — (Top. direta) — localidade, barra, pedra, praia.

Do tupi *guará-tiba* — garças em abundância. (T. Sampaio op. cit. 210). Magalhães Correia repete tal significação. A respeito de *Guaratiba* convém observar, todavia, o sentido genérico que os indígenas emprestavam a certos nomes. E assim, como Jacarei, dado a varias localidades, relembra a abundância de réptis nesses lugares e os compostos de *Pira* peixe (Pirassinunga, Piratininga, etc.) recordam a riqueza ictiológica das regiões, há em *Guaratiba* uma significação de *passarada* e um esquecimento do significado de *Guará*-garça. Todos êsses compostos de *guará* recordam a riqueza de nossas aves. (Cf. T. Sampaio op. cit. 90).

INHOAÍBA — (Top. direto) — estação entre Campo Grande e Cosmos. Do tupí *nhú* — *aíba* — o campo mau.

IPIRANGA — (Top. direta) — ponta, na extremidade do saco de Piaí.

Do tupí *I* — *piranga* — rio vermelho.

ITA' — (Top. indireta) — rio. Passa entre os campos de S. Luiz, Jacarei e S. José. O prof. Artur Duarte Ribeiro, num mapa de 1932 para o Guia Briguiet, regista: *Vala do Itá.*

Realmente, *Itá* é *pedra, metal,* em geral, de *i* — *tá,* o que é duro. No caso, porém, é abreviatura de Itaguaí. E, como veremos, em Itaguaí, há o elemento *itá,* apenas na aparência.

ITAGUAÍ — rio e estrada. Como rio, divisa entre o Distrito Federal e o Estado do Rio, atravessa os campos de St. Agostinho e S. Miguel.

Não obstante a ligação estreita dos nomes da estrada e rio com o velho município de Itaguaí, seria ficar fora dos limites traçados em nosso trabalho, citar a velhíssima cidade fluminense.

Itaguaí é exemplo de um fenômeno interessante, que se deu com as denominações tupis, a tendência de um tudo, encontrar o elemento *itá*. Não obstante as interpretações — *Itagoá-hy*, rio do vale das pedras e *itáaquaí*, guizo ou cascavel metálico a anteposição do *i* é uma corruptela, porquanto a verdadeira origem é Taguá-hy — o rio do tauá, o que se baseia em velhos documentos. (Cf. T. Sampaio op. cit. 84 e 138).

ITAPUÁ — (Top. direta) — localidade e pedra, entre Guaratiba e Jacarépaguá. Do tupi *itá-apuã* — a *pedra redonda* ou *itá — poã* — a pedra empinada (V. T. Sampaio op. cit. 235). Mas êle mesmo parece preferir a última, como se depreende do que diz à pág. 84. Pronuncia-se também por todo o sertão carioca *Itapuá*, pois nos vocábulos tupis o som nasal final *ão* transformou-se em *á*, sob a influência portuguêsa (Cf. Paraná, Guaianá, etc.).

ITAPUCA — (Top. direta) — localidade e fazenda na Entrada da Barra. Do tupí *itá — puca a pedra que arrebenta.*

Teodoro Sampaio não regista êsse nome que, todavia, não é estranho em outros pontos do país.

ITAÚNA — (Top. direta) — morro entre Guaratiba e Jacarépaguá.

Os índios não conheciam os metais e *itá* (pedra) foi a palavra escolhida para designá-los e, assim, *itá-una* era o *ferro* (pedra preta).

JACAREÍ — (Top. direta) — campo, entre o rio Guandu e a vala do Itá. Do tupi *iocaré-i*, o rio do jacaré. Deve repetir-se em outros lugares, por isso que se refere a rios que possuem jacarés em abundância. Contudo, é claro que Teodoro Sampaio (op. cit. 241) o registra como nome da conhecida cidade paulista.

JUARI — (Top. direta) — localidade.

Do tupi *juá — r — i*, o rio do juá.

E' interessante notar que Teodoro Sampaio (op. cit. 249) regista o nome, como sendo o de um antigo engenho no Rio de Janeiro, e foi êsse engenho que deu o nome ao local, hoje uma espécie de subúrbio de Campo Grande.

MACACOS — (Top. indireta) — serra em Realengo.

A origem de "macaco" é discutida. Antenor Nascentes, baseado em Adolfo Coelho, Pacheco, Lameira, Carlos Pereira, Silva Bastos, Figueiredo, Stappers, Academia Espanhola e sobretudo, em Ortiz, prefere a origem africana.

Teodoro Sampaio dá como tomado aos Galibis da Guiana, onde o suíno e chamado *macaca* (op. cit. 255). Lokotsch, afinal Nascentes, admite mesmo uma origem tupi.

MAMBUCABA — (Top. direta) — localidade.

Do tupi *mombucaba* o furo, a passagem. (T. Sampaio op. cit. 258). Aliás, Mombucaba ou *Parajurú* chamavam os indígenas aos estreitos, na sua nomenclatura geográfica (idem, 76).

MANGUETA' — (Top. direta) — praia, no fim da Pedra de Guaratiba, perto da capela.

Em tupi, geralmente as palavras são invariáveis em número.

Contudo *etá* (a) muitos — é um dos adjetivos que pluralizam os têrmos tupis.

MARAMBAIA — (Top. direta) — restinga e estrada.

Do tupi *mbará — mbai* o cêrco do mar, isto é, restinga. Há também uma outra interpretação menos aceitável: *marambaia* a cêrca de guerra (Cf. T. Sampaio op. cit. 262).

MARAPICU — (Top. direta) — pico limítrofe do Distrito Federal a 631 m de altura. Do tupi *imirá-pucú* o pau comprido.

Teodoro Sampaio não o regista.

PAVUNA — (Top. direta) — rio. Só nos interessa, com êsse nome, o rio, porque apenas nasce perto de Realengo. Banha outra zona da terra carioca.

Do tupi, *pabuna*, o lugar escuro, ou de *ipab-una*, a lagoa escura. (Cf. Teodoro Sampaio. op. cit. 285 e Magalhães Correia que o repete).

PERNAMBUCO — (Top. direta) — local na Restinga da Marambaia.

De *para-nã* — semelhante ao mar e *mbuco* — furo, brecha.

PIABAS — (Top. indireta) — local, perto de Guaratiba (cemitério de) e cachoeira no Mendanha.

De piá-bãi — o que é manchado com desanalação. Teodoro Sampaio só regista a corruptela *piabanha*.

PIAÍ — (Top. direta) — saco (na baía de Sepetiba) e caminho.

De *piá* — coração e *i* — rio, água, (Rio do Coração) (seio dágua?).

PIRACÃO — (Top. direta) — rio. Aumentativo vernáculo de *Piraquê*.

PIRAJURA — (Top. direta) — rio em Realengo.

De *pirá — aiura*, o peixe que vem (para a desova).

PIRANEMA — (Top. direta) — rio, afluente de Guandu.

De *pirá-nema* o peixe morrinhento.

PIRAQUARA — (Top. direta) — rio no Realengo. Nasce na serra do Barata. De *pirá — peixe* e *quara* — buraco; *a toca do peixe.*

PIRAQUÊ — (Top. direta) — nome que recebe o rio Chachinha. Desagua na baía de Sepetiba.

Do tupi *pirá-iquê* — o peixe entra (estuário, onde o peixe entra para desovar). E' forma alterada de *Piraiquê*.

PIRIPIRI — (Top. direta) — campo perto do campo do Saco (Santa Cruz). *Piri* — junco e peri — junco: *juncal*. (V. Magalhães Correia op. cit. 264 e Teodoro Sampaio op. cit. 292, Aí vemos o recurso da repetição no tupi para exprimir abundância. É um modo de formar coletivos e aumentativos. (T.S. op. cit. 27).

PISSINGUABA — (Top. direta) — local. Do tupi *pi* — pele, *ci* — *brilho* e *guaba* — comida (a forma pura é *uaba*): *Pele de boa aparência e comível.*

POMBEBA — (Top. direta) — ponta. Do tupi *po-mbeba a mão* (fibra, verga), *chata. Teodoro Sampaio* regista a corruptela *Pombeva* (op. cit. 294). V. Magalhães Correia, op. cit. 273 sôbre ilha do mesmo nome, mas já fora dos limites de Guaratiba.

PURANGABA — (Top. direta) — local no Mendanha.
Do tupi porangaba — formosura.

SAPECU — (Top. direta) — Campos do... em Santa Cruz.
Admitiria duas interpretações: *sa-pucú* — olho comprido, *sapê-pucú* (com haplologia) — sapê crescido (comprido). A última interpretação é a preferível, pois concorda com a coisa.

SAQUASSU' — (Top. direta) — localidade.
Do tupí *socó* — *ave* (*sóo có* — "bicho que se arrima") e *assú* — grande.

SEPETIBA — (Top. direta) — baía, localidade e estrada. Do tupi *sepetiba* — o sítio dos sapês. (V. Teodoro Sampaio op. cit. 306 e 130).

SEPETIBINHA — (Top. indireta) — localidade.
Diminuitivo de *Sepetiba.*

SERNAMBETIBA — (Top. direta) — praia e localidade. Parte pertence a Guaratiba, embora tenha comunidade de interêsses com Jacarepaguá. Do tupi *surunambi-tiba* o sítio dos sernambís (mariscos). (V. Teodoro Sampaio op. cit. 92 e 306 e Magalhães Correia 277). E' interessante notar que Sernambetiba é um exemplo típico da violência de certas corruptelas das palavras tupis:

"Do nome Sernambityba, que quer dizer *depósito de ostras,* das que se conhecem pelo nome de *sernambi,* e que também vem citado no dito *Roteiro* de Gabriel Soares, se faz, primeiro, *Simão* de *Tybá* e, depois *João de Tyba,* com que se designa, nos mapas, modernos, o rio que deságua no mar, ao norte de Pôrto Seguro, duas léguas para além do rio de Santa Cruz".

Teodoro Sampaio op. cit. 127 citando Aires do Casal — *Corografia Brasílica,* tomo II, pag. 71).

TAQUARAL — (Top. indireta) — morro, entre a estrada dos Riachos e a da Posse. *Al* é sufixo de origem latina, no caso, de idéia coletiva. Taquara é tupi (bambu). De *ta-quara* — a haste ôca.

TATÚ — (Top. indireta) — ilha na baía de Sepetiba, um pouco abaixada, localidade de igual nome da baía, perto da ponta do Ipiranga. O nome do animal vem de *ta-tú* — o casco encorpado (V. Teodoro Sampaio op. cit. 321 e Magalhães Correia op. cit. 279, que foram buscar a origem em Batista Caetano).

TENDIÍBA — (Top. direta) — estrada.

Do tupi, tendi-iba — a árvore de saliva ou baba. Teod. Sampaio op. cit. 323 repetido por Magalhães Correia, op. cit. 280).

TERERE' — (Top. direta) — caminho. No tupi — fragor, estrondo.

A gíria *tereré* será a mesma palavra, ou é uma onomatopéia que coincidiu?

TIMBÓ — (Top. direta) — rio, continuação do Piraquara — Na Vila Nova do Realengo. No tupi, *bafo, vapor.*

(Planta cujo suco mata o peixe).

TINGUÍ — (Top. direta) — fazenda e localidade.

No tupi *ti-gui* — o líquido que vem (espuma, sumo, enfado).

UBÁS — (Top. indireta) — estrada. (O povo diz estrada do Zubá)... Começa na Est. de Mendanha e termina da Av. Cesário de Melo. *Ubá* confunde-se freqüentemente com *uibá* — flecha.

No tupi Canoa fabricada de casca de árvore.

URUBU — (Top. indireta) — morro. Na Pedra, em Guaratiba. Do Tupi — *urú* — *bu* — a galinha preta. — Orlando Carneiro.

★

O Pôrto de Santos

Os fatores geográficos que influem na localização de um pôrto ou de uma cidade deixam, por vêzes, uma certa margem para que o homem escolha êste ou aquêle ponto. Isto não aconteceu com Santos. Aí houve um determinismo total: ou se construiria aonde está ou estaria condenado ao fracasso.

O litoral paulista tem três aspectos principais: o trecho do norte, em que a Serra do Mar, com grandes elevações, está aconchegada à costa, mergulhando às vêzes abrúptamente no oceano; na parte sul, ao contrário, o litoral é baixo, oferecendo perigo aos navios maiores. Entre essas duas paisagens tão dissemelhantes está situado o lagamar de Santos, que proporciona ancoradouro abrigado às naus de qualquer calado.

Aí, a baixada costeira se alarga e os vales de alguns rios, como o Mogi, tornam mais suave a escalada do planalto. Ademais, a Serra aí se rebaixa atingindo apenas a cota de 800 metros.

No referido lagamar existem duas ilhas principais: a de Santo Amaro e a de São Vicente, esta mais para o interior.

Foi a oeste desta última que, a 22 de janeiro de 1532, Martim Afonso de Sousa fundou a povoação de São Vicente.

Naquela época era costume construirem-se portos em ilhas ou peninsulas. Procuravam-se sempre lugares de difícil acesso por terra e de fácil proteção pelo lado do mar, afim de permitir a defesa contra os ataques dos indígenas e dos corsários.

A princípio, o núcleo progrediu bastante, sobretudo devido a exploração do açúcar. Mas, como as marés ameaçavam o cais e a sedimentação obstruía o canal, os navios passaram a ancorar no canal Grande, a nordeste da ilha, onde Braz Cubas fundou Santos. Já em 1545 Santos passava a categoria de Vila. Começava a declínio de S. Vicente.

Até meiados do século passado, Santos não fêz nenhum progresso notável. Era um pequeno pôrto de aspecto colonial, cuja principal exportação era o açúcar; ruim, como todos os portos brasileiros daquela época.

Um fato novo veio, porém, alterar o estado de cousas então reinante: o café, que fôra introduzido no Rio de Janeiro se alastrou de uma forma que ninguém esperava. Os ca-

fezais vararam a Serra do Mar no Estado do Rio e subiram o vale do Paraíba penetrando em São Paulo.

Em 1855 o café superou o açucár nos produtos exportados por Santos. Mas esta vitória teria sido efêmera se não fôra a ação enérgica de grandes brasileiros.

O Barão de Mauá, em 1868, sobrepujando inúmeras dificuldades, inaugurou a estrada de ferro de Santos a Jundiaí.

Mais tarde, um grupo de homens de negócios se associaram para construir e explorar a concessão do pôrto. A morte e o desânimo afastou quase todos os concessionários. Só dois perseveraram na emprêsa, lançando nela tôda a sua esperança, todo o seu dinheiro e mais o dinheiro que conseguiram por empréstimo: foram Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle. Justamente nessa fase, quatriênio Prudente de Morais, o câmbio baixou a uma taxa nunca vista até então. Mas, apesar de tudo, os esforços foram règiamente recompensados.

A par de tudo isso, devido à deficiência sanitária, a cidade foi por muito tempo prêsa das epidemias de febre amarela. Em 1889, a violência daquele mal foi tamanha que a razão de mortalidade subiu a 10%! Os importantes trabalhos de drenagem realizados pelo eminente engenheiro Saturnino de Brito puseram fim às epidemias.

E o café foi invadindo os planaltos do oeste paulista, chegando até o norte do Paraná.

Santos se tornou o escoadouro natural de tôda essa riquíssma região. Por isso, em vez de 800 metros de cais previstos no plano inicial o pôrto passou a ter 5 000. Calculava-se no início um movimento de navios correspondente a 200 000 toneladas anuais e em 1940 êsse movimento atingiu 4 000 000 de toneladas.

Até hoje é o maior pôrto cafeeiro do mundo. Os grandes armazéns apropriados para o café, as passadeiras sem fim para o embarque mecânico e outras instalações especiais para o café dão a Santos uma característica entre os demais portos do universo.

Em 1929 o café representava 70% da tonelagem das mercadorias exportadas por Santos. Mas a crise de 1930-32 terminou com o delírio da monocultura paulista.

Em 1938, quando o mundo ainda não se achava na situação anormal da presente guerra, o café representava 41% das exportações, seguido do algodão e seus sub-produtos com 25% e a banana com 12%. Na importação prevalecem na ordem de importância: o trigo, o carvão, o óleo combustível e a gasolina.

Os geógrafos denominam "hinterland" de um pôrto a área servida por êsse pôrto para as suas trocas comerciais com outras regiões. Um pôrto serve ao seu "hinterland" como gargalo de uma garrafa. Por êste passa tudo o que se introduz e se retira dela.

Pois bem, o "hinterland" de Santos abrange todo o território paulista com exclusão de trecho do vale do Paraíba e o baixo vale da Ribeira de Iguape; uma estreita faixa do sul de Minas junto aos limites de S. Paulo; o triângulo mineiro, o norte do Paraná, o sul de Goiaz e de Mato Grosso, estendendo-se até as pontas dos trilhos da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.

As trocas entre o pôrto de Santos e o seu "hinterland" têm tal intensidade que, em 1925, a ferrovia para São Paulo se revelou insuficiente, havendo uma espécie de pletora, que foi resolvida mais tarde com a construção da estrada de ferro Mairinque-Santos.

Justo motivo de orgulho nacional, produto de capitais brasileiros, fruto de ingentes trabalhos de compatriotas nossos, Santos se agrupa entre os três maiores portos da América latina.

(*Palestra feita pelo professor Orlando Valverde, ao microfone da P.R.A.-2 — Rádio do Ministério da Educação, como contribuição do Conselho Nacional de Geografia ao Curso de férias aos Professores Primários, organizado pela Associação Brasileira de Educação*).

*

A febre amarela na América do Sul

Para grande parte da opinião pública dos países rioplatenses, a febre amarela é uma doença extinta no continente. Todavia, os fatos parecem demonstrar a não verdade desta afirmação. Em diversos lugares do continente continúa se apresentando o terrível mal. Assim se depreende, ao menos, de um estudo que o Dr. Emilio Robledo acaba de publicar na Revista da Universidade Católica Bolivaliana de Medellin, Colômbia.

A febre amarela de origem americana — diz o Dr. Robledo — despertou grande interêsse, em atenção às novas formas que se tem descoberto. Foi conhecida, em 1494, ano em que, segundo Las Casas, acabou com a Ilha Isabel, e dizimou a população das Antilhas. Em princípios do século XVIII apresentou-se nas costas *caribes* da Colômbia.

Os sistemas implantados pela fundação Rockfeller, vão batendo em brecha a doença nos locais cada vez mais restritos, em que vão aparecendo: porém quando confiavamos em que estava próxima a desaparecer, surpreendeu-nos a nova de que há uma forma desta terrível enfermidade, que se propaga sem a presença do conhecido agente o *Aedes aegypti*, forma que é cognominada *febre amarela selvática ou silvestre*.

Ainda que em 1929 se tenha observado em Socorro, uma epidemia de muitos casos de febre amarela, sem *Aedes*, a nova forma se identificou de maneira precisa, pela primeira vez no vale do Canaan, no Espírito Santo, Brasil em 1932. Em 1933 apresentou-se nova epidemia na população de Caparrapé, na Colômbia, distante de Bogotá, 13 miriametros a 1 310 metros de altura e a uma temperatura de 21 graus centesimais. Êste rebento apareceu em uns trabalhadores mandados a preparar um terreno de semeiadura, condição esta que serviu para diferençá-la da febre amarela clássica, uma vez que esta ataca de preferência a população citadina.

Das investigações mais recentes e segundo dados eficientes, tomados do *Annual report*, da *Rokfeller fondation* de 1935 deduz-se que històricamente, depois das epidemias do Brasil de Canaan e São Ramon, verificou-se as de Caparrapé, Muzo Restrepo, Acácias, na Colômbia e as da Bolívia, Perú e Venezuela.

Para Soper, antes da descoberta da existência da febre amarela silvestre, parecia impossível que a febre amarela houvesse persistido em zonas do vale do rio Madalena sem que se manifestasse, de tempos em tempos em alguns dos portos do rio em que abundam o *A. aegypti*. Êstes argumentos são muito valiosos em aparência porém não correspondem, sem embargo ao que se observa na prática.

Comprovou-se que a população rural se acha mais exposta à infecção amarela do que os próprios habitantes das grandes cidades. A possibilidade da transmissão do virus urbano por uma série de mosquitos silvestres já foi demonstrada, e o *A. aegypti* póde transmitir o virus isolado recentemente, segundo as investigações de Whitman. A epidemia de 1929 observada em Socorro, cidade situada no interior da Colômbia a 1 255 metros de altura, com 23 graus de temperatura e muito retirada das costas, é considerada também como da nova forma.

Os dados recentemente obtidos em relação à febre amarela silvestre, fazem crer a Soper que em Santa Marta, existe a enfermidade em forma endémica.

Tudo isto e a coexistência de paludismo e febre recorrente demonstra a importância dos estudos de laboratório antes de fazer diagnósticos prematuros. Quando os lugares infestados estão a grande distância dos centros comerciais como o caso de Restrepo, a ameaça é naturalmente menor. Esta povoação situada na vertente oriental do maciço ocidental andino colombiano, foi visitado em 1934 por uma epidemia que se julgou não ser de paludismo nem de febre espiroquetal, e que sòmente se logrou indentificar no fim de dois meses, graças a autopse de três casos fatais e o resultado positivo da prova de proteção de 28 casos.

Os elementos afetados, captados em Restrepo foram examinados cuidadosamente e resultou que quatro dêles deram reação positiva, outra não concludente e uma cantaminada. Êste renôvo é de sumo interêsse desde o ponto de vista epidemiológico, porque tem aparecido com ausência total de *A. aegypti* e porque seria difícil encontrar um local mais isolado para demonstrar que a febre amarela da selva persiste como entidade própria e não como resultado secundário de enfermidade urbana.

No Instituto de Higiene de São Paulo, Antunez, estudou os mosquitos nesta região e descobriu que o mais comum é o chamado *zancudo azul* (Haemagogus equinus).

Dadas as investigações anteriores e conhecida a sintomatologia das febres chamadas entre nós pelos nomes de Tacamocho, de Ebégico de Caracol, e de La Calera, que tem sido objeto de interessantes estudos parece justificado que se os considerem como casos de febre amarela selvática.

Em todo caso — conclue o Dr. Robledo, dizendo — o problema da luta contra a febre amarela se tem complicado de modo extraordinário e os poderes públicos devem multiplicar os meios de defesa.

("Do Boletim Investigaciones Geograficas do Instituto de Estudios Superiores del Uruguay").

★

A aviação e a geografia

A geografia não deve ser encarada como uma ciência velha de recitação dos limites nacionais e de locação das cidades capitais, mas como um assunto vivo e dinâmico cheio desta vida humana tão variada. Deve explicar os meios de vida e estudar o ambiente físico onde esta vida se desenvolve com tôda a sua diversidade.

A aviação com o seu formidável progresso trouxe à geografia novos conceitos e transformou radicalmente os meios e métodos de se estudar os problemas geográficos. O geógrafo pode viajar para observar e verificar a veracidade das grandes generalizações feitas prèviamente sem o auxílio do avião. A análise baseada nas observações diretas das paisagens física e cultural, foi possível. A geografia encontrou uma estrada certa tornando-se assim o "estudo dos contrastes regionais".

Encurtando as distâncias a aviação aproximou os espaços fazendo com que os povos condutores da vida política e econômica do mundo se interessassem pelas regiões outrora muito distantes. O grande desenvolvimento do pensamento geopolítico moderno com o seu conceito de espaço e cultura, foi enormemente facilitado pelo progresso da aviação.

A Alemanha que preparava uma grande aviação para a guerra presente fêz progredir muito uma das partes da Geografia "Estática" a geog. política que resultou na "geopolitik" com Haushofer e seu Instituto de Munich.

Os outros países que deviam contrabalançar o poder crescente da fôrça alemã e mais, como resposta à Haushofer, deveriam ter preparado uma análise geográfica das regiões onde possivelmente iriam se ferir as batalhas de uma guerra total, foram tomados de surpresas.

A grande nação norte americana, foi pegada desprevenida pelo impacto da Guerra e só com o auxílio do avião poude mobilizar o Geógrafo e o material geográfico existente no país afim de esclarecer sua formidável máquina militar.

São de tamanha importância as análises geográficas baseadas em levantamentos seguros, em geral aerofotogramétricos, que os grandes países fazem hoje estudos detalhados das áreas de interêsse para a Guerra ou mesmo para a possibilidade de aplicação de capitais.

Nos Estados Unidos as agências geográficas do Govêrno como o "Office of the Geographer" do Ministério das Relações Exteriores, a Divisão de Geografia do "Office of Strategic Service" e o "Army Map Service", onde trabalham milhares de técnicos e estão ocupados em fazer um levantamento geográfico-cartográfico do mundo, região por região. A primeira dessas agências prepara a geografia que os diplomatas irão usar na conferência da Paz; a segunda fornece o material geográfico que os membros do Estado Maior precisam para os seus planos e a terceira faz os mapas usados pelos soldados de ar, mar e terra nos campos de batalha. Não preciso encarecer que os elementos básicos para êstes estudos são fornecidos pela aviação (aerofotogramétrica, fotografias aereo-esteroscópicas, reconhecimentos aéreos etc.).

No Brasil, com a criação do Conselho Nacional de Geografia e o impulso que êste deu a nossa Geografia e ainda mais pelos trabalhos devidos a sua natureza não divulgados do nosso glorioso Exército e da nossa tradicional Marinha, não se esquecendo ainda os esforços das repartições civis de maneira direta ou indiretamente interessadas no melhor conhecimento de nossa Geografia, vê-se um grande progresso que fêz-nos ouvir de Preston James o seguinte pensamento lisonjeiro: "O Brasil é um dos países onde a Geografia tem mais progredido nestes últimos dez anos".

Ainda recentemente o prof. E. Backheuser escreveu no promissor *Boletim do Conselho Nacional d Geografia* o seguinte: "A Geografia está atravessando no Brasil uma fase que, usando termo petrográfico e empregando-o nêsse sentido técnico, poderiamos chamar de "efusiva" isto é, de extravassamento, de incandescente entusiasmo e de infiltração nas diversas

camadas sociais do país. Tôda gente já está, de fato, dando a essa ciência um pouco de atenção".

Como se póde verificar o geógrafo reconhece o valor da aviação como meio seguro para os seus estudos. Assim não acha, porém, no seu último artigo o Coronel Lisias Rodrigues publicado no *Avião*, ano II, n.º 16, sob o título "Geografia Aeronáutica". Tomamos a liberdade de discordar do ilustre militar quando afirma que a geografia está perdendo terreno nos últimos dez anos. Até pelo contrário ao que afirma o Coronel Lísias Rodrigues, a Geografia acha-se hoje, no estrangeiro e aqui, adiantadíssima.

A Geografia recebeu da aviação moderna grande contribuição que inegàvelmente transformou de um modo completo o pensamento geográfico e também apresentou ao mundo aviatório novas interpretações cartográficas e novos horizontes para as rotas aéreas.

Existe, pois, uma grande interdependência entre a geografia e a aviação, que hoje, em virtude, dos novos ângulos trazidos pela técnica aviatória sem, favor algum, pode-se justificar o uso da expressão "Geografia Aeronáutica", ou melhor, uma Geografia para a era da aviação.

A interdependência, de que acima falavamos, é verdadeira quando se trata do caso de fotografia aérea na cartografia. Não é possível ainda se afastar inteiramente os trabalhos de campo e a "camera" aérea deve ser encarada como um instrumento do geógrafo.

As observações feitas do ar nunca poderão tomar o lugar do exame aproximado dos acidentes geográficos, mas poderão ser de grande uso na locação e estudo da morfologia terrestre e mesmo das relações geológicas existentes. Com êste espírito a American Geographical Society nos deu já dois bons livros onde a aviação e o geógrafo cooperam. (*Focus in Africa*" de Light e (*The Face of South America*) de Rich).

Tão satisfatórios têm sido os resultados e tão grandes as possibilidades de futuras adaptações que faz necessário afastar essa tendência, menos feliz, de super-estimar a importância quer da aviação ou da Geografia nas suas inter-relações. Os entusiastas extremados devem se conter para evitar a natural reação desfavorável que poderá retardar o progresso da Geografia e da fixação definitiva da nova e promissora "Geografia Aeronáutica". — *Jorge Zarur*.

✶

Congresso de Icó

Notáveis, êsses nossos patrícios do Norte. Antigamente promoviam motins a três por dois, lutariam de armas na mão pelas mudanças políticas. Em 1817 um sub-diácono proclamava no Crato a República no Brasil. A Confederação do Equador empolgaria também aquêle povo, um dos movimentos mais curiosos de nossa história. De uma feita a Câmara de Quixeramobim proclamaria — lá nos sertões — a queda da dinastia dos Bourbons no Brasil...

Depois da república a gente nortista socegou um pouco. Cresceu então, nas capitais do Norte, o movimento intelectual. Algumas transformaram-se em centros universitários importantes, com academias, revistas e clubes culturais. O Norte tem dado ao Brasil dezenas de seus grandes homens. Pouco antes da guerra o sulista que abandonava por uns dias o confôrto das capitais e dava um pulo ao Ceará, a Pernambuco ou a Bahia, ficava espantado com os hábitos de estudo da sua gente. De resto os editores cariocas sabem muito bem o que representa êsse mercado consumidor de livros.

Com a guerra as circunstâncias mudaram. A região Norte do Brasil assumiu uma importância estratégica imprevista. Construiram-se aeródromos, bases militares, estabelecimentos fabris. Alterou-se o rumo de vida das suas populações.

Entretanto o nortista não se deixou entusiasmar pelos acontecimentos, a ponto de perder os seus velhos e edificantes hábitos de pesquisa e estudo. E isto é admirável. Ainda agora chega uma notícia do Ceará, que nos entusiasma.

Trata-se do Congresso de Icó. Icó é uma cidadezinha perdida lá nas brenhas do Ceará, fundada no século XVIII. Teve o seu esplendor, do qual permanecem os vetustos sobradões, a soberba arquitetura dos tempos idos. Foi um centro comercial movimentado nos tempos coloniais.

Êste lugar seria, portanto, o cenário ideal para uma reunião como esta que se anuncia.

Promovido por historiadores, sociólogos, poetas e pintores terá por finalidade "perquirição histórica, científica, literária, pictórica, arquitetônica, enfim, referente a todos os ramos da atividade intelectual".

Falando à imprensa sôbre aquêle empreendimento, o Sr. Pompeu Sobrinho, um de seus promotores, teve oportunidade de dizer que os intelectuais não rumarão aquêle centro sertanejo para discutir, incertamente. Não. Cada um dos estudiosos irá com a sua tarefa escolhida e com o plano de ação estabelecido. Não é uma assembléia de literatos, no mau sentido da expressão. Mas um encontro de intelectuais dispostos ao trabalho e à elaboração. Que outros municípios, em todo o Brasil, procurem atrair a atenção dos intelectuais promovendo reuniões idênticas. Precisamos entrar numa fase de estudos sérios sôbre o nosso passado e a nossa história. Êste Congresso assinala o seu advento. Bravos ao povo cearense!

✶

Regiões seringueiras matogrossenses

Em Mato-Grosso, — asseverou, recentemente, o Sr. Firmo Dutra, em artigo publicado na revista *Estudos Brasileiros* — pode-se dizer que tôda região compreendida, a oeste pelo Madeira, ao norte pelos limites com o Amazonas e Pará, pelo Paraguai, até o curso médio do rio das Mortes e ao sul pela paralelo de 15º é coberta de seringais os mais densos, às margens dos grandes rios. Desconhecidos ou quase inexplorados no grande triângulo do nordeste, os seringais estendem-se pelos maciço e serrania dos Parecis e Tapirapoã, mostrando que a hévea medra mesmo nas alturas e terras sêcas. Tôdas as variedades encontradas na Amazônia têm nessa área, o seu representante. As héveas, em todo seu cortêjo, são mais ou menos conhecidas; no entretanto, a única verdadeiramente utilizada é a "hévea brasiliensis".

Nas terras baixas e alagadas, encontra-se, em quantidade, a "hévea spruceana", de casca dura e frutos mais volumosos, chamada, no norte, "seringueira barriguda", e quase desprezada. Nos divisores encontra-se grande quantidade de mangabeira, e no Arinos e seus afluen-

tes, a "sorveira", cujo leite é utilizado como alimento, por não saberem, ainda, os seringueiros, como coagulá-lo.

São dois elementos novos que poderão ser aproveitados, mesmo na época de após safra da seringa.

Todos os afluentes do rio Paraguai, acima da cidade de Cáceres, a começar pelo Sepotuba, são riquíssimos em seringueiras, e é aí, justamente, que se acham as grandes feitorias que outrora concorriam com cêrca de 200 toneladas anuais da borracha exportada pelo pôrto de Corumbá. Verifica-se o fato de se encontrarem seringueiras, em pleno desenvolvimento, no divisor de águas do Paraguai e do Juruena, a 700 metros de altitude.

O Juruena é, também, um vasto depósito de seringueiras.

Até às explorações do General Rondon, êsse rio era pouco conhecido, e resumiam-se aos latos afluentes as entradas dos seringueiros.

O Arinos, outro grande depósito de seringueiras, é melhor conhecido e tem sido sempre explorado até o seu encontro com o Tapajoz.

O intervalo ocupado pelos afluentes à margem direita do Juruena e esquerda do Arinos, com todo o cortejo de afluentes agora em início de exploração e outrora em franco desenvolvimento (Sangue, Sacre e Camararé) — êsse intervalo é uma das regiões de maior densidade gomífera de Mato-Grosso.

O Paranatinga, hoje Teles Pires, e o Xingu, a cuja exploração completa procedemos em 1913, quando dirigiamos o Serviço de Defesa da Borracha, encerram, talvez, os maiores seringais, nem só de Mato-Grosso, como de tôda a Amazônia.

A região do Guaporé é o centro oeste de exploração da borracha, e aí, outróra, situavam-se os mais vastos seringais do Estado, pertencentes a um bravio explorador — Balbino Antunes Maciel.

Todos os depoimentos de cientistas e exploradores que atravessaram essas regiões de Mato Grosso desde Von Stein até à maravilhosa bandeira chefiada pelo General Rondon, durante quasi meio século, são acordes em julgar suportável o clima das regiões seringueiras.

Execessão do Município de Mato-Grosso, malfadado e mal falado, todos os outros municípios produtores de borracha, como os de Cáceres, Rosário-Oeste e Diamantino, são perfeitamente salubres. Quanto ao primeiro, com uma temperatura média de 30° centigrados, coberto de matas cerradas, é úmido e doentio, reinando às margens do Guaporé a malária e todo seu séquito. Êste município foi, outróra, o terror dos brancos, por causa da corrução, talvez a mais apavorante das moléstias trazidas da África pelos escravos. A moléstia, porém, está extinta e quanto à malária são conhecidos os processos de prevenção e cura.

No Município de São Luiz de Cáceres, o clima é bom: mesmo no vale do Paraguai, em baixo da serra, não há qualquer causa de pavor para o seringueiro.

Nos seringais do Parecis e Sepotuba, onde trabalham cêrca de 200 homens, não só na exploração da borracha, como de poáia, num largo período de 10 anos, medeado entre 1914 e 1923, não morreu um só seringueiro, em conseqüência de moléstia contraída na região.

O Dr. João Adolfo Josetti, grande médico e cirurgião de nomeada que foi no país, deu o seu depoimento, que coincide exatamente com nossas informações.

O município de Diamantino, o maior do Estado, compreendendo todo o vale do Tapajoz e seus afluentes, é, talvez, menos salubre que o município de Cáceres; no entretanto, os seringais alí explorados podem ser considerados salubres, pois que raramente chegam a Cuiabá doentes de moléstias contraídas na referida região.

Sôbre os seringais do Parecis e da vasta área de Arroz Sem Sal, assim se exprime o agrônomo que para ali enviámos:

"O Parecis está a 700 metros de altitude. O clima é bom e o ar saudável. A mais alta temperatura observada, durante três semanas, nos meses de fevereiro e março, foi de 30° centigrados, e a mais baixa de 20°. Não há quase mosquitos, salvo, ao cair da tarde, o chamado "pólvora".O Arroz Sem Sal tem magnífico clima e, com instalações regulares, pode ser habitado, mesmo, por europeus".

Essas declarações são de um agrônomo belga, que habitou longo tempo o Congo e percorreu muitos seringais do Brasil.

Artur Borges, velho seringueiro, Alexandre Addor, também proprietário de uma das mais vastas áreas gomíferas de Mato-Grosso, declaram o clima bom, sendo que nos seringais do segundo, entre os anos de 1911 e 1916, não se registou um só caso de moléstia adquirida na região. A única moléstia conhecida, mas isso mesmo em escala mínima, se a compararmos com os fatores epidemiológicos da Amazônia, é o paludismo.

*

Mobilização da mão de obra

Todos aquêles que, com isenção de ânimo e espírito público, têm examinado o problema demográfico do país, concluem pela insuficiência da atual população brasileira para o programa de aproveitamento das nossas riquezas naturais e sua transformação em riquezas econômicas, o mais ràpidamente possível, como o exigem os imperativos da hora presente. A mesma conclusão chegamos nos trabalhos que vimos elaborando em tôrno da questão.

Com efeito, a par da dificuldade de obtenção de aparelhamento técnico importado do estrangeiro, a nossa "batalha da produção" está encontrando o maior ponto de resistência ao seu favorável desenvolvimento na falta da mão de obra, que se tem revelado escassa para o aumento da produção da borracha da Amazônia, para a construção e melhoramento dos ramais ferroviários e rodoviários, ora imprescindíveis à substituição do transporte marítimo, bem como, para o aumento da produção do carvão nacional, no Rio Grande do Sul, no Paraná e, especialmente, em Santa Catarina. O dêste último Estado é, aliás, indispensável à Usina Siderúrgica de Volta Redonda, tanto quanto a produção brasileira, compreendida em sua totalidade, é necessária ao preenchimento dos claros abertos nos suprimentos ao nosso parque industrial e ao nosso sistema de comunicações, pela drástica diminuição da importação de combustível estrangeiro.

As necessidades da Mobilização Militar, a que tôdas as demais atividades devem estar subordinadas na hora presente, vieram agravar ainda mais o problema, muito embora as autoridades responsáveis pela mesma hajam estabelecido, com acêrto, o adiamento da incorporação dos trabalhadores que se acham diretamente ligados àqueles três objetivos: a borracha, o transporte ferroviário e o carvão.

Das primeiras revelações dos resultados censitários, como já tivemos ocasião de acentuar em um dos nossos estudos, ficou patente o elevado grau atingido, entre nós, nos últimos anos, pelo fenômeno do "exôdo rural", fator preponderante no atual "desiquilíbrio da produção brasileira" e que já vem preocupando a atenção dos nossos economistas, dado o desenvolvimento da produção industrial sem que paralelamente a acompanhe a produção agrícola e pastoril.

Sem dúvida que também em relação à escassez de certos gêneros alimentícios nos principais centros consumidores podemos atribuir como uma das causas principais a falta alarmante da mão de obra nos campos, a par das dificuldades de transporte e da imprevidência com que são encarados os problemas agro-pastoris do país, tão longe ainda de serem atendidos segundo os princípios da organização científica do trabalho.

Visto ser impraticável no momento a importação de braço estrangeiro, parece-nos que se impõe a mobilização da mão de obra nacional afim de que possa ser enfrentada com êxito a "batalha da produção" e as campanhas que lhe são correlatas: a batalha dos transportes e a do combustível, sem prejuízo da incorporação das reservas ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica na medida das necessidades militares.

Com efeito. Não sòmente os trabalhadores que estão sendo encaminhados aos seringais da Amazônia, porém, todo o braço humano necessário à economia de guerra deve ser mobilizado afim de fornecer maior rendimento e ser dirigido àquelas atividades que mais de perto estejam vinculadas à integração total do país no esfôrço comum para a Vitória.

Neste particular, caberia ao Poder Público, dar o exemplo, mediante uma rigorosa revisão dos quadros administrativos, para a supressão ou paralização momentânea daqueles serviços e funções consideradas dispensáveis em épocas anormais como a que atravessamos, bem como para o descongestionamento das repartições acaso superlotadas, aproveitando-se os funcionários assim disponíveis nos serviços novos a serem criados em virtude do Estado de Guerra, ou nos que, para atender às novas circunstâncias, necessitam ser ampliados. Esta revisão de quadros se estenderia, como é óbvio, aos Institutos e demais entidades autárquicas onde se tem notado excessiva burocracia.

Outra medida de todo aconselhável, afim de que a máquina administrativa não venha a sobrecarregar o mercado do trabalho, seria a suspensão, enquanto durar a Guerra, das aposentadorias a que têm direito os seus servidores civís e militares, após a prestação de determinado tempo de serviço, ressalvados apenas certos casos especiais, que seriam examinados em têrmos de rigorosa justiça.

A atual emergência impõe, por outro lado, a paralização, ou redução ao mínimo, das atividades industriais ligadas à produção de artigos de luxo, supérfluos ou considerados não essenciais em tempo de guerra. A indústria da construção civil, não só pela mão de obra que absorve, mas também pela quantidade de artigos manufaturados e de matérias primas que consome, devia ser reservada apenas à execução de obras necessárias à defesa nacional ou à economia de guerra.

E neste particular também seria inestimável a contribuição do Poder Público, não só suspendendo a execução daquelas de suas obras não essenciais na presente emergência, como determinando a cessação do financiamento de edifícios e outras construções nas grandes capitais, por parte dos Institutos de Previdência e das Caixas Econômicas Federais.

Por último, afim de possibilitar o máximo de aproveitamento da mão de obra mobilizada, seria necessário — dada a carência de operários, trabalhadores e técnicos especializados no país — que a cada um fôsse distribuída a tarefa mais condizente com o grau da sua preparação para o trabalho. Quanto àquelas populações que, esparsas por numerosos núcleos, se acham quase segregadas da comunidade nacional, pelas distâncias e a falta de comunicações, o meio de integrá-las no esfôrço de guerra, segundo o ensinamento de M. A. Teixeira de Freitas, é a organização e a disseminação de "colônias-escola", por todo o nosso *hinterland*. Para aquêles indivíduos que vivem à margem da vida social, parasitàriamente, sem educação adequada e sem aptidões para o trabalho, como os vadios habitantes das "favelas" da nossa Capital, a único solução, segundo o mesmo insigne mestre, seria mobilizá-los no "exército do trabalho". Esta medida drástica, requerida pelos altos interêsses da defesa nacional, seria uma forma de cumprir a lei penal com proveito para o país e para regeneração dos falsos mendigos e vadios de tôda casta. —*Fernando Mibielli de Carvalho.*

*

A questão da homogeneidade toponímica

Sem dúvida, uma das cogitações do Conselho Nacional de Geografia que vem interessando mais de perto à opinião pública, é o caso de alteração de nomes que se encontrem repetidos através da carta geográfica da Pátria. Talvez o fato se explique pela afetividade popular em tôrno das velhas denominações, filhas de uma tradição e de uma história. Já está mesmo esboçada, apesar de tudo o mais que nos preocupa no momento, uma verdadeira *corrida* para o passado, um desêjo fremente de ser *mais velho*. Porque — explicamos — o critério que prevalecerá para a conservação do nome, é o da antiguidade. Historiadores improvisados, em tôda parte, remexem arquivos, esvurmam textos antigos, no santo desêjo de provar a idade. Concorremos assim para uma intensificação dos estudos históricos regionais — descobrindo-se sabe Deus quanta coisa — constituindo-se um manancial riquíssimo de informações de que os futuros historiadores da nacionalidade hão de lançar mão. E' impossível até que seja necessário um tribunal para resolver tudo isso.

No *Correio Paulistano* de 25 de maio findo, fomos encontrar um tópico, comentando uma versão, aliás falsa do assunto. Disse o conhecido diário paulista que estava nas cogitações do Conselho mudar o nome das capitais que tivessem o mesmo nome dos respectivos Estados.

Bem sabemos que, atualmente, seria a cidade de São Paulo a única atingida com tal medida. Natural, pois, que os paulistas ficassem impressionados com a eventualidade.

O jornal lembra que a denominação "Paulicéa" já está, não só muito conhecida como é, até, aceita com simpatia. Mas, acentúa que "a matéria é muito delicada e diz respeito à opinião pública, cheia de melindres nesses casos em que entra em jôgo a tradição". E conclui, mostrando um certo pessimismo de que os "paulistas de quatrocentos anos" desejassem um novo batismo da sua metrópole.

Felizmente, o que se deu foi um equívoco, que o Secretário Geral do C.N.G. apressou-se em desfazer, dirigindo à mencionada fôlha a seguinte carta:

"De volta de Belo Horizonte, onde estive a serviço do Conselho, encontrei o recorte dêsse importante jornal do dia 27 de maio último, com o editorial intitulado "Nomes de Capitais".

No editorial, que mereceu minha atenta leitura, há uma afirmação merecedora de esclarecimento, conquanto decerto decorreu do fato dessa conceituada Redação não estar devidamente informada.

Quero referir-me à tendência, naquele tópico anunciada, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística trocar os nomes das capitais que sejam idênticos aos dos Estados respectivos.

Devo esclarecer que não só do assunto não cogita o Instituto, — já de si tão assoberbado com o complexo e delicado problema da eliminação no país dos nomes repetidos de cidades e vilas, em lei determinada, — como também que, se dêle viesse porventura a cogitar, a orientação normativa haveria de ser a oposta daquela no editorial comentada, porque, se a sistemática da nomenclatura, em lei instituída, consiste em dar ao município o nome da sua sede e ao distrito também, lógicamente, teria que adotar para nome sistemático da capital dum Estado o próprio nome do Estado, como se dá no caso de São Paulo.

Cumpre-me, entretanto, reafirmar que não é pensamento dêste Conselho, órgão competente do Instituto, propor ao govêrno da União qualquer modificação quanto aos nomes das capitais das unidades federadas".

★

Modificações no Código de Minas

As transformações trazidas pela guerra atual às nossas atividades são consideráveis. Tendo de mobilizar os recursos do país para que êles contribuam totalmente para a formação da máquina formidável que há de nos conduzir à vitória, intensificamos, de colaboração com os capitais e a técnica norte-americanos, os trabalhos de exploração do solo e do subsolo. Êste, em particular, está sendo objeto de notável esfôrço. O Moloch da guerra tem sêde e fome inextinguíveis de minérios, e para aplacá-las não poupamos energias. Estamos nos entregando resolutamente ao trabalho da descoberta e pesquisa de jazidas e reservas. Em conseqüência, como já se observou, "não há, pràticamente, um só trecho do território nacional onde não se estejam avolumando o interêsse e as atividades ligados à exploração do subsolo, verificando-se um verdadeiro ciclo de renovação na exploração mineira do Brasil. Com isso, estamos lançando graças a um melhor conhecimento e aproveitamento das reservas do subsolo as bases do nosso edifício econômico de amanhã".

E' claro que, para chegarmos a tal resultado, não nos bastarão apenas elementos materiais e pecuniários. Sem técnica e sem financiamento não poderemos, certamente, ir buscar ao seio da terra os tesouros que ela esconde e transformá-los na blindagem necessária à nossa segurança. Mas, ao lado disso, há a considerar o aspecto jurídico, cujas normas devem presidir a essa campanha, verdadeira "big parade" do metal.

O Govêrno acaba, assim, de tomar medidas pertinentes às novas condições em que se processa a exploração do nosso subsolo, baixando importante decreto-lei com modificações substanciais nos arts. 17, 31, 66 e 68 do decreto-lei n.º 1 985 de 29 de janeiro de 1940. Recente de dois anos, o nosso Código de Minas precisou, entretanto, dessa reforma, ditada por circunstâncias imprevisíveis naquela época.

A verdade é que, com o Código de Minas e as suas modificações, nos afastamos definitivamente dos padrões clássicos que predominavam na orientação da nossa política mineira, influência remota do ciclo colonial. Sondagens e lavras vão obedecer a regras mais consentâneas com as necessidades do momento, facilitando-se a tarefa dos garimpeiros e mineradores, a fim de que lhes advenha maior rendimento. Com isso obteremos vantagens vultosas, entre as quais sobrelevam as de natureza militar, para o revigoramento imediato da defesa nacional.

★

Rio Doce

Sob os auspícios do Departamento Municipal de Estatística de Vitória, o Sr. Nélson Abel de Almeida teve oportunidade de pronunciar interessante conferência, no dia 27 de janeiro de 1943, sob o título: *Rio Doce, enigma no passado, promessa no presente.*

Falou o conferencista primeiramente sôbre as nascentes do rio.

Para Alfredo Moreira Pinto, começa êle, as cabeceiras dessa caudal estão no Estado de Minas Gerais e são seus formadores o Chopotó e Piranga.

A *Carta Geográfica do Estado do Espírito Santo* organizada por Francisco Tito de Sousa Reis, em 1912, admite estejam as nascentes dêste rio situadas em Ouro Preto, antiga Vila Rica.

Em uma obra de propaganda geral do Estado do Espírito Santo, editada por um Sr. José Coelho, o qual deu à publicidade trabalhos idênticos referentes aos Estados de Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, vemos a assertiva de que o rio Doce tem, como formadores, o Chopotó e o Pirangí.

O Padre Geraldo José Pauwels dá o rio Doce nascendo com o nome de Piranga (*Atlas Geográfico do Brasil*); autores outros atribuem que seja êle formado pela união do Gualacho e do Piranga, os quais descem da serra da Mantiqueira.

Artur Tôrres Filho, em sua obra *O Estado do Espírito Santo e o seu desenvolvimento econômico*, assim se expressa sôbre o rio Doce. — "E' certo o rio mais notável do Estado, quer sob o ponto de vista da profundidade, quer da extensão, formando-o diversos rios e riachos, salientando-se como principais — o Chopotó, o Ribeirão do Carmo e o Piranga".

Escritores antigos, e dentre êstes Casal, opinam que o rio Doce só passa a ter êsse nome depois que recebe as águas do "Bombassa, do Gualacho e do Piracicaba".

E Carlos Frederico Hartt em sua *Geologia e Geografia Física do Brasil*, afirma que "o rio Doce, sob o nome de Chopotó, nasce apenas a algumas milhas de Barbacena, no ângulo formado pela união das serras da Mantiqueira e do Espinhaço".

Como vemos, vários autores procuraram localizar as nascentes do rio Doce. E se a nascente de um rio é, em suma, o ponto mais afastado de sua embocadura, tomada esta como ponto de referência pode-se considerar, seguindo-se a autoridade de Gerber, como nascente do

grande rio, o local em que começa a correr o Chopotó, local êsse que, ora é situado a vinte léguas de Barbacena, ora a cinco léguas da mesma cidade.

A bacia dêste rio, isto é, a bacia do rio Doce é no dizer de Hartt, um quadrilátero irregular cujos dados têm as seguintes dimensões: — o lado nordeste, 120 milhas, o sudeste 230, o oeste 190 e o norte, 90, o que corresponde a uma área muito maior que a banhada pelo Paraíba do Sul. Para Gerber a bacia do rio Doce é estimada em 2 300 léguas quadradas.

Em quilômetros quadrados podemos dizer, arrimando-nos em artigo publicado no *Observador Econômico* que a bacia do rio Doce ocupa uma área de oitenta mil quilômetros quadrados e o seu vale é tôda uma rica região montanhosa, "que vai do município de Ponte Nova, onde nasce o grande rio, até o recem-creado município de Figueira (desligado do município de Paçanha), em linha quase nordeste, mudando em seguida de direção para suleste, rumo ao Atlântico, no Estado do Espírito Santo, numa extensão total de mil quilômetros, aproximadamente.

E essa vía de penetração nascendo, como já vimos, no ângulo formado pelas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, recebe as águas que correm do norte da região, enquanto que as águas do oeste correm para o rio das Mortes e as de leste se despejam no rio Pomba.

De início, tem o rio Doce a direção nor-nordeste, direção essa que conserva até a latitude 19°, mas ao esbarrar no Ibituruna dobra-se, repentinamente e procura a direção do sudeste. Prosseguindo, diz o conferencista:

"Não sei se claudicarei ao afirmar que o rio Doce històricamente, tem desempenhado, para o Brasil, papel tão importante e tão notável, quanto o Tietê e tantos outros rios que, com frequência, foram percorridos pelos bandeirantes.

O português entrou em contacto com o rio Doce, logo que o Brasil foi descoberto.

Assim é que o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, opina, que "cêrca de 20 meses depois de haver Pedro Álvares Cabral descoberto o Brasil era o Rio Doce reconhecido pela esquadrilha incumbida pelo monarca luso de explorar a ilha de Vera Cruz. Foi o primeiro ponto de vista do Espírito Santo visitado pelo português, a 1.º de janeiro de 1501, recebendo o nome de Santa Luzia".

Não se pode, nem se deve pois admitir que o nosso primeiro donatário não tivesse notícias dêsse rio, o mais caudaloso e o mais extenso de todos os que corriam em sua capitania.

Àquela época, entretanto, o rio Doce era miragem sonhada e encantada para o reinol, cheio de visões e que, de espírito povoado de ilusões vinha para a nova terra, ansioso de enriquecer e prosperar. Àquela época, entretanto, o rio Doce era um enigma indecifrável, era uma esfinge. O português estava desejoso de saber de onde êle vinha, onde êle nascia, que terras êle banhava, que animais o povoavam e que tribos o guardavam: àquela época o rio Doce era, entretanto o terror, o espantalho e o fantasma que amendrontavam o luso, econômicamente, esfalfado, físicamente exaurido. E porque o rio Doce era um fantasma para o português? Porque a donatária era habitada pelos Botucudos, ou Aimorés, índios êstes de uma ferocidade espantosa e que, ainda no início dêste século 20, impediam a colonização da margem norte do grande rio, atacando em Colatina, os engenheiros da exploração da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, isto no ano de 1904, ao que parece. E houve então, a luta árdua entre o indígena e o colonizador e que longa foi ela! e quando outras tribos do Espírito Santo se congregaram e partiram, animosas, para Nova Almeida, Guarapari, Benevente e Santa Cruz, afim de ouvirem, dos lábios dos jesuítas, a palavra do Cristianismo, uma exceção apenas, se verifica na história: os selvagens do rio Doce — os Gés; e aliam-se com os seus figadais inimigos — os Goitacazes — contra os brancos, contra os civilizados, e os botucudos são destemidos; lutam com arrogância, com ferocidade; defendem as suas florestas, guardam os seus rios, vigiam as suas montanhas e escondem as suas riquezas.

Os anos se vão, entretanto, amontoando uns aos outros; o espírito ambicioso do luso começa a olhar, cheio de curiosidade, para as montanhas que se azulam lá bem longe; aos seus ouvidos ecôam as notícias de pedras preciosas, de ouro e de tantos outros tesouros das mil e uma noites, riquezas que devem estar escondidas, lá no interior da mata misteriosa, lá no fundo de algum lago encantado, lá no sopé de algum morro fatídico, riquezas que, certamente, são vigiadas por duendes, ou por dragões que vomitam fogo, ou por feiticeiros cujo simples olhar tem o poder de cegar ao infeliz que dêle se aproxima, ou por animais de formas fantásticas, criados pela imaginação estúpida e atrasada do europeu do século XVI.

Ao espírito de ambição, junta-se o desêjo de aventuras, que é aguçado pela curiosidade; enriquecer é o pensamento que domina, enfim o português da Europa e o português do Brasil; enriquecer é a idéia que se avoluma, a cada hora, na alma do homem já nascido no Brasil, na alma do mameluco.

E êsse espírito foi, então, o sinal de partida para o interior, para o sertão; e êsse espírito foi, então, o fator precípuo do recuo do meridiano de Tordezillas, e com êsse espírito forjou-se a maior epopéia a que o Brasil já assistiu — bandeirismo; e devido a êsse espírito os dramas, os mais pungentes, ocorreram no sertão brasileiro, e com êle criou-se esta nacionalidade que aí está, forte, coesa, unida, digna do Brasil, digna do seu passado.

E então, o rio Doce foi revolvido também pela epopéia bandeirante, e viu nascer a alma pujante e aguerrida desta Pátria gloriosa.

A êsse tempo, era êle, o rio Doce, um enigma. Mas, quando terio sido isso? — interroga o Sr. Nélson de Almeida.

Em 1572, com Sebastião Fernandes Tourinho, na época em que o Brasil no Norte era governado pelo Conselheiro Luiz de Brito e Almeida.

Àquele tempo corriam na Terra de Santa Cruz as notícias amiudadas da existência do ouro, pedras preciosas e outros minerais de preço, na colônia. Caramuru foi o primeiro veículo dessas informações.

Logo nos primeiros dias da governança de Duarte da Costa sai a primeira investida para o sertão — a expedição de Francisco Braza Espinoza, a qual chegou ao rio Jequitinhonha, por onde subiu até uma serra imensa, onde nasce o rio Pardo (rio das Ourinas) e, daí em diante percorreu um rio caudalosissimo — o S. Francisco.

Desta expedição, muitos ficaram nos sertões brutos e virgens. Os sofrimentos daqueles primeiros expedicionários foram inúmeros, mas os frutos dessa primeira expedição, saída da capitania de Pero de Campos iriam ser colhidos, em um futuro não muito afastado.

A seguir, ainda da Bahia, partiu Dom Vasco Rodrigues Caldas, perlustrando o rio Paraguaçu. Encontrou-se com os tupinaens, ferozes dominadores do rio e retrocedeu sem ter conseguido qualquer vantagem digna de nota.

Em 1570, nova investida parte de Pôrto Seguro, chefiada por Martim de Carvalho. Foi ela organizada, porque vários indígenas chegaram à Capitania, vindos do Araçuaí, trazendo pedras brilhantes as quais sabiam que eram estimadas pelos europeus. Daí a expedição de Martim Carvalho, a qual penetrou no sertão a uma distância de 200 léguas, colhendo várias amostras de pedras preciosas e de metais. Assaltado pelas moléstias e pelo selvícola teve entretanto de retroceder. Na viagem de regresso o bandeirante desceu o São Mateus, com a sua canoa carregada das referidas amostras. Uma cachoeira inesperada virou-lhe a embarcação, tornando inúteis os sacrifícios da viagem, eis que tudo se perdeu.

Mas, a ânsia de dominar o sertão, de colhêr metais e pedrarias, de descobrir riquezas não cessa de martelar o cérebro do luso, explica o conferencista. E esta ansiedade é perfeitamente compreensível que exista; agora já se tem a certeza de que os tesouros são reais, que lá bem ao longe, na terra desconhecida, êles estão guardados em alguma loca, em alguma gruta, no fundo de algum rio. E êsses tesouros têm que ser achados.

Organiza-se, por isso, a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, sobrinho do donatário de Pôrto Seguro.

Fernandes Tourinho levou a efeito duas entradas, no sertão. Uma no rio Doce e outra no Jequitinhonha.

No sentir autorizado de Capistrano de Abreu, no livro *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil,* cronològicamente, a expedição de Tourinho ao Jequitinhonha precedeu à do rio Doce. Deixemos de parte à investida ao rio baiano, eis que apenas nos interessa à do rio Doce.

As notícias dêsse el-dorado haviam chegado a Fernandes Tourinho; também lhe haviam chegado as notícias dos indomáveis Aimorés. E' preciso evitá-los e, para isso, o bandeirante procura solucionar o problema, seguindo o rota do rio Doce.

Organiza uma tropa de quatrocentos homens, bem armados, e vem para a foz do grande rio, investindo-a; maior entretanto é a fôrça da correnteza em luta com o oceano e Tourinho, na esperança de melhor oportunidade, dirige-se para a vila do Espírito Santo.

No outono de 1573, retoma êle a sua expedição, subindo desta vez, o rio Doce até o seu afluente Mandi (atual Guandu) e daí continuando em direção ao Manhuaçu.

Prosseguindo, pelo rio Doce acima, chegou à barra do Coaracerí (rio Sil — atual Suaçuí) e sulcou, aí, quarenta léguas, quando esbarrou com as cachoeiras. Deixou, então Tourinho o rio e continuou por terra a expedição andando trinta léguas, findas as quais colheu belíssimos exemplares de pedras azues, esmeraldas, cristais do ótima qualidade, amostras de minério aurífero, jazidas essas que, presume-se, ficavam situadas junto de uma serra coberta de espessas matas, cujo pico se supõe ser o Itambé. Alcançou Tourinho a serra das Esmeraldas, "um dos bracejos da dos Aimorés".

Regressou o grande viajante à Bahia, pelo rio Jequitinhonha e, por certo, na esperança de voltar, um dia, ao rio Doce, deve Tourinho ter pintado com as côres as mais negras essa sua viagem, fazendo assim dêste rio um dragão encantado, um dragão sempre pronto a defender-se de quem o quizesse fazer voltar à vida.

Era o egoismo do século.

Ficaram, entretanto na memória de todos, as notícias fantasiadas das esmeraldas, das pedras verdes que haviam de fazer do reino de Portugal o mais rico do mundo.

E um dia, Marcos de Azeredo Coutinho (o velho) parte do Espírito Santo e: percorre a seguir, o rio Doce até à barra do Coaracimirim (rio pequeno do Sul) atual Suaçuí pequeno ou rio do Veado. Explorando êste rio, chegou Azeredo Coutinho à uma lagoa, que atravessou, para, da outra margem, prosseguir para terra, até a serra das Esmeraldas.

Seria esta, a lagoa denominada por Antônio Dias Adorno de "Vapabuçu" e que, situada entre Pôrto Seguro e Espírito Santo, assinalava a referida serra das Esmeraldas?

O certo, entretanto, é que, como resultado desta viagem, colheram-se finíssimas pedras e também o primeiro diamante que o Brasil exibiu ao mundo, como demonstração de sua potencialidade mineralógica.

Ainda esta viagem de Marcos de Azeredo Coutinho dissipou, de uma vez para sempre, a dúvida que andava e existia no coração do lusitano, a respeito das riquezas eram, em muito, superiores às da América Espanhola.

E Marcos de Azeredo? Que fim teria levado? Para uns, morreu encarcerado, por não querer revelar o roteiro das esmeraldas; explica o sr. Abel de Almeida, para outros foi agraciado, pelo rei com o hábito de Cristo e o prêmio de dois mil cruzeiros, mercês que não recebeu por ter falecido antes de ter tido conhecimento delas.

E a lagoa Vapabuçu lá permaneceu, no sertão, cumprindo o seu destino de mistério, aterrorizando índios, amedrontando bandeirantes e, assim ela foi ficando, até que certa vez, lá pelos meiados de 1680, em sua procura partiu Fernão Dias, que acabou por desencantá-la pois todo o terror dessa lagoa descorria de uma horda de selvagens, a qual habitava os socavões da lagoa.

Mais tarde, Antônio Rodrigues Arzão traz ouro, que é entregue ao Capitão João Molina, isto em 1693, mas o rio Doce permanece no mesmo estado de abandono, sempre acusado e sempre mal visto e dizia-se que "ao passo que a civilização amplia o seu arrebol sôbre as mais remotas plagas de Minas, o rio Doce persevera nos limbos de sua natureza prepotente e insidiosa. Não lhe valem os tesouros metalários, nem o mais fecundo e generoso solo do mundo, para nos atrair. A luz do seu sol é como a ironia do Anjo rebelde, fascina para cegar, sorrí para imolar os que lá andam atrás da fortuna".

E o século 18 se aproxima; as minas ouríferas começam a ser descobertas nos afluentes do curso superior do rio Doce; Vila

Rica é fundada e o ouro se exade, e desaparece, sem se saber como. O govêrno imperial quer evitar o seu vultoso prejuízo, quer impedir o contrabando do metal amarelo, e, para tanto, o referido govêrno proíbe a construção de picadas ou estradas, do litoral para o interior; o trecho espírito-santense do rio Doce é excluído, assim da civilização e, neste estado permanece até à nomeação do Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Lemes, para governador da Capitania do Espírito Santo, em 1789, cargo do qual só toma posse em 1800.

Silva Pontes quer beneficiar o grande rio; uma planta do seu curso é levantada e, de combinação com o governador de Minas Gerais, Bernardo José Lorena, criam-se postos fiscais, abre-se a sua navegação, estabelecem-se quartéis a partir de sua foz e promove-se a catequese dos índios.

O sucessor de Silva Pontes, Manuel Vieira Tovar, em 1809, denomina Linhares, ao quartel de Coutins, como homenagem a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares e ministro de D. João VI.

Um prêmio de quatrocentos mil réis é prometido a quem apresentasse um plano capaz de melhorar a foz do rio Doce. Tovar percorre o rio até s Escadinhas e, agora já o enigma vai desaparecendo, enquanto que vultos eminentes querem conhecê-lo e êle é visitado por John Maw, Tomas Lindley, Henry Kosets, pelo bispo D. José Caetano da Silva Coutinho e pelo governador Rubim, o qual, em 13 de setembro de 1817, lança a pedra fundamental para a construção da matriz de Linhares; outros visitantes, como Maximiliano Weid Newid e Saint-Hilaire vêm ao rio Doce.

Em 1815, D. João VI recebe amostras de linho, cânhamo e trigo cultivados em Linhares, recomendando também a cultura do café.

De agora, por diante, o rio Doce deixou de ser um enigma; todos querem vê-lo progredindo e pregressista; todos querem o seu desenvolvimento. Já se cuida de introduzir, no vale do rio Doce, famílias espanholas e fluminenses; já é sentida a necessidade de melhorar e intensificar a sua navegação.

Um fator preponderante no desenvolvimento do rio Doce foi, sem dúvida, a navegação, ali instituída desde o primeiro reinado.

Não era possível que as populações margianis do grande rio ficassem isoladas, umas das outras; não era possível que essas populações se contentassem em ter, como meio exclusivo de comunicação, as picadas, as estradas mal construídas ou as canoas, que exigiam, sempre muita gente e muita fôrça quando tinham de ser movimentadas, contra a correnteze do rio. E assim, em 23 de outubro de 1832, os regentes Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz, em nome do Império, publicaram um decreto à navegação do rio Doce.

As Companhias que fôssem, em virtude dêsse decreto, organizadas elaborariam os seus estatutos, teriam concessões de terras alagadiças e pantanosos, de oito sesmarias de légua quadrada nos pontos que escolhessem, representariam do govêrno sôbre os melhoramentos necessários, no referido rio e estradas.

Em 18 de setembro de 1835 a regência fêz publicar o Decreto n.º 23, em virtude do qual poderia ser concedida "a carta de privilégio exclusivo da novegação por barcos de vapor ou outros superiores que se descobrissem, por espaço de quarenta anos à Companhia denominada — do Rio Doce — para navegação não só o dito rio e seus afluentes, mas também diretamente entre o mesmo rio e as capitais do Império, e da província da Bahia, contanto que na navegação de cabotagem sejam os barcos embandeirados à brasileira e tripulados conforme a lei".

A navegação, entretanto, continuaria livre, só podendo a Companhia estabelecer taxas em seu benefício, das Escadinhas até as cabeceiras do rio; as canoas de pescaria, as de menos lote do que cem arrobas não incidiriam nessas taxas, salvo se atravessassem as obras da Companhia. O govêrno poderia ainda conceder à Companhia dezesseis sesmarias de légua em quadro, cada uma; os empregados brasileiros a serviço da Companhia eram livres de recrutamento, por cinco anos, salvo em caso de guerra; tudo o que a Companhia importasse, para seu serviço, era isento de imposto, durante os primeiros cinco anos, e se algum abuso por parte da Companhia fôsse declarado, por sentença, ficaria ela privada dêste privilégio; os gêneros produzidos nos terrenos da Companhia não estavam sujeitos ao dízimo; à Companhia seriam cedidos, gratuitamente, terrenos para construção de estradas, portos, cais e etc., e se ditos terrenos pertencessem a particulares seriam desapropriados, de acôrdo com a legislação vigente; a Companhia deveria dar início à navegação, dentro de dezoito meses, contados da data do contrato, sob pena de perda dos privilégios enumerados; a Companhia era obrigada a conduzir, em seus barcos, os correios do govêrno, seus papéis e cargas, com a limitação total de dez arrobas e dois indivíduos; gratuitamente, por viagem; se os terrenos concedidos à Companhia não fôssem habitados por colonos europeus, dentro de sete anos, em número de sessenta casais por légua quadrada, perderia a Companhia ditos terrenos e ao cabo de um ano, os colonos, se o quisessem, seriam considerados brasileiros naturalizados; o frete, o pedágio e etc., seriam, livremente, fixados pela Companhia; engenheiros brasileiros, designados pelo govêrno, poderiam assistir regularmente os trabalhos da Companhia, afim de nêles se aperfeiçoarem; outros dispositivos seguiam-se, menos importantes.

E como em agôsto de 1833 se houvesse formado, com João Diogo Sturtz, em Londres, uma companhia de nacionais e estrangeiros , companhia essa denominada — do Rio Doce — submeteu-se ela aos princípios anteriormente estabelecidos e modificados, em alguns pontos, por Decreto baixado em 7 de janeiro de 1836, já na regência do padre Diogo Feijó.

Era a arrancada para o progresso; era todo um código de colonização que se elaborava, todo um programa de visão ampla que se delineava. Os homens do passado já sentiam a predestinação histórica do rio Doce.

E paulatinamente, o vale pujante se vai povoando. Em meiados do século 19 êle já é bem conhecido; em 1860 o rio Doce e a lagoa Juparanã recebem a visita de Pedro II.

E, 20 de maio de 1876 marca uma etapa brilhante para Linhares; é inaugurada a estação telegráfica e em 16 de fevereiro de 1879, o "Rio Doce", é o primeiro gaiola que começa a ziguezaguear pelo grande rio, se-

guindo os caprichos e as sinuosidades do canal inconstante e instável, da grande caudal.

O govêrno da província está entregue a Costa Pereira; era o momento decisivo para o vale do rio Doce, eis que ali se inicia, resolutamente, a colonização; os núcleos coloniais de Acioli de Vasconcelos, Antônio Prado e Muniz Freire são fundados.

Em 1887 demarcam-se as colônias do núcleo Acioli de Vasconcelos, mas, só em 1889 chegaram até lá os imigrantes. Compunha-se êste núcleo de oito secções: — Pau Gigante, Ubá, Triunfo, Esperança, Treviso, Café, Otelo e Alto Belgamo.

Também em 1889 chegaram ao núcleo Antônio Prado, criado em 1887, os seus imigrantes. Êste núcleo tinha a sua sede situada na confluência do Mutum com o Santa Maria; o seu posto sôbre o rio Doce, denominava-se "Barracão de Santa Maria". As secções dêste aludido núcleo eram: — Jacinto Santa Maria, Mutum, Estrada de Baunilha, Baunilha Baixa, Baunilha Acima. Córrego da Ponte e Vila Colatina. Esta última secção era um centro comercial de grande importância e escalado pelos navios da Companhia, que mantinha a navegação fluvial e era subvencionada pelo Estado.

Em 1894, a 27 quilômetros acima de Linhares, na margem direita do rio Doce, funda-se o núcleo Muniz Freire; e, assim, sucessivamente outros núcleos vão sendo criados; e o vale do rio Doce já não pesa, sòmente, na balança econômica do Espírito Santo, mas também na do Brasil.

Nêsse vale já se fala, a cada passo; para êle já se voltam os economistas do país e os financistas de outras partes do mundo."

Assim, enaltecendo o papel que o rio, ou, mais pròpriamente o seu vale desempenhará na emancipação industrial do Brasil, o conferencista encerra suas valiosas considerações.

Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F.

Opiniões

O rio São Francisco: seus problemas, suas soluções

O São Francisco é, sem dúvida um tema apaixonante e, mais que nunca, está na ordem do dia. As limitações impostas pela guerra à nossa navegação litorânea fizeram convergir a atenção de governantes, estudiosos e interessados para o "rio da unidade nacional".

Sôbre os seus problemas, que são muitos e de natureza variada, procuram os técnicos, no campo de suas especialidades, fazer jorrar a luz dos seus conhecimentos em busca de soluções, que aplicadas em conjunto, resultem na melhoria da navegação e das condições de vida dos núcleos de população, radicadas no seu vale.

Muito se tem discutido, falado e escrito sôbre o São Francisco. Se aqui e acolá ecoam vozes românticas propondo soluções românticas para um problema complexo, urgente, de ordem concreta e que afeta diretamente a segurança nacional, — qual o problema do São Francisco —, não faltam também os estudos ponderados, firmados sôbre as bases sólidas da ciência e informados por sadio espírito de patriotismo.

Com o clima criado por êsse sem número de trabalhos sôbre o mesmo assunto, que revelam um cuidado elogiável de trazer cada qual a sua contribuição para o grande problema, não será vão esperar que estejamos nas vésperas de vêr surgir a região Sanfranciscana, para o desempenho da função política e econômica, que hà muito se lhe vaticina, nos quadros da realidade nacional.

Ainda hà pouco, o ilustre General José Pessoa, que à condição de valoroso técnico militar alia a de pesquisador arguto e observador atento das coisas nacionais, firmou para a *Revista Militar Brasileira* judicioso comentário acêrca dos problemas do rio São Francisco e das soluções que lhe parecem indicadas ao caso.

Nêsse trabalho, que transcrevemos a seguir, o Gen. Pessoa faz ligeira resenha do curso navegável, ressaltando a importância atual da rota do São Francisco, para afinal indicar providências capazes de "salvar o São Francisco, sua riqueza e sua gente sofredora".

> "Assistí, faz pouco, a erudita conferência sôbre o rio São Francisco, realizada pelo Sr. Ministro Apolônio Sales, na sede da "Sociedade dos Amigos de Alberto Torres", tema com que a patriótica Associação abriu êste ano o programa de palestras sôbre os problemas nacionais. A atitude do jovem Ministro permite-nos prever que as autoridades estão dispostas a colocar em ordem do dia a discussão dos problemas e das necessidades daquela região. E, a exemplo dos torreanos pioneiros dessa benemérita campanha, agrada-me trazer a minha contribuição a um assunto de tanta magnitude, concorrendo com esta modesta colaboração coligida ao percorrer o rio São Francisco, como eixo da viagem que acabo de fazer pelo interior, da Capital Federal ao Nordeste.
>
> Realmente, tendo excursionado por todo o território do nosso país, não conheço viagem mais instrutiva, nem mais necessária a quem estuda e quer conhecer o Brasil.
>
> Está no conhecimento de todos que o vale do São Francisco é uma vasta região de terras fertilíssimas, com abundantes produtos de agricultura, de criação de gado e riquezas extraordinárias em minerais e espécies vegetais. Cortada por um caudaloso rio, com a extensão de 3 161 quilômetros, dos quais 1 371 já navegáveis, ou seja de Pirapora a Petrolina-Juazeiro (mesmo abaixo dessas cidades há um serviço de barcaças com percurso de vários dias), com alguns afluentes também trafegados por vapores menores, com quedas dágua, a começar pela majestosa Paulo Afonso, cujas energias captadas montariam a milhares de C.F., aquela região poderá tornar-se um grande centro de desenvolvimento industrial e agrícola. Naquele vale se encontra uma população numerosa que vem desde épocas recuadas, em luta permanente com a falta de transportes, com o fenômeno aterrador das enchentes periódicas que ameaça tragar todo esfôrço humano, acumulado à custa de sacrifícios, num meio hostíl, onde a malária é endêmica.
>
> E' fato que os problemas do grande rio central têm sido tratados através dos tempos por uma plêiade numerosa de engenheiros e cientistas eminentes e, todos êles, têm apresentado uma série de observações e acertadas providências, porém, de prático, nada se fêz, nada se concretizou até agora.
>
> A nossa maneira de tratar êsses assuntos apenas se distingue daqueles pela seqüência natural das necessidades, resultados imediatos advindos da sua execução, nada mais.
>
> Aliás, na hora presente, é justo que só deverão interessar à administração do país as soluções que satisfaçam aquêles requisisitos.
>
> Os problemas do São Francisco, embora de várias naturezas, a nosso ver, poderão ser grupados em problemas de engenharia ou sejam as construções das grandes barragens, destinadas a alimentar a rêde de canais de irrigação, aparelhamento de portos, etc. e assuntos, de administração que se resumem em atender imediatamente, e de acôrdo com as possibilidades financeiras, as prementes necessidades daquela região. A execução deverá ser feita em dois lances por ordem de urgência, tanto mais que o Govêrno, merecedor de todos elogios pela maneira sábia e patriótica com que tratou e está resolvendo outros problemas também nacionais não poderá atacar simultâneamente a todos que esperam definitiva solução.
>
> E' fato que aquêle caudal exige hoje, mais do que nunca, particular interêsse dos poderes públicos, dada a importância econômica da região que êle fertiliza e, especificamente como artéria vital de abastecimento e de ligação entre o Norte e o Sul do país. E' a guerra que o está exigindo, são os nossos princípios de honra coletiva que nos estão a impor que ponhamos em equação êste problema precípuo da unidade e segurança nacional.
>
> A traiçoeira campanha submarina dos nossos adversários, certamente, aumentará de freqüência e intensidade. O problema das comunicações com o Norte se agravará cada vez mais. As conseqüências do isolamento das nossas regiões econômicas terão efeito fatal sôbre sua existência.

Daí, a oportunidade da rota do São Francisco, mòrmente se apelarmos para a cooperação dos nossos amigos americanos, empenhados conosco numa causa comum de vida ou morte, para apressar a solução dessa emprêsa. Com ela poderemos levar integralmente os nossos recursos para o Norte, tendo Natal como ponto de triagem. Por outro lado, os americanos teriam aumentadas as facilidades dos transportes de matérias estratégicas, de que têm necessidade vital, por um caminho seguro, até a metade da viagem isento dos perigos e das dificuldades que estão defrontando os nossos países, refletindo ainda em diminuição da tarefa de patrulhamento no sul do Atlântico.

Assim, estamos convencidos de que para vencermos as atuais dificuldades, salvar o São Francisco, sua riqueza e sua gente sofredora, bastará que a ação ali aplicada se desenvolva com presteza e consoante a ordem de urgência pre-estabelecida para êsse trabalho:

1. Deixar para melhor oportunidade a construção de grandes barragens de alvenaria e desde logo iniciar a desobstrução do canal de navegação, realizando obras (espigões de lajes ou estacadas de madeira) nos canais das ilhas, de modo a evitar a dispersão e aumentar o volume dágua na época da estiagem, dragando os bancos de areia, retirando os troncos de árvores enterrados e pedras sôltas submersas, balizando os passos difíceis (bancos de pedra e blocos isolados que se encontram no seu curso) afim de eliminar os perigos e permitir a regularidade da navegação na sêca.

Para êsse objetivo, ampliar a comissão de melhoramentos do rio São Francisco, dando-lhe meios compatíveis, diretrizes de trabalho e assídua assistência.

2. Criar uma comissão de saneamento daquele populoso vale. O nosso Instituto Osvaldo Cruz, já merecedor da gratidão nacional, possui credenciais para executar mais essa cruzada para a felicidade do Brasil. Na impossibilidade de ser feita pelo I.O.C., a humanitária Rockfeller bem poderia encargar-se de mais essa nobre tarefa.

Abrir escolas e não permitir mais qué emigrantes estrangeiros analfabetos aumentem as dificuldades daquela região e do Brasil.

3. Construir pequenas instalações portuárias dispondo de molhe, portada ou rampa para atracação dos navios e armazém nas cidades marginais do grande rio (cooperação dos interventores e municipalidades diretamente interessados). Ali os serviços de carga e descarga são penosíssimos, feitos pelos homens das pequenas tripulações, que num esfôrço abnegado sobem e descem barrancas escarpadas, escorregadias, despendendo energia quase sobretural. Em Pirapora e Petrolina, posições chaves daquela bacia e extremos da navegação a vapor urge fazer o mesmo, com ampliações de carreiras e oficinas, para construção e reparação da frota fluvial. Esta é atualmente de vinte e sete navios de regular tonelagem e comodidade satisfatória, numerosas chatas de 40 a 150 toneladas e algumas dezenas de outros barcos, distribuídos pelas companhias de navegação dos governos mineiro, baiano e mais três de particulares que trafegam igualmente na bacia do grande rio, arrostando com perigos inauditos e tôda espécie de dificuldades.

4. Prosseguir com a estrada de ferro de Rio Branco a Petrolina (Pernambuco) e acelerar a construção de trechos de estradas que, partindo da margem esquerda daquele rio deverão entroncar-se no vasto rodoviário nordestino. Tarefa esta grandiosa, idealizada pelo patriotismo dos nossos governos e realizada pelos homens dinâmicos que, dirigindo e trabalhando, transformaram os Serviços de Obras contra as Sêcas numa colossal obra de benemerência e de civilização.

5. Organizar as atividades da pesca, no rio São Francisco e nas numerosas lagoas piscosas, cujo produto monta anualmente a milhares de toneladas de peixe salgado, e a milhões de cruzeiros, quando não apodrecem pela falta de transportes fluviais. Organizado o serviço de pesca, a fauna aquática seria protegida, alcançaria, certamente, somas fabulosas, atrairia os homens de negócios do litoral e imortalizaria o Ministro da Agricultura a quem o país ficaria devendo a solução de um problema tão fértil em resultados econômicos.

Para isso, há tempos, o engenheiro Agenor de Miranda, conhecedor profundo da região, propôs ao Ministério da Agricultura "a ida àquela região de um especialista em pesca e salga e a quem se destinasse um pequeno vapor da navegação sanfranciscana, para servir de laboratório, também de escola ambulante". Organize-se pois o trabalho naquela desprotegida região, que se fixem os homens ao solo que lhes deu o berço.

6. Realizar, finalmente, obras de proteção às localidades ribeirinhas, pois se não efetuarmos já essa medida de humanidade e patriotismo, num prazo de mais ou menos vinte anos, o rio São Francisco talvez tenha destruído pela erosão grande número das suas cidades e feito desaparecer para sempre, todo aquêle acêrvo de brasilidade que a civilização sanfranciscana vem acumulando através dos séculos desde a época dos currais dos fins do século XVI e por todo o século XVII.

Como há pouco dissemos, não há dúvida que a remoção das dificuldades naquela região, em parte, é obra humana e de boa vontade a sua realização depende da cooperação das autoridades superiores e dos Estados interessados.

E nenhum obstáculo irremovível existe que obrigue a um recuo o nosso patriotismo e a nossa fé nos destinos do Brasil.

Desamparados aquêles irmãos, impotentes para lutar sòzinhos contra a avalanche de obstáculos superiores às suas fôrças, despovoam aquela região aos milhares anualmente, fugindo para Minas ou São Paulo à procura de trabalho nas lavouras ou para os remotos garimpos de Mato-Grosso.

Urge, pois, despertar os homens de govêrno e homens de negócios para, juntos, salvarem uma das nossas maiores zonas de riqueza e de trabalho, para a grandeza da nossa Pátria".

★

A Transbrasiliana

A idéia da sua construção surgiu com uma proposta, na Comissão Censitária Nacional, do Cel. Lisias A. Rodrigues, representante do Ministério da Aeronáutica junto aos órgãos do I.B.G.E.

Vencendo os óbices naturais, o projeto vai saindo vitorioso nos diversos exames a que é submetido pelos órgãos chamados a opinar sôbre êle.

Finalmente, a estrada que ligará Belém do Pará ao Rio Grande do Sul, atravessando diversos Estados, logrou ser incluída no Plano Rodoviário Nacional.

O Sr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do I.B.G.E. fêz, há poucos dias, interessantes declarações à imprensa ressaltando a transcendental importância da Transbrasiliana. Nessas declarações, que publicamos a seguir, o ilustre secretário geral do I.B.G.E. aborda, também, o magno problema da divisão política do Brasil, que de longa data vem merecendo o seu estudo cuidado e esclarecido:

Porque se impõe a construção da "Transbrasiliana"

Em mais de uma oportunidade — declarou o Sr. Teixeira de Freitas — os responsáveis pela direção do I.B.G.E., têm acentuado que, ao seu ver, não estaria o Instituto cumprindo integralmente a difícil e honrosa missão que lhe confiou o govêrno se limitasse a sua atividade à tarefa específica de "fazer estatística" e "fazer geografia". Cabe-lhe, igualmente, uma atuação "política", no bom sentido, a qual se traduz, sobretudo, no empenho de dinamizar as poderosas sugestões que os números nos oferecem, para o encaminhamento de certos angustiantes problemas nacionais. Êsses problemas, os estatísticos os sentem mais do que ninguém, porque lhes cabe fixá-los em primeira mão, através das sínteses numéricas que exprimem as reais condições de existência de cada comunidade social. O chamado "ideário cívico" dos ibegeanos nada mais é do que o conjunto de soluções reclamadas e impostas pelos dados estatísticos, como exigência de nossos legítimos ideais de progresso e até mesmo de sobrevivência política.

O problema da ocupação efetiva do território, por exemplo, que tem estado no primeiro plano de nossas cogitações, ficou muito bem configurado com a contribuição trazida à sua análise pelos resultados do recenseamento geral de 1940. Quatro séculos depois da descoberta, ainda se aplicaria ao Brasil a imagem do frade seiscentista: os seus ralos efetivos populacionais agrupam-se na faixa litorânea, "arranhando ao longo do mar como caranguejos". O resto de nosso "espaço político" continua dolorosamente vazio, correspondendo aos seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados talvez menos de 15% de "espaço social". Impõe-se, pois, a socialização da hinterlândia brasileira, a ocupação efetiva das zonas escassamente povoadas, sob pena de estar o Brasil fugindo à responsabilidade de sua missão histórica.

Da consideração do problema, têm surgido numerosas iniciativas dos nossos técnicos, traduzidas, muitas vêzes, em sugestões aos diferentes órgãos do govêrno. Fixarei apenas uma dessas iniciativas, ou seja a do eixo rodoviário chamado, com muita felicidade, de "Transbrasiliana". Devemos a idéia ao representante do Ministério da Aeronáutica nos órgãos de direção do Instituto, coronel Lísias Rodrigues, que, aventando no seio da Comissão Censitária Nacional, o projeto da construção da estrada Ipameri-Belém, como ligação indispensável entre a Amazônia e o resto do país, não apenas atendia às impressionantes advertências dos resultados censitários, como se inspirava no conhecimento direto que possui das difíceis e precárias condições de existência das regiões do centro-oeste e do septentrião amazônico, por êle tantas vêzes sobrevoadas em suas viagens.

Aprovada pela comissão a proposta do ilustre militar, no sentido de fazer-se a ligação do município goiano de Ipameri à capital paraense, como medida indispensável à integração do grande eixo que cortará o país de uma ponta a outra, coube ao Instituto submeter a sugestão ao exame do Govêrno. Em virtude de certos estudos realizados sob a inspiração de critérios unilaterais, não encontrou a iniciativa, de pronto, o ambiente de irrestrito aplauso que seria de esperar, dada a sua excepcional importância, do ponto de vista econômico, estratégico, político e social.

Na Comissão do Plano Rodoviário Nacional, coube fazer a defesa do projeto ao próprio coronel Lísias Rodrigues, que, utilizando estudos complementares do Instituto, deixou provada a tôda evidência a necessidade de lançar-se, urgentemente, a "Transbrasiliana". O apôio do relator da 1.ª Etapa do Plano Rodoviário Nacional, engenheiro Moacir Malheiros Silva, e o alto espírito público dos demais membros da comissão asseguraram a vitória eventual do magnífico empreendimento. Em sessão de 22 de junho dêste ano, tornou-se efetiva a inclusão da estrada "Transbrasiliana" no Plano Rodoviário Nacional, como um traço de união indispensável e urgentíssimo entre o Brasil oriental e as duas regiões semi-continentais — a do norte e a do sul — do Brasil ocidental, que tanto necessitam dos recursos de acesso e escoamento.

Os pontos de passagem da nova estrada

Os principais pontos de passagem da "Transbrasiliana" são no Pará, Belém e São Miguel do Guamá; no Maranhão, Imperatriz, Pôrto Franco e Carolina; em Goiaz, Pedro Afonso; Pôrto Nacional, Peixe, São José de Tocantins, Anápolis e Goiânia; em Minas Gerais, Prata, no Triângulo; em São Paulo, Rio Preto, Luiz, Marília e Ourinhos; no Paraná, Santo Antônio da Platina, Prudentópolis e Malet; em Santa Catarina, Pôrto União; no Rio Grande do Sul, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, São Gabriel, e Livramento. Na zona a percorrer, todavia, nem tudo está ainda por fazer. Do Rio Grande do Sul a Anápolis, em Goiaz, as comunicações pràticamente já existem, restando, apenas, melhorá-las como for julgado conveniente. O que falta é prosseguir rumo ao norte, mesmo assim com possibilidade de aproveitamento de numerosos trechos de rodovias já existentes.

Como acentuava, recentemente, com o senso que possui das realidades nacionais, o ministro João Alberto, "O Brasil do futuro é o Brasil do interior". A nossa política de expansionismo interno há de ter, como a "Transbrasiliana", um notável impulso. Esteira de civilização, a nova estrada possibilitará, em têrmos decisivos um seguro esfôrço colonizador, — esfôrço êsse a que iniciativas como a da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação do Brasil Central procuram dar um sentido prático, de alcance imediato para certas regiões de tão grandes recursos econômicos em potencial, mas até hoje mantidas, a bem dizer, desintegradas da comunhão brasileira.

Providências encaminhadas

O Sr. Teixeira de Freitas crê na possibilidade da construção, a breve prazo, de uma estrada de tão grande quilometragem e assim justifica: — Podemos confiar no patriotismo dos chefes de govêrno dos três Estados diretamente interessados. Por maiores que sejam as dificuldades a vencer, elas não se apresentam insuperáveis. Além do que, todos os sacrifícios — se sacrifícios tiverem de ser feitos — serão plenamente compensados, quando se der ao Brasil o eixo sólido de que êle necessita e em tôrno do qual, do Norte ao Sul, a civilização litorânea beneficie e estimule as regiões isoladas do Centro-Oeste, melhorando as condições de vida, valorizando o potencial demográfico, fortalecendo a unidade do país e permitindo, pela diversidade da política de produção, o perfeito equilíbrio de sua estrutura econômica. A área povoada graças a êsse eixo será a base de penetração do Brasil setentrional e ocidental.

No Pará, o coronel Magalhães Barata já mandou proceder aos estudos necessários à construção da "Transbrasiliana" dentro do respectivo território, numa extensão de cêrca de trezentos quilômetros, através de uma região de grandes possibilidades econômicas. O Sr. Paulo Ramos, com o mesmo ânimo patriótico de seu colega paraense, terá idêntica iniciativa, no que tange ao Maranhão, reunindo assim mais um título de benemerência à apreciável obra de govêrno que vem realizando.

Embora de construção relativamente mais fácil, o trecho compreendido no território goiano avulta em dificuldades pela sua excepcional extensão, ou sejam cêrca de mil quilômetros. E' fácil confiar, porém, na extraordinária capacidade realizadora de quem fêz o milagre de Goiânia: ainda sexta-feira última, o interventor Pedro Ludovico nos assegurava que a "Transbrasiliana" será uma realidade, porque Goiaz há de construir, dentro do mais breve prazo, o longo trecho compreendido em seu território.

Atacada assim em tantos pontos necessários, teremos em breve concluída a grande rodovia que constituirá a espinha dorsal do Brasil, permitindo, graças aos demais troncos longitudinais e transversais já existentes, ou também previstos no Plano Rodoviário Nacional, que o país disponha de um sistema de comunicações baseado em critérios rigorosamente orgânicos e capazes de atender, como tanto se impõe, a grandes e prementes interêsses de sua defesa, de sua economia e, como já acentuei, de sua própria soberania política.

O maior dos problemas: a redivisão política

Tratando da importância de um perfeito sistema de comunicações na consecução de determinados objetivos de organização nacional, afirma o secretário geral do I.B.G.E. que ainda seja ela ponderável, não é exclusiva e esclarece: — O problema é complexo e tem a condicioná-lo fatores de vária natureza. Falei, de início, no "ideário cívico" dos ibgeanos como o conjunto de diretrizes sugeridas pelas conclusões que os levantamentos estatísticos possibilitam, em face do "caso" brasileiro. Vale a pena insistir, de passagem, na enumeração dos principais ítens dêsse "ideário". Em primeiro lugar, a ocupação efetiva do território. Depois a divisão dêste, de maneira equitativa e racional, entre os âmbitos particularizados de autoridade, que o govêrno da Nação exige. Terceiro, a localização adequada da Capital da República. Em seguida, a distribuição mais conveniente das massas demográficas e o surto de uma rêde adequada de núcleos urbanos, como centros propulsores e coordenadores das atividades da Nação. Também o estabelecimento de uma rêde rodoviária realmente integradora da comunhão nacional. E, finalmente, a valorização do homem pela saúde, pela educação e pelo trabalho, visando-se a progressiva elevação do seu nível de vida.

Destacarei dêsses ítens, para uma breve referência, o problema da redivisão política do país, tratado, aliás, em numerosas oportunidades, por mim. Considerando-o a pedra de toque, o ponto de partida para a solução de todos os demais problemas de organização nacional. Se é princípio comezinho de ética e de direito que a comunidade humana deve basear-se em normas de justiça, cumpre não perder de vista que a organização política, como uma superestrutura, que é, da convivência social, há de ter fundamentos "justos" se não quiser fugir ao seu destino. Ora, o território em que se exerce a nossa soberania política é patrimônio comum dos brasileiros, isto é, da nação, considerara em seu todo indestrutível. Representa o legado de um passado histórico que nos orgulha a todos, e que é o próprio fundamento espiritual de nossa unidade. Nada justifica, por conseguinte, que os séculos consagrem um quadro territorial gritantemente errado e injusto, no qual as diferentes circunscrições políticas são contempladas não como membros verdadeiros de uma Federação, e, portanto, com iguais direitos, mas segundo critérios sem qualquer base de equidade, impostos por certos fatores históricos meramente eventuais. Logo, a equivalência de área das Unidades Políticas é medida preliminar que se impõe, para o integral desenvolvimento das fôrças vivas da Nação, pois traduzirá, em têrmos de rigorosa justiça, o pressuposto de uma progressiva e cada vez mais perfeita "equipotência" demográfica e econômico-financeira. Não há por que alegar direitos e tradições; mais antigos são os direitos da justiça, que se fundam em princípios eternos. Além do que, os próprios têrmos em que o problema se apresenta vieram a tornar possível, por circunstâncias felicíssimas, estabelecer-se um conjunto de diretivas prudentes e conciliatórias, capazes de harmonizar as exigências da psicologia popular e os interêsses legítimos dos agrupamentos atuais, com a relevante significação nacional do objetivo que se tem em vista.

Essas diretivas constituem o plano que já se convencionou chamar de "Segadas Viana-Teixeira de Freitas". Com a sua execução, nenhuma das circunscrições do atual quadro territorial da República deixará de existir como entidade autônoma de significação política — digamos mesmo — como Estado da União Federal. Todo território que for desmembrado de qualquer dos atuais Estados, a não ser que o seja mediante ato convencional de retificação de fronteiras com as correspondentes compensações, passará a gozar de autonomia, constituindo uma das unidades do quadro político da República, não podendo, por conseguinte, ser incorporado simplesmente a nenhuma das unidades ora existentes; a redivisão se projetará segundo um critério de equivalência de pos-

sibilidades, e dentro de um sistema de assistência federal obrigatória e equitativamente estabelecida, às unidades que forem demográfica ou econômicamente mais fracas.

Grandes vozes do passado, grandes vozes do presente, teem defendido a idéia da redivisão política do Brasil como um imperativo inelutável dos nossos objetivos de fortalecimento da unidade do país, de progresso e aperfeiçoamento da vida nacional. Brasileiros os mais ilustres e de responsabilidades definidas em diferentes setores políticos e culturais manifestam-se de inteiro acôrdo com as diretrizes previstas para essa grande arrancada história, que assinalará uma etapa culminante em nossa evolução.

A recente criação de mais cinco Territórios Federais, dando lugar, como se viu, a tantas manifestações de aplausos, veio demonstrar que também a opinião pública já se encontra amadurecida para a revisão do quadro territorial brasileiro. Quebrados os tabús da indivisibilidade, que, na maioria dos casos, ainda constituem sobrevivências das próprias Capitanias hereditárias, poderá agora o govêrno enfrentar o problema quando lhe pareça oportuno, certo de que o espírito de unidade que inspirou a nossa formação histórica subsiste cada vez mais integro e vivo, para colocar a idéia do Brasil, o ideal da grandeza nacional, acima de qualquer mal compreendido regionalismo.

Quanto a mim, não me cansarei de propugnar pela vitória de um objetivo que considero básico para o desenvolvimento normal e a prosperidade do Brasil. E não tenho dúvida de que as atuais gerações, testemunhas da agonia de uma civilização que sacrificou ao egoismo e violência as suas melhores conquistas morais, não deixarão de ouvir essa advertência de estímulo e incintamento: "façamos o nosso Brasil, antes que seja tarde; antes que o Brasil se desfaça".

★

A propósito da criação dos novos territórios Federais

Sob o título "Os novos territórios federais e os altos interêsses da nossa organização militar", o *Diário de São Paulo*, em sua edição de 17 de outubro corrente, inseriu um comunicado telegráfico especial, enviado pelo seu correspondente nesta capital, no qual está bem definida a origem da criação dessas novas unidades federadas.

Inicia o comunicado com a declaração de que a criação de novos territórios era esperada há vários anos, acentuando a seguir, que desde quando se cogitou de modificar a divisão territorial do país, e depois que foi posta de lado a idéia de suprimir alguns Estados, fundindo-os em um só, e de dividir outros, uma sugestão prevaleceu: a da criação de territórios federais nas regiões de fronteira. Póde-se dizer que essa sugestão obteve, sem dificuldade, o apôio quase unânime dos que tinham autoridade para opinar a respeito, e foi acolhida com simpatia pela opinião pública.

Foram precisos, entretanto, alguns anos para estudar a questão em todos os seus diferentes e delicados aspectos. Não se tratava de uma reforma que pudesse ser executada precipitadamente, baseando-se em dados insuficientes e em simples estimativas. Era necessário conhecer a situação das regiões destinadas a constituirem os futuros territórios, os seu elementos de organização, as suas possibilidades de desenvolvimento. Só assim seria possível instalar as novas unidades administrativas da União de modo que a finalidade de sua criação fôsse logo atingida naquilo que era mais essencial.

E' evidente que o ato do govêrno criando cinco Territórios Federais reveste uma significação e um alcance político que não se faz mister ressaltar. Tanto assim que foi o Conselho de Segurança Nacional o órgão que imprimiu à solução adotada a orientação que a caracteriza, de acôrdo aliás, com as características traçadas pelo Presidente da República. A cooperação do Conselho Nacional de Geografia, ao que se sabe, ficou limita ao terreno pròpriamente técnico.

Ao que parece, certos pontos de vista do Conselho Nacional de Geografia — esclarece o comentarista — não se ajustavam, no caso, à solução que teve as preferências do govêrno e que consulta, predominantemente, os altos interêsses da defesa nacional.

A êsse propósito é oportuno observar que, mediante a influência que teve na criação de Territórios Federais, o Exército demonstra mais uma vez que está atento aos problemas vitais do país e não poupa esforços para que sejam resolvidos de maneira mais compatível com os legítimos interêsses do Brasil. Eis o que fica bem claro na importante participação que teve o Conselho de Segurança Nacional no Estudo do projeto de criação dos Territórios Federais do Amapá Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu.

Há ainda no ato que desmembrou do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Paraná as regiões agora transformadas em territórios nacionais uma significação que deve ser realçada: trata-se de mais um grande passo no sentido da marcha para Oeste pregada pelo Presidente Getúlio Vargas como um imperativo da solução definitiva dos nossos maiores problemas. Com efeito, só a utilização direta dos recursos da União possibilitará o povoamento, o desenvolvimento e a defesa nas extensas regiões limítrofes de países estrangeiros, e cujas inexgotáveis riquezas continuam pràticamente abandonadas por falta de uma solícita e eficiente assistência dos poderes públicos.

Mais de uma vez nestas colunas consignamos informações e opiniões relativas à necessidade da criação de novos territórios federais. Sabiamos que o assunto estava sendo estudado atentamente e que no momento oportuno o govêrno tomaria a decisão reclamada pelos interêsses do país.

Em fonte fidedigna ouvimos — informa ainda o comentarista — que a instalação da adminisatração dos novos territórios não será demorada. A respectiva regulamentação será em breve expedida. E' provável que a exemplo do que acontece com o território de Fernando de Noronha, as unidades administrativas recem-criadas tenham governos militares.

O Território do Amapá confina com as Guianas; o de Rio Branco com as Guianas e a Venezuela; o de Guaporé, com a Bolívia; o de Ponta-Porã, com o Paraguai; o de Iguaçu com a Argentina.

O Brasil conta atualmente seis Territórios Nacionais; o do Acre, do Amapá, do Rio Branco, o de Guaporé, o de Ponta-Porã e do Iguaçu e um Território Militar, o de Fernando de No-

ronha. Tudo indica que, conforme sejam os resultados, novos territórios serão criados em futuro não remoto, abrangendo regiões de fronteira que ainda não passaram para o domínio do União. Existe um antigo projeto pelo qual o país deveria dispor, ao todo, de doze territórios federais, com organização administrativa e política idêntica a do Acre.

★

Conceito de ecologia

Na revista *Ceres* que se edita em Viçosa, Minas Gerais, número de maio e junho de 1943, encontramos um trabalho substancioso do Sr. Raul Briquet Júnior, fazendo oportunas considerações ao redor do têrmo "ecologia".

De início, que é Ecologia? — pergunta o articulista. Êste vocábulo (do gr. oikós casa e logos-tratado) é o estudo das relações dos seres vivos com o meio e entre si. Trata-se, pois, de uma ciência complexa, uma vez que essas relações representam um conjunto simultâneo de fenômenos biológicos, físicos e químicos e cujo estudo, por conseguinte, por multicausal, encerra dificuldades grandes. Para tanto, relaciona-se a Ecologia a conhecimentos de Física, especialmente Metereologia e Climatologia, de Química, Fisiologia, Edafologia, Botânica, Zoologia, Genética, Biometria, etc. Em resumo, apanha todos os dados das outras ciências que possam fornecer elementos auxiliares à compreensão do seu objeto de estudo. Como êste é vasto, isto é, o intercâmbio entre os organismos e o meio e entre si, no que intervem, simultaneamente, as fôrças do ambiente e as biológicas, tôdas interagindo, é natural que a Ecologia se estenda dispersivamente em todos os sentidos com o auxílio de conhecimentos diversos e métodos de estudo, apropriados.

A Ecologia é um ramo de Biologia Geral, na qual, como é sabido, se estuda o ser vivo como ser vivo, independentemente da sua natureza particular de animal ou planta. O seu objeto de estudo a "comunidade" viva, formada de animais e plantas ao mesmo tempo, em relação ao meio, bem como a interdependência das formas vivas componentes do conjunto.

Ela tem, por tanto, um caráter geral e não botânico ou zoológico. Entretanto, ao envés de ser estudada por biologistas gerais, ela o é mais por botânicos e zoólogos, que a subdividem então em Ecologia animal e Ecologia vegetal. Realmente, quem estuda Botânica ou Zoologia, vê logo a importância da relação do seu objeto particular de estudo com o ambiente, razão pela qual prcura abordá-la, explicando isso o desenvolvimento de botânicos e zoólogos nêsse domínio. Os biologistas gerais também o fazem, mas, além de existirem em menor número, dedicam-se, geralmente, a problemas gerais de sumo interesse, como Citologia, Evolução, Fenogenética, etc.

Essa subdivisão da Ecologia vegetal e animal, se bem que permitida por comodidade de grupamento de dados, é muito mais limitada do que se pensa. Na natureza, a vida animal está tão associada à vegetal que é impossível separar-se uma da outra. Não se pode analisar uma independente da outra e quem estuda Ecologia animal estuda a vegetal e vice-versa. As plantas constituem o substrato permanente de todo "habitat" e, por outro lado, são a base da alimentação animal. Daí se vê estar a vida animal subordinada à vegetal, não só no aspecto de alimentação (o mais importante) mas em outros: as plantas protegem os animais contra os raios solares, contra inimigos, modificam a atmosfera, os solos, podem capturar animais, como as plantas carnívoras etc, etc.. Podemos dizer que a vida animal depende mais da comunidade vegetal do que do meio pròpriamente. As plantas é que estabelecem ampla interdependência com o meio, recebendo as ações diretas dêste e modificando-o também. Os animais, como vimos, mantêm o seu intercâmbio mais acentuado, exatamente com as plantas e a própria ação direta do meio sôbre êles, está ligada à ação da vida vegetal. Donde se conclui que a dependência dos animais aos vegetais é maior do que a dependência ao meio pròpriamente flutuando, os animais ao sabor da vegetação.

Naturalmente, porém, o cabedal de conhecimentos relativos às plantas e aos animais, colhidos pelos botânicos e zoólogicos foram-se avolumando e criando corpo de doutrina, e daí a subdivisão criada na Ecologia, a qual, porém, como vimos, é muito pouco precisa. Na evolução dêsses conhecimentos, os relativos às plantas se avolumaram mais. As plantas, sendo estacionárias, oferecem estudo ecológico menos difícil, razão pela qual a Ecologia vegetal não só precedeu à animal como a sobrepujou no desenvolvimento dos seus métodos e nas suas conclusões.

Rebuscando depois os antecedentes históricos, prossegue o Sr. Briguet Júnior:

> "Em 1896, C. Shroter criou os têrmos "autoecologia" e "sinecologia" para designar, respectivamente, o estudo das relações da espécie e das comunidades com o meio.
>
> No século presente, muitos nomes, existem como Warming, Clements, Francé, Gams, Braun-Blanquet, Shelford, Weaver, etc. etc., que contribuiram e contribuem para o desenvolvimento dessa importante ciência.
>
> A Ecologia, como dissemos, estuda as comunidades. Daí se vê que o têrmo "autoecologia", criado em 1896 por Schroter, tem pouca significação. Quando se estuda uma certa área, estudam-se as suas comunidades naturais e, necessàriamente, examinam-se os problemas que dizem respeito às espécies que a compõem. E se fizermos o estudo de uma espécie espontânea ou cultivada, temos que encarar o conjunto de fatores que a cercam, os quais são físicos e biológicos. A Ecologia "individual", portanto, tem um caráter mais limitado do que se pensa. Poderíamos, naturalmente, tomar uma certa espécie vegetal e estudá-la quanto aos fatores água, luz temperatura, etc. e, com isso, estaríamos fazendo autoecologia; mas isso não é, pròpriamente, objeto da Ecologia Geral, porque nesta só as comunidades interessam. A auto-ecologia, em essência, não seria mais do que a própria Fisiologia. Nêsse particular, estaria com a razão Shepardson quando declarou que a Ecologia seria mais um ponto de vista que um ramo da ciência.

Abordando, então, a utilidade da Ecologia, escreve:

> Independente do aspecto aplicado, a Ecologia presta relevantes serviços. Ecologia e Genética, por exemplo, se entrelaçam de

modo nítido. A Genética visa a produção de melhores genotipos, ou seja, de indivíduos com melhores possibilidades. A Ecologia refere-se ao meio, que vai permitir ou não que se manifestem as possibilidades genéticas do indivíduo. De nada adeantaria um ótimo genoma em meio que lhe tolhêsse a manifestação, como de nada adeantaria um ótimo meio com genótipos fracos. De modo que, ao lado das atividades genéticas, cumpre serem observadas as de ordem ecológica, para que se obtenha a finalidade a que se propõe o homem de melhorar a si mesmo, os animais e as plantas. Os problemas da indução de mutações pelo meio são de grande importância e refletem observações ecológicas; a questão dos caracteres flutuantes que se apresentam de modo diverso conforme os meios, vão buscar ainda auxílio na Ecologia. Vê-se, pois que ambas — Genética e Ecologia — se entrelaçam nos seus estudos e se completam nas suas finalidades aplicadas.

O homem vive num mundo de agentes que agem sôbre êle. — escreve mais adiante. Agentes físicos, como a temperatura, a luz, os ventos, etc.; agentes químicos, como o Oxigênio, o CO_2, os sais etc; agentes biológicos, formados pelo bioma que rodeia (alimentos, competição e auxílio, pragas e doenças, etc.). Só o estudo dêles, em conjunto ou seja, o estudo ecológico, poderá permitir ao homem uma ação sôbre o que o cêrca, impedindo efeitos, controlando ações e melhorando o todo. Sem isso, não poderá êle manter-se nêsse meio nem melhorar os resultados que permitam a satisfação das suas necessidades físicas e psíquicas. Vê-se, pois, que o aspecto fundamental da Ecologia em relação ao homem é de ordem econômica. Como foi dito, há um mundo de problemas vários de Fisiologia de Patologia, de Parasitologia a serem resolvidos de per si e num todo. Estudos dos vários *habitats*, das suas variações, causas e ações; estudo dos fatores biológicos do meio; adaptação, competição, auxílio mútuo, correção de ciclos de vida etc. etc. Donde se conclui que a Higiene e a Educação assentam sôbre bases ecológicas. Os problemas fundamentais da Eutecnia geral e individual decorrem de estudos ecológicos e das pesquisas de Parasitologia, Patologia, Entomologia, etc. Ora, a Higiene, em sua última análise, visa proteger o indivíduo ou a colectividade em relação ao meio, fornecendo-lhe melhor ambiente para o maior rendimento físico e psíquico do homem. O homem, ecològicamente adaptado, produz mais e vive melhor. Trata-se, pois, afinal, de um problema econômico".

Diz em outro capítulo:

"Como já vimos frisando desde o início, a pesquisa ecológica é de ordem geral e não se concebem estudos isolados. Os dados sempre se referem a problemas totais. Para dar uma idéia de pesquisas dessa ordem, vamos ver aqui alguns trabalhos de Laboratório de Ecologia da Universidade Oklahoma. Os estudos sôbre a quantidade de gado em dada àrea levou a conclusões ecológicas interessantíssimas. Os animais agem sôbre a região pisando-a, comendo os vegetais, modificando a reação do solo, disseminando sementes e pragas, adubando o terreno, fatores êsses de efeito final sôbre o sistema. Assim é que da pesquisa sôbre a correlação de animais e erosão achou-se que a erosão em última análise devia ser atribuída ao número excessivo de animais em dada área. Êles consomem uma enorme quantidade de alimento, tirando a cobertura do solo; nestas circunstâncias assim alteradas, varia muito a fauna de vertebrados e invertebrados da região (roedores, insetos, etc) os quais aumentam em número e vão influir sôbre os próprios animais e sôbre as outras plantas (pragas).

A Ecologia Agrícola, conforme Azzi, é o estudo do meio em relação ao rendimento das plantas cultivadas, escreve, procurando fornecer um conceito sôbre a expressão. Êste rendimento é apreciado, naturalmente, em todos os seus aspectos, ou seja, no aspecto quantitativo (massa de produto) reprodutivo (qualidade de semente) e qualitativo (qualidade do produto).

Tal definição coaduna-se perfeitamente com o conceito que esboçamos atrás, mostrando que a Ecologia é, antes de tudo, a Economia geral ou Economia biológica. Realmente, o rendimento representa o valor econômico de um certo trabalho, Tôda a atividade agrícola dirige-se para êsse objetivo — o rendimento —. Êste rendimento, porém, não é mais do que a conseqüência de uma série de relações da planta com o meio, durante o seu desenvolvimento, cujas fases são apreciadas e controladas pela Ecologia.

Vê-se, daí, que a finalidade máxima da Agricultura — o rendimento — se confunde com o critério econômico da Ecologia e que aquela segue, por esta, em direção à sua meta.

Para o estudo das plantas cultivadas em relação ao cruzamento de plantas, êsses conhecimentos são, ainda, de grande alcance. A classificação de modo geral e especialmente a taxonomia das plantas cultivadas, não se restringe mais a dados puramente morfológicos, mas implica ainda no conhecimento das características biológicas das plantas, do seu ciclo vital, equivalentes meteorológicos, resistência à sêca, fotoperiodismo, resistência ao frio, etc. E' necessário que se conheçam as espécies, variedades cultivadas dentro dêsse quadro de informações pois que, sòmente com êle, poderão elas ser dinamizadas convenientemente. Com êle, o introdutor, o hibridador de plantas poderão prognosticar que material será útil, onde se encontra êle e onde, quando e como será êle utilizado.

Diante dêsses dados, pode-se fazer a distribuição geográfica dos tipos ecológicos ou seja, a distribuição dos grupos agro-ecológicos, pois permite estabelecer as plantas semelhantes que se encontram nas mesmas zonas geográficas e climáticas e defini-las então agro-ecológica-geogràficamente. Garante isso a prévia informação do local onde se encontram determinados tipos vegetais, com determinados genótipos e determinadas características morfo-fisiológicas. Assim, por exemplo, sabemos que o Japão se caracteriza pelos trigos e centeios anões e de sementes pequenas; que o trigo, centeio etc. da Ásia Central, são muito susceptíveis aos fundos europeus etc.

O estudo do fotoperiodismo permite-nos ainda aquilatar das possibilidades de uma planta em dada região. Plantas das regiões sul e norte, transportadas para zonas geográficas de comprimentos de dia diferentes sofrem, como vimos, alterações muitas vêzes totalmente prejudiciais. Assim, plantas de

regiões quentes, de dias longos, transportadas para zonas frias, desenvolvem muito a parte vegetativa, mas não produzem, sendo então aconselhadas para silagem, etc.

Por outro lado, Lyssenko, na Rússia, mostrou que a passagem do estado vegetativo para o reprodutivo não dependia da idade ou tamanho da planta, podendo ser forçado em qualquer período, mesmo no estado embrionário. Se os fatores que determinam essa transição se encontrarem em um dado estado, ela se verificará. Ao conjunto de tratamento que se executa sôbre a planta, de modo a fazê-la entrar no período reprodutivo, chama-se vernalização ou jarovização. Êsse tratamento varia, naturalmente, de uma espécie para outra. Para o trigo de inverno, embebem-se as sementes em água até 50% do seu peso e guardam-se em lugar de temperatura de 15ºC mais ou menos até que germinem uns 5-10% delas, o que se dá em 24-30 horas. As sementes são colocadas num refrigerador a temperatura de 3-0 graus, e lá ficam 40-55 dias. Secam-se à sombra e depois de 2-3 dias são semeadas. Trigo semeado em maio, em agôsto já era colhido, enquanto que o não jarovizado o faria no outro ano.

Com isso mostramos dois aspectos palpitantes de ordem científica e econômica e fechamos as nossas ligeiras considerações sôbre a Ecologia ou ciência da Economia Biológica" — conclui o sr. Raul Briguet Júnior. suas substanciosas considerações.

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil

Da observação dos afloramentos

[Notas de aula de um Curso de "Práticas de Geografia"]

Prof. J. C. RAJA GABÁGLIA

Lente de Geografia Física da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafaiete e Membro da Comissão Diretora da "Biblioteca Geográfica Brasileira", do Conselho Nacional de Geografia.

Pela denominação de *afloramentos* designam-se os lugares onde as rochas aparecem ao observador desnudas de suas camadas adventícias e tão sòmente cobertas superficialmente pelos produtos de sua própria meteorização.

Os afloramentos podem ser *naturais* e *artificiais*. Entre os *naturais*, figuram os penhascos e alcantís, os penedos isolados, as encostas dos vales e desfiladeiros, as margens e barrancos fluviais, os cones de dejetos das torrentes, as costas marinhas; como *artificais* consideram-se as explorações mineiras a céu aberto, as pedreiras em exploração, os locais de extração de argilas, margas, areias e cascalhos, as escavações, os cortes das estradas de ferro e rodagem, os túneis, poços e minas.

Há geólogos que admitem, e não sem certa razão, como *afloramentos naturais* as águas dos córregos, rios e lagos.

Nas cidades, onde a edificação constitui um obstáculo para a observação da natureza do terreno, o geógrafo aproveitará as múltiplas ocasiões de ver o subsolo que os trabalhos de canalização proporcionam, levantando os calçamentos.

Ao estudar os afloramentos, o geógrafo atenderá à *côr* que as rochas apresentam, porque êsse dado poderá ajudar o reconhecimento litológico ou mineralógico, principalmente quando é notado numa área extensa ou em camadas do terreno.

A determinação de uma rocha pela côr será feita com muito cuidado, para evitar erros grosseiros. O observador levará em conta que, nos crepúsculos, a iluminação solar conduz a resultados falsos e que uma mesma rocha pode aparecer com diferentes tonalidades conforme é observada a favor ou contra a luz. Por outro lado, cumpre ter presente que as rochas quando úmidas, após uma chuva, são mais escuras do que quando estão sêcas.

Os *basaltos* são, geralmente, reconhecíveis de longe, em virtude de sua côr *preta;* mas, muitas vêzes, a presença da *olivina* e alterações superficiais dificultam o reconhecimento. A olivina empresta a essas rochas uma *coloração esverdeada* ou mesmo francamente *verde*. Os basaltos alterados ou em desagregação tomam, comumente, uma tonalidade *pardacenta*.

O *mármore*, o *arenito*, certas *argilas*, o *caolin*, o quartzito e areias puras podem ter coloração *branca*.

O *carvão*, *substâncias betuminosas*, minerais abundantes de *ferro*, como a *magnetita*, a *biotita*, a *horneblenda*, dão aos afloramentos uma côr mais ou menos escura e mesmo *negra*.

A côr *amarela* denuncia, quase sempre, a *limonita* e se observa nas camadas superficiais de muitas rochas pobres em ferro e em decomposição.

O *vermelho* é a côr de muitas rochas ferríferas e traduz, freqüentemente, a *hematita*.

O *verde* pode revelar, nas argilas, margas, areias, arenitos e calcáreos, a presença da glauconita ou de *malaquita*.

A *olivina* e a *augita* emprestam uma coloração *verde* a diversas rochas eruptivas.

A *clorita* tinge de *verde* o *diabásio* e os *xistos cristalinos.*

Inexatamente, diz-se que determinadas rochas têm côr *azul,* quando, na realidade, não há nelas a mínima tonalidade azul mas, sim, *cinza escura,* o que significa geralmente a presença de *silicato de ferro.*

A *pirita* dá, a certas rochas, um reflexo cinza-azulado.

A *vivianita* (mineral de ferro posforado) e a *cianita* (talco azulado) são minerais que coram de *azul* muitas rochas.

Alguns granitos (granito escandinavo por exemplo) tomam um matiz azulado em virtude do quartzo azul que contêm.

A côr das águas correntes e dos lagos pode, às vêzes, servir de indício à composição petrográfica dos terrenos por onde passam ou onde jazem.

As águas oriundas ou correndo em terrenos *calcáreos* e *argilo-arenosos* são, em geral, pouco coloridas e mesmo límpidas, em conseqüência da fixação mecânica ou da destruição das matérias corantes.

As águas, que atravessam *turfeiras* ou terrenos *turfosos,* apresentam-se, muitas vêzes, *amarelo-pardas* ou *castanho-avermelhadas* em razão da matéria orgânica que têm em suspensão, matéria constituída de derivados úmicos e ulmicos, proveniente da decomposição de grandes massas vegetais. E' o que se nota na água do *Itajuru,* que abastece, em parte, a população de Cabo Frio, no Estado do Rio, e cuja coloração é *ambar* bastante escuro.[1]

O geógrafo, subindo ou descendo um rio, ou à beira de um córrego ou de um lago, verificará si a água apresenta *irizações,* o que pode indicar petróleo nas proximidades. E', todavia, necessário averiguar, desde logo, si as *irizações* revelam mesmo a presença de óleo mineral ou si são de origem ferruginosa. As irizações *ferruginosas* quando se agita a água com uma vara, partem-se em fragmentos, ao passo que as de petróleo deformam-se ou se alongam, sem se partirem.[2]

O *cheiro* revela, em alguns casos, uma rocha. As *argilas,* após uma chuva, desprendem odor característico, conhecido pela denominação de "cheiro de barro" ou "cheiro de terra molhada".

Muitas *rochas betuminosas* emitem um odor muito desagradável, ou cheiro de petróleo, quando são riscada ou partidas, como por exemplo, acontece com rochas devonianas que ocorrem no Estado do Paraná.[3]

As *lavas vulcânicas* fedem, comumente, a *gás sulfídrico.*

O *tacto* permite reconhecer muitos produtos da transformação de rochas encerrrando silicato de magnésio. As *serpentinas,* os *talcoxistos,* os *micaxistos* se caracterizam por uma certa impressão táctil de maciez e untuosidade.

A *sonoridade* pode distinguir uma rocha. O *fonolito,* quando vibrado por pancadas de martelo, solta um som metálico, lembrando o de um sino.

Pela dureza, é possível diferenciar com relativa facilidade um calcáreo de um quartzito, embora, nos afloramentos, ambos tenham grandes semelhanças aparentes. O calcáreo é fàcilmente riscável pelo aço (um canivete, por exemplo), enquanto o quartzito o não é.

Observando os afloramentos, o geógrafo notará si as rochas se acham ou não em estado de decomposição, o que é importante por dois motivos: 1.º, porque mostram si as rochas estão em condições de serem aproveitadas como materiais de construção ou si podem ter outras aplicações industriais (extração de saibro ou barro, ou matéria prima para olaria e outros empregos); 2.º porque podem deixar reconhecer melhor os seus componentes minerais. E', assim, que certos minerais, resistentes à ação dos agentes externos, se destacam melhor ao lado de outros menos resistentes a tais ações.

As alterações das rochas é um fenômeno efetuado numa espessura mais ou menos variável, a partir da superfície, pelas águas de infiltração.

---

[1] Vide S. Fróis de Abreu — Sôbre a formação de caustobiolitos na Baixada Fluminense, in *Rev. Soc. Geogr. Rio de Janeiro,* t XXXVII, 1.º semestre — 1936.

[2] Vide Aureliano de Bulhões Pedreira — *A pesquisa de petróleo* — "Tip. A. do Brasil" — Rio 1927.

[3] Eusébio de Oliveira — Rochas devonianas com cheiro de petróleo em *Anais da Acad. Brasileira de Ciências* — Rio de Janeiro — Tomo VIII — n.º 3 — 1936.

As alterações se operam diferentemente conforme as águas atuem sôbre calcáreos, xistos ou rochas silicosas.

Para os calcáreos, as alterações se resumem numa dissolução e o resultado desta é a formação de uma argila *residual*, contendo as impurezas do calcáreo, entre as quais se destacam a *argila* e o *ferro*. A *argila residual* é, muitas vêzes, avermelhada pelo óxido de ferro, constituindo a chamada *terra vermelha* (*terra rossa*). Outars vêzes, a argila residual forma concreções arredondadas (*pisolitos*), produzidas pelas precipitações químicas, como demonstra sua estrutura em camadas concêntricas.

A *terra vermelha* enche bolsas ou cavidades das partes superficiais em muitos maciços calcáreos, contrastando, assim, com o calcáreo intacto. Em certas montanhas calcáreas, a erosão põe a nú a terra vermelha, que aparece, então, nas encostas, como grandes manchas rútilas.

Os xistos, quer os sedimentários (ardósias), quer os metamórficos (micaxistos), transformam-se em *matéria argilosa* pela dissolução de seus elementos calcáreos ou alcalinos. Diz-se, então, que os xistos apodrecem.[4]

As *rochas silicosas* e, especialmente, as rochas *eruptivas*, podem sofrer profundas alterações.

Em grandes massas de granito, a rocha pode-se tornar quase que inteimente friável, transformando-se em areia. Um exame atento e "in loco" dessas alterações mostra que os minerais estão profundamente modificados: a *biotita*, cujo reflexo negro é tão brilhante na rocha viva, apresenta-se com uma tonalidade parda-arroxeada, ou esverdeada, nos pontos em que se transformou em *clorita*, e o *feldspato* está leitoso ou farináceo, desagregando-se fácilmente.

Em outras *rochas eruptivas*, que não o granito, observam-se alterações semelhantes. Os minerais coloridos se decompõem e se transformam. Os peridotos se convertem em *serpentinas* e em produtos ferruginosos oxidados; os *piroxemios* em *serpentinas* e em *clorita*.

A *disjunção* ou *divisibilidade natural* das rochas (em *alemão, absonderung*) dá, nos afloramentos, uma indicação útil ao reconhecimento litológico.

As *rochas eruptivas* (*fonolito, basalto, granito*), apresentam disjunção em *lages*, em blocos *arredondados* ou em *prismas, pilares e colunas*.

---

[4] E. Réguin — *Géologie Appliquée* — París — 1934.

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Situação demográfica do Brasil *

POPULAÇÃO

Os resultados preliminares do Censo demográfico realizado em 1940 já permitem estimar qual a população brasileira sob diversos aspectos.*

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística representam a soma dos números das "pessoas recenseadas", aguardando-se as apurações dos boletins relativos às "famílias" e "indivíduos", trabalhos mais longos, laboriosos e demorados.

Os números adiante considerados, compreendem indiscriminadamente:

1) as pessoas residentes em cada domicílio e que nêle se achavam presentes no dia do censo;

2) as pessoas não residentes no domicílio, que só temporàriamente se achavam nêle presentes no dia do censo;

3) as pessoas residentes no domicílio e que se achavam temporáriamente ausentes no dia do censo.

A apuração dos boletins discrimina as três classes de moradores, indicando a soma das classes 1 e 2 a população *presente,* ou de fato, e a das classes 1 e 3, a *residência* ou de *direito*.

O número de 41 565 000 "pessoas recenseadas", deduzido das cadernetas dos agentes recenseadores, excede, portanto, quer a população de fato, quer a de direito, que serão indicadas pela apuração definitiva, nêle figurando duas vêzes as pessoas que estavam ausentes do seu domicílio, mas presentes no Brasil.

Entretanto, a essas duplicações de conta, contrapõem-se, decerto, algumas omissões, de modo que a cifra provisória não deve exceder de muito a verdadeira população do Brasil em 1.º de setembro de 1940. A população atual sem dúvida é maior do que a recenseada naquela data; pode ser estimada em cêrca de 43 500 000 no fim de 1942.

O crescimento da população — O censo de 1940 revelou um grande aumento da população do Brasil, que, sendo apenas de 14 334 000 em 1890, quase triplicou em 50 anos.

Considerando que de 1890 a 1940 a população total da América aumentou de 123 a 275 milhões, isto é, de 124%, é digno de relêvo o crescimento de 190% verificado no Brasil. No mesmo intervalo, a população cresceu de 69,9 a 146,5 milhões, isto é, de 110%, nos países americanos de língua inglêsa, e de 36,8 a 83,6 milhões, isto é, de 127%, nos de língua espanhola. A quota da população do Brasil na da América, subiu, portanto, de 11,6% em 1890, a 15,1% em 1940.

Apenas de 9% o crescimento da população brasileira nesse período semisecular foi determinado pelo excedente das imigrações sôbre as emigrações, enquanto que para o conjunto do continente a correspondente proporção foi de 15%. O desenvolvimento demográfico do Brasil, deve-se, sobretudo, à alta capacidade de reprodução, que continua a ser uma característica da sua população mesmo no presente período de queda mundial da natalidade.

---

* N. R. — Publicado no Cap. II — Situação Demográfica — do *Brasil 1942,* editado pelo Ministério das Relações Exteriores.

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comissão Censitária Nacional, Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos do Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1940, Rio de Janeiro, 1941.

A distribuição da população, segundo as regiões fisiográficas — Para ilustrar em têrmos de síntese a distribuição da população relativamente ao território, torna-se conveniente seguir a nova divisão do país em regiões fisiográficas, adotada pelo Conselho Nacional de Geografia. Conforme esta divisão, cada região compreende as Unidades Federadas abaixo indicadas:

I — Região do Norte: Acre, Amazonas, Pará;
II — Região do Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas;
III — Região do Este: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal;
IV — Região do Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul;
V — Região do Centro-Oeste: Goiaz e Mato Grosso.

Superfície, população e densidade da população do Brasil em 1940, por unidades políticas e regiões fisiográficas

TABELA I

UNIDADES POLÍTICAS E REGIÕES FISIOGRÁFICAS	Superfície km2	População em 1.º/IX/1940	Número médio de habitantes por km2
Acre	148 027	81 326	0,55
Amazonas	1 825 997	453 233	0,25
Pará	1 362 966	956 870	0,70
Norte	**3 336 990**	**1 491 429**	**0,45**
Maranhão	346 217	1 242 721	3,59
Piauí	245 582	826 320	3,36
Ceará	148 591	2 101 325	14,14
Rio Grande do Norte	52 411	774 464	14,78
Paraíba	55 920	1 432 618	25,62
Pernambuco	99 254	2 694 616	27,15
Alagoas	28 571	957 628	33,52
Nordeste	**976 546**	**10 029 692**	**10,27**
Sergipe	21 552	545 962	25,33
Bahia	529 379	3 938 909	7,44
Minas Gerais	585 804	6 798 647	11,61
Espírito Santo	42 846	758 535	17,70
Ter. em litígio — entre M. Gerais e E. Santo	8 897	67 103	7,54
Rio de Janeiro	42 404	1 862 900	43,94
Distrito Federal	1 167	1 781 567	1 526,62
Este	**1 232 049**	**15 753 623**	**12,79**
São Paulo	247 239	7 239 711	29,28
Paraná	199 897	1 248 536	6,25
Santa Catarina	94 998	1 184 838	12,47
Rio Grande do Sul (**)	285 289	3 350 120	11,74
Sul	**827 423**	**13 023 205**	**15,74**
Goiaz	661 140	832 869	1,26
Mato Grosso	1 477 041	434 265	0,29
Centro-Oeste	**2 138 181**	**1 267 134**	**0,59**
Brasil	**8 511 189**	**41 565 083**	**4,88**

** Inclusive 13 110km² de superfície lacustre.

Do ponto de vista demográfico, a nova divisão em regiões fisiográficas põe em contraste as zonas ainda quase despovoadas (regiões I e V) com as de povoação adiantada (II, III e IV).

As regiões contíguas do Norte e do Centro-Oeste, que compreendem 64,3% da área total da União, tendo a extensão de 5 475 000 quilômetros quadrados (maior do que a da Europa — exclusive os territórios soviéticos — nas fronteiras de 1938), têm apenas 2 758 000 habitantes, isto é, 6,6% da população total. Mesmo estimando-se muito largamente em um quarto de milhão o número dos índios bravios não incluídos no censo, a população desta imensa zona não excederia os três milhões. A densidade é mínima: 0,5 habitantes por quilômetro quadrado.

As demais três regiões — Nordeste, Este e Sul — com uma superfície de 3 036 000 quilômetros quadrados, 35,7% do total da União, têm 38 807 000 habitantes, isto é, 93,4% da população total. Uma área quase décupla daquela da Itália, nas fronteiras de 1938, alimenta uma população inferior de um décimo à italiana dessa época. Entretanto, em comparação com as regiões acima consideradas, estas aparecem densamente povoadas, tendo uma média de 12,8 habitantes por quilômetro quadrado.

A Tabela I indica a superfície, a população recenseada e a densidade da população, segundo as regiões fisiográficas e Unidades Federadas.

A distribuição da população, segundo as regiões demográficas — Apenas nas grandes linhas a divisão segundo as regiões fisiográficas coincide com a que se poderia fazer atendendo às condições demográficas.

As regiões do Norte e do Centro-Oeste são constituídas na sua totalidade por zonas de população rara; no Norte, a densidade é de 0,25 habitantes por quilômetro quadrado no imenso território do Amazonas (que apresenta a mínima densidade entre todos os Estados), de 0,70 no do Pará e de 0,55 no Acre; no Centro-Oeste, a enorme extensão de Mato Grosso tem apenas 0,29 habitantes por quilômetro quadrado, cifra em comparação com a qual parece elevada até a de 1,26, que corresponde a Goiaz.

Mas as demais regiões fisiográficas são heterogêneas nas suas características demográficas. A do Nordeste compreende, por um lado, os Estados do Maranhão e Piauí, com populações pouco densas, respectivamente de 3,59 e 3,37 habitantes por quilômetro quadrado, e por outro lado, cinco dos seis Estados que formam o extremo oriente do Brasil, todos com populações bastante densas: o Ceará, com 14,14 habitantes por quilômetro quadrado; o Rio Grande do Norte, com 14,78; a Paraíba, com 25,79; Pernambuco, com 27,15; e Alagoas, com 33,52. O sexto Estado que falta para completar a lista é o de Sergipe, com 25,33 habitantes por quilômetro quadrado, pertencente à região fisiográfica do Este.

Nesta última região, o vasto Estado da Bahia, com 7,44 habitantes por quilômetro quadrado, separa a zona extrema oriental da zona central, de população relativamente densa. Esta compreende os Estados de Minas Gerais, com 11,61 habitantes por quilômetro quadrado, Espírito Santo, com 17,70 e Rio de Janeiro, com 43,93 (máximo entre todos os Estados), e o Distrito Federal, com 1 526,62 — pertencentes à região do Este — e mais o Estado de São Paulo, 29,28 habitantes por quilômetro quadrado, da região do Sul.

Na Região do Sul, o Estado do Paraná, com apenas 6,25 habitantes por quilômetro quadrado, separa, por sua vez, a zona central da zona meridional, de população relativamente densa que é menos importante do que as precedentes, pois compreende sómente os Estados de Santa Catarina, com 12,47 habitantes por quilômetro quadrado, e do Rio Grande do Sul, com 11,74 (que sobem para 12,31, se for excluída da superfície de referência a área lacustre).

Advirta-se que, ao contrário da delimitação das regiões fisiográficas, que obedece a circunstâncias físicas de caráter permamente, a das regiões demográficas está ligada, pelo menos em parte, a condições sociais temporárias. A que era zona de população rara pode, em poucos anos, transformar-se numa zona de população relativamente densa, e vice-versa. Há cem anos, o atual território do Estado de São Paulo, que contava apenas com 1,40 habitantes por quilômetro quadrado, densidade comparável com a atual de Goiaz, tem hoje, cêrca de 30: densidade notável, em comparação com a média nacional de 5.

Cumpre acrescentar que uma divisão racional do país em regiões demográficas não pode ser realizada pelo grupamento das Unidades Políticas (Estado), que em alguns casos são vastas demais e apresentam características diversas

nas suas diferentes partes. Para efetuá-la de maneira satisfatória, seria necessário tomar como base do grupamento a unidade administrativa (Município), e talvez, em casos especiais, descer até o distrito, quando os diferentes distritos de um Município de grande extensão territorial apresentem caracteres nìtidamente diversos.

Desenvolvimento da população do Brasil de 1890 a 1940, por unidades políticas e regiões fisiográficas

TABELA II

UNIDADES POLÍTICAS E REGIÕES FISIOGRÁFICAS	POPULAÇÃO		PERCENTAGEM NA POPULAÇÃO TOTAL DA UNIÃO		Número índice pop. 1890 = 100	Taxa média geométrica anual de crescimento por 001
	1890	1940	1890	1940		
Acre	—	81 326	—	0,20	—	—
Amazonas	147 915	453 233	1,03	1,09	306	22,65
Pará	328 455	956 870	2,29	2,30	291	21,62
Norte	**476 370**	**1 491 429**	**3,32**	**3,59**	**313**	**23,09**
Maranhão	430 854	1 242 721	3,00	2,99	288	21,41
Piauí	267 609	826 320	1,87	1,99	309	22,81
Ceará	805 687	2 101 325	5,62	5,06	261	19,36
Rio Grande do Norte	268 273	774 464	1,87	1,86	289	21,43
Paraíba	457 232	1 432 618	3,19	3,45	313	23,10
Pernambuco	1 030 224	2 694 616	7,19	6,48	262	19,42
Alagoas	511 440	957 628	3,57	2,30	187	12,62
Nordeste	**3 771 319**	**10 029 692**	**26,31**	**24,13**	**266**	**19,76**
Sergipe	310 926	545 962	2,17	1,31	176	11,32
Bahia	1 919 802	3 938 909	13,39	9,48	205	14,48
Minas Gerais	3 184 099	6 798 647	22,21	16,36	214	15,29
Espírito Santo	135 997	758 535	0,95	1,82	558	34,97
Ter. em litígio entre M. Gerais Esp. Santo	—	67 103	—	0,16	—	—
Rio de Janeiro	876 884	1 862 900	6,12	4,48	212	15,18
Distrito Federal	522 651	1 781 567	3,56	4,29	341	24,83
Este	**6 950 359**	**15 753 623**	**48,49**	**37,90**	**227**	**16,50**
São Paulo	1 384 753	7 239 711	9,66	17,42	523	33,63
Paraná	249 491	1 258 536	1,74	3,00	500	32,73
Santa Catarina	283 769	1 184 838	1,98	2,85	418	29,00
Rio Grande do Sul	897 455	3 350 120	6,26	8,06	373	26,69
Sul	**2 815 468**	**13 023 205**	**19,64**	**31,33**	**463**	**31,11**
Goiaz	227 572	832 869	1,59	2,00	366	26,29
Mato Grosso	92 827	434 265	0,65	1,05	468	31,34
Centro-Oeste	**320 390**	**1 267 134**	**2,24**	**3,05**	**395**	**24,88**
Brasil	**14 333 915**	**41 565 083**	**100,00**	**100,00**	**290**	**21,52**

A graduação das Unidades Federadas, segundo o número dos habitantes — As cifras relativas, como as da densidade, expostas acima, são interessantes, mas às vêzes fazem esquecer as absolutas, que dão a representação imediata da realidade.

Os 4,9 habitantes por quilômetro quadrado, que representam a média da União em 1940, são poucos, mas multiplicados pela vastíssima área de 8 511 000 quilômetros quadrados, dão 41 565 000: cifra pouco inferior à da população da França (que tinha uma densidade de 76,2) ou à da Itália (que tinha uma densidade de 140,1 nas fronteiras em 1938).

A densidade da população no Estado de São Paulo é duas vêzes e meia maior do que a de Minas Gerais, mas a área é mais de duas vêzes menor, de modo que o número absoluto dos habitantes é pouco maior em São Paulo (7 240 000) do que em Minas * (6 799 000). São êstes dois os mais populosos entre os vinte Estados, embora pela sua área ocupem, respectivamente, apenas o nono e o quinto lugar. Os menos populosos de todos são justamente os dois Estados — Mato Grosso (434 000) e Amazonas (453 000) — que ocupam, respectivamente, o segundo e o primeiro lugar por extensão territorial.

Além de São Paulo e Minas, os Estados de populações mais numerosas são os da Bahia (3 939 000), Rio Grande do Sul (3 350 000), Pernambuco (2 695 000) e Ceará (2 101 000). Nenhum outro Estado atinge os 2 milhões de habitantes. Aproxima-se desta cifra o Estado do Rio de Janeiro (1 863 000), e excedem de 1 milhão também os da Paraíba (1 433 000), Paraná (1 248 000), Maranhão (1 243 000) e Santa Catarina (1 185 000). São de pouco inferiores a 1 milhão as populações de Alagoas (958 000) e Pará (957 000); menores as de Goiaz ..... (833 000), Piauí (826 000), Rio Grande do Norte (774 000), Espírito Santo * (758 000) e Sergipe (546 000).

Para completar o total dos 41 565 000, cumpre acrescentar 1 782 000 habitantes do Distrito Federal e 81 000 do Acre.

A significação geopolítica desta população de menos de 42 000 000, espalhada sôbre uma superfície de 8 511 000 quilômetros quadrados, pode ser avaliada melhor pela comparação com outros grandes territórios.

Os Estados Unidos continentais, com 7 839 000 quilômetros quadrados, tinham em 1940 cerca de 132 000 000 de habitantes; a Europa de 1938, inclusive os territórios soviéticos, com 9 720 000 quilômetros quadrados, tinha 525 000 000; a China própria, com 8 755 000 quilômetros quadrados, mais de 400 000 000; a Índia, com apenas 4 684 000 quilômetros quadrados, cerca de 380 000 000.

Talvez sejam exageradas as estimativas de alguns geógrafos que atribuem ao Brasil a capacidade de alimentar mais de 500 milhões de habitantes; mas, sem dúvida, a população atual do país representa apenas uma modesta fração daquela que poderá nêle viver, em elevado nível de bem-estar, quando for racionalmente desenvolvida a exploração de seus grandes recursos naturais.

O *aumento da população em 50 anos* — O desenvolvimento da população nos cinqüenta anos entre 1890 e 1940 foi muito irregular nas diferentes partes do Brasil. No conjunto da União, o crescimento foi de 190%. O aumento que se verificou nas várias regiões fisiográficas é indicado pelos dados seguintes:

Norte	de	476 000	a	1 491 000;	aumento de 213 %;
Nordeste	de	3 771 000	a	10 030 000;	aumento de 166 %;
Este	de	6 950 000	a	15 754 000;	aumento de 127 %;
Sul	de	2 816 000	a	13 023 000;	aumento de 363 %;
Centro-Oeste	de	321 000	a	1 267 000;	aumento de 295 %;

Há cinqüenta anos, a região do Sul compreendia menos de 20% da população do Brasil; agora compreende mais de 31%. O Este, que então compreendia mais de 48% da população total, hoje não chega a 38%, e a proporção do Nordeste tem descido de 26 a 24%.

* Exclusive a zona em litígio entre M.G. e Esp. Santo, com. 67 000 habitantes.

Crescimento relativo da população dos Estados em 50 anos

Espírito Santo	458 %	Pará	191 %
São Paulo	423 %	Rio Grande do Norte	189 %
Paraná	400 %	Maranhão	188 %
Mato Grosso	368 %	Pernambuco	162 %
Santa Catarina	318 %	Ceará	161 %
Rio Grande do Sul	273 %	Minas Gerais	114 %
Goiaz	266 %	Rio de Janeiro	112 %
Paraíba	213 %	Bahia	103 %
Piauí	209 %	Alagoas	87 %
Amazonas	206 %	Sergipe	76 %

Alguns dos maiores crescimentos relativos encontram-se em Estados de povoação recente, e alguns dos menores em Estados de povoação antiga. Esta relação, porém, está longe de constituir a regra geral. Os fatores que determinaram a diferente intensidade do crescimento demográfico nos diferentes Estados brasileiros não podem ser resumidos numa fórmula simples: todo um conjunto de circunstâncias físicas, econômicas, sociais e sanitárias dêles participa.

A tabela II indica, além dos dados absolutos da população de cada região fisiográfica e Unidade Federada em 1890 e em 1940, a quota que esta população representava do total da União em uma e outra data, o número-índice da população de 1940, base 1890, (que diminuído de 100, dá a taxa de crescimento relativo exposta acima), e a taxa média geométrica anual de crescimento.*

A população das capitais e seu aumento — O Distrito Federal e os Municípios das 20 capitais estaduais e o da Capital do Acre possuem, em conjunto, ... 5 666 000 habitantes, isto é, 13,6% da população total. Dêstes, 3 100 000, isto é, 7,4% da população do Brasil, estão concentrados nas duas maiores aglomerações urbanas do Rio de Janeiro, com cerca de 1 782 000 habitantes, e de São Paulo, com cerca de 1 318 000, cuja importância demográfica é ainda maior do que a indicada por estas cifras, porque, do ponto de vista econômico, pertencem a essas aglomerações outras populações, que vivem fora de seus limites administrativos, nos municípios próximos.

Entre as outras capitais, apenas cinco teem mais de 200 000 habitantes, a saber: Recife, com 353 000; Salvador, com 294 000; Pôrto Alegre, com 276 000; Belo Horizonte, com 212 000 e Belém, com 209 000.

Existem ainda quatro capitais com mais de 100 000 habitantes: Fortaleza, com 182 000; Niteroi, com 143 000; Curitiba, com 143 000; e Manaus, com 109 000.

Os municípios das restantes 10 capitais estaduais teem número de habitantes que vão do máximo de 95 000, de João Pessoa, ao mínimo de 46 000, de Vitória. Rio Branco, capital do Território do Acre, tem 16 000 habitantes.

Observe-se que, enquanto as populações do Distrito Federal e do Município de São Paulo são quase totalmente urbanas e suburbanas, alguns dos demais municípios de capitais incluem núcleos não desprezíveis de população rural, de modo que as suas populações não podem ser consideradas inteiramente citadinas.

O desenvolvimento das populações das capitais nos últimos cinqüenta anos foi relativamente maior do que o da população total.

Em 1890, o Distrito Federal e os municípios das 20 capitais estaduais de então (incluindo Ouro Preto e Goiaz, em lugar das atuais capitais de Belo Horizonte e Goiânia, ainda inexistentes naquela época) contavam 1 397 000 habitantes, isto é, 9,7% da população total.

Tendo-se em vista que as capitais contavam, em 1940, 5 666 000 habitantes, o crescimento ocorrido nos cinqüenta anos foi de 306%.

Apesar da crescente urbanização da população brasileira — conseqüência, pelo menos em parte, da progressiva industrialização do país — a proporção dos habitantes de aglomerações urbanas** no total mantem-se relativamente

* O crescimento relativo aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo seria maior se fôsse repartida entre êsses Estados a população da zona em litígio.

** No cálculo dessas taxas foi suposto que os dados provisórios do censo de 1940 (que excedeu a população presente na data do censo, porque compreendem também os ausentes) representassem com suficiente aproximação a população em 31-XII-1940, isto é, á distância de 50 anos exatos da data do censo de 1890.

baixa, e não pode despertar preocupações semelhantes às que agitam estadistas e sociólogos em outros países, mesmo dêste continente (Estados Unidos, Argentina). Com efeito, a proporção atual denota um são equilíbrio entre o desenvolvimento dos centros urbanos e o das zonas a êles subordinadas.

Superfície e população dos municípios — A Sinopse Preliminar citada indica a distribuição dos 1 574 municípios do Brasil segundo à superfície e a população combinadas. As tabelas III e IV, nêste capítulo, mostram respectivamente a distribuição dos municípios segundo a superfície e segundo a população, separadamente consideradas. Entretanto, para cada grupo de municípios segundo a superfície ou segundo a população, estas tabelas indicam tanto a superfície total como a população total. Os municípios com superfície não superior a 1 000 km² compreendem 33,5% da população total; os de 1 001 a 10 000 km², 60,6% e os de mais de 10 000 km², 5,9%. Os municípios com população não superior a 25 000 habitantes compreendem 37,3% da população total; os de 25 000 a 100 000 habitantes, 46,8% e os de mais de 100 000 habitantes, 15,9%.

Distribuição dos municípios, da superfície e da população do Brasil, segundo a extensão territorial do município

TABELA III

EXTENSÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO km2	Número de municípios	Superfície total km2	População total
Até 100	6	353	211 721
101 a 1.000	681	360 558	13 685 988
1.000 a 10.000	748	2 264 775	25 164 728
10.000 a 100.000	126	3 728 436	2 256 343
Mais de 100.000	13	2 135 060	179 200
Total	**1 574**	**8 489 182**	**41 497 980**

Distribuição dos municípios, da superfície e da população do Brasil, segundo a população do município

TABELA IV

HABITANTES DO MUNICÍPIO	Número de municípios	Superfície total km2	População total
Até 5.000	29	907 395	117 184
5.001 a 10.000	243	1 496 030	1 876 868
10.001 a 25.000	799	4 104 230	13 493 647
25.001 a 50.000	382	1 255 621	12 950 947
50.001 a 100.000	98	593 733	6 466 348
100.001 a 250.000	18	127 936	2 570 222
250.001 a 500.000	3	1 586	922 658
Mais de 1.000.000	2	2 651	3 100 106
Total	**1 574**	**8 489 182**	**41 497 980**

* A proporção das populações das capitais não representa a das populações urbanas, que será determinada pela apuração em Curso do Censo Demográfico; entretanto, a variação da primeira proporção nos 50 anos constitui um bom índice preliminar da variação da segunda.

Os 23 municípios com população superior a 100 000 habitantes compreendem, além das 11 capitais acima indicadas, Campos (Rio de Janeiro), com 225 000 habitantes; Santos (São Paulo), com 170 000, Nova Iguaçú (Estado do Rio de Janeiro), com 142 000; Campinas (São Paulo), com 132 000; Itaperuna (Rio de Janeiro), com 128 000; Campina Grande (Paraíba), com 126 000; Ilhéus (Bahia), com 114 000; José Bonifácio (Rio Grande do Sul), com 108 000; Santo Amaro (Bahia) e Palmeiras (Rio Grande do Sul), com 107 000; Juiz de Fóra (Minas Gerais) e Pelotas (Rio Grande do Sul), com 106 000. Embora contando em certos casos com quotas notáveis de população rural, todos êsses municípios conteem vultosos centros urbanos, alguns dos quais sobremodo importantes, também, como núcleo de atividade econômica.

NOTAS — A superfície total de 8 511 189 km² é integrada pelos 8 397 km² do território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e pelos 13 110 km² de superfície lacustre do Estado do Rio Grande do Sul.

A população total de 41 565 083 é integrada pelos 67 103 habitantes do território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Vejam-se as notas da Tabela III.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Programa de geografia *

Universidade do Ar

Empreendimento de real significação cultural foi, sem dúvida, a organização pela Rádio Nacional, sob o patrocínio do Ministério da Educação e Saúde, da Universidade do Ar.

Reunindo no seu corpo docente nomes dos mais representativos dos nossos meios científicos, a Universidade do Ar vem obtendo êxito impar, no seu objetivo de levar a todos os recantos do país, os benefícios da cultura nos seus múltiplos aspectos.

Para reger a cadeira de Geografia daquele programa educativo, foi convidado o Professor José Veríssimo da Costa Pereira, do Colégio Pedro II e membro da "Biblioteca Geográfica Brasileira", que organizou o substancioso programa que publicamos a seguir:

ESQUEMA GERAL

1 — *Evolução, conceito e método da Geografia*
2 — *Noção de paisagem em geografia*
3 — *Traços essenciais da paisagem geográfica do Brasil*
4 — *Paisagem natural do Brasil*
5 — *Paisagem cultural do Brasil*
6 — *Interêsse geográfico dos principais fatos de expressão psicológica, percebidos na paisagem do Brasil.*

1 — Evolução, conceito e método da geografia

SUMÁRIO:

a — Aparecimento da geografia
b — A noção de *localização* e o problema da *direção* e da *distância*
c — Necessidade da *orientação*
d — O "passado longo" e a "história breve" da geografia
e — De Babilônia ao Mar Egeu
f — Análise da evolução da ciência geográfica
g — O ciclo de cultura europeu-mediterrâneo
h — Razões que compeliram os homens à exploração do globo
i — Obstáculos físicos e obstáculos humanos
j — Dualidade metodológica e esplendor do organismo científico atual
l — Domínio próprio dos estudos geográficos
m — Conceito dinâmico ou moderno da geografia
n — Domínios objetivos do geógrafo

---

* O **Boletim** divulgou em seus ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, respectivamente, os programas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da Faculdade Católica de Filosofia, do Instituto Santa Úrsula e da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette.

o — Paisagens naturais e paisagens humanizadas ou culturais

p — Geografia física e geografia humana

q — Coroamento indispensável da geografia humana

r — Princípios metodológicos essenciais da geografia

s — Métodos auxiliares: histórico, estatístico e monográfico

t — Geografia: — ciência da atualidade

u — Geografia: — matéria básica na Escola e imprescindível nas Universidades.

2 — Noção de paisagem em Geografia

SUMÁRIO:

a — A noção da paisagem geográfica (segundo Camille Vallaux)

b — Da observação de Backeuser à iniciativa de Mário Lacerda de Mélo

c — Antropocentrismo e "terminador"

d — A paisagem geográfica e as outras formas de paisagem

e — Morfologia das grandes zonas de paisagens

f — Passarge e o limitado dos aspectos físicos

g — Parte condicionante e parte condicionada da paisagem geográfica

h — Descrição lógica da paisagem geográfica

i — Mecanismo terrestre de superfície, ou organismo?

j — Tipos de paisagem geográfica: paisagem de enquadramento e paisagem cinemática

l — Variações sasonárias — Paisagens de rotação e paisagens fixas

m — Paisagem psicológica e quadros de investigação

n — A geografia: estudo racional das paisagens da Terra

o — Caracteres físicos das paisagens geográficas

p — Transformação das paisagens naturais: plantas, animais, homens

q — Paisagem geográfica e paisagem geológica

r — Humanização da paisagem: paisagens agrícolas, paisagens industriais, paisagens urbanas, paisagens rurais, paisagens psicológicas, etc.

s — A análise da paisagem na excursão geográfica. Tipos de excursão: excursão didática e excursão de pesquisa. A investigação no campo e a síntese posterior no gabinete. A apresentação definitiva do trabalho geográfico. Regras gerais.

3 — Traços essenciais da paisagem geográfica do Brasil

SUMÁRIO:

a — A posição e o espaço brasileiro

b — Caracteres físicos da paisagem: natureza e forma do solo

c — Agentes físicos modeladores das grandes linhas da paisagem

d — Modificações impostas à paisagem pelas plantas e animais
e — Complemento da paisagem: o céu, atmosfera
f — As grandes regiões naturais do Brasil
g — A humanização da paisagem
h — A estrutura da Terra e a ocupação humana
i — A significação cultural do Atlântico e a planície costeira
j — A floresta e a barreira montanhosa
l — O planalto e os rios
m — As planícies fluviais
n — A estrutura demográfica e a estrutura política
o — Economia destrutiva
p — Os gêneros de vida e os horizontes de trabalho
q — Verdadeiro sentido da brasilidade
r — A exploração racional da terra e os contactos econômicos.

4 — Paisagem natural do Brasil

SUMÁRIO:

a — Arcabouço da paisagem: os materiais do solo
b — Plano cotado da paisagem: formas topográficas dominantes
c — Complemento da paisagem: o Céu
d — Estudo da atmosfera. Tipos de tempo
e — O clima: tipos e exemplos especiais
f — Águas correntes do Brasil: vertentes hidrográficas e feições morfológicas
g — O Atlântico-sul e a topografia litorânea
h — Vegetação e fauna: a "sub-região brasiliana"
i — Paisagem litorânea
j — Paisagem serrana
l — Paisagem do planalto
m — A paisagem das planícies: costeiras e fluviais
n — A paisagem biogeográfica
o — Divisão do Brasil em *regiões naturais*
p — Paisagens regionais.

5 — Paisagem cultural do Brasil. Principais aspectos regionais

SUMÁRIO:

a — A humanização da paisagem: a conquista do espaço e o recúo do meridiano. As frentes pioneiras do sul. A marcha expontânea para o sudoeste.
b — O homem, a costa e o povoamento. A cultura canavieira. O elemento africano. Os portos, a sua função regional e aparelhamento. As salinas. A pesca

c — O homem, a floresta e a evolução da paisagem. O deflorestamento. A agricultura. A economia de substituição. A indústria de origem vegetal. Monte Alegre.

d — O homem e a montanha. Função antropogeográfica das gargantas. O planalto, a savana e a profunda irradiação das bandeiras. As rodovias e ferrovias de penetração. As cidades e lugares de veranêio. A vida e a renovação dos horizontes de trabalho. O Sul de Minas Gerais

e — O homem e os rios. A penetração pelo vale do São Francisco. A criação de gado. O Paraíba do Sul. A lavoura de café. A grande siderurgia: Volta Redonda. O Amazonas e o ciclo da borracha. A pesca fluvial. O Tieté, o Cuiabá e as monções de penetração ocidental. O Tocantins e o Araguaia. A Transbrasiliana. O vale do Itajaí e a ocupação humana europoide

f — O homem e a sêca. Os açudes, as barragens e a circulação. Função antropogeográfica da carnaúbeira. O problema do São Francisco

g — O homem e o pântano. A baixada fluminense e a renovação da vida econômica. Abastecimento do Rio de Janeiro. A luta contra o impaludismo. O pantanal de Mato-Grosso

h — O homem e os recursos minerais. O ciclo do ouro e das pedras preciosas. Das forjas catalãs à grande siderurgia. De Ipanema a Monlevade e Itabira. O vale do Rio Doce e o pôrto de Vitória. O sul e o carvão: Imbituba. O problema do petróleo: Lobato

i — A economia destrutiva e a exploração racional da terra. O problema da fixação do homem ao solo

j — Os gêneros de vida e diferentes tipos de trabalhadores segundo as regiões. A paisagem econômica atual. A região serrana e a campanha sul-riograndense

l — As grandes culturas. O oeste de São Paulo e o norte do Paraná

m — O aparelhamento industrial e o problema do operariado. O esfôrço para o desenvolvimento do ensino industrial

n — Os contatos econômicos. A individualidade geográfica da Nação Brasileira através o concêrto harmonioso dos seus gêneros de vida e horizontes de trabalho.

6 — Interêsse geográfico dos principais fatos de expressão psicológica percebidos na paisagem cultural do Brasil

(SUMÁRIO DE ACÔRDO COM GEORGES HARDY)

a — Hábitos corporais: caracteres somáticos, atitudes familiares, gestos rituais, mímica

b — Hábitos materiais: alimentação, vestuários, habitação, higiene e medicina, transportes e horizontes de trabalho

c — Hábitos morais: vida religiosa, vida moral

d — Hábitos sociais: Família, vida social, o Estado e a vida política

e — Hábitos psíquicos: linguagem, hábitos intelectuais, hábitos afetivos, hábitos de atividade, hábitos estéticos.

7 — Síntese final

1 — O Brasil e o ciclo oceânico da História

2 — O Brasil e as Américas

3 — O Brasil e o Mundo de Amanhã.

NOTA — O programa foi feito para ser executado em 3 anos. As palestras radiofônicas se destinam a professores secundários. — (a.) JOSÉ VERISSIMO DA COSTA PEREIRA.

AOS EDITORES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
BIBLIOTÉCA
Entrada em ___/___/___
N.º _____
RIO DE JANEIRO

Tertúlias geográficas semanais

DÉCIMA OITAVA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 18 DE MAIO DE 1943

ESCOLHIDOS OS "CONJUNTOS PAISAGÍSTICOS" COMO NORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO MUSEU GEOGRÁFICO — COMUNICAÇÃO SÔBRE A BACIA TERCIÁRIA DE RESENDE.

O Sr. Presidente, Eng.º Leite de Castro, anunciou que foram assentadas em definitivo as normas para organização do Museu, prevalecendo a forma dos conjuntos paisagísticos. Começam a vir as primeiras contribuições, estas serão semanalmente expostas na tertúlia e podendo dar margem a comunicações e discussões. Esta semana por exemplo a contribuição consiste em uma caixa contendo os diferentes produtos originários da região petrolífera de Lobato.

Comunicou, em seguida, aos presentes, a volta do Prof. Jorge Zarur, que durante dois anos fêz estudos de especialização geográfica nos Estados Unidos. O sr. Leite de Castro disse ser grata ao Conselho a sua volta e que esperava a sua colaboração intelectual para a tertúlia.

Falando o Prof. Zarur, disse que na próxima tertúlia daria suas impressões gerais sôbre a geografia nos Estados Unidos.

Ao Prof. Fábio Macedo Soares Guimarães coube fazer a comunicação do dia, sôbre "A Bacia terciária de Resende".

Inicialmente o Prof. Fábio Guimarães esclareceu que não se tratava de uma conferência, e sim apenas de uma palestra em que pretendia transmitir as observações obtidas numa recente excursão.

O Prof. Fábio estudou apenas o trecho da Bacia terciária de Resende, que fica em redor de Campo Belo. A bacia terciária é um pequeno trecho do vale do Paraíba que se destaca do resto. Do Rio para São Paulo o vale do Paraíba é atingido em Barra do Piraí. A paisagem é monótona apresentando um mar de morros que são as meias-laranjas, quase tôdas na mesma altura. Ao longe, são distinguidas as elevações da Serra do Mar e da Mantiqueira. As vêzes aparecem pequenas planícies como Vargem Alegre, Volta Redonda cujo aproveitamento está sendo feito com grandes esperanças. Não há muitos lugares dêste tipo para escolher; sucedem-se com intermitências.

A partir de Floriano surge uma grande planície que se alarga à medida que se avança, com o aspecto de uma grande várzea, na qual o Paraíba fêz uma volta. Nesta planície aparecem ondulações suaves diferentes das meias-laranjas. E' esta a paisagem que passará a dominar, grandes planuras com ondulações suaves; o Prof. Fábio procurou localizar no mapa a bacia de Campo Belo, limitada ao Norte pelo Maciço foiaítico de Itatiaia e ao Sul pelas meias laranjas arqueanas e Serra da Bocaina.

Considerando-se o perfil do Paraíba, podem ser notadas relações entre êste e a variação da paisagem. A bacia terciária, por exemplo, fica num trecho plano. Logo após há uma declividade forte e o seu leito é cavado em rochas arqueanas. À montante de Cachoeira começa outra planície que vai até Guararema: é a bacia terciária de Taubaté.

Fazendo-se na região um corte tranversal de Sul para Norte, encontrar-se-á o relêvo assim distribuído: litoral, baixada, Serra do Mar (Bocaina) que apresenta uma escarpa para o interior, dando lugar às meias laranjas além das quais encontra-se o vale do Paraíba; do outro lado tem-se tmbém as meias-laranjas e o Maciço de Itatiaia. Logo o Paraíba se apresenta como um imenso fosso, cercado por duas escarpas abruptas, zonas de meias laranjas de ambos os lados e no fundo uma planície.

No estudo da *Planície* o primeiro cuidado é subir a um ponto alto. As ondulações são suaves, limitando-se os acidentes mais notáveis do relêvo aos vales, sulcos mais ou menos pronunciados.

Todos os rios da planície são afluentes do Campo Belo que também é conhecido como Maromba à montante da cachoeira dêste nome. Nasce no planalto de Itatiaia, porém tem pouca água. Os afluentes também são originários do maciço. As cartas da região não são fiéis, e em geral o curso do rio aparece diferente; na realidade êle avança pararelamente ao Paraíba e lança-se nêle muito à jusante da vila que tem o seu nome. Muitos rios que na carta aparecem como constituindo bacias diferentes, são afluentes do Campo Belo.

Fazendo-se um corte em Marechal Jardim, vamos notar que de Sul para Norte encontra-se uma planície levemente ondulada e a partir de certo ponto uma depressão antes de atingir o maciço do Itatiaia. A depressão é ocupada pelo Rio Campo Belo e seus afluentes. Logo, não há uma declividade uniforme de Norte para Sul. O Campo Belo está como que encaixado na planície, chegando mesmo a formar meandros encaixados. Um problema que logo se formula é o da razão de ser dêste encaixamento.

A' jusante do ponto em que o rio rompe a garganta entre a zona montanhosa e a planície, êle não encontraria nenhum obstáculo para ir lançar-se no Paraiba pelo caminho mais curto; em vez disso êle se desvia para a esquerda, encaixando-se profundamente.

Em seguida foram projetadas fotografias em que se vê a planície em conjunto, quer voltada para a Serra do Mar, quer para o Itatiaia e fotografias de detalhes isolados.

Quanto à *delimitação* da bacia terciária com o maciço foiaítico, são grandes as dificuldades. A decomposição é forte e forma-se uma espessa camada de rochas decompostas localmente. A rocha viva se apresenta apenas sob a forma de blocos esparsos. Quando êstes blocos se apresentam em grandes dimensões tem-se a certeza de estar no maciço foiaítico. Resultariam êstes blocos da decomposição local ou foram transportados? O problema está em suspenso sendo que é muito mais lógico que êstes blocos resultem de uma decomposição local, com auxílio, talvez, de pequenos desmoronamentos. Do lado Sul da planície não são mais encontrados êstes blocos; resultará o terreno da decomposição local das rochas ou de uma sedimentação?

Na planície não se distingue nenhuma estratificação. Nos cortes dos caminhos são encontrados seixos rolados. Êstes seixos são em geral de quartzo, mais encontram-se também seixos de foiaito o que leva à conclusão de que o maciço é anterior aos depósitos da planície. As linhas de seixos são muito irregulares, o que é de difícil explicação. Nota-se, em todo caso, que a linha de seixos é mais ou menos paralela ao nível atual dos morros, porém há casos em que os seixos estão quase no tôpo da elevação ou desaparecem em profundidade. Tudo indica que os seixos foram depositados num período diluvial de grandes enxurradas tendo o mesmo acontecido em outros lugares da bacia do Paraíba. Êstes seixos dispõem-se, portanto, segundo a antiga superfície. Um novo ciclo de erosão teria cortado a sua continuidade. Outro problema: porque serão êstes seixos de quartzo, quando êste não é um dos elementos componentes das rochas foiaíticas?

O Prof. Fábio fêz circular uma série de amostras de rochas. Fêz ver que algumas destas amostras não parecem ser foiaito; no Rio Bonito, por exemplo, foi encontrada uma rocha que tem a aperência de gnais. Isto levanta a hipótese de que o maciço não seja inteiramente de foiaito.

Lamego dá o maciço foiatico como tendo se formado sob uma capa de gnais que foi removida; será que esta cobertura não foi inteiramente removida?

A Geologia não estabelece pois, uma delimitação clara; até agora não se encontraram fósseis na planície.

Quanto aos *níveis de erosão* da planície, sua fixação também é difícil. Ao Sul e ao Norte da depressão o nível é mais ou menos o mesmo sendo que ao Norte encontram-se blocos isolados de foiaito. A inclinação geral é de Norte para Sul, variando em tôrno de 1º ou pouco mais.

A pressão formada pelos vales do rio Campo Belo e seus afluentes, corre mais ou menos pelo contacto. O rio Campo Belo em vez de romper as rochas sedimentares corre pelo contacto o que levou à hipótese de uma "depressão periférica". Esta hipótese tem a seu favor apenas a aparência; para ser confirmada,

seria necessário que a encosta nórte da depressão fôsse de rochas foiaíticas, até o fundo da depressão. Nesta encontram-se, porém, apenas pequenos blocos rochosos, que podem ter sido transportados.

Outra hipótese pode, porém, ser levantada: Os rios que descem do maciço teriam formado cones de dejeção de cuja união resultou a planície. Trata-se, portanto, de uma planície aluvionar que recebe o nome de "piedmont", ou de sopé, ou de raiz da serra. A sua terra é pobre e excesivamente argilosa; não se presta para a agricultura. A erosão se manifesta intensamente como atestam algumas fotografias.

Outro problema importante é o da idade da bacia. E' conhecida como terciária, porém não foram encontrados fósseis que o comprovassem. A geomorfologia e a estrutura são análogas à planície de Taubaté, cuja idade está bem determinada pela presença de fósseis. Lamego que estudou a região, argumentou com a presença dos seixos, semelhantes aos de Itaboraí, para considerar a região como sendo do terciário.

Outros, como De Martonne procuraram relacionar os cones de dejeção à nivação que se teria dado no alto do Itatiaia. Ora, a nivação é considerada quaternária; nêste caso a existência de cones de dejeção leva a crêr que a planície seja quaternária.

Qual teria sido a causa da formação da bacia? Talvez sua origem tivesse sido um lago. No caso de Resende pode ser simplesmente uma bacia aluvionar. Lamego acha que foi o levantamento do Itatiaia que barrou as águas e provocou a formação de um grande lago. O Môrro Redondo seria então o responssável pela formação da bacia de Resende. Porém, contra estas hipóteses tem-se o fato da soleira de Cachoeira não ser foiaitica e sim gnaissica. Em Floriano observa-se também que a bacia terciária se estende mais para leste do que o môrro. Talvez se tivesse dado falhas seguidas de desabamentos.

Para resolver esta questão seria antes preciso resolver o problema do Vale do Paraíba; segundo alguns autores é um imenso graben, ao passo que outros são favoráveis a hipótese de um grande dobramento, sendo o vale do Paraíba o resultado da erosão numa inclinal.

Concluindo, o mais provável é que a bacia de Resende seja devida à união de vários cones de dejeção que formam uma planície aluvionar de "piedmont". Seria terciária ou quaternária e remodelada pela erosão em vários ciclos.

E' importante destacar as riquezas minerais da região. Foi encontrada a turfa nas proximidades de Bulhões, à leste de Resende. A usina de açucar Engenho Central é movida por esta turfa. Tem-se também grandes esperanças de que exista na região bauxita ou pelo menos laterito em estado de evolução avançada. A existência de bauxita aí, seria de grande importância especialmente pela sua explêndida localização entre Rio de Janeiro e São Paulo. O Professor Ruellan fêz notar a existência de depressões circulares fechadas, semelhantes às dolinas das regiões calcáreas, levam a supor a existência de depósitos em profundidade, afetados por fenômenos de dissoluções como nos depósitos calcáreos.

A situação econômica da região é pouco brilhante. O sólo não é fértil e é a isto que se deve, ao lado da má escolha dos colonos imigrantes, o fracasso da colonização no maciço do Itatiaia. Em outros tempos, o café cobria tôdas as meias laranjas, sobretudo as gnaissicas; foi mesmo em Resende que começou o ciclo do café.

A região é bôa para pecuária, tendo a seu favor a grande planura. Aí faz-se a criação para laticínios, dada a proximidade dos grandes centros consumidores.

À leste do Campo Belo, no Rio das Pedras houve uma tentativa de colonização finlandesa. Está presentemente entregue a suíssos, que tentam aclimatar plantas medicinais.

O desenvolvimento industrial que se efetua no vale do Paraíba, como por exemplo a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, traz um grave problema de escassez de mão de obra, para os fazendeiros.

Em conjunto nota-se um rejuvenecimento da região ao menos entre Entre-Rios e S. Paulo.

A construção de Escola Militar de Resende forçosamente trará progresso à região.

O turismo é outro elemento de vida para Campo Belo. Embora o clima seja apenas ligeiramente temperado pela altitude, que é relativamente pequena, é porém bastante favorecido pela vizinhança das serras, sendo sofrívelmente sêco. Daí um certo afluxo de veranistas.

Finalmente é preciso não esquecer a grande vantagem que representa para a região a sua posição em relação aos grandes centros.

Falou ainda o Prof. Ruellan que admirou a maneira pela qual foi feita a exposição. Obedeceu ao método geográfico, tendo sido primeiro descrito a paisagem e observados os fatos, e em seguida feitas as interpretações com prudência louvável. Procurou principalmente separar a parte de conclusões das hipóteses.

Disse ainda o Prof. Ruellan que após as comunicações já feitas sôbre a excursão a Campo Belo e Itatiaia estão abertas as discussões. Na próxima tertúlia êle próprio falaria sôbre alguns problemas importantes de geomorfologia. Não são problemas que possam logo ser resolvidos, mas em todo caso, esclarecimentos podem ser trazidos e uma orientação, pode ser dada às pesquisas.

Encerrando a sessão o Eng.º Leite de Castro mostrou que o objeto da tertúlia é exatamente a conversação e a troca de idéias. Logo estas palestras podem ser de grande utilidade pois constituem assuntos a serem debatidos. Fêz notar ainda a presença do Prof. Avelino Ignácio de Oliveira com cuja presença contava para a próxima tertúlia, assim como com outros técnicos do Departamento de Produção Mineral que se interessassem pela geomorfologia do Itatiaia.

*

DÉCIMA NONA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 25 DE MAIO DE 1943

PANORAMA DA GEOGRAFIA NOS ESTADOS UNIDOS — AS ESCOLAS NORTE-AMERICANAS — A GEOGRAFIA NO ENSINO: ESCOLAS PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E UNIVERSIDADES — GEOGRAFIA APLICADA, NA ADMINISTRAÇÃO E NA GUERRA — COMUNICAÇÃO SÔBRE A EXCURSÃO A CAMPO BELO E AO ITATIAIA — TIPOS DE RELÊVO ENCONTRADOS NA MANTIQUEIRA E NA SERRA DO MAR.

Falou em primeiro lugar o Prof. Jorge Zarur que transmitiu algumas de suas impressões sôbre a Geografia nos Estados Unidos.

Existem nos Estados Unidos diversas correntes de Geografia. Na América do Norte foi grande a influência ratzeliana, apesar de atualmente também se sentir a influência de Vidal de la Blache e da escola francesa possibilista.

Póde-se classificar do seguinte modo, as escolas norte-americanas:

1 — "Environmentalist", que tem o seu centro na Clarck University com Miss Semple e Stwood.

2 — Ecologista, defendida pelo Prof. H. Barrows da Universidade de Chicago.

3 — Culturalista, defendida pelo Prof. Sauer da Universidade da Califórnia.

4 — Regionalista, que é a escola atualmente em ascenção (Wiscousin, Michigan, Ohio).

A grande preocupação desta Escola é a delimitação de regiões e o seu estudo sob todos os pontos de vista.

Platt introduziu a Microgeografia, que é o estudo de uma área muito pequena sob todos os aspectos. A região deve ter de 1 000 a 5 000 km2 mais ou menos. Hoje, êste conceito já foi um pouco aumentado e se faz "areal-analyses" em regiões de aproximadamente 100 000 km2.

Uma das obras modernamente mais refundidas nos Estados Unidos é *Nature of Geography de Hartsharne* que foi professor de Geografia Política e atualmente está a serviço do exercito americano.

Geografia no ensino: Na escola primária é difícil generalizar, cada escola, cada professor tem o seu programa. Não apresenta nada de interessante, e além da riqueza de material e o estudo por "Units", é pura nomenclatura como o é a nossa.

Também aí, na escola secundária a geografia não é bem ensinada. Num questionário feito por um jornal entre os alunos de Nova York, apenas 3% souberam colocar no mapa os Estados da costa atlântica.

Quanto à geografia nas universidades americanas, o seu nível é muito elevado. E' uma geografia essencialmente prática, cheia de vida; o professor dispõe à vontade do elemento material. E' grande o interêsse que a geografia tem despertado; os americanos sabem aproveitar o que ela tem de útil, tem sido aproveitada em todos os pontos de vista, quer individualmente, quer pelo Estado. Essencialmente no que se refere à guerra o seu aproveitamento tem sido grande.

Dizem os geógrafos americanos que aprenderam muito com o teoricismo acadêmico dos franceses, com o determinismo político dos alemães, e para coroar tudo isto os americanos criaram *a applied geography*. E' a geografia aplicada essencialmente à vida.

Procurando, portanto, tornar prática a geografia, dividiram os Estados Unidos em mais de 230 regiões a serem estudadas de acôrdo com o método regionalista. Esta divisão não obedeceu a fronteiras políticas e físicas. Trinta e três destas regiões já foram estudadas e já foi apresentado a seu respeito um relatório detalhado, ao lado do qual há também um quadro resumo.

Êste sistema de estudo detalhado pode ser de grande utilidade, servindo mesmo aos interêsses do Estado. Por exemplo, no Norte do país estabeleceu-se uma colinização alemã e sueca. Deflorestaram a região e basearam a colonização na agricultura. Porém não se tratava de um sólo favorável à agricultura e a região começou a decair econômicamente. Cerca de 40% da população devia ao Estado; para cobrir esta dívida, o Estado teria que se apropriar de quase tôdas as terras. O govêrno, então, fêz estudos sob a direção de geográfos e dividiu em pequenas zonas a região, determinando o tipo de economia a ser seguido por cada uma delas. Logo, a geografia ajudou o agricultor e ao mesmo tempo ao Estado, ajudando-o a receber suas taxas. E' esta a geografia aplicada, tendo como objetivo principalmente a sua aplicação à vida diária.

Ainda na administração a geografia é utilizada de outros modos, como por exemplo da distribuição das repartições e dos orçamentos. Por exemplo, é desnecessário que haja em Washington uma repartição que se dedique aos problemas de drenagem ou de irrigação, é mais interessante que esta repartição se localise no vale do Mississipe ou numa região desértica. Logo, é descentralização do mecanismo da administração, dando-lhe uma base geográfica.

Outro exemplo, são os bancos que só fazem empréstimos de grande monta, depois de ouvir o geógrafo que dirá se o indivíduo ou organização tem capacidade de pagar no prazo préfixado.

A geografia na guerra, é uma organização recente, tem apenas um ano e meio. Os americanos põem logo em prática suas idéias, não fazem como os alemães que antes elaboram no gabinete um vasto plano de ação para depois aplicá-lo com todos os rigores. A riqueza de material que vem sendo utilizado pela geografia na guerra, é extraordinária. O Departamento de guerra fêz num curto prazo o levantamento total do material de guerra existente no país: guias, retratos, impressões de viagens etc. Foi feita uma vasta propaganda pelo rádio e pelos jornais e o resultado foi a grande quantidade de material reunido pelo govêrno. Encontraram por exemplo, em poder de um professor de geografia, Trewartha, duas coleções completas de mapas do Japão de que o Estado necessitava urgentemente. Atualmente êstes mapas estão reproduzidos aos milhares e permitem ao exército e à marinha combater com maior eficiência o inimigo.

Ao lado desta grande atividade para a guerra, existe também, a atividade do Departamento de Estado preparando a paz futura sob a direção do "Office of the Geographer".

Falou em seguida o Prof. Francis Ruellan, que tratou de alguns problemas importantes suscitados pela recente excursão à Campo Belo e ao Itatiaia.

Abordando-se a Mantiqueira ou a Serra do Mar nota-se logo o contraste entre três tipos de relêvo: planície aluvionar corresponde à bacia do Rio Paraíba; as encostas do planalto e finalmente o próprio planalto. São três elementos essenciais, cujas relações entre si, devem ser cuidadosamente estudadas.

O Prof. Ruellan fêz notar que começaria à estudar a região a partir do ponto mais alto, logo, supunha-se no pico do Itatiaia.

Uma vez no planalto do Itatiaia, como é chamado no próprio local, é-se surpreendido por uma ruptura de declividade. Em lugar de se ter à direita um barranco, tem-se um vale, o rio avança dificilmente por entre uma região pantanosa antes de precipitar-se entre blocos de foiaito. Seguindo o rio, conclue-se que se trate, segundo Davis, de um vale de perfil de maturidade, ou seja um vale em que a acumulação domina a erosão. No entanto, trata-se ainda do rio Maromba. Todos os rios de região têm uma porção em declive suave antes de começão a queda brusca na direção do vale do Paraíba. A medida que se sobe, atravessa-se um colo que conduz a um outro vale, do mesmo tipo do visto anteriormente, (onde estão as ruínas do antigo Posto Meteorológico) e onde está situado o atual Posto Meteorológico.. Em tôrno do Posto Meteorológico é possível desenvolver a criação e talvez mesmo certo tipo de cultura. Aí encontram-se também elementos para construção nos blocos e argilas dos declives. Enfim é um lugar bem melhor para a localização do que as encostas arborizadas por uma floresta quase impenetrável. Fica acima de dois mil metros e logo já se trata de alta montanha, com clima nítidamente diferente do que o do vale do Paraíba e mesmo das vertentes montanhosas. E' em suma, uma zona temperada no interior de um clima tropical de estação sêca. No inverno a sêca é bastante pronunciada, sobretudo na aproximação do verão. (No verão a pluviosidade é de 300 a 400 mm e no inverno é de 50 a 60 mm.) Logo o contraste tropical subsiste; tem-se no entanto a impressão de estar numa montanha de região temperada.

Vales de perfis atenuados não são normais a 2 mil metros de altitude, tanto mais que não foram encontrados apenas no Itatiaia. Foram assinalados, também, e a sua presença confirmada por De Martonne, nos cumes da Mantiqueira a oeste e a leste. As mais belas destas superfícies planas são as encontradas em Campos de Jordão. Ora, êstes campos devem ter todos a mesma origem; a oeste encontram-se a 1 600 e 1 700 m., no Itatiaia de 2 100 a 2 200 m. Em relação ao nível de base atual, a existência de vales a estas alturas só se explica por deformações bruscas.

Além dos vales de perfis incertos, em que a água tem dificuldade em encontrar leitos, há também cabeços "surbaisses" que repetem-se no Posto Meteorológico como no primeiro vale. Conclue-se que houve um aplainamento muito avançado, talvez mesmo um aplainamento completo que se estende sôbre todo o cume da Mantiqueira atual. Observando-se do alto do Itatiaia a Serra da Bocaina a impressão que se tem é também a de um intenso aplainamento. Na Serra dos Órgãos, observa-se também um fenômeno semelhante: De Martonne propôs para designar esta superfície plana, o nome de Superfície de Campos. Quando examinada do Sul, póde-se notar uma interrupção brusca. Avançando-se para o interior em direção ao norte há uma série de cabeços alongados; em geral elês diminuem de altitude na direção de Minas Gerais o que leva a pensar numa deformação; do lado do Paraíba no vale do Maromba assemelha-se mesmo a uma ruptura tectônica. Isto foi observado por vários autores.

Observando-se a paisagem em tôrno de um dos cumes da Mantiqueira é-se surpreendido pela existência de enormes blocos em que aparecia rocha descoberta. Parece estranho como puderam subsistir êstes blocos se o modelado da superfície de Campos é tão sem protuberâncias: a primeira interpretação que surge é que êstes blocos sejam "monadnocks", ou seja, que se trata de um relêvo residual, que resistiu ao aplainamento. Ora, é lógico que para que êstes blocos tenham resistido, que sejam mais consistentes do que o resto do relêvo. Logo, estas rochas quer sejam Agulhas Negras ou Prateleiras são mais resistentes do que as que as cercam. Lamego estudou a região e abordou todos os problemas quer

como geógrafo, quer como geólogo; forneceu uma série de dados interessantes sôbre a estrutura do maciço. O seu trabalho é de grande importância, mesmo ao lado de observações pessoais.

Uma região aplainada domina o foiaito que se decompõe com relativa facilidade. A decomposição é devida principalmente à hidratação dos feldspatos. Uma vez hidratado, o feldspato aumenta de volume, exercendo logo um grande esfôrço para a dejunção, levando a rocha à desagregação. Ora, o clima do Itatiaia é temperado, porém a chuva é bastante forte e se não conduz a uma decoposição em argila laterítica, ao menos permite, pela presença de água, a hidratação, cuja conseqüência já foi vista. A decomposição dos maciços no vale do Paraíba é auxiliado por todos os elementos, inclusive o gêlo. A esta altitude o gêlo, se forma mesmo quando a temperatura está alguns gráus acima de 0° e tem grande influência na desagregação das rochas.

O Prof. Ruellan mostrou uma pequena amostra trazida do cume das Agulhas Negras, nesta rocha a parte decomposta é muito delgada, a sua superfície tem uma série de pequenas cavidades que traduzem a desagregação. A não existência de uma camada decomposta é em parte explicada pelo fato da erosão ser devida às fortes chuvas e aos ventos, porém também é importante notar que nesta rocha não existem elementos negros, logo é muito pequena a quantidade de mica e homblenda. No Alto do Itatiaia o sienito é quartzozo; o quartzo não é tão abundante como no granito mas dá à rocha um caráter holocrisoalino. Trata-se de um sienito do tipo aplita.

Outras surpresas são reservadas ao observador quando parte do Posto Meteorológico para a base das Agulhas Negras. Encontra uma paisagem que é rara no Brasil; grandes rochas mamilosas sôbre as quais encontram-se outros blocos, ao lado dos quais existem pequenas depressões cheias dágua ou simplesmente cobertas de vegetação espessa, turfosa, o que dá idéia de maior unidade. Esta paisagem lembra a dos Pirineus. E isto ainda não é tudo, de mais perto percebe-se que esta acumulação de blocos obedece a uma verdadeira hierarquia de formas. As encostas de cada cavidade são arredondadas (montannés) diferentes dos vales normais. O seu perfil lembra os vales em U. Há um pequeno valè que desemboca acima do circo e que é um verdadeiro vale suspenso, ora êstes perfis irregulares são característicos aos relevos glaciários; e neve e o gêlo, formado pela acumulação da gela, faz com que a erosão suba o declive, produzindo contravertentes o que em absoluto não pode se realizar com a simples erosão da água corrente.

As turfeiras também, resultam da decomposição da vegetação aquática nêsses nichos de nivação.

Olhando-se mais de perto póde-se notar o "montonnement" das rochas, principalmente dos pequenos cabeços que como "verrous separam as depressões turfosas. Para jusante o perfil dos blocos é muito mais abrupto o que também é uma característica do relêvo glaciário. Não foram encontradas verdadeiras morainas. Está-se, porém, nos trópicos e se o clima em dado momento admitiu uma glaciação, esta não foi de grandes extensões. Admitindo-se que atualmente seja de 13° nos meses mais quentes. São condições que permitem permanência do gêlo, pelo menos durante o inverno (Num país que é temperado quente como o Japão viu traços de glaciações quaternárias ainda nos Alpes Japoneses, em lugares mais abrigados, a neve ainda se conserva e numa nevada à 1 600 m. foi possível contar 5 anos de gêlo).

As grandes glaciações quaternárias não se restringiram ao hemisfério norte; seus traços podem ser encontrados na Austrália, Nova Zelandia etc. Não é de estranhar, que nos países tropicais, nos altos cumes com quase três mil metros a neve também tenha se acumulado. Não são propriamente geleiras, são nivações acumuladas pelo vento de um ano a sombra dos "monadnocks" pela penetração dágua fica granulado. De Martonne assinalou que acontece que a neve se conserve sôbre o solo. O que hoje se produz, poderia ser um fenômeno mais demorado no fim do quaternário antigo.

O Prof. Ruellan procurou examinar em seguida interpretações para a formação dêste relêvo anormal. A princípio deve-se considerar o fenômeno de dissolução, ou seja o "karst" (não é o mesmo das conchas calcáreas). Se é verdade

que a desagregação se produz facilmente no alto das Agulhas Negras, o mesmo não se dá em outros lugares, ora o "karst, supõe fenômenos de dissolução seguidos por amontoamentos.

Póde-se ainda considerar os deslisamentos de terreno. Mas para isto é necessário que haja algo que deslise. Ora não existe argila, logo são os seixos e os enormes blocos que deslisariam. Porém não é possível que êstes deslisamentos do terciário tivessem produzido esta hierarquia entre os diferentes circos de nivação. Um deslisamento de terreno não levaria ao "surcreusement" como é o caso; logo, a hipótese da nivação ainda é a mais verosímil.

À medida que mostrava fotografias, o Prof. Ruellan foi chegando às conclusões. É uma paisagem de nivação que sofreu violenta erosão. Enormes blocos foram descobertos por esta erosão e outros transportados de muito perto.

Os grandes blocos como as Prateleiras e as Agulhas Negras constituiam "monadnocks", porém depois do período de nivação se tornaram pequenas montanhas isoladas com vertentes escarpadas como "inselbergs". Os antigos circos foram transformados em circos glaciários hierarquizados. A topografia que resulta é a de uma série de pequenos nichos que se sucedem para jusante.

★

VIGÉSIMA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 1.º DE JUNHO DE 1943

O PROBLEMA DOS "INSELBERGS" OU COLINAS COM PAREDES ESCARPADAS QUE SE ELEVAM ACIMA DA SUPERFÍCIE DE CAMPOS — PLANALTO DO ITATIAIA: DESNIVELAÇÃO ENTRE ÊSTE PLANALTO E O FUNDO DO VALE DO PARAÍBA — O PONTO DE VISTA GEOLÓGICO E MORFOLÓGICO NO ESTUDO DO PROBLEMA

Os trabalhos foram iniciados pelo Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, que deu a palavra ao Prof. Ruellan.

O Prof. Ruellan que na reunião anterior falara sôbre o relêvo do cume do Itatiaia e do peneplaino da superfície de Campos, abordou o problema dos "inselbergs" ou colinas com paredes escarpadas que se elevam acima da superfície de Campos, a 600, 700 ms.

É um relêvo singular, não só constituído por grandes blocos rochosos divididos por diaclases, como também as rochas apresentam diaclases profundamente excavadas. Estas caneluras podem apresentar de um metro de profundidade; geralmente são verticais quer seja pela disposição das diaclases gravidade, quer seja pelo escoamento superficial. Os sinais de diaclase estão em geral destruídos pela erosão, é portanto difícil identificar as diaclases que deram origem às caneluras.

Tôdas as paredes das rochas são cortadas por caneluras; na parte superior de cada canelura existe um buraco cheio de água. As partes superiores das rochas têm uma superfície irregular, como se fossem dedos comprimidos numa pasta.

As rochas não tem superfície lisa, as cúpulas têm cristais mais ou menos soltas, o que resulta da erosão química que, aliás, foi precedida por uma erosão física. A hidratação dos felspatos age destacando partes da rocha. O gêlo, no inverno, também contribui para dissociar os cristais. Alguns lugares ficam mais frágeis, daí a formação de bossas. O vento também age pela deflação, desnuda constantemente a rocha facilitando um novo trabalho de erosão.

Além da erosão provocada pelo vento e pelo gêlo é preciso considerar a chuva (atinge nos meses de verão uma média de 300 a 400 mm) que aprofunda as caneluras.

As formas de relêvo que resultam da ação conjunta de todos êstes fatores são os "lapiès". Segundo as diaclases formam-se caneluras e bossas; De Martonne mostrou que crostas puramente cristalinas como o granito da Bretanha apresentam aspectos análogos ao do sienito.

Os "lapiès" das Agulhas Negras são característicos, o que é devido à facilidade de desagregação do sienito pela hidratação do feldspato, verifica-se, portanto, um comêço do fenômeno karstico, embora não haja circulação subterrânea. Nada leva a crêr numa erosão subterrânea, embora esta não seja inteiramente impossível, o que é certo, porém, é que o fenômeno não é semelhante ao que se verifica no calcáreo, onde se produzem canais subterrâneos; o sienito não permite uma erosão até êste ponto, não sendo permeável a erosão é simplesmente superficial, a parte decomposta é de pequena espessura.

Em seguida o Prof. Ruellan fêz projetar uma série de fotografias em que são vistas as caneluras dispostas verticalmente. As caneluras atingem às vêzes grandes profundidades, seria preciso que a desagregação já estivesse preparada, é pouco provável que a erosão torrencial seja a única responsável. Na parte superior de cada canelura há uma depressão onde se acumula a água e que aparentemente deu início à canelura.

— O planalto do Itatiaia se prolonga para o interior por grandes protuberâncias, interrompendo-se bruscamente do lado do vale do Paraíba. O rio Maromba desce brutalmente por entre os blocos de foiaito, desaparecendo.

Examinando-se do alto do Itatiaia, a região de minas verifica-se que o relêvo desce mais lentamente. Diante de tal topografia, é-se forçado a dizer que se trata de um acidente tectônico.

A Mantiqueira é limitada ao sul por uma enorme falha, contrastando com os declives suaves que se voltam para Minas. Entre o planalto do Itatiaia e o fundo do vale do Paraíba, existe uma desnivelação de 1 500 ms.[1]

Antes de estudar o problema do ponto de vista morfológico seria interessante abordá-lo do ponto de vista geológico. Os geólogos preocupam-se principalmente com a disposição das camadas, todo dobramento é de importância capital. Ora, na Mantiqueira, as camadas se elevam como se fossem uma anticlinal e só no vale do Paraíba formam uma sinclinal. Porém, é preciso não esquecer que o Brasil é um dos países em que os dobramentos foram o mais brutalmente modificados pelas erosões posteriores, provocando grandes contrastes entre o relêvo e a estrutura.

Outro argumento é o da resistência das rochas. No vale do Paraíba as rochas seriam de resistência fraca, principalmente o biotita gnais. No cume da Mantiqueira encontra-se o gnais mais compacto, logo a erosão ter-se-ia aproveitado da fraqueza das rochas do vale, para escavar longamente, um dos argumentos de que se servem para provar e que se trata de um sinclinal, é o grande metarmorfismo que se verifica no fundo do vale do Paraíba; ora o metamorfismo não torna a rocha mais tenra, ao contrário, esta se torna mais densa, o que é contraditório.

E' acentuada, no Brasil, a tendência de constituir-se o relêvo apalachiano; forma-se em todo lugar, com a condição de que tenha havido um dobramento, seguido de uma peneplanização e esta por um novo ciclo de erosão. Os rios se adaptam à estrutura, excavando onde a rocha é mais tenra. Acabar-se-à por ter um relêvo em que crista de rochas duras separarão as regiões de rochas tenras, ressurgindo os grandes alinhamentos antigos. O relêvo apalachiano é ótimamente representado no Brasil ao sul de Minas, em Diamantina, Serra do Mar, etc. Uma carta da hidrografia trairia a antiga estrutura. Se em certos lugares houve, efetivamente, a adaptação às rochas tenras, porque seria esta mais avançada nas rochas do Paraíba do que nos micachistos da Mantiqueira, que são muito mais tenras. Poder-se-ia objetar a isso com a diferença do nível de base, o Paraíba está mais perto do nível de base do que os rios da região central. Como se explicaria, porém, que o rio do Peixe seja um rio de planalto enquanto que o rio Preto desce brutalmente e passa a correr paralelamente ao Paraíba, apesar dos dois rios terem o mesmo nível de base.

Do ponto de vista morfológico é difícil que o Paraíba seja um simples vale. Parece ser algo de mais complexo; de cada lado do vale, há zonas montanhosas, entre ambas fica uma zona de meias laranjas e uma zona intermediária de pla-

---

[1] Essa dissimetria é de importância capital. Do mesmo modo que a Serra do Mar, a Mantiqueira não é uma crista e sim um degráu.

nície. Se o Paraíba tivesse sido capaz de excavar tudo isto, haveria na sua margem esquerda rios mais evoluídos do que o Maromba. Ora, êles são na margem esquerda muito mais curtos e modestos. Se o Paraíba fôsse tão poderoso, seus afluentes aumentariam na direção de Minas; isto não se dá, as capturas em proveito da rêde do Paraíba, são raras. De um lado tem-se o Paraíba, com seus afluentes pequenos, do lado de Minas, encontram-se grandes rios que teriam sido capturados se o Paraíba fôsse suficientemente poderoso.

O mais belo exemplo de captura é o Rio Preto; a 2 150 m, na base d Itatiaia, nasce o Rio Preto como um pequeno circo; realiza uma descida vertiginosa que não se pode comparar ao perfil dos rios do lado de Minas. Esta queda é forçosamente devida a um acidente tectônica, flexura ou falha. Ora, malgrado a importância do declive, a captura se interrompe no pântano que denuncia a antiga nevada, sem mesmo ter atingido o circo vizinho de Ajuruoca. E' uma prova de grande juventude. O Rio do Peixe que têm o mesmo nível de base desce lentamente a Mantiqueira, porque é um rio de planalto que não é perturbado por um acidente tectônico.

Outros argumentos levam a crêr no deslocamento. A superfície de Campos foi modelada a partir de certa altitude; ora, no Itatiaia, a superfície vai até o bordo do escarpamento, o planalto é descoberto bruscamente depois de um pequeno vale. Logo, a superfície foi cortada.

Deve-se, portanto, admitir que se trata de uma falha e não resulta do trabalho de um só rio.

Os primeiros geólogos já haviam notado isto, e logo voltar-se-á à primitiva hipótese, com auxílio da geomorfologia. A própria geologia vem em auxílio da geomorfologia; as manifestações eruptivas que em geral se verificam nas falhas encontram-se nêste caso, representadas pelas numerosas fontes termais da região. Conclue-se que é uma falha com corte brusco ou flexura extremamente estendida. A diferença entre ambas é pequena e será difícil estabelecer de qual das duas se tratou, principalmente considerando-se que é um relêvo arqueano.

Finalmente o Prof. Ruellan mostrou uma série de esboços dos trabalhos de de Martone e de Lamego e que comprovam a conclusão a que acabava de chegar.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sígiloso.

Noticiário

Da Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Departamento Administrativo do Serviço Público

PROVA DE GEOGRAFIA NO CONCURSO PARA DATILÓGRAFO — Entre as matérias do concurso recentemente levado a efeito pelo DASP. para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Datilógrafo do mesmo Departamento, figurou o seguinte programa para a prova de Geografia:

1 — Brasil: limites, população e superfície.
2 — Divisão política do Brasil: Estados, capitais e cidades principais.
3 — Produção: vegetais, animais e minerais.
4 — Vias de comunicação: grandes rios, principais estradas de ferro e rodagem, viação aérea.
5 — Acidentes geográficos principais.

☆

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidência

VISITA DO INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA — Esteve, no dia 13 de agôsto último, em visita ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o sr. coronel Magalhães Barata, interventor federal no Pará, sendo recebido pelo Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I.B.G.E., Sr. M. A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto, engenheiro Christovam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, Professor Carneiro Felipe, presidente e demais membros da Comissão Censitária Nacional. O sr. interventor Magalhães Barata foi saudado pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas, que ressaltou o valioso concurso prestado pela sua administração à idéia da construção da grande estrada "Transbrasiliana", ligando o extremo norte ao extremo sul do país. O orador acentuou o alcance político, econômico e social da iniciativa, que tivera origem numa proposta apresentada pelo coronel Lísias Rodrigues representante do Ministério da Aeronáutica no Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e na Comissão Censitária Nacional. Referiu, por fim, com expressões de aplausos e reconhecimento, as providências tomadas pelo sr. Magalhães Barata, no sentido da construção do trêcho da rodovia projetada compreendido no território paraense.

Falou em agradecimento, o Sr. interventor Maganhães Barata, que fêz uma exposição sôbre as iniciativas de seu govêrno em matéria de comunicações, ressaltando, ainda, a importância do desenvolvimento do nosso sistema rodoviário para a melhoria das condições de saúde e educação das populações do interior. S. Excia. exprimiu por fim, o seu grande entusiasmo pela construção da "Transbrasiliana" empreendimento de fundamental significação para o futuro do país.

Discursou, também, o engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, que agradeceu ao interventor Magalhães Barata o interêsse com que vem prestigiando a realização do X Congresso Brasileiro de Geografia a verificar-se em Belém em setembro de 1944.

☆

Comissão Censitária Nacional

PARTICIPA DOS TRABALHOS O CAPITÃO AMILCAR DUTRA DE MENEZES — Recentemente nomeado membro da Comissão Censitária Nacional, participou, no dia 13 de agôsto último, pela primeira vez, dos trabalhos dêsse órgão técnico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o capitão Amilcar Dutra de Menezes, diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Em breves palavras, o presidente da Comissão, professor Carneiro Felippe, saudou o novo membro da C.C.N. cujas qualidades de inteligência e descortino pôs em evidência. Discursando em agradecimento, o capitão Amilcar Dutra de Menezes disse da excelente impressão que lhe haviam causado os trabalhos da Comissão Censitária Nacional, orientados por uma constante preocupação de bem servir aos interêsses do Brasil.

Conselho Nacional de Geografia

AINDA A ELIMINAÇÃO DOS HOMÔNIMOS NA TOPONÍMIA BRASILEIRA — Relação definitiva dos atuais nomes de cidades e vilas brasileiras, que são repetidos no País, com a indicação entre parêntesis, para cada topônimo, da categoria e do Estado ou Território daquela localidade que tem o direito de conservar o nome atual, em virtude do disposto no art. 7.º do decreto-lei nacional n.º 5 901, de 21 de outubro de 1943, o qual estabeleceu os seguintes critérios de prioridades: *1.º caso,* se as localidades homônimas são de categorias diferentes, cabe o direito à de mais elevada categoria, na seguinte sequência — Capital, sede de Comarca, sede de Têrmo, sede de Município, sede de Distrito — *2.º caso,* se as localidades homônimas são da mesma categoria, cabe a prioridade àquela que possuir o nome há mais tempo. Sempre que ocorrer êsse 2.º caso, no entre parêntesis, além da categoria e do Estado, vai também indicada uma data, que é o ano até onde atinge a documentação coligida pela Secretaria do Conselho sôbre a antiguidade do topônimo.

ABAETE' (Com. de M. Gerais), AFONSO PENA (Com. da Bahia), ÁGUA BOA (V. de M. Gerais 1940), ÁGUA BRANCA (Com. de Alagoas), ÁGUA FRIA (V. da Bahia — 1727), ÁGUA LIMPA (V. M. Gerais 1890), ÁGUA PRETA (Com. de Pernambuco), ÁGUA QUENTE (V. da Bahia 1820), ÁGUAS BELAS (Com. de Pernambuco), AGUDOS (Com. de São Paulo), AIMORÉS (Com. de M. Gerais), ALAGOINHA (V. de Pernambuco 1805), ALBUQUERQUE (V. de Mato Grosso 1819), ALCOBAÇA (T. da Bahia), ALEGRETE (Com. do Rio G. do Sul), ALFREDO CHAVES (Com. de E. Santo), ALGODÕES (V. de Pernambuco 1919), ALIANÇA (Com. de Pernambuco), ALMAS (V. de Goiaz 1854), AMA-

RANTE (Com. do Piauí), AMPARO (Com. de S. Paulo), ANÁPOLIS — (Com. de Goiaz 1873), ANCHIETA (Com do E. Santo 1857), ANDRADINA (Com. de S. Paulo), ANGICOS — (T. do R. G. do Norte), ANTÔNIO OLINTO (V. do Paraná 1895), APARECIDA (Com. do Piauí), AQUIDABÃ (T. de Sergipe), ARACATI (Com. do Ceará), ARAÇA' (V. da Paraíba 1883), ARARAS (Com. de S. Paulo), ARARI (T. do Maranhão 1858), ARCOVERDE (V. de Pernambuco 1911), AREAL (V. de Rio de Janeiro 1861), AREIA (Com. da Paraíba 1846), AREIA BRANCA (T. do Rio G. do Norte), AREIAS (C. de S. Paulo), ARROZAL (V. do Rio de Janeiro 1938), ASSUNÇÃO (V. do Ceará 1864), AUGUSTO SEVERO (T. do R. G. do Norte), AURORA (T. do Ceará), BAIXA VERDE (Com. do R. G. do Norte), BAIXIO (T. do Ceará), BALIZA (Com. de Goiaz), BANANAL (Com. S. Paulo), BANANEIRAS (Com. da Paraíba), BANDEIRANTES (C. do Paraná), BARRA (Com. da Bahia), BARRA ALEGRE (V. do Rio de Janeiro 1861), BARRA BONITA (C. de S. Paulo), BARRACÃO (V. do R. G. do Sul 1874) BARREIRAS (Com. da Bahia), BARREIROS (Com. de Pernambuco), BARRINHA (V. de S. Paulo 1905), BARRO (V. do Ceará 1873), BATALHA (T. do Piauí), BEBEDOURO (Com. São Paulo), BELA VISTA (Com. do Mato Grosso 1854), BELÉM (Cap. do Pará), BELMONTE (Com. da Bahia 1764), BELO HORIZONTE (Cap. de Minas Gerais), BELO MONTE (V. de Alagoas 1886), BENJAMIM CONSTANT (T. do Amazonas), BETÂNIA (V. de Pernambuco 1928), BOA ESPERANÇA (Com. de M. Gerais), BOA SAÚDE (V. do R. G. do Norte 1899), BOA SORTE (V. do R. de Janeiro 1855), BOA VISTA (Cap. do R. Branco), BOCAINA (C. de S. Paulo), BOCAIUVA (Com. de M. Gerais), BOM DESPACHO (Com. de M. Gerais), BOM JARDIM (Com. de Pernambuco 1757), BOM JESÚS (Com. do Piauí), BOM PRINCÍPIO (V. do R. G. do Sul 1873), BOM RETIRO (Com. Sta. Catarina), BOM SUCESSO (Com. de M. Gerais 1824), BONFIM (Com. de M. Gerais 1832), BONITO (Com. de Pernambuco 1839), BOQUEIRÃO (V. do R. G. do Sul 1830), BORBOREMA (C. de S. Paulo), BRAGANÇA (Com. do Pará 1753), BRASÍLIA (T. de M. Gerais), BREJAÚBA (V. do E. Santo 1930), BREJINHO (V. do Ceará 1911), BREJO GRANDE (V. do Ceará 1838), BROTAS (Com. São Paulo 1846), BRUMADO (Com. da Bahia), BURITI (T. do Maranhão), BURITÍS (V. de M. Gerais 1858), CABRÁLIA (V. da Bahia 1936), CAÇADOR (Com. de Sta. Catarina), CAÇAPAVA (Com. de S. Paulo 1812), CACHOEIRA (Com. da Bahia 1688), CACHOEIRAS (T. do R. de Janeiro), CACHOEIRINHA (V. de Pernambuco 1892), CAETE' (Com. de M. Gerais), CAFELÂNDIA (Com. de S. Paulo), CAIÇARA (Com. da Paraíba), CAJAZEIRAS (Com. da Paraíba), CAJUEIRO (V. de Alagoas 1891), CAJURU (Com. S. Paulo), CAMAPUÃ (V. de Mato Grosso 1899), CAMARGO (V. do R. G. do Sul 1910), CAMBARA' (Com. do Paraná), CAMOCIM (T. do Ceará), CAMPESTRE (T. de M. Gerais), CAMPINA GRANDE (Com. da Paraíba), CAMPINAS (Com. de S. Paulo), CAMPO ALEGRE (C. de Sta. Catarina), CAMPO BELO (Com. de M. Gerais), CAMPO DO MEIO (V. de M. Gerais 1823), CAMPO FORMOSO (T. da Bahia 1682), CAMPO GRANDE (Com. de Mato Grosso), CAMPO LARGO (Com. do Paraná), CAMPO REDONDO (V. de M. Gerais 1899), CAMPOS (Com. do R. de Janeiro), CAMPOS BELOS (V. de Goiaz 1890), CAMPOS NOVOS (Com. de Sta. Catarina), CAMPOS SALES (T. do Ceará), CANAÃ (V. de M. Gerais 1923), CANABRAVA (V. de M. Gerais 1877) CANDELÁRIA (Com. de R. G. do Sul), CANINDE' (T. do Ceará), CANOAS (T. do R. G. de Sul), CAPANEMA (T. do Pará), CAPARAO' (V. de M. Gerais 1924), CAPELA (Com. de Sergipe), CAPIVARI (Com. de S. Paulo), CAPOEIRAS (V. de Pernambuco 1901), CARAÍBAS (V. da Bahia 1889), CARAÚBAS (Com. de R. G. do Norte), CARMO (Com. do R. de Janeiro), CARNAUBAL (V. do Ceará 1899), CASA BRANCA (Com. S. Paulo), CASA GRANDE (V. de M. Gerais 1921), CASCAVEL (Com. do Ceará), CASTELO (Com. do E. Santo 1890), CASTRO (Com. do Paraná), CATANDUVAS (V. de Santa Catarina 1919), CAXAMBU (T. de M. Gerais), CAXIAS (Com. do Maranhão 1735), CEDRO (T. do Ceará 1881), CERRITO (V. do R. G. do Sul 1848), CÉRRO AZUL (Com. do Paraná), CHAPADA (V. de M. Gerais 1729), CHAPÉU (V. de Goiaz 1815), CHAVES (Com. do Pará), CHIQUE-CHIQUE (Com. da Bahia), COLÔNIA (V. de R. de Janeiro 1852), CONCEIÇÃO (Com. da Paraíba 1866), CONCEIÇÃO DO NORTE (V. de Goiaz 1835), CONCHAS (C. de São Paulo), CONCÓRDIA (Com. de Sta. Catarina), CONDE (Com. da Bahia), CONQUISTA (Com. de M. Gerais 1889), COQUEIROS (V. da Bahia 1893), CORAÇÃO DE JESÚS (T. de M. Gerais), CORDEIRO (V. de R. de Janeiro), CORDEIROS (V. da Paraíba 1938), CORRENTE (Com. do Piauí), CORUMBA' (Com. de Goiaz 1739), COTEJIPE (Com. da Bahia), CRISTAIS (V. de M. Gerais 1866), CRISTALINA (T. de Goiaz), CRISTINA (Com. de M. Gerais), CRUZ ALTA (Com. de Rio G. do Sul), CRUZEIRO (Com. de S. Paulo 1871), CRUZEIRO DO SUL (Com. do Territ. do Acre), CUAIBA' (Cap. de Mato Grosso), CURRALINHO (T. do Pará), DESCOBERTO (V. de M. Gerais 1865), DIAMANTINA (Com. de M. Gerais), DIVINA PASTORA (T. do Serjipe), DIVINÓPOLIS (Com. de M. Gerais), DOIS IRMÃOS (V. do R. G. do Sul 1857), DOURADO (Com. de S. Paulo), DOURADOS (Com. do Mt. Grosso), ENCRUZILHADA (Com. da Bahia 1600), ENTRE RIOS (T. da Bahia 1848), ERVAL (T. do R. G. do Sul), ESPÍRITO SANTO (Com. da Paraíba), ESPLANADA (Com. da Bahia), ESTREITO (V. do R. G. do Sul 1846), ESTRÊLA (T. do R. G. do Sul), EUCLIDES DA CUNHA (T. da Bahia), EXTREMA (T. de M. Gerais), FARIAS (V. de M. Gerais 1938), FERNÃO DIAS (V. de M. Gerais 1925), FERREIROS (V. do R. de Janeiro 1854), FIGUEIRA (V. do Esp. Santo 1891), FLÔRES (Com. de Pernambuco 1810), FLORESTA (Com. de Pernambuco), FLORIANO (Com. do Piauí), FLORIANO PEIXOTO (V. do Amazonas 1897), FORMIGA (Com de M. Gerais), FORMOSA (Com. de Goiaz), FORTALEZA (Cap. do Ceará), FORTUNA (V. de Minas Gerais 1896), FRADE (T. do Ceará), CAMELEIRA (Com. de Pernambuco), GETÚLIO VARGAS (T. do R. G. do Sul), GLICÉRIO (C. de S. Paulo), GLÓRIA (Com. da Bahia), GOIANINHA (T. do R. G. do Norte), GRAMA (C. de S. Paulo), GRAVATA' (Com. de Pernambuco), GUARACI (V. de S. Paulo 1921), GUARANI (T. de M. Gerais 1881), GUARARAPES (C. de S. Paulo), GUARULHOS (C. de S. Paulo), GUIMARÃES (Com. do Maranhão), GURUPA' (C. do Pará), HERCULÂNEA (T. de Mato Grosso), HORIZONTE (V. do Ceará 1938), HUMAITÁ' (Com. do Amazonas), IBIAPINA (T. do Ceará), IBITIRA (V. da Bahia 1929), ICATU (C. do Maranhão), IGARAI' (V. de S. Paulo 1904), IGARAPE'-AÇU' (Com. do Pará), IGARAÇU' (Com. de Pernambuco), IGREJA NOVA (T. de Alagoas), IGUAPE (Com. de S. Paulo), IMPERATRIZ (T. do Maranhão), INCONFIDÊNCIA (V. do Rio de Janeiro 1938), INDEPENDÊNCIA (T. do Ceará), INDIANA (V. de S. Paulo 1917), INGA' (Com. da Paraíba), INGAI' (V. de M. Gerais 1846), INHUMAS (T. de Goiaz), IPIRANGA (T. do Paraná), IPOJUCA (T. de Pernambuco), IRACEMA (V. do Ceará 1842), IRAI' (T. do Rio G. do Sul), ITABAIANA (Com. de Serjipe 1675), ITABIRA (com. de M. Gerais), ITAGOATIARA (Com. do Amazonas), ITACURUCA' (V. do R. de Janeiro 1836), ITAGUAÇU (Com. do Esp. Santo), ITAIPAVA (V.

do R. de Janeiro 1861), ITAIPU' (V. do R. de Janeiro 1755), ITAJAI' (Com. de Sta. Catarina), ITAJUBA' (Com. de M. Gerais), ITAMARATI (V. de M. Gerais 1891), ITAMBE' (T. da Bahia), ITAÓCA (V. de S. Paulo 1908), ITAPARICA (Com. de Pernambuco), ITAPECERICA (Com. de M. Gerais), ITAPEMIRIM (Com. do E. Santo) ITAPETININGA (Com. de S. Paulo), ITAPEVA (Com. de S. Paulo), ITAPICURU (Com. da Bahia), ITAPIRA (Com. de S. Paulo 1890), ITAPIRANGA (Com. do Amazonas) ITAPOCU (V. de Sta. Catarina 1882), ITAPORANGA (Com. de S. Paulo 1899), ITAPUI' (C. de S. Paulo), ITATINGA (C. de S. Paulo), ITAÚNA (Com. de M. Gerais), JABOATÃO (Com. de Pernambuco), JACAREI' (Com. de S. Paulo), JACU (V. da Bahia 1883), JACUÍPE (V. da Bahia 1838), JAGUARI (Com. do R. G. do Sul), JAGUARUNA (C. de Sta. Catarina), JAPARATUBA (T. de Serjipe), JARAGUA' (Com. de Goiaz 1833), JARDIM (T. do Ceará), JARDINÓPOLIS (C. de S. Paulo), JATAI' (Com. de Goiaz), JATOBA' (Com. da Paraíba), JEQUITIBA' (V. de M. Gerais 1856), JERICO' (V. da Paraíba 1889), JOANÓPOLIS (C. de S. Paulo), JOÃO ALFREDO (T. de Pernambuco), JOÃO CORREIA (V. da Bahia 1891), JOÃO PESSOA (Cap. da Paraíba), JOAQUIM TAVORA (C. do Paraná), JORDÃO (V. do Ceará 1911), JOSE' BONIFÁCIO (Com. de S. Paulo 1924), JOSE' MARIANO (V. de Pernambuco 1938), JUAZEIRO (Com. da Bahia 1833), JUNCO (V. da Bahia 1889), JUNDIAI' (Com. de S. Paulo), JUQUIA' (V. de S. Paulo 1831), JUREMA (T. de Pernambuco), LAGOA (V. Sta. Catarina 1750), LAGOINHA (V. de S. Paulo 1866), LAJE (T. da Bahia), LAJEADO (Com. do R. G. do Sul 1884), LAJEDO (V. de Pernambuco 1896), LAJES (Com. de Sta. Catarina 1765), LAMBARI (Com. de M. Gerais), LAPA (Com. do Paraná), LARANJAL (C. de Minas Gerais 1851), LARANJEIRAS (Com. de Serjipe 1832), LAVRAS (Com. de M. Gerais 1813), LENÇÓIS (Com. da Bahia); LEOPOLDINA (Com. de M. Gerais 1854), LIBERDADE (C. de Minas Gerais), LIMOEIRO (Com. de Pernambuco), LIVRAMENTO (Com. do R. G. de Sul), LORENA (Com. de S. Paulo), LUZ (Com. de M. Gerais), MACAPA' (Com. do Pará), MACAÚBAS (Com. da Bahia), MACUCO (V. do R. de Janeiro 1876), MADRE DE DEUS (Com. de Pernambuco), MALHADA (V. da Bahia 1911), MARIANA (Com. de M. Gerais), MARILÂNDIA (V. de M. Gerais 1890), MARRECAS (V. do Ceará 1871), MARTINÓPOLIS (C. de S. Paulo), MARZAGÃO (V. de Goiaz 1936), MASSARANDUBA (V. de Sta. Catarina 1896), MATINHA (V. do Maranhão 1937), MATO GROSSO (C. de Mato Grosso), MAUA' (V. de S. Paulo 1883), MELGAÇO (V. do Pará 1758), MERCÊS (T. de M. Gerais), MESQUITA (C. de M. Gerais), MINEIROS (T. de Goiaz), MIRACEMA (T. do R. de Janeiro), MIRANDA (Com. de Mato Grosso), MIRIM (V. de Sta. Catarina 1856), MOEMA (V. de M. Gerais 1923), MONÇÃO (C. do Maranhão), MONTE ALEGRE (Com. do Pará 1755), MONTE ALTO (Com. de S. Paulo), MONTE AZUL (Com. de Minas Gerais), MONTE BELO (C. de Minas Gerais), MONTEIRO (Com. da Paraíba), MONTE SANTO (Com. da Bahia 1794), MONTE VERDE (V. do R. de Janeiro 1861), MORADA NOVA (T. do Ceará), MORENO (T. de Pernambuco), MORRETES (T. do Paraná), MORRINHOS (Com. de Goiaz), MÔRRO ALTO (V. de M. Gerais 1885), MÔRRO DO CHAPEU (Com. da Bahia), MÔRRO GRANDE (V. do R. de Janeiro 1811), MORROS (C. do Maranhão), MUGAMBO (V. do Ceará 1890), MULUNGU (V. de Ceará 1890), MUNDO NOVO (Com. da Bahia), MIRUBECA (T. de Sergipe), MUTUM (Com. de M. Gerais), NATAL (Cap. do R. G. do Norte), NATIVIDADE (T. de Goiaz), NAZARE' (Com. da Bahia 1753), NEVES (V. do Rio de Janeiro 1855), NILO PEÇANHA (T. da Bahia), NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (T. de Serjipe), NOSSA SENHORA DAS DORES (T. de Serjipe). NOVA CRUZ (Com. do Rio G. do Norte), NOVA OLINDA (V. do Ceará 1884), NOVA VENEZA (V. de Sta. Catarina 1891), NOVO HORIZONTE (Com. de S. Paulo), OEIRAS (Com. do Piauí), OITICICA (V. do Ceará 1932), OLHO D'ÁGUA (V. da Paraíba 1896), OLHOS D'ÁGUA (V. de M. Gerais 1845), OLINDA (Com. de Pernambuco), OURO BRANCO (V. de M. Gerais 1724), OURO FINO (Com. de M. Gerais), PACATUBA (T. do Ceará), PAGEU' (V. de Pernambuco 1938), PALESTINA (C. de S. Paulo), PALMA (Com. de M. Gerais), PALMARES (Com. de Pernambuco), PALMEIRA (Com. de Paraná 1813), PALMEIRAS (Com. da Bahia 1864), PALMEIRINHA (V. do Paraná 1915), PALMITAL (C. de S. Paulo), PARAGUAÇU' (Com. de M. Gerais 1911), PARAÍSO (V. de S. Paulo 1888), PARAMIMIM (Com. da Bahia), PARATÍ (T. do R. de Janeiro), PARAÚNA (T. de Goiaz), PARNAÍBA (Com. do Piauí), PARREIRAS (Com. de M. Gerais), PASSAGEM (V. da Paraíba 1899), PATOS (Com. da Paraíba 1788), PATROCÍNIO (Com. de M. Gerais), PAUDALHO (C. de Pernambuco), PAULISTA (T. de Pernambuco 1559) PEDRA (Com. de Pernambuco), PEDRA BRANCA (T. do Ceará 1854), PEDRA GRANDE (V. de São Paulo 1899), PEDREIRA (C. de S. Paulo), PEDREIRAS (Com. do Maranhão), PEDRO SEGUNDO (Com. do Piauí), PENHA (V. de Sta. Catarina 1839), PERDIZES (C. de Minas Gerais), PERDÕES (T. de M. Gerais), PETROLINA (Com. de Pernambuco), PICOS (Com. do Piauí), 1851), PIEDADE (Com. de S. Paulo), PILAR (Com. da Paraíba 1670), PIMENTA (V. de M. Gerais 1866), PINDORAMA (C. de S. Paulo), PINHAL (Com. de S. Paulo), PINHEIRO (Com. do Maranhão), PINHEIROS (C. de S. Paulo), Piquete (C. de S. Paulo), PIRAI' (Com. do Rio de Janeiro), PIRANGI (C. de S. Paulo), PIRAPORA (Com. de M. Gerais), PITANGA (V. do Paraná), POCINHOS (V. da Paraíba 1815), POÇO COMPRIDO (V. de Pernambuco 1899), POMBAL (Com. da Paraíba), PONTA DE PEDRAS (Com. do Pará), PONTAL (C. de S. Paulo), PONTE ALTA (V. de Sta. Catarina 1932), PONTE NOVA (Com. de Minas Gerais), PORANGABA (C. de S. Paulo), PORTEIRINHA (C. de M. Gerais, PÔRTO ALEGRE (Cap. do R. G. do Sul), PÔRTO DAS FLÔRES (V. de M. Gerais 1840), PÔRTO FRANCO (Com. do Maranhão), PÔRTO REAL (V. do R. de Janeiro 1865), PÔRTO SEGURO (Com. da Bahia), POSSE (Com. de Goiaz), POUSO ALTO (Com. de Minas Gerais 1752), PRADO (Com. da Bahia), PRAINHA (T. do Pará), PRATA (Com. de M. Gerais), PRESIDENTE VARGAS (T. de M. Gerais), PRIMEIRA (V. Pará 1899), PRINCESA ISABEL (Com. da Paraíba), PROVIDÊNCIA (V. de M. Gerais 1874), PUREZA (V. do R. de Janeiro 1880), QUEIMADAS (Com. da Bahia), REBOUÇAS (T. do Paraná), RECIFE (Cap. de Pernambuco), RECREIO (C. de M. Gerais), REDENÇÃO (T. do Ceará), REMÉDIOS (V. da Bahia 1859), RESERVA (T. do Paraná), RETIRO (V. de M. Gerais 1850), RIACHÃO (T. do Maranhão 1808), RIACHO DOCE (V. da Bahia 1824), RIACHO FUNDO (V. de M. Gerais 1866), RIACHO VERDE (V. do Ceará 1930), RIACHUELO (T. de Serjipe), RIBEIRA (C. de S. Paulo), RIBEIRÃO (T. de Pernambuco), RIBEIRÃO CLARO (Com. do Paraná), RIBEIRÃO VERMELHO (V. de Minas Gerais 1888), RIBEIRÓPOLIS (T. de Serjipe). RIO ALEGRE (V. de Mato Grosso 1930), RIO BONITO (Com. do R. de Janeiro 1768), RIO BRANCO (Cap. do Territ. do Acre), RIO CLARO (Com. de S. Paulo), RIO DAS PEDRAS (C. de S. Paulo), RIO DO PEIXE (V. de M. Gerais 1840), RIO GRANDE (Com. de R. G. do Sul), RIO NEGRO (Com. do Paraná), RIO NOVO (Com. de M.

Gerais 1850), RIO PARDO (Com. de M. Gerais 1831), RIO PRETO (Com. de M. Gerais 1832), RIO VERDE (Com. de Goiaz), RIO VERMELHO (C. de M. Gerais), ROCHEDO (V. de M. Gerais 1882), RODÊIO (C. de Sta. Catarina), ROSÁRIO (Com. do Maranhão 1801), RUI BARBOSA (Com. da Bahia), SACRAMENTO (Com. de M. Gerais), SALDANHA (V. da Bahia 1938), SALGADO (T. de Serjipe), SALINAS (Com. de M. Gerais), SALTO (C. de S. Paulo), SALTO GRANDE (C. de S. Paulo), SANTA BÁRBARA (Com. de M. Gerais), SANTA CATARINA (C. de M. Gerais), SANTA CLARA (V. do Rio de Janeiro 1860), SANTA CRUZ (Com. do R. G. do Norte 1835). SANTA FILOMENA (Com. do Piauí), SANTA HELENA (C. do Maranhão), SANTA INEZ (T. da Bahia), SANTA ISABEL (Com. de S. Paulo), SANTA LÚCIA (V. de S. Paulo 1892), SANTA LUZIA (Com. M. Gerais 1744), SANTA MARIA (Com. do Rio Grande do Sul 1835), SANTANA (Com. da Bahia), SANTANÓPOLIS (V. da Bahia 1921), SANTA QUITÉRIA (T. do Ceará 1823), SANTARÉM (Com. do Pará 1755), SANTA RITA (Com. da Paraíba 1839), SANTA ROSA (T. do R. G. do Sul), SANTA TEREZA (Com. do E. Santo), SANTA TEREZINHA (T. da Bahia), SANTO AMARO (Com. da Bahia), SANTO ANDRE' (C. de S. Paulo), SANTO ÂNGELO Com. do R. G. do Sul), SANTO ANTÔNIO (Com. do R. G. do Sul), SANTO ESTÊVÃO (Com. da Bahia), SANTO INÁCIO (Com. da Bahia), SANTOS (Com. de S. Paulo), SANTOS DUMONT (Com. de M. Gerais). SÃO BENEDITO (Com. do Ceará), SÃO BENTO (Com. do Maranhão 1805), SÃO BERNARDO (T. do Maranhão), SÃO BRAZ (V. de Alagoas 1873), SÃO CAETANO (T. de Pernambuco), SÃO CARLOS (Com. de S. Paulo), SÃO DOMINGOS (T. de Goiaz), SÃO FELIX (Com. da Bahia), SÃO FIDELIS (Com. do Rio de Janeiro), SÃO FILIPE (T. da Bahia). SÃO FRANCISCO (Com. de M. Gerais 1877), SÃO FRANCISCO DE PAULA (T. do R. G. do Sul) SÃO FRANCISCO XAVIER (V. de S. Paulo 1892), SÃO GABRIEL (Com. do R. G. do Sul), SÃO GERALDO (V. de M. Gerais 1882), SÃO GONÇALO (Com. do Rio de Janeiro 1647), SÃO JERÔNIMO (Com. do Rio G. do Sul), SÃO JOÃO (V. de Pernambuco 1887), SÃO JOÃO BATISTA (V. de Sta. Catarina 1838), SÃO JOAQUIM (Com. de Sta. Catarina 1871), SÃO JOSE' (Com. de Sta. Catarina), SÃO LOURENÇO (Com. de Parnembuco), SÃO LUIZ (Cap. do Maranhão), SÃO LUIZ GONZAGA (Com. do Rio G. do Sul), SÃO MANUEL (Com. de São Paulo), SÃO MARCOS (V. de Rio G. do Sul 1821), SÃO MARTINHO (V. do Rio G. do Sul 1852), São MATEUS (Com. do Esp. Santo 1751), SÃO MIGUEL (Com. do Rio G. do Norte), SÃO PAULO (Cap. de S. Paulo), SÃO PEDRO), (Com. de S. Paulo 1864), SÃO PEDRO ALCÂNTARA (V. de Sta. Catarina 1844), SÃO ROQUE (Com. de S. Paulo), SÃO SEBASTIÃO (Com. de S. Paulo. 1636), SÃO SIMÃO (Com. de S. Paulo), São TOME' (T. de Rio G. do Norte), SÃO VICENTE (C. de São Paulo 1552), SÃO VICENTE FERRER (T. do Maranhão), SAPE' (Com. da Paraíba), SAPUCAIA (T. do Rio de Janeiro), SARANDI' (T. do Rio G. do Sul), SAÚDE (Com. da Bahia), SEABRA (Com. da Bahia 1915): SERRA AZUL (C. de S. Paulo), SERRA BRANCA (V. de Pernambuco 1893), SERRA GRANDE (V. da Bahia 1911), SERRA NEGRA (Com. de S. Paulo), SERRANIA (C. de M. Gerais) SERRINHA (Com. da Bahia 1891), SERTÃOZINHO (Com. de S. Paulo), SILVA JARDIM (V. de M. Gerais 1909), SILVEIRAS (C. de S. Paulo), SINIMBU' (V. de R. G. do Sul 1923), SIQUEIRA CAMPOS (Com. do Paraná 1930), SOBRADINHO (T. do Rio G. do Sul). SOCÓRRO (Com. de S. Paulo 1838), SOLEDADE (Com. do Rio G. do Sul), SOURE (Com. do Pará), SUMIDOURO (T. do Rio de Janeiro), SUSSUARANA (V. da Bahia 1899), TABAJARA (V. de Mato Grosso 1936), TABATINGA (C. de S. Paulo), TABOLEIRO (V. de M. Gerais 1866), TAMANDARE' (V. de Pernambuco 1710), TAMBAU' (C. de São Paulo), TAPEROA' (Com. da Bahia 1847), TAQUARA (Com. do Rio G. do Sul), TAQUARAL (V. de S. Paulo 1906), TAQUARI' (Com. do Rio G. do Sul), TAQUARITINGA (Com. de S. Paulo), TEIXEIRA (Com. de Paraíba), TEREZÓPOLIS (Com. do Rio de Janeiro), TESOURAS (V. do Rio G. de Sul 1921), TIBÁU (V. do Rio G. do Norte 1899), TIGRE (V. de Pernambuco 1919), TIJUCAS (Com. de Sta. Catarina), TIMBAÚBA (Com. de Pernambuco), TIRADENTES (C. de M. Gerais), TORRES (T. do Rio G. do Sul), TRAÍRAS (V. de Goiaz 1755), TRAVESSÃO (V. do Rio de Janeiro 1873), TRÊS BARRAS (V. de Sta. Catarina 1913), TRÊS IRMÃOS (V. do Rio de Janeiro 1858), TRINDADE (V. de Goiaz 1909), TRIUNFO (Com. de Pernambuco), TUIUTI' (V. de S. Paulo 1902), TUPÁ (C. de S. Paulo), TURVO (V. de Sta. Catarina 1913), UBATUBA (Com. de S. Paulo), UBERABA (Com. de M. Gerais), UBERLÂNDIA (Com. de M. Gerais), UMBU' (V. de Rio G. do Sul 1890), UMBURANAS (V. do Ceará 1833), UMBUZEIRO (Com. da Paraíba) UNA (Com. da Bahia), UNIÃO (Com. do Piauí 1853), VALENÇA (Com. do Bahia 1799) VALINHOS (V. de S. Paulo 1896), VARGEM ALEGRE (V. do Rio de Janeiro 1854), VARGEM GRANDE (T. do Maranhão), VEADINHO (V. de M. Gerais 1923), VERA CRUZ (C. de S. Paulo). VERTENTE (Com. de Pernambuco), VIAMÃO (Com. do Rio G. do Sul), VIANA (Com. do Maranhão), VIÇOSA (Com. de M. Gerais 1832), VIGIA (Com. do Pará 1693), VIRGÍNIA (C. de M. Gerais), VISTA ALEGRE (V. de M. Gerais 1890), VITÓRIA (Cap. do Esp. Santo), VOLTA GRANDE (C. de M. Gerais), XAPURI (Com. do Ter. do Acre).

Observações: 1.ª Na presente lista foram consideradas as cidades brasileiras na sua atual categoria judiciária. As modificações dessas categorias a serem introduzidas no novo quadro territorial serão objeto de comunicações especiais.

2.ª o sinal + significa que a conservação do tipônimo foi obtida pelo Estado indicado mediante acôrdo.

☆

Instituto Nacional do Pinho

REFLORESTAMENTO DAS ÁREAS DEVASTADAS DOS PINHEIRAIS — A Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho, em reunião levada a efeito no dia 21 de agôsto último, tomou várias decisões que dizem respeito ao reflorestamento das áreas devastadas dos pinheiras. Foi constituída uma comissão composta de representantes dos Governos dos Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, junto ao INP, para em articulação com os órgãos competentes dos respectivos Estados e sob a orientação do Presidente daquela entidade autárquica, traçarem um plano de grande envergadura, a ter início no próximo ano. Até então, continuará a ser executado o plano ora em curso, que compreende a instalação de núcleos florestais em terras cedidas pelos govêrnos estaduais e municipais em cada uma daquelas unidades federativas. Êsses trabalhos se acham grandemente adiantados, de modo que na próxima época da sementeira, poderão ser semeados cêrca de dez milhões de árvores, distribuídas em várias regiões do país.

A sessão da Junta Deliberativa do INP teve a presença do Ministro João Alberto, que tomou conhecimento dos resultados dos trabalhos referentes ao exercício que se vem de encerrar, manifestando a sua boa impressão e tendo, por fim, feito uma larga explanação *sôbre o pro-*

blema do reflorestamento. Compareceu, também, como convidado especial, o Sr. Manuel Ribas, Interventor Federal no Paraná.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

COLETA DE MATERIAL ZOOLÓGICO E BOTÂNICO NA REGIÃO AMAZÔNICA — EXPEDIÇÃO HERKOVITS — O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, em sessão realizada no dia 1 de junho, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 28 do mês de agôsto último, tomou conhecimento das cartas que lhe foram dirigidas pelo vice-consul americano em Manáus e o cientista Gilliard a respeito do pedido de licença para êste último realizar coleta de material zoológico e botânico na região amazônica. O expediente foi distribuido ao conselheiro Renato Almeida. Em seguida, é lido ofício do Sr. chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, encaminhando relatório do expedicionário Herkovits, expediente que é entregue ao relator do processo, conselheiro Renato Almeida. Por último, foi lida uma carta do sr. Antônio Bruno Ribeiro, do Piauí, dirigida ao sr. Presidente da República, em que pede concessão de licença para realizar estudos geológicos nos Estados do Maranhão, Piauí e Goiaz, sendo o assunto distribuido ao conselheiro Flexa Ribeiro para relatar.

ESTUDO DA ARTE ORNAMENTAL DOS ÍNDIOS AMAZÔNICOS — No dia 8 de junho último, realizou o Conselho mais uma reunião, tendo sido lido, no expediente, um telegrama do delegado do Conselho no Estado do Amazonas, comunicando que o "cientista americano regressara ao seu país sem conduzir material científico". O conselheiro Renato Almeida sugere o envio de um despacho telegráfico pedindo esclarecimento sôbre o nome do cientista em questão para evitar qualquer dúvida a respeito. Em seguida, é lida carta da senhorita Maria Alice da Fonseca Moura, convidando o Conselho para visitar a pequena exposição do material colhido em sua recente expedição e agradecendo mais uma vez a assistência que lhe foi prestada pelo Conselho. A respeito, fala o conselheiro Flexa Ribeiro tecendo comentários sôbre o material exposto pela senhorita Maria Alice e terminando, lembra a possibilidade do Conselho realizar uma expedição quando as condições de transporte e traquilidade permitirem, para estudo da arte ornamental dos índios da região amazônica. O sr. presidente tece também, algumas considerações a respeito, louvando a idéia do conselheiro Flexa Ribeiro. Novamente com a plavra o conselheiro Flexa Ribeiro declara não ter podido ainda relatar o processo referente ao pedido de licença do sr. Antônio Bruno Ribeiro, pedido que precisa ser examinado com maior atenção dados os têrmos em que foi feito. A seguir o conselheiro Renato Almeida declara ter em seu poder o relatório Herkovits a cuja tradução procede, não a tempo ainda terminado por se tratar de uma peça extensa. Finalmente o conselheiro Flexa Ribeiro propõe um voto de pesar pelo falecimento do cientista Artur Neiva, cuja biografia traça em breves palavras concluindo por sugerir a remessa de telegramas à família Neiva e ao Instituto Osvaldo Cruz, apresentando condolências e comunicando a resolução do Conselho em consignar voto de pesar, em ata.

☆

Conselho Florestal Federal

COOPERAÇÃO FLORESTAL PARA A DEFESA DAS MATAS CARIOCAS — O Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço Florestal que é órgão executivo e do Conselho Florestal, órgão consultivo, entrou em cooperação com a Prefeitura desta capital conjugando esforços em favor da causa florestal na qual êsses três ramos da administração pública tem o mesmo interêsse.

O Prefeito Henrique Dodsworth fêz há dias ao Conselho uma visita de cortezia e de cordialidade que enveredou pelo caminho prático de fecundos entendimentos em matéria florestal.

O caso das licenças para loteamento de terrenos e construções nas encostas dos morros desta Capital, que tantas vêzes tem posto em conflito a premência da expansão desta metrópole com a necessidade de conservação da vegetação alta das nossas zonas urbanas e suburbanas, ficou desde logo estabelecido em bases claras e definitivas. Além disto, o Governador da cidade solicitou àquele Conselho sugestões de ordem prática, para ajudar a administração federal, de pronta execução e custêio pelos cofres da Municipalidade em defesa das matas cariocas, moldura incomparável da capital brasileira, que, em grande parte, são do Domínio da União e estão sob a jurisdição do Serviço Florestal. Um dos elementos do órgão consultivo é o próprio chefe de Secção de Proteção das Florestas do Serviço Florestal; outro conselheiro é o chefe da secção de Parques Nacionais, especialista em reflorestamento e o diretor daquele Serviço é membro integrante do Conselho. Assim, êsses técnicos, designados pelo presidente do Conselho estão em situação especial para apresentar as sugestões solicitadas pelo Prefeito umas a respeito da mais bem aparelhada proteção das matas e outras com referência ao plano de reflorestamento das mais vastas áreas desvastadas no Distrito Federal.

O Conselho incorporado retribuíu a visita ao Prefeito, percorrendo com êle tôda a floresta da Tijuca e suas adjacências, onde estão sendo realizadas, pela Prefeitura, obras de embelezamento de caminhos e pontos tradicionais da grande mata. Ficou deliberado que serão desapropriadas, para serem reflorestadas, áreas desnudadas e em mão de particulares, que quebrem o panorama de verdura e de sombra da floresta, conforme o exame "in loco" procedido pela comitiva.

☆

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

EXPOSIÇÃO FOTO-CINEMATOGRÁFICA — Obteve completo êxito a Exposição Foto-Cinematográfica promovida pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios no edifício do Instituto Benjamin Constant e encerrada no dia 24 de setembro passado. Através do interessante certame, no qual foram focalizados os postos de proteção aos índios com suas fazendas e escolas espalhadas pelo imenso sertão, poude-se verificar o esfôrço de assistência que o Govêrno vem dando à nossa população indígena. Cumpre assinalar que o Sr. Getúlio Vargas foi o único Presidente da República que visitou uma aldeia de índios. E a nota mais curiosa do variado mostruário da exposição é, sem dúvida, constituída pelas numerosas fotografias em que se vê o Chefe da Nação, entre os selvícolas. O certame contou com a visita de numerosos estudiosos dos assuntos relacionados com a vida dos nossos selvícolas, além da presença do ministro Apolônio Sales e do sr. Luiz Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Impressões da visita ministerial — O ministro Apolônio Sales interessou-se particularmente por uma linda cabeça de índio e as vis-

tas do Rio Negro, cujos reflexos nágua dão uma intensidade igual à da própria paisagem, devido ao fato, como se sabe, de correr o rio sôbre um fundo pedregoso e escuro. Estas fotografias foram tiradas pela expedicionária Srta. Carlota Rosembaum. A exposição representou na parte moderna, os trabalhos colhidos pela expedição, que, no ano passado, foi ao sertão por iniciativa do Serviço de Proteção aos Índios dirigido pelo coronel Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcelos. A parte menos recente foi uma colaboração dos antigos serviços, exposta para que as autoridades pudessem ver o imenso manacial muitas vêzes maior que o moderno, que está guardado em arquivos próprios.

NOVA EXPEDIÇÃO AOS SERTÕES MATO-GROSSENSES — Dentro em breve partirá desta capital uma expedição sob a orientação direta do general Rondon, com o objetivo de visitar, em caráter de estudos, as tribos do Alto Paraguai: "Umutinas" e "Bororos", na margem do São Lourenço e, se houver tempo, ainda irá ao núcleo Bacaeri. O encarregado da expedição é o sr. Harond Schultz.

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O C.N.P.I. — Verificando a necessidade de intensificar os estudos científicos sôbre a vida de nossos aborígenes, o general Rondon entrou em entendimento com o sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., no sentido de anexar ao C.N.P.I. um organismo capaz de elaborar tôda a espécie de estudos científicos quanto ao meio e quanto aos homens em relação aos índios. Assim, procederam-se às demarches entre o Ministério da Agricultura e Ministério da Guerra, com a finalidade de levar para o primeiro os antigos serviços da Comissão Rondon, atualmente dirigidos pelo coronel Jaguaribe Gomes de Matos. Êsse Serviço, com a reorganização do Exército, tomou a sí o encargo dos estudos das regiões que cobrem as fronteiras. Agora a parte técnica que possue êsse serviço, tomada com a parte dos sertões, dispõe de um imenso contingente, acrescido da parte histórica, que foi colhida através de longas buscas pelos grandes arquivos do Brasil, como sejam Ministério do Exterior, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo do Exército, alguns arquivos de São Paulo e os melhores arquivos de Portugal. De maneira que a parte histórica em relação às fronteiras está realmente bem representada nêsse serviço. Além disso, à medida que o general Rondon fazia a sua penetração, no período da antiga Comissão Rondon, os estudos de história natural foram muito desenvolvidos, estudos êsses que, pela sua própria natureza, não estão ligados a nenhuma atividade do Exército. De modo que o grau especializado dêsses serviços levados a efeito em zonas longínquas sôbre os índios, a fauna, a flora e a geologia aconselhavam que tal empreendimento não ficasse parado. Assim, pois, pelo acôrdo havido entre o Ministério da Agricultura e o ministro da Guerra ficou combinado que todo o manancial da antiga Comissão Rondon passaria para o Ministério da Agricultura, ficando encartado no Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Nêsse novo setor será criado um serviço especial, que compreenderá uma Secção de Etnografia, uma Secção de Exploração Geográfica, uma Secção de Cartografia, sendo que esta última é a mesma do atual serviço de conclusão da carta de M. Grosso, serviço êsse também dirigido pelo coronel Jaguaribe Gomes de Matos. A Sub-Comissão de Etnografia ficará subordinada ao Serviço Fotográfico e Cinematográfico para colhêr a documentação no sertão, tomando conta dos estudos indígenas, do uso, e fabricação dos seus utensílios cênas naturais que se possam colhêr dos índios, e, além disso, fazer a reprodução sistemática em ponto grande de todos os trabalhos geográficos realizados pelos grandes cientistas sôbre feições quaisquer dos trabalhos indígenas e sobretudo quanto seja relativo aos índios. Êste serviço já se encontra instalado em dependências do Instituto Benjamin Constant, à Avenida Pasteur. Dessa maneira, o govêrno do Presidente Vargas, vem providenciando os meios para a adaptação, educação, assistência, nacionalização, dos nossos irmãos da selva na comunidade brasileira, não poupando para isso esfôrço nem despesas.

☆

Serviço Florestal

VISITA DO TITULAR DA AGRICULTURA — AS OBRAS DE RETIFICAÇÃO E DRENAGEM DO RIACHO DOS MACACOS. — Depois da solenidade da Festa da Árvore realizada no dia 21 de setembro último, no Jardim Botânico, o ministro Apolônio Sales visitou algumas das obras há pouco iniciadas e algumas Secções Técnicas recem-instaladas na sede do Serviço Florestal, pelo respectivo diretor sr. João Augusto Falcão. O Ministro inspecionou e informou-se detalhadamente das obras de retificação e drenagem do riacho dos Macacos, em franco andamento, na importância total de quatrocentos mil cruzeiros, tomando conhecimento "in loco" das vantagens e do alcance dos trabalhos ali em execução. Em seguida, visitou as Secções de Proteção das Florestas e de Parques Nacionais, que passaram a ocupar o histórico edifício colonial construído ao tempo de D. João VI, agora convenientemente restaurado.

O sr. Apolônio Sales percorreu ainda demoradamente as salas de expediente e gabinetes dos agrônomos que, respectivamente, chefiam aquelas dependências, com os quais palestrou indagando e sugerindo detalhes ou normas de trabalho desenvolvidos por aqueles órgãos no sentido de proteger as matas, de executar o Código Florestal em vigor, ou com a finalidade de manter, através dos tempos, a fiel representação da natureza brasileira contemporânea. Em seguida, o ministro manifestou a impressão satisfatória que lhe produzira a visita ao Serviço Florestal.

☆

Serviço de Meteorologia

CONCURSO PARA METEOROLOGISTA — O *Diário Oficial*, publicou o seguinte programa das matérias para a prova de habilitação de meteorologista, XII, extranumerário-mensalista do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, recentemente aberto pelo DASP:

A prova constará de:

Parte I — Escrita, compreendendo:

a) resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de *Algebra*.

1. Equações e sistemas de equações do primeiro grau.
2. Potências e raízes. Cálculo dos radicais.
3. Equação do segundo grau.
4. Progressões aritmética e geométrica. Logaritmos, Propriedades. Tábuas.

b) resolução de questões objetivas sôbre noções elementares de assuntos do seguinte seprograma de *Geografia*.

1. Esfera celeste: linhas e pontos da esfera celeste. Tempo verdadeiro médio e sideral.
2. Coordenadas geográficas. Primeiro meridiano. Diferença de hora. Determinação do meridiano: processos elementares.
3. Principais constelações de hemisfério sul; descrição e situação.
4. Clima do Brasil. Classificacão. Características das diversas zonas climáticas.
5. As grandes bacias do Brasil. Sistema orográfico brasileiro.

c) resolução de questões objetivas sôbre noções elementares dos assuntos do seguinte programa de *Física* e de *Meteorologia*.

1. Sistemas C.G.S. e M.T.S. Grandezas fundamentais e derivadas.
2. Magnetismo terrestre. Bússolas.
3. Pressão atmosférica. Meteoros.
4. Tempetura, umidade e vento.
5. Núvens, sua classificação.
6. Previsão do tempo. Tipos de previsão. Previsão local. Previsão de rota.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

	Pontos
Noções de Algebra, até	15
Noções de Geografia, até	25
Noções de Física e de Meteorologia, até	60

Só será considerado habilitado nesta parte o candidato que obtiver nota igual ou superior a quarenta pontos.

Parte II — Prático oral sôbre observações climatológicas, constante de:

a) temperatura, pressão atmosférica, umidade, vento, chuva e nebulosidade.

b) sondagem aerológica por meio de balão pilôto.

c) relatório e arguïção a respeito dos trabalhos executados.

Esta parte valerá até cem pontos, assim distribuídos:

	Pontos
Observações, até	60
Relatório e arguição, até	40

Só será considerado habilitado nesta parte o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos

✶

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Faculdade Nacional de Filosofia

EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — Promovida pela Faculdade Nacional de Filosofia por inspiração de seu diretor, prof. San Tiago Dantas realizou-se esta excursão, de 12 de agôsto a 1 de setembro do corrente ano. Motivou-a, um duplo objetivo a ser alcançado: I — treino dos geógrafos e particularmente dos candidatos ao doutourado à pesquisa de campo; II — inquérito regional sôbre o vale do Rio Doce, zona de enorme importância econômica para o Brasil.

O programa da excursão compreendeu as seguintes pesquisas de campo: estudos topográficos, geomorfológicos, geológicos, confiados à primeira equipe, dirigida pelo prof. Miguel Alves de Lima chefe do serviço do C.N.G. Dêste grupo fizeram parte ainda: d. Lea Lerner, funcionária do C.N.G. e candidata ao doutorado de geografia; sr. Alfredo Domingues, funcionário do C.N.G., assistente de geologia da F.N.F., candidato ao doutourado de geologia, d. Regina Pinheiro G. Espíndola, funcionária do C.N.G., assistente de geografia da Faculdade, candidata ao doutorado de geografia; Sr. Héldio Xavier Lenz César, funcionário do C.N.G.

Os estudos de climatologia, hidrografia e das relações entre êstes fenômenos e a vegetação, a fauna e agricultura foram confiados à 2.ª equipe, dirigida pelo engenheiro Carlos Junqueira Schmidt membro da comissão que elabora a *Revista Brasileira de Geografia* chefe de secção do Serviço Meteorológico Federal. Integraram-se os seguintes membros: d. Mariam Tiono, candidata ao doutourado de geografia, como secretária); d. Elza Barbosa Chaves, aluna do 2.º ano da Faculdade; Maria Terezinha de Segadas Viana, aluna do 2.º ano da Faculdade.

Os estudos de geografia humana e econômica couberam à 3.ª equipe chefiada pelo professor José Veríssimo da Costa Pereira, dos Colégios Pedro II e Andrews, membro da comissão da *Revista Brasileira de Geografia*, Secretariou-a d. Luci Guimarães de Abreu, licenciada pela F.N.F., assistente de geografia humana. Como membros tomaram parte na mesma d. Maria Yeda Leite, aluna do 3.º ano da Faculdade e Lísia Cavalcanti, aluna do 2.º ano da Faculdade.

O grupo excursionista contou ainda com dois biologistas, os professores A. G. Cavalcanti e José Antunes, da F.N.F., que fizeram um inquérito sôbre a influência dos insetos na propagação de moléstias contagiosas, colaborando ainda com os geógrafos no estudo da flora e da fauna.

Os resultados de conjunto foram coordenados pelo chefe da expedição, prof. Francis Ruellan, professor de geografia na F.N.F. assistido por d. Regina Pinheiro Guimarães Espíndola, secretária administrativa, e Fany Raquel Koiffman (candidata ao doutourado de geografia), secretária científica, que prepara uma tese sôbre parte da região percorrida.

Foram as seguintes as excursões empreendidas: 12 de agôsto, Viagem Rio-Belo Horozinte; 13 de agôsto, Visita às instalações, do Serviço Geográfico e Geológico de Minas; 14 de agosto Excursão à Serra do Curral del Rei, com destino a Nova Lima; 15 de agôsto Excursão à Lagoa Santa e Gruta da Lapinha. 16 de agôsto, Excursão a Sabará; 17 de agôsto, Viagem Belo-Horizonte-Monlevade — Visita à Usina dêste local; 18 de agôsto, Excursão ao pico do Andrade; 19 de agôsto, Excursão à Serra do Seára; 20 de agôsto, Visita a S. Domingos do Prata; 21 de agôsto, Viagem a Itabira (passagem por Nova Era), 22 de agôsto, Excursão ao pico do Cauê; 23 de agôsto, Visita à fazenda do Girau. 24 de agôsto, Excursão ao môrro da Conceição, 25 de agôsto, Visita à fazenda de Betânia; 26 de agôsto, Viagem para Governador Valadares; 27 de agôsto, Viagem para Vitória; 28 de agôsto, Visita às instalações do pôrto, à baía e ao estaleiro de construções navais de Vitória; 29 de agôsto, Excursão à planície ao N. de Vitória, parada em Nova Almeida e viagem de canoa a lagoa de Juparana; 30 de agôsto, Estudo do baixo rio Doce e volta à Vitória, após uma parada em Santa Cruz; 31 de agôsto, Partida de Vitória, via Cachoeiro de Itapemirim; 1 de setembro, Chegado ao Rio.

O ministro da Educação, Gustavo Capanema, obteve os créditos necessários e o Conselho Nacional de Geografia, num pensamento muito azado de colaboração com a Faculdade, trouxe o concurso de seus técnicos e material, graças às disposições tomadas por seu presidente, embaixador José Carlos de Macedo Soares, e seu secretário-geral, engenheiro Christovam Leite de Castro.

O êxito da expedição só foi possível graças ao entusiasmo, à discipilina e a boa camaradagem e também as facilidades que foram cedidas à excursão particularmente pela Comp. Belgo-Mineira em Sabará e Monlevade; pela Companhia do Vale do Rio Doce, em Itabira e Governador Valadares, e pelo sr. interventor do Estado do Espírito Santo, em Vitória.

Entre os problemas que mais prenderam a atenção dos excursionistas, pódem-se assinalar as condições físicas e as da exploração econômicas das grandes jazidas de ferro que se estendem de Sabará a Itabira; o aprovisionamento em combustível da indústria metalúrgica e a questão das comunicações para a expedição do minério e dos produtos industriais.

Por outro lado, a organização da Companhia do Vale do Rio Doce impõe um difícil problema de mão de obra e abastecimento em víveres.

As condições do povoamento e de vida agrícola estão em vias de radicais transformações e todos êstes grandes problemas merecem evidentemente um estudo independente de tôdas as questões que estão ligadas a interpretação do relêvo, clima e vegetação.

Do Império dos Incas às reduções do Paraguai — O sr. prof. Feder Ganz, a convite do diretor da Faculdade Nacional de Filosofia pronunciou no dia 19 de agôsto último, na mesma Faculdade, uma conferência sôbre o tema: *Do Império dos Incas às reduções do Paraguai.*

☆

Museu Histórico Nacional

DOADO PELO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS UM CALENDÁRIO AZTECA — O General Manuel Camacho, presidente do México, ofertou ao presidente Getúlio Vargas, uma reprodução, em prata, da Pedra do Sol, ou seja, o calendário azteca. Essa peça de alto valor artístico, científico e histórico acaba de ser incorporada à coleção do Museu Histórico Nacional, doada pelo presidente da República, e será objeto de rigoroso estudo para o próximo número dos Anais da Casa do Brasil.

Tonatiuh — Símbolo do Sol — Encontrada a pedra, em 1790, quando se estava pavimentando a praça situada em frente à Catedral Metropolitana do México foi colocada debaixo da torre oeste dessa catedral e daí transladada para o Museu Nacional em 1885. Pesa 57 000 libras. Tem um diâmetro de doze pés e uma espessura de mais de quatro.

Essa grande pedra do Calendário azteca foi trazida de Ayatzingo para além do Chalco. Sua gravação começou em 1479. Foi dedicada ao deus mais conspícuo da mitologia azteca — Tonatiuh — símbolo do sol. Seu transporte para a capital ocorreu no reinado de Atzayocatl. Pesava em seu estado primitivo 50 toneladas.

Constitue uma peça principal da ciência azteca. E' objeto de admiração, pelo espírito de empreendimento e engenhosidade mecânica, o transporte do imenso bloco por terra e água, sem ajuda de qualquer animal.

Êsse trabalho demonstra a grande imaginação dos aztecas que nêle engenharam a maneira de representar o tempo, criando, assim, o documento considerado como dos mais cultos das civilizações americanas e sendo um avanço de séculos sôbre os conhecimentos astronômicos europeus. Quando os espanhóis destruiram a capital azteca, o calendário foi escondido, sendo reencontrado em 1560. O temor, porém, de que êsse povo voltasse a seus cultos pagãos fêz com que êle fôsse outra vez enterrado, até 1790, quando foi colocado sob a torre da catedral e daí transportado para o museu mexicano.

Os símbolos do Calendário — No centro do calendário vê-se um círculo que rodeia a cara do sol (Tonatiuh) adornada com brincos e colar. Na franja à frente está a data de 1168 (segundo o professor Mena), que provavelmente concorda com a partida dos aztecas, do Norte. A língua, fora da boca, é o símbolo da "Luz". No círculo há quatro quadros que representam os quatro elementos: a cabeça de tigre que representa a Terra; na parte inferior, o símbolo da Água; à esquerda, o do Fogo, e, em cima, o do Ar. Na mesma ordem estão as figuras simbólicas do Outono, Inverno, Primareva e Verão. Por meio dêsses signos admite-se que a terra foi destruída em quatro diferentes ocasiões por tremores de terra, inundações, erupções e ciclones. O círculo seguinte encerra os símbolos dos vinte dias do mês, a partir do triângulo superior e pela esquerda, na seguinte ordem: Lagarto (Cipactli), Vento (Ehectli), Casa (Calli), Lagartixa (Cuetzpallin), Víbora (Coatl), Morte (Miquixtle) veado (Mazatl), Coelho (Tochtli), Agua (Atl), Cachorro (Itzcuintli), Macaco (Ozomatli), Pasto (Malinalli), Bastão (Acatl), Jaguar (Oceuotl), águia (Cuauhtli), Urubu (Cozcacuauhtli), Movimento (Ollin), Mecha ou tocha (Tecpatl), Chuva (Quiahuitl), Flor (Xochitl).

Ano de 18 meses e dias de 16 horas — O ano azteca era de dezoito meses de vinte dias ou 360 úteis, a que se somavam mais cinco extraordinários, chamados "Nemontemi" e nos quais se ofereciam os sacrifícios humanos aos deuses, para lhes apaziguar as iras. Êsses dias extraordinários estão simbolizados entre os quadros do primeiro círculo. O terceiro círculo contém cinqüenta e dois quadrinhos com cinco pontos cada um, ou 260 pontos que representam os dias no ano religioso, referido ao movimento de Venus a que chamavam Tonalamatl. O dia azteca era de dezesseis horas de noventa minutos. As oito horas do dia estão simbolizadas por oito triângulos e as oito da noite por oito projeções. Mais exteriormente e rodeando o monolito, há duas serpentes chamadas Xiuhcoatl, uma em frente a outra, com caras humanas em suas bocas, simbolizando a dupla personalidade do Criador. Nas pontas de suas caudas, sustêm a data em que foi terminado o calendário (1479). As escamas das serpentes, supõe-se, representam séculos de cincoenta e dois anos e na parte superior ao corpo podem ver-se linguas de fogo, significando que no começo de cada século havia um novo incêndio ou erupção vulcânica. Na borda da pedra há pontos que representam a Via-Látea.

O calendário não era vertical mas horizontal e na periferia do bloco se supõe que havia oito caranguejos nos quais os aztecas colocavam estacas, cuja sombra sôbre as figuras lhes ajudava a contar as horas como um relógio de sol. Alguns não consideram a pedra como um calendário, mas como um monumento dedicado ao Sol. Outros a julgam como tal por permitir comprovar dias, noites, meses, anos e séculos.

OBJETOS E DOCUMENTOS QUE PERTENCERAM AO GENERAL DEODORO DA FONSECA — Pelo sr. Dutra da Fonseca foi ofertada ao Museu Histórico Nacional uma coleção de objetos e documentos históricos que pertenceram ao Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca.

Essa remessa, com outras já anteriormente feitas pelo Sr. Dutra da Fonseca, vem enriquecer com algumas peças únicas e de subido valor histórico, a sala Deodoro, do Museu Histórico Nacional, onde ficarão em lugar compatível com os títulos do grande vulto nacional.

Foram os seguintes os objetos oferecidos: — uma gola de farda, um chapéu armado, três bonés, um talim de gala, um outro talim, uma banda, um par de esporas, um par de punhos de farda de gala, uma gola de farda de gala, um par de passadeiras, vinte e nove diplomas de diferentes Sociedades.

☆

Serviço Federal de Bio-Estatística

CENSO DEMOGRÁFICO PERMANENTE — Em entrevista concedida à imprensa desta capital, em agôsto último, o Sr. Jansen de Melo diretor do Serviço Federal de Bio-Estatística, do Ministério da Educação teve oportunidade de focalizar a importante tarefa que compete ao mesmo Serviço, salientando as vantagens decorrentes do censo demográfico permanente.

Declarou S.S.:

— Para se desempenharem do encargo de proteger e melhorar a saúde e o bem estar físico do povo, teem os serviços sanitários de se desdobrar em atividades múltiplas, em diferentes e vastos campos de ação. E' tarefa da Bio-Estatística orientar essas atividades e avaliar seus resultados. Utilizando números relativos à população, nascimentos, doenças, óbitos e outros, a Bio-Estatística (ou Estatística Vital) permite-nos acompanhar, de ano para ano e de administração para administração, o progresso do traba-

lho de saúde pública e extrair, cientificamente, do passado lições preciosas para o futuro. Em 1941 foi modificada a organização do Departamento Nacional de Saúde, ficando êle com maior atuação sôbre os problemas de caráter nacional e maior poder de coordenação das atividades sanitárias, das entidades oficiais e privadas em todo o país. Nessa ocasião, a antiga Secção de Bio-Estatística do Departamento foi substituída pelo atual Serviço Federal de Bio-Estatística, com maior projeção no âmbito nacional.

— Articulado com essa grande criação do govêrno Getúlio Vargas, que é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao qual compete a coordenação e orientação técnica de todo o trabalho estatístico, o Serviço Federal de Bio-Estatística do Departamento Nacional de Saúde vem se esforçando por obter o aperfeiçoamento do registo dos fatos vitais e a adoção de padrões bio-estatísticos em todo o país; vem estudando e publicando dados de estatística vital de particular importância, relativos ao território brasileiro; vem cuidando, pela primeira vez no Brasil, do levantamento regular de estatísticas de morbidade e mortalidade nos principais hospitais gerais do país, para melhor conhecimento da nesologia brasileira.

Em 1937, apenas 70 municípios em todo o país enviavam dados sôbre os principais fatos vitais. Já em 1942, êsse número elevou-se a 1 110, o que corresponde a 70% do total dos Municípios do Brasil.

Não obstante os resultados colhidos, reconhece o diretor do Serviço Federal de Bio-Estatística que ainda estamos longe do objetivo visado e conclue:

Mas o fato é que países mais adiantados nêste terreno, levaram muito tempo para atingir a invejável situação em que hoje se encontram. Levaram os Estados Unidos da América do Norte 53 anos para conseguir afinal, em 1933, estatísticas de mortalidade suficientemente perfeitas e completas para, todo o país e sòmente nêsse ano foi também considerado satisfatório o registo de nascimentos em todo o território, após 18 anos de esforços. Teremos de ir avançando laboriosa e gradualmente peados por condições desfavoráveis, particularmente pela dificuldade de comunicações com o interior, mas estamos grandemente animados pelo notável progresso atingido nêstes últimos anos pelo nosso país.

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria do Domínio da União

DETERMINAÇÃO DA LINHA BÁSICA DAS MARINHAS — O Sr. chefe do Serviço Regional da Diretoria do Domínio da União do Distrito Federal baixou a Portaria n.º 50, de agôsto último, fazendo recomendações na determinação da linha básica das marinhas, para cumprimento do disposto no artigo 3.º e seu parágrafo 2.º, do decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, e artigo 1.º do decreto-lei n.º 5 666, de 15 de julho de 1943.

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

CRIADOS O 14.º BATALHÃO DE ENGENHARIA E O 1.º BATALHÃO DE FRONTEIRA — Pelos decretos-leis ns. 5 769 e 5 770 de 23 de agôsto último, foram criados o 14.º Batalhão de Engenharia e o 1.º Batalhão de Fronteira que terão suas sedes, respectivamente, em Campina Grande (Estado da Paraíba) e Cascavel (Estado do Paraná).

O CINQÜENTENÁRIO DO CÊRCO DA LAPA — UM APÊLO AOS VETERANOS DE 1894 — Aproximando-se a época das comerações oficiais do cinqüentenário do Cêrco da Lapa, o govêrno tem vivo empenho em reunir tôda documentação possível relativa aos episódios marcantes que constituem aquilo que ficou na História como uma página de bravura espartana: — O Cêrco da Lapa, em 1894.

Para que essa documentação possa ser reunida e servir de subsídios históricos é necessário que todos os patriotas enfim, os próprios veteranos enviem à Comissão os elementos de que dispõem: depoimentos pessoais, relatórios, biografias, retratos, documentos de qualquer natureza, que se relacionem diretamente com os fatos que antecederam a Revolução Federalista em nosso Estado. Para que não surjam esquecimentos lamentáveis, a Comissão receberia com muito prazer a colaboração de todos, especialmente, na parte que diz respeito à relação fiel dos veteranos da Lapa, ainda vivos, que participaram da histórica defesa, aceitando também depoimentos autênticos dos mesmos, que possam trazer esclarecimentos ou detalhes interessantes do cêrco famoso.

Os remanescentes dos batalhões acadêmicos organizados em São Paulo, possuem, por certo, muita coisa digna de ser divulgada, e nêsse sentido esperam os promotores das comemorações seja o apêlo atendido pelos paulistas, bem assim como os catarinenses que tão bravamente se destacaram, também naquela época. E' extensiva a solicitação aos conterrâneos e descendentes dos inolvidáveis heróis da Lapa, — general Antônio Ernesto Gomes Carneira, coronéis Dulcídio Pereira e Amintas da Costa Barros, e seus bravos companheiros de resistência estoica: — coronel Lebon Regis, coronel Mário Tourinho, coronel Clemente Argolo Mendes, coronel Joaquim Lacerda, coronel João Pacheco, coronel Serra Martim, coronel Emílio Blum, coronel Júlio César da Silva, coronel Adalberto de Menezes, coronel Clementino Paraná, coronel Cândido Pamplona, coronel José Maria Sisson, coronel Felipe Schimidt, e tantos outros defensores da República, como Joaquim Ignácio Batista Cardoso, Espírito Santo Cardoso, êste ainda vivo e grande benemérito das reivindicações históricas da cidade da Lapa, quando ministro da Guerra, ordenando que ali fôsse sediar definitivamente uma guarnição militar, como sentinela permanente do Exército, junto ao túmulo de seus heróis.

Os interessados em qualquer divulgação e os que tiverem essa documentação ora solicitada, inclusive qualquer lembrança material, espada, farda, etc. pertencente aos veteranos de 1894, poderão encaminhar aos seguintes endereços em Minas: — ao general Raimundo Sampaio, comandante da 4.ª região militar e presidente da Comissão Oficial dos Festejos do Cinqüentenário do Cêrco da Lapa; no Rio, aos cuidados do próprio gabinete do ministro da Guerra; e em Curitiba no Paraná, aos srs. dr. David Carneiro, Saboia Côrtes, Loureiro Fernandes, respectivamente endereçados: o 1.º, avenida João Pessoa, 40; o 2.º rua Cárlos de Carvalho número 971; e o 3.º na sede do Museu Histórico Paranaense, à rua Emiliano Perneta, esquina da rua Buenos Aires. Na Prefeitura Municipal de Curitiba, no Juizado de Direito da Comarca ou no Comando do III.º Batalhão do 13.º regimento da infantaria.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Departamento do Interior e da Justiça

COMPETÊNCIA PARA A DIVISÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS — Em nome do Sr. Presidente da Re-

pública, o Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo em vista que ainda não foi expedido o Regimento do Departamento do Interior e da Justiça do referido Ministério, criado pelo decreto-lei n.º 5 630, de 29 de junho findo, assinou no dia 16 de agôsto a Portaria n.º 6 980, publicada no *Diário Oficial* de 20 do referido mês, baixando instruções sôbre as atribuições da Divisão de Assuntos Políticos (D.A.P.) da Divisão de Justiça e do diretor geral do Departamento, figurando entre as atribuições da Divisão de Justiça a Divisão Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA DO BARÃO DO RIO BRANCO — No dia 7 dêste mês, realizou-se na Esplanada do Castelo, como parte das comemorações da *Semana da Pátria*, a inauguração da estátua do Barão do Rio Branco. O ato de inauguração do monumento teve a presença do presidente da República, das delegações estrangeiras que vieram especialmente para as festividades da Independência, de todos os ministros de Estado, do corpo diplomático estrangeiro, do prefeito, do chefe de Polícia e de altas autoridades civis e militares.

Iniciou-o o ministro José Roberto de Macedo Soares, presidente da comissão executiva do monumento, lendo a ata alusiva, que está lavrada nos seguintes termos:

> " Aos sete dias do mês de setembro do ano da graça de mil e novecentos e quarenta e três, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Distrito Federal Capital dos Estados Unidos do Brasil, no local denominado Esplanada do Castelo pelo excelentíssimo senhor doutor Getúlio Dorneles Vargas, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, foi inaugurado o monumento erigido em honra da memória de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, falecido no dia dez de fevereiro de mil e novecentos e doze e que foi o grande ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Para constância deste ato é lavrala a presente Ata, que será arquivada no Arquivo Nacional". A ata está assinada pelo presidente Getúlio Vargas e referendada pelos ministros de Estado, seguindo-se grande número de assinautras.

Terminada a leitura da ata, o Sr. Presidente da República deu a palavra ao ministro do Exterior, Sr. Osvaldo Aranha, que proferiu as palavras que se seguem:

> " E' para mim uma honra fazer entrega, nesta solenidade, em nome de S. Excia. o Sr. Presidente da República, dr. Getúlio Dorneles Vargas, do monumento ao Barão do Rio Branco a esta grande metrópole e ao seu grande prefeito. Êste ato não precisa ser acompanhado de palavras. A capital da República, sabe-o S. Excia. o dr. Henrique Dodsworth, recebe o monumento de um dos maiores brasileiros, — aquele a quem o Brasil deve em grande parte, sua grandeza e sua unidade".

O prefeito Henrique Dodsworth respondeu agradecendo tão valiosa oferenda que a cidade acabava de receber e enalteceu a vida e a obra do saudoso chanceler. Ao findar o discurso do prefeito, os alunos do Instituto de Educação cantaram o Hino a Rio Branco.

Ouviu-se, a seguir, a palavra do ministro das Relações Exteriores do Chile, Sr. Joaquim Fernandez y Fernandez, especialmente convidado para a solenidade.

Encerrando a cerimônia, pronunciou o discurso oficial o Ministro Augusto Tavares de Lira, único sobrevivente dos Ministros de Estado que foram companheiros de Ministério do Barão de Rio Branco.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi representado na inauguração do monumento do Barão do Rio Branco, que por largos anos foi seu Presidente, pela sua diretoria, tendo à frente o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Querendo acentuar o caráter nacional da solenidade da inauguração da estátua de Rio Branco, o Sr. Presidente da República dirigiu o seguinte telegrama a todos os Interventores, e Governadores do Estado de Minas e Territórios do Acre e Fernando de Noronha:

> "Hoje, dia da nossa Independência, às 12 horas, será inaugurado no Rio de Janeiro o monumento ao Barão do Rio Branco. O Govêrno da República sente-se feliz e honrado em prestar essa homenagem de estrita justiça ao grande cidadão que consagrou a vida à defesa dos interêsses da Pátria e deixou o nome inesquecivelmente ligado a episódios capitais da nossa história. Em todos os recantos do Brasil a inauguração do monumento a Rio Branco deve dar ensêio a celebrações especiais, como testemunho de admiração e respeito à sua memória e à sua grande obra de patriotismo e de brasilidade. Recomendo por isso, que a presente mensagem seja transmitida a todos os prefeitos dêsse Estado. — (a) *Getúlio Vargas*".

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Instituto Nacional de Tecnologia

QUINTA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS — Por portaria de 19 de agôsto último, o diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, considerando de grande interêsse para o Instituto representar-se na Quinta Reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas e devidamente autorizado pelo sr. ministro do Trabalho, designou, afim de constituirem a delegação que representará o INT na Quinta Reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas que se realizou em Pôrto Alegre, na segunda quinzena dêste mês, os tecnologistas, classe *M*, Paulo Accioli de Sá e Silvio Fróes de Abreu; o tecnologista, classe *J*, interino. Alberto Eugênio Pastor d'Oliveira, o chefe da Secção do Material, oficial administrativo, classe *K*, Domingos Marzuratti, e os tecnologistas especializados Fernando Luiz Lobo Barbosa Carneiro e Mário Brandi Pereira.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

INSTITUIÇÃO DA "HORA DE GUERRA" — O ministro da Viação baixou em agôsto passado, a seguinte portaria:

> "O ministro de Estado, tendo em vista o despacho proferido pelo presidente da República na exposição de motivos n.º 116-SSNV, de 8 de março último, dêste Ministério, resolve designar o major Olinto de França Almeida e Sá, Jorge Oscar de Melo Flores, Marcos Valdetaro da Fonseca, engenheiro (DNEH-DNER) classe M, do Quadro I,

Antônio Ribeiro França Filho, Marcial Dias Pequeno, Alix Corrêa Lemos astrônomo classe M do Quadro Permanente do Ministério de Educação e Saúde, e Mário Leão Ludolf, representantes, respectivamente, do Conselho de Segurança Nacional, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, da Federação das Associações Comerciais do Brasil, do Departamento Nacional do Trabalho, do Observatório Nacional e da Confederação Nacional da Indústria, para constituirem a comissão incumbida de proceder a estudo completo sôbre a conveniência da instituição da "hora de guerra" em todo o território nacional".

Departamento Nacional de Estradas de Ferro

ATUALIZAÇÃO DO MAPA DO BRASIL EDITADO PELA I.F.E. — Na petição do Instituto Cartográfico, Canabrava Barreiros propondo-se a atualizar o "Mapa do Brasil" na escala 1:4 000000 editado pela extinta Inspetoria Federal das Estradas, o sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro exarou o seguinte despacho, publicado no *Diário Oficial* de 30 de agôsto último:

"A proposta não interessa ao Departamento que já tem seus trabalhos para êsse fim devidamente organizados — 17-8-43 — Valdemar Luz, diretor geral".

✱

Instituições particulares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

"O BRAZÃO DO VICE-REI D. LUIZ DE VASCONCELOS E A FIGURA DO VEIRO" — No dia 16 de setembro último, na Associação Brasileira de Educação, o sr. José Heitgen pronunciou uma conferência sôbre o tema "O Brazão do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e a figura do veiro", na qual fêz uma exposição de caráter histórico e heráldico descrevendo os brazões daquele vice-rei, ao mesmo tempo que os reproduziu em projeções luminosas.

☆

INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUÊSES

"RETRATO DO BRASIL" — No dia 15 de setembro passado, o Sr. Jaime Cortezão pronunciou, no Palácio Itamaratí, a terceira e última conferência do Curso promovido pelo Instituto de Estudos Portuguêses (Fundação José Gomes Lopes) sôbre o "Retrato do Brasil".

A conferência foi assistida pelo Ministro Osvaldo Aranha, tendo comparecido personalidades de relêvo nos círculos culturais brasileiros e na colônia portuguêsa.

Falou em primeiro lugar Afrânio Peixoto, que fêz a apresentação do conferencista, laureado historiador e geógrafo, a quem as letras portuguêsas tanto devem.

Da oração pronunciada pelo Sr. Jaime Cortezão, damos os seguintes trechos finais:

"Minhas senhoras e meus senhores.

Na Grécia antiga cada região tinha o seu deus tutelar, bucólico ou marítimo, encarnação do espírito dos seus habitantes, feito e talhado à sua imagem. As suas estatuas sagravam a terra o abençoavam os homens. E a lenda das divindades protetoras, que brotara da imaginação criadora dos poetas, acabava por inspirar os costumes e as leis, tranformando-se na exemplaridade heroica duma raça.

Roma, essa, a mãe augusta do direito, criara o deus-termo, marco inviolável, da propriedade rústica cujas estátuas sancionavam por vale e serra, com seu cunho sagrado, os limites legítimos. Face rude de fauno num tronco robusto, mas sem membros, o seu busto encimava um soco alto, que nascia do chão, como para indicar que arrancava as raízes e as simbólicas virtudes das entranhas da terra.

Também o Brasil tem os seus deuses-tutelares e os seus deuses termos. Mais aqui não foram criados pela imaginação poética dos homens e feitos á sua imagem.

Pelo contrário: criaturas vivas e reais, moldaram pela sua grandeza a imagem do Brasil. Seus vultos e virtudes aparentam-se apenas á legenda pelo que excedem, na estatura, no génio ou no devotamento, a comum craveira dos humanos.

Ao norte, na Amazonia, resto desmesurado do Cáos, Lobo de Almada vai desde o cabo norte ao Javarí, da barra do Negro às contravertentes do Orinoso, vara as selvas, galga as montanhas, enterra-se até ao peito na vasa dos furos; e, devorado pela fome da grandeza, molda com as mãos úmidas de terra a imensa fronte da criatura brasileira.

Ao centro, Ricardo Serra desbrava os invios sertões do Mato Grosso, sulca-lhe os rios, palpa-lhe os sêrros e chapadas: talha o tronco do ser imenso: e, como se fôsse a alma dêsse peito, repele a arremetida do invasor com vozes e feitos de Camões.

Ao sul José Saldanha, bandeirante e astrónomo, soldado e matématico, percorre em todos os sentidos o Rio Grande do Sul; demarca-o, descreve-o, mapeia-o; finca contra o Rio da Prata, os pés do Brasil, que, ao fim esmagam as Missões, que êle comanda e reinvindica pelos direitos dos limites naturais e da conquista.

Vêem depois os deuses termos ou um só em quatro encarnações;

Alexandre de Gusmão o deus-termo secreto, que debuxa, como Miguel Ângelo, nos solitários andaimes da Capela Sixtina, o seu Brasil gigantesco e monstruoso: o clarão da Ponte-Ribeiro, o deus-termo dos Arquivos: Joaquim Nabuco, o helênico deus-termo das fronteiras do norte, a quem um laudo injusto deu a severa grandeza dos que são vítimas da injustiça: a finalmente, o barão do Rio Branco o deus-termo de tôdas as fronteiras, marcado verdadeiramente pelo sêlo da omnipotência, cuja grandeza irradia da conciência olímpica e da eloqüência lacónica de mestre, com que afirmou os direitos do Brasil.

Deuses tutelares ou Termos do Brasil, êles estendem para sempre a sombra sagrada e protetora sôbre todo o território, desde os cumes do Roraima às coxilhas do Rio Grande. Entre uns e outros, brasileiros ou portuguêses a minha admiração não distingue. E' difícil onde termina uma e começa a obra dos outros. Pouco importa, se ela existe, a descrença dos céticos ou dos herejes. Hoje ou amanhã, êles vão erguer-se, nas aras das duas pátrias, para a celebração do mesmo culto".

O ministro Osvaldo Aranha encerrou a sessão, felicitando o sr. Jaime Cortezão "que estava ensinando o Brasil aos próprios brasileiros". Enalteceu a obra cultural, que é o Instituto de Estudos Portuguêses, do Liceu Literário Português, fundação Gomes Lopes e por último referiu-se elogiosamente ao diretor do Instituto, Sr. Afrânio Peixoto, que trabalha "para melhor e mútuo conhecimento e compreensão entre os dois povos do mesmo sangue e da mesma alma", era o "leader" prestigioso, incontestavelmente, a quem todos os brasileiros deviam ser gratos pelo esfôrço que vinha fazendo para integrar, cada vez a família brasileira na conciência de sua nobilíssima ascendência portuguêsa. O ministro Osvaldo Aranha foi calorosamente aplaudido.

★

HISTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

HOMENAGEM À MEMÓRIA DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde há muitos anos presta uma homenagem, no dia 7 de setembro, à memória da Imperatriz Leopoldina cobrindo de flores o seu túmulo, no Panteon do Convento de Santo Antônio. Desde alguns anos a sra. Darcí Vargas, associando-se à piedosa romaria, deposita no túmulo de Dona Leopoldina um ramo de orquídeas, flores preferidas pela esposa de D. Pedro I.

Êste ano, no dia 7 de setembro, às 10 horas da manhã, acompanhada de vários sócios do venerando sodalício, compareceu incorporada ao Convento dos Franciscanos, a Diretoria do Instituto Histórico composta dos srs. embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo; ministro Augusto Tavares de Lira; ministro Rodrigo Otávio e sr. Alfredo Nascimento e Silva, vices-presidentes; sr. Pedro Calmon, orador oficial, sr. Virgílio Corrêa Filho e sr. Feijó Bittencourt, secretário e capitão de Mar e Guerra Radler de Aquino, tesoureiro.

Representando a sra. Darcí Vargas, a sra. Matilde Fonseca de Macedo Soares despositou no túmulo da Imperatriz Leopoldina um ramo de orquídeas.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o sr. Virgílio Corrêa Filho, 1.º secretário como tradicionalmente fazia o saudoso secretário Perpétuo sr. Max Fleiuss, pronunciou algumas palavras alusivas à tocante cerimônia. Em nome do Convento de Santo Antônio falou Frei Basílio Rower.

ORIGINAL DE UM PREFÁCIO ESCRITO PELO SR. MAX FLEIUSS PARA A "FORMAÇÃO DA PATRIA" — No dia 10, de setembro realizou-se no Instituto, com a presença do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente dêsse sodalício, uma solenidade de grande significação histórica e cultural, com a entrega ao Instituto, pelo sr. coronel Luiz Carlos da Costa Neto, do original de um prefácio escrito e autografado pelo sr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto e considerado um dos seus últimos trabalhos, feito especialmente para a edição em livro, da "Formação da Pátria", que é uma síntese da história do Brasil, do Barão do Rio Branco, todo ilustrado, em quadrinhos para educação da infância.

Iniciando a cerimônia o coronel Luiz Carlos da Costa Neto, superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, pronunciou algumas palavras, lembrando que, ao lhe ser confiado pelo presidente Getúlio Vargas a administração de "A NOITE", desde logo considerou a necessidade da educação da infância pela imprensa, adquirindo então, a Emprêsa Editora do "Suplemento Juvenil". Entregando a orientação educativa dessas publicações a figuras de projeção, teve a ventura de vêr uma das obras que mais honravam a sua emprêsa, revista e prefaciada pelo sábio sr. Max Fleiuss, personalidade eminente e tão cara para aquela casa. No momento fazia entrega ao Instituto Histórico, encadernado em pergaminho, um original daquele trabalho e aproveitava a oportunidade para oferecer à família do homenageado, alí representada pela sua filha senhorinha Maria Carolina Max Fleiuss, de uma lembrança. Respondendo, falou o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que declarou ser duplo o aspecto daquela manifestação de amizade do cel. Costa Neto para com o Instituto Histórico, aliando o lado cultural ao do sentimento. Agradeceu, por fim tôdas essas provas de veneração a memória de Max Fleiuss.

Estiveram também presentes o vice-presidente ministro Augusto Tavares de Lira, cel. Jonas Corrêa, drs. Virgílio Corrêa Filho, Feijó Bittencourt, Cláudio Ganns, Teixeira de Freitas, Urbino Viana, capitão de mar e guerra Radler de Aquino, cel. Santos Araujo e Adolfo Aizen, diretor de "Suplemento Juvenil".

SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO CARDIAL D. LEME — Sob a presidência do sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente Perpétuo, realizou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 17 de setembro último, uma sessão especial em homenagem ao saudoso sócio benemérito, Cardial Dom Sebastião Leme.

Abrindo a sesão o presidente, sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pronunciou a seguinte alocução:

"O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realiza hoje sessão especial em homenagem ao saudoso sócio benemérito o Eminentíssimo Sr. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, o segundo Cardial benemérito.

Desde o ano de 1928 Dom Sebastião Leme fazia parte do nosso sodalício. Sua proposta recebeu parecer favorável assinada por grandes nomes do Instituto Histórico: Barão de Ramiz Galvão, Ministro Augusto Tavares de Lira, Dr. Miguel de Carvalho e Dr. Max Fleiuss. Como relator o nosso saudoso Secretário Perpétuo exaltou as excelsas qualidades morais e intelectuais do, na época Arcebispo de Pharsalia, coadjutor do Rio de Janeiro, e salientou entre outros trabalhos de natureza histórica famosa circular em que Dom Leme aconselhava a defesa do patrimônio artístico e histórico das igrejas brasileiras. Na sessão de 14 de abril de 1942 foi o grande Cardial Dom Sebastião Leme eleito sócio benemérito do Instituto Histórico.

Todos desta casa ansiavam por tomar parte nessa sessão especial em homenagem ao saudoso Dom Leme. Esperavamos realizá-la por ocasião do primeiro aniversário de seu falecimento. Acontece que tendo sido eleito sócio honorário o ilustre Sr. Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, confiamos ao grande orador a missão de fazer o elogio daquele que tantas vêzes honrou com sua presença as nossas sessões. Desgraçadamente perdemos também o nosso novo consócio. Mas a sua morte não impediu de ouvirmos a sua oração eloqüentíssima. Dom José Gaspar deixou escrito o formoso discurso que vai ser lido pelo nosso sócio benemérito o Sr. Dom Aquino Correia, depois de falar o orador oficial do Instituto Histórico. Tem a palavra o Sr. Pedro Calmon".

Em seguida fêz-se ouvir o orador do Instituto Histórico, que disse:

"Do inesquicível Cardial Dom Leme deverá falar hoje o notável arcebispo Dom José Gaspar de Afonseca e Silva. Quiz Deus que a homenagem de respeitosa saudade consagrada ao primeiro se estendesse ao segundo, para que pranteassemos conjuntamente dois altos prelados, glórias da igreja, brasileiros heróicos nas suas virtudes exímios, pastores ilustres, lúcidos e amados, cuja autoridade floresceu em atitudes memoráveis. Deles dirá quem melhor, no Instituto Histórico, poderia interpretar-lhes a vida e o pensamento, outro arcebispo, ornado, como êles, de letras consagradas e humanas, também poeta, igualmente responsável por um vasto govêrno espiritual, vibrante de *ahelos patrióticos*, nobre campeão de idéias — e além disso, brilhante orador acadêmico. D. Francisco de Aquino Corrêa faz as vêzes de seu eminente confrade desaparecido, lendo-lhe o discurso, de elogio e justiça ao bom Cardial. Nessa substituição revemos o sentido da inteligência imortal, senão o destino da Igreja eterna. Irreparável perda foi sem dúvida a do antístico jovem e eminente que tinha robustez mental e a humanidade magnifica dos grandes bispos evangelizadores. Mas importa principalmente a continuação. A sobrevivência. A responsabilidade que se preserva, que se valoriza. A herança moral. As mensagens que vencem a morte. O sôpro divino da inspiração que as ditou. fora do tempo e do espaço o seu caráter permanente. O legado imaterial que contém. A sua beleza e a sua verdade. O que melhor há na vida, que é a sua projeção além dela. O exemplo, a palavra, a convicção. Redivive esta o autor na imperecível harmonia de sua arte. Um discurso pode ser um testamento. Também um argumento contra a morte. Nêste caso o é. Pretendia provar as razões da perene lembrança do cardial de grata memória. E exibe as razões da perpétua recordação do arcebispo que o compreendeu e o seguiu. Êsse documento primoroso e duplamente biográfico, tem de ser lido como uma página excepcional da história religiosa do país. E' uma página de antologia literária. Na sua eloqüência palpita um coração que já não pertence à terra, porém à História e à Pátria. Pensamos em frei Luiz de Souza a contar a existência simples e benévola do arcebispo D. fre. Bartolomeu... "E' louvor de ambos"!.

O Bispo da cidade de São Paulo, D. José Gaspar de Afonseco e Silva que se incumbira do elogio do cardial brasileiro D. Sebastião Leme, não pôde pronunciar a sua oração que ultimara dias antes de perecer em doloroso acidente que enlutou o coração do país.

E para vir à tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recitar à última página que escreveu Dom José Gaspar de Afonseca e Silva o presidente Macedo Soares convidou o sócio benemérito D. Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, que teve ocasião de fazer ouvir-se num dos mais belos retratos de um grande vulto da Igreja".

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Correia Filho, Ernesto de Sousa Campos, Dom Aquino Correia, Radler de Aquino, Nelson de Sena, Afonso de Ecragnole Taunay, Thiers Fleming, Edmundo da Luz Pinto, Feijó Bitencourt, Padre Serafim Leite, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Christovam Leite de Castro, Frei Pedro Sinzig O. F. M., Alfredo do Nascimento, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Pedro Calmon, José Luiz Batista, Leão Teixeira Filho, Elmano Cardim, Cândido Mariano da Silva Rondon, Jônatas Serrano, Herbert Canabarro Reichardt, Levi Carneiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sílvio Rangel de Castro, Alfredo Valadão.

A mesa ficou assim constituída: Presidente, Macedo Soares; General Firmo Freire, representante do Sr. Presidente da República; S. Eminência Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro; Monsenhor Aloísio Marsela, Núncio Apostólico; Padre Leonel Franca, Monsenhor Rosalvo da Costa Rego; Ministro Heitor Varadi, representante do Clube Naval; Drs. Amoroso Lima e Virgílio Correia Filho, 1.º secretário.

Fizeram-se representar os Srs. Ministros Marcondes Filho e Sousa Costa, e o Prefeito Henrique Dodsworth. Compareceram entre outras pessoas os srs. Don Benedito de Sousa, Bispo de Olinda; Dr. Joaquim Moreira da Fonseca; João de Paranaguá Moniz, Álvaro de Sousa, representante do Inst. Histórico de Santa Catarina; General Azeredo Coutinho, Tte. Alves Velho, representante do Sr. General Maurício Cardoso; Major Jair Gomes, representante do Sr. Chefe de Polícia major J. Ulha, representante do Prefeito do Distrito Federal; Monsenhor Gonçalves de Rezende, representante do Sr. Vilhena de Morais, Diretor do Arquivo Nacional; Dr. Carlos Kiehl, presidente do Centro Paulista, representante do Sr. Comandante da Palícia Militar; Dr. Alfredo Soares, pelo Clube de Engenharia; Dom Mamede; Dom André Arcoverde; Manuel Teixeira Soares, pelo Embaixador de Portugal; Monsenhor Mac Dowell e muitas outras altas personalidades da igreja e da sociedade.

— O Dr. E. Vilhena de Morais, diretor do Arquivo Nacional, nomeou para representar a Repartição na mesma sessão solene uma comissão composta dos srs. Pandiá H. de T. Castelo Branco, Bibliotecário, Devanir de Lima Gil, Secretário, Aristides Leal Coelho da Rosa, chefe da Secção Administrativa e Eugênio Timóteo de Barros, arquivista.

PROPOSTO PARA SÓCIO O PADRE LEONEL FRANCA — Ao serem encerrados os trabalhos da sessão acima, o sócio efetivo Sr. Cláudio Ganns, depois de justificá-la, leu a seguinte proposta:

"Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o autor da *História da Filosofia*, Padre Leonel Franca, atualmente Reitor das Faculdades Católicas.

Tal circunstância basta para lhe evidenciar os méritos, caso não constituissem os livros que elaborou, provas cabais de quanto já contribuiu para realçar a cultura nacional, mediante obras didáticas como também acerca de questões sociais.

Tão alto lhe cresceu a fama que ao comemorar o 4.º Centenário do nascimento do Padre José de Anchieta, o Instituto lhe solicitou a colaboração, expressa em primorosa conferência proferida a 19 de Março de 1934.

Adquiriu, desde então, direito a ingressar-lhe no quadro social, justificando assim a presente proposta. Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1943 — *José Carlos de Macedo Soares, Dom F. Aquino Correia, Augusto Tavares de Lira, Oliveira Viana, Padre Serafim Leite, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Radler de Aquino, Frei Pedro Sinzig. O. F. M., Alfredo Nascimento, Feijó Bitencourt, Thiers Fleming, Henrique Carneiro Leão, Teixeira Filho, Emílio Fernandes de Souza Doca, Pedro Calmon, Jônatas Serrano, Edmundo da Luz Pinto, Afonso de E. Taunay, Nelson de Sena; Christovam Leite de Castro, Jerônimo Avelar Figueira de Melo; Herbert Canabarro Reichardt, José Luiz Batista, Carvalho Mourão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Ruben Rosa, Bernardino de*

Souza, Elmano Cardim, Rodolfo Garcia, Wanderlei Pinho, J. Matoso Maia Forte, Afrânio Peixoto, Alcindo Sodré, E. Vilhena de Morais, Noronha Santos.

A proposta foi encaminhada pelo Sr. Presidente à Comissão de Admissão de Sócios.

A CRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS — CARTOGRAMA DE DIVISÃO MUNICIPAL DO BRASIL — Ainda na mesma sessão, o sócio efetivo Sr. Thiers Fleming propôs fôsse enviado ao Presidente da República telegrama de felicitações, pela recente criação de cinco territórios federais.

Foi a seguinte a proposta do Sr. Thiers Fleming:

"Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Eminente Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — Considerando meu telegrama à Sua Excelência o Sr. Presidente Dr. Getúlio Vargas: — "Tenho subida honra grande prazer apresentar Vossa Excelência muito respeitosos cumprimentos criação mais cinco territórios federais. Cartograma atual divisão municipal Brasil brilhantemente editado Conselho Nacional Geografia evidencia ter sido medida administrativa alto alcance patriótico". Considerando a aprovação por aclamação da Sociedade de Geografia às propostas de felicitações: I — A Sua Excelên- o Sr. Presidente da República — pela criação de mais cinco territórios federais — medida administrativa de alto alcance patriótico, e II — Ao Conselho Nacional de Geografia — pela publicação de Cartograma de Divisão Municipal do Brasil de real utilidade — tenho a honra e o prazer de pedir ao Egrégio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seu reconhecido prestígio, também felicitar à Sua Excelência o Sr. Presidente da República e ao Conselho Nacional de Geografia pelos motivos acima expostos".

A proposta acima, dada a relevância do assunto, foi encaminhada pelo Sr. Presidente à Comissão de Geografia do Instituto.

MOVIMENTO DAS DIVERSAS SECÇÕES — Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mês de agôsto próximo findo:

Biblioteca — Obras oferecidas, 18; Revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 79; Catálogos de bibliotecas nacionais e estrangeiras recebidas, 2.

Archivo — Documentos consultados 138.

Mapoteca — Mapas consultados, 30.

Museu Histórico — Visitantes, 53.

Sala Pública de Leitura — Consultas, 422.

Secretaria — Ofícios, cartas e telegramas recebidos, 218; Ofícios, cartas e telegramas expedidos, 387.

Realizou o Instituto, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, uma sesão ordinária na qual fêz uma conferência o Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, sob o tema *Minha passagem pelo Senado.*

★

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

O 75.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — A 10 de setembro de 1868 fundava-se, no Rio de Janeiro, o Liceu Literário Português, por um grupo de portuguêses desejosos de colhêr ensinamentos que lhes facilitassem a vida prática.

Dezesseis anos depois, inaugurava a sua sede própria, no local onde hoje se ergue o edifício da *"A Noite"* A essa sessão presidiu o Imperador D. Pedro II.

Duas décadas após era assinada na sua sede, pelo presidente Rodrigues Alves, a ata da inauguração das obras de construção da Avenida Central e em conseqüência da demolição do seu edifício, mudou-se o Liceu para onde existe atualmente sua sede na rua Senador Dantas. Um incêndio fêz surgir o grandioso edifício atual, inaugurado a 10 de setembro de 1938, em solenidade presidida pelo Chanceler Osvaldo Aranha.

Decorridos três quartos de século de uma existência consagrada ao ensino gratuito, as estatísticas acusam que pelas suas aulas passaram 69 158 alunos, de tôdas as idades, sendo 41 879 brasileiros, 26 056 portuguêses e 1 225 de outras nacionalidades.

A obra educacional do Liceu atingiu, depois de 1938, a eclosão de inúmeros serviços prestados à cultura em geral, salientando-se a recente iniciativa: a criação do Instituto de Estudos Portuguêses (Fundação José Gomes Lopes), sob a direção intelectual do acadêmico Afrânio Peixoto.

E' presidente perpétuo do Liceu o Comendador José Rainho da Silva Carneiro.

Comemorando a data, realizou o Liceu uma sessão solene, presidida pelo Embaixador de Portugal, Sr. Martinho Nobre de Melo. Foi orador oficial o jornalista Paulo Filho, diretor do "Correio da Manhã", seguindo-se na tribuna o Coronel Homero Maisonete, professor do Liceu e antigo professor de Tática Militar. A festa encerrou-se com um concêrto da pianista polonesa Felícia Blumental.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

"NEGROS MINAS E GEGÊS NO MARANHÃO" — A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, sob a presidência do professor Arthur Ramos, realizou, no dia 11 de agôsto passado, no auditório da Faculdade Nacional de Filisofia, mais uma das suas reuniões habituais, e de cuja ordem do dia constou uma interessante comunicação do professor Nunes Pereira, sôbre *Negros minas e gegês no Maranhão,* com a revelação de aspectos novos e de vivo interêsse para os estudos africanistas.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

7.ª SESSÃO ORDINÁRIA — No dia 2 de setembro último, realizou a Sociedade de Geografia a 7.ª sessão ordinária da Diretoria e Conselho Diretor.

A sessão foi presidida pelo Ministro Almirante Raul Tavares tomando parte na mesa os Srs. Taciano Acioli Monteiro, Carlos Domingues João Ribeiro Mendes, e Epitácio Monteiro Pessoa. Lidos a ata da sessão anterior e o expediente, foi procedida a leitura das propostas de inscrição ao quadro social pelo Secretário Geral. Em seguida, o Presidente deu a palavra ao Sr. Francisco de Sousa Brasil, que como membro da comissão nomeada para organizar o programa das comemorações do Sexagésimo aniversário da instalação da Sociedade, comunicou que o mesmo já estava elaborado, devendo destacar-se a homenagem que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística prestará à So-

ciedade na sessão solene no próximo dia 16 em comemoração àquela data. O Cmte. Luiz Alves de Oliveira Belo comunicou ao plenário que tendo sido visitado pelos srs. Visconde Carnamide e Almirante Gago Coutinho afim de solicitar-lhe a aquiescência para a Academia de Ciências de Lisboa publicar os mapas e a sua conferência sôbre o local exato dos fundeadouros da frota de Cabral, requeria a Sociedade de Geografia na qualidade de seu representante na aludida questão a necessária permissão. A proposta do Cmte. Oliveira Belo foi unânimemente aprovada por uma salva de palmas, visto que a Sociedade só poderia orgulhar-se de ver trabalhos dos seus membros divulgarem a cultura brasileira. A seguir o Sr. João Ribeiro Mendes fêz nova comunicação a respeito de seus estudos sôbre Alexandre Rodrigues Ferreira e o Sr. Carlos Domingues comunicou que já se acha em plena atividade a tarefa de organzação e catalogação da Biblioteca da Sociedade, sendo depois encerrada a sessão.

A SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO — Comemorando o 60.º aniversário de sua fundação, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro realizou no dia 16 uma sessão solene, presidida pelo Ministro Almirante Raul Tavares.

O presidente declarou aberta a sessão pronunciando breve discurso no qual aludiu à data festejada, terminando por ressaltar os auxílios recebidos pela Sociedade do govêrno do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e especialmente do seu órgão especializado o Conselho Nacional de Geografia.

Em seguida deu a palavra ao Sr. Francisco de Souza Brasil, que discorreu sôbre a vida da Sociedade, relatando as iniciativas de ordem científica e cultural que a mesma tem patrocinado em pról da ciência, cultura e educação nacionais. Em prosseguimento falou o Sr. Christovam Leite de Castro que fêz um retrospecto das atividades geográficas do passado e do presente e apresentou as saudações do Conselho Nacional de Geografia.

Falaram ainda o comandante Thiers Fleming, que propoz à Assembléia a aprovação dos seguinets votos: telegrama de congratulações com a Presidência da República pela criação de cinco novos territórios no quadro da redivisão territorial do Brasil e um voto de felicitações ao Conselho Nacional de Geografia pela conclusão dos notáveis cartogramas que já se acham em distribuição. Ambas as propostas foram aprovadas por aclamação. O major Jônatas Correia pediu depois a palavra para falar sôbre o trabalho das Comissões Demarcadoras de Limites no domínio da cartografia. O Sr. Taciano Acioli Monteiro falou sôbre alguns fatos que antecederam a fundação da Sociedade de Geografia e o Sr. Severino Alves de Souza fêz um breve relato sôbre a terra e a gente do Brasil. Às 19 horas, nada mais havendo a tratar, o presidente renovou os agradecimentos ao Conselho Nacional de Geografia pelo brilhantismo da homenagem prestada à Sociedade, congratulou-se com os presentes e deu por encerrada a sessão.

*

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE SOCIAL — REGIME DE TERRAS EQUITATIVO — A PROPRIEDADE DA TERRA E A AGRICULTURA — A VENDA DE TERRAS RURAIS EM PRESTAÇÕES NA CAPITAL DA REPÚBLICA — UM DISCURSO DO SR. ARTUR TORRES FILHO — No dia 17 de setembro último, realizou-se a primeira reunião na nova sede da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo sido inaugurado o retrato do Sr. Antônio Ennes de Sousa fundador e primeiro presidente da Sociedade. Falou o Sr. Artur Torres Filho, vice-presidente em exercício, que pronunciou o seguinte discurso:

"Está no conhecimento de todos o rude golpe por que passou a nossa Sociedade, com o incêndio que, no noite de 9 de julho dêste ano, reduziu a escombros o edifício em que, provisòriamente como aqui, tinhamos a nossa sede.

O tempo decorrido, desde aquela noite fatal, nós, diretores e funcionários da Sociedade Nacional de Agricultura, o empregamos para reconstituir o nosso ambiente de trabalho, afim de prosseguirmos na senda do quase meio século de serviços à agricultura do Brasil. Pouco mais de dois meses decorreram e já nos encontramos instalados, prontos a continuar os nossos esforços, não só na parte material da instituição, como na sua projeção exterior — pelas iniciativas de que se tornou pioneira, pela propaganda, pela animação da vitalidade da classe, pela cooperação com os poderes públicos.

A época que atravessamos leva-nos, até, a descuidar um pouco de nossa própria sede e instalações, e a dedicar o melhor de nossos esforços em benefício da Nação, empenhada numa guerra em que todos os brasileiros têm de participar com a sua cooperação — seja nas fileiras, no campo, nos gabinetes.

Seja êste momento de reinício de nossa atividade a ocasião de um apêlo para que nós, os da Sociedade nacional de Agricultura, redobremos os nossos esforços, principalmente para congregar a classe rural — ponto de partida de nossa capacidade militar, fonte de suprimento das indústrias bélicas, nossas e de nossos aliados, manancial de que nos teremos de valer, e cada vez mais, para o nosso próprio suprimento alimentar, como de outros povos, como nós empenhados na contenda.

Foi sempre êsse um de nossos maiores anhelos — o de congregar os milhões de brasileiros que trabalham a terra e os campos. Outros empreendimentos, igualmente dificultosos, foram vencidos pela tenacidade e pela continuidade das administrações desta casa. Valeria a pena lembrar o caso do álcool-motor, o do pão mixto, do crédito agrícola, dos congressos, exposições agropecuárias, de cooperativismo, da sindicalização da classe agrícola. Muitos dos seus maiores entusiastas, todos necessàriamente partidos de nossas fileiras, já hoje não existem. Mas a realidade nos dá ânimo para que não desistamos, porque se todos aqueles problemas foram alcançados, porque o não será êste, justamente numa época em que a idéia de classe é predominante, e que as soluções econômicas necessàriamente obrigam a considerar a profissão, como fator prepondenrante e até indispensável?

Arregimentar a classe deve ser o nosso objetivo nesta fase de reinício de nossas atividades.

Batemos até aquí nessa tecla e continuaremos a mostrar a sua necessidade, sobretudo agora, em que a Nação tem de procurar nos recursos de sua agricultura e criação os suprimentos que não mais pode esperar do comércio importador.

A industrialização, por outro lado, precisa ser embasada numa agricultura organizada. E organizar a agricultura impera, primeiro, em organizar os agricultores.

Logo que o Brasil se declarou em guerra contra as potências do Eixo, num largo apêlo a tôdas as administrações e sobretudo encaminhado às municipalidades, lembramos a conveniência de se organizar em cada município, sob os auspícios do respectivo prefeito, um núcleo de lavradores, um comité que estudasse as principais necessidades da lavoura e criação locais, constituindo um ponto de partida de um órgão orientador e propulsor das atividades econômicas da localidade.

Com isto, iamos ao encontro da orientação oficial, quando, considerando a situação de desigualdade dos lavradores e criadores em relação aos profissionais da indústria e do comércio, resolveu organizar uma comissão especial para enquadrar na vida sindical o homem do campo. A nós, distinguidos pelo Exmo. Sr. Presidente da República para presidir a dita comissão pareciamos indispensável "sentir" a capacidade organizativa da classe por meio dêste ensaio que, ademais, teria a vantagem de prepará-la para a sua maioridade profissional, através dos sindicatos, suas uniões e federações

Êsse movimento será agora reencetado com maior tenacidade e nêste sentido, na qualidade de 1.º Vice-Presidente em exercício nesta Casa, lanço novamente um apêlo às municipalidades do Brasil, afim de que colaborem nessa obra de redenção que, com o crédito agrícola tão auspiciosamente iniciado, e a organização da propriedade rural em bases justas — pela condenação legal do latifúndio — formará o triângulo sôbre o qual assistiremos ao surto e emancipação de nossa agricultura.

A nossa revista, cujo primeiro número veiu a lume em janeiro de 1897, abriu com um artigo preconizando o crédito. Quarenta anos mais tarde vimos o atual govêrno, tendo à frente o benemérito Sr. Getúlio Vargas, beneficiar a lavoura com êsse indispensável elemento de produção.

Mas, sem um regime de terras equitativo, capaz de prender o homem à gleba, nada ou muito pouco se conseguirá. Temos em mente as palavras de S. Excia. o Sr. Presidente da República, quando declarou que "povoar e sanear não é tudo. Faz-se mister também prender o homem ao solo, o que sòmente se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio. Quem labora e cultiva a terra nela deposita a sementeira e alicerça a casa — abrigo da família — deve possuí-la como seu proprietário".

Seguindo essa orientação, assistimos há pouco a idéia de S. Excia. frutificar no Congresso Jurídico Nacional através de uma tese do Sr. Eurico de Sá Pereira. Por ela, "tôda propriedade agrária, salvo as próprias para a criação de gado e já em uso, cuja área exceder a uma certa medida em alqueires geométricos, a ser fixada em lei ordinária declarada improdutiva no todo ou em maior parte, se o dono não puder cultivá-la ou explorá-lo, passará a ter o auxílio técnico e financeiro da União. Mas se êsse dono se obstinar no latifúndio, a União, sem qualquer obrigação de o indenizar, loteará a dita área, total ou parcialmente, e gratuitamente fará a adistribuição para fins econômicos entre pequenos lavradores, brasileiros natos ou naturalizados. A prova de que êstes já não possuem terras será indispensável. Nem lhes será concedido mais de um lote, competindo-lhes, necessárias à conservação das águas serão respeitadas".

Essas, em resumo, as medidas propostas — o que de certo modo, viriam atender à precária situação do lavrador que, na maioria dos casos, não é o dono da terra. Cabem-lhe, quase sempre, os onus da benfeitoria e dos prejuizos tão comuns na faina agrícola. Tivemos ocasião, no Conselho Federal de Comércio Exterior, de examinar um fato concreto de latifúndio na Capital do país então, de propor ao govêrno certas medidas de caráter local, que poderiam ser aplicadas às demais regiões do país. A nossa proposta foi aprovada e, por ela, deveria ser organizado o cadastro das propriedades rurais, e oferecidas garantias aos que trabalham a terra.

Ao examinar a questão, pude verificar que a venda de terras rurais em prestações, na própria Capital da República, não havia sido ainda objeto de nenhum estudo especial, ficando ao arbítrio das partes contratantes — e isto quer dizer do proprietário ou vendedor — as obrigações assumidas. No caso focalizado, tratava-se de contratos verbais em que os arrendatários eram despejados sem direito a indenização nem mesmo pelas benfeitorias!

E' essa ainda a situação vigente no país e esperamos que o Govêrno dará ao caso a atenção merecida.

Sem a propriedade da terra não pode haver agricultura. O latifúndio econômico tem sido um dos maiores males do Brasil e se bem que em grande parte se deva a sua ocorrência à pequena densidade demográfica do país não é êste evidentemente, o caso dos centros como o Distrito Federal, densamente povoados e onde a ação protetora dos governos mais se faz sentir. Deve o atual regime de terras ser responsabilizado em grande parte pela desorganização da produção de gêneros alimentícios, necessários ao consumo das populações das grandes cidades. Êste assunto, de resto, tem sido cuidado por esta Sociedade com um interêsse todo especial, sendo de notar o memorial há cêrca de dois anos entregue ao Sr. Prefeito do Distrito Federal, em que focalizavamos, num plano geral, êsse e outros aspectos prementes da questão.

Mas não temos sido apenas teóricos.

As feiras livres nasceram nesta Sociedade como medida de emergência e até que se organizassem mercador entrepostos de distribuição. O ensino da agricultura, a formação de horticultores, e de conhecedores de diversas especialidades da lavoura e criação, teem sido uma preocupação constante desta Casa, fartamente atestada pela Escola de Horticultura Venceslau Belo, de que nos devemos orgulhar.

A questão das terras, entretanto, caminha a passos largos para uma solução satisfatória.

Restará a organização da classe. E isto, com a ajuda de todos os companheiros, estamos certos, conseguiremos também, não só para atender à situação do momento, como para manter sempre alto o nível da nossa produção, para melhorar o estado de vida do homem do campo, para tornar menos árdua a faina rural — no cenário de um mundo melhor, que se avizinha, com a terminação vitoriosa para as armas aliadas da guerra cruenta que lhe impuzeram as nações agressoras."

★

Certames

CONFERÊNCIA INTER-AMERICANA DE RIVERA

O TRÂNSITO PELAS FRONTEIRAS E A SEGURANÇA DO HEMISFÉRIO — Com a participação de representantes do Brasil, Argentina, Estados Unidos, Paraguai e Bolívia, realizar-se-á êste mês, na cidade argentina de Rivera, uma Conferência Inter-americana, cujos trabalhos terão início no dia 21.

Entre os assuntos a serem estudados na Conferência, figura a adoção de medidas de emergência pelos cinco países, no sentido de se impedir o trânsito pelas suas fronteiras de elementos hostis à defesa ou segunrança do hemisfério.

★

CONGRESSO JURÍDICO NACIONAL

IMPORTANTES TESES DEBATIDAS NO CONCLAVE — Sob a presidência de honra do Presidente Getúlio Vargas, presidência efetiva do Sr. Marcondes Filho, Ministro interino da Justiça e presidência efetiva do Sr. Edmundo de Miranda Jordão, presidente do Instituto da Ordem dos Advogados, realizou-se nesta capital o Congresso Jurídico Nacional. Os trabalhos do importante conclave tiveram início no dia 20 de agôsto, prolongando-se até o dia 7 de setembro último, tendo sido apresentadas importantes teses pelos componentes do certame. Entre as teses submetidas à apreciação do Congresso, figuraram: *Função social da propriedade,* de autoria do Sr. Teodoro Batista Goulart, de Minas Gerais; *Abolição da enfiteuse,* pelo Sr. Jaime Ferreira Landim, do Estado do Rio; *Inscrição de loteamento de terrenos nos registos imobiliários,* de Numa Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, de São Paulo; *Projeto de lei de desapropriação,* de Orlando de Almeida Prado, de São Paulo; *A legislação sôbre minas e jazidas minerais e seus aspectos constitucionais,* de Luciano Pereira da Silva, do Distrito Federal; *A propriedade privada nos meios da produção,* de J. A. de Matos Pimenta; *A autarquia canavieira no Brasil em seus aspectos econômicos e jurídicos,* de Bartolomeu Anacleto do Nascimento.

No setor da legislação rural foram apresentadas as seguintes teses:

Incompatibilidades atuais do Registro Torrens, J. Peçanha de Figueiredo — São Paulo; *O Trabalho agrícola constitui Matéria de Direito Rural e conseqüentemente do Código Rural,* Mata Cardoso — São Paulo; Terrenos dos estintos aldeiamentos de índios. J. Peçanha de Figueiredo — S. Paulo; *Da competência dos Estados para legislar sôbre Terras Devolutas,* Paulo Moreira — São Paulo; *Ação declaratória, meio indicado a apuração Judicial das terras devolutas pelos Estados,* Felix Bulhão Ribas — São Paulo; *Justificativa e ante-projeto de lei de terras,* Messias Junqueira — São Paulo; *Ação declaratória, meio indicado à apuração judicial das terras devolutas pelos Estados* (Sôbre a tese do Sr. Felix Bulhão Ribas de autoria de Francisco Morato).

★

UMA EXPOSIÇÃO BRASILEIRA EM LONDRES

O DESENVOLVIMENTO URBANO E INDUSTRIAL DO BRASIL — Em outubro corrente deverá ser realizada uma grande exposição brasileira de Londres, por iniciativa do Conselho da Sociedade Anglo-Brasileira, sob a direção do Sir Thomas Cook, e de membros destacados da Embaixada do Brasil, naquela capital.

A iniciativa visa dar ao povo inglês uma compreensiva impressão do Brasil. Devido aos riscos e incertezas do transporte marítimo, não se espera que possam ser enviados tesouros artísticos do Brasil para exibição, mas, os promotores da mostra alimentam esperanças de que as autoridades e particulares brasileiros, hão de fazer o máximo para lhes dar auxílio.

Desejam-se especialmente fotografias grandes e detalhadas de modernos desenvolvimentos urbanos e industriais pois, sôbre êsse assunto, o público britânico não conhece virtualmente coisa alguma como acentúa o jornalista Guy Bettany, da "Reuters", em crônica publicada na imprensa do Rio de Janeiro.

No passado, os britânicos foram atulhados de descrições das selvas amazônicas de modo que muitos se esquecem da existência de belas cidades modernas, com explêndidos edifícios, como a Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Fotografias dêsse prédio, publicadas recentemente no *World's News,* periódico da gente de imprensa, causaram verdadeira sensação.

São também grandemente desejadas fotografias de modernas usinas industriais, portos, estaleiros, ferrovias e outras coisas do gênero, afim de dar uma idéia das vastas pontencialidades do Brasil ao invés de dar ênfase exclusivamente e abundância de produtos naturais tais como café, algodão, carne e outros produtos primários sôbre os quais já se tem bastante notícia.

Sem dúvida estas últimas terão também o seu lugar na exposição, mas os promotores desejam especialmente dar uma impressão bem equilibrada do Brasil moderno sem omitir também o lado cultural. Quanto a esta parte, felizmente, há muitos livros, gravuras e quadros do Brasil disponíveis na Inglaterra. A Sociedade Anglo-Brasileira recebeu uma generosa doação da Sra. Aleteir Camaron, grande amiga do Brasil, no valor de cem libras esterlinas, para custear a encardenação de numerosos livros brasileiros, trazidos à Inglaterra no outono último pelo Dr. Alfredo Pessoa, alta autoridade do Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil. Aliás êsses livros foram presente de editores brasileiros, e deverão também ser incluídos na exposição.

Os promotores de certame desejam também controlar os serviços de um eminente artista, para desenhar painéis decorativos, mostrando um esbôço histórico do Brasil.

O Sr. Eric Church representante do Conselho Britânico no Brasil, que se acha na Inglaterra em licença, foi eleito membro especial do Conselho da Sociedade Anglo-Brasileira em virtude do seu magnífico trabalho em prol das relações anglo-brasileiras.

A resolução para a sua eleição foi proposta pelo Sr. Gastão Nothman e secundada pelo Sr. Joaquim Sousa Leão, ambos membros da Embaixada brasileira e, o Sr. Eric Church emprestará o seu auxílio à organização da exposição.

A data nacional brasileira — 7 de setembro — será comemorada pela Sociedade Anglo-Brasileira com um almôço, ao qual os seus promotores esperam que compareça como convidado de honra um dos mais proeminentes estadistas da Inglaterra.

Em virtude do entusiasmo que a Sociedade Anglo-Brasileira está demonstrando, na sua tarefa de tornar o Brasil mais conhecido na In-

glaterra, espera-se que lhe seja dada a máxima assistência possível do Brasil, afim de fazer da exposição um êxito retumbante.

☆

SEMANA DA CRIANÇA

O PROBLEMA INFANTIL — "OS DIREITOS DA CRIANÇA BRASILEIRA" — Terá início no dia 10 de outubro corrente, em todo o país, a Semana da Criança. Êsse cometimento, promovido pelo Departamento Nacional da Criança terá êste ano, como tema principal, o problema da infância abandonada.

Coordenando todas as atividades relativas à assistência da maternidade, da infância e da adolescência no país, existe o Departamento, criado pelo decreto-lei n.º 2 024, de 17 de fevereiro de 1940 e organizado pelo decreto-lei n.º 3 775, de 30 de outubro de 1941. O Departamento, dirigido pelo Professor Olinto de Oliveira, está diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Possue duas divisões: a de Proteção Social da Infância e a de Cooperação Federal. Há um corpo técnico, cujos componentes não sòmente prestam serviços na sede como viajam pelo interior do país, acompanhando e estimulando as atividades desenvolvidas em tôrno do problema infantil pelas autoridades estaduais e municipais e pelas instituições de assistência à maternidade. Para a realização de estudos e pesquisas sôbre a vida, higiene e a medicina infantil, dispõe aquele Departamento do Instituto Nacional de Puericultura, com Hospital, Laboratório, Maternidade, Dietetica, etc.

As comemorações que o Departamento Nacional da Criança prepara êste ano constituirão um ponto de partida de um vasto movimento de amparo à maternidade e à infância em todo o território brasileiro. O êxito desse gigantesco empreendimento não depende tão somente da iniciativa oficial. E' necessária a cooperação de todos, principalmente das associações particulares de proteção à infância, das escolas primárias, da classe médica e de outras instituições cujas finalidades se ligam ao problema infantil.

Afim de conjurar tôdas essas atividades no sentido da Semana que se prepara alcançar seus objetivos, o Departamento Nacional da Infância formulará as instruções necessárias, distribuindo folhetos e cartazes. Nos Estados, êsses trabalhos ficarão a cargo das Comissões Estaduais e Muncipais.

Essas comissões serão organizadas nas Capitais dos Estados e nos municípios, tendo sido feito com êsse fim, aos repectivos govêrnos uma solicitação do Departamento Nacional da Criança. Deverão os mesmos adotar as necessárias providências para que se efetue o maior número possível de manifestações destinadas a despertar a atenção pública para o problema da infância abandonada e suas melhores soluções. Em todos os municípios do país serão organizadas comissões, de acôrdo com os respectivos Prefeitos, afim de que a Semana da Criança proporcione os melhores resultados. Não serão apenas organizados programas de solenidades. As comissões deverão também, colher dados sôbre o abandono da infância em cada município, para apresentá-los nas palestras e conferências a serem feitas no decurso da Semana. Ao mesmo tempo, será estudada a possibilidade da fundação de Associações de amparo à Infância nos municípios que não as possuirem. As conmissões deverão organizar uma exposição popular, inaugurada na ocasião da Semana, pondo em destaque os aspectos mais típicos e impressionantes da situação dos menores abandonados. Procurarão, ainda, obter a participação das escolas nas comemorações, de preferência com trabalhos de projetos tendo por tema central a proteção da criança, de acôrdo com o plano do Departamento. O programa local das comemorações poderá ser completado com outras manifestações que parecerem apropriadas mais ou menos solenes, conforme o desejarem as comissões. Durante a Semana poderão ser realizadas, no recinto das exposições conferências ou sessões para a discussão dos problemas gerais ou locais relativos à infância abandanoda. Médicos, advogados, professores, enfermeiras e outras pessoas conhecedoras do assunto poderão participar dêsses trabalhos. O Departamento divulgará, em tempo, circulares com sugestões sôbre os temas a serem debatidos, deixando porém à iniciativa dos conferencistas a livre escolha dos motivos.

Durante a Semana serão irradiados através do microfone da "Hora do Brasil", pequenos discursos referentes às comemorações. Dessa maneira o Departamento Nacional da Criança, à cuja frente se encontra o Sr. Olinto de Oliveira, trabalha ativamente para que a Semana da Criança alcance todo o brilhantismo que dela se espera.

— A propósito da Semana da Criança a se inaugurar pròximamente, é oportuno divulgar uma vez mais, os Direitos da Criança Brasileira, proclamados pelo Departamento Nacional da Criança e que são os seguintes:

"A tôda criança nascida ou residente no Brasil reconhecemos os seguintes direitos, empenhando-nos, cada um na medida de nossas fôrças, a proporcioná-los sobretudo àquelas a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo;

1) ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados, o quanto possível, os riscos de morte, doença ou deformidade;
2) ser criança sob o carinho maternal e no ambiente de família, ou, na falta dêste, num que se lhe aproxime o mais possível;
3) nunca sofrer fome ou penar por insuficiência de alimentos nutritivos indispensáveis;
4) ser tratada como criança, e como tal respeitada e atendida nos seus justos interêsses e aspirações;
5) receber os princípios de educação que a preparem para a vida e lhe permitam tomar conciência do seu próprio destino;
6) receber assistência médica e higiênica que lhe evite riscos de doenças e de morte;
7) jamais ficar abandonada à sua própria sorte, sem amparo material social e moral, eficiente e carinhoso;
8) não ser menosprezada por motivos de família, ilegitimidade, pobreza, raça, religião, deformidade física ou mental.
9) nunca ser vítima de crueldade ou exploração, nunca ser submetida a trabalhos que lhe possam prejudicar o desenvolvimento normal e a saúde, o caráter, a educação, a liberdade, a alegria de viver;
10) nunca permanecer segregada de convivência social, proporcionada às suas condições pessoais;
11) não ser considerada criminosa e responsável quando em falta social, devendo em tal caso receber assistência judiciária especializada e os corretivos adequados;
12) ser, com sua mãe, a primeira a receber socorros em caso de calamidade pública".

★

Das Unidades Federadas

ALAGOAS

ANIVERSÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO — Foi festivamente comemorada em Alagoas a data de 16 de agôsto último, quando passou mais um aniversário da emancipação política do Estado.

Instituto Histórico de Alagoas

DESTRUIÇÃO DAS TRINCHEIRAS DOS PALMARES — Na sessão do dia 3 de setembro último do Instituto Histórico de Alagoas, o sr. Ezequias Rocha comunicou à casa haver recebido um ofício do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, àcêrca da demolição das trincheiras da Fortaleza dos Palmares, na serra da Barriga, resolvendo o Instituto oficiar ao prefeito do município de União, pedindo enérgicas providências, afim de evitar que continue a destruição dos últimos vestígios da célebre atalaia.

★

AMAZONAS

DIFUSÃO DO ENSINO, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AOS AMERÍNDIOS — O Sr. Interventor federal no Amazonas, pelo decreto-lei n.º 1 100, de 21 de setembro, último, abriu o crédito especial de Cr$ 125 000,00 como auxílio às obras salesianas da região do Rio Negro, consubstanciadas na difusão do ensino, saneamento e assistência aos ameríndios.

PROIBIDO O DERRUBAMENTO DE ÁRVORES CONHECIDAS POR TAPURU OU MURUPITA — O Sr. Interventor federal no Amazonas, considerando que a árvore conhecida por "Tapuru", da família das "Euphorbiáceas", produz borracha de alto valor econômico, e que é dever do govêrno, protegendo espécies econômicas, defender o patrimônio florístico estadual, assinou, no dia 21 de setembro último, o decreto n.º 1 099, proibindo o derrubamento daquela árvore da espécie "Sapium biglandusum", ou tapuru da várzea, também conhecida por murupita, seringana, burra leiteira e pau de bicho.

Centro Teixeira de Freitas

INSTALAÇÃO SOLENE DA NOVA INSTITUIÇÃO — Os funcionários do Departamento Estadual de Estatística do Amazonas, em comemoração à Semana da Pátria, fundaram na sede daquela repartição o Centro "Teixeira de Freitas", afim de proporcionar aos seus associados, mediante curso oficializado, conhecimentos de estatística aplicada e metodologia, matemática, economia política e finanças, e de outras matérias que interessam as suas atividades.

Aclamada a diretoria provisória, ficou assim constituída: presidente, professor Júlio Benevides Uchôa; secretário geral, José Guedes de Sales Bastos; encarregado da secretaria, Amazonas Hércules; tesoureiro, Orlando Almeida Cruz. A diretoria ficou incumbida de elaborar os estatutos obedecendo em parte às disposições do regimento da Sociedade Brasileira de Estatística, a que ficará filiado o Centro Teixeira de Freitas.

A instalação solene do Centro teve lugar no dia 28 de setembro último, data comemorativa do quinto aniversário da regulamentação do organismo estatístico do Estado do Amazonas nos moldes previstos na Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agôsto de 1936.

A sessão foi presidida pelo Interventor Álvaro Maia. Declarando abertos os trabalhos, o professor Júlio Benevides falou sôbre a obra que o Departamento Estadual de Estatística tem realizado desde a data da sua criação, em 1937, até hoje. Em seguida falou sôbre a instalação do Centro "Teixeira de Freitas" fundado a 6 de setembro, mandando que o secretário geral, Sr. José Guedes de Sales Bastos, procedesse a leitura dos principais tópicos dos Estatutos. Feita a leitura dos Estatutos, o secretário geral, em nome da Diretoria do Centro "Teixeira de Freitas", apresentou a seguinte proposta que foi unânimemente aprovada:

"A Diretoria do Centro "Teixeira de Freitas", usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelos Estatutos,

Considerando que, ao senhor doutor Álvaro Botelho Maia, deve a "família estatística" amazonense os mais assinalados benefícios, entre outros muitos os das criações do Departamento Estadual de Estatística, Agências Municipais de Estatística, Secção de Estatística Militar, Secção de Estatística Educacional e regulamentação dos respectivos serviços;

Considerando que, os órgãos estatísticos integrantes do sistema regional têm recebido do notável cidadão o mais decidido apôio moral e material, dentro de um largo espírito de solidariedade e cooperação, que servem para estimular realizações de significativo alcance;

Considerando que, o senhor doutor Álvaro Ramos Botelho Maia deve ser apreciado no seio do Centro "Teixeira de Freitas" como um símbolo de respeito e admiração,

RESOLVE:

Propor à Assembléia Geral a admissão do senhor doutor Álvaro Botelho Maia como Presidente de honra do Centro "Teixeira de Freitas".

Manaus, 28 de setembro de 1943.

a) Júlio Benevides Uchôa; José Guedes de Sales Bastos; Amazonas Hércules, Orlando de Almeida Cruz.

Dissertou então o Sr. Álvaro Maia sôbre a necessidade das estatísticas para nortear as administrações, acrescentando mesmo que nenhum ato seu é baixado sem a consulta prévia de dados numéricos.

Agradecendo a sua escolha para Presidente de honra do Centro, prometeu considerar de utilidade pública e auxiliar materialmente a agremiação instalada.

O Centro pleiteará a inclusão do ensino elementar de estatística nos programas do ensino primário, secundário e profissional.

ESCOLA DE SERINGUEIROS "JOSE' CLÁUDIO DE MESQUITA" CURSO PARA MINISTRAR CONHECIMENTOS SÔBRE O CORTE DAS SERINGUEIRAS E PREPARO DA BORRACHA — Pelo Sr. Admar Turi, diretor-técnico do Serviço de Fomento Agrícola do Amazonas, foi submetido à aprovação do govêrno do Estado o programa da Escola de Seringueiros "José Cláudio de Mesquita", a qual tem por finalidade ministrar conhecimentos práticos e racionais do corte das seringueiras e do preparo da borracha.

Encaminhando o programa do curso, aquele técnico dirigiu o seguinte ofício ao Secretário Geral do Estado:

"Serviço de Fomento Agrícola — N.º 195 — Manaus, 31-8-943 — Exmo. Snr. Dr. Rui Araujo — D. Secretário Geral do Estado — Nesta.

Pelo Decreto-lei n.º 1 010, de 19 de abril de 1943, publicado no *Diário Oficial* da mesma data, foi criada a Escola de Seringueiros "José Cláudio de Mesquita", com a finalidade de ministrar conhecimentos práticos e racionais do corte das seringueiras e do preparo da borracha.

A Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola ficou autorizada, pelo artigo terceiro a organizar o programa da "Escola de Seringueiros", cujo curso terá a duração de 20 dias úteis, e a conferir aos candidatos que terminarem a aprendizagem com aproveitamento o certificado de Seringueiro Prático.

Venho pois, em cumprimento às determinações dêsse dispositivo legal, submeter à alta apreciação de V. Excia. o programa que acabo de organizar e que será executado, si merecer a sua aprovação, na primeira escola de seringueiros do Amazonas.

Tive a preocupação de organizar um programa simples e puramente prático, condensado em seis pontos e ministrável em três semanas. Na sua execução os candidatos não encontrarão dificuldades, mesmo os analfabetos pois não há livros, papel tinta ou lapis; substituídos pela seringueira, pela faca, pelo latex pela borracha.

Com êsse programa, o Seringueiro Prático aprenderá, sobretudo, a sangrar as seringueiras por processo racional, e coletar o latex com higiêne e a preparar a borracha econômicamente.

O programa é modesto e pequeno, mas, ainda assim, completo. Essa verdade se acentua; quando consideramos que no Oriente, via de regra, essas operações são distintas: a sangria é feita pelos *tappers*, a coleta pelos *coolys* e o preparo da borracha ainda por terceiros, nas usinas (factorys).

Com o progresso da escola, que dependerá de vários fatores, poder-se-á, instituir outro curso, mais complexo, em que os candidatos, além dos conhecimentos industriais da colheita do leite o do preparo da goma elástica, possam aprender a agricultar a seringueira, desde a escolha da semente, até a instalação dos seringais.

Concluído êste curso, os Seringueiros Monitores seriam encaminhados para o interior afim de propagar os conhecimentos recebidos e executar os trabalhos de sua profissão, como verdadeiros técnicos da floresta.

Na esperança de que V. Excia. aprovará o programa que ora submeto ao seu esclarecido estudo, renovo-lhe a segurança de meu elevado apreço.

Saúdo a V. Excia.,

(a) *Ademar Turi* — Diretor-Técnico do Serviço de Fomento Agrícola".

★

BAHIA

COMISSÃO DE ESTUDOS DAS OBRAS DA RÊDE HIDROGRÁFICA DA BAHIA — Por ato do Sr. Interventor federal na Bahia, em setembro último, foi criada a Comissão de Estudos das Obras da Rêde Hidrográfica da Bahia, com atribuições para operar nos portos, rios e canais do sul dêste Estado e na zona do São Francisco. O importante órgão de estudos técnicos ficou confiado ao engenheiro Peltier de Queiroz que convidou para secretário da Comissão o jornalista Giovando Monteiro que já vinha exercendo idênticas funções na extinta Rêde Hidrográfica Sul-Baiana.

Departamento Estadual de Estatística

UM ANUÁRIO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO — O Departamento Estadual de Estatística da Bahia vai ser reorganizado, publicando anualmente um anuário de estatística, ficando técnicamente subordinado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e administrativamente ao poder executivo estadual.

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

CONCURSO DE BIOGRAFIAS DE BAIANOS ILUSTRES — A Interventoria Federal na Bahia remeteu ao Conselho Administrativo do Estado um projeto de decreto-lei, instituindo um concurso de biografias de baianos ilustres. Visa essa providência do Estado, que se recomendarem à admiração dos pósteros, por sua atuação, no campo da cultura, da política, da defesa do país, da administração pública, das atividades econômicas e outras, desenvolvidas no proveito da coletividade".

O concurso realizar-se-á anualmente e constará de monografias sôbre vida e obra de cidadãos, naturais do Estado da Bahia, falecidos há, pelos menos, dez anos da data em que for declarado aberto.

Por proposta do diretor geral do DEIP, o chefe do Executivo Estadual designará, no mês de dezembro de cada ano, o nome ou nomes que, no ano seguinte, deverão ser objeto do concurso. Procedida a escolha, o DEIP, mediante editais publicados no Diário Oficial e divulgados pela Imprensa, abrirá inscrições ao concurso por um prazo nunca inferior a 150 dias. Qualquer pessoa, independentemente de sexo e idade, poderá inscrever-se. As monografias serão assinadas por pseudônimo. A lei determinará as demais condições reguladoras do assunto. Aos autores das monografias vencedoras será concedido o prêmio de Cr$ 3 000,00. A entrega do prêmio ou prêmios far-se-á em ato público, em dia e hora préviamente anunciados. O DEIP fará publicar, para distribuição gratuita, os trabalhos premiados, que deverão constituir uma série distinta de suas publicações intitulada *Biografias de baianos ilustres*.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS — Esteve recentemente no Rio o engenheiro civil Osvaldo Rios, secretário de Viação e Obras Públicas do Bahia. Falando à imprensa a respeito das realizações do govêrno Pinto Aleixo nêste setor administrativo, fêz as seguintes declarações:

"A administração do Interventor General Renato Aleixo tem dado grande impulso às ligações rodoviárias como ao melhoramento dos serviços de transporte do Estado, no intuito de facilitar o desenvolvimento e escoamento da produção da Bahia.

No que toca às construções rodoviárias, programa aprovado para o corrente exercício, pela Interventoria, eleva-se a um montante de dezesseis milhões de cruzeiros, sem incluir-se nessa soma a quota-parte que cabe ao Estado proveniente dos postos sôbre combustíveis e lubrificantes.

Nêsse programa destaca-se a ligação Santo Antônio de Jesus-Pirangi (Ilhéus), numa extensão de 235 quilômetros que porá a capital em contacto com a melhor e mais

rica região do Estado, qual seja dos municípios Itabuna-Ilhéus, em dez horas de viagem. Nessa ligação há obras de artes importantes em execução, como sejam as grandes pontes dos Rios de Contas e Cachoeira, em concreto armado e do Rio Gongogi, em madeira".

Está em vias de conclusão a ligação da cidade de Conquista a Brumado e atacada a de Brumado a Caetité, assegurando áquela estação ferroviária, a ser inaugurada em breve, movimento importante.

Prossegue o Govêrno na construção da rodovia destinada à ligação da capital baiana com Alagoas, na Cachoeira Paulo Afonso.

Além dessas ligações vem o Govêrno auxiliando as Prefeituras com cinqüenta por cento do custo das Estradas Carroçáveis Municipais e também providenciando o melhoramento das existentes. Tendo em vista articular a Estrada de Ferro Nazaré com as rodovias do Sul do Estado determinou o govêrno que o Instituto do Cacau providenciasse e concluisse até 31 de dezembro do corrente ano a construção do travessão Tesouras-Rio Novo.

Êsse travessão é de importância na utilização do trecho Jequié-Tesouras, Santo Antônio de Jesus, na ligação Rio-Bahia. Em resumo o atual govêrno baiano tem em construção mais quinhentos quilômetros de estrada de rodagem de primeira classe, dos quais entregará ao tráfego no corrente ano, cêrca de 350 quilômetros.

Ao lado das ligações rodoviárias está o Estado procurando reaparelhar e melhorar os serviços industriais de transporte de sua propriedade: Navegação Baiana, Estrada de Ferro Nazaré e Viação Baiana do São Francisco.

Nêsse sentido procede-se o estudo da construção de navios de madeira para a navegação do Sul do Estado; reconstrução do Dique Araujo Pinho, cujo orçamento eleva-se a três milhões de cruzeiros; melhoramentos das oficinas e dos navios de sua frota. Na viação do S. Francisco, além de melhoramentos nas oficinas e navios, está o Govêrno providenciando a restauração do cargueiro "Fernandes da Cunha" um dos maiores cargueiros da Viação, há mais de dez anos abandonado e a construção de uma carreira para reparos e construção de navios.

Prossegue o Estado na construção de edifícios residenciais na Escola de Agricultura de Cruz das Almas, bem como no aparelhamento da mesma dos seus cursos; na construção do grande Hotel do Cipó, estância balneária, cuja remodelação pretende o Estado iniciar em breve.

Acabam de ser concluídos os edifícios do Arquivo Público e da casa de Rui Barbosa e no corrente ano serão inaugurados mais de vinte grupos escolares no interior do Estado. São essas algumas das atividades da Secretaria de Viação e Obras Públicas que me cabe dirigir no momento."

★

ESPÍRITO SANTO

Instituto Histórico e Geográfico

ELEITA A NOVA DIRETORIA — Em assembléia geral, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, vem de eleger a seguinte diretoria para o biênio 1943-1945:

Araujo Primo, presidente; Américo Coelho, 1.º vice-presidente; João Manuel, 2.º vice-presidente; Olinto Aguirre, 3.º vice-presidente; Eurípedes Vale, secretário geral; Jair Dessaune, Secretário; Almir Gonçalves, tesoureiro; Celso Calmon, orador; Nelson Almeida vice-orador, Procedeu-se, em seguida, à eleição para as diversas Comissões permanentes, tendo sido todos reeleitos com exceção apenas do Sr. Arquímimo Matos que foi substituido, na Comissão de Etnografia, pelo Sr. Cícero Morais e Jair Dessaune, da Comissão de Admissão de sócios, substituído pelo Sr. Carlos Lindenberg. Em seguida, fizeram uso da palavra: o Sr. Araújo Primo que em seu nome e no de seus colegas da diretoria eleita, agradeceu a sua eleição; o Sr. Mário Freire que ofereceu à Casa, em nome do Major Punaro Bley, vários mapas e plantas do Espírito Santo antigo, em esplêndidas reproduções; o Sr. Nelson Almeida, que propõe um voto de congratulações pelo decreto do Sr. Presidente da República, cancelando a dívida do Paraguai; o Sr. Jair Dessaune, propondo um voto de pesar pelo falecimento da progenitora do consócio Vicente Loureiro, secretário da Casa, e ainda o Sr. Mário Freire que justifica e propõe o nome do Sr. Mário Serrano, secretário da Interventoria, para sócio assistente da Casa, proposta subscrita por vários outros associados.

★

GOIÁS

ASSINALADA A OCORRÊNCIA DE RADIUM NO ESTADO — Em declarações feitas à imprensa de Goiás, publicadas nesta capital o Sr. Zoroastro Artiaga, da Comissão de Fisiografia do Conselho Nacional de Geografia, em Goiânia, informou ter sido assinalada a ocorrência de rádium naquele Estado, associado à pechblenda, da classe dos minérios de chumbo, e que contém cério, ítrio, orgon, nitrogênio e radium.

Acrescentou o professor Zoroastro, que a pechblenda existe em São José de Brejaúba, em Minas Gerais e em Goiás, acompanhada do urânio e do bismuto.

Informou ainda que as águas sulfurosas de São João na estrada que vai ao município do Leopoldina, examinadas por um conhecido químico da Escola de Ouro Preto, revelaram a presença de gases finos inclusive o Hélio, sendo ainda dos mais elevados o seu poder rádio-ativo. O referido químico colheu também um mineral contendo, entre outros corpos, urânio, cério, ítrio, tório, alguns dêstes, fontes do metal do radium.

Por fim, disse o professor Zoroastro que as areias monazíticas assinaladas nos rios Araguaia e Corumbá, conteem além do cério, latânio, neodímio, zircônio, ítrio, os sais de tório, que são igualmente fontes de radium.

A respeito da informação acima, o engenheiro Axel Löfgren, geólogo e paleontologista do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, também falando à imprensa, declarou: "A notícia ora divulgada em Goiás não constitui novidade no Brasil, pois o radium já foi encontrado em nosso país. as terras do Divino de Ubá, Minas Gerais, existindo mesmo um trabalho do engenheiro geólogo Djalma Guimarães, ex-diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, publicado em nosso boletim. Nas regiões ora indicadas do rio Araguaia nada consta em nosso serviço sôbre o assunto, sendo entretanto viável, pois a formação geológica da região pode haver identidade, pois trata-se de uma região proterozoica, isto é, um terreno situado entre o Arqueozoico e o Paleozoico.

Posso ainda adiantar que em Minas Gerais foram descobertas jazidas de Euxenita, minério dos mais ricos em radium, que já foi exportado para a Europa antes da guerra".

★

MINAS GERAIS

OFERECIDO AO GOVÊRNO DO ESTADO UM FÓSSIL ENCONTRADO EM ALAGÔAS — Em carta dirigida ao Sr. Governador de Minas Gerais, o Sr. Aluísio Xavier Fibson, agente fiscal do impôsto do consumo, vem de oferecer ao govêrno do Estado um fóssil que encontrou em Alagôas, onde servia como funcionário do Ministério da Fazenda.

O fóssil é uma omoplata, medindo cêrca de 85 centímetros de altura por 43 de largura, apròximadamente.

O Sr. Aluísio Gibson encontrou o fóssil no município de Mata Grande, no Estado de Alagôas, na fazenda de propriedade do Sr. Luís Laranjeira Franca, no ano de 1940. Naquele Estado, segundo declarações suas, à imprensa mineira, não encontrou quem quizesse estudar a origem de sua descoberta e por isso, transferido para Minas, resolveu trazê-lo, no intuito de prestar um serviço ao Brasil.

O Sr. Aluísio Gibson que reside em Sabará pôs à disposição dos estudiosos o achado que se encontra na residência de pessoa de sua família, à avenida Tocantins, 55, em Belo Horizonte.

Departamento Estadual de Estatística

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DOS MUNICÍPIOS DE BELO HORIZONTE E JUIZ DE FORA — O Departamento Estadual de Estatística, distribuiu à imprensa o seguinte comunicado sôbre a produção industrial dos municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora.

A diversificação do trabalho e, *ipso facto*, das fontes de produção industrial nos centros urbanos de maior densidade demográfica, é uma resultante lógica da procedência dos povos e que, em relação ao Estado de Minas, como aliás a todo o País, a estatística tem assinalado, através de sucessivas etapas, perfeitamente caracterizadas, de ano para ano, em sentido sempre ascencional, quer consideradas em relação ao aumento do capital, da mão de obra, do vulto e do valor da produção, quer examinadas em função de novas e fecundas iniciativas com que está sendo enriquecido o parque industrial mineiro, sob os valiosos auspícios do Govêrno Estadual.

Justificando semelhante assertiva é bastante sugestivo e oportuno o confronto estatístico da produção industrial dos municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora, que por circunstâncias especiais, mantêm, em Minas, a liderança nêsse setor econômico, cuja significação sobe de vulto, no momento, em face da situação internacional.

O cancelamento, por um lado, na pauta das nossas importações, de manufaturas indispensáveis, porém perfeitamente substituíveis, conforme a experiência tem demonstrado, a partir de 1914, por similares muitas vêzes equivalentes ou melhores; por outro lado, a repercussão do mesmo fenômeno nos centros consumidores dos países visinhos, onde a recuperação, com recursos próprios, não tem sido possível por circunstâncias várias e cujas necessidades, por tal forma, são, em grande parte, supridas pelo Brasil, são estímulos naturais a que, nesta hora grave, não se pode negar o sentido mais alto de solidariedade continental contra o bloquêio, as restrições, a sabotagem, numa palavra — o aniqüilamento que o inimigo, por todos os modos e através de tôdas as vias, procura levar ao seio dos povos que repudiam a agressão e a violência como árbitros dos supremos interêsses da civilização.

A estatística referente a contribuição do Estado de Minas, no setor industrial, destaca os municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora como dois grandes empórios de real significação, possibilitando ainda um confôrto bastante sugestivo.

Juiz de Fora, como se sabe, é considerada a Manchester mineira, e Belo Horizonte, consoante a própria finalidade de sua fundação para séde do Govêrno Mineiro, era até há pouco, considerado como centro burocrático e universitário de apagada importância industrial.

Conforme a revelação dos algarismos que se seguem, podem ser tiradas interessantes conclusões, como vamos ver no quadro relativo ao valor da produção industrial, em ambos aqueles municípios, no sextênio 1936 a 1941.

Valor da produção industrial

ANOS	Belo Horizonte Cr$	Juiz de Fora Cr$
1936	100 711 913	96 991 684
1937	129 702 503	109 935 105
1938	162 251 085	118 771 874
1939	162 223 190	108 295 677
1940	163 235 266	109 276 406
1941	172 886 666	123 120 037

O confronto das parcelas relativas ao valor da produção industrial de cada um dos municípios, de ano para ano, constitui uma expressiva demonstração de vitalidade, revelando, como se vê um acentuado aumento, não obstante as dificuldades criadas pela situação internacional, precedida de uma preparação psicológica que muito teria contribuído para prudentes reservas na inversão de capitais.

O confronto, por outro lado, dos algarismos em aprêço, nos revela que a Capital mineira já é um centro industrial de considerável atividade dando mesmo a impressão de haver suplantado Juiz de Fora, com uma produção maior. Entretanto, a exêgese estatística requer cuidados especiais, não podendo ficar à margem da crítica certos fatores muitas vêzes remotos e sem cujo cotêjo os têrmos de comparações não ficariam bem postos.

Para se aquilatar devidamente da intensidade fabril e manufatureira de ambos aqueles municípios, o índice de produção "per capita" é o que melhor exprime o grau de progresso, que, de resto, é bastante auspicioso para os dois grandes parques industriais mineiros.

Êste índice, 1941, foi para Belo Horizonte de 800 cruzeiros "per capita", e para Juiz de Fóra, de 1 152.

★

PARAÍBA

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE IRINEU JOFFILY — Ocorrerá a 15 de dezembro próximo o 1.º centenário de Irineu Ceciliano Pereira Joffily, notável historiador paraibano, autor das *Notas Sôbre a Paraíba* e *Sinopse das Sesmarias*. O centenário será comemorado pelas instituições culturais da Paraíba, com o apôio do Interventor Rui Carneiro que já ordenou a reimpressão por conta do Estado de tôda a obra do historiador desaparecido. Para comentar e atualizar a obra de Joffily, escrita há mais de 50 anos, o Sr. Samuel Duarte, Secretário do Interior, convidou o historiógrafo Hortêncio de Souza Ribeiro que aceitou o convite e já se encontra trabalhando para que a mesma seja entregue ao público o mais cêdo possível. A Prefeitura de Campina Grande, terra natal de Joffily, também solidária com as manifestações que se preparam, organizará um Grande Album Comemorativo do Centenário, promovendo ainda diversas outras homenagens.

Ciclo de Estudos Regionais

SÉRIE DE CONFERÊNCIAS — No dia 13 de setembro último, teve início a série de conferências promovida pelo Ciclo de Estudos Regionais da Paraíba, fazendo-se ouvir o Sr. Horácio de Almeida, advogado naquele Estado.

Instituto Histórico e Geográfico

POSSE DA NOVA DIRETORIA E COMISSÕES — Realizou-se no dia 7 de setembro último, na séde do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, a solenidade da posse da nova diretoria e comissões do referido sodalício.

Presidente Sr. Ademar de Menezes Vidal (reeleito); 1.º secretário, Cônego Florentino Barbosa (eleito, por 5 anos, em 1939, de acôrdo com os Estatutos); 2.º secretário, J. Veiga Júnior; Orador, professora Olivina Carneiro da Cunha (reeleito); tesoureiro, professôra Analice Caldas (reeleito).

— DE CONTAS — Sra. Lília Guedes (reeleito). A. Rocha Barrêto (reeleito) e Sr. Durval Albuquerque. DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS — Sr. Horácio de Almeida (reeleito), Prof. J. Batista de Melo (reeleito) e Cônego João de Deus Mindêlo da Cruz. DE REVISTA — Miguel Falcão de Alves (reeleito), Sr. Abelardo Jurêma (reeleito) e Sr. José Magalhães (reeleito).

★

PERNAMBUCO

CONCEDIDAS SUBVENÇÕES A INSTITUIÇÕES CULTURAIS — Pelo decreto-lei n.º 904, de 14 de setembro último, publicado no *Diário Oficial* do dia 15 do referido mês, o Sr. Interventor federal em Pernambuco concedeu subvenção a várias escolas e instituições, inclusive Cr$ 150 000,00 à Escola de Engenharia de Pernambuco, Cr$ 50 000,00 à Escola de Belas Artes e Cr$ 9 000,00 ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

Biblioteca Pública

ADQUIRIDO PELO GOVÊRNO UM LIVRO DO SÉCULO XVII — O govêrno de Pernambuco adquiriu e recolheu à Biblioteca Pública um exemplar encadernado, em inteira de carneira, da valiosa Relação do *"Naufrágio" que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco,* impresso em Lisboa, no ano de 1601, por Antônio Álvares.

E' obra extremamente rara, com curiosas gravuras em madeira, relatando o naufrágio de um dos dois filhos de Duarte Coêlho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, ocorrido na sua viagem do Brasil para Portugal, em 1566.

A autoria dêsse livro raro tem sido assunto de debates entre bibliófilos e historiadores, entendendo uns que, como a *"Prosopopéia"* é da mesma pena de Bento Teixeira, enquanto outros contestam seguindo o ponto de vista do Visconde de Pôrto Seguro F. A. de Varnhagen, que dizia ter sido o *"Naufrágio"* escrito pelo piloto Afonso Luiz e corrigido por Antônio de Castro, mestre de D. Duarte de Bragança.

A primeira edição do *Naufrágio* é inteiramente desconhecida e além da adquirida agora foi reimpresso em 1753 na *História Trágico-Marítima* e mais tarde, bastante truncado, no tomo XIII da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro.*

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO IMPÉRIO — A família do Sr. Antônio José da Costa Ribeiro, que foi advogado e por várias legislaturas, deputado federal por Pernambuco ofereceu à Biblioteca Pública do Estado valiosos documentos históricos, que pertenceram ao seu chefe.

São cartas de grande importância para a história política do Império dirigidas ao pai do Sr. Costa Ribeiro pelo Barão de Vila Bela, Joaquim Nabuco, Visconde de Paranaguá, José Mariano, Afonso Pena, Luiz Felipe de Sousa Leão, Urbano Sabino Pessôa de Melo e outras figuras de relêvo na política da época.

A família cumpre o desêjo que em vida manifestou o Sr. Costa Ribeiro de deixar êsses documentos sob a guarda de uma instituição pernambucana.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

TOPÔNIMOS PERNAMBUCANOS — Reuniu-se no dia primeiro de agôsto próximo findo, em sessão ordinária sob a presidência do professor Joaquim Amazonas, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Ocuparam as primeiras e segunda secretarias, na ausência dos respectivos titulares, os srs. Célio Meira e Mário Coelho Pinto. Estiveram presentes, os srs. Silva Rego, Liberalino de Almeida e Nasson de Figueiredo.

Aberta a sessão, foram lidas as efemérides do Barão do Rio Branco, procedendo-se, em seguida, a leitura da ata, que é aprovada.

Depois, o primeiro secretário apresentou o seguinte expediente: ofícios dos Institutos Históricos do Espírito Santo e de Sergipe comunicando a eleição e posse de novas diretorias; telegrama do Sr. Rui Belo agradecendo a homenagem prestada à memória do nome de seu pai pôsto numa rua desta capital e telegrama do Sr. Mário Melo, secretário perpétuo dêste Instituto, transmitido de Terezina, sôbre os topônimos pernambucanos Flores e Paulista.

Na ordem do dia, todos os presentes referiram-se a êste último telegrama, assinalando-se a oportuna atuação dêste Instituto na manutenção dos nomes históricos das vilas e cidades de Pernambuco.

TRICENTENÁRIO DO COMBATE DAS TABOCAS — A segunda reunião do mês realizou-se no dia 8, sob a presidência do professor Joaquim Amazonas, secretariado pelos srs. Mário Melo e Célio Meira, presentes os srs. Fernando Barroca, Liberalino de Almeida e Getúlio Cesar, justificadas as faltas dos srs. Eneas de Lucena, Amaro Quintas e Valdemar de Oliveira.

Lidas as efemérides, por não estar lavrada a ata, passou-se ao expediente que constou de: circular do Instituto Histórico Paraibano comunicando a eleição de sua diretoria; cartas do Sr. Antônio de Araújo Bulcão Sobrinho, agradecendo a eleição de sócio correspondente; do Sr. Osvaldo R. Cabral, no mesmo sentido; carta do sócio correspondente A. D. Pinto, remetendo um artigo publicado no Diário de Notícias de Pôrto Alegre, pelo Sr. Coelho de Sousa, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul; comunicação do confrade Mário Sete de que será encenada no dia 15 sua peça "Senhora de Engenho", por êle próprio extraída de seu romance do mesmo título.

O Sr. Mário Melo comunica que, em defesa de topônimos pernambucanos ameaçados de desaparecimento, viajou até São Luiz de avião, e dali regressou por terra, até aquí tocando nas capitais do Piauí e do Ceará. Em continuação referiu-se ao artigo do Sr. Coelho de Sousa, no qual êste considera o dia 3 de agosto de 1645 a data do nascimento da nacionalidade brasileira, no monte das Tabocas, e sugere uma comemoração de caráter nacional em 1945, terceiro centenário do combate. Diz que essa sugestão deve ser grata ao Instituto, tanto mais quanto do extremo sul do país, onde com tanto ardor se cultiva o patriotismo. Propõe que o Instituto a espose e solicite do interventor pô-la em prática.

O Sr. Célio Meira secunda e alega que, em sessão anterior, pedira solicitar-se do prefeito de Vitória colocar um obelisco no ponto mais elevado do monte. A proposta é aprovada por unânimidade.

O Sr. Getúlio César diz ter escrito um trabalho sôbre Salgadinho e suas águas. Deseja lê-lo mas reserva-se para outra sessão.

A seguir foram os trabalhos encerrados.

PREPONDERÂNCIA DO FATOR HISTÓRICO PARA A ELIMINAÇÃO DOS HOMÔNIMOS NA TOPONÍMIA — No dia 22 de setembro último, realizou o Instituto mais uma sessão, presidida pelo professor Joaquim Amazonas, secretariado pelos Srs. Mário Melo e Olímpio Costa Júnior.

Lidas as efemérides e aprovada a ata, o secretário perpétuo disse que do expediente constavam apenas cartas dos consócios Basílio Magalhães, Simons da Silva e Eugênio Egas e do coestadano Eloísio de Araujo, tôdas com referências elogiosas ao último volume da Revista agora recebido.

Pede a palavra o Sr. Célio Meira, e, como relator da comissão que tem por companheiros os srs. Olímpio Costa Júnior e Nasson Figueiredo apresenta as conclusões dos trabalhos da mesma: Que o Instituto se dirija ao Instituto Histórico Brasileiro e aos congêneres dos Estados, conforme termos adrede redigidos, no sentido de ser pleiteada a revogação do artigo 9.º do decreto-lei 3 599 de 6 de setembro de 1941, segundo o qual serão eliminados os nomes iguais de cidades e vilas. Caso não seja obtida a revogação, que se pleiteie do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística a preponderância do fator histórico sôbre qualquer outro.

Pôsto o assunto em discussão, o Sr. Mário Melo disse que o assunto estava tratado como deveria ter sido feito desde o início, mas abstinha-se de tomar parte na votação, pela sua qualidade de representante do govêrno para a Comissão elaboradora dos estudos decorrentes do artigo cuja revogação se pleiteava.

Ninguém mais usando da palavra, pôsto em votação, foi aprovado por todos os demais confrades.

O presidente declarou que providenciaria a publicação na íntegra do trabalho que acaba de ser aprovado e ia remetê-lo por via aérea, aos demais Institutos.

A seguir, o Sr. Célio Meira pediu a palavra para fazer a crítica dos nomes indicados pela Comissão de Divisão Administrativa ao Conselho de Geografia, em substituição dos que têm de ser mudados, extranhando, de início, a pletora de nomes indígenas.

O Sr. Mário Melo aporteou dizendo que os novos nomes devem ser escolhidos de acôrdo com o artigo 10.º da resolução n.º 118 aprovada pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, o qual recomenda, sempre que possível, preferência para os nomes indígenas.

Em continuação o Sr. Célio Meira examinou, um a um, vários nomes propostos, divergindo da maioria dêles.

O Sr. Mário Melo explicou que em sua quase totalidade os nomes propostos, foram indicados pelos prefeitos, de acôrdo com pessoas do município capazes de opinar. E que não é fácil tarefa escolher cêrca de cem nomes para topônimos num Estado, com as limitações de evitar nova duplicata em todo o país.

O assunto interessou a todos os confrades presentes, formando-se por vêzes debates muito animados, em tôrno da eufonia, da propriedade, ou do significado dum topônimo.

Data do nascimento da nacionalidade brasileira — Ao interventor federal em Pernambuco dirigiu o presidente do Instituto Arqueológico o ofício do teor seguinte:

"Temos a honra de comunicar a V. Excia. que nosso confrade Mário Melo deu conhecimento ao Instituto Arqueológico de um artigo publicado em Pôrto Alegre, pelo Sr. Coelho de Sousa, secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, no qual aquêle patrício considerou o dia 3 de agôsto de 1645 como a data do nascimento da nacionalidade brasileira, e o Monte das Tabocas, como seu berço.

"Essa data, que é data natalícia da nacionalidade brasileira — palavras do Sr. Coelho de Sousa — relembra, para todos nós, o sacrifício dos antepassados pela criação da Pátria e o dever de luta em que estamos todos nós, pela sua preservação e conservação. O Monte das Tabocas deve ser, em 1945, um ponto de peregrinação nacional, no qual as nossas energias cívicas e renovem e se engrandeçam, ao contacto de terra que viu nascer a nação.

A sugestão aí fica e, se aqueles que têm elementos e forças para coordenar um movimento nacional julgarem a idéia merecedora de acolhido, tomem a iniciativa da realização de uma grande comemoração brasileira do terceiro centenário da batalha do Monte das Tabocas.".

O Instituto aprovou, por unânimidade, a sugestão de ser comemorado o terceiro centenário da batalha do Monte das Tabocas, enchendo-nos de prazer a circunstância de ter partido a idéia do Rio Grande do Sul, onde com tanto carinho se cultiva o amor da pátria e com tanto ardor se tem defendido o torrão brasileiro. E como essa comemoração deve ter caráter nacional, nos termos da sugestão do secretário da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, o Instituto Arqueológico pede a V. Excia. dê os primeiros passos, como julgar mais conveniente, para que possamos fazer coisa digna do acontecimento que a data relembra. Com os protestos de consideração e estima dr. *Joaquim Amazonas*, presidente".

★

PIAUÍ

REUNIÃO DOS AUXILIARES DO GOVÊRNO — A PRÓXIMA REUNIÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS — Sob a presidência do Sr. Interventor federal no Piauí, realizou-se no dia 27 de setembro último, uma reunião, em Karnak, de todos os auxiliares do govêrno estadual para estudo de vários assuntos de interêsse da administração, inclusive o desenvolvimento dos trabalhos da Exposição Feira de Amostras, a ser inaugurada a 10 de novembro, em homenagem ao sexto aniversário do Estado Nacional; a organização do orçamento estadual para o exercício de 1944, a cargo de uma comissão composta de técnicos especializados, e as reuniões, também em novembro, em Teresina, dos Prefeitos Municipais.

A reunião dos Prefeitos, que se relaciona, com as homenagens à data da instituição do novo regime, terá o fim principal de discutir e ser assentado, entre o govêrno estadual e os dos municípios, um acôrdo baseado no Convênio Nacional de Ensino Primário, firmado em novembro do ano passado, no Rio, entre o govêrno da União e os dos Etsados, e cuja ratificação, por parte do Piauí, será brevemente feita, por decreto-lei.

O convênio de ensino primário de novembro futuro, entre o Sr. Interventor Federal e os Prefeitos, deverá entrar em vigor no próximo ano, dentro dos princípios e das obrigações estipulados no Convênio Nacional. Durante os trabalhos do Congresso dos Prefeitos que será instalado no edifício da extinta Câmara dos

Deputados, de 5 a 10 de novembro, serão discutidos vários outros e importantes assuntos relativos a iniciativas e atividades administrativas do Estado e dos Municípios.

RIO DE JANEIRO

Academia Fluminense de Letras

"O TUPI NA CULTURA BRASILEIRA" — Tomou posse na Academia Fluminense de Letras, como membro correspondente, no dia 14 de setembro último, o Sr. Adauto de Alencar Fernandes, membro da Academia de Letras do Ceará e professor da Faculdade de Direito de Niterói. O Sr. Adauto de Alencar Fernandes, que é um estudioso da língua nacional, principalmente em suas relações com o primitivo idioma da terra, o tupi, ou nheêngatú, língua geral dos índicolas brasileiros, ao tomar posse pronunciou uma conferência sôbre *O Tupi na Cultura Brasileira*.

Conselho Florestal

PROTEÇÃO DAS REGIÕES DE NASCENTES — O Sr. Hugo de Lima Câmara, presidente do Conselho Florestal do Estado do Rio, acaba de enviar aos presidentes dos Conselhos Florestais Municipais a seguinte circular: "Com o objetivo de estabelecer a proteção dos pontos onde nascem os rios que banham o território fluminense, solicito-vos as devidas providências, afim de que possa ser êste Conselho informado quanto aos ítens abaixo declinados: a) nome dos rios, local onde nascem, determinando-se, se em terras particulares, o nome da propriedade, do proprietário e o distrito; b) se em terras do domínio municipal, estadual ou federal, consignar o distrito; c) esclarecer quanto às condições de navegabilidade ou não dos mesmos no todo ou em parte de seu curso dentro do município, considerando-se a distância relativa às condições acima espostas; d) esclarecer se banham regiões de presente finalidade agrícola, passada ou de futuro aproveitamento para êste mistér; e) citar as condições das nascentes relativamente à cobertura florestal, isto é, se cobertas ou não de vegetação com característicos de proteção; f) nas nascentes protegidas de vegetação, informar o nome vulgar das madeiras de lei ou brancas que ocorrem nêsses locais; g) apròximadamente calcular a área de vegetação que protege, circunscrevendo, as nascentes assim condicionadas; h) nas regiões de nascentes, presentemente sem cobertura vegetal, relacionar os nomes vulgares das madeiras de lei ou brancas que já existiram nêsses locais; e i) além dos informes solicitados na presente circular, é de grande conveniência que, em separado, recebamos o mapa do município com os rios e locais das respectivas nascentes devidamente assinalados".

Departamento do Serviço Público

CONCURSO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE AGRÔNOMO — O Departamento do Serviço Público do Estado do Rio promoveu recentemente um concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de agrônomo, tendo sido organizado o seguinte programa para as provas:

Prova escrita:

1 — Climas do Brasil, Climas do Estado do Rio de Janeiro.
2 — Erosão e seu combate.
3 — Importância da água no solo.
4 — Princípios gerais da alimentação vegetal.
5 — Influências dos fatores meteorológicos sôbre as culturas em geral.
6 — Preparo e cultivo do solo, processos e objetivos.
7 — Multiplicações das plantas cultivadas.
8 — Métodos de reprodução usados em Zootecnia.
9 — Métodos de melhoramentos das plantas cultivadas.
10 — Alimentação dos animais domésticos.
11 — Conservação dos produtos de origem vegetal.
12 — Silvicultura.
13 — Cultura das principais plantas forrageiras.
14 — Profilaxia e combate às moléstias e pragas das plantas cultivadas
15 — Irrigação e drenagem, Importância e métodos.

Prova prático-oral:

1 — Máquinas de preparo e cultivo do solo.
2 — Máquinas semeadeiras e distribuidoras de adubos.
3 — Máquinas de colheita e beneficiamento de produtos agrícolas.
Estudo das principais raças equinas, especialmente do cavalo brasileiro.
4 — Aparelhos e métodos de defesa sanitária agrícola.
5 — Fôrça motriz na Agricultura — Estudo das principais raças bovinas.
6 — Exame prático de um perfil de solo. Ensaios de germinação.
7 — Noções de topografia. Marcação de terrenos para plantio; execução de terraços.
8 — Ibridações. Sementeiras, transplantações, podas e enxertias.
9 — Gazogênios. Constituição e preparo dos alimentos dos animais domésticos.
10 — Principais insetos de interêsse agrícola. Danos que causam. Métodos de combate.
11 — Inseticidas e fungicidas. Preparo e aplicação.
12 — Biologia e criação de insetos benéficos; seu emprego no combate biológico.
13 — Instalação de propriedades destinadas à agricultura, à pecuária e principalmente à produção, agro-pastoril (fazendas mixtas). Conservação dos alimentos dos animais domésticos.
14 — Cultura, colheita, debulha e conservação dos cereais. Estudo das principais raças de porcinos. Porcos do Brasil. Estábulos e pocilgas.
15 — Cultura, colheita e beneficiamento das plantas têxteis.
Reprodução dos bovinos, equídeos asninos.
16 — Classificação, cultura colheita e beneficamento das plantas estimulantes (café, chá, mate, cacáu).
Produção de ovinos, caprinos e muares.
17 — Cultura e colheita de cana de açúcar. Adubos e adubações.
18 — Plantas oleoginosas — Cultivo e aproveitamento. Exame de leite, manteiga e queijo.

19 — Cultura de plantas frutíferas — Produção de suinos.
20 — Horticultura
21 — Floricultura
22 — Apicultura.
23 — Sericicultura.
24 — Avicultura.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO ARQUITETO ATÍLIO CORRÊA LIMA — URBANIZADOR DE GOIÂNIA E VOLTA REDONDA — O Sr. Carlos Arêa Leão, ora respondendo pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, baixou a seguinte portaria em homenagem ao arquiteto Atílio Corrêa Lima, morto no desastre de aviação ocorrido no Calabouço, no dia 27 de agôsto próximo findo.

"O destino implacável, com suas decisões inopinadas e inapeláveis, surpreendendo a tudo e a todos, destruindo lares, cancelando amizades e extinguindo valores, arrebatou para a eternidade, a 27 de agôsto, a personalidade singular e inconfundível de Atílio Corrêa Lima.

Chefe de família amantíssimo, amigo cordial e técnico incomparável a sua memória nunca poderá ser olvidada, tantas e tão belas foram as suas criações, espalhadas por tôda a terra brasileira, de bairros, de vilas, de cidades, padrões de técnica e de arte, de harmonia e de inspiração, de serenidade e de beleza, a atestarem o valor do arquiteto, a competência do urbanista, a sensibilidade do artista e os sentimentos do cidadão. Um criador de cidades nunca morre e, em Goiânia, que êle projetou e onde se refletem tôdas as suas qualidades e sentimentos, a sua memória estará sempre viva e presente, lembrando à posteridade o nome do artista que a idealizou. A cidade de aço, em Volta Redonda, é outra de suas filhas diletas, testemunho gritante da sua competência e do seu trabalho, atestados ainda mais, nas vilas para industriários de Heliópolis e da Várzea do Carmo, em São Paulo, onde deixou o último traço de sua mentalidade criadora.

Embora não executados, os seus projetos para urbanização de Recife e Niterói são dos mais notáveis merecendo o último, apresentado em França como tese de formatura, além da aprovação com distinção, subida honra de ser mandado publicar pela Sorbonne.

Orgulhosa de sua cooperação, representada pelo projeto de urbanização de Barra Mansa e Pinheiros que elaborou até aos últimos detalhes, antes da viagem fatídica, esta Secretaria se associou, de justiça e de coração, à dor da família, à tristeza dos amigos e ao pezar da Nação, pela perda irreparável dêsse brasileiro, que tão alto soube elevar a cultura e a técnica de sua pátria.

Destinada a registar os nossos sentimentos, que são os de todos os seus colegas e amigos que trabalham na terra fluminense esta Portaria seria incompleta, se deixasse de consignar, entre as suas qualidades, as que mais fortemente nos impressionaram e cativaram que foram os seus dotes de bondade e os seus requintes de artista, sublimados ao ponto de superarem e anularem os interêsses privados e as vantagens econômicas. Seus ideais de perfeição e de beleza, quase sempre colidindo com os compromissos assumidos, constituem a demonstração mais brilhante da bondade incomensurável que norteava a todos os seus atos. Havíamos reservado para os seus requintes de artista e a sua mestria de urbanista a organização do plano diretor de Angra dos Reis, uma das mais antigas e históricas cidades do Estado e do Brasil, tão cheia de recordações e tão repleta de esperanças. O destino nos contrariou. Por uma coincidência sigular, a fatalidade foi alcançá-lo no recinto de uma de suas mais belas e harmoniosas criações como arquiteto e urbanista, o Aeroporto do Calabouço, onde a estação de passageiros, que êle idealizou e projetou, é um exemplo fulgurante da sua arte requintada e um atestado imponente da capacidade criadora dos brasileiros. Guardemos a memória de Atílio Corrêa Lima como um símbolo de bondade, um padrão de glória para a classe que tanto elevou e um exemplo brilhante para a mocidade brasileira".

✶

RIO GRANDE DO SUL

Departamento Estadual de Estatística

1.ª EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Organizada pelo Departamento Estadual de Estatística com o concurso da Prefeitura Municipal e da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, realizou-se em setembro último, em Pôrto Alegre, a 1.ª Exposição Estadual de Estatística.

A Secretaria da Agricultura ali expôs material confeccionado pelo Serviço de Desenho da Secção de Informações e Propaganda Agrícola e do Serviço Estadual de Geografia.

O primeiro organizou uma série de 15 quadros em aquerelas relativos a construção de estradas e caminhos de rodagem, lotes territoriais demarcados e concedidos, títulos de posse expedidos e arrecadação da dívida colonial, todos êles serviços da Diretoria de Terras e Colonização; produção de vinho e mosto, de 1938 a 1942, número de cooperativas existentes no Estado, realizações do Serviço de Laticínios todos da Diretoria de Indústria e Comércio; e radicação da sarna ovina, inspeção de fazendas, de 1940 a 1942, produção da pesca em Tramandaí, em 1942, reprodutores vendidos nas exposições de 1940 a 1942, movimento do Registro Genealógico, atividades essas da Diretoria da Produção Animal; gráficos estatísticos relativos à triticultura no Estado, apresentados pelo Diretoria da Agricultura.

Todos êsses trabalhos foram confeccionados com gôsto artístico, documentando detalhadamente as referidas atividades.

Também a prefeitura da capital concorreu à I Exposição de Estatística com vasto e interessante material, destacando-se gráficos e demonstrativos referentes ao desenvolvimento da cidade e do município, em seus vários setores de atividades nêstes últimos anos.

Serviço Estadual de Geografia — Pelo Serviço Estadual de Geografia foi apresentado um mostruário, composto de duas partes distintas, com material inédito em nosso Estado sôbre "Como se forma um município novo", apresentando o modo pelo qual se processa a necessária revisão territorial. Através dêsse material, constata-se como deverá ser atendida a aspiração dos moradores de Marcelino Ramos para a criação da sua comuna.

Assim, sôbre uma face dos mostruários expostos, demonstra-se a maneira como se realizam os estudos, desde a entrega do memorial solicitando ao govêrno a emancipação do atual distrito, até a aprovação final do expediente. São arroladas, em forma estatística, tôdas as demarches que contribuiram para o estudo referido.

Dessa forma a criação do município de Marcelino Ramos, foi detalhadamente exposta, podendo ser julgada, a sua conveniência nos mínimos detalhes.

Na outra face do mostruário documenta-se o benefício auferido do desenvolvimento econômico e cultura da Nação, através da cognominada "Lei Geográfica do Estado Novo".

A incentivação dos trabalhos geográficos no país coincide com a criação dos Diretórios Municipais de Geografia que enviam suas sugestões sôbre todos os assuntos geográficos referentes ao município para a Comissão Revisora do Estado. Esta comissão, por sua vez, estuda os trabalhos enviados, elaborando, com o auxílio de verificações locais e dados estatísticos o novo quadro territorial decretado qüinqüenalmente.

Cada município tem suas divisas descritas sistemáticamente, ilustradas ainda por um croquis detalhado. Baixada a lei qüinqüenal, todos os municípios devem, no prazo de um ano, apresentar o seu mapa, conforme exemplifica a exposição.

Êsses mapas servem, por sua vez, para a organização da carta regional e, finalmente, para Estado.

Dessa forma os resultados obtidos têm assegurado a elaboração da Carta Geral do Rio Grande do Sul com elementos exclusivamente obtidos pelos técnicos do Estado.

RECENSEAMENTO DO PADRÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO — O Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul realizou um recenseamento, afim de verificar o padrão de vida vigorante no Estado.

Com êsse fim foram distribuídos formulários às diversas associações e sindicatos de classe, formulários que deverão ser preenchidos pelos associados.

Êsse recenseamento é feito de acôrdo com os diversos grupos de família, que figurarão com os respectivos salários e despesas consideradas indipensáveis.

Museu do Estado

CARTA DE BENTO GONÇALVES A UM SEU FILHO — O Sr. interventor federal no Rio Grande do Sul entregou ao Museu do Estado uma carta datada há um século e escrita por Bento Golçalves a um seu filho. O valioso documento constitui uma verdadeira reliquia da história farroupilha.

★

SANTA CATARINA

Instituto Histórico e Geográfico

POSSE DO SR. LOURIVAL CÂMARA — ÉCO DAS HOMENAGENS A CRUZ E SOUZA — O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, sob a presidência interina do vice-presidente, major José Lupércio Lopes, realizou no dia 9 de setembro último, uma sessão para empossar como membro efetivo, o professor Lourival Câmara.

Ao declarar aberta a sessão, o presidente congratulou-se com os membros do Instituto, pela presença na sessão, do Sr. José Manuel de Macedo, sub-secretário da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre e pertencente a uma das mais conceituadas famílias paranaenses.

Em seguida, convidou o professor Lourival Câmara, a prestar, na forma do Regimento, o compromisso, que o fêz sob palmas dos presentes.

Dada a palavra o recepiendário, leu seu discurso de posse, seguindo-se na tribuna o Sr. Lotário Rochfucks, que disse da satisfação do Instituto, em contar com mais um elemento de reconhecido valor e incontestável cultura. Por último falou o Sr. Carlos Corrêa, que evidenciou a grande significação moral que representou para Santa Catarina e o Brasil culto, a ereção na Capital da República, de um mausoléu para repouso dos despojos do poeta negro Cruz e Souza. Ao concluir, solicitou fôsse consultada a casa, se aprovava a consignação em ata, de um voto de louvor e agradecimentos ao Sr. Nereu Ramos, que prestou, como interventor do Estado, todo o apôio moral e material para a realização da obra meritória; ao escritor Leôncio Corrêa, presidente da comissão promotora e idealizador da homenagem; ao Sr. Edmundo da Luz Pinto, que no ato da inauguração interpretou o sentir dos catarinenses e ao escritor paranaense Tasso da Silveira, que testemunhou a saudade dos amigos do poeta e companheiros da cruzada do Simbolismo, da qual Cruz e Souza fôra o chefe no Brasil.

Submetida à votação, foi a proposta do Sr. Carlos Corrêa aprovada unânimemente.

Homenagem ao Des. Gil Costa — No dia 23, de setembro próximo findo, realizou o Instituto mais uma sessão, tendo comparecido os Srs. des. Henrique Fontes, major Lupércio Lopes, sr. Osvaldo Cabral, Costa Pereira, Prof. Clementino Brito, coronel Silvino Carneiro da Cunha, des. Eliezer Santos Saraiva, Srs. Vanderlei Júnior e Osvaldo Bulcão Viana.

Havendo número legal, o des. Henrique Fontes, reassumindo a presidência, declarou aberta a sessão e convidou o Sr. Clementino Brito anteriormente designado para servir de segundo secretário, na ausência do efetivo, para proceder a leitura da ata, que foi aprovada.

O Sr. presidente propôs a inserção na ata dos trabalhos, um voto de profundo pezar pelo falecimento do consócio des. Gil Costa, orador do Instituto, fazendo considerações em tôrno da personalidade do saudoso extinto, e que se comunicasse à família enlutada essa homenagem do Instituto Histórico, o que foi aprovado unânimente. O Sr. Vanderlei Júnior comunicou à mesa que em nome do Instituto e a convite do presidente então em exercício, havia falado à beira do túmulo.

O Sr. major Lupércio Lopes declarou que em vista do triste acontecimento da morte do consócio des. Gil Costa, foi transferida a sessão que devia realizar-se a 19 daquele mês, em comemoração ao centenário do nascimento do Almirante José Pinto da Luz, tendo ficado marcada para outubro.

O Sr. Vanderlei Júnior propôs um voto congratulando-se pelo regresso do des. Henrique Fontes e por vê-lo novamente a frente dos destinos do Instituto Histórico, e terminou pedindo que todos os presentes o saudassem com uma salva de palmas, o que foi feito. O Sr. Osvaldo Cabral com a palavra propôs um voto de louvor ao major Lupércio Lopes, pelo desempenho com que se houve no cargo de presidente, durante a ausência do presidente efetivo, sendo a proposta aprovada.

O Sr. presidente, por último, prendeu a atenção dos consócios, sôbre a visita que fizera à Biblioteca e à Imprensa Nacional no Rio de Janeiro. Foram apresentados pelos Sr. Eliezer Saraiva e major Lupércio Lopes diversas fichas para o Dicionário Biográfico.

Por último o Sr. coronel Silvino Carneiro da Cunha pediu a palavra para renunciar o cargo de tesoureiro que vem desempenhando por 2 biênios.

★

SÃO PAULO

VIOLENTA GEADA DESTRUÍU GRANDE PARTE DA SAFRA CAFEEIRA — Violenta geada caíu na noite de 15 de setembro último, em vários municípios de São Paulo, tendo devastado parte da florada dêste ano nos cafezais paulistas. Embora não sejam ainda conhecidos os algarismos oficiais da redução sofrida, atinge a lavoura precisamente no momento em que a florada de setembro, uma das três florações anuais na lavoura cafeeira paulista, atingia o máximo do seu desenvolvimento.

A geada do ano passado reduziu para ..... 13 800 000 de sacas a colheita de café no Brasil, que é normalmente de 22 milhões.

Recorda-se, a propósito, que a última grande geada verificada naquela região produtora foi a de 1918, que reduziu a safra paulista de mais de 50%, coincidindo com uma época de guerra, tal como se regista agora.

A safra paulista dêste ano era avaliada em 7 milhões de sacas.

Convênio do Ensino Primário

269 MUNICÍPIOS SUBSCREVERAM O CONVÊNIO COM O GOVÊRNO DO ESTADO — No dia 14 de setembro último, sob a presidência do Ministro da Educação, realizou-se em São Paulo a solenidade da assinatura do Convênio do Ensino Primário, entre o govêrno estadual e os 269 Municípios do Estado.

De acôrdo com o Convênio, os municípios paulistas aplicarão em 1944, pelo menos 10% da renda proveniente de impostos no desenvolvimento do ensino primário.

Principais disposições do Convênio — Em entrevista à imprensa paulista, o Sr. Gabriel Monteiro da Silva prestou as seguintes declarações sôbre o Convênio:

"Consiste o compromisso, ora exigido dos municípios paulistas, na aplicação, por parte dos mesmos, em 1944, de pelo menos 10 por cento da renda proveniente de seus impostos no desenvolvimento do ensino primário, elevando-se esta percentagem a onze, doze, treze, quatorze, e quinze por cento, respectivamente, nos anos subsequentes até 1949. A percentagem dêste último ano será, depois, mantida nos anos posteriores. E' aliás, o mesmo encargo criado no Convênio Nacional para os Estados. Mas em proporção menor; a daqueles varia entre quinze e vinte por cento, de 1944 a 1949, mantida daí por diante esta última percentagem. A mesma regra se aplica ao Distrito Federal e Território do Acre.

O Convênio consigna, de modo expresso, os encargos atribuídos aos municípios e o seu modo de aplicação.

Interêsse dos municípios pelo ensino.

Respondendo uma pergunta sôbre o total da renda que seria aplicada ao ensino primário, em resultado do Convênio, o Sr. Gabriel Monteiro da Silva prestou interessantes informações mostrando o carinho com que os municípios paulistas encaram os problemas educacionais.

— O total da arrecadação proveniente de impostos, em todos os municípios — disse o nosso entrevistado — atinge a elevada cifra de Cr$ 94 394 261,00, devendo-se destinar 10 por cento dessa importância ao ensino primário, nos têrmos do voncênio a ser firmado.

Do total indicado, que representam 54,10 % da receita geral dos municípios dispendem êstes 13 823 473,60 cruzeiros com o ensino em geral, assim discriminado: pré-primário — Cr$ 28 600,00; primário — Cr$ .... 7 209 849,60; secundário — Cr$ 1 954 199,40; profissional — Cr$ 492 780,00; educação artística e cultural — Cr$ 577 560,00; educação física — Cr$ 789 420,00; para desenvolvimento dos sistemas educativos — Cr$ ..... 65 000,00; auxílios a instituições de educação e cultura — Cr$ 2 706 064,60.

Outros setores Educacionais

Outros setores educacionais recebem, também, desvelada assistência dos municípios paulistas. Foi o que declarou o Sr. Gabriel Monteiro da Silva, citando os seguintes dados:

— Na classe do ensino pré-primário é de se registar ainda a despesa de Cr$ 18 740,00 com 10 escolas subvencianadas; na do ensino primário registam-se 1 736 escolas públicas municipais, além de 284 subvencionadas; na do secundário, temos 6 ginásios e 8 escolas normais, além de 25 ginásios e 11 escolas normais subvencionadas; na do profissional, 5 escolas profissionais e 1 aprendizado agrícola, além de 37 escolas profissionais subvencionadas; na da educação artística e cultural, a despesa abrange professores de música, numerosas bibliotecas, teatro, museu e jardim zoológico e os auxílios: bibliotecas, conservatório dramático e musical e escolas de música, orfeão, associações culturais, grêmios, rádio propaganda e incremento da cultura artística; na da educação física; professores, parques infantis, estádios municipais, e auxílios e 2 escolas de educação física, a clubes de esportes atléticos e de regatas, a associações desportivas, às Comissões Municipais de Esportes, a parques infantis, para construção de estádios e praças de esportes, para desenvolvimento da cultura física, para a criação da Inspetoria Regional de Esportes e para diversas praças de esportes; na classe dos sistemas educativos diversos: auxílio a Escolas de Farmácia e Odontologia, a Escolas de Aviação e Aeroclubes, ao escotismo e à educação cívica.

14,64% da renda dos impostos municipais já aplicados no desenvolvimento dos sistemas educativos

— Essa despesa vem crescendo anualmente, "pari-passu" com o aumento da receita, — continuou o Diretor do Departamento das Municipalidades elevando-se no ano corrente de 1943, a 14,64% sôbre a renda dos impostos, a percentagem a ser empregada na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Como será aplicada a quota destinada ao ensino primário

E finalizando a entrevista, afirma o Sr. Gabriel Monteiro da Silva:

— Agora, pelo Convênio, vai receber decisivo impulso o ensino primário. Da quota a esta reservada, 10% se destinarão ao serviço da caixa escolar, 10 a 20% ao pagamento da dívida de Cr$ 18 000 000,00 correspondente a 30% do adiantamento de Cr$ 60 000 000,00 que o Estado se obriga a fazer para a construção ou aquisição de prédios escolares no interior, para o ensino primário, onus que suportará apenas o município que for beneficiado com a medida, utilíssima, por isso

que dará prédios escolares a todos aqueles que dêles necessitem. Isso, fora o pessoal docente e administrativo e a competente assistência técnica, para a mais perfeita organização e funcionamento dos serviços do ensino primário.

Prevê ainda o Convênio a criação a todos os títulos feliz, da "Comissão Executiva" incumbida de orientar e fiscalizar os serviços que êle objetiva, composta de representantes da Interventoria, da Secretaria de Educação e do Departamento das Municipalidades".

Departamento das Municipalidades

CONGRESSO DOS PREFEITOS DO ESTADO — SERÃO FOCALIZADOS DIVERSOS PROBLEMAS MUNICIPAIS — Realizar-se-á brevemente em São Paulo uma reunião dos Prefeitos de todos os municípios do Estado. Na reunião serão estudadas medidas tendentes a ampliar a produção geral dos municípios e os meios necessários, ao seu escoamento, bem como a solução de problemas de saúde pública, de educação, urbanismo e demais peculiaridades da vida municipal.

Será nomeada, pelo govêrno do Estado uma comissão composta de diversos prefeitos e técnicos de urbanismo, presidida pelo Sr. Gabriel Monteiro da Silva, diretor geral do Departamento das Municipalidades, para elaborar o programa de ação do Congresso dos Prefeitos do Estado, um programa de caráter prático e visando entrosar os municípios uns com outros, para melhor atender às solicitações do momento e ao mesmo tempo, evidenciar as insuficiências existentes afim de serem sanadas imediata e completamente, devendo os prefeitos enviar sugestões à comissão.

Instituto Histórico e Geográfico

9.ª SESSÃO ORDINÁRIA — A POSSE DO SR. SILVEIRA PEIXOTO — SESSÃO EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DE D. JOSE' GASPAR — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 6 de setembro último, a sua nona sessão ordinária do corrente ano de 1943, com a presença dos srs. José Tôrres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, N. Duarte Silva, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Djalma Forjaz, Ernesto de Sousa Campos, Cárlos da Silveira, Joaquim Alfredo da Fonseca, Tenório de Brito, Afonso José de Carvalho, Arrison de Sousa Ferraz, Igor Dolborukij, Otoniel Mota, Américo B. A. de Moura, Luiz Ribeiro do Vale, Enzo Silveira, José A. Magalhães, Soares Brandão, Frederico Brotero, Celestino Fazzio, Álvaro da Veiga Coimbra, José Carlos de Ataliba Nogueira, J. B. Silveira Peixoto, Geraldo Rúfolo, Fausto de Almeida Prado Penteado, Meneses Drummond, Ulisses Coutinho, Raul de Sá Pinto e João B. de Campos Aguirra.

Fizeram-se representar: o Sr. Interventor Federal, pelo Capitão Miguel Gouveia Franco; o Comandante da Segunda Região Militar, pelo Tenente José Maria Romagueira; o Comandante da Fôrça Pública, pelo Tenente Astolfo de Araújo; o Sr. Secretário da Justiça, pelo Sr. Ivan Vergueiro; o Sr. Consul de Portugal, pelo Sr. Álvaro Soares Brandão; e o Instituto Genealógico Brasileiro pelos Srs. Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij e Olavo Dias da Silva. Justificaram ausência os Srs. Aureliano Leite, Arnaldo Amado Ferreira e J. R. de Sá Carvalho.

Havendo número legal, o Sr. Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto que se achava ladeado pelos Srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários, declarou aberta a sessão, dedicada à memória de D. José Caspar de Afonseca e Silva, vice-presidente do Instituto, recentemente falecido em um desastre de aviação.

A seguir, o Sr. Tôrres de Oliveira convidou para tomar parte da mesa os Srs. Sebastião P. de Afonseca e Silva e César de Afonseca e Silva, respectivamente, pai e irmão de D. José Gaspar de Afonseca e Silva, bem como os representantes do Sr. Interventor Federal, do Comandante da 2.ª Região Militar e da Fôrça Policial do Estado. Antes de iniciar as homenagens, o Sr. Tôrres de Oliveira comunica que, por encontrar-se na ante sala um sócio recentemente eleito, o Sr. José Benedito da Silveira Peixoto, determinava que fôsse o mesmo introduzido no recinto, antes dessas homenagens, afim de ser empossado, para o que nomeou uma comissão composta dos Srs. Frederico Brotero, Enzo Silveira e Cel. Tenório de Brito os quais acompanharam o sócio recipiendário até a mesa onde o sr. Silveira Peixoto assinou o livro de presença, enquanto a assitência se conserva de pé. A seguir, o Sr. Presidente dirigiu uma saüdação ao novo sócio, congratulando-se com a sua entrada para o Instituto.

Ocupa a tribuna, depois, o Sr. Silveira Peixoto, para agradecer a saüdação do Sr. Presidente, tendo dissertado, em seguida, a respeito da figura de Prudente de Morais, que já fôra objeto de estudo por parte do orador, em livro recentemente publicado. Prolongada salva de palmas seguiu-se às suas palavras.

Voltando a falar, o Sr. Tôrres de Oliveira se refere sumàriamente ao acidente brutal que enlutou o país, no dia 27 de agôsto próximo passado, dando a seguir a palavra ao orador oficial do Instituto, Sr. Ataliba Nogueira, afim de fazer o necrólogio de D. José Gaspar de Afonseca e Silva, que falecera naquele acidente. Ocupa a tribuna o Sr. Ataliba Nogueira, tendo dissertado por mais de uma hora a respeito da figura, notável sob tantos aspectos, do último arcebispo de São Paulo, traçando-lhe o perfil biográfico desde o tempo em que realizou os seus estudos preparatórios, até à sua recente atuação, como diretor espiritual, na Arquidiocese do nosso Estado. A sua oração será publicada na *Revista* do Instituto

Retomando a palavra, o Sr. Tôrres de Oliveira declara que, ainda em homenagem ao ilustre morto, o Instituto não preencheria a vaga de vice-presidente, aberta com o desaparecimento de D. Gaspar, enquanto durasse o mandato da diretoria eleita em 1939. Pede, em seguida, que fôsse consignado na ata da sessão um voto de pesar pelo falecimento dos demais passageiros do avião sinistrado no dia 27 de agôsto, o Sr. Cásper Líbero, Monsenhor Alberto Teixeira Pequeno, Padre Nelson Norberto de Sousa Vieira, o Piloto do avião, tripulantes e demais passageiros. Pede, também, outro voto de pesar, pelo recente falecimento do Sr. Paulo de Lima Correia, Secretário da Agricultura do Estado, que era sócio efetivo do Instituto.

Ainda como preito às comemorações dessa noite o Sr. Tôrres de Oliveira declara que não seria lida a ata da sessão anterior, e que não se trataria de nenhum outro assunto pertinente à vida do Instituto, motivo por que declarou encerrada a sessão.

★

Dos municípios

Alegrete — (R. G. do Sul)

REUNIÃO DE PREFEITOS — Realizou-se na primeira semana de setembro último, em Alegrete, uma reunião dos Prefeitos de 10 Municípios do oeste do Estado, tendo sido estudados os orçamentos das respectivas comunas e assuntos de interêsse geral para os mesmos Municípios.

★

Alfredo Chaves — (R. G. do Sul)

MELHORAMENTOS PÚBLICOS — O prefeito municipal de Alfredo Chaves, sr. Rogério Galeazzi, prossegue em seu programa de embelezamento da cidade, com o início da remodelação da principal praça pública, arborização das ruas, abertura de avenidas e outros melhoramentos que já fizeram mudar o aspecto da cidade, sendo essas iniciativas acompanhadas de grande número de construções modernas.

★

Anápolis — (Goiás)

INAUGURADA UMA ESTAÇÃO RÁDIOTELEGRÁFICA — Foi inaugurado em Anápolis um possante aparelho de rádio telegrafia, destinado a comunicações com aeronaves que fazem viagem entre o Rio e Miami, atravessando centro geográfico brasileiro, com escalas na cidade. O ato de inauguração foi assistido pelo sr. Gilberto Afonso Pena, prefeito Câmara Filho, capitão Levertino Leão. Foi enviada uma mensagem congratulatória ao presidente Getúlio Vargas.

★

Angra dos Reis — (Rio de Janeiro)

A "PONTA DO EIXO" PASSOU A DENOMINAR-SE "PONTA DOS ALIADOS" — Na grande enseada que se extende até Bracuí, ao sul de Angra dos Reis, do lado direito de quem entra, existe uma ponta, proeminência das terras da Fazenda do Pontal, e que, desde remotas eras, era chamada "Ponta do Eixo". Com a entrada do Brasil na guerra, os habitantes locais mudaram-lhe o nome, para "Ponta dos Aliados".

★

Aracati — (Ceará)

INSTALAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL — Com várias festividades, teve lugar no dia 5 de setembro último a instalação do novo Paço Municipal de Aracati. No ato falaram o prefeito, sr. Mário Lima, e vários outros oradores.

★

Araruama — (Rio de Janeiro)

COMPRA DE TERRENOS URBANIZADOS — Foi publicado no *Diário Oficial* do Estado do Rio, um edital da Comissão de Urbanização de Araruama sôbre as inscrições para a compra de terrenos urbanizados daquela cidade, pertencentes ao domínio estadual. Essas compras poderão ser feitas à vista ou a prazo. As propostas serão recebidas na séde da Comissão, à avenida 3 de outubro, edifício da Secretaria de Viação e Obras Públicas, ou em seu escritório à avenida Felix Moreira, na cidade de Araruama.

UMA SÉRIE DE GRANJAS CAPAZES DE FORNECER ALIMENTAÇÃO PARA 20 MIL PESSOAS — O govêrno do Estado do Rio deu início em agôsto último à urbanização de Araruama, um dos lugares mais pitorescos da terra brasileira, com seus moinhos, suas salinas, suas casas grandes que falam, através de suas salas amplas e desbotadas, dos velhos tempos imperiais.

Em Araruama vai nascer uma cidade nova, com capacidade para mais de vinte mil habitantes. Dentro em pouco serão iniciados os estudos do desvio do rio Bacaxá para a irrigação desta região, que certamente se transformará num dos mais importantes celeiros da capital da República.

Araruama terá também novas indústrias. Para apressar a execução dêsse programa, resolveu o govêrno construir na cidade um grande hotel, que, atraindo os homens, viesse desenvolver a iniciativa particular.

Êsse hotel, recentemente inaugurado pelo comandante Amaral Peixoto, está situado no alto de uma colina e é dado por uma faixa de grandes granjas capazes de alimentar vinte mil pessoas.

A experiência de Araruama, que já se pode considerar vitoriosa, será levada imediatamente a outros pontos do Estado do Rio, como São João da Barra, Cabo Frio e Saquarema.

★

Barra Mansa — (Rio de Janeiro)

INAUGURADO O SERVIÇO DE ÁGUAS — O Interventor Amaral Peixoto inaugurou em agôsto, em Barra Mansa, as obras de captação e tratamento de água para a população local, avaliada em quase três milhões de cruzeiros. Durante mais de 30 anos, a região, uma das mais prósperas do sul fluminense, com as suas indústrias e os seus campos de pastagem, foi devastada pelo tifo.

Após a inauguração, o interventor fluminense, a convite do coronel Edmundo Macedo Soares, dirigiu-se para Volta Redonda, onde almoçou, dali rumando para Barra do Piraí, e, em seguida para Sacra Família e Rodêio. Nessa viagem, que durou dez horas através de numerosas cidades e vilas, o interventor teve ocasião de ver lavradores, comerciantes, criadores, prefeitos e outras pessoas, realizando uma inspeção aos vários serviços que sua administração mantém nas regiões percorridas.

★

Belém — (Pará)

INSTALAÇÃO DO MUSEU DE BELÉM NO SOLAR DO BARÃO DE GUARAJA' — A Prefeitura Municipal de Belém adquiriu há tempos, por 250 mil cruzeiros, o solar do barão de Guajará afim de, no mesmo, ser instalado o Museu de Belém, no qual reunir-se-ão os objetos coloniais ligados à história paraense e que estão atualmente distribuídos por vários lugares.

Não se sabe ao certo, por quem teria sido mandado construir o solar. Nenhum documento foi encontrado fazendo referências nêste sentido. Em 1838, o prédio foi adquirido pelo visconde Arari (Antônio de Lacerda Chermont), que em vários períodos ocupou o cargo de presidente da Província. Sua construção data, porém, do ciclo colonial, sendo, depois do Palácio do Govêrno, o mais antigo prédio edificado na praça Independência, hoje d. Pedro II e conhecida popularmente por largo do Palácio. Passou mais tarde para propriedade do barão de Guarajá (Domingos Antônio Rayol), depois do casamento dêste com uma sobrinha de Chermont, que herdou o imóvel.

Sob o domínio do barão, o solar sofreu modificações. Bibliófilo apaixonado, estava em permanente contacto com os escritores da época. Publicou várias obras, sendo a mais importante os *Motins Políticos* em cinco volumes. Deixou também a *História Colonial do Pará*, infelizmente incompleta e ainda estudos sôbre vultos e fatos da história regional, disseminados nos jornais e revistas do seu tempo.

Quando o solar foi adquirido pela Prefeitura, sua direção foi entregue ao historiador Ernesto Cruz. A biblioteca mereceu dêste cuidados especiais. Os clássicos enchem as prateleiras. Três edições da *Divina Comédia* em italiano, português e espanhol. Vêm-se também nas estantes os trágicos gregos, o teatro de Corneille, de Molière, obras de Voltaire, Ibsen, e uma grande coleção de peças francêsas. Obras raríssimas impressas em 1789. Os *Anais Históricos* de Berredo e Ensaio coreográfico de Baena; *A Santa Casa Paraense* de Artur Viana, e um exemplar de *Natércia* de Camões, que é uma raridade, e constitui um dos mais perfeitos e artísticos trabalhos tipográficos, impressos no Instituto Lauro Sodré em 1904.

Outro valiosíssimo livro, cuja impressão data da fundação da cidade de Belém, 1616, sôbre filosofia, está em perfeito estado de conservação.

Para o tombamento do solar no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram tomadas já várias providências pelo delegado daquela entidade em Belém, historiador Artur Cesar Ferreira Reis.

★

Brasília — (Minas Gerais)

ELEVAÇÃO DO DISTRITO DE SÃO JOSE' DA PONTE A MUNICÍPIO — Os lavradores do distrito de São José da Ponte, ora pertencente a Brasília, enviaram, em setembro último, uma exposição à Comissão de Revisão Territorial solicitando a elevação daquela localidade a Município.

★

Campos — (Rio de Janeiro)

LIGAÇÃO DA LAGOA FEIA AO MAR — Prosseguem as obras de saneamento que estão modificando profundamente a paisagem física e econômica da terra campista. Após a construção de uma série de muralhas que evitarão continui a cidade de Campos a ser invadida pelas águas do Paraíba, dando mais um passo nessa obra de restauração da terra e valorização do homem, está sendo aberto, na bacia do Furado, um gigantesco sangradouro — o canal da Flexa — ligando a lagoa Feia ao mar. Trata-se de um trabalho importante e que, uma vez concluído, fará baixar de três metros o nível atual das águas da lagoa. Além de trazer novas possibilidades a uma vastíssima região fluminense, o canal da Flexa fará da lagoa Feia um dos pontos mais pitorescos da terra brasileira. A Ponta Grossa dos Fidalgos quase a divide em duas. Nêsse pedaço de terra, que avança sôbre as águas, há a histórica e famosa Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, erguida no século XVII, vista de longe, parece estar construída precisamente no centro da lagoa Feia, lagoa que o Imperador, visitando-a em 1847, desejou que a denominassem de Bonita...

★

Campos — (Sergipe)

EXTRAÇÃO DE CRISTAL DE ROCHA — Várias amostras de cristal de rocha, provenientes do município de Campos, em Sergipe, acabam de ser levadas a Aracaju, sendo consideradas de boa qualidade e, por conseguinte, de aproveitamento nos vários fins a que serve êsse mineral de grande importância para a indústria de guerra.

A extração do cristal de rocha está se fazendo em muitos municípios do sul de Sergipe, tendo operado uma transformação na economia dos mesmos e na vida dos seus habitantes.

★

Campos do Jordão — (São Paulo)

UMA PALESTRA SÔBRE AS VANTAGENS DO CLIMA LOCAL — Na reunião do Rotary Clube de São Paulo, de 17 de setembro último o rotariano Benjamin Hunnicutt, falou sôbre as vantagens do clima de Campos do Jordão para as pessoas necessitadas de descanso. Mostrou o êrro dos que ainda hoje supõem o admirável clima da Mantiqueira benéfico apenas para os portadores de doenças do pulmão. Campos do Jordão, disse o orador, é um poderoso revigorador das energias, motivo pelo qual já é hoje procurado por inúmeras pessoas que ali vão gozar férias. Finalizou suas palavras mostrando a necessidade de ser posto em prática o plano de urbanismo traçado para aquela cidade, o que muito contribuiria para o seu desenvolvimento imediato.

★

Caruari — (Amazonas)

FENÔMENO DE "TERRA CAÍDA" — Caruarí vem sofrendo conseqüências desastrosas do fenômeno de "terra caída".

O rio continua no seu trabalho de erosão, diminuindo as terras da cidade. Nêstes dez anos, as águas já levaram duas ruas ribeirinhas, com todo o seu casario e ameaça no momento, a terceira rua.

A Prefeitura local, após cuidadoso reconhecimento de terreno, deliberou localizar definitivamente, a futura cidade, na zona nordeste.

★

Caxambú — (Minas Gerais)

1.º CENTENÁRIO DA DESCOBERTA DA PRIMEIRA FONTE DE ÁGUA MINERAL — A cidade de Caxambú comemorou no dia 16 de setembro último com grandes festas, duas datas, que representam os marcos decisivos de

sua evolução; o centenário da descoberta do primeiro veio de água mineral e o 42.º aniversário de sua emancipação política. Autoridades, associações de cultura e de classe, elementos representantivos da sociedade local e povo em geral participaram da comemoração das duas efemérides. A missa campal realizada às 9 horas reuniu milhares de pessoas. Foi oficiante o cônego José João de Deus. Dentre as pessoas que estiveram presentes a cerimônia destacaram-se o prefeito Renato Maurício e Silva, que representou o Governador Benedito Valadares e os secretários de Estado mineiro o ministro Carlos Maximiliano e o bispo de Pesqueira, D. Adalberto Sobral.

A propósito do centenário da descoberta da primeira fonte de água nesta cidade, é oportuno divulgar alguns apontamentos históricos sôbre Caxambú, não se podendo esquecer a figura patriarcal do advogado Felício Germano de Oliveira Mafra, o descobridor das primeiras fontes, em 1843.

Antes, ao local das chamadas "águas santas", de mistura os padecentes de dispepsia e calculose, chegavam inúmeros leprosos. No acampamento improvisado, a promiscuidade provocava reações dos que não eram portadores de doenças infecciosas. De tal modo elas se tornaram que houve necessidade da intervenção do poder público.

Assim, em 1841, o juiz Aleixo de Carvalho, da comarca de Baependí, mandou incendiar o acampamento e expulsar os portadores do mal de Hansen. A destruição sobrevinda sucedeu o abandono do local. As águas das fontes se misturaram às águas dos charcos. Sòmente dois anos depois é que, realmente, se processou a descoberta das primeiras fontes, por Felício Germano de Oliveira Mafra. Nêsse mesmo ano, o português João Constantino, com os 90 mil réis que lhe entregara o fazendeiro Antônio de Oliveira Andrade, de Barra Mansa, em reconhecimento à terra cujas águas lhe curara os males da esposa, tomou as primeiras providências para a fundação da cidade. Ajudaram-no nessa empreitada José Nogueira de Sá e Antônio Teixeira Leal. As duas primeiras casas da cidade foram levantadas em 1850 e 1853.

E, assim, à margem do lendário rio Bengo, nasceu a povoação de Águas Virtuosas de Baependí. Mais tarde, chamou-se a vila de N. S. dos Remédios de Caxambú.

Fundado o primitivo aldeiamento, teve logo a simpatia de ilustres freqüentadores das suas águas. Um dos mais antigos, desde 1849, o padre Correia de Almeida, passou a escrever entusiásticos poemas dizendo "ter que compor um lundú às águas de Caxambú"... Como homenagem a cidade deu ao seu Grupo Escolar o nome dêsse sacerdote.

A fama das águas, já naquele tempo, levou eminentes homens do Império, como o marquês do Paraná, Teófilo Otoni e Caxias, a passarem lá semanas em ranchos e casas sem o menor confôrto, com o fim de fazerem uma cura hidro-mineral na estância ainda embrionária. Não havia estrada de ferro senão até Boa Vista (hoje Engenheiro Passos), sendo a viagem daí para diante seguida em lombo de burro, três dias a fio, através da serra do Picu.

Mas os melhoramentos surgiram, pouco a pouco, tanto na viagem como nas instalações da hidrópole, onde em 1894 poude ser construído por João Carlos, o melhor hotel que então houve em todo o Brasil. Alguns anos depois, o prefeito Camilo Soares transformava a localidade, rasgando avenidas, dando-lhe luz elétrica, água potável e esgotos, de sorte a criar-lhe o aspecto moderno com que encanta os turistas e "aquáticos" dos nossos dias.

As fontes — Vale a pena recordar o ciclo evolutivo da estância, para chegar da Água Santa de 1843 ao que é em nossos dias. — Aí onde o primeiro poço efervescente foi descoberto, havia outrora um matagal que se erguia e um ribeirão que se derramava sôbre imenso atoleiro. Desbravado e enxuto o terreno, outros olhos de água gazosa apareceram. Em 1873 já eram 5 os mananciais que borbulhavam, uns perto de outros, e cada qual com sua propriedade curativa diferente; êste, rico de ferro; aquele, parecendo sulfuroso; os demais contendo sais alcalinos, mas com teor diverso, quanto à respectiva mineralização.

Correram os tempos. Cada vez que, de melhoramento em melhoramento, se faziam obras no local, o solo agradecia, abrindo-se em novas fontes, estas também diferentes das já conhecidas. Dêsse modo, outros vinte anos passados, contavam-se mais 5 fontes com usos terapêuticos especiais. E agora, em 1943, ainda um novo manancial é inaugurado, na data do centenário de Caxambú.

Onze fontes encontram-se hoje na hidrópole:

D. Pedro — Águas muito ricas de gás carbônico e as mais radioativas do grupo. Estimulantes, tônicas e diuréticas, agindo mesmo em pequenas doses.

Viotti — Águas muito radioativas, mas menos carbônicas que na *D. Pedro*. Poder digestivo muito louvado pelos doentes. Altamente diuréticas. Associadas às da Mairink n.º 2, encarnam a medicação de escolha para o tratamento dos males de fundo urêmico.

Mairink N.º 2 — Bastante radio-ativas as águas, e com mínimo título carbônico. São as que convem para as grandes doses. Foram comparadas às águas de Evian. Para as doenças dos rins e das vias biliares.

Mairink n.º 1 — Muito mais rádio-ativas do que as da n.º 2, mas quase potáveis, pela fraca mineralização. Mornas, como as da fonte irmã, são úteis nas gastrites por abuso do gêlo.

Leopoldina vulgarmente a (*Magnesiana*) — Esta fonte tem as águas mais acídulas de Caxambú. Indicações especiais: fraqueza dos orgãos digestivos, falta de ácido clorídico, prisão de ventre por abuso da alimentação cárnea.

Duque de Saxe — Águas medicinais para transtornos das vias biliares (icterícia, calculose, vesícula de estase, fígado tórpido, etc.).

D. Isabel — Principal fonte férrea, com águas de sabor típico. Pouco rádio-ativas, preciosas nas anemias, impaludismo crônico, opilação, perturbações da puberdade.

Conde d'Eu — A mesma indicação da D. Isabel, mas com menos 1/3 de ferro do que a água precedente, donde o seu emprêgo para as crianças.

Beleza — Fonte também levemente ferruginosa e rica de sais de magnésio, em ótimas condições de serem assimilados pelo organismo, o que as indica na profilaxia do cancer. Atualmente, elas são procuradas para uso externo, o que explica o nome popular.

Venâncio — Última fonte captada, cuja inauguração se fêz a 16 de setembro. Suas águas são também alcalino-gazosas, delas ultilizando-se a Emprêsa para os banhos carbo-gazosos, de tamanha importância em terapêutica.

Mairink n.º 3 — Vale uma água potável, muito pura aliás.

★

Caxias — (R. G. do Sul)

GRANDE BARRAGEM PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA À POPULAÇÃO — Por ocasião da última estiagem que assolou o Rio Grande do Sul, o município de Caxias foi um dos mais atingidos, principalmente a sede da edilidade. Durante 4 meses, a Prefeitura foi obrigada a fornecer, de casa em casa, o suprimento de água, no perímetro urbano. Para evitar a reprodução dos tristes fatos então ocorridos, o prefeito local, sr. Dante Marcucci, providenciou a imediata construção de uma grande barragem, com capacidade de um milhão e quinhentos mil metros cúbicos, a qual colocará a cidade a salvo de novas sêcas, mesmo que não chova durante um ano.

A barragem será festivamente inaugurada no dia 10 de novembro próximo.

Clevelândia — (Território do Iguaçu)

DADOS INFORMATIVOS SÔBRE O MUNICÍPIO — O *Boletim* insere a seguir, substanciosa monografia sôbre o Município de Clevelândia, organizada pelo saudoso engenheiro civil Francisco Guttierrez Beltrão, que fôra encarregado pelo govêrno do Estado de apresentar uma síntese descritiva das condições físicas, políticas e econômicas de três municípios, com o objetivo de orientar providências, visando o seu desenvolvimento.

As sugestões apresentadas nêsse trabalho, oferecido ao Secretário Geral do C.N.G. pelo Ten. Luiz Santos, operoso prefeito municipal, nada perdem em oportunidade com a anexação do Município ao território federal do Iguaçú, porque antes, com a criação dêste, surge o clima propício aos grandes empreendimentos capazes de firmar o surto progressista que o autor já vislumbrava, quando sob a jurisdição estadual.

Clevelândia, cujo nome presta homenagem ao Presidente da República Norte-Americana, que em famoso laudo arbitral decidiu a secular questão das Missões, gosa de situação excepcional pela posição em que se situa, por suas riquezas naturais e indisfarçável importância política.

O engenheiro Beltrão fêz anteceder as precisas informações sôbre a situação física, a orografia, a hidrografia, as condições políticas e econômicas, divisão administrativa e judiciária, etc. do município, de bem traçada resenha histórica da zona em que está êle situado.

Nessa sinópse cujas divisões são caracterizadas por movimentos de ascenção e decréscimo econômico, determinados por causas diversas, abriu-se em 1.º do corrente para a antiga Bela Vista, um novo e promissor capítulo com a criação do território federal do Iguaçú, em que está agora situada, providência do maior alcance e da qual muito se espera para o progresso da região.

"Em cumprimento a obrigação figurada em contrato de 11 de maio de 1933, que firmei com o Govêrno do Estado, devem ser estudados três municípios, para uma síntese descritiva de suas condições físicas, políticas e econômicas, orientadoras de providências que possam assegurar, intensificar ou incentivar o seu desenvolvimento econômico.

Entre êsses, municípios figura o de Clevelândia, objeto dêste memorial, situado no extremo sul do Estado, afastado de centros comerciais, com deficiente sistema rodoviário e população escassa e de condições econômicas que não correspondem às riquezas naturais do solo, à salubridade de seu clima e ao trabalho de seus habitantes.

Fatores extranhos à região têm determinado a impossibilidade de seu progredir e de tal modo, que devem ser referidos para justificativa de uma situação que pode ser fàcilmente modificada para que essa região participe do surto de iniciativas, empreendimentos e rápido progresso que carateriza o presente do Paraná.

O Município referido faz parte da região situada ao sul do rio Iguaçú, cujos antecedentes históricos devem ser relatados para justificativa de suas atuais condições e do direito que lhe assiste de esperar o amparo oficial, compensador do seu passado de lutas e apreensões e garantidor da prosperidade que os seus recursos próprios asseguram.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As chamadas *bandeiras* que outrora se irradiaram com os caraterísticos próprios às diversas regiões objeto de suas investidas, tiveram aqui, na região sul do Paraná, um meio impróprio aos feitos de repercussão e se manifestaram pór trabalhos obscuros e perseverantes indicadores de tenacidade individual e merecedores de atenção e reconhecimento por sua finalidade patriótica.

Dois fatores, porém, contrariavam grandemente os esforços dos primitivos ocupantes das terras, no desenvolvimento da indústria pastoril, por êles corajosamente iniciada, propagada e defendida: de um lado a pretenção argentina, de por aí extender os limites de seu domínio territorial e, de outro, a resistência dos índios botucudos a qualquer entendimento pacífico e civilizador.

Assim havia, a oeste, a incerteza sôbre a brasilidade das terras ocupadas e, a leste, a hostilidade permanente dos indígenas, a constante vigilância, as represálias, as lutas e os prejuízos disso decorrentes.

Desenvolvida dificilmente a iniciativa individual, era impossível que, nessas circunstâncias, dela resultasse progresso eficente, em outras condições assegurado pela qualidade, beleza e extensão dos campos existentes, pela salúbridade da região e pelas demais riquezas naturais aí encontradas.

As chamadas fazendas de criação de gado iam, no entanto, aumentando seus rebanhos, a custa da tenacidade e do ânimo aventuroso dos antigos bandeirantes ou seus sucessores, quando a questão de limites com a República Argentina entrou em sua última fase de estudos, reconhecimentos e interêsse.

Só então aí se manifestou a ação dos poderes públicos, com a criação de duas colônias militares, mandadas instalar ao oriente e na pròximidade dos rios Chapecó e Chopim, que eram os pretendidos por nossos vizinhos para limites de seu domínio e que compreendiam os dois centros de população urbana, Palmas, séde de distrito desde 1895 e de município em 1877, e Palmas de Baixo, séde de distrito em 1884, e mais tarde conhecido pelas denominações sucessivas de Boa Vista, Bela Vista de Clevelândia.

Se a última dessas colônias militares não teve grande influência no interêsse próprio da região, por motivo de sua situação, afastada da zona povoada de fazendas outro tanto não sucedeu com a colônia Chapecó, em cujas pròximidades foram iniciados e encorajados os trabalhos agrícolas, que, pelo afastamento para leste dos limites de incursões hostís dos índios botucudos, foram aumentados e tornados permanentes pelas famílias aí localizadas pela administração da colônia.

O amparo oficial permitiu além dêsse desenvolvimento de uma agricultura rudimentar, o incremento da indústria pastoril e o aproveitamento da herva-mate, aí nativa, abundante e de superior qualidade.

Da paz que presidiu ao andamento da questão de limites e dêsse amparo oficial resultou, uma notável prosperidade regional, mais assegurada pela indústria pecuária, depois fortalecida por capitais e iniciativas da Companhia

Frigorífica, que adquiria por compra grande número de fazendas para a indústria extensiva de gado vacum e lanígero.

Veio porém, a revolução de 1893; a invasão do Estado pelas fôrças revolucionárias, a permanência destas e a sua posterior retirada para o sul deram em resultado, para a região, o completo aniquilamento de sua nascente prosperidade, o abandono das antigas fazendas, o desânimo daí advindo e o aumento da população sertaneja, com elementos pouco tranquilizadores deixados pelas fôrças invasoras.

Era essa a situação de quase primitividade e de desalento, quando em 1895, foi derimida, a questão internacional, por laudo arbitral proferido, a nosso favor, pelo Presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América do Norte.

Período de 1895 a 1916

A confirmação da brasilidade das terras das Missões, entre os rios Chapecó, Chopim, Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Uruguai e Iguaçu, constituíu, porém, uma fôrça poderosa, que superou as contrárias, de prejuízos sofridos e desalento aniquilador; novas esperanças, novas atividades, novos encorajamentos trazidos por aquela fôrça e pelo fato de continuidade de construção da estrada de rodagem entre União da Vitória e Palmas.

Esperanças vãs, porém; são estintas as colônias militares que exerciam uma real ação tranquilizadora, paraliza-se a construção de estrada de rodagem e surge com intensidade a questão de limites Paraná-Santa Catarina, relativa a tôda a região sul de nossos Estados.

Passou a região a ser conhecida pela denominação de Contestado, tão própria para lembrar uma tradição nacional, mas tão contrária ás justas aspirações de paz, trabalho, esperaças e progresso.

Ainda bem que a construção da linha férrea entre os rios Iguaçú e Uruguai determinou o afastamento, para a região serrana de leste, dos índios botucudos, que desde então começaram a aceitar a ação civilizadora e de amparo dos funcionários federais para isso designados.

Da situação de incertezas trazida pela questão de limites, resultou para a região uma administração pública meramente defensiva, sem mais o caráter de ânimo construtor e eficiente, dando isso lugar a que as terras do sertão fossem sendo ocupadas por grande número de famílias, cujas chefes se esquivavam, por êsse modo, de ações a que muitos dêles estavam sujeitos perante as autoridades dos Estados de Paraná — Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Aumentada a população de foragidos, êstes se foram reunindo, para assim oporem resistência e mesmo hostilidades a atos dos poderes públicos, constituindo o conhecido agrupamento de Jacutinga e Irani, na zona de jurisdição paranaense e o sertão de fanáticos na de jurisdição catarinense.

O Paraná empregou todos os meios conciliatórios para dar fim a essa situação anormal, mas a sua propaganda foi inutilizada pelo bando mais violento e audacioso que na região incursára depois de incentivadas a questão interestadual de limites; a fôrça armada não foi mais feliz e dispersou depois de na luta ter sucumbido o seu valente comandante, o coronel João Gualberto.

Quanto á parte em território sob a jurisdição catarinense, o estímulo à resistência, pela vitória dos de Irani, criou uma tal situação de desassocêgo que exigiu a intervenção de fôrças armadas federais, com os conseqüentes prejuízos de tempo, dinheiro e muitas vidas.

Terminadas as lutas, a estas sucedeu um período de temores naturais, com absoluta paralização de iniciativas e de trabalho construtor, até que, por acôrdo firmado em 20 de outubro de 1916, foi dado por findo o litígio de limites e assim desaparecido o então principal fator de anormalidade e empobrecimento da região, onde o patrimônio territorial não tinha valor, as indústrias que aí se haviam criado eram quase que inexistentes e incertas e a garantia individual era muito precária.

A sintese dêsses fatos ocorridos até o ano de 1916, bem justifica a impossibilidade de qualquer desenvolvimento econômico da região, onde só se tornava digno de apreciação elogiosa o entusiasmo regionalista dos que aí residentes, conservavam as tradições de brasilidade, trabalho, tenacidade e confiança dos primitivos bandeirantes.

Período de 1916 a 1927

Determinados os limites interestaduais, ficou a região paranaense grandemente diminuída em sua extensão territorial e, mais do que isso inteiramente prejudicada em suas condições econômicas, pela transferência para o Estado vizinho, das principais fazendas de criação de gado, da zona servida por estrada de ferro e da população agrícola, tôda localizada ao sul do divisor de águas dos rios Uruguai e Iguaçu, fixado como uma das partes da linha de limites.

A diminuta população conservada paranaense procurou imédiatamente o meio próprio para mais rápida reabilitação econômica e o encontrou na indústria extrativa de hervamate, que se localizou principalmente no distrito de Mangueirinha, do município de Palmas e na parte fronteiriça com a República Argentina, do município de Clevelândia, denominação esta que substituíu a de Bela Vista, pela lei n.º 862, de 29 de Maio de 1909, em homenagem ao Presidente Cleveland, árbitro solucionador da questão Brasil-Argentina.

Essa indústria era, porém, de caráter impróprio a uma existência isolada e às expansões de desenvolvimento gradativo e seguro da região, tal o sistéma de organização de trabalho, com pessoal residente em lugares daí afastados e mesmo em grande parte não pertencente à nossa nacionalidade.

A situação em 1918 era, pois, de repovoamento vagaroso das fazendas pastorís, de extração de herva mate em Mangueirinha e na zona da fronteira e de nenhuma agricultura pela falta de população a isto consagrada, quando o Govêrno do Estado entendeu reservar para localização de nacionais uma grande extenção de terras devolutas existentes de um e outro lado do rio Chopim, para assim, mediante condições apropriadas a seu objetivo e interêsse, conseguir o povoamento de que tanto necessitavam os municípios de Palmas e Clevelândia.

Se a faixa ao longo do rio Santo Antônio, na fronteira argentina, anteriormente também reservada para colonização, não poude ser até agora convenientemente utilizada, para as terras ao longo do rio Chopim foram afluindo em grande número famílias de agricultores, trazidos por propaganda constante e onde anteriormente, em mais de 100 000 hectares, havia sertão despovoado e improdutivo, são mais tarde encontrados agricultores permanentemente localizados e esperançosos em suas aspirações de trabalho e prosperidade.

Outros núcleos coloniais são fundados por particulares, escolas públicas são mandadas funcionar em diversos pontos, é criado um Grupo Escolar na cidade de Palmas, é melhorada a antiga estrada de rodagem entre União da Vitória e Clevelândia, passando por Palmas, e mandado abrir para o Oeste um caminho de rodagem em continuação a essa estrada e melhora-se a estrada de Palmas a Mangueirinha com objetivo de a continuar até os campos de Guarapuava.

Sente-se a realidade de desenvolvimento e prosperidade, a zona agrícola já atendia às necessidades regionais, a procura tomava novo em-

pulso, a criação dos suínos se desenvolvia, a extração de herva-mate não tinha um comércio estável.

Eis, porém, que fatos imprevistos e estranhos aos interêsses regionais, fizeram paralisar êsse ressurgimento de trabalho e esperanças: A região é invadida por fôrças revolucionárias, combates aí se realizam, as lavouras são abandonadas, a indústria hervateira se estingue, a pecuária enfraquece, a confiança de tranquilidade é substituída por desassocêgo e assim termina êsse período de 1916 a 1927.

Período de 1927 a 1934

Fàcilmente se pode compreender qual a conseqüência do final dêsse período anterior: ânimo reconstrutor enfraquecido, fazendas com rebanhos diminutos, agricultura e criação de suínos novamente por iniciar, a região sertaneja de Oeste abandonada e mesmo tornada perigosa para os viajantes.

Não desapareceram porém, as aspirações de prosperidades: intensificam-se os trabalhos agrícolas e pastoris, surgem iniciativas, o Govêrno Federal manda construir uma boa estrada de rodagem, com início no povoado S. João, da linha Férrea São Paulo-Rio Grande, em direção a fronteira Argentina, passando por Palmas e Clevelândia, desenvolveu-se as colônias entre União da Vitória e Mangueirinha, inicia-se e progride a cultura do trigo, firma-se a localização de colonos nacionais nos núcleos para isso criados pelo Estado, sanea-se, por ação policial, a zona fronteiriça e a indústria de herva-mate é realizada.

Vem, porém, a revolução de 1930 e depois a de 1932, felizmente sem conseqüências diretas para a região mas de que resultaram naturais temores apreenções e intranquilidade, fatores contrários à produção e ao comércio.

Paralisa-se a construção da estrada de rodagem para o oeste, a indústria de herva-mate desaparece quase por completo e a pecuária, empobrecida e sem organização coletiva e orientadora de providência que ampare a síntese das condições sob que se fundamenta a situação atual.

Situação atual

Os poderes públicos, estadual e municipal, estão empenhados em novo resurgimento econômico da região e o Govêrno do Estado determinou a reconstrução e conservação da estrada de rodagem entre União da Vitória e Clevelândia, na extensão de 200 Km., subvencionou uma linha regular de diligências em todo o percurso dêssa estrada, dotou a cidade de Clevelândia de um grupo escolar primário, criou em Palmas um curso complementar ao primário, no grupo escolar dessa cidade, recebe com simpatia as iniciativas de povoamento promovido por particulares, anima os fazendeiros a um congraçamento para o objetivo de eficiente resurgimento da pecuária, determina que se estude a região, para que o conhecimento de suas condições atuais permite providência que a reanimem e amparem e por aí inicia o trabalho de cadastro territorial e de efetiva localização de famílias nacionais em terras devolutas.

Depois da síntese descritiva, objeto dêste memorial, darei os informes que se relacionam com estudo que me foi determinado e que possam facilitar a ação do Govêrno a favor do engrandecimento dessa referida região do Estado.

CONDIÇÕES FÍSICAS DO MUNICÍPIO

O município de Clevelândia faz parte da região cujos antecedentes históricos foram acima relatados e, situado no extremo sul do Estado, na encosta que se extende para o norte do divisor de águas dos rios Uruguai e Iguaçú, tem os seguintes limites e confrontações.

Limites e confrontações

Com o rio Iguaçú, ao nórte, entre as barras de seus afluentes da margem esquerda, Santo Antônio e Chopim, confronta com os municípios de Foz do Iguaçu e Guarapuava; segue pelo rio Chopim e depois pelo seu afluente denominado rio das Lontras até suas cabeceiras no divisor Uruguai-Iguaçu, confrontando com o município de Palmas; segue por êsse divisor, chamado linha Venceslau Braz pela comissão Federal que procedeu a sua demarcação, até a linha oeste de divisa internacional, confrontando com o Estado de Santa Catarina; segue por essa linha internacional, existente entre as cabeceiras dos rios Pepiri-Guaçú e Santo Antônio e determinada por marcos e desce depois por êsse rio Santo Antônio até sua fóz no Iguaçú, confrontando com a República Argentina.

Extensão territorial

Êsses limites compreendem a extensão calculada em 9 618 km. quadrados ou 931 551,540 hectares, correspondentes a 384 958,62 alqueires de 24 200 metros quadrados, unidade esta usual no município e adotada pelo Estado para o registo de lançamentos do impôsto territorial.

Campos

As antigas descrições físicas do município que assinalam a existência de grandes extenções de campo, conhecido pela denominação geral de Campo-Erê, nas chamadas fazendas de Campo Grande, Perseverança, Capetinga, Palma Sola, Campina do Gregório e Santa Tecla, generalizaram a crença de que ainda existe essa zona pastoril no oeste do município, quando em verdade nêste só se encontra matas em tôda a sua extensão, por ter passado, para território catarinense a região ao sul do divisor Uruguai-Iguaçu, em que estão situadas as referidas fazendas.

O atual município só tem campos em seu extremo oriental, no distrito de sua sede e de pequena extensão no distrito de Sant'Ana, nos lugares conhecidos pelas denominações de Marmeleiro e Sant'Ana, campos que abrangem uma extensão total calculada em 37 000 hectares, correspondentes a 15 289 alqueires ou 3,94% (por cento) da área total do município.

Não mais aí existem as grandes fazendas pastorís e mesmo no distrito da cidade só uma, por pertencer a um único proprietário, póde ser considerada como conservadora dos característicos das antigas fazendas de criação de gado vacum, a de Tunas e de Três Capões, do Sr. Estevam Ribeiro da Nascimento Júnior, aquela, e esta de Manoel Martins:

Os campos do município são, porém, notáveis pela qualidade das pastágens nativas, pela ondulação suave que os caracteriza e pela beleza e utilidade advindas da existência de capões de mato dispersos ou ao longo dos riachos do magnífico sistema hidrográfico que os serve.

Matas

Predominam no município a extensão de matas, em terras de excelentes condições agrícolas, farta rêde hidrográfica e salubridade reconhecida.

Essa extensão é calculada em 550 000 hectares, correspondentes a 227 272 alqueires ou 58,51% da área total do município.

Faxinais

A terceira gleba de terra é a coberta de faxinais, como é conhecida a vegetação existente nas terras sêcas e de inferior condições agrícolas e onde abundam o pinheiro e a imbuia, madeiras estas muito apreciadas por suas

diversas utilizações industriais e a herva mate nativa e de superior qualidade, constituidora de um dos elementos de grande valor no desenvolvimento econômico do Estado.

A sua extensão é de cêrca de 353 000 hectares, correspondentes a 145 878 alqueires ou 37,55% da área total do município.

Situações das glebas de terras

Os campos estão situados na parte leste, no distrito da cidade, sede do município; as matas predominam nas proximidades do divisor Uruguai-Iguaçu e nas dos rios que formam a notável rêde hidrográfica da região; os faxinais se encontram nas visinhanças dos campos e nas partes menos irrigadas da zona de matas.

Rio Iguaçu

A rêde hidrográfica do município é tôda pertencente à bacia do rio Iguaçú, que constitue o limite norte, de divisa com os municípios de Guarapuava e Fóz do Iguaçú.

Êsse rio nasce na serra do Mar, na parte oriental do Estado e com vasta bacia em que se desenvolvem seus muitos afluentes, corre para oeste em território paranaense, salvo no trêcho de divisa com o Estado de Santa Catarina, entre a foz do rio Negro, seu afluente de margem esquerda, e a linha férrea da Companhia São Paulo-Rio Grande, que atravessa perto das cidades União da Vitória e Pôrto União e na parte final de seu curso, entre a foz do rio Santo Antônio e a sua fóz no rio Paraná, em cujo trecho constitui limite internacional com a República Argentina.

O seu leito foi sempre proclamado como orientador de diretrizes de uma linha férrea de interêsse internacional, o seu percurso grandemente sinuoso entre margens rochosas e altas, reconhecido por trabalhos que mais tarde para isso foram realizados, aconselhou deslocar essa diretriz para a linha de cumiada das cabeceiras de seus afluentes da margem direita, entre os quais figuram o rio Tormenta, que separa o município de Guarapuava do de Foz do Iguaçu.

Na parte que limita o município de Clevelândia, tem êle um desenvolvimento de 168 Km. e altitudes entre 250 e 100 metros, com muitas corredeiras de saltos, dentre os quais se destacam os saltos Caxias, Carlos Sampaio e Faradái e com afluentes principais os rios Chopim, Cotegipe, Ampére, Capanema, Siemens e Santo Antônio, pela margem esquerda e Guarani, Isolina, Tormenta, Andrada, Gonçalves Dias, Floriano e Silva Jardim, na margem direita.

Essas suas margens são, ornadas de matas densas e primitivas, em sertão sem outros reconhecimentos que os feito pelas comissões incumbidas de determinação dos limites de zona objeto da antiga questão territorial Brasil-Argentina e de estudos para, ao longo da margem direita do rio, projetar uma linha férrea de Pôrto União à Foz do Iguaçú.

Rio Chopim

O principal afluente do Iguaçú na região objeto dêste memorial é o rio Chopim, que constitue linha de divisa com o município de Palmas desde sua foz até seu afluente da margem esquerda conhecido pela denominação de Lontras; de direção geral para noroeste, tem nêsse trêcho diversos saltos e um percurso de 260 Km. em curvas as mais caprichosas.

Pretendido pela República Argentina como o verdadeiro Santo Antônio, a que se referiram entendimentos anteriores relativos aos limites internacionais, todo o atual município de Clevelândia fêz parte da zona contestada que foi objeto da importante questão derimida a nosso favor por laudo arbitral proferido em 1895.

A sua bacia abrange tôdas as águas que banham os distritos de Clevelândia, Bom Retiro e Sant-Ana e as que correm no extremo nordeste do distrito de Dionísio Cerqueira; os seus principais afluentes da margem esquerda, dentro dos limites do município a partir de leste para oeste, são os seguintes:

a) *Rio das Lontras*, que nasce na pròximidade do cerro da Balisa, em altitude de 1 175 m., e, com a direção geral de noroeste e percurso de 30 Km., serve de limite com o município de Palmas.

b) *Rio do Banho*, cuja bacia compreende tôdas as águas que banham a sede do município e terrenos vizinhos; com percurso de 28 Km. tem por afluente, entre outros, os arroios do Brinco e Cachoeirinha, que limitam o rocio da cidade de Clevelândia.

c) *Rio São Francisco*, que chamado arrôio do Leão em seu curso superior, corre em direção norte com a extensão de 26 Km., deixando para léste a região dos campos do município.

d) *Rio Pato Branco*, que constitue o limite oriental das terras devolutas, mandadas reservar e aproveitar para localização de famílias nacionais; o seu curso é de 40 Km.

e) *Rio Ligeiro*, com percurso de 34 Km. no centro dessas terras aproveitadas para colonização.

f) *Rio Vitorino*, com 60 Km., no extremo ocidental dessas terras colonizadas e com afluentes entre os quais são muito conhecidos os rios Caçador, Fortuna e Forquilha.

g) *Rio Sant'Ana*, com 95 Km., em cujo trêcho inferior até o Chopim limita a região habitada e conhecida da que em mata primitiva se estende para oeste até a fronteira Argentina, são seus principais afluentes o Marmeleiro, de 49 Km., recebedor do Negrinho e o Marrecas, de 60 Km., recebedor dos rios Verde e Herval.

h) *Rio Viri* apenas conhecido como centro de lendas correntes, relativas a campo aí existente e a Assuntos preferidos por caçadores entusiastas de episódios anormais.

Rio Cotegipe

No sertão que da serra do Capanema se extende até o rio Iguaçu, corre êste rio Cotegipe, de percurso calculado em 64 Km.; só é conhecido o seu nome, dado pela comissão imcumbida do estudo da zona das Missões, objeto da questão internacional derimida em 1895 e já acima referida; de direção nórte, desagua no Iguaçú com altitude de cêrca de 230 m.

Rio Ampére

Com percurso de cêrca de 50 Km. nessa mesma zona sertaneja, tem êsse rio sua foz no Iguaçu, pouco abaixo do Salto Caxias.

Rio Capanema

Rio afluente do Iguaçu, com percurso calculado em 95 Km. entre as altitudes extremas de 850 m. e 200 m. e com bacia sul que confronta, a leste, com a do rio Sant'Ana, de que é separada por notáveis acidentes orográficos. Os seus principais braços formadores são o de oeste, perto do povoado Dionísio Cerqueira, o do centro, correspondente às contravertentes dos rios Maria Preta e Flores, da bacia do Uruguai, e o de leste, chamado Tamanduá, em contra vertente de águas que corem para o rio Capetinga, também pertencente a essa bacia do Uruguai; seus outros principais afluentes são conhecidos pelos nomes de Lageado Grande, a que aflue o das Antas, Jaboti, Cerro Negro, Santa Cruz e Encruzilhada.

Rio Siemens

De direção para norte, cái no Iguaçú abaixo dos saltos Faradai, entre os rios Capanema e Santo Antônio.

Rio Santo Antônio

Rio também afluente do Iguaçu e representativo de divisa internacional, desde sua cabeceira até sua foz, em que existem marcos deixados pela Comissão Internacional de Limites, em pontos fixados por coordenadas geográficas; no trêcho inferior do rio há um salto conhecido pela denominação de Patrocínio.

Condições gerais hidrográficas

Basta a relação acima dos grandes cursos d'água existentes no município, para se compreender a importância da rêde hidrográfica da região, cujas condições sob êste aspecto são das melhores, atento o sistema e um vale de água permanente.

Orografia

Se a linha de limite norte do município é constituída pelo rio Iguaçú, com altitudes entre 100 e 250 m. e a do sul pelo divisor de águas dos rios Uruguai e Iguaçu, com altitudes entre 825 m. em Dionísio Cerqueira, no extremo ocidental e 1 200 m. na cabeceira do rio das Lontras, a leste, onde começa o município de Palmas, fàcilmente se conclue o quanto é inclinada para o norte a figura geral do município, tôda situada na bacia do rio Iguaçu.

A linha de limite sul, pelo divisor referido, e chamada Venceslau Braz pela Comissão Federal incumbida de sua demarcação, tem denominações particulares apenas em dois trêchos, um chamado da Balisa, com um cerro de 1 200 m. de altitude, na proximidade da cabeceira do rio das Lontras, divisa com o município de Palmas, e outro denominado Serra da Fartura. De leste para oeste, essa linha tem os seguintes pontos notáveis, alem do cerro da Balisa já referida:

Cabeceira do rio do Banho, 1 000 m., cabeceira do arrôio Leão, formador do São Francisco, 975 m., cabeceira do Panelas, formador do rio Pato Branco, 925m., cerros dos Vieiras, 1 025 m., da 1.ª Balisa, 1 050 m., da Balisa do Meio, 1 075 m., e da última Balisa, 1 100., cabeceiras do Farturinha, 1 025 m., do Fartura, 950 m., do Forquilha, 925 m., do Vitorino, 925 m. cabeceiras do Sant'Ana, do Lageado Grande e do Juvêncio, 950 m., povoado Faxinal do Campoerê, 950 m., cabeceiras do Tateto, 925 m., do Tamanduá, 900 m., do Braço do Capanema, 875 m., Braço Oeste, 850 m., povoado Dionísio Cerqueira, 825 m.

Como ramificações principais dessa linha de cumiada existem a serra das Marrecas entre águas de cabeceiras que afluem para o rio Marrecas e a serra do Capanema entre águas dos rios dêste nome, Ampére e Cotegipe. Entre os rios Capanema e Santo Antônio deve ser destacado o cerro Negro, bastante elevado e de onde se divisa o sertão que se extende entre léste e norte.

Geologia e Mineralogia

Não há estudos da região sôbre suas condições geológicas e mineralógicas e nem mesmo qualquer coleta de elementos para início dêsses estudos, a não ser o conhecimento geral de existência abundante de cristais de rocha e de fontes de águas minerais, ainda não examinadas e encontradas no núcleo colonial por isso designado Núcleo das Águas e à margem do arrôio Tamanduazinho, da bacia do Capanema.

Clima e Salubridade

Município pouco povoado, com verdadeira região sertaneja coberta de matas ou faxinais com densos pinheirais, confrontando ao norte, sul e oeste com vastas estensões também de matas, com altitudes que se elevam, na zona povoada, entre 800 e 1 000 m., com ventos dominantes de direção sudoeste, e nordeste, com temperaturas nos meses de janeiro a março, entre as médias, de máxima e mínima, de 30° e 15° e com inverno, com temperaturas médias de 20°, máxima e 6° mínima, e, dias em que essa temperatura mínima chega a 8° abaixo de zero, seu clima é conhecido por êsses seus característicos gerais e a sua salubridade não sofre a menor contestação.

Só últimamente, em 1936, foi instalada em Clevelândia uma estação meteorológica, subordinada ao Govêrno Federal; breve será possível a obtenção de dados estatísticos comprovantes dos característicos gerais acima referidos e tão necessários aos trabalhos agrícolas que se estão desenvolvendo bastante.

CONDIÇÕES POLÍTICAS DO MUNICÍPIO

A região que a oeste de Palmas se estende até a fronteira argentina teve seu povoamento iniciado em fazendas pastorís com um centro irradiador no lugar conhecido pela denominação de Palmas de Baixo em território para isso doado por um dos posseiros instalados em sua próximidade.

Para menos dificuldade de seu desenvolvimento, a lei n.° 789 de 16 de outubro de 1884, aí criou uma freguezia com a denominação de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista, com território retirado do município de Palmas e limites fixados pela mesma lei.

Em 1892, por lei n.° 28, de 28 de junho, passou a freguezia e constituir município e a sua sede elevada à categoria de vila com a denominação de Bela Vista, mudada para a de Clevelândia pela lei n.° 862, de 29 de março de 1909, como homenagem ao árbitro, Presidente Vlevelând, que derimiu a questão internacional das Missões, que abrangia todo o território do município e parte do de Palmas.

Cidade de Clevelndia

No extremo oeste do terreno doado originàriamente para povoado, que se iniciou, desenvolveu e foi elevado a vila, em 1892, como sede de município, está situada a atual cidade de Clevelândia, a cuja categoria foi elevada, pela lei n.° 2 489, de 6 de Abril de 1927, a anterior vila, tornada sede de comarca judiciária, criada pela mesma lei.

Com situação pitoresca em terras de campo e mato entre águas que correm para o rio do Banho, afluente do Chopim, em altitude de 975 m., a cidade não poude ainda conseguir um desenvolvimento compatível com os recursos naturais do município de que é sede e isto por fatores extranhos ao aproveitamento dêsses recursos e às aspirações e atividades de seus habitantes, conforme foi explicado na síntese histórica da região, objeto de capítulo anterior do presente memorial.

Afastada 200 km. de estação ferroviária, em União da Vitória, a que está ligada por estradas de rodagem, sem revestimento protetor, a cidade tem uma população de 18 000 habitantes, 1 000 no quadro urbano e 100 no suburbano; com uma praça central a que fazem frente a principal igreja local, o edifício da Prefeitura e o do Grupo Escolar e uma outra na entrada da cidade, onde está localizado o edifício do mercado e projetada a construção de outro destinado a feiras e exposições de produtos regionais, tem a cidade suas ruas largas e bem alinhadas, com arborização efetiva na parte principal.

Servida por estação de correios e telégrafos, pertencente a rêde da respectiva Repartição Federal e por estação meteorológica, que começou a funcionar em janeiro do ano corrente, está a cidade ligada ao povoado Dionísio Cerqueira, na fronteira argentina, por linha telefônica pertencente à referida repartição federal.

O serviço de diligências para duas viagens por semana entre a cidade e União da Vitória, com passagem por Palmas, é subvencionado pelo Govêrno do Estado e aproveitado para transporte de malas do correio; para o interior até Dionísio Cerqueira, na fronteira argentina, estas são levadas por estafeta, funcionário público federal, em viágem a cavalo. Aí existe uma Coletória de rendas estaduais, é séde de uma Delegacia da Polícia e do 3.º Comissariado de Terras; falta-lhe, porém uma Coletoria Federal, cujos serviços estão afetos à repartição que funciona na cidade de Palmas, do município vizinho.

A administração municipal procura atender aos melhoramentos urbanos mais urgentes e compatíveis com o orçamento de suas rendas, certa, porém, de que em futuro próximo haverá recursos advindos do progresso que se inicia na região agrícola de oeste com o povoamento das terras devolutas e sem mais os fatores que o tem continuadamente prejudicado, para dar a cidade as condições de higiene e relativo confôrto de que é merecedora, pelo seu clima, salubridade e situação e pelo comércio que lhe proporcionará o engrandecimento econômico do município.

Para base de seu plano de ação construtora providenciou a confeção de uma planta cadastral da cidade, espera a legalização já requerida do título de domínio sôbre as terras de patrimônio municipal e conta com as instruções que devem ser ministradas em relação ao povoamento e modo de utilização da extença faixa de 100 Km, que ao longo da fronteira internacional está sujeita à restricões constitucionais; nêsse plano de empreendimentos figuram o incremento das atividades individuais agro-pecuárias, o maior desenvolvimento do sistema rodoviário a seu cargo e os serviços urbanos de iluminacão elétrica, de esgôto e de abastecimento d'água.

Divisão administrativa e judiciária

O município de Clevelândia tornado têrmo judiciário da comarca de Palmas, pela lei n.º 745 de 11 de março de 1908, passou a constituir uma comarca distinta por lei n.º 2 489, de 6 de abril de 1927 dividida em distritos, ora em número de 4 e denominados Clevelância, Bom Retiro, Sant'Ana e Dionísio Cerqueira, na ordem da situação de leste para oeste.

Para a administração de todos os serviços públicos extranhos aos de natureza judiciária é mantida essa mesma divisão do município em 4 distritos, cujos limites e situações são adiante especificados.

Distrito de Clevelândia

O distrito da sede do município e da comarca está situado no extremo leste do território municipal, com limites constituídos pela linha que segue ao sul, pelo divisor de águas dos rios Uruguai e Iguaçu, confrontando com território do Estado de Santa Catarina, vai pela reta de divisa leste do núcleo colonial do Caçador, daí à cabeceira do lageado do Pinheiro, pelo qual desce até sua barra no Pato Branco, pelo qual desce ao Chopim, depois pelo seu afluente, rio das Lontras até a cabeceira do Arrôio dos Capivaras, de limite sul, assim confrontando, ao norte e a leste, com o município de Palmas.

Dividido em 47 propriedades territoriais distintas, entre as quais a de n.º 1, pertencente à municipalidade, com a área de 7 063 500 mq. ou 291,88 alqueires, em que está situada a cidade de Clevelândia, é o distrito dos campos do município, com população de 3 600 habitantes.

A instrução primária é ministrada no Grupo Escolar, da cidade, em que para uma população de 400 menores de ambos os sexos e de tôdas as idades estão matriculados 200, de idades acima de 7 anos, o que bem representa o interêsse local pelo serviço de educação infantil; fora da cidade, no município há 26 escolas isoladas, sendo 16 estaduais e 10 municípais, com 810 alunos.

Distrito de Bom Retiro

Criado em 1920, por lei n.º 1 945, de 20 de março, com o território da colônia de nacionais mandado fundar pelo Estado margem esquerda do rio Chopim e com os das propriedades vizinhas, tem sua sede no povoado Bom Retiro, do núcleo colonial do mesmo nome e também sede da colônia acima referida.

Os seus limites começam no rio Chopim, na fóz do rio Pato Branco, sobem por êste e depois pelo seu afluente, lageado do Pinheiro, de cuja cabeceira vão em reta à serra da Fartura no divisor Uruguai-Iguaçú, confrontando, assim, a leste com o distrito de Clevelândia; pelo referido divisor de águas a serra da Fartura, ao sul, confrontando com território do Estado de Santa Catarina; dêsse divisor alcançam a cabeceira do rio Caçador e, a oeste, seguem por êste rio e depois pelo Vitorino até sua foz no Chopim até a fóz do Pato Branco, confrontando com o município de Palmas.

Zona colonial e agrícola, compreende as propriedades de números 50 a 68 e parte das de números 48 e 49 do cadastro territorial e embora com estensão inferior a de qualquer dos outros distritos, é a que tem maior população, de 6 500 habitantes de ambos os sexos.

Para patrimônio distrital foi demarcada a área de 2 000 hectares ou 826.45 alqueires onde existe o povoado, sede da colônia e do distrito, isto, porém, ainda não confirmado por título a ser expedido pelo Govêrno do Estado, o que tem prejudicado o andamento de providências municipais no sentido de evitar a localização desordenada de colonos que aí se instalam sem obediência a qualquer plano estabelecido para o traçado da povoação que aí se desenvolve bastante.

Distrito de Sant'Ana

Entre os distritos de Bom Retiro, a leste, e de Dionísio Cerqueira, a oeste, o município de Palmas, ao norte, e o Estado de Santa Catarina ao sul, está o território do distrito de Sant'Ana, com séde no povoado de Faxinal de Campoerê, que é dividido pela linha interestadual de limites.

A parte dêsse povoado conservada em território paranaense conpreende a capela aí existente as habitações que se encontram ao norte da estrada que segue para oeste até Dionísio Cerqueira.

Quanto aos limites do distrito, estão êles fixados pelo modo seguinte: Da barra do rio Vitorino, no Chopim, seguem por aquele rio e depois pelo rio Caçador, de cuja cabeceira alcançam o divisor Uruguai-Iguaçú, confrontando com o distrito de Bom Retiro; por êsse divisor até a cabeceira do arrôio do Tateto, confrontando com o Estado de Santa Catarina; descem por êsse arrôio e depois sucessivamente, pelo rio Marrecas e pelo rio Sant'Ana até o Chopim, confrontando com o distrito de Dionísio Cerqueira; sobem pelo Chopim até a foz do Vitorino, confrontando com o município de Palmas.

Há nêste distrito algum campo nos lugares Marmeleiro e Sant'Ana, sendo que o desta ultima situação possue característicos que o tor-

nam aproveitável para centro de colonização que se deve extender para o norte, entre os rios Vitorino e Sant'Ana.

O terreno Faxinal do Campoerê, designado no cadastro territorial pelo número 88, está reservado por lei, para patrimônio do distrito, sem que, porém, até agora tenha sido requerido o respectivo processo de medição e demarcação, exigido pela lei de concessão.

Com extensas zonas de faxinais e hervais e boas terras para agricultura, o distrito abrange os terrenos de números 69 a 91 e parte dos de números 92 a 95 do cadastro territorial e tem a população de 5 200 habitantes.

Distrito de Dionísio Cerqueira

No extremo ocidental do município está situado o distrito de Dionísio Cerqueira, limitado, ao norte, pelo rio Iguaçu, confrontando com os municípios de Foz do Iguaçu e de Guarapuava, e pelo rio Chopim, de sua fóz ao seu afluente denominado Sant'Ana, até o Marrecas, por êste e depois pelo arrôio do Tateto até sua cabeceira, no divisor Uruguai--Iguaçú, confrontando com o distrito de Sant'Ana, ao sul por êsse divisor até a fronteira internacional, confrontando com o Estado de Santa Catarina e, a oeste, pela linha de divisor entre as cabeceiras dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio e por êste rio até sua foz no Iguaçú, confrontando com a república Argentina.

Êste distrito judiciário, com séde no povoado de Dionísio Cerqueira, foi criado pela lei n.º 1 407, de 28 de março de 1914, com dois distritos policiais, o de Barracão, nome modificado por essa lei, criado em 1905, pelo decreto n.º 366, de 10 de outubro, e o de Capanema, pelo decreto n.º 76 de 18 de feveireiro de 1909.

Resolvida a questão de limites com o Estado de Santa Catarina o antigo povoado passou para o território catarinense, a não ser uma parte insignificante, com seis casos dispersas, que passou a ser a sede do distrito paranaense, com um único distrito policial, pela extinção do de Capanema, pela lei n.º 1 980, de 5 de abril de 1920.

Existem agora, em vizinhança, três povoados, um argentino, chamado Barracon, à margem direita do riacho cabeceira do rio Pepiri Guaçu, outro em território catarinense, à margem esquerda dêsse mesmo riacho, com o antigo nome de Barracão e o terceiro aqui no Estado do Paraná, com sede e com a denominação do distrito judiciário e policial de Dionísio Cerqueira.

Em verdade êste terceiro, povoado existe apenas por convenção, pois que essa denominação é imprópria para um diminuto número de casas espersas e inteiramente dependentes da parte catarinense, no entanto há interêsse de providências para que tal povoado se crie e desenvolva nêsse mesmo local ou um pouco mais para o norte, entre águas formadoras do rio Capanema.

Houve projeto de colonização nacional nesta região fronteiriça e mesmo escolhido local para um outro povoado à margem do rio Santo Antônio, e próximo da estrada de rodagem que dêsse rio vai ao rio Paraná, em território argentino, porém o assunto depende de entendimento com o Govêrno Federal e está agora sugeito a restrições constitucionais.

Embora a extensão do distrito seja bem maior que a dos demais distritos reunidos, a sua população é diminuta, com 2 700 habitantes.

A não ser na parte sul do distrito e na que é vizinha da fronteira entre Dionísio Cerqueira e Santo Antônio, onde estão localizados êsses habitantes, todo o restante da área do distrito é coberta de matas, em sertão com extraordinária rêde hidrográfica e orografia acidentada.

Fronteira Internacional

A constituição federal consigna dispositivo que sugeita a restrições quanto a povoamento, abertura de estradas e industrias, uma faixa de 100 Km. ao longo das fronteiras internacionais assunto de grande interêsse para o município de Clevelândia, que se limita a oeste com a República Argentina e que fica com 3 distritos, dos quatro em que está dividido o seu território, compreendidos naquela faixa.

Feito o cadastro territorial dêsse município e estudado êste para providências que incentivem o seu desenvolvimento econômico, é oportuno subordinar tais providências a um plano geral dos objetivos de interêsse nacional, que permita liberdade às iniciativas individauis e a ação dos poderes públicos estadual e do município.

Em memorial apresentado em separado serão fornecidos elementos informativos que poderão facilitar o estudo do assunto e posterior estabelecimento de projeto para execução do plano acima referido.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

Os antecedentes históricos da região a que pertence o município de Clevelândia justificam o seu desenvolvimento econômico, moroso e vacilante, sem correspondência com os seus recursos naturais e com as aspirações e energias de seus habitantes; prestar informes sôbre a realidade da situação atual e sôbre providências que a possam transformar em curto praso e manifestações de trabalho eficiente e de prosperidade econômica, é um dever impôsto pela obrigatóriedade contratual do presente memorial determinada pelo interêsse que a êsse objetivo tem o poder público estadual.

Agricultura

População escassa, de 18 000 habitantes, em uma estensão territorial de 940 000 hectares ou 388 499, 75 alqueires, significa a necessidade de povoamento como providência para desenvolvimento agrícola do município, onde a agricultura é rudimentar, com derrubadas de matas e capoeiras para cada período anual das culturas generalizada de milho e feijão; em lavouras são também comuns a cultura de mandioca e batata doce.

Há ainda as culturas não generalizadas de batatinha, arroz, amendoim, fumo, cana, trigo, centeio, aveia, cevada e alfafa com resultados animadores para seu maior desenvolvimento; quanto as frutas só a uva tem merecido atenção para exploração industrial, principalmente nas zonas colonizadas de Bom Retiro, onde os colonos brasileiros de origem italiana vindos, principalmente, de antigas colônias do Estado do Rio Grande do Sul estão satisfeitos com as culturas iniciais e as desenvolvem bastante.

Pereiras, macieiras, ameixeiras, figueiras, pecegueiros, laranjeiras, e nogueiras são apenas existentes em pequenas extensões a par de árvores frutíferas regionais, como jaboticabeiras, pitangueiras, guaviroveiras e ceregeiras.

Deficiente a rêde rodoviária do município e a distância de 200 Km. em que esta se acha de União da Votória, centro comercial servido por linha férrea, são os maiores embaraços ao resultado econômico do trabalho agrícola, que se deve incentivar em relação aos produtos que possam suportar os onus advindos dêsses embaracos ou que sejam necessários para o consumo local.

A permanência de um técnico orientador dos serviços de agricultura da conveniência de determinadas culturas e de intermediária para obtenção de mudas, sementes e máquinas agrícolas, seria a providência que o momento aconselha para o encorajamento das iniciativas in-

dividuais que óra se desenvolve com perseverança e trabalho confiante de resultados compesadores.

O moinho a cargo da Prefeitura Municipal, fornecido pelo Govêrno do Estado, é o animador da cultura do trigo, aí é feita vantajosamente e que por isso deve ser desenvolvida sôbre maior estensão territorial.

Pecuária

Com a passagem, para o território catarinense, das principais fazendas de criação de gado existente no município que se estendia, de norte a sul, entre os rios Iguaçú e Uruguai e pelas divisões de propriedades que ora constituem o município de Clevelândia, está êste em início de produção pecuária e, mesmo assim, sem diretriz coordenadora, apenas esboçada em cooperativismo que se espera implantar aqui no Paraná sob orientação do Exmo. Sr. Interventor do Estado.

Apenas as fazendas Tunas, Três Capões, Trindade, Santa Cruz, Rondinha-Cachoeira, Dois Irmãos e Lontras podem ser distinguidas pelo número de animais bovinos e lanígeros que possuem; as demais propriedades estão divididas e conservadas em comunhão, sem mais os caraterísticos para a criação extensiva em seus campos de pastagem nativas.

Os reprodutores bovinos que mais tem influído para a atual qualidade de gado da região são os de raça zebu, carolesa e holandesa; a criação de equinos, muares e lanígeros é muita pequena e não existe a de caprinos.

A única criação generalizada embora rústica e sem a menor organização industrial, é a de suínos, merecedora de atenção e encorajamento para seu maior e melhor desenvolvimento como representativa do mais seguro elemento para a mais rápida prosperidade regional.

O resenceamento, feito em junho de 1936, dá para o município a existência do seguinte números de animais, distribuídos pelos diversos distritos:

Por essa relação verifica-se que o distrito mais moderno, porém o que teve impulso de colonização, é o que mais sobresai pelo número de animais existentes em suas terras agrícolas e de faxinais.

Caça

Os couros de caça, estão sendo muito procurados e constituem ramo de comércio digno de registro; os que mais avultam são os de tateto, porco do mato, lontra, jaguatirica e veado.

Indústria

A herva mate constitui fonte de renda de destacado valor, porém hoje a indústria de sua extração está decadente e apenas de interêsse quando compradores argentinos a animam para faltas de que se possa ressentir o seu comércio, e isto mesmo mediante pagamento em gêneros, por preços que não compensam o trabalho árduo de corte, secagem em barbaquás, moagem e transportes a que ficam sujeitos os seus empreiteiros.

Os industriais paranaenses ainda não prestaram atenção ao interêsse que a região pode oferecer no sentido de ser aí obtida herva cancheada de boa qualidade para exportação, pelo rio Paraná, para a Argentina e o Uruguai.

A apicultura é que ora se inicia para obtenção de cêra, objeto de procura constante e mesmo crescente e as moendas rudimentares para preparo de fubá e farinha de trigo estão aumentando na zona colonizada; o preparo de aguardente constitue também uma indústria explorada pelos cultivadores de cana.

Cadastro Territorial

Foi concluído o cadastro territorial do município, com os documentos seguintes: Livro de propriedades, Livro de Proprietários, Folhas Topográficas com descriminação das propriedades, na escala de 1/100.000 e Mapa do Município, com discriminação de distritos, na escala 1/200 000.

ANIMAIS	Clevelândia	Bom Retiro	Sant'Ana	D. Cerqueira	Total
Bovinos	4 330	1 300	1 420	310	7 360
Equinos	1 425	1 550	1 380	325	4 680
Muares	450	430	455	175	1 510
Lanígeros	850	380	415	20	1 665
Caprinos	130	150	35	—	315
Suínos	5 500	10 700	9 600	1 300	27 100

A existência de animais no ano de 1942, é dos seguintes números, também distribuídos pelos diversos distritos:

ANIMAIS	Clevelância	Pato Branco	Sant'Ana	St.º Antônio	Total
Bovinos	4 650	2 500	2 300	450	9 900
Equinos	2 000	2 600	1 800	620	7 020
Muares	400	250	300	270	1 220
Lanígeros	2 000	450	600	—	3 050
Suínos	9 500	21 000	19 000	6 500	56 000

Incumbido dêsse trabalho, dei-lhe feição própria a sua possível generalização e os demais municípios do Estado e condições modestas porém básicas para as resoluções administrativas de interêsse imediato e para trabalhos futuros de aperfeiçoamento técnico e descritivo.

Livros de propriedades

Nêste livro são estudadas distintamente cada uma das propriedades territorias que em seu conjunto constituem o território do município de modo a se tornarem conhecidos os seus números designativos, denominações, situações, limites e confrontações, áreas, condições jurídicas e nomes de seus atuais proprietários.

Essas propriedades são em número de 126 classificadas em 7 categorias, as legítimas com títulos de domínio sem qualquer contestações, as que embora legítimas tem seus títulos susceptíveis de contestações, as posses sujeitas a legitimação, as de domínio público federal, as reservadas, as de domínio do Estado concedidas ou reservadas para colonização e as terras públicas pela denominação de devolutas.

São propriedades de domínio particular definido e reconhecido:

a) 32 com proprietários únicos.
b) 3 em trabalhos para colonização, as de números, 37, 48 e 80.
c) 30 em comunhão entre diversos proprietários.

Possuem títulos definitivos de domínios contestados pelo Estado por motivos constantes do livro de propriedades, as de números 96 e 97.

São terras de domínio do Estado porém objeto de posses sujeitas a legitimação:

a) 7 com processos já requeridos, as de números, 2, 6, 10, 12, 14 e 69.
b) 5 sem processos requeridos, as de números 4, 5, 15, 16 e 26.

São terras de domínio público federal as existentes na faixa de 33 metros ao longo da fronteira com a República Argentina.

São de domínio do Estado, porém reservadas:

a) 5 para patrimônio distritais, as de números 1, 59, 88, 100 e 104.
b) 4 para fins diversos, as de números 24, 101, 105 e 108, embora tais reservas não constem de atos oficiais.

Terras destinadas para colonização:

a) 10 já colonizadas pelo Estado, as de números 56, 57, 58 e 60 a 66.
b) 8 concedidas pelo Estado para colonização, as de números 92, 95, 103, 106, 107, 109, 110 e 113.

São terras devolutas de domínio do Estado as de números 70, 73, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 102, 111, 112 e 113.

Merecem atenção as dúvidas explicadas no livro de propriedades em relação aos terrenos números 87, 92, 97 e 99.

Livros de Proprietários

As sucessões de direitos indicados no livro de propriedades permitiram fôsse apresentada uma relação, em ordem alfabética, dos nomes dos atuais proprietários territoriais, com especificação das designações, situações e áreas de seus quinhões; uma cópia dessa relação foi oferecida ao Departamento de Rendas, para base dos lançamentos referentes ao imposto territorial e de posteriores modificações advindas da transferências de direitos.

Fôlhas Topográficas

Dividido o território do Estado em quadrículas de um quarto de gráu quadrado e feita a sua numeração geral, representativa de folhas topográficas na escala de 1/100 000, foram preparadas e entregues as que compreendem tôda a extensão do município.

Essas folhas reunidas em pasta própria representam gráficamente a parte do município que compreendem e designam, por côres diversas, os diferentes terrenos descritos no livro de propriedades.

Mapa do Movimento

Reunidas as diversas folhas topográficas e feita a redução de sua escala para a de 1 por 200 000, foi organizado e entregue o mapa do município, em que é figurada a sua divisão em distritos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente do município se apresenta em fase de novas tentativas de reerguimento econômico, sempre anteriormente anuladas por fatores extranhos às riquezas naturais da região e ao ânimo construtor de seus habitantes; viação, povoamento, coordenações das atividades individuais e educação, são os princípios básicos para a ação dos poderes públicos interessados em cooperar eficientemente para a prosperidade que anima os esforços da população.

Viação

Interrompidos os trabalhos da estrada geral de rodagem empreendidos pelo Govêrno Federal e mesmo suspensos quaisquer estudos referentes ao plano de defesa nacional na faixa de 100km. ao longo da fronteira de oeste faixa que exclui, no município, uma diminuta extenção, a de pouco mais do distrito da cidade, a continuação dêsses estudos é de imediato interêsse para fixação das diretrizes das estradas gerais que devem constituir a base para o plano de viação no município, com especificação das estradas de caráter nacional ou estadual e das de responsabilidades e interêsse da municipalidade ou simplesmente de particulares.

Nêsse plano de viação devem ser incluídas duas estradas de interêsse imediato, a que se inicie na atual estrada Dionísio Cerqueira-Santo Antônio, siga para o norte, atravesse o rio Iguaçu entre as barras dos rios Siemens e Santo Antônio e prossiga até a estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu e a que do lugar Snat'Ana, do traçado da atual estrada estratégica, siga pelo divisor de águas dos rios Vitorino e Sant'Ana, atravesse o rio Chopim e vá no povoado dêste mesmo nome, sede de extinta colônia militar, se encontrar com a que daí vai à Guarapuava.

Restrição Constitucional

A Constituição prescreve que na faixa de 100 km. ao longo das fronteiras internacionais nenhuma estrada ou indústria deve subsistir fora de plano estabelecido pelo poder público federal; se, pois, essa faixa abrange quase a totalidade do município de Clevelândia as providências para reerguimento econômico dêste só poderão ser tomadas depois de determinado êsse plano, de viação, povoamento e atividades individuais.

Parece, assim, de oportunidade um memorial sôbre o que para tal objetivo possa interessar o Estado Maior do Exército ou o oferecimento que faço para, pessoalmente, a êste prestar informes que permitam as resoluções que devam ser tomadas a respeito.

Justifica essa oportunidade o povoamento contínuo de terras devolutas por famílias vindas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e isso desordenadamente, sem obediência a outro princípio que o de invasão de terras públicas, com progressivo derrubamento de matas de nenhum respeito a qualquer plano, que realmente não existe, de interêsse nacional, de progresso da região, de garantia de propriedade, de prosperidade individual e de brasilidade que deve resultar de todos os atos da administração pública"

★

Cruzeiro — (São Paulo)

BIBLIOTECA "EMBAIXADOR MACEDO SOARES" — Foi recentemente organizada na sede do Cruzeiro Futebol Clube a Biblioteca "Embaixador Macedo Soares". O Cruzeiro Futebol Clube, com 29 anos de existência, além de propugnar pelo desenvolvimento físico dos seus numerosos associados, não se tem descurado de proporcionar-lhes meios para o seu desenvolvimento cultural. Com o objetivo de estender a sua ação cultural a vida da cidade, resolveu fundar a Biblioteca "Macedo Soares", com caráter público, dotando-a de 1 300 volumes, escolhidos.

E' presidente do Cruzeiro Futebol Clube o sr. José Diogo Bastos.

★

Curitiba — (Paraná)

A PRIMEIRA IGREJA DE ESTILO GÓTICO NO BRASIL — A Catedral de Curitiba completou no dia 5 de setembro último, o seu cinqüentenário de inauguração. Segundo o sr. Eduardo Fernandes Chaves, professor da Universidade do Paraná, a catedral de Curitiba foi a primeira de estilo gótico construída no Brasil. Erguida, embora num meio então muito pobre, pois Curitiba era uma aldeia com 15 000 habitantes, tendo o Estado uma renda de menos de dois mil contos — a catedral entretanto, obedeceu à tecnologia arquitetônica do estilo medieval.

★

Flores — (Pernambuco)

PLANO DE REMODELAÇÃO E EXPANSÃO DA CIDADE — O eng.º arquiteto João Correia Lima, técnico da Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco, ao ser, recentemente, encarregado do plano de remodelação e expansão da cidade de Flores, elaborou um projeto que foi publicado no Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, acompanhado de úteis informações sôbre a mesma cidade.

São, precisamente, essas informações que pelo seu interêsse, passamos para as nossas colunas.

"Flores está situada em uma extensa região no vale do rio Pajeú, a 400 kms. do Recife, constituindo sede de importante município sertanejo.

A sua evolução econômica data de 1892, quando foi modificado o seu cenário político com a lei orgânica e formado o município. Desta data se vem verificando progressivo desenvolvimento na agricultura, atingindo hoje um importante centro produtivo de algodão.

O projeto elaborado teve, como equação principal do seu problema técnico, o máximo de rendimento de confôrto dentro de certos limites econômicos, procurando na morfologia do terreno uma boa situação e orientação, adaptável à natureza e aos fenômenos estéticos da arquitetura.

Não foi possível na elaboração do projeto uma inteira liberdade de ação, não só pela atenção devida aos recursos locais como pelo fato de existir ruas já formadas, pois qualquer forte recúo ou grande alteração na parte existente implicaria em longos anos de espera e dispendiosas desapropriações.

O arruamento está feito de conformidade com o aproveitamento topográfico, dentro de um critério racional de ligação como as vias centrais e perimetrais.

O acesso à cidade é feito pela ponte recentemente construída sôbre o Pajeú, ramificando em três radiais principais, que tomam as direções das estradas que ligam Flores a Triunfo, a Princeza e a Carnaíba. Estas três vias juntamente com a perimetral determinam a estrutura da cidade. Verificamos o centro de irradiação na zona comercial, ponto de convergência de tôdas as atividades da população.

Procurou-se para a zona residencial um loteamento que facilitasse uma situação salubre para as habitações e que permitisse a penetração da zona verde no âmago da cidade, fornecendo um ambiente compatível com os princípios de higiene necessários para a vida em comum de seus habitantes.

Entretanto, para ser conseguido o efeito desejado nos parques previstos, serão necessários muitos anos de persistência e boa vontade administrativa.

Os espaços livres para jogos e recreios foram localizados como manda o bom senso, procurando para êstes espaços o interior dos núcleos residênciais. E' necessário que as reservas de vegetação se propaguem e se ramifiquem por tôdas as partes da cidade.

Os estudos técnicos de esgôto e abastecimento dágua serão feitos pela Diretoria de Saneamento do Estado, que procurará adaptar, na estrutura delineada, o sistema mais indicado. Entretanto, nos nossos estudos foram levadas em consideração as previsões necessárias às vias públicas e declividade favorável à futura rêde sanitária.

A fraca e uniforme declividade do terreno permite subdividir a área total em duas bacias, o que conseguimos dando direção adequada e declividade suficiente às ruas. A finalidade dêste critério foi conseguir escoamento natural, e sempre por gravidade, pelas sargetas, na direção do rio.

★

Fortaleza — (Ceará)

A REALIZAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE — Pelo Prefeito de Fortaleza foi enviado ao Conselho Administrativo do Estado um ante-projeto de decreto-lei, abrindo o crédito de Cr$ 250 000,00 para cumprimento do contrato entre a Prefeitura e o engenheiro urbanista Nestor Figueiredo e referente ao plano de urbanização da cidade.

★

Goiânia — (Goiaz)

ABERTURA DO RIO ARAGUAIA AOS TURISTAS BRASILEIROS — A Municipalidade de Goiânia iniciou em setembro último, os estudos das medidas necessárias para que o rio Araguaia seja aberto aos turistas brasileiros, que o percorrerão em tôda a sua faixa até a ilha do Bananal.

★

Iraí — (R. G. do Sul)

URBANIZAÇÃO DA CIDADE — DRAGAGEM DO RIO TAQUARI — O sr. Miguel Tostes, quando à frente da Interventoria, assinou dois decretos, referendados pelo Sr. Meireles Leite, secretário das Obras Públicas, e Sr. Borges da Fonseca, que responde pela Secretaria da Fazenda, abrindo um crédito suplementar e um outro especial. O primeiro, no valor de Cr$ 50 000,00, destina-se a atender despesas, resultantes do plano de urbanismo de Iraí. O outro, de Cr$ 75 000,00 será utilizado na construção de um pontão de madeira para a montagem de um guindaste empregado nos trabalhos da dragagem do rio Taquari.

★

Itabuna — (Bahia)

MODIFICAÇÃO NAS DIVISAS COM ITAMBE' — Pleiteando uma modificação nas divisas do município de Itabuna com o de Itambé foi publicada a seguinte nota na imprensa do Salvador:

"Está para proceder-se a ebertura, no campo, da linha divisória, entre os municípios de Itabuna e Itambé. Segundo o estabelecido, em acordos, a divisa entre êstes dois importantes municípios deveria ser uma linha que, partindo da fazenda de Astério Rebouças, na margem do rio Colônia, vá em busca do Córrego do Nado, afluente do rio Pardo. Por esta linha Itabuna terá as extremas das suas terras extendidas até o divisor de águas dos rios Pardo e Colônia, nos limites Itabuna — Canavieiras e Itabuna — Itambé — Canavieiras.

Como se sabe, esta questão de limites, entre Estados e Municípios, no mesmo país, tem por finalidade, sobretudo, favorecer o setor administrativo, no contrôle dos interêsses públicos. Por isso, e ainda com mais razão para quem conhece Itabuna e Itambé, é o caso de perguntar-se porque os dois municípios não adotam como linha divisória o picadão norte-sul, denominado de Varadouro Vasconcelos e aberto pelo capitão do exército Vicente de Paulo Vasconcelos varadoura êste que é, desde 28 de junho de 1934, segundo determinação do então secretário da Agricultura, a divisa entre as delegacias de terras de Conquistas e Itabuna Depois, acresce a circunstância, do varadouro Vasconcelos passar a distância relativamente reduzida da linha que se pretende abrir, e de ser um picadão bastante conhecido e transitado em tôda zona e que se poderá transformar numa importante estrada vicinal, ligando a via de Natal, centro pecuário, lindeiro ao Estado de Minas, à futura vila do Colônia, onde será instalada a feira de gado dos municípios sul e sudoeste do Estado.

Afora tais vantagens, ainda uma outra mais interessante se apresenta para o Estado. E' a do perfeito contrôle nas arrecadações dos impostos, pois, aberta a estrada Colônia Natal, através do Varadouro, todo o movimento se processará, forçosamente por esta estrada, indo diretamente ao encontro das exatórias.

E' um assunto, pois, que deve ser estudado pelo Estado e pelos prefeitos de Itabuna e Itambé porque está êle ligado a interêsses econômicos administrativos".

★

Itaguaí — (Rio de Janeiro

DECRETADO O CÓDIGO DE OBRAS — Pelo decreto-lei n.º 27, de 19 de julho último, publicado no *Diário das Municipalidades* do Estado do Rio de Janeiro, edição do dia 23 de setembro último, o Prefeito de Itaguaí pôs em vigor o Código de Obras do Município.

Para os efeitos do Código, a zona urbana ficou dividida nos seguintes bairros: Comercial, Residencial e Indústrial. Os bairros comerciais do primeiro, terceiro e quinto distritos do Município compreendem os seguintes logradouros: 1.º DISTRITO — (Itaguaí) — Ruas General Bocaiuva e João Curvelo Cavalcante. 3.º DISTRITO — (Paracambi) — Praças: da Barreira, Vicente Pimental; ruas: Capitão Jorge Soares, da Barreira e Plínio Soares. 5.º DISTRITO — (Corôa Grande); — Rua Valentim Dunham.

Os bairros residenciais do primeiro, terceiro e quinto distritos, compreendem os seguintes logradouros:

1.º DISTRITO (Itaguaí): — praça: Tavares; ruas: Coronel Freitas, Nilo Peçanha, Paulo Duarte, Rocio, Carneiro, das Flores, João Gomes, ladeira Coronel Freitas, travessa da Bela Vista e avenida Paulo Frontin.

3.º DISTRITO (Paracambi): — Praças: da Favela, Guimarães, Ferreirão, ruas Dr. Barcelos, João Fischer, Parque Liberdade, João Targino, Major Portela, Ministro Sebastião de Lacerda, Dr. Plínio Soares, Capitão Achilles, Custódio Oliveira, Pedro Gomes, Major Portela, Cândido Souto Maior, Carlos Antônio de Sousa, ladeira Calazans e beco Joaquim Leite; morros: Boa Vista e Parque.

5.º DISTRITO (Corôa Grande): — Ruas: Oliveira Freitas, Monteiro Bittencourt e da Capela.

Art. 6.º — Os bairros industriais do primeiro e terceiro distritos dêste Município, compreendem os seguintes logradouros:

1.º DISTRITO (Itaguaí): — Estrada do Teixeira.

3.º DISTRITO (Paracambi): — Praças: Coronel Level; avenida dos Operários, estrada da Cascata, estrada Maria Cândida e estrada São José.

★

Itaparica — (Bahia)

PLANO DE URBANISMO DA ESTANCIA HIDRO-MINERAL — O sr. interventor federal na Bahia assinou em setembro último um decreto aprovando o plano de urbanisação da estância hidro-mineral de Itaparica, cuja execução ficou subordinada à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

★

Itapeva — (São Paulo)

O DISTRITO DE RIBEIRÃO BRANCO QUER VOLTAR A SER MUNICÍPIO —A população do distrito de Ribeirão Branco, da comarca de Itapeva, apesar do tempo decorrido, e não se conformando com a situação de distrito, movimentou-se no sentido de levar ao conhecimento do govêrno do Estado as suas possibilidades e renda, pleiteando a volta a município. Foi organizada uma comissão integrada pelos srs. Antônio Rodrigues de Souza Sobrinho, Artur A. de Almeida Barros, Jaime Nazário Morenghi e Geraldo Barbosa Tomanik, para representá-la junto às autoridades compententes. A comissão esteve em setembro último na capital do Estado onde conferenciou com os membros da Comissão Revisora.

José Bonifácio — (São Paulo)

INAUGURADOS VÁRIOS MELHORAMENTOS — Transcorreu no dia 15 de setembro último o segundo aniversário da posse do Sr. Carlos Neri da Costa, na prefeitura municipal de José Bonifácio. Festejando a data, foram inaugurados vários melhoramentos, inclusive um jardim público, a Biblioteca Municipal, a sede da Comissão Municipal de Esportes e a Associação Esportiva de José Bonifácio.

★

Lapa — (Paraná)

CONSTRUÇÃO DO PANTEON AOS HERÓIS DA RESISTÊNCIA — A comissão nomeada para organizar os festejos do cinqüentenário da Resistência da Lapa, organizou um concurso de projetos para a construção do Panteon aos heróis da Resistência, mediante as seguintes condições:

1.º — Devem ser apresentados os projetos em escala de 1,50, em uma única folha (planta e fachada), além de, em escala reduzida, a localização. Uma perspectiva e detalhes podem também ser apresentados.

2.º — Estilo e condições arquitetônicas — de livre escolha.

3.º — As paredes serão destinadas a ossário depósito, ficando na nave, sob os bustos dos heróis principais, os ossos dos mesmos, em número de quatro.

4.º — O prazo para apresentação dos projetos será de 12 dias a contar da primeira publicação dêste aviso, devendo os projetos ser entregues no Museu Cel. Davi Carneiro entre 14 e 15 horas do dia da expiração do prazo.

5.º — A comissão julgadora será constituída da seguinte forma:

a) Sr. Flávio Suplici de Lacerda.
b) Sr. Antônio de Sousa Melo, e
c) Major João Gualberto Gomes de Sá.

6.º — Os projetos classificados ficam pertencendo à comissão independentemente de novas condições.

7.º — Haverá três prêmios sendo o 1.º de Cr$ 4 000,00, o 2.º de 1 500 cruzeiros e os dois terceiros de 500 cruzeiros.

O prazo para a entrega dos projetos terminou no fim de setembro último.

★

Leopoldina — (Alagoas)

A INAUGURAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE RÁDIO-TELEGRAFIA — Atendendo a um apêlo do Sr. Barreto Falcão, diretor geral do Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo, o comandante Xavier do Oliveira, vem de mandar instalar, em Leopoldina, uma estação de rádio-telegrafia e de cuja montagem está encarregado o sargento da Fôrça Policial Militar, Alcides Ferreira Barros.

Também o diretor Geral do D.M.A.C. já iniciou as necessárias demarches com o diretor regional dos Correios e Telégrafos, Sr. Barreto Sobrinho, no sentido de ser conseguido das autoridades superiores o funcionamento da referida estação, em cooperação com o Telégrafo Nacional, o que possibilitará um serviço mais amplo e eficiente, de vez que o público, pagando as taxas usuais, igualmente dêle poderá se utilizar em todo o Estado.

A nova estação rádiotelegráfica, cuja manutenção ficará a cargo da Prefeitura, será chefiada pelo sargento Aurélio de Freitas Cavalcante, também da Fôrça Policial Militar.

E' oportuno salientar os ótimos resultados conseguidos daquela iniciativa sabendo-se que, no município leopoldinense não existe telégrafo ou qualquer outro meio de comunicação, não dispondo ainda de rodagem que permita o acesso, mesmo nas épocas não invernosas.

O Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo está ainda cogitando da construção de uma rodovia que ligará a sede do município de Leopoldina às estradas de penetração do Estado, o que virá solucionar um velho problema daquela comuna alagoana.

Dentro de pouco, também, o D.M.A.C. pretende restaurar a luz naquela cidade, contando nêstes dois últimos serviços com a cooperação atual do prefeito, Sr. Amadeu Aguiar.

★

Luz — (Minas Gerais)

POSSE DO NOVO PREFEITO — Nomeado pelo sr. Governador do Estado, tomou posse no dia 27 de setembro último, no cargo de Prefeito do Município de Luz, Minas Gerais, o sr. Antônio Guimarães de Macedo.

★

Monteiro — (Paraíba)

INTERESSADO O GOVÊRNO NAS FONTES TERMAIS DO MUNICÍPIO — O govêrno da Paraíba está interessado no aproveitamento das fontes termais do município de Monteiro, cujas águas são do tipo "Vichy", conforme ficou constatado em exames de laboratório. O govêrno estuda a possibilidade da conclusão do hotel da cidade tendo enviado para ali o secretário da Agricultura, acompanhado de um arquiteto, para verificar o estado das obras e orçar as despesas necessárias para a sua conclusão.

★

Muriaé — (Minas Gerais)

1.ª EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL — Obteve completo êxito a 1.ª Exposição Agro-Pecuária e Industrial realizada em Muriaé, nos dias 5 a 10 de setembro último.

★

Niterói — (Rio de Janeiro)

EMPOSSADOS OS NOVOS MEMBROS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA — Tomaram posse no dia 6 de setembro último os novos membros do Diretório Municipal de Geografia, recentemente nomeados pelo Prefeito Municipal.

Monumento a Benjamin Constant — Em Niterói vai ser erguido um grandioso monumento a Benjamin Constant, na ponta de Gragoatá, sôbre a colina que domina o histórico Forte Acadêmico.

A estátua em bronze de Benjamin é uma das maiores que se conhecem no mundo, fundida nêste metal, pois a da Liberdade, na entrada do pôrto de New York, é fundida em metal "repoussée". A estátua medirá 20 metros de altura, com o pêso total de 18 toneladas e encimará o monumento onde vai funcionar o Museu da República. Êste terá 50 metros de altura e ostentará quatro grandes vitrais para iluminar o seu interior, que será dividido em duas salas grandes de 15 metros por 15, e oito salas menores de 10 metros por 10. Os quatro grandes vitrais serão confecionados sôbre motivos histórico-nacionais relativos à eclosão do movimento republicano, subordinados aos seguintes temas: a bandeira da República, o discurso da Praia Vermelha, a reunião do Clube Militar e finalmente a proclamação da República.

O grandioso edifício terá dois terraços e no último pavimento um relicário de Benjamin Constant.

A altura total do monumento acima do nível do mar é de 80 metros assim divididos: 10 da colina, 50 do edifício que servirá de embasamento à estátua. O escultor Modestino Kanto foi autor da "maquete" vitoriosa e é o executor da estátua. O trabalho que está em via de concluir-se é apenas um 5.º da execução e será dentro em breve remetida à fundição. No trabalho definitivo só a cabeça de Benjamin medirá 2 metros de altura.

A Comissão Executiva do Monumento, de que é presidente de honra o comandante Amaral Peixoto, está empenhando todos os esforços no sentido da rápida conclusão das obras.

Subdividida em três bairros a zona urbana — O Sr. Prefeito de Niterói assinou, no dia 14 de setembro último, o decreto-lei n.º 108, publicado no *Diário Oficial* do Estado dividindo a zona urbana do Município de Niterói em três bairros: bairro comercial (B.C.), bairro industrial (B.I.) e bairro residencial (B.R.).

— O B.C. compreende duas áreas: — bairro comercial central (B.C.C.) e bairro comercial litorâneo (B.C.L.).

Art. 1.º — O B.C.C. é constituído pela área limitada pela poligonal imaginária que, tendo início na Praça Joaquim Murtinho (rua Visconde do Rio Branco), segue pelas ruas Quinze de Novembro, Dr. Bormann, Conceição, Visconde de Sepetiba, Marquês de Caxias e Visconde do Rio Branco, e vem fechar no ponto inicial de partida.

Art. 2.º — O B.C.L. será constituído por parte da área a ser conquistada ao mar e mvirtude do plano de remodelação devendo ter o seu limite oportunamente determinado; consoante o projeto de arruamento aprovado.

Art. 3.º — O B.I. e constituído pela área limitada pela poligonal imaginária que, tendo início no limite do município de Niterói com o de São Gonçalo, na orla marítima, segue por esta até atingir o extremo da área conquistada ao mar (Plano de remodelação) e, daí, pelas ruas Coronel Miranda, São Diogo, Barão do Amazonas, Marquês de Caxias, Visconde de Sepetiba, Marechal Deodoro, São Lourenço, Benjamin Constant, Coronel Guimarães, Galvão até a linha da Estrada de Ferro Leopoldina, e, por esta, até o rio Bomba, pela divisa do município (rua Padre Marcelino), vindo fechar, na orla marítimo, no ponto inicial de partida.

Art. 5.º — O B.R., que abrange todos os logradouros não incluídos em B.C. e B.I., comprenderá as áreas B.R.1 e B.R.2, integradas na zona urbana.

— O B.R.1 compreende três partes distintas a saber:

a) B.R.1-A, constituída pela área limitada pela poligonal imaginária que, tendo início na orla marítima e acompanhando os limites do B.C.L., B.C.C. e B.I., segue, a partir da intersecção das ruas Marechal Deodoro com São Lourenço, pelas ruas Marquês do Paraná, Dr. Paulo César, Santa Rosa, avenida Sete de Setembro, rua Dom Bosco, avenida do Saneamento, rua Lemos Cunha, pelo túnel projetado até à avenida Quintino Bocaiuva, pela avenida Canal da rua Santo Antônio até a Estrada da Cachoeira, por esta última até a orla marítima e pela orla marítima até fechar no ponto inicial de partida sôbre a linha limite de B.C.L.;

b) B.R.I-B, constituído pela área limitada pela poligonal imaginária que, tendo início na orla marítima, segue pelos limites do lado Norte de B.C.L., de B.C.C., (rua Marquês de Caxias), pelo limite de B.I. (rua Barão do Amazonas, São Diogo, etc.), pela orla marítima da área conquistada ao mar (Plano de Remodelação) até o ponto inicial de partida.

c) B.R.1-C, constituído pela alameda São Boaventura, interessando todos os imóveis marginais.

*

Parati — (Rio de Janeiro)

DADOS HISTÓRICOS SÔBRE O MUNICÍPIO — VISITA DE UMA CARAVANA DE INDUSTRIAIS — Um grupo de banqueiros, industriais e comerciantes paulistas e fluminenses esteve recentemente em visita a Parati, o histórico município do sul fluminense situado na linha divisória com o Estado de São Paulo, com o objetivo de estudar as perspectivas que oferece a região. Depois de um século de estagnação, Parati volta, assim, a uma era de atividades.

Outrora, em 1597 e 1711 — quando a serra do Mar constituía um sério obstáculo à penetração da terra, qual uma muralha interposta entre o litoral e o "hinterland", dificultando as comunicações com o interior da então colônia portuguesa — Parati desfrutou dum movimento que pressagiava tempos florescentes, ponto obrigatório que era de passagem e estacionamento para os viajantes mercadores e autoridades reinóis que demandavam ou regressavam das capitanias de Minas Gerais e São Paulo, depois de uma viagem marítima entre o Rio de Janeiro e o seu pôrto para ir ou regressar daquelas regiões.

Aberto, porém. e entregues ao tráfego depois de 1711, o "Caminho Novo", o tráfego São Paulo no último quartel do século XVIII o chamado mixto marítimo-terrestre principalmente para a capitania das Minas foi abandonado. A viagem via Parati penetrando em São Paulo em direção a Pindamonhangaba para atingir o vale do rio Paraíba e, seguindo o curso do rio, chegar à localidade de Entre Rios, na foz do Paraibuna, deixando de ser feita, como o era dantes, foi o motivo do ocaso de Parati, sendo interessante recordar que não foi outro o itinerário levado a cabo em 1597 por Martim Correia de Sá, filho do governador Salvador de Sá, com a expedição cnstituída por 700 portugueses e 2 000 índios, da qual participavam os ingleses Antônio Knivet e Henry Barrawy, que saindo do Rio, por mar, desembarcou em Parati, onde, por chão firme, rumou em direitura a Minas Gerais.

Por sua vez o padre Antonil em seu livro publicado em 1711, "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas", referiu-se a êsse processo de viagem aludindo à jornada que fêz o governador Artur de Sá que "...partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foi, a Parati, de Parati a Taubaté, de Taubaté a Pindamonhangaba, de Pindamonhangaba a Guaratinguetá, de Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues, destas roças ao ribeirão. E da ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas, aos 29 de novembro".

O abandono de Parati pelos viajantes, como dissemos, representou-lhe o declínio dum começo de fastígio. Decresceu-lhe a população com a emigração dos seus homens de iniciativa buscando êstes, outras terras e poucas famílias ali se deixaram ficar plantando alguns pés de cana para, depois, fabricar aguardente e rapadura por métodos rotineiros ou então viverem da pesca.

Essa situação, agravada pela invasão das águas nas partes baixas, com a obstrução dos rios, valas e lagoas, fêz endêmico o paludismo ali e de Parati uma zona temida, por sua insalubridade.

No entretanto Parati dispõe de enormes fontes de riquezas, das quais a sua natureza é pródiga, inaproveitadas contudo, tal como uma grande reserva florestal, constituída por essências brancas, capaz de fornecer celulose às nos-

sas fábricas de papel, senão até exportar essa matéria prima preciosa, ora empregada apenas na fibracação de tamancos.

A presunção da ocorrência de minerais no seu sub-solo foi confirmada com o senso mineralógico do Estado, ordenado pelo sr. Alfredo Backer, quando à frente do govêrno, em 1908. Segundo as pesquizas realizadas pelo engenheiro Justin Norbert, encarregado do cometimento, há em Paratí: ferro magnético e oligista; quartzos ialino, enfumaçado e ametista rodado; cristal de rocha; ouro de aluvião em pó; mármores em côres; pedra litográfica; gesso calcáreo; ardozia; grês; argilas refratárias; caolin; granito verde; e linhito.

E' digno de um registo, que o citado engenheiro civil e de minas organizou um mostruário dêsses especimens mineralógicos com o qual o Estado do Rio concorreu à Exposição Nacional de 1908.

Por sua vez, em seu livro *Dicionário das Minas do Brasil*, frei Inácio Ferreira teve oportunidade de declarar que, durante o Império, entre 1824 e 1884, foram dadas 40 concessões para explorar minerais na província do Rio de Janeiro, entre elas 17 para pesquisas de carvão mineral em todo o território da então província e, as restantes, especificando os municípios inclusive Paratí, onde na mesma obra afirmou existir ouro e silicatos de alumínio, sendo que, na fazenda do Paratí-mirim — pedras preciosas.

O seu clima é excelente e com as obras de saneamento que se processam ali, levadas a cabo pelo govêrno federal, assegurará num futuro próximo perfeitas condições de higiene e salubridade ao homem. Prestam-se, outrossim, os campos de Paratí à criação de gado, leiteiro e de córte, graças às boas aguadas e pastagens existentes. Outro fátor importante da obra governamental no referido rincão fluminense — êste do govêrno do interventor Amaral Peixoto — é que em Paratí, o Estado do Rio está construindo uma ponte de atracação em substituição à velha de molde a permitir a atracação segura das embarcações, além da estrada de rodagem afim de estabelecer a ligação de Paratí com o município visinho de Angra dos Reis. A concretização dessa obra de arte — cuja locação agora tem lugar pelos engenheiros do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem — possibilitará a comunicação de Paratí não só com Angra dos Reis, como, também, através da magnífica rodovia estadual — há pouco tempo inaugurada pelo comandante Amaral Peixoto com o nome de estrada Getúlio Vargas — com Barra Mansa e a estrada Rio-São Paulo, cumprindo frisar que, também, de Angra à Barra Mansa existe um ramal da Rêde Mineira de Vição, de tráfego mútuo com a Central do Brasil, cuja linha do Centro, com os ramais de São Paulo e Minas conjugados, pelos trilhos da Rêde Mineira ligam Angra ao sul e ao oeste de Minas, depois de deixar Cruzeiro, no Estado de São Paulo.

Pelo enumerado conclue-se, mais ainda com o reaparelhamento e melhoria do pôrto de Angra dos Reis, que escôa tôda a produção mineira exportada por via marítima e que muito em breve irá receber a produção dos altos fornos da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, com ação reflexa natural sôbre Paratí, dias melhores hão de vir para aquele município, também com a dragagem do pôrto e dos canais, já ordenada pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góes, diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, e os planos da instalação em Paratí de uma fábrica de papel.

A fazenda das Pedras Azues adquirida pelo sr. Smolk, de Terezopolis, afim de incentivar ali a criação do bicho da seda, dada a circunstância da propriedade agrícola em questão possuir enorme área plantada com amoreiras e pelo fato de ser possível quatro safras anuais ao contrário da Europa onde a amoreira dá apenas uma safra, constitue um evento auspicioso para o resurgimento econômico de Paratí.

O govêrno estadual por intermédio da Secretaria da Agricultura montando no município uma sirgaria completa, incentivou bastante a iniciativa privada, sendo digno de encômios o gesto do titular daquele departamento da administração pública fluminense dotando Paratí de um modelar Horto Florestal, especializado no fornecimento de mudas de coqueiros da Bahia e de amoreiras, superintendido pelo técnico professor Domingos Abbes.

Em pleno funcionamento e com resultados satisfatórios funciona em Paratí, também, um Clube Agrícola, do qual é patrono o Sr. Rubens Farrula, cujo escôpo é desenvolver e estimular entre os adultos e crianças o gôsto pelas tarefas rurais.

★

Parreiras — (Minas Gerais)

CALÇAMENTO DA SEDE DO MUNICÍPIO — Pelo Sr. Governador de Minas Gerais foi assinado, a 24 de setembro último, o decreto-lei n.º 2 105, autorizando a Prefeitura de Parreiras a executar, mediante concurrência pública ou administrativa, o serviço de calçamento da sede do Município, podendo dispender com o mesmo até a importância de Cr$ 500 000,00, em seis prestações semestrais, a partir de 1944.

★

Petrópolis — (Rio de Janeiro)

INSTITUTO HISTÓRICO — ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE PETRÓPOLIS À CATEGORIA DE CIDADE — "O CASAMENTO DE D. PEDRO II" — Solenizando a data da elevação de Petrópolis à categoria de cidade realizou-se no dia 21 de setembro último, uma sessão do Instituto Histórico de Petrópolis, no salão de conferências do Museu Imperial.

A mesa que presidiu à sessão foi composta dos srs. Mario Cunha, representante do prefeito municipal, mons. Gentil, D. Pedro de Orleans e Bragança, Paulo de Carvalho e Sr. Mário Cardoso de Miranda, a convite do Sr. Alcindo Sodré, diretor do Museu Imperial, e que depois de expôr o motivo da sessão dentro do programa de comemorações do centenário da elevação de Petrópolis à categoria de cidade fêz a apresentação do conferencista Sr. Alfredo Rusins.

O sr. Alfredo Teodoro Rusins deu, a seguir, início à leitura da sua conferência subordinada ao título *O Casamento de D. Pedro II*.

Abordando o assunto duma forma geral o orador estuda a figura de d. Pedro II, descrevendo a sua infância, o seu amôr ao estudo, a sua personalidade, e fazendo uma reconstrução do ambiente da época, com as suas agitações e azares políticos influindo na sua formação de jovem.

A necessidade de evitar um novo fracasso para o destino do Império, caso o segundo monarca seguisse os passos do pai, levaram os conselheiros da Côrte a pensar em encontrar-lhe uma noiva antes que fôsse tarde e assegurar assim uma provável calma na administração.

As "démarches" arbitrárias de Buschenthal e a abertura de conversações junto à Côrte de Espanha, e logo a seguir, já depois da maioridade d. Pedro II, junto à Côrte da Áustria, de que foi encarregado o ministro Bento da Silva Lisboa, que, depois de dois anos, desesperado com a demora da solução do Príncipe de Metternich, desdenhoso para com o Brasil e o Imperador, ainda sob a violência do seu ressentimento contra d. Pedro I, teve conhecimento e aproximação de d. Tereza Cristina Maria Bourbon, princesa do Reino das Duas Sicílias, filha de Francisco I, das Duas Sicílias, e de sua

esposa d. Maria Isabel de Bourbon, infanta de Espanha, irmã mais moça de Fernando V então no trono.

O conferencista faz em seguida um retrato da futura Imperatriz, no conjunto das suas qualidades morais e aspecto exterior, que o Imperador conheceu em retrato bem melhorado, trazido por José Ribeiro da Silva, e no qual não se notava o defeito físico da retratada. Ataca o sr. Rusins a opinião corrente na época, conforme entre outros pretendem insinuar e citam os relatórios do ministro francês conde Ney, arquivados no Orsay em França, e trazidos à luz do dia por Alberto Rangel no seu livro *O Rolar do Tempo*, de que o Imperador, ao conhecer sua noiva, teve uma enorme decepção que se refletiu num desentendimento posterior dos dois. A decepção, o conferencista a admite, por d. Pedro nunca haver sido informado e ter portanto a surpresa brusca e inesperada da realidade: — A princesa, posto que tão prendade e de sangue tão ilustre, claudicava duma perna, era muito mais baixa e mais velha três anos do que êle. Tudo o mais que os historiadores sempre procuraram com tanto agrado para provocar intriga e escândalo, é desmentido pela vida exemplar de 46 anos de casados e através dos documentos que o conferencista cita com muito acêrto.

No casamento, realizado em Nápoles aos 30 de maio de 1843, foi procurador pela parte de d. Pedro II, d. Leopoldo de Bourbon, conde de Siracusa, irmão de d. Tereza Cristina. Depois de descrever, reportando-se a vários autores o que foram a recepção e os festejos por ocasião da chegada da nova Imperatriz, o recebimento das bençãos matrimoniais a 4 de setembro de 1843 e a reação do ambiente, o sr. Alfredo Rusins, terminou a sua conferência.

★

Pirapora — (Bahia)

SUGESTÕES DOS BARCACEIROS PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS — A imprensa, desta capital, em setembro último, publicou a seguinte reportagem, oriunda de Pirapora, na qual são postas em foco sugestões dos barcaceiros para solução do problema do Rio São Francisco:

— Os barcaceiros carregam nos ombros os navios do S. Francisco, nesta, época da vasante. Com a fôrça dos seus barcos asseguram a continuidade do tráfego fluvial sobrecarregado pelas exigências do tempo de guerra, desviando assim para as mais seguras águas do grande caminho interior do Brasil uma parte da carga ameaçada, no litoral, pela campanha submarina.

Providências sugeridas pelos barcaceiros sertanejos

Enquanto os turistas da economia nacional entrevêm planos para o vale do S. Francisco, cada qual mais gigantesco, os homens simples da beira do rio pedem ao govêrno apenas, segundo nos relatam, as seguintes providências:

1.º — dragagem imediata do leito do rio; 2.º — construção de um cais de madeira em Pirapora; 3.º — construção de duas carreiras, uma em Pirapora, outra em Joazeiro, ao preço de 150 mil cruzeiros cada, para armação e reparo das embarcações; 4.º — encampação imediata das quatro emprêsas fluviais do S. Francisco, duas pertencentes aos Estados da Bahia e de Minas, e duas particulares, sendo uma da firma Wilson Sons e outra da Companhia dirigida pelos srs. Quintino Vargas, Delsuc Moscoso, José Gonçalves de Sá e Otácio Machado; 5.º — aquisição de embarcações apropriadas à navegação fluvial, para aumento do material flutuante; 6.º — balisamento do canal do rio por meio de estacas de aroeira, madeira que se conserva admiravelmente na água.

"Positivamente" é o advérbio predileto do comandante Cavalcanti de Albuquerque, estimado diretor dos transportes fluviais em tempo de guerra no S. Francisco. Repetindo êsse advérbio êle concorda inteiramente com as providências acima enumeradas, que resumem as aspirações da população do grande esquecido vale.

Escassos os produtos à venda

Com a guerra, novos aspectos vieram acrescentar-se ao panorama do transporte fluvial no S. Francisco.

Os malandros colhidos no Rio de Janeiro para atingirem o nordeste através do S. Francisco, de onde seriam encaminhados à Batalha da Borracha do Amazonas, personagens de cenas de irresistível comicidade, para o observador, mas de profunda estranhesa por parte daquelas populações, que assitiram atemorizadas à irrupção de autênticos facínoras nas suas terras, em que pese a fama de outros tempos, bastante ordeiras e pacíficas. Os membros das fôrças armadas, que deram ao sertão uma visão da existência da guerra distante. Os americanos amigos que transitam abaixo e acima, desprovidos de prioridade no transporte aéreo. Os compradores de tudo, que passam pelo S. Francisco à procura do que comprar — e bem pouco encontram, a não ser o algodão, a mamona e algum couro, tudo difícil de transportar.

Essa gente tôda passa quase sem compreender as dificuldades do "Velho Chico", apelido carinhoso que se popularizou no grande rio. E os nômades, braços que se alugam à lavoura do algodão em S. Paulo, vêm e voltam pelo rio a caminho do planalto paulista ou de volta às terras ressequidas do nordeste, resquício da imigração subvencionada por meio de agentes recrutadores, transitando rio abaixo e acima pela fôrça do hábito que lhes segrega: "Em S. Paulo você ganhará rios de dinheiro".

Infrações contínuas

Oitenta centímetros, é quanto podem calar os navios do S. Francisco nêste tempo de sêca, se quizerem continuar navegando. Na cheia o rio contraditório chega a subir onze metros, espraiando-se pelas margens, unindo as lagoas, arrazando os casebres marginais. Na sêca, com aquele regime estapafúrdio que o caracteriza, baixa mais de três metros.

Êsse ano, depois de subir 10,m80, baixou ao limite mínimo até agora registrado. Por isso o experimentado sertanejo nos diz: "O sertão empobrece, envelhece e embrutece", num impulso pessimista de que logo se arrepende ao censurar os seus conterrâneos por abandonarem o vale em busca de outras zonas. "O rádio e o avião estão contribuindo para essa fuga, com as tentações que apresentam, a antevisão de outro confôrto, outras possibilidades, outra civilização", diz êsse prático impenitente.

"Quando êsses instrumentos de progresso poderão fixar a população em vez de afastá-la daqui?" pergunta. Naturalmente quando aquí houver possibilidade de progridir, conclue por conta própria.

Suprindo o norte e o nordeste

A capacidade técnica dos navegadores do S. Francisco atraiu a atenção do capitão dos portos, comandante Armando Braga. Por meio de subscrição feita entre as companhias de navegação, êle obteve a verba necessária à instalação de uma escola para o preparo de pilotos, práticos e vaporizeiros em geral. Essa escola espera apenas, para admitir alunos, a autorização do Ministério da Marinha.

Até agora os 5 000 embarcadiços do S. Francisco formaram-se por si mesmo.

A carga transportada no "Velho Chico" varia desde os caminhões para o exército do Nordeste até a gasolina para aviões, desde a cerveja para os romeiros que acorreram, em agôsto último, à tradicional romaria do Bom Jesus da Lapa, até as sacas de café, constituindo o café talvez, o mais significativo exemplo dos serviços de guerra do S. Francisco à economia nacional.

Café para todo o norte, até para o Amazonas e Pará, está passando no S. Francisco. Em 1942 nada menos de 62 209 sacas de café (mais de 3 500 toneladas) desceram o São Francisco, no bojo daqueles comoventes navios que se esforçam por vencer as agruras da sêca no leito arenoso. Já em seis meses dêste ano êsse total subia a 61 901 sacas (mais de 3 700 toneladas), mais do que nos doze meses do ano passado.

Assim executaram os homens do vale histórico a sua missão de guerra. Com que dificuldade, é o que veremos a seguir".

★

Ponta Grossa — (Paraná)

O 120.º ANIVERSÁRIO DA CIDADE — A cidade de Ponta Grossa comemorou no dia 15 de setembro último o seu 120.º aniversário, tendo o Centro Cívico Greenhalg organizado um grande programa comemorativo da efeméride.

RODOVIA PONTA GROSSA A FOZ DO IGUAÇU' — Em setembro último foram inaugurados os primeiros 60 quilômetros da rodovia Ponta Grossa a Foz do Iguaçú, inclusive pontes Tibagí e Imbituvinha. Compareceram ao ato o General Amaro Soares Bittencourt. Diretor de Engenharia; General Agostinho Santos, Comandante da 5.ª Região Militar; Manuel Ribas, Interventor federal no Paraná; Tenente-Coronel Miranda Leal, chefe da S.E. 5.ª Região Militar, Tenente-Coronel Antônio Bastos, chefe da 3.ª Sec. D.E.; Tenente-Coronel Gastão Cordeiro, Comandante da 2.º Btl. Rodv.; o secretário de Estado do Paraná, prefeitos, autoridades civis e militares, grande massa popular de Ponta Grossa e Imbituva, cidades ora ligadas pela nova rodovia.

★

Pôrto Alegre — (R. G. do Sul)

EXCURSÃO ÀS MINAS DE SÃO JERÔNIMO — Os participantes da reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas realizaram recentemente uma excursão às minas de carvão de São Jerônimo, sendo ali homenageados com um churrasco oferecido pela emprêsa proprietária.

Monumento ao Duque de Caxias — Em setembro último foi aberta concorrência pública para a apresentação do projeto de construção do monumento ao Duque de Caxias em Pôrto Alegre, sendo estabelecidos os prêmios de 30 000 20 000 e 10 000 cruzeiros para os classificados, podendo inscrever-se qualquer artista nacional.

★

Resende — (Rio de Janeiro)

O 142.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO — DADOS SÔBRE O MUNICÍPIO — Rezende comemorou no dia 29 de setembro último o seu 142.º aniversário de fundação. Foi a 29 de setembro de 1801 que o então povoado de Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alegre foi oficialmente transformado em Vila, passando a denominar-se Rezende, como homenagem ao Governador Geral do Brasil colônia, no momento o Conde de Rezende, d. José Luiz de Castro. A povoação foi fundada por Simão da Cunha Gago.

Situada na extremidade ocidental do Estado, Rezende ocupa uma área de quase 2 000 quilômetros quadrados. O Rio Preto e a Serra do Itatiaia o separam de Minas, ao norte. Defronta-se com São Paulo ao sul e a oeste limitando-se com Barra Mansa, a leste. Um opulento sistema hidrográfico contribue para a riqueza do município. O Paraíba, o Rio Preto, o Sto. Antônio, o Cruz das Almas, o Raso, o Sesmarias o Barreiros e outros são fontes de energia latente, aproveitáveis nêste futuro grandioso que se avisinha para êste pedaço da terra fluminense.

Rezende é o quarto município fluminense em extensão territorial e abriga uma população de cêrca de cinqüenta mil almas.

E' em Rezende que se acha situada a serra do Itatiaia, com o seu famoso pico das Agulhas Negras, um dos pontos culminantes do sistema orográfico brasileiro, cuja altitude excede de dois mil metros e a que só é superior o pico da Bandeira.

As terras de Rezende produzem café, fumo, algodão, cana de açucar, batatas, cereais, legumes e frutas. A viticultura tem progredido muito e a pomicultura segue-lhe o exemplo. A pecuária é uma das fontes de riqueza do município e a indústria dela derivada é das mais importantes, sendo por demais conhecida a de laticínios.

Fábricas outras, de diversos gêneros, dão trabalho a um grupo numeroso de proletários, assinalando-se fábricas de banha, linguiças, bebidas finas, produtos medicinais, velas, além de olarias e engenhos de açucar e aguardente, sendo que, agora, por exemplo, está se instalando no município uma grande secção da Cerâmica São Caetano, que ocupará mais de mil trabalhadores.

Rezende é servida pelo ramal paulista da Central do Brasil, ramal do mais intenso tráfego e que acarreta resultados imediatos à cidade. Também serve o município a Estrada de Ferro Rezende a Bocaina.

A localização da Escola Militar em Rezende veio emprestar agora um outro atributo de singular importância para a cidade. O comércio em geral está em franco desenvolvimento e casas há de vulto apreciável. A propósito das atividades comerciais no município, a agência municipal de estatística levantou há pouco um interessante cadastro, pelo qual se observa que há dessas atividades 63 modalidades, sendo que, em matéria de crédito dispõe a praça de 8 estabelecimentos bancários, o que bem assinala as condições econômicas locais.

As rendas públicas do município foram em crescendo no ano que passou, sobrepondo-se, em muito, às similares do exercício anterior. A arrecadação da Prefeitura, estimado em Cr$.... 730 150,00 subiu a Cr$ 923 289,20, e, assim, a mais Cr$ 193 139,50, do que a receita prevista, ultrapassando em Cr$ 122 908,00, a do exercício anterior. Para o montante da receita concorreram com maior cifra as cédulas seguintes: Dívida Ativa Cr$ 135 099,00; Licenças, Cr$ ..... 102 246,00; Predial, Cr$ 93 940,50. A Receita correspondente teve um aumento, sôbre a previsão, de 26,45%. A despesa, no período, montou a Cr$ 790 708,00, mais Cr$ 60 558,00 do que a estimativa orçamentária. As fontes de maior despeza foram Material de Construção, Cr$ ..... 162 321,70; Pessoal de Obras, Públicas, Cr$ ... 89 357,90; pessoal rodoviário, Cr$ 46 406,60. A Prefeitura encerrou o último exercício sem nenhum compromisso a atender, com saldo em cofre de Cr$ 376 014,50.

O município dispõe de 1 836 propriedades rurais, em mãos de 988 proprietários, e seu rebanho bovino é estimado em muitas mil cabeças, entre as quais figuram animais de alta

linhagem. Conta com 20 aviários, com aves de escol, produzindo para mais de 6 mil duzias de ovos por ano. Possue um parque industrial admirável, com 119 estabelecimentos fabris, não entrando em conta a pequena indústria doméstica. Laboram no município 394 comerciantes.

★

Riachuelo — (Sergipe)

NOVA ESTAÇÃO DE ESTRADAS DE FERRO — Atendendo aos velhos anseios da zona cotinguibense, a Léste Brasileira vai dotar a cidade serjipana de Riachuelo com uma nova estação agora dentro da cidade e condizente com o acentuado progresso local.

De Aracaju seguiu para aquela cidade uma comissão de engenheiros, composta dos srs. Jovino Prado Pereira, Fernando de Almeida e Josafá Carlos Borges, para estudar a construção e local da nova estação, sendo recebidos em Riachuelo pelo Prefeito do Município, sr. Tasso Sobral.

A comissão escolheu o local onde será edificada a futura "gare", ficando a cargo do Sr. Fernando de Almeida a construção da linha que irá à cidade.

★

Rio Preto — (São Paulo)

O CINQÜENTENÁRIO DO MUNICÍPIO — A população de Rio Preto está se preparando para comemorar no ano próximo o cinqüentenário da criação daquele município. No dia 19 de julho de 1894 o presidente Bernardino de Campos promulgou a lei n.º 294 que elevou à categoria do município o distrito de paz de São José do Rio Preto, estabelecendo para sede da nova divisão administrativa a antiga comarca do mesmo nome. Nessa lei foram respeitadas as divisas do distrito de paz que pertencia ao município de Jaboticabal.

Vale a pena relembrar, para que se tenha uma idéia do desenvolvimento daquela zona ubérrima, quantos foram os municípios criados posteriormente dentro da mesma área territorial. Citaremos além de Rio Preto: Catanduva, Ibirá, Potirendaba, Mirassol, Monte Aprasível, Tanabi, Nova Granada, Uchoa, Cedral, José Bonifácio, Palestina e outros que constituem hoje verdadeiros centros de atividades econômicas

★

Rosário — (R. G. do Sul)

EXPOSIÇÃO DE EQUINOS — Promovida pela Sociedade Hípica Rosariense, com o apôio do comandante de Remonta do Exército, Prefeito Municipal, Associação Rural e Associação Comercial, realizar-se-á, em dezembro próximo, em Rosário, uma grande exposição de animais cavalares. A iniciativa recebeu o apôio de todos os criadores do município.

★

Salvador — (Bahia)

DOIS NOMES PARA CADA RUA — A Prefeitura da cidade do Salvador determinou a colocação de novas placas nas ruas, ao lado das atuais, contendo os nomes antigos. Falando à imprensa, disse o prefeito Elísio Lisboa que a medida tem dois objetivos: restaurar a tradição dos nomes legados pelos antigos e facilitar a identificação dos logradouros com qualquer de suas denominações. A medida, em face das dificuldades de fabricação das chapas, atingirá, de início, vinte e duas ruas.

Santa Cruz — (Espírito Santo)

INAUGURADO MAIS UM TRECHO DA ESTRADA — Pelo Interventor federal no Espírito Santo, Sr. Santos Neves, foi inaugurado, em setembro último, em Córrego d'Água, Distrito de Riacho, Município de Santa Cruz, um trecho de 30 quilômetros da estrada que une a cidade ao "hinterland". Após ser saudado por uma aluna da escola mixta de Córrego d'Água e pelo Prefeito de Santa Cruz, o Interventor Santos Neves declarou inaugurado o novo trecho de estrada. No Distrito de Riacho foi S. Excia. saudado pelo professor Ananias Santos Neto, em nome da população. Na residência do cel. Herculano Leal, foi oferecido ao Sr. Interventor e comitiva um almoço, falando o Sr. Nestor Lobo Leal.

★

Santa Maria — (R. G. do Sul)

CERTAME FILATÉLICO E NUMISMÁTICO — Por iniciativa do sr. Miguel Meireles, chefe do govêrno do município, e do sr. Eurico Chagas, presidente da Associação Filatélica Santamariense, foi organizado um certame filatélico e numismático, para comemorar o centenário do sêlo "Olho de boi". A exposição obteve o mais completo êxito e foi visitada por mais de dez mil pessoas.

★

Santos — (São Paulo)

PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS — A Prefeitura de Santos está executando um amplo plano de melhoramentos urbanos, no qual se destacam o calçamento de várias artérias, serviços de drenagem, muralhas de arrimo, novos jardins, abertura de novas avenidas, mercado municipal, etc. Também estão em construção um Orquidário Municipal, um grande aquário de água salgada, e um grande estádio.

★

São Gonçalo — (Rio de Janeiro)

INAUGURADA UMA PONTE — Com a presença do representante do prefeito de Niterói foi inaugurada, pelo prefeito Nelson Correia Monteiro, a ponte recentemente construida sôbre o rio Pomba, entre São Gonçalo e o Município de Niterói.

★

São João Marcos — (Rio de Janeiro)

AMPLIADAS AS INSTALAÇÕES DE RIBEIRÃO DA LAJE — A tradicional cidade de São João Marcos vai desaparecer com a ampliação das instalações de Ribeirão da Laje. O local onde hoje se ergue a velha cidade será inundado para a formação de novas represas. Para evitar que também se percam os valores históricos e artísticos da cidade, o govêrno federal tomou várias providências, inclusive designando uma comissão, presidida pelo ministro Ataulfo de Paiva, a qual aproveitará os preciosos elementos de arte da matriz local e erigirá uma nova igreja onde vão ser edificadas as casas que abrigarão as pessoas cujas residências tenham de ser demolidas por fôrça do desenvolvimento das represas.

★

Sento Sé — (Bahia)

INAUGURADA A ESTAÇÃO RÁDIO-TELEGRÁFICA — Realizou-se em agôsto a inauguração da estação rádio-telegráfica, de Santo Sé, no interior baiano. A cerimônia revestiu-se de caráter festivo, presentes as autoridades locais e grande número de habitantes.

Tanabi — (São Paulo)

O DISTRITO DE AMÉRICO DE CAMPOS PLEITEIA A EMANCIPAÇÃO — Esteve recentemente na Capital paulista uma comissão de moradores no Distrito de Américo de Campos, Município de Tanabi, São Paulo, a qual foi pleitear às autoridades a elevação do referido Distrito à categoria de Município. A produção agrícola do Distrito alcança 100 000 sacas de café, 300 000 arrobas de algodão, 70 000 sacos de arroz, 15 000 de feijão, 80 000 de milho, 1 300 de mamona, 2 000 de amendoim e 800 sacos de gergelim, 1 milhão de quilos de raspa de mandioca e 9 000 de fumo. A pecuária é das mais desenvolvidas, calculando-se os negócios anuais de gado em 50 milhões de cruzeiros. A população do distrito é de 18 000 habitantes e com a anexação do distrito de Cardoso ao município que se pleiteia criar, passará a 25 000. A renda municipal, incluindo o distrito de Cardoso, ultrapassa de 120 000 cruzeiros.

✶

Teixeira Soares — (Minas Gerais)

QUEDA DE NEVE — Uma onda de frio caiu sôbre o município de Teixeira Soares, no dia 19 de setembro último. Às 4 horas, a população assistiu a abundante queda de neve, que transformou a localidade e as matas adjacentes, dando-lhes um aspecto tipicamente europeu. Caiu uma das maiores geadas de que aquí há memória. A última vez que nevou na localidade foi em 2 de setembro de 1912, há mais de trinta anos.

✶

Teresina — (Piauí)

REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PREFEITURA — O Prefeito de Teresina, sr. Lindolfo do Rego Monteiro, autorizou à Diretoria de Obras Públicas do município a organizar um projeto de remodelação do edifício da Prefeitura, tornando-o compatível com os grandes melhoramentos realizados na cidade sob o govêrno Leonidas Melo. O Palácio da Prefeitura será um dos edifícios públicos mais importantes, não só no Estado, mas de todo o Norte do país. O prédio atual da Prefeitura foi reconstruido em 1914 pelo saudoso Intendente Tersandro Paz, já se achando, hoje, antiquado.

✶

Uruguaiana — (R. G. do Sul)

CONSTRUÇÃO DA PONTE URUGUAIANA LOS LIBRES — A propósito de uma crítica publicada em Pôrto Alegre sôbre o vão da ponte no rio Uruguai, ligando Uruguaiana a Los Libres, no tocante à passagem de balsas que descem pelo referido rio, o engenheiro Arlindo Leal, membro da Comissão Brasileira daquela grandiosa obra fêz as seguintes declarações à imprensa:

"A ponte internacional tem vãos extremos de vinte e sete metros e de mais de 35 metros. Assim o vão central é de trinta e cinco metros e não de sessenta, como constou ao articulista do "Correio do Povo", jornal que me acostumei a reverenciar desde longa data.

O vão de 35 metros foi estudado e escolhido pelos técnicos brasileiros e argentinos, tendo em vista o caráter da ponte, tanto rodoviária como ferroviária. Todos os pilares da ponte têm uma parede envoltória, calculada para resistir ao choque dos corpos flutuantes e protetora dos montantes da estrutura.

E' minha opinião que, contra os pilares assim revestidos, se romperiam as grandes balsas, sem que sofressem as estruturas.

No estado atual da construção da ponte, seria grave êrro a criação de um vão central de cem metros ou, mesmo, de sessenta metros, pois que isso afetaria todo o projeto já aprovado pelos dois governos e a ser posto em execução, determinaria também a suspensão dos trabalhos, o que seria bastante lestimável.

Era pensamento da Comissão Mixta de Estudos, em Buenos Aires, que os governos do Brasil e da Argentina deviam, em tempo oportuno, assentar medidas para que Uruguaiana e Passo de Los Libres fossem portos terminais das grandes balsas. Surgiram, assim nestas duas localidades, grandes balsas e depósitos de madeira para abastecimento dos mercados do Uruguai e da Argentina, por via férrea.

Seria uma solução econômica muito favorável às duas estradas de ferro marginais do rio Uruguai e de regime deficitário permanente.

Caso isso não aconteça, é lógico que em Uruguaiana e Passo de Los Libres se devam parcelar as grandes balsas, para obedecer ao imperativo dos vãos de 35 metros dessa obra de arte".

✶

Viçosa — (Minas Gerais)

ANIVERSÁRIO DA SUA ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE VILA — A 30 de setembro de 1871 era a freguesia de Santa Rita do Turvo elevada a vila com a mesma denominação, pela lei mineira n.º 1817.

Pertencia então a Vila Viçosa, homônima da residência de verão dos reis portuguêses, ao município de Ubá.

Viçosa, sob o orago de Santa Rita, foi criada paróquia em 14 de julho de 1832; e dadas as suas riquezas econômicas, em pouco tempo impôs ao govêrno provincial a sua elevação a vila e depois a cidade e sede de comarca. Esta última categoria Viçosa conquistou-a a 3 de junho de 1876.

Possuindo uma das primeiras fábricas de tecidos fundadas em Minas, o município de Viçosa, mercê da uberdade do seu solo de mata, tem a sua maior riqueza na agricultura da cana tem a sua maior riqueza na agricultura da cana nero em todo o país.

Cidade de aspecto moderno, possue estabelecimentos de educação primária, secundária, normal e superior de grande fama, como seja a Escola Superior de Agronomia, de renome continental e mundial, pois no corpo de alunos se encontram não só rapazes de todos os Estados da Federação, como argentinos, uruguaios, paraguaios, japoneses, russos, americanos do norte, etc.

E' um estabelecimento-padrão criado pelo govêrno do Estado e que tem prestado ao país serviços que se podem aferir pela fama e o conceito de que gosa até no estrangeiro.

✶

Vitória — (Espírito Santo)

CONFERÊNCIA SÔBRE ANCHIETA — Em prosseguimento da série de conferências culturais, instituida pela Prefeitura de Vitória, a cargo do Departamento Municipal de Estatística, o Sr. Mário Serrano pronunciou, na Prefeitura Municipal, em setembro último, uma conferência sôbre Anchieta, estudando a projeção e a influência dêsse pioneiro da civilização capichaba.

✶

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos

Professor Américo Furtado de Simas

Nasceu Américo Furtado de Simas aos 15 dias de outubro de 1875, na Rua Dannemann, cidade de São Félix, Estado da Bahia, na margem direita do Rio Paraguaçu, cuja utilização seria, em futuro, uma das suas maiores preocupações.

São seus pais José Furtado de Simas e D. Rita Francisca Bastos de Simas, ambos portuguêses, sendo êle industrial, e um dos introdutores da indústria de charutos na zona, a qual, com o correr do tempo, teria fama mundial pela excelência de seus produtos. Por morte de José Furtado de Simas, ocorrida em 26 de junho de 1876, sua família mudou-se para a Cidade do Salvador, capital da então província da Bahia, onde o jovem Américo cursou, anos depois, as primeiras letras no Colégio Florência, do tradicional Professor Manuel Florêncio, instalado no prédio em que hoje funciona o Ginásio Ipiranga. Prestes a concluir os preparatórios, perdera a progenitora, tendo isto acontecido em 27 de Fevereiro de 1892. Com esta morte, tendo ficado com recursos suficientes para continuar os seus estudos, foi encorajado a seguir para a Capital da recém proclamada República, afim de estudar a carreira de sua predileção, Engenharia Civil, na gloriosa e tradicional Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Com êsse intuito, seguiu para a Capital Federal, onde estudou no agitado período, em que, por motivos políticos, como a revolta de Custódio José de Melo e a oposição dos estudantes ao Chefe de Polícia, a Escola esteve fechada por algum tempo, forçando a volta do estudante à sua terra natal. Cessados os motivos determinantes do seu afastamento do Rio, regressou Américo Furtado de Simas e continuou o curso, tendo sido durante o mesmo, companheiro inseparável dos Drs. Miguel Calmon du Pin e Almeida e Antônio Gonçalves Gravatá, baianos também e depois notáveis Engenheiros. Com os mesmos morava na república do *Chalet de Pau,* na rua do Sousa, em Niterói, onde, nas grandes tertúlias noturnas, até alta madrugada, tratavam de problemas de interêsse nacional, como: o melhor modo de levantar a carta do Brasil; aproveitamento das quedas dágua nacionais; plano de viação nacional; desenvolvimento das indústrias nacionais e outros do mesmo tipo, nos quais cada qual expendia os seus conceitos a respeito dos mesmos. Em março de 1901, após curso brilhante, gradua-se Engenheiro Civil, e logo regressa à terra natal.

Chegando a Bahia é designado para fazer a consolidação da muralha de sustentação da Igreja do Bonfim, a qual, anteriormente, já fôra feita sem sucesso. Estudou a situação com cuidado e efetuou as obras que até a época atual permanecem em boas condições de resistência e estabilidade.

Neste mesmo ano de 1901, por ato do Presidente do Instituto Politécnico da Bahia, foi convidado a reger, interinamente, enquanto perdurasse o impedimento do lente efetivo, a 3.ª cadeira do 1.º ano do Curso Fundamental, "Física Molecular, Ótica aplicada à Engenharia, Eletrotécnica, Meteorologia". Tomou posse no dia 9 de julho. Sendo a nomeação de 6, em 10 de julho de 1901 deu a primeira aula. Dêste modo e nêste dia, começava a sua longa e brilhante trajetória na Escola Politécnica da Bahia, onde lecionou por mais de 40 anos, tendo ensinado diversas cadeiras do curso, como adiante veremos, tomado parte em comissões examinadoras de vários concursos e em bancas de exame de quase tôdas as cadeiras do curso.

Ainda no ano de 1901, a serviço da Municipalidade, foi perito da vistoria da Companhia do Queimado, que dirigia o serviço dágua da Cidade.

Em janeiro do ano imediato é nomeado membro da comissão examinadora de "Geometria-Trigonometria Retilínea", nos exames parcelados de preparatórios no Ginásio Estadual, juntamente com os Drs. Miguel Calmon e Antônio Gravatá.

Em 19 de março de 1902 casou-se com D. Raquel de Carvalho Bompet, filha de Samuel Bompet, francês, negociante e de D. Joaquina de Carvalho Bompet.

Neste ano abre um curso particular de Geometria, Física e Química, o qual funcionou até 1904.

Em 1903 toma parte na banca examinadora de "Aritmética" e "Álgebra" dos exames parcelados de preparatórios, no Ginásio Estadual.

Por pórtaria do ilustre Eng. Miguel Calmon du Pin e Almeida, então Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, datada de 31 de março de 1903, foi incumbido de instalar e dirigir o Serviço Meteorológico do Estado, em cuja função foi empossado no dia 2 de abril. O que foi o seu trabalho à testa deste Serviço, com os parcos recursos de que dispunha, o prova o fato de, um ano depois, ter o Estado as seguintes estações: Salvador, em Ondina, no Môrro da Vista Alegre, com 8 observações diárias; Juazeiro, com 3 observações; Serrinha, com 2 observações; Ilhéos com 3 observações e os postos de observação de Aratuípe, Belmonte, Pôrto Seguro, Canavieiras, Alcobaça e Santarém. No *Relatório* apresentando em 1904, encontramos o seguinte: "A situação econômica do Estado, não permitindo instalar de uma só vez, como seria conveniente, tão importante serviço, procurei, com os recursos do orçamento, montar algumas Estações, obedecendo ao plano seguinte, que poderá ser executado parceladamente: 1.º — Montar uma Estação de 1.ª ordem na Capital com todos os recursos modernos, que será o centro do serviço; 2.º —Criar 10 estações de 2.ª ordem; 3.º — Estabelecer o maior número possível de estações pluviométricas; 4.º — Adotar as convenções da Diretoria de Meteorologia da Carta Marítima, para uniformidade do Serviço Meteorológico Brasileiro, cooperando com a mesma na previsão do tempo; Fazer observações magnéticas em diversos pontos do Estado e principalmente na Capital; 6.º — Publicar os resultados obtidos, em *Boletins Mensais;* 7.º — Observar o regime dos rios; 8.º — Estabelecer o serviço de previsão do tempo, quando o Serviço de Meteorologia do Estado permitir". Mais adeante, esclarece: "À medida que os estudos forem sendo feitos, o Govêrno Estadual, auxiliado pelas municipalidades interessadas, irá executando as obras projetadas, de acôrdo com os recursos disponíveis, ficando o Estado, no futuro, liberto dos grandes flagelos causados pelas inundações e sêcas". Apresenta um projeto de Regulamento para o Serviço, que foi adotado depois. As observações são publicadas no *Boletim* da Secretaria, desde julho de 1903, referentes ao mês anterior.

Em sessão de Assembléia Geral do Instituto Politécnico da Bahia, de 22 de março de 1904, por proposta do ilustre Dr. Arlindo Fragoso, foi aceito sócio efetivo do Instituto, e eleito Membro do Conselho Administrativo do Instituto. Durante os seus primeiros anos de funcionamento, o Instituto lutou com enormes dificuldades para manter a Escola Politécnica da Bahia em pleno funcionamento, mas os Professores, com grande abnegação, sempre deram os cursos, mesmo gratuitamente, possibilitando assim o posterior desenvolvimento e a consolidação da Escola.

A Diretoria do Instituto, em sua sessão de 2 de abril de 1904, apreciou e aprovou, por unânimidade, uma proposta do Diretor da Escola, Dr. Arlindo Fragoso, pedindo a nomeação efetiva dos vários lentes interinos.

Em maio de 1904, a pedido do Secretário da Agricultura, Dr. Miguel Calmon, efetuou uma viagem de reconhecimento ao rio Pojuca, para estudo preliminar de suas cachoeiras. Dêsse empreendimento expôs as seguintes considerações: "Os cursos dágua que não podem ser aproveitados para a navegação, constituem riqueza inestimável, quer para a irrigação agrícola, quer para aproveitamento de sua energia hidráulica, susceptível de ser utilizada, tanto pela agricultura, como pela indústria". Em seguida faz considerações sôbre a grande conveniência e vantagens da energia hidráulica, mostrando a enorme necessidade do estudo adequado dos rios do Estado, mas "sendo muito dispendioso estudar com tôda a exatidão os cursos dágua, o único recurso compatível com a situação atual do erário público é procurar reconhecer os rios mais importantes do Estado". Aconselha, em seguida: "E necessário estabelecer-se canais de ligação, quer para a navegação, quer para a irrigação". Realizou a medição da descarga, da altura das quedas Cantinhos e Pilão, calculou a potência das mesmas, possibilidades de construção de barragem, etc.

Em 24 de outubro de 1904 foi nomeado o Eng. Alexandre Teotônio de Sousa, para estudar o aproveitamento das cachoeiras de Timbora, no rio Paraguaçu,

convidando para acompanhá-lo o Eng. Américo Simas, seguindo ambos para começar o levantamento topográfico da zona da cachoeira, em fins de 1904, iniciando os serviços em novembro, os quais foram interrompidos por uma grande enchente, que obrigou o regresso de ambos à capital.

Continuando na direção do Serviço Meteorológico, desenvolve-o o mais possível.

Por portaria de 8 de março de 1905 é nomeado Chefe da Comissão incumbida de fazer os estudos dos rios do Estado. Já no mês de abril a Comissão iniciou os seus trabalhos pelo rio Paraguaçu, estudando as cachoeiras da Timbora, no mesmo ponto em que foram interrompidos os serviços em novembro do ano anterior. São medidas a velocidade e a descarga e feitos levantamentos das margens, medições da profundidade, sondagens, desenhos, etc.

Na Assembléia Geral Extraordinária de 4 de julho de 1905, para discutir a Reforma dos Estatutos do Instituto Politécnico, na reorganização das Comissões Permanentes, foi escolhido para a 3.ª, "Geografia, Astronomia, Topografia, Geodesia, Navegação e Hidráulica".

Em agôsto de 1905, a pedido do Dr. Elpídio Mesquita, realiza o estudo da cachoeira da Pancada Grande, sôbre o rio Serinhaém, perto de Santarém, no sul do Estado, para medir a potência atual da queda, com o fim de estudar a possibilidade da mesma fornecer energia hidráulica à Capital do Estado. Os trabalhos feitos foram: determinação da altura da cachoeira, medição da velocidade do rio, medição da descarga, levantamento do rio e medição da profundidade. Dos estudos efetuados relata o seguinte: "Do estudo que acabo de fazer, só posso concluir que com uma boa barragem poder-se-á captar 6m³, que podem fornecer à Bahia uns 5 000 c.v. O terreno presta-se à construção de uma barragem de grande capacidade, podendo provàvelmente armazenar mais de 12 500 000m³. A bacia eferente da barragem tem, no mínimo, 500km², e para uma altura provável da chuva, na zona próxima do litoral, dá um volume dágua de 400 000 000m³. Utilizando-se sòmente a metade, 200 000 000m³, pode-se obter uma descarga de mais de 6m³ durante todo o ano, do estudo acima feito, concluímos que a utilização da Pancada Grande depende do conhecimento da capacidade da barragem que deve regularizar a sua descarga. Não o fiz, porque o tempo de que disponho não me permitia e a incumbência que recebi, foi a de medir a potência atual da Pancada e não a de estudar as instalações hidro elétricas necessárias".

No *Relatório* sôbre os estudos para o novo abastecimento dágua da Cidade do Salvador, de acôrdo com o contrato de 19 de maio de 1905, feito entre a Intendência Municipal e o Eng. Teodoro Sampaio e transferido à firma Teodoro Sampaio & Paes Leme, lê-se: "Para os estudos da planta cadastral da cidade, dividimo-la também em distritos e contratamos com diversos profissionais dos mais competentes, o levantamento planimétrico dos mesmos distritos, compreendendo planta, nivelamento, meio cadastro, ou estatística predial, triangulação, colhendo-se dêste modo, por um estudo rigoroso e bem verificado, os elementos precisos para a elaboração dos projetos definitivos de água e esgotos".

Dois anos após a realização dessa emprêsa que foi de grande vulto, é eleito no Instituto Politécnico da Bahia, membro da 9.ª Comissão Permanente — Redação, Administração e Contas, na Assembléia Geral de 17 de dezembro de 1907; nas Assembléias Gerais de 11 de janeiro de 1909, de 20 de janeiro de 1911 e 6 de favereiro de 1913, foi eleito para a 2.ª Comissão Permanente-Ciências Físicas e Naturais, Minas, Montanhística e Metalurgia; nas Assembléias de 6 de fevereiro de 1917 e 5 de abril de 1919, foi escolhido para a 1.ª Comissão-Ciências Matemáticas, Mecânica, Máquinas e Indústria.

Por ato da Diretoria do Instituto Politécnica da Bahia, é nomeado, em março de 1913 professor de "Máquinas Motrizes e Operatrizes", função na qual tomou posse em 14 de abril do mesmo ano, lecionando desta data a 30 de junho de 1913 e nos períodos seguintes em que esteve na Cidade do Salvador, até 1929; deu Hidráulica, de 10 de abril de 1915 a 31 de março de 1916; Estabilidade, de 1.º de abril de 1916 a 30 de abril de 1916; Física, de 1.º de abril a 31 de agôsto de 1916.

O Eng. Américo Furtado de Simas projetou e dirigiu as obras da instalação hidro elétrica dos Remédios, no rio Jaguaripe, Município de Nazaré, cuja cachoeira foi concedida aos Srs. Guinle & Cia. pelo Decreto n.º 397, de 5 de junho de 1906, no govêrno do Dr. José Marcelino de Sousa. Os trabalhos foram iniciados em 1909 e ficaram concluídos em 1914, tendo sido competente auxiliar nestas obras o Eng. Eduardo Santos Correia, que se distinguiu pela operosidade e meticulosidade com que seguia as instruções emanadas da Direção. A

concessão foi transferida ao Sr. Eudoro Tude de Sousa, em 14 de dezembro de 1916, que constituiu a Emprêsa Hidro Elétrica Eudoro Tude, que explora a instalação até o momento. Os trabalhos executados foram: CAPTAÇÃO — E' feita por uma barragem de alvenaria, submersível, com altura variável de 2m a 3,5m, com mais de 250m, de alvenaria de pedra, não tendo sido possível fazer grande armazenamento, pela pròximidade do leito da Estrada de Ferro de Nazaré, que teria a sua linha inundada, se a barragem tivesse grande altura. Na margem direita a câmara de tomada dágua, com dimensões de 8,50m por 6,00m e 2,30m de altura, com 3 comportas de ferro e madeira e adufa para limpeza da mesma. ADUÇÃO — A água é levada da barragem ao reservatório de carga por um canal de alvenaria de pedra com argamassa de cimento, que se desenvolve a meia encosta com a declividade média de 0,0005. Êste canal tem 378,5m por 2,40m de largura e 1,60m de altura, e é ligado ao reservatório de carga, medindo êste, 12m de comprimento por 5,80m de largura e 2,40m de altura, tendo vertedouro de descarga, tanques de decantação comportas nas entradas dos tubos de alimentação das turbinas e adufa de limpeza. Do reservatório partem 3 tubos de chapa de aço de 1m de diâmetro interior, que atravessam o Jaguaripe sôbre pilares de alvenaria de pedra com argamassa de cimento, numa extensão de 120m. Os primeiros tubos terminam em outro coletor, ao qual estão ligados 3 tubos de alimentação das turbinas com os seus registros. Usina — Composta de 3 grupos eletrógenos, dos quais só o 1.º foi instalado neste período, de 250 c.v. e 150kwa cada um.

Também sob sua competente orientação realizaram-se as obras do serviço de abastecimento dágua das cidades de S. Félix e Cachoeira, inaugurados em 1914.

Em setembro de 1920, após o regresso do Paraguaçu, visitou a queda do rio Una e apresentou projeto para as instalações que a Companhia Valença Industrial desejava construir, para iluminar a cidade de Valença e alimentar a sua fábrica de tecidos, mas o mesmo não foi executado.

Por êsse tempo construiu o edifício do Tesouro do Estado, moderno prédio, o qual, até a presente data, ainda é a sede da Secretaria da Fazenda.

Quando dirigia os trabalhos da instalação hidro elétrica das Bananeiras, o Prof. Américo Furtado de Simas compreendeu a enorme necessidade da difusão do ensino profissional entre nós, pois inúmeras vêzes teve de ensinar aos operarios, a tecnologia das profissões elementares. A difusão do ensino profissional elementar e médio, como meio de possibilitar ao operário o rendimento adequado ao seu esfôrço, pelo emprêgo de método científico, racional a prática de trabalho, e conseqüente auxílio aos profissionais superiores, seria daí em deante uma de suas grandes preocupações pela qual pugnou durante mais de 20 anos, podendo ser considerado o maior batalhador pelo ensino profissional na Bahia. Em 1921 dirigiu e lecionou no Curso de Mecânica, mantido pelo Liceu de Artes e Ofícios. Adiante veremos os outros passos desta luta, num meio hostil, onde, as vêzes, os próprios Engenheiros não compreendiam o valor inestimável para êles, dos operários senhores da tecnologia das suas profissões.

Por indicação da Congregação da Escola Politécnica, aprovada pela Diretoria do Instituto Politécnico, regeu a cadeira de Mecânica Aplicada, de 1920 a 1927, e a de Eletrotécnica, de 1921 a 1932, sendo a indicação sempre renovada, anualmente, e sempre aprovada. Regeu também, Estabilidade, de 23 de agôsto de 1920 a 31 de março de 1921 e Motores, de 1920 em diante, ininterrùptamente, até o fim do ano letivo de 1943, como Professor Catedrático.

E' eleito 2.º Secretário do Instituto Politécnico nas Assembléias de 7 de abril de 1921 e de 8 de março de 1923.

Em sessão da Diretoria do Instituto Politécnico de 21 de fevereiro de 1923, sob a Presidência do Dr. Otávio Mangabeira, uma etapa é vencida no desenvolvimento do ensino profissional, pois o Instituto resolve fundar Cursos Profissionais, ficando encarregados do estudo do assunto os Drs. Américo Furtado de Simas, Arquimedes Gonçalves e Agenor Miranda Na sessão do Instituto de 4 de fevereiro de 1924, é aprovado o projeto de organização do Curso de Mecânica Prática apresentado pela comissão antes nomeada, primeiro dos cursos profissionais que o Instituto deseja manter e por cuja organização o Curso tem 3 aulas, além de trabalhos de oficina, tendo sido nomeado o Prof. Américo Simas para a regência das 1.ª e 2.ª aulas e nomeado o Dr. Dagoberto de Menezes para 3.ª aula, ficando o Diretor da Escola Politécnica incumbido de contratar um Mestre para as oficinas.

Em 24 de março de 1924 é nomeado pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. José Joaquim Seabra, para o cargo em comissão de Chefe da Secção de Geografia da Comissão Geográfica e Geológica do Estado. Volta, assim, o Prof. Américo Furtado de Simas à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, da qual se afastara em 1906, para dirigir os trabalhos do Paraguaçu, depois de um intervalo de 18 anos. Em 25 de junho do mesmo ano, o Governador do Estado, Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, nomeia-o para a Inspetoria de Obras Públicas e Tombamento, afim de dirigir os serviços especiais das Obras de Mont Serrat. Êste Serviço Especial referia-se às obras de urbanização do bairro de Mont Serrat, no local onde existia uma velha chácara, a qual seria desocupada e os seus terrenos divididos em ruas e lotes, para venda. O grande casarão existente devia ser transformado em enfermarias, almoxarifado, dependentes do Hospital de Isolamento. Devia também ser construída a Hospedaria de Imigrantes.

Durante o resto do ano de 1924, o ilustre baiano estudou a solução urbanística a ser dada a zona, tendo apresentado o projeto de urbanização do bairro com arruamentos, loteamento, ligação aos bairros vizinhos e ao cais, etc., magnífico trabalho que fêz com que chamassem o bairro de Mont Serrat, "a jóia da cidade". Em seguida, foram atacadas as obras no Hospital de Isolamento, Hospedaria de Imigrantes, cáis de proteção aos terrenos a beira mar, drenagem de uma grande área dêstes, concêrto do cáis existente, da doca e dos velhos muros de sustentação.

Na sessão de Assembléia Geral do Instituto Politécnico de 27 de abril de 1925 é eleito 1.º Secretário, para o biênio 1925-1927, e Sócio Honorário do Instituto, por ter mais de 5 anos como Professor da Escola.

Da Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa, em 7 de abril de 1926, extraímos a parte seguinte, a respeito das obras de Mont Serrat, sob a competente e eficiente direção do ilustre engenheiro. "Hospital de Isolamento — Os grandes edifícios dêsse Hospital, as obras da Hospedaria de Imigrantes, adaptação dos terrenos da antiga Chácara do Govêrno para abertura de novas ruas, a restauração do Forte de Mont Serrat e a defeza contra a corroção do mar, que influia para deslocamento dos terrenos do Hospital, constituem obras de grande vulto". "Hospedaria de Imigrantes — Cuidando o Govêrno atual do problema da imigração, providenciou logo no sentido de restaurar-se a velha hospedaria, que há muitos anos fôra destinada a êsse fim, em Mont Serrat, realizando obras de completa remodelação do local, onde está situado êste edifício, restaurando além dêsse os 2 outros pavilhões, que foram dotados das instalações necessárias, construindo cáis de desembarque e extensa muralha de proteção.

Além destas restaurações, fizeram-se estas obras novas: almoxarifado, depósito de bagagens, banheiro ao lado do pavilhão das máquinas de desinfecção, o Posto Médico que óra se inicia, dois abrigos de recreio em frente ao pavilhão principal, parque e jardins, calçando-se a paralelepípedos as ruas existentes, sendo que a principal destas passa pelo alto de Mont Serrat e vai encontrar-se com a da Boa Viagem". "Hospital de Variolosos — O antigo edifício da Chácara de Mont Serrat, pertencente ao Estado, passou pelas necessárias adaptações, para nêle ser instalado o Hospital dos Variolosos. Terminadas essas obras, foi inaugurado o referido Hospital". Novo bairro de Mont Serrat — Separada uma certa área da Chácara do Govêrno para o Hospital dos Variolosos, o resto dela, depois dos trabalhos topográficos indispensáveis, foi dividido em 7 ruas, uma das quais será a Avenida Senhor do Bonfim, comunicando o bairro da Boa Viagem ou a futura Avenida Beira Mar, com o largo onde está situada a Igreja de Senhor do Bonfim". "Foi encetado o serviço de terraplenagem, que prossegue ativamente. Êsse novo bairro comportará na parte dos terrenos do Estado mais de 200 lotes para casas, os quais serão vendidos" e "ao serviço do movimento de terras intensificou-se ùltimamente, com a montagem da linha, provida de material de transporte, tudo do sistema Decauville". "Fortaleza de Mont Serrat — Para maior embelezamento do novo bairro, resolveu o Govêrno restaurar a velha fortaleza colonial existente no alto da colina, transformá-la num museu histórico de artilharia, dotando-a de um compartimento onde funcione uma escola primária e de pesca, destinada ao aperfeiçoamento da indústria do bairro". "Uma comissão de cidadãos devotados ao estudo da nossa história, auxiliada pela descrição que no antigo livro de Santos Vilhena se faz dessa fortaleza, foi incumbida de dirigir a restauração. A comissão referida é composta do Capitão de Fragata José Félix da Cunha Me-

nezes, Capitão dos Portos dêste Estado, do Prof. Alberto de Assiz e do Eng. Américo Simas, Diretor Geral das Obras de Mont Serrat. Os trabalhos já vão bem adeantados e em breve estarão terminados, dotando-se à velha Capital de mais um ponto admirável de passeio".

Indica-nos, mais uma vez, a *Mensagem* apresentada em 7 de abri lde 1927, à Assebbléia Geral Legislativa, pelo Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, o que foi feito em Mont Serrat, durante o ano de 1926, sob a segura direção técnica do Eng. Américo Furtado de Simas. Vejamos: Hospedaria de Imigrantes — Constitui, realmente, o empreendimento de maior vulto realizado pelo Govêrno do Estado". "Encontram-se terminados os pavilhões central, norte e sul, depósito de bagagem, almoxarifado, alpendre, desinfétorio e banheiros, bem como as obras que lhe são complementares, tais como o cais de desembarque, o da hospedaria e a doca". "Quando terminada, a área coberta da Hospedaria ficará superior a 2 500m² podendo abrigar 300 imigrantes". "Hospital de Isolamento — Inaugurado em 1.º de janeiro de 1926, com tôdas as observâncias da técnica e obedecendo aos processos mais modernos às exigências hospitalares". "Na grande área do Hospital de Isolamento está sendo feito um lindo parque que termina na Avenida de Contôrno, em construção" e "em tôda a extensão dessa Avenida foi construído um cais de proteção, restando apenas 700m para a sua ligação". "Pavilhão Serunterápico — a administração atual está levantando um grande pavilhão serunterápico, já estando terminados os trabalhos de lastro e fôrro da parte central, tendo-se concluído em fins de dezembro a cobertura relativa a essa parte". "Forte de Mont Serrat — Completamente reconstruído, circundado por belo ajardinamento, o Forte de Mont Serrat, com êsses melhoramentos que lhe proporcionou o Govêrno do Estado, é, muito justamente, considerado por todos como o local mais aprazível desta Capital". "Novo Bairro de Mont Serrat — Ao intenso movimento de terras que se notou no ano de 1925 para abertura de ruas do grande e novo bairro de Mont Serrat, sucedeu, em 1926, a atividade dos serviços de nivelamento, esgotos e calçamento dessas ruas, em número de 10, denominadas: do Rio Pardo, do Jequitinhonha, do Paraguaçu, do Sergi-Mirim, do Jaguaripe, do Subaé, do S. Francisco, do Rio de Contas, tendo como eixo a Avenida Senhor do Bonfim, que, partindo do largo que tem o nome do Padroeiro, termina na praia da Boa Viagem". "Ponta de Mont Serrat — O Govêrno, em complemento às obras efetuadas em Mont Serrat, fêz o calçamento a paralelepípedes, rejuntados a cimento, em tôda a área e contôrno da Ponta de Mont Serrat, embelezando-a com balaustradas".

Como vimos, foi intenso o trabalho realizado em 1926 no bairro de Mont Serrat. O Eng. Américo Furtado de Simas, em seu projeto de urbanização do mesmo, cuidou de sua ligação ao Pôrto do Salvador e ao aprazível bairro de Itapagipe, situado na península de igual nome, projetando a Avenida de Contôrno antes citada, e que, infelizmente, ainda não foi construída, apezar do muito que se tem falado e escrito acêrca da necessidade desse empreendimento.

Em abril do ano seguinte, 1927, no dia 7, deixa o Eng. Américo Simas a direção dos trabalhos em Mont Serrat, regressando à Chefia da Secção de Geografia da Comissão Geográfica e Geológica, após ter prestado mais um assinalado serviço à sua terra.

Amplia-se o Curso de Mecânica Prática, passando a ter 3 anos, na reorganizacão porque passa, na sessão da Diretoria do Instituto, de 10 de fevereiro de 1927. Já nesta época os primeiros frutos do curso são colhidos, pois mecânicos aí preparados, encontram boa colocação e difundem o Curso.

É eleito 1.º Vice-Presidente do Instituto Politécnico da Bahia, em sessão da Assembléia Geral de 22 de março de 1927, cabendo a Presidência ao Dr. Otávio Mangabeira, e reeleito consecutivamente nos anos de 1929, 31, 33 e 35.

O ano de 1928 assinala o regresso do Prof. Américo Furtado de Simas para o Corpo Docente da Escola de Belas Artes da Bahia, onde regeu as cadeiras de Materiais de Construção; Técnologia das Profissões Elementares; Resistência dos Materiais; Estabilidades das Construções; Grafo Estática; Elementos de Hidráulica e Eletricidade Aplicada à Construção. Tomou posse no dia 2 de abril e lecionou estas cadeiras até 8 de março de 1932, data em que foi feito o desdobramento de cadeiras, como, oportunamente, veremos.

Lecionou, em 1928, no Ginásio da Bahia, duas classes de Aritmética.

Por portaria de 28 de junho de 1928, é designado pelo Secretário da Agricultura para servir junto à Inspetoria de Obras Públicas, com o fim especial de encarre-

gar-se do Projeto e Orçamento do novo edifício destinado à instalação da Secretaria.

Em 1928, em vista de não ter sido recebida subvenção alguma para o Curso de Mecânica Prática, à Diretoria do Instituto, em sua sessão de 27 de dezembro, deliberou aceitar o oferecimento feito pelos Drs. Américo Furtado de Simas, Arquimedes Gonçalves, Dagoberto de Menezes e Aurélio Menezes, para lecionar gratuitamente no referido Curso, oferecimento que impediu a suspensão do mesmo garantindo a sua continuidade e posterior melhoramento.

Durante a Semana da Educação, fazendo parte da Comissão do Ensino Profissional, pronuncia, na Escola Politécnica, brilhante conferência sob o tema *Como desenvolver o Ensino Profissional na Bahia,* depois impressa em folhetim e onde surge a semente do que, 14 anos depois, seria o seu imortal Centésimo da Educação.

Por apostila de 29 de novembro de 1930, é nomeado Engenheiro Ajudante efetivo da Inspetoria dos Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos e por Decreto da mesma data, designado para exercer, em comissão, as funções de Inspetor da citada Inspetoria. Era Secretário o Prof. Elísio de Carvalho Lisboa e Interventor Federal o Prof. Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral. Regressava, dêste modo, o Prof. Américo Furtado de Simas à direção dos serviços meteorológicos do Estado, que instalára em 1903, e dirigira até 1906, aonde iria prestar, durante 7 anos, assinalados serviços às Geografia e Meteorologia nacionais, não o fazendo na mesma proporção à Geologia, porque, por falta de verba, apesar de reiterados pedidos seus, nunca foi possível aparelhar a secção geológica da Inspetoria, depois Diretoria. Encontrou sòmente, 4 estações meteorológicas, menos do que as que deixára, 24 anos antes.

Em 15 de julho de 1931 é designado para proceder a um exame do estado atual das Obras de Saneamento da Capital, das questões de ordem técnica e de opinar sôbre o programa de trabalhos aconselhável para o próximo ano, o que foi feito com sua habitual proficiência, encontrando os trabalhos "em perfeita ordem, dirigidos com técnica e economia, sendo bem cuidados os interêsses do Estado".

Em, em 20 de novembro de 1931, é designado Diretor em comissão, da récem criada Diretoria dos Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos, e dentro de um mês estavam em funcionamento, as estações meteorológicas de Ondina, a mesma de 1904, no Môrro da Vista Alegre, Mucuri, Môrro de Chapéu, Alagoinhas, Lençóes, Periperi, Itaberaba, Joanes e Adro do Bonfim. Durante o ano, pela Diretoria, foram feitos levantamentos diversos, visando o levantamento e preparo da Carta do Estado, iniciado o estudo dos rios, para seu futuro aproveitamento, organizados os serviços, estabelecido programa para a confecção do Mapa do Estado, coleta de dados, etc.

Foi incumbido, em fins de 1931, juntamente com os Prof. Tirso Paiva, Engos. Oscar Carrascosa e M. J. Moreira Fischer, de organizar o *Código de Distribuição e Instalação de Energia Elétrica da Cidade do Salvador,* apresentado em 18 de fevereiro de 1932, e aprovado pelo Prefeito Arnaldo Pimenta da Cunha.

A Congregação da Escola de Belas Artes, reunida em 8 de março de 1932, faz o desdobramento das cadeiras do Curso de Arquitetura, de acôrdo com o Decreto Federal n.º 19 852, de 11 de abril de 1931, cabendo ao Prof. Américo Furtado de Simas a regência das seguintes: como Professor Catedrático, Física Aplicada às Construções; como Professor Interino, Sistemas e Detalhes de Construções e Resistência dos Materiais e Grafo Estática, as quais lecionou até 1938, quando foi realizada nova Reforma, que veremos na ocasião oportuna.

Por ato n.º 49, do Prefeito Eng. Arnaldo Pimenta da Cunha, datado de 14 de junho de 1932, é nomeado Árbitro da Prefeitura, na questão "para derimir as controvérsias surgidas em face dos contratos de Viação e Iluminação Pública e Particular", que apaixonou a opinião pública baiana. Sendo porém a função de Árbitro mais própria a um Advogado, desiste da nomeação, em 1.º de julho, mas, em carta de 3 do mesmo, o Prefeito, lastimando a resolução, comunica ter convidado para substituí-lo o Bel. Metódio Coelho, êste o indica para Perito Técnico, cargo que êle aceita, por ser técnico. Os trabalhos foram intensos, e estavam em meio quando o Eng. Pimenta da Cunha deixou a Prefeitura, tendo os Drs. Américo Simas e Metódio Coelho acompanhado o mesmo, encerrando-se, então, a questão.

Em sessão de Assembléia do Instituto, de 19 de janeiro de 1932, é integrado na comissão incumbida de estudar a proposta para reforma dos Estatutos, afim de transformar a Escola Politécnica em Fundação, cujo plano aprovado na Assembléia de 18 de fevereiro apresentava grandes vantagens para o ensino profissional, pois o Art. 1.º dos novos Estatutos, diz: "Além dos fins constantes do Art. 1.º dos Estatutos de 17 de julho de 1896, o Instituto também criará e manterá, oportunamente, como preceituam aquelas disposições e as desta reforma, escolas profissionais de todos os graus e estabelecimentos de ensino secundário, em qualquer parte do território do Estado". Estas disposições estão de acôrdo com a proposta por êle apresentada anteriormente no esquema seguinte: O ensino profissional elementar e médio do Instituto compor-se-á de: a) escolas agrícolas elementares (aprendizados agrícolas) e médias (escolas de feitores); b) escolas industriais elementares (operários) e médias (contra mestres). O ensino secundário será oportunamente ministrado por um Ginásio, no qual terá especial desenvolvimento o ensino das Ciências Físicas e Matemáticas, como elemento básico dos cursos de Engenharia, designando-se os Diretores dos Cursos Profissionais e Secundário, bienalmente. O Prof. Américo Simas, que desde 1927 exercia a Direção dos Cursos Profissionais, foi reconduzido à mesma nesta ocasião e em tôdas as subseqüentes.

Em sessão conjunta da Diretoria do Instituto Politécnico e da Congregação da Escola Politécnica, sob essa presidência realizada em 4 de agôsto de 1932, os Estatutos da Fundação Escola Politécnica da Bahia são aprovados, por unânimidade, separando-se esta daquêle. No dia seguinte, em sessão da Diretoria do Instituto é feito membro do Conselho Administrativo da Fundação Escola Politécnica da Bahia, como representante do Instituto, juntamente, com o Prof. Tirso Paiva e Artur de Sá Menezes.

Escolhida para a Comissão de Redação da *Revista do Instituto Politécnico da Bahia,* tem como pares os Profs. Sousa Carneiro, Arquimédes Gonçalves, Albano Rocha e Oscar Caetano. A *Revista* sai em outubro de 1932, trazendo já nesta edição uma parte de *A Energia, o homem e a máquina na organização Social,* trabalho no qual êle demonstra concordância entre a ciência e a religião, e como, cientìficamente, podem ser resolvidos, todos os problemas sociais, para a felicidade geral do homem no planeta, aplicando os postulados da *Energética Sociológica,* de que é grande especialista.

De 1933 a 1937 leciona Eletrotécnica na Escola Politécnica, indicado pela Congregação e aceito pela Diretoria.

Intenso trabalho foi desenvolvido na Diretoria dos Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos em 1933, como se verá a seguir: foi terminado o levantamento da bacia hidráulica do rio Ipitanga; continuando o levantamento da bacia aferente, ligando-a às dos rios Cobre e Jaguaribe; encontrava-se em impressão o Mapa do Estado da Bahia, em Edição Provisória, na escala de 1:2 000 000, a que se dedicou nos últimos mêses do ano, a turma de campo da Secção de Geografia; nêste Mapa foi empregada, pela 1.ª vez, a representação do relêvo por meio de curvas de nível, na Carta do Estado; estavam em andamento as fôlhas BAHIA NE (1:500 000) e as fôlhas BAHIA NE 11-10 e BAHIA 11-15 (1:20 000), abrangendo o município da Capital e as barragens e linhas adutoras do serviço dágua da Capital, etc.; estavam em organização os desenhos das 5 fôlhas do Estado, BAHIA, MUCURI, ARACAJU, CARINHANHA e SÃO FRANCISCO, na escala de 1:1 000 000, com as localidades de coordenadas geográficas determinadas. O Boletim, com informações e o Mapa Pluviométrico, continuou a ser publicado.

Em 1934, com a criação da Comissão do Plano da Cidade, é indicado para representar o Estado na mesma, cargo que ocupa até a extinção da referida Comissão.

Neste ano de 1934 é completada a impressão da Edição Provisória do Mapa do Estado, na Escala de 1:2 000 000, sendo iniciada a sua distribuição, causando o fato excelente repercussão em todo o País; em andamento os desenhos das fôlhas BAHIA, BAHIA NE 11-5, BAHIA NE 11-15; prosseguiram os levantamentos da Capital; organização do projeto das barragens necessárias à utilização racional dos rios do Estado; estudo dos rios; publicação do *Boletim* e funcionamento das estações meteorológicas. O fato culminante do ano, porém, foi o Mapa do Estado.

Dispensado da comissão de Diretor, passando à Diretoria de Viação e Eletricidade, onde ficou a serviço no Gabinete do Secretário, como Consultor Técnico das Obras de Saneamento da Capital, opinando sôbre os serviços a realizar em 1935. Estuda a questão com detalhes e opina sôbre os serviços com a sua costumeira competência e capacidade técnicas, voltando em 30 de abril de 1935 à Diretoria dos Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos, onde, nêste ano, são realizados importantes trabalhos, que, a seguir, citaremos: distribuição de 2 000 exemplares do Mapa do Estado, em Edição Provisória, esgotando-se a edição; feitas correções no referido Mapa e iniciada nova impressão de 5 000 exemplares, tendo côres hipsométricas; em andamento as fôlhas BAHIA (1:1 000 000), BAHIA NE (1:500 000), BAHIA NE NW, BAHIA NE SW BAHIA NW NE e BAHIA NW SW (1:250 000) e BAHIA NE 11-5 e BAHIA NE 11-15 ..... (1:200 000); levantamento de 1 200 hectares do município da Capital; levantamento para o projeto do túnel ligando a Praça Deodoro à Rua Dr. Seabra, como contribuição do Govêrno ao Plano Diretor da Cidade; organização dos dados geográficos e estatísticos dos municípios baianos. Estiveram em funcionamento as estações de Ondina, Alagoinhas, Conquista, Itaberaba, Itaparica Lençóis, Môrro do Chapéu, Mucuri, Periperi, Serrinha, Tucano, Cipó e Santa Cruz Cabrália; informações de Ipitanga, Cobre, Joanes e Adro do Bonfim, Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista e I.F.O.C.S. Publicação no *Diário Oficial* e no *Boletim*, das informações meteorológicas. Neste ano foi transferida à Diretoria a fiscalização dos serviços telefônicos e das emprêsas hidro elétricas. Foi feito o projeto da instalação hidro elétrica do rio Capioba, pelo Eng. João Marchesini, em colaboração com a Diretoria; estudos do regime do rio Urubu e do aproveitamento de sua energia para a cidade de Boa Nova; projeto da rêde de distribuição de Chique-Chique e Môrro do Chapéu, fiscalização das instalações dos rios Paraguaçu, Jaguaribe e Una, assim como do Serviço Telefônico.

No seu *Relatório*, como nos anos precedentes, o Prof. Américo Simas sugere reformas para maior desenvolvimento dos Serviços e insiste por numerário, afim de ser possível a montagem da Secção de Geologia, mas em vão.

Na Semana do Urbanismo, realizada sob os auspícios da Comissão do Plano da Cidade, de 20 a 27 de setembro de 1935, pronuncia na Escola Politécnica uma conferência dando sugestões para o Plano Diretor, depois publicada, juntamente com tôdas as pronunciadas nesta brilhante semana.

Tendo a Escola Politécnica se tornado federal, foi o Prof. Américo Furtado de Simas mantido no seu cargo de Professor Catedrático de "Termodinâmica-motores térmicos". Por ato Federal é efetivado nesta função, na qual, se aposentou.

Em 11 de abril de 1936 foi, pelo Ministro da Educação designado membro do Conselho Técnico Administrativo da Escola Politécnica da Bahia, assumindo igual posição no Conselho Técnico Administrativo da Escola de Belas Artes, para o período 1934-37, em 27 de abril de 1934.

Durante todo êste período, o Curso de Mecânica Prática continua funcionando com regularidade, cumprindo a sua elevada missão de preparar artífices para a grandeza do Brasil, sob a direção do Prof. Américo Furtado de Simas, que prossegue batalhando, lecionando, escrevendo artigos, pronunciando conferências, em contacto com os governantes, a quem expõe seus pontos de vista etc.

Em 1936, na Diretoria dos Serviços Geográficos, avulta a nova edição do Mapa do Estado, na escala de 1:2 000 000, com côres hipsométricas, de 5 000 exemplares, que foram fartamente distribuídos por todo o País, tornando a Bahia conhecida e realizando uma das primordiais finalidades dos órgãos geográficos, que é a de tornar conhecidos os seus estudos e trabalhos, na maior amplitude possível. Foram publicados, no *Boletim* da Diretoria, além das informações meteorológicas correntes, as observações feitas na estação de Ondina de 1903 a 1930 e resumo das observações feitas nas estações de Serrinha, Ondina e Mucuri em 1931. Continuaram os levantamentos topográficos das fôlhas BAHIA NE 11-15 e BAHIA NE 11-5, e fôlha BAHIA, que ficou terminada, podendo ser impressa; preparo da base de Armação, para o serviço de triangulação, a ser iniciado; continuaram os estudos do rio Urubu, organizando-se projetos para fornecer energia às cidades de Boa Nova, Água Fria e Conquista; iniciados os estudos dos rios de Contas e Milagres; continuou o trabalho no fichário dos municípios, existindo dados de 133 dos 151 existentes; fiscalização das instalações dos rios Paraguaçu,

Jaguaripe, Una e Itaípe e do Serviço Telefônico Urbano e Interurbano. Como vimos foi grande e profícua, a atividade em 1936.

Na sessão de Assembléia Geral do Instituto Politécnico, de 30 de setembro de 1937, foi o Prof. Américo Furtado de Simas eleito presidente do mesmo, sendo reeleito em 10 de julho de 1939, para o biênio 1939-41.

Em 1937, último ano em que dirigiu a Diretoria dos Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos, esta efetuou os seguintes trabalhos: impressões da fôlha Bahia, na escala de 1:1 000 000, a qual ficou concluída em outubro e foi distribuída em seguida, tendo, além das convenções correntes, a divisão dos municípios da área abrangida; publicação do folheto, de autoria do Diretor, *O mapa do Estado da Bahia e sua divisão em fôlhas,* com anexos de "Tabelas para a construção dos mapas", magnífico trabalho, sistematizando a organização do mapa do Estado e a divisão do mesmo em fôlhas, de diversas escalas, de acôrdo com a Convenção de Londres e que fêz parte, como anexo, da Comunicação ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia, feita pelo Eng. Lauro Sampaio, sucessor de Américo Simas na Diretoria. Êste folheto causou ótima impressão nos meios técnicos; continuou a impressão do *Boletim;* levantamento da Fazenda Cascão e da Chácara Narandiba, a pedido da 6.ª Região Militar; levantamento dos polígonos dos rios Pituaçu e Jaguaripe; escôlha do local para mediação da base para início da triangulação; terminada a fôlha BAHIA NE 11-15, em andamento a BAHIA NE 11-10 e a BAHIA NE 11-5, faltando trabalhos de campo para a conclusão das fôlhas BAHIA NE 12-1, BAHIA NE 12-2 e BAHIA NE 12-6, tôdas na escala de 1:200 000; determinação dos limites entre os municípios de Irecê e Chique Chique; conclusão do estudo do rio Água Fria, com projeto de instalação de 1 500 c.v. para luz e indústria de Conquista, etc.; estudo da cachoeira dos Apertados, no rio Alpim, para fornecimento de energia a Bonfim e Campo Formoso; orçamento da instalação hidro-elétrica de S. Filipe, no rio Copioba; estudo da instalação do rio Provisão, para Jequié; estudo e projeto da instalação do rio Urubu, para Boa-Nova; reconhecimento das cachoeiras de Pancada e Funil, no rio de Contas; funcionamento regular das instalações meteorológicas, sendo reformadas as de Periperi e Alagoinhas e iniciada a construção da nova de Itaberaba; fiscalização dos serviços telefônicos do Estado e dos serviços hidro elétricos.

No ano de 1937, em março, o Prof. Américo Furtado de Simas visita João Branco, em companhia dos Drs. Rosenthal e Meiss, representantes de Julius Pintsch, que tratava da industrialização da maraúita, aí existente em grande quantidade e com grandes possibilidades econômicas. De volta apresenta *Relatório* detalhado das observações colhidas. Nêsse mesmo ano, em virtude do Decreto de desacumulação, opta pelo cargo de Professor Catedrático de Termodinâmica-motorestérmicos, da Politécnica da Bahia. Deixa de lecionar Eletrotécnica, o que vinha fazendo por espaço de 17 anos e afasta-se do cargo de Diretor dos Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos, após 7 anos de inestimáveis serviços prestados à Bahia e ao Brasil, e onde, no dizer de Elísio Lisboa "marcou o início da fase pròpriamente científica das atividades da repartição".

Em 1938, com a adaptação das cadeiras, na Escola de Belas Artes, à organização da Escola Nacional de Belas Artes, o Prof. Américo Simas ficou com a regência das cadeiras de Física Aplicada, e de Sistemas e Detalhes de Construção.

Em 1939, quando da execução da Lei n.º 311, sob a sábia orientação do Conselho Nacional de Geografia, dirigiu a execução do mapa de Conceição da Feira e orientou a confecção dos referentes a Alagoinhas, Serrinha, Inhambupe e Santa Luzia.

Nêste ano, contrata com a municipalidade de Alagoinhas o estudo das quedas de Quisambu, no rio Subaúma, para fornecimento de energia elétrica à sede do município. Os mesmos demonstraram a possibilidade de obter-se fôrça suficiente para os fins em vista, 320 c.v. Iniciou os projetos, os quais, com a mudança do Prefeito, e falta do cumprimento do contrato pela Prefeitura, não foram concluídos.

Em 11 de agôsto de 1939, foi convidado para, juntamente com os Drs. Oscar Carrascosa e Alípio Viana, integrar a Comissão escolhida pela Prefeitura do Sal-

vador, para estudar as causas da deficiência verificada na produção de energia à Capital do Estado e determinar as condições das instalações produtoras. Esta Comissão trabalhou arduamente, tendo apresentado magnífico *Relatório,* que conclui dizendo dever ser o rio Paraguaçu preferido para distribuir energia elétrica à Capital e outras povoações do Estado, pois pode fornecer mais de 150 000 c.v., mais de 10 vêzes a potência instalada; ser necessário ampliar a atual instalação, por ter atingido o seu limite de produção; aconselham ao Estado, dentro da diretriz moderna, a dar início ao contrôle de tais serviços; como solução indicam a necessidade de construção de novas barragens, a começar pela de Timbora, para aumento do armazenamento, possibilitando maior utilização; indicam outros pontos no rio Paraguaçu, onde podem ser construídas outras barragens, solucionando, assim, a questão.

E' escolhido Representante do Instituto Politécnico da Bahia, atuando com o Prof. Jaime Gama e Abreu, à 2.ª Convenção Nacional de Engenheiros, em sessão de 22 de julho de 1940. A Convenção reuniu-se em São Paulo, mas, as teses dos dois representantes do Instituto não foram discutidas, por terem sido entregues fora do prazo. A do Prof. Américo Simas, foi transformada em palestra; versava sôbre uma *Contribuição para um plano sistemático de combate às sêcas no Brasil e, principalmente, na Bahia,* reprodução da conferência que em 1934 pronunciára na Escola Politécnica da Bahia, depois publicada na revista *Ciência e Arte,* dos alunos da Escola. Nêste trabalho, o Prof. Simas apresenta um Plano sistemático de combate às sêcas, baseado na distribuição das chuvas na área considerada e na "utilização dos grandes rios que atravessam a região semi-árida, para a Indústria (fornecimento de energia transformada em elétrica), Comércio (navegação interior), Agricultura (irrigação) e Higiene (abastecimento dágua à população para usos domésticos e urbanos"), para o que julga "indispensável a ligação de suas bacias, afim de que a navegação seja contínua. Tal ligação, de incalculável valor econômico, só poderá ser feita acumulando-se água, que poderá ser utilizada, não só para navegação, como também para irrigação, usos domésticos e industriais e produção de energia hidro-elétrica". Os rios são: São Francisco, Vasa Barris, Itapicuru, Paraguaçu e Contas, cujas ligações de bacias deverão ser feitas por canais de ponto de partilha. Aconselha a construção de "barragens — uzinas — pontes — eclusas", para acumulação, produção de energia, transporte e navegação, propondo a construção do 1.º conjunto, nas corredeiras do Sobradinho. Plano grandioso e científico que, caso seja aplicado, resolverá o problema das sêcas em conjunto, solucionando os problemas correlatos e reabilitando uma das maiores e mais ricas regiões do País.

Na viagem a São Paulo, foi o Prof. Américo Simas comissionado pela Secretaria de Educação, para estudar a organização do ensino profissional no referido Estado, tendo apresentado detalhado e completo *Relatório* sôbre o assunto, no seu regresso, no qual, depois de estudar a organização dada em São Paulo, reafirma os seus pontos de vista para o caso na Bahia.

Nas comemorações da *Semana do Engenheiro,* realizada de 11 a 17 de dezembro de 1940, como representante do Instituto Politécnico, pronuncia na Escola uma conferência sob o tema *"Sugestões para a organização do plano diretor da cidade do Salvador",* justamente considerado o melhor trabalho sôbre o assunto.

Eleito 1.º Vice-Presidente do Instituto Politécnico, em junho de 1941, continua, orientando o Curso de Mecânica Prática, que já então tem maior freqüência.

Em 30 de maio de 1941, eleito pela Congregação da Escola de Belas Artes seu Diretor para o quatriênio 1941-45, trabalha ativamente, reorganizando a Escola, aparelhando os seus gabinetes, aumentando e catalogando a sua biblioteca e pinacoteca.

Na instalação solene da Sociedade dos Engenheiros da Prefeitura do Salvador, realizada em 11 de dezembro de 1941, Dia do Engenheiro, é homenageado pela mesma, tendo o seu Presidente, Eng. Armando Carneiro da Rocha, em seu discurso, dito: "Daí, o escolhermos Américo Simas como o representante maior da Engenharia entre nós. Daí o recomendarmos aos que ainda não batidos pelas vicissitudes de uma profissão que tem como léma — o dar de si ao envez de colhêr para si — tendo em mira o quanto vale a sublimação de um ideal, que se mantém puro pelo princípio em que se estabelecêra, e dignificado pela maneira

constante com que fôra encarado. Américo Simas é para todos nós o símbolo dêste ideal que nos congrega. Todo o nosso aprêço e tôda a nossa admiração são dirigidos ao seu valor e aos seus méritos pessoais, valor e mérito que se estendem a tôda a classe, como um patrimônio por êle criado e por êle consolidado em nosso favor. Ditas estas palavras "proponho a tôda a assistência uma salva de palmas como homenagem a Américo Simas, o Engenheiro símbolo da nossa profissão".

Em 16 de dezembro de 1941, como parte das comemorações da *Semana do Engenheiro,* o Prof. Américo Furtado de Simas recebe na Escola Politécnica do Estado a maior homenagem jamais prestada a um Engenheiro na Bahia, coincidindo com o lançamento da 3.ª Monografia da Escola, de sua autoria, intutilada *A Energia hidráulica, a viação e o problema das sêcas no Estado da Bahia,* onde os mais importantes problemas do Estado estão estudados e são propostas soluções científicas e racionais para os mesmos. Nesta homenagem, além do Homenageado, falaram o Prof. Elísio de Carvalho Lisbôa pela Congregação da Escola, o Prof. Oscar Caitano pelo Instituto Politécnico e pela Escola de Belas Artes, o Eng. Galdino Mendes Filho pelo Sindicato de Engenheiros da Bahia, o Eng. Alfredo Nogueira Passos pelos Engenheiros da Turma de 1916, uma das muitas de que o Prof. Simas fôra Paraninfo e o Acad. José Florêncio da Cunha Batista pelo Corpo Discente. Em magnífico estudo o Prof. Elísio Lisboa, disse o seguinte do ilustre homenageado: "Como Catedrático da Escola Politécnica — satisfeitas as obrigações precípuos do cargo" "ei-lo a escogitar sôbre a melhor orientação do estudo da Engenharia". "Sai mesmo do âmbito do ensino politécnico, para opinar e aconselhar reformas indipensáveis ao ensino superior, em conjunto, tudo articulado, num plano de financiamento calcado nos recursos e nas possibilidades do País". "Professor do Curso Elementar de Mecânica, mantido pelo Instituto Politécnico — de que foi um dos fundadores, e continua, hoje, um dos seus vigorosos baluartes, — é o grande animador do curso, e é, sem exagêro, o maior batalhador em pról do desenvolvimento da aprendizagem das profissões elementares da Bahia". "Em tôdas as oportunidades que se oferecem, comparece o Mestre Simas, veemente e confiante, a se bater por uma disseminação sistemática de escolas para o preparo de artífices hábeis, como lastro da Engenharia indígena, como fundamento do organismo econômico da Bahia".

Foi Consultor Técnico do Conselho Regional de Geografia, desde a sua criação.

Em 1942, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, procura de logo assenhorear-se das disposições da mesma, afim de nela enquadrar o Curso de Mecânica Prática, que dirige. No fim dêste ano, inicia a transformação das instalações do Curso, construindo um novo edifício, por si projetado, com amplas oficinas no andar térreo e salas de aula, Diretoria, Secretaria, de Professores, etc., no andar superior.

Em 1942, contrata com a Prefeitura de Bonfim a elaboração do Plano Diretor da mesma cidade e estuda e projeta um Mercado Municipal para lá, o qual vai ser construído em 1944. Os levantamentos para a Planta Cadastral da cidade, base para o Plano Diretor, foram efetuados em 1942 e 1943.

A Escola de Belas Artes muito melhorou nos anos de 1942 e 1943, sendo reconhecidos pelo Govêrno Federal os seus cursos de Pintura, Gravura e Escultura, velha aspiração da mesma. Foi criado um Curso Noturno de Desenho, melhoradas as instalações, tendo o Prof. Simas conseguido da Secretaria da Viação e da Prefeitura a verba e o terreno para a edificação do Prédio Escolar da Sé, belo projeto do Arquiteto Hélio Duarte, Professor da Escola, com o que o referido Grupo Escolar desocupará o edifício da Escola, melhorando consideràvelmente a situação desta. Estas obras devem ser realizadas em 1944.

Em sessão de Assembléia Geral do Instituto Politécnico, realizada em 10 de fevereiro de 1943, o Prof. Américo Furtado de Simas é, novamente, eleito Presidente do Instituto, para o biênio 1943-45, e conservado como Diretor do Curso de Mecânica Prática. No intervalo entre os anos letivos de 1942-43, inicia a construção do edifício antes referido, para o Curso de Mecânica Prática, o qual ficou concluído no início de 1943. Em sessão da Diretoria do Instituto, de 20 de maio de 1943, o Prof. Américo Furtado de Simas, de acôrdo com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, propõe, sendo aceito por unanimidade, enquadrar

o Curso de Mecânica Prática na mesma lei, sendo transformado o mesmo Curso em Escola Industrial do Instituto Politécnico da Bahia, funcionando em 1943 os Cursos de Mecânica de Máquinas e Fundição. Nêste ano, o Interventor da Bahia, Exmo. General Renato Aleixo, accede aos pedidos do Prof. Américo Simas e auxilia o Instituto com Cr$ 35 000,00, o que possibilitou a execução dêstes melhoramentos, além do auxílio da Escola Politécnica, que financiou a construção do novo edifício. O Prof. Simas conseguiu, também, do Govêrno Estadual e da Prefeitura, a desapropriação dos terrenos contíguos à Escola Industrial, para ampliação desta, com a construção de novo edifício, destinado aos Cursos de Serralheria, Carpintaria e Fundição.

Em dezembro de 1943 foi aprovado por todo o Govêrno Baiano o seu maravilhoso *Centésimo da Educação,* resultado de muitos anos de estudos que encerra engenhoso plano, o qual tem como princípio a substituição das subvenções por dotações, e possui a extraordinária faculdade de, com capital finito — um por cento da receita do Estado — formar patrimônios infinitos, para as instituições de ensino, visando a formação da Universidade da Bahia, o desenvolvimento do ensino profissional, o amparo das instituições de caridade e culturais e a alfabetização.

Plano êsse devido ao qual, a contribuição anual do Estado cresce até um certo valor, 8 000 000 de cruzeiros e conserva-se constante, aumentado, porém, com o tempo, os patrimônios, podem tornar-se tão grandes como queiramos. É, um plano grandioso, capaz de, por si só, imortalizar o autor.

Tendo atingido o limite de idade em 15 de outubro de 1943, o Prof. Américo Furtado de Simas continuou a lecionar na Escola Politécnica da Bahia até o término do respectivo ano letivo. Aposentou-se por Decreto Federal de 23 de novembro, ocupando a catedra pela última vez, em 1.º de dezembro de 1943, quando deu a última prova parcial do ano, encerrando, assim, a sua gloriosa vida de Professor, na mesma Escola onde a iniciára, mais de 40 anos antes, cuja catedra sempre engrandecêra com o seu saber, sua dedicação, sua alta moralidade e sua bondade para com os seus inúmeros discípulos, os seus filhos!

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Registos e comentários bibliográficos

Sôbre livros

JOSE' MARIA COSSIO. *Los Toros*. Editora Espasa-Calpe. Espanha. 1943.

A tourada é uma festa nacional esponhola. Admirando-se ou não êste esporte, todos reconhecem que o espetáculo não tem rival no seu gênero, havendo um abismo entre a corrida de touros e tôdas as demais diversões do mundo.

Dada a influência que exerce em múltiplos aspectos da vida e da história da Espanha, o espectáculo não podia ser tratado literàriamente de um modo precário, rudimentar e leigo.

Los Toros, de Cossio, é um livro quase completo sôbre o assunto. Os técnicos poderão encontrar uma falha, um êrro, uma apreciação inexata. Mas ninguém poderá desmerecer a obra. Poder-se-á com o tempo reunir mais dados, ampliar-se a notícia, com um outro capítulo; entretanto, nada disto impedirá que a obra de Cossio permaneça como a base definitiva e imprescindível na história do tourear.

Apareceu apenas o primeiro tomo. Compreende: a) um vocabulário; b) o touro zoològicamente; c) castas e d) touros célebres; e) o gado bravo no campo; f) as praças de touros; g) o tourear; h) classes de festas de touros; i) costumes abandonados; j) regulamentação; k) o embate; i) Análise histórico-técnico da tourada; II) Espécies de capa; m) Espécies de bandeirilhas; n) Tourada de muleta; n) Maneira de matar; o) Estocadas de recurso. p) O tosqueamento q) A maneira de picar.

E' uma obra em 1017 páginas, copiosamente ilustrada. Constará de três volumes. O segundo será de caráter histórico, referente à festa de touros, e o terceiro será de caráter biográfico, focalizando os toureiros.

A caudal de documentação que o sr. J. M. Cossio mobiliza nesta obra é extraordinária e sua cultura e agudeza de tato valoriza e empresta um novo realce a tão esplêndida documentação.

★

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS. *O Descobrimento da Amazônia*. DEIP — 1942.

O Amazonas está na ordem do dia. Os brasileiros parece que se convenceram agora, de uma vez, da importância dêsse rio na vida nacional. Da sua função econômica facilitando a penetração e a exploração da hinterlândia, da função social caldeando etnias diversas, facilitando movimentos de população, no sentido horizontal ou no sentido vertical; e finalmente, da função política, elemento de ligação entre o Brasil e outros países da Bacia.

O Amazonas hoje encerra um ponto do programa governamental. Os brasileiros devem fixar-se no imenso vale, do mesmo modo que devem rumar para o Oeste ou fundar uma civilização às margens do São Francisco. Isto, mais do que um imperativo geográfico, é um objetivo a atingir.

Por todo o País sucedem-se os estudos, as conferências sôbre temas relacionados com a grande artéria fluvial. O presente trabalho, porém, com as suas 36 páginas tem um valor particular pela circunstância de haver aparecido no próprio cenário amazônico. Cremos que um dos maiores esforços do Govêrno deve orientar-se no sentido de despertar uma *consciência goegráfica* entre os habitantes das próprias regiões a que ela se refere.

O sr. Artur César Ferreira Reis começa discorrendo sôbre o século XVI, evidenciando o "ciclo de profundas transformações" que êle representou na História. Depois, orgânicamente, passa às conquistas espanholas, à expansão ibérica sôbre os mares do mundo. Frizou o sentido econômico que tiveram as emprêzas da América. Finalmente falou sôbre o País das Amazonas e o País do Dorado que Orelana buscou.

"... Orelana, nessa galeria de tipos que marcaram as horas iniciais do Novo Mundo, foi Conquistador e Adelantado. Conquistandor à moda de Vasco Nunez de Balboa, que revelou o Mar del Sur, o Pacífico da denominação atual. Adelantado, à moda de D. Pedro de Mendoza, que instalou o domínio de Espanha no Prata, justamente o outro extremo que marcava a Portugal o limite de seu ultramar sul-americano. Conquistador, com a jornada de 1539-1542, inscreveu-se entre os nomes mais altos da crônica da América. Com a sua jornada, começava a história da Amazônia".

A.M.

★

JOÃO PINHEIRO. *O Descobrimento do Piauí e o Documento de Pereira da Costa. Teresina* — 1943.

O Piauí é uma singularidade geográfica entre as unidades federadas do Brasil. Estado quase sem litoral, vive por isso mesmo voltando para seu interior; sua própria capital está encravada em pleno sertão, bloqueada pelas distâncias. Terreno acidentado, onde os transportes são difíceis, o Piauí permaneceu por isso mesmo estacionado longamente. Sua riqueza tem sido desde priscas eras, a pecuária. *Gado lá do Piauí* como se diz vulgarmente nos outros Estados do Nordeste. Perdurou alí, sem dúvida, por muito tempo, aquela *época do couro* de que nos fala Capistrano. Podemos dizer que sòmente agora, muito recentemente, é que o Piauí entrou em contacto direto e freqüente com o resto do país, através da aviação.

A história do Piauí, porém, apresenta aspetos nebulosos, em que os historiadores não chegaram ainda a um acôrdo completo. E isto é tanto mais importante quanto relaciona-se também a um assunto muito ligado à história do sul: as bandeiras.

Empenhou-se aí o Sr. João Pinheiro em provar a inexistência de qualquer informação sôbre uma eventual estada do bandeirante Domingos Jorge Velho, no Piauí, antes de 1688, época em que se estabeleceu no arraial de Piranhas, no sertão paraibano, para a peleja contra o gentio.

Os verdadeiros descobridores do Piauí foram Domingos Afonso Sertão e seu irmão que sempre serão tidos como únicos descobridores, associando a seus nomes os de Francisco Dias de Avila e Bernardo Pereira Gago que os auxiliaram bastante nas despesas da conquista sendo, também dos primeiros a gosar de seus frutos.

Com 29 páginas, sòmente, revela o presente trabalho, esfôrço e dedicação às coisas da história, virtudes que caracteriza o civismo de uma gente.

A.M.

★

LÍDIA BESOUCHET. *Mauá e sua Época.* Edições América Econômica — Buenos Aires, 1943.

Lídia Besouchet escritora brasileira, residente entre nós, tomou a figura prócer de Mauá como ponto de referência, para dar-nos um estudo dos fatores operantes na evolução social, econômica e política do Brasil, resultado das novas idéias universais que inaugura o século XIX. No Brasil esta transformação adquiriu um caráter mais transcendente que em nenhuma outra parte da América, por ter que lutar contra uma tradição agrária, com firmes raízes na sociedade, na economia e na política. Regime, escravagista de monocultura e imperialista.

Mauá é para a autora o arquétipo representativo da reação da época contra o ambiente, com os defeitos próprios ao mesmo e do qual constituia parte. "Mauá reflete todos os vícios da sociedade brasileira mal organizada com a visão de sua grandeza comercial, financeira e industrial, sem olvidar nunca que êle é um homem e não um herói".

Lídia Besouchet divide sua obra em três partes, a primeira analisa o meio social econômico e político. O nascimento da era industrial iniciada na Inglaterra e a conseqüente adaptação do sentido comercial anterior do capitalismo. A luta pela absorção dos mercados americanos, necessários consumidores, monopolizados pela Espanha e Portugal, donde a autora mostra a finalidade utilitária inglêsa, encoberta sob o desinteressado apôio que presta aos países americanos libertados de suas metrópolis. A segunda parte e a terceira contêm um estudo amplamente documentado e com contribuição pessoal de deduções originais sôbre uma das épocas mais importantes da história brasileira, chamada Segundo Império, que "pode ser estudada esquemàticamente sob três fases distintas: a primeira corresponde a decadência da aristocracia açucareira e a formação da nova aristocracia dos "fazendeiros" de café, a segunda, a consolidação desta aristocracia; e a terceira, a sua decadência com a transformação operada pela abolição da escravatura e a penetração da máquina nos campos".

A história do Segundo Império é inseparável da vida de Mauá que constitui o elemento representativo da nova era que surgia em beligerância com o conceito rotineiro imperante, personificado no govêrno de Pedro II, que "administrava com sentido limitado o país como se se tratasse de uma organização doméstica". Mauá atúa no meio conservador e retrógrado, hostil e agressivo, agitando-o com sua visão progressista e, muitas vêzes, regula acontecimentos com a ingerência de sua audácia e potência financeira. Introduz a ideia dos créditos ilimitados, a organização bancária, funda emprêsas de serviços públicos companhias de navegação no Amazonas, região inesplorada, intervem em empréstimos, fomenta a circulação de capitais e é parte de tôda sorte de negócios não só em sua pátria, mas também nos estados rioplatenses impulsionando a economia estabelecia o rítmo contemporâneo. Mais de uma vez a autora nos mostra o nome de Mauá nas demarches da inquieta política sulamericana do século passado.

Logo, Mauá começa sua grande aventura, a construção de ferrocarris, que previsto ou não por êle, resolveriam a unidade brasileira, sonhou cruzar o Brasil de norte a sul de este a oeste de linhas férreas que atrairam o comércio do Pacífico aos portos atlânticos de seu país, porém, acúmulo de circunstâncias contrárias o levaram ao fracasso e à ruina. Entrega tudo que possuía e consegue sua reabilitação e aos sessenta e cinco anos de idade com ânimo íntegro, quer começar de novo. Grave enfermidade o impossibilita é anos depois o leva à morte. Com êle caiam a escravatura, o sistema agrário e o Império.

Lídia Besouchet demonstrou nêste trabalho, suas condições de estudiosa e uma singular capacidade de orientação histórica na sempre tão dispersa documentação americana. Contudo consideramos que a abundância de capítulos deixou uma certa unidade à obra fragmentando a continuidade essencial do tema, a captação do problema revela uma séria investigadora, possuidora de meditado conhecimento do assunto.

RAUL NAVARRO

★

JOHN GRAHAM, JR. *O Problema da Habitação na Escandinávia.* I.A.P.C. — 1942.

A humanidade, grosso modo, divide-se em dois grupos de povos. Um, de indivíduos dados às teorias, construtores incorrigíveis de doutrinas, mais entusiastas de uma bela idéia do que de um ato util. Estarão nêste grupo, é possível, os povos latinos. Outro, apanagiando-se de um modo diametralmente oposto. Cultiva o lado prático das coisas; acha, mais ou menos, que viver é procurar soluções, é criar situações melhores. Nêste grupo estão os povos nórdicos.

O livro de que estamos falando, em boa hora traduzido no Brasil, por iniciativa do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, revela êsse aspecto que tanto enobrece os povos nórdicos — vocação democrática.

Uma democraria, porém, mais de atos do que de palavras. Uma democracia que se esmera em assegurar a cada um, o mínimo vital razoável. Enquanto outros povos admitiram por muito tempo a desigualdade social, em nome da liberdade; enquanto em certos países as conquistas das classes baixas foram assinaladas por uma série de campanhas, êsses povos, por uma simples questão de princípio, trabalham de há muito pela elevação geral do padrão de vida, pela distribuição de oportunidades a todos. Basta dizer que há mais de quarenta anos a Noruega instituiu uma modalidade de aposentadoria para os velhos.

Onde, porém, os povos nórdicos vêm sendo incontestàvelmente precursores é no que se relaciona com a habitação.

Compreenderam êles, em boa hora, o que representa a casa, para o homem que trabalha; o legítimo direito de cada um, a possuir o seu lar.

Sem dúvida não pode adotar certas normas de higiene aquêle que vive em um ambiente sórdido; tampouco pode ser otimista, iniciado na boa moral, eficiente, socialmente falando, quem mora em construções não-condizentes com as necessidades elementares do confôrto e do bem-estar.

A senzala degrada e pode inutilizar um povo. O primeiro passo para promover a ascenção cultural de uma população é facultar-lhe habitação condigna. Alfabetização, assistência médica, tudo será em balde se não for precedido pela habitação.

No Brasil êsse problema é dos mais sérios. Quem conhece nossa paisagem, por certo, terá idéia bem viva de como vive o nosso trabalhador rural.

Felizmente, agora, u'a mentalidade nova vem nascendo em nosso meio, tendente a propugnar pela habitação — para-todos. A mudança não será imediata, observemos. Por enquanto, as primeiras providências vêm atingindo apenas as cidades grandes. E' preciso admitir, porém, que isto já é alguma coisa.

A divulgação desta obra, no momento em que tanto preocupa às elites dirigentes, a solução do problema da habitação, representa uma iniciativa das mais louváveis, para aquêles que a promoveram.

Apresenta-se o trabalho dividido da seguinte maneira:

1 — Terreno para construção de habitações;
2 — Habitações Municipais;
3 — Sociedades de Habitação;
4 — Habitações rurais e colonização;
5 — Filosofia Aplicada.

★

CARLOS BORGES SCHMIDT. *O Meio Rural — Investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. 1942.

Haverá vantagem no estudo do nosso meio rural?

Responderíamos positivamente. E' claro. Se a maior parte da população brasileira habita o campo; se a agricultura ainda é a principal fonte de riqueza do País — é evidente que o estudo do meio rural consulta a uma necessidade básica da nacionalidade.

Êsses estudos, porém, devem caracterizar-se pela objetividade, pelo realismo cru de cada aspecto focalizado. Afinal é preciso admitir os males para cogitar das soluções respectivas.

Até agora dominava mentalidade avêssa a isto. A tendência geral era para o *deslumbrismo*, para a descrição encomiástica da natureza e do homem; descrições em que era mais importante um efeito verbal do que a fixação de um problema. Raro, entre os que têm estudado Nosso País, a sinceridade rude de um Euclides. Reina o *porque-me-ufanismo*, de há muito. E' possível até que essa tradição tenha sido iniciada com a carta do escrivão Caminha, remotamente.

Fácil compreender o prejuízo que isto nos causava. De fato, qualquer espécie de narcisismo é prejudicial ao desenvolvimento de um povo.

Precisávamos iniciar um estudo sério do nosso meio rural atualizando e aplicando soluções alvitradas pelos estadistas e higienistas esclarecidos. Êste estudo deveria ser empreendido obedecendo a métodos modernos, sociológicos,

Cremos que foi exatamente isso que começou a fazer a Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio do Estado de São Paulo, com a presente publicação. "Fala-se, escreve-se muito, atualmente, sôbre assuntos rurais. Raros, raríssimos, porém, são os que penetram no ámago da verdadeira "vida rural", procurando desvendar-lhes as trevas e claridades... A agronomia tem larga semelhança com a medicina, principalmente no capítulo da terapêutica. Não há remédios nem doses preestabelecidas, mas doentes e doses individuais. Assim, cada solo, tal qual se dá com o organismo humano, tem que ser estudado, analisado a fundo, antes de o corrigirmos ou explorá-lo arbitràriamente" — escreveu o Sr. Mário de Sampaio Ferraz, no prefácio.

Distribui-se da seguinte maneira a matéria:

As necessidades do meio rural e a racionalização da assistência; Importância do estudo das regiões: Diversidade das condições do homem e do meio; Assistência adequada às diferentes situações: Estudo das condições das regiões; O homem e o meio; A região; O solo; O homem; Recursos naturais; Economia; Situações da Agricultura e da Pecuária; História Econômica; Situação da Agricultura; Situação da pecuária; Divulgação e Educação no meio Rural — A divulgação; Medidas para a divulgação no nosso meio Rural — A questão da educação Rural Escolar; Aspectos do problema em nosso meio. Solução de emergência.

★

NEWTON FREITAS — *Maracatu*. Editorial Pigmalion. Buenos Aires, 1943.

O folclore africano chegou à América junto com o escravo e aí se enraigou, como renascido nas zonas tropicais. Em outras partes inadaptado o negro, deixou, ao desaparecer, vestígio em muitas formas populares. No Brasil em certas regiões, mantem-se não obstante a fôrça dêste folclore, apesar de ter sofrido a fusão dos diferentes ritos negros, mesclado por sincretismo de elementos aborígenes e portuguêses. O autenticamento religioso vai-se perdendo cada vez mais, para integrar-se no popular como manifestações profanas. Já eminentes homens de estudos — desde Nina Rodrigues até Artur Ramos têm pesquisado e documentado êste folclore e seus aspectos científicos e culturais. Newton Freitas o apresenta em sua realidade pinturesca e vital. O Brasil típico, o Brasil que conserva indelével sua descendência africana está em Maracatu que em sua maior parte é dedicado ao Carnaval. *País do Carnaval* alguém o chamou e na verdade o é, porque nestes dias o povo expande seu instinto de permêio em músicas, cantos e dansas eróticas, debaixo de um clima ardente de delírio. O habitante dos morros, subúrbios que recolhe a miséria urbana e o cidadão das avenidas ilu-

minadas e asfaltadas, se identificam em loucura comum. Negros e brancos, mulatos e mestiços, ricos e pobres, gente de escol e indivíduos da ralé. Até quarta feira de cinzas — "... o corpo cansado de sambar — noite e dia — cansado de sambar..." — em que cada um retoma sua personalidade social. Uns voltam aos morros, outros permanecem na cidade. Aleijados, distintos, estrangeiros. Até que chegue novamente o Carnaval... Pintura carregada de colorido deslumbrante e bárbaro, de movimento sensual e atmosfera ricamente sonora, são as descrições do Carnaval e motivos vernáculos. Outros capítulos descobrem uma veia distinta. Evocações de fino teor sentimental onde é possível encontrar-se dotes de sensibilidade lírica.

Newton Freitas é um cronista de traço vigoroso que sabe ver bem, e dizer bem, com acêrto de linguagem, viva, patente e gráfica.

Caribé traçou ilustrações para êste livro, que completam a anedota.

RAUL NAVARRO

★

M. CARR — SAUNDERS — *Población Mundial* Edição do Fondo de Cultura Econômica — XIV — 354 pp. México.

A obra do economista inglês Carr-Saunders, lançada em língua espanhola pela editora mexicana *Fondo de Cultura Economica* constitui, talvez, o único estudo demográfico geral do mundo. Elaborada depois de uma séria pesquisa através de contribuições demográficas autorizadas, o livro do diretor da Escola de Economia de Londres recomenda-se sobretudo, pelas fontes de que se serviu o autor.

Dada a especialização do prof. Carr-Saunders, *Poblacion Mundial* sendo como é uma história demográfica do mundo, reune também abundante soma de matéria econômica e social, cuja interpretação com clareza vale por uma antecipação dos próximos fenômenos econômicos e sociais de após guerra que assoberbarão o mundo

C.P.

★

ANGYONE COSTA: — *"Das inscrições lapidares de fundo indígena especialmente das de natureza petrográfica, do ponto de vista da idealogia selvagem"*. — (Separata dos *Anais* do Terceiro Congresso de História Nacional) (VI volume)— — Publicação do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1942.

Qualquer traço da cultura indígena que se nos apresenta, deve merecer tôda a atenção. Partindo do princípio de que a apreciação da função de um traço cultural é imprescindível à compreensão desse traço e ao entendimento do comportamento de um grupo em um determinado momento de sua vida, verificaremos que nenhuma atitude do chamado "primitivo" deve ser olhada com menor interêsse.

O estudo de um objeto de cultura, vai muitas vêzes, elucidar e orientar o pesquisador, permitindo uma verdadeira análise na interdependência dos fenômenos culturais.

Conhecedor desta necessidade, trouxe-nos o Professor Angyone Costa a sua experiência na apreciação das inscrições lapidares dos nossos indígenas, procurando, depois da apresentação de várias provas documentais, demonstrar como devem ser encaradas essas inscrições.

Inicia o seu trabalho afastando a hipótese de que devam ser as inscrições rupestres compreendidas como "idealogia", mostrando que tal palavra indica "criação interior", o que não se verifica nas inscrições que são apenas uma "satisfação dos impulsos", a "necessidade mecânica de utilização das mãos".

São, portanto, para o Prof. Angyone Costa que se apôia em Karl von den Steinen, as inscrições rupestres, um "ludus hominis", um desenho infantil comunicativo.

Continua o autor demonstrando que, justamente por ser êsse traço cultural um mero desenho infantil, apresenta grandes dificuldades na sua explicação e tradução pela discontinuidade de assunto, variedade e irregularidade de traços, mesmo para os que aceitam tais desenhos como representações ideográficas. Diz ainda o Prof. A. Costa que os motivos dos desenhos: linhas retas, círculos, animais da época, folhas, etc., são encontrados em todos os povos e cita Mendes Correia que afirma serem as inscrições rupestres "patrimônio comum" da humanidade.

Constituem, pois, diriamos, êsses sinais idênticos encontrados entre todos os povos, um exemplo típico da convergência de um traço cultural, onde as mesmas necessidades fizeram surgir as mesmas atitudes.

O autor traz, para confirmação de sua tese, a palavra de Teodoro Sampaio que, a princípio adepto da ideografia indígena, modificou a sua opinião considerando as inscrições como simples sinais sem fundo simbólico.

Ainda cita Von den Steinen que na sua segunda viagem ao Xingú, aproveitou-se para orientar, dos "sinais comunicativos" dos nossos indígenas.

Refere-se ao êrro das chamadas "inscrições da Gávea" e mostra que desde 1839 com Manuel de Araujo Porto Alegre e o Cônego Januário da Cunha Barbosa foi demonstrada a sua inexistência.

Para finalizar refere-se aos estudos sôbre o assunto realizados na Argentina pelo Sr. Felix F. Outes que, descrevendo os petróglifos de Luampampa onde aparecem vários sinais vulgarizados no Brasil, diz serem "complicados e inidentificáveis".

E', pois, a publicação do Professor Angyone Costa um interessante e proveitoso documentário para o estudo das inscrições rupestres no Brasil.

M.V.

N.R. — É de autoria da professora Marina de Vasconcelos o comentário sôbre o trabalho *Os índios nambiquaras* da lavra do sr. Alonso S. de Melo S. J., inserto no n.º 6 do *Boletim*, o qual por um lápso de revisão, saiu sem a respectiva assinatura da comentarista que usa habitualmente as iniciais M. V.

☛ Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F.

Sôbre periódicos

B. A. PETRUSHÉVSKI e L. E. RÓDIN — Descrição geográfica da planície Eshek-Ankren-Kyr na parte central do massiço Karakum. (Isvêstia Gossudárstvennovo Gueografitchesde Geografia (da Academia de Ciências da URSS). Vol. LXXI, n.º 3, págs. 325-353, com 10 fotografias, 5 croquis, 6 tabs., 1 mapa e 19 citações bibliográficas.

Trata-se de região desértica de uns 60 quilômetros de diâmetro, cujo centro se acha aproximadamente em 41º 15' latit. N e 58º 20' longit. E. Gr., e que ainda não foi descrita por se achar muito afastada das rotas de caravanas, únicas vias de comunicação ali. A Academia de Ciências de URSS encarregou os autores da preparação de um estudo geográfico sumário dessa região. O primeiro dos autores deve ser geólogo, o segundo botânico, ambos especializados em pedologia.

Parece-nos interessante o método de pesquisa adotado pelos autores nessa simples excursão afim de colhêr em pouco tempo importantes observações de ordem cientifica e prática, isto é, suficientes também para uma justa avaliação das possibilidades econômicas da região. E' também instrutiva a maneira de apresentar os resultados.

Preliminarmente juntaram tôda a bibliografia existente a respeito da zona inteira, verificando que o primeiro mapa que traz o nome da planície data de 1893, ao passo que as primeiras notas descritivas sòmente apareceram em 1915. Até 1935, ano em que foi feita a expedição dos autores, os dados existentes eram escassos e mesmo algo confusos. Nos mapas aparecia no lugar uma "mancha branca". Os autores nela permaneceram 3 semanas, viajando sempre a cavalo. Reuniram os seguintes estudos:

1 — Descrição do relêvo; determinação de altitudes e leituras termométricas, higrométricas e barométricas de 260 pontos, que foram localizadas no mapa graças a avaliação das distâncias e das direções (bússola); mapeamento sumário das depressões e das elevações avaliando-se aproximadamente seus contornos, não obstante estas áreas terem sido atravessadas geralmente apenas por um ou dois caminhamentos mais ou menos retilíneos.

2 — Geologia: descrição das rochas quanto à natureza, idade provável, inclinação das camadas e sua sucessão; tomada de numerosas amostras que foram mais tarde estudadas petrogràficamente e algumas delas submetidas mesmo a análises químicas.

3 — Botânica: coleta de plantas e anotações fitossociológicas. Não obstante a pobreza em vegetais dessa região desértica, são citadas diversas dezenas de nomes botânicos, alguns dos quais servem mesmo para caracterizar tipos particulares de solos, rochas, tipos fisiográficos e situações topográficas.

4 — Pedologia: os autores dão em 6 tabelas análises de 3 perfís de solo, mas, parece-nos, devem ter tomado mais que duas dezenas, pois em nota especial se referem a uma próxima publicação em revista pedológica em que darão análises muito mais detalhadas de um número muito maior de perfís de oslo.[1] A profundidade dos perfís variou desde 25 cm. (solos argilosos e rasos) até mais de 1m (solos arenosos profundos). Foram feitas observações quanto ao tipo de enraizamento das plantas, das quais foram colhidas amostras de várias partes para as análises de suas cinzas. Afim de determinar o teor de umidade, essas amostras devem ter sido acondicionadas em vasilhame hermèticamente fechado. Foram anotados sôbre o mapa todos os pontos menos secos e foram localizados todos os poços existentes ainda que há muito tempo abandonados. Certamente foram colhidas amostras de água dêsses poços, pois são dados alguns dados quantitativos, principalmente os teores de carbonatos sulfatos e cloretos.

5 — Outras observações: notas quanto à fauna, coleta de insetos com notas a respeito de sua ocorrência, coleta do material fitopatológico (partes de plantas atacadas por fungos, virus, etc.), notas sôbre o tempo, estado do ceu, etc.

Todos os aspectos típicos, bem como detalhes de plantas e de paredes de perfís de solos, tipos de distribuição da flora, aspectos da superfície do solo, etc., foram fotografados. Das elevações foram tomadas vistas panorâmicas. Afim de tomar boas fotografias os autores eram capazes de voltar, aos pontos escolhidos, em horas as mais bem apropriadas de acôrdo com as condições de iluminação do objeto a fotografar.

As formações geológicas são sedimentos recentes, pleistocênicos, pliocênicos e miocênicos. São argilas e areias de várias côres, em camadas de espessuras variáveis desde alguns centímetros até diversas dezenas de metros. Os fósseis são, no geral escassos, mas suficientes para dar idéias a respeito da idade das rochas e das mudanças climáticas ocorridas desde os tempos geológicos mais recentes. Diversas descobertas geológicas e petrográficas da região foram suficientes para modificar, às vêzes profundamente, alguns dos conceitos existentes a respeito da estratigrafia de regiões vizinhas, maiores e econômicamente mais importantes do que o Eshek-Ankren-Kyr. Nas raras camadas ricas em fósseis foram identificados animais e vegetais, figurando no artigo numerosos nomes paleontológicos.

A região apresenta duas depressões em forma de panelas fechadas por todos os lados. A depressão maior tem 30 quilômetros de comprimento e 5 quilômetros de largura média. Seu fundo possui a cota de 100 m abaixo do nível do mar, no seu ponto mais profundo, ao passo que a altitude dos bordos varia de 50 a 130 m acima do nível do mar. A depressão menor tem 25 quilômetros de comprimento, 3 quilômetros de largura média, 22 m abaixo do nível do mar no ponto mais profundo, e

---

[1] Os autores não dizem quantas amostras de rochas, plantas, solos e outros materiais de estudo tomaram. Avaliamo-lo como mais fàcilmente se depreende pela leitura do artigo, afim de podermos dar melhor idéia a respeito da maneira como os autores trabalharam, o que nos parece mais importante que pròpriamente a região por êles descrita.

altitude dos bordos variando de 125 a 70m. Estas depressões quase não possuem bacia higrográfica e no seu fundo não há água, nem solo úmido. Apenas na depressão menor foi encontrado orifício de um antigo poço. Do alto abaixo as argilas predominam sôbre as areias e os cascalhos, e a topografia é cárstica. Os enormes lagos de Aral e Cáspio, chamados pelo seu tamanho "marés", são repressões idênticas, mas providas de notáveis bacias hidrográficas, ao mesmo tempo que o clima ali é muito menos árido.

As duas depressões de Eshek-Ankren-Kyr, bastante estreitas e sinuosas, podem lembrar vales de erosão fluvial de alguma época antiga bastante chuvosa. Esta hipótese é entretanto a primeira a ser abandonada pelos autores, pois as depressões são completamente fechadas. A sua posição no mapa dá idéia de ser uma prolongamento da outra, mas a parte alta que as separa, é litològicamente igual às outras bordas altas. Esta posição geográfica também exclui a hipótese de fossa geológica que não poderia ser sinuosa e de formas arredondadas. Restam ainda duas hipóteses, entre as quais os autores estabelecem uma discussão minuciosa. São elas: 1) carstificação acentuada dos sedimentos expostos e 2) erosão eólica. Às duas hipóteses podem ser associados pequenos movimentos tectônicos, principalmente na primeira delas. Os autores resolvem admitir as duas hipóteses simultâneamente. No lugar das depressões os sedimentos eram mais sucetíveis à sua eliminação pelos ventos, ou menos consolidados. No desenvolvimento puramente cáustico da topografia não se explica a eliminação tão completa dos produtos de desgaste das rochas, além do fato de ser hoje o clima demasiadamente árido para a evolução cárstica da paisagem. Ao mesmo tempo parece existir provas de que no Oligocênio o clima não era tão árido como hoje, mas, pelo contrário, as chuvas devem ter sido perfeitamente suficientes para a carstificação do relêvo. A ação eólica por si só deveria ter produzido, segundo os autores, declives diferentes nos lados opostos das depressões, conforme a direção predominante dos ventos. Isto deveria se notar nas duas depressões na mesma direção, mas não se nota em nenhuma das duas. Ainda que examinadas separadamente não se nota que os ventos tenham soprado numa direção predileta e nem sequer em duas direções predominantes. A carstificação agindo por si só não teria deixado limpas as duas panelas, como hoje se encontram. Apesar de serem de notável finura os sedimentos, as duas depressões deveriam apresntar grande quantidade de cascalho em virtude do revestimento de blocos argilosos com camadas de carbonato de cálcio insolúvel. Além disto seria preciso supôr que sedimento de espéssura superior a 100 m tivesse sido totalmente lixiviado pelas águas e arrastado para grandes profundidades por meio da percolação através das camadas que se apresentam hoje no fundo das depressões e que são, aliás, pouco permeáveis. Em lugar de pequenos movimentos tectônicos, os autores preferem admitir a existência de dois ribeirões na época de clima menos árido. Êstes ribeirões teriam concorrido para dar às depressões formas arredondadas, sinuosas e alongadas. Os ribeires desaguavam em baixadas fechadas. Os autores se confessam incapazes de precisar as cabeceiras dêsses ribeirões. Segue recapitulação completa da história das duas depressões, baseada na hipótese prèviamente estabelecida, apresentando-se então uma seqüência lógica e perfeitamente verossímil.

A fitogeografia e fitossociologia são apresentadas, como dissemos, com citação de numerosos nomes botânicos, além de dados quantitativos quanto à proporção da área coberta pelos vegetais em relação à área total e quanto à porcentagem de certas famílias e espécies entre si associadas. O aspecto assim apurado é comparado com o de outras regiões de solos e climas semelhantes que ocorrem em todo o Turquestão russo e nas províncias vizinhas.

Para dar exemplo da descrição do solo feita no campo, achamos interessante traduzir totalmente a que se refere ao perfil mais raso, de profundidade apenas da ordem de 30 cm:

"Na superfície" cascalho fino (0,5 a 1,0 cm maiores; o fendilhamento poligonal é quase imperceptível.

TABELA N.º 1

Profundidade dos horizontes em cm	DESCRIÇÃO DOS HORIZONTES	Relação Argila: poeira arenosa: areia
0–3	Casquinha cinzenta, microgranular, porosa, fàcilmente friável, poeirenta.	1 : 1 : 0.45
4–14	Solo muito compacto; fàcilmente friável, mas se desfaz em torrões; poroso; cinzento-marron; os torrões se desfazem em grãos argilosos, mas algo resistentes; muito poeirento.	1 : 0.7 : 0.4
15–25	Como o anterior, porém mais pardacento e menos poroso; notam-se "olhinhos" brancos.	1 : 0.7 : 1.7
26–...	Gesso fortemente alveolar, com pedregulho calcáreo grosso incluído; logo passa a laje calcárea.	—

Identificação do solo no laboratório: sierosiom gessífero. A tabela n.º 2 dá o resultado da análise química do extrato aquoso (em g por 100g de solo sêco a 105° C).

TABELA N.º 2

DISCRIMINAÇÃO			
Profundid. da amostra, cm	0–3	4–14	15–25
Água higroscópica.....	1.18	1.91	2.83
Bicarbonatos de Ca e Mg....	0.028	0.022	0.019
Bicarbonatos de Na e K.....	0.012	0.024	0.011
Total bicarbonatos.....	0.040	0.046	0.030
" carbonatos.....	nihil	nihil	nihil
Resíduo sêco.....	0.079	0.153	1.262
" mineral.....	0.053	0.137	0.155
Húmus solúvel em água...	0.007	0.009	0.008
Cálcio.....	0.010	0.010	0.308
Magnésio.....	0.002	0.002	0.002
Sulfatos.....	0.010	0.030	0.863
Cloretos.....	0.002	0.022	0.002

Seguem comentários a respeito da significação pedológica dêsses resultados.

NOTA DO COMENTADOR: *A única região brasileira que pode apresentar solo semelhante a êste, deve ser a parte mais árida do nosso*

Nordeste. Os nossos sierosióms gessíferos devem ser, entretanto, mais pobres em matéria orgânica em conseqüência da temperatura mais elevada, que é aqui da ordem de 26°C (média anual), ao passo que em Eshek-Ankren-Kyr deve ser da ordem de 10 ou 12°C (média anual), e com a temperatura média do mês mais frio bem próxima de zero. Tratando-se de extrato aquoso, os teores de elementos químicos apresentados pela tabela n.º 2 são elevadíssimos em comparação com os dos solos de clima úmido e quente que predominam no Brasil. Assim os solos mais comuns do Estado de São Paulo acusam teores de cálcio, solúvel em água, da ordem de 0.005 ME (miliequivalentes), isto é, 0.00014 g por 100 g de solo sêco a 105°C, ou cêrca de 75 vêzes menos que no caso da camada superficial do sierosióm gessífero russo. Comparando-se a primeira camada do sub-solo, o sierosióm de clima árido é nêste particular cêrca de três mil vêzes mais rico (nos solos de clima úmido e quente, e de rocha ácida, o teor de sais solúveis em água diminue com a profundidade).

Constataram os autores que a principal característica dos solos que favorece a vida vegetal, é a sua profundidade. Nos solos mais profundos a cobertura vegetal atinge 60%. Áreas grandes de solo mais ou menos profundo são cobertas até 30%. Onde afloram lajes calcáreas há apenas musgo ao longo das arestas retilíneas das lajes que às vêzes afloram num comprimento de centenas de metros e são entre si paralelas, com distâncias de 70-80 m. Quando entre uma laje e outro o solo é arenoso e algo profundo, aparecem fileiras retas e ralas de centenas de metros de comprimeito de arbustos, cuja altura varia de 1 a 3 m. Anabasis brachiata e Calligonum junceum *são arbustos secos, sem fôlhas de uma côr marron clara, amarelada, geralmente muito velhos e resistentes à sêca (fotografias das duas plantas); encontram-se nas encostas abrigadas de sol ainda que em terras muito calcáreas. Ventos excessivamente fortes arrancam-nos e rolam pelo deserto. Nas encostas íngremes das duas depressões os solos são inteiramente despidos de vegetação. Apenas nas raras e exíguas plataformas horizontais há líquens e algum musgo, apesar de não haver solo, pois afloram lajes calcáreas ou cascalho de blocos de gesso com argilos e fragmentos cálcicos incrustados. Nas proximidades dos poços abandonados, ao redor dos quais o solo é quase sempre sêco, mas argiloso e muito fendilhado, há vegetação menos escassa e se notam plantas que, como* Chenopodium album, *sem dúvida, foram disseminados involuntàriamente pelo homem ou por animais domésticos.*

O grau de cobertura geral da região por plantas superiores não deve atingir 5%.

Analisando os tipos de associação vegetal, deduzem os autores que as plantas psamófilas (apropriadas aos solos arenosos) devem ter vindo nas épocas geológicas mais recentes, depois que se estabeleceu a aridez atual do clima. As outras plantas, as halófilas (apropriadas aos solos salinos e alcalinos), devem ser consideradas habitantes mais antigas da região.

J. SETZER

★

RENATO ALMEIDA: O folclore como elemento nacionalizador dos colonos estrangeiros — *Revista de Imigração e Colonização do Conselho de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, Brasil. — Março de 1943.

Autoridade abalizada em questões do nosso folclore, o Prof. Renato Almeida, em um artigo da *Revista de Imigração e Colonização* dá-nos a sua opinião condensada em um interessante plano relativo à nacionalização do colono estrangeiro.

Êsse plano refere-se à aprendizagem daquele, através do conhecimento do nosso folclore, afim de ambientar-se à vida brasileira.

Inicia o Dr. Renato Almeida com uma observação sôbre a necessidade de dar ao colono não apenas o "trabalho, a tarefa e a escola", mas também criar um ambiente dentro do qual "possa aclimatar-se espiritualmente".

Das suas pesquisas, duas conclusões tirou: que o imigrante não trouxe contribuição ao nosso folclore e que não conseguiu o colono nem impor a sua arte popular, nem absorver a nossa.

Parece-nos que estas duas observações são muitíssimo interessantes e abrengem assuntos bem vastos, onde os trabalhos de campo devem ser a base para o seu conhecimento; essa opinião é também endossada pelo autor.

Sugere o Prof. Renato Almeida a idéia de uma ficha devidamente organizada por especialistas onde seriam levadas em conta as diversões, as dansas, a facilidade em aprender e adotar as nossas cantigas, etc., do pequeno colono e que a seguir seriam enviadas aos professores primários das zonas de colonização e do estados de imigração.

Essa ficha seria um processo de verificação do grau de aculturação do colono no Brasil e andaria a par com "levantamentos econômicos, sociais, antropológicos".

Quer-nos parecer que aos "levantamentos antropológicos" de que fala o autor, deveria estar adicionada a palavra — físicos — afim de que fôssem colhidos os dados descritivos e mensuráveis tão importantes para as conclusões de que fala o Prof., uma vez que o têrmo antropologia reune a antropologia física e a antropologia cultural.

Fazendo ênfase sôbre o valor do "abrasileiramento" dos filhos dos imigrantes, refere-se ao folclore como processo básico para o conhecimento do meio físico e social do país que adotaram para nova pátria. Por isso, a aprendizagem sôbre o Brasil deve ser baseada no sentimento.

Não passou despercebido ao Pro. R. Almeida a dificuldade da realização do seu plano, uma vez que êste requer professores especializados. Mas é justamente enfrentando um problema com tôdas as suas complexidades que chegamos a solucioná-lo.

Aborda ainda a questão dos colonos de "raças exóticas", afirmando que a sua falta de aculturação já demonstrou a inconveniência da sua adoção.

O Prof. Renato Almeida, no seu artigo, colocou um dos aspectos do problema da imigração e colonização nos seus devidos têrmos.

Que aquêles incumbidos de solucionar essas questões vitais para o Brasil, baseiem-se nas palavras e observações dos verdadeiros estudiosos e dos bons brasileiros.

M.V.

★

M. LACERDA DE MELO — *"Sôbre a paisagem canavieira campista" — In Brasil Açucareiro* — Ano XI — Vol. XXI — n.º 6 — Junho de 1943.

O que se pode chamar a civilização fluminense da cana de açúcar, medrou quase que exclusivamente na região Norte do Estado, particularmente nas terras férteis e planas do Município de Campos.

Êsse município, por muitos motivos tem singularidades. Primeiro seu rápido desenvolvimento econômico, datado dos primórdios da colonização portuguêsa no Brasil. Essa prosperidade econômica — diga-se de passagem — nunca mais deixou de existir ali. Sucederam-se formas políticas no País, desfilou o tempo e, enquanto outros territórios bem próximos conheceram alternativas de progresso e de decadência e não raro mergulharam em um declínio definitivo (como a zona sul do litoral fluminense), a planície campista manteve-se, em quatro séculos de trabalho intenso dos seus habitantes, em um plano homogeneamente igual. As crises porventura sobrevindas não foram condicionadas a motivos locais e sim a causas nacionais. Entretanto o ânimo criador do campista não sucumbiria.

O campista criou uma civilização. Existe ali uma *civilização do açúcar*, tanto quanto êsse têrmo pode aplicar-se a Pernambuco. Possui tradições e valores próprios, inconfundíveis. Esta circunstância empresta ao fato uma particular importância. E' que aqui, ao contrário do Norte, tratava-se de uma região mediterrânea, bem distante, inicialmente, de qualquer centro da vida colonial e portanto limitada em suas possibilidades de contato. Da riqueza fabulosa do massapê, surgiu uma cidade. Campos é uma expressão legítima da terra e do trabalho criador. Interessantes, pois, as considerações tecidas pelo Sr. M. Lacerda de Melo, na revista *Brasil Açucareiro*, órgão do Instituto do Açúcar e do Alcool, número de junho de 1943.

Para os olhos acostumados à paisagem dos canaviais, das usinas e das cidades do Nordeste Açucareiro, a visão de Campos encerra uma surpresa e uma revelação. Surpreende, em primeiro lugar, um fenômeno de geografia urbana. No Nordeste, as cidades da zona das usinas são aglomerados urbanos raquíticos. O comércio do açúcar, feito diretamente com as capitais dos Estados Açucareiros, tornados centros exportadores do produto, deixa poucas ensanchas ao desenvolvimento das pequenas cidades que servem de sede aos municípios canavieiros.

Sua função, relativamente à agro-indústria do açúcar, não é para ser comparada com as das sedes municipais das áreas açucareiras do Nordeste. E' antes, para se por em confronto com as capitais dos Estados açucareiros daquela região. No concernente ao açúcar, Campos é, com efeito, uma capital: a capital fluminense do açucar. Tanto quanto, economicamente, Recife é de Pernambuco; Maceió, de Alagoas, e Aracajú, de Sergipe.

Campos, no sentido açucareiro, é o Estado do Rio. E quando alguém se quer referir àquele Estado, é comum mencionar simplesmente o nome do grande município. Quando alguém diz, safra ou produção campista, está englobando os municípios vizinhos: Macaé, São Fidelis, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, São João da Barra.

Fenômeno que se prende à geografia e economia das cidades e observável de modo característico no grande município fluminense é o da formação de pequenos aglomerados urbanos que servem de sede aos distritos: Cardoso Moreira, Santo Eduardo, Santo Amaro, Goitacazes, Saturnino Braga, etc. São quinze os distritos campistas, e êles possuem, em grande número de casos, sedes com notável desenvolvimento; por vêzes, tão grande que ultrapassa ao de certas cabeças de municípios açucareiros do Nordeste. Por exemplo, o de Água Preta, em Pernambuco, um dos de maior produção, tem por sede um minúsculo e atrazado aglomerado urbano, menor do que muitas sedes de distritos de Campos.

A explicação reside em fatos de geografia social e em fatos do domínio econômico. Campos possui em número elevadíssimo pequenas propriedades. Um número muito elevado de pequenos agricultores em terra própria ou em propriedade arrendada. Um sem número de pessoas dessa pequena burguesia rural enche os cafés e outras casas comerciais de Campos e dos seus distritos. As ruas centrais da cidade são, por isso, apinhadas de gente. Para que essa gente enxameie quase diàriamente pelas ruas, concorrem as facilidades de transporte: estradas de ferro e rodovias em tôdas as direções, umas e outras condicionadas vantajosamente pela topografia local, a planura. Êsse fato da geografia dos transportes trabalha em favor do desenvolvimento comercial, e êste é a grande mola que propulsiona o desenvolvimento urbano.

Impressiona, sobremodo, em Campos, a densidade de produção açucareira. As usinas não guardam, em geral, grandes distâncias uma das outras. Do alto de um edifício da cidade, o que se avista, em tôrno, são canaviais e usinas. Uma dúzia de chaminés situam-se ao alcance dos olhos. Se se usam binóculos, o número cresce.

Viajando na direção sul, onde se estende a Baixada, as usinas ficam, muitas vêzes, à vista uma da outra. É mais uma surprêsa para quem, no Nordeste, conta pelos dedos as áreas municipais possuidoras de mais de uma usina. E surge a indagação: por que as usinas se juntam assim na planície? Como podem elas se abastecer de cana se tão pequenos tratos de terras as separam? O motivo é para ser procurado na qualidade do solo. No Nordeste, o terreno plano e humoso, a várzea, o massapê é exceção. O valor de uma propriedade canavieira oscila freqüentemente em função de sua quantidade de várzeas. Enquanto isso, em Campos, a várzea plana e humosa, o terreno aluvional úmido é a regra. Campos é uma imensa várzea de uma uberdade inesgotável. Há muitas usinas em pouca terra por que a pouca terra aqui produz muito. E se se procura ter uma visão do alto da grande distilaria Martins Laje, são em número de 10 as chaminés avistadas.

Êsse ponto de observação sugere algumas idéias sôbre a função do Paraíba em face de todos aquêles canaviais e de tôdas aquelas fábricas de açúcar e de álcool. O rio corre pelo meio da planície de altitude quase nula. E as suas margens, a margem Sul, principalmente, são entremeados de usinas. A planície tem uma ligeira inclinação para o sul, e afim de evitar os transbordamentos da época das enchentes, as "Obras da Baixada Fluminense" construiram uma murada de pedra. Isso não impede, todavia, que as águas se infiltrem pela terra e façam a irrigação dos campos de cana. A ligeira inclinação da planície facilita êsse grande e benfasejo trabalho fluvial.

A irrigação natural, assim feita, torna desnecessária a onerosa irrigação artificial. Como o rio, em Campos, trabalha para o fluminense! O campista, não há dúvida, é o mais fluminense (flumenrio) dos fluminenses.

Ao prodígio de fertilidade da planura campista atribui, com acêrto, o Sr. Gileno Dé Carli, a causa do fenômeno singular do domínio da pequena propriedade em terra explorada pela agro-indústria do açúcar. Essa fertilidade explica ainda outro aspecto característico do grande município açucareiro: o adensamento da produção, expresso no arquipélago de grandes usinas em um mar canavieiro que embora contínuo, é comparativamente pequeno.

Além disso, há que se considerar outro fator. O aspecto do terreno, a planície, condicionando a formação daqueles transportes fáceis a que nos referimos, torna possível à usina trazer

sua cana e sua lenha de lugares às vêzes afastados. E é comum a matéria prima de uma usina passar pelos terrenos de outras ou quase às portas de outras. Interessante, também é que a estrada de ferro particular não constitui o meio de transporte predominante, como geralmente ocorre. E' a Leopoldina Railway a grande transportadora de cana, em Campos. No referente a ferrovias muitas usinas quase só constroem desvios. E êste fato tem particular interêsse econômico na consideração dos capitais investidos na grande indústria açucareira e na contabilização de sua amortização.

Uma impressão que se desfaz ao contacto das terras campistas é a de que o Município vive exclusivamente ao sabor da monocultura canavieira. Quem, deixando a Baixada, viaja para o norte, para a parte mais alta da área municipal, surpreende um sem número de pequenos tratos de terra cultivados com café e com a chamada lavoura branca (arroz, milho, feijão, etc.). As fazendas de criação também aparecem freqüentemente e, nelas, o gado de raças selecionadas já constitui um índice de exploração racional. E' uma observação que os dados estatísticos municipais bem conformam.

Como acabamos de ver, as presentes considerações compõem um belo retrato da principal zona açucareira fluminense, destacando os fatores geográficos que contribuiram para sua prosperidade econômica. E' uma página que, abstraindo o que ela nos ensina, possui um outro alto valor — o de sugerir um mundo de coisas, o de chamar atenção para um tema que ainda espera o seu Euclides.

★

ANGYONE COSTA: — A alimentação de nossos índios — in *América Indígena* — Órgão trimestral do Instituto Indigenista Interamericano. Vol. III, n.º 3, México, Julho de 1943.

E' o prof. Angyone Costa um dos estudiosos da nossa indianologia. Assim é que, tendo já publicado vários livros sôbre o assunto, continua se dedicando a aspectos isolados da cultura indígena no Brasil.

Em artigo da revista *América Indígena*, publicação do "Instituto Indigenista Interamericano" do México, da qual é colaborador, refere-se a alimentação dos indígenas brasileiros.

Informa terem sido os produtos vegetais coletados os primeiros a serem utilizados pelos indígenas e um pouco mais tarde, peixes e carne de mamíferos e de aves. Refere-se a permanente fome que demonstravam os indígenas e a sua grande capacidade da ingestão de alimentos de qualquer espécie. Testemunhas o foram Colbacchini, Nimuendaju e Roquette Pinto.

Faz uma longa enumeração dos frutos conhecidos e utilizados pelos indígenas, referindo também ao uso constante da farinha de mandioca, do mel e do milho.

Cita Brandônio nos "Diálogos" na sua lista não só de frutos como de peixes, mamíferos e aves que serviam de alimento aos primeiros habitantes do Brasil.

Justamente devido a êsse hábito ininterrupto de alimentação, o indígena apresentava propensão a males ligados a êste excesso alimentar e a um sono, de cuja existência Hans Staden é um interessante informante.

No entanto, com a variedade da alimentação, estabeleciam os indígenas empìricamente, um equilíbrio das substâncias necessárias ao organismo, permitindo, conclui o autor, uma robustez física, uma certa resistência à determinadas doenças e a uma vida relativamente longa.

Num breve artigo não poderia o Prof. Angyone Costa esmiuçar detalhes ou fazer longas considerações. E', porém, esta contribuição um ótimo roteiro para os que se dedicam a tão atraente assunto.

Desejamos que o autor continui nas suas observações e traga-nos sempre os resultados dos seus cuidadosos estudos.

M.V.

AOS EDITORES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Sôbre mapas

MARIO DA VEIGA CABRAL — MAPAS MUDOS EM SENSIGREDA — Editores: O Escorchado Anatômico, Edésio de Castro & Cia.

O Escorchado Anatômico organizou, sob a direção do Prof. Veiga Cabral, 10 mapas mudos de sensigreda, substância em que se pode escrever a giz e depois apagar fàcilmente. É uma coleção que prestará auxílio inestimável ao ensino da geografia. Todo colégio deveria adquiri-la, de preferência aos mapas em que aparecem as denominações.

A coleção consta dos seguintes quadros: *Meridianos, paralelos e zonas; Planisfério; Europa; Ásia; África; América do Norte e América Central; América do Sul; Oceania; Brasil; e Distrito Federal*. Têm todos 1,30 x 1,30 m, exceto o do Distrito Federal, cujas dimensões são: 1,70 x 1,20m.

Nos mapas dos continentes acha-se indicada a divisão política com traço vermelho. Aparecem também os rios importantes, ilhas e alguns lagos.

O quadro de meridianos, paralelos e zonas abrange 5 esferas. Numa delas assinalam-se as zonas em amarelo, verde e vermelho. Por outra, pode o aluno compreender fàcilmente a latitude e a longitude consideradas como ângulos.

O mapa do Brasil mostra as 5 regiões naturais, de acôrdo com a divisão oficial. Indica ainda as capitais, rios e alguns lagos e ilhas.

É pena que o desenho seja, às vêzes, descuidado. Os maiores defeitos aparecem no Planisfério. O mapa da América do Norte e Central não apresenta o delta do Mississipi nem a divisão política da faixa continental da Centro-América. O norte da ilha de Madagascar e o delta do Niger estão mal representados.

São pequenos defeitos, fáceis de corrigir em outra edição, e que, de modo algum, desmerecem o valor da obra. Os professores e diretores de estabelecimentos de ensino deveriam tomar conhecimento dêstes mapas, que, além do valor didático, representam um grande esfôrço da indústria nacional.

C.M.C.

✶

A. J. EARDLEY — Aerial photographs: Their use and interpretation Harper & Brothers Publishers — New York — London.

A preparação para a guerra dos indivíduos de língua inglêsa tem trazido como conseqüência uma copiosa literatura, que se refere ao ensino dos elementos que se podem utilizar no combate e em sua preparação, e como um dos principais papeis desta guerra está reservado à aviação, daí a grande quantidade de livros dedicados à fotografia aérea.

Êste livro começa analisando o uso das fotografias aéreas e as câmaras com as quais é possível obtê-las, ensinando os meios existentes para a identificação e orientação das mesmas. Analisa a visão estereoscópica e mostra como é possível perceber o relêvo das regiões fotografadas, seja com os estereoscópios especialmente construídos para êstes fins, ou ainda com os que o analisador pode improvisar com grande facilidade, mostrando como partindo desta visão estereoscópica pode-se chegar a traçar as curvas de nível que indicam nos mapas, as elevações do terreno. Trata, em seguida, dos mosáicos, formados pelas séries de fotografias já ajustadas e ensina como deduzir delas e de perspectivas, os elementos do terreno e os elementos geológicos dos países representados, terminando com a interpretação tática los mesmos. É uma boa contribuição à leitura e elaboração de cartas geográficas.

(Registo de Ruiz R. Ruiz, inserto no tomo II, ns. 4, 5 e 6 da *Revista Geográfica* — México, 1942).

✶

A. CURTIS WILGUS — LATIN AMERICA IN MAPS — OUTLINE-HISTORY OF LATIN AMERICA — Nova York, 1941.

Os Srs. Barnes & Noble, de Nova York ofereceram a Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dois volumes da sua College Outline Series, cujo sucesso é conhecido tanto nos Estados Unidos como nos demais países do continente.

Um dêsses volumes, Latin America in Maps, preparado pelo Sr. A. Curtis Wilgus, contém mais de 200 cartas, selecionadas e acompanhadas de notas explicatórias sintéticas informando rápida e impressivamente sôbre a história, a geografia e a economia dos países da América Latina. Como trabalho didático de grande valia, pela concisão e clareza dos elementos, tem sido utilizado largamente em cursos de história, economia, geografia e relações internacionais, constituindo-se, assim, um ótimo instrumento de aproximação continental.

O outro volume, *Outline-History of Latin América* é da autoria do mesmo Sr. Wilgus, com a colaboração do Sr. Raul D'Eça, do Departamento de Línguas Romanas da George Washington University. Exatamente do mesmo formato do anterior e com um número de páginas pouco maior (cêrca de quatrocentas), é também um manual sintético, que 76 ilustrações, 15 mapas e extensa indicação bibliográfica completam e valorizam.

Destinado a colégios e escolas superiores, Outline-History of Latin America menciona os fatos essenciais concernentes a conquista e colonização desta parte do continente, a luta pela independência e o desenvolvimento das 20 Nações dêsse grupo, considerado nos seus vários aspectos políticos econômicos e culturais.

R.L.

✶

RICHARD M. FIELD AND HARLAN T. STETSON — *Map reading and avigation* — D. Van Nostrand Co. Inc. — New York.

O têrmo avigação (em castelhano seria avigacion) representa uma nova modalidade do velho têrmo navegação e está muito bem empregado como vocábulo expressivo, pois assim como a navegação se refere às naves, a aviação refere-se aos aviões.

O livro se divide em duas partes que, segundo os autores, podem ser aprendidas pelo estudante de conhecimentos normais, ao término de 52 horas de trabalho. A primeira parte compreende a leitura e interpretação dos diversos mapas e sua comparação com os aspectos que apresente a porção de terreno, nêles representada; dedica atenção especial às fotografias aéreas e às relações topográficas e geológicas que de certos aspectos se podem deduzir; traz numerosos exemplos e explicações que se algumas vêzes parecem ingênuas é porque são destinados ao estudante estadunidense a quem convem esta forma e a quem é destinado o livro; contudo é valiosa sua informação. A segunda parte descreve sumáriamente, mas com suficiente clareza, os métodos que se empregam para achar a longitude, a latitude e o azimut de uma direção a bordo de um aeroplano com o auxílio dos instrumentos usados atualmente, para êsses fins, mencionando-os apenas, sem descrevê-los, deixando evidentemente aos cuidados do professor, mostrá-los a seus alunos, pois é de supor-se que as pessoas que estudam êstes assuntos e os professores que os ensinam, disponham dos elementos necessários. Os autores omitem as demonstrações que não são essencialmente substanciais e tratam, sobretudo, de fazer o estudante aprender a usar as tabelas (que estão engenhosamente dispostas para economizar tempo ao navegante, já que em avigação, para empregar o neologismo, a velocidade é tão grande que não é possível dispor de espaço e da calma necessária, como se faz nos navios, e é preciso dar tôda a segurança a quem necessita conhecer sua posição sôbre a terra, pois meia hora ou menos, de tempo perdido numa determinação de ponto geográfico, supõe que o aeroplano se encontre já a 250 ou 300 quilômetros do lugar em que se fêz a observação que se calculou. Através das páginas do livro e das páginas de tabelas que reproduz para exemplificar, verificamos o grande trabalho que desenvolvem os calculadores da terra, para dar trimestralmente tábuas precisas do Sol, Lua, planetas e estrêlas que podem ser úteis ou necessárias ao navegante aéreo, e de que, com maior vantagem, pode naturalmente se utilizar o marujo e ainda o explorador e o topógrafo; não se trata de conhecer teorias nem de poder em determinado caso repor ou calcular tabelas para determinada época, não se dão fórmulas das que se podem deduzir um resultado determinado, por uma série de operações aritméticas, ensina-se a lêr tabelas preparadas com antecedência e com elas obter um resultado aplicável ao conhecimento de um fato necessário. O progresso é, evidentemente, pouco científico, mas tem a vantagem de sua grande simplicidade e valor prático. E' preciso, não obstante, que o material de que se disponha (tabelas) seja perfeito e parece que isto se obteve, pois de outro modo é impossível por falta de elementos prevenir qualquer êrro que seria decisivo na prática. O livro, apesar das suas imperfeições é extremamente útil para o ensino dos elementos de leitura de mapas e avigação prática.

(Registo de Ruiz R. Ruiz, inserto no tomo II, ns. 4, 5 e 6 da *Revista Geográfica*).

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Contribuição

bibliográfica especializada

Achegas para uma bibliografia sôbre inscrições rupestres

III

QUATREFAGES — *L'Espêce Humaine,* 15 Edição, Paris, 1911.

QUIROGA *Monumentos megalíticos de Colalao.* In Boletin del Instituto geográfico argentino. XIX, páginas 37 a 45.

QUIROGA, *El simbolismo de la cruz y el falo en Calchaqui.* In Boletin del Instituto Geográfico argentino, XIX, pgs. 305 a 343.

QUIROGA, *Huayrapuca ó la madre del viento.* In Boletin del Instituto geográfico argentino, XX, pgs. 403 a 445.

QUIROGA, *La cruz en América.* Buenos Aires, 1901.

RAGOUT, A. — *Trabalho inserto in Revue de l'École d'Anthropologie,* 1934, pg. 134.

REINACH, S. — *Repertoire de l'art quaternaire,* Paris, Leroux, 1913, pg. 136, n.º 17.

REIS, Jayme Dormund dos (Dr.) — *Notícia de antiguidades indígenas em Minas.* In Revista do Inst. Hist., São Paulo.

REIS, Jayme Dormund dos (Dr.) — *Notícia de antiguidades indígenas existentes em Minas* — Revista trimestral do Instituto Geográfico Brasileiro — tomo L — LVI — parte 1.ª, 1.º e 2.º trimestres, 1890 e 1893, Rio de Janeiro, pg. 56.

RETUMBA, Francisco Soares da Silva — *Relatório transcripto na obra de Tristão de Alencar Araripe.*

RETUMBA, Francisco Soares da Silva — *Relatório dirigido ao Presidente da Paraíba* — Pernambuco, 1886.

REY, PHILIPPE, — *Sur les inscripcions sur pierre au Rio Doce* (Brèsil). In Boletin de la Societé d'anthropologie de Paris en 1879, vol. II.

RIO, ALCAIDE DEL — H. Breuil et R.P.L. Siebra *Les cavernes de la région cantabrique.* Monaco, 1912 pg. 66.

ROCHA POMBO, J. P. — *História do Brasil,* II vol., Rio, 1908.

ROUZIE, Z. Le — *Trabalho inserto in L'Anthropologie,* t. XLIV, 1934, pg. 504.

SAINT-PÉRIER, René de —, BREUIL, Henri — *Les Poissons, Les Batraciens et Les Reptiles. Dans l'art Quaternaire* par... In Mémoire 2, Les Archives de L'Institut de Paléontologie Humaine Paris, Masson et Cie Editeurs, 1927.

SAINT-PÉRIER, René de — (Dr.) *La Grotte D'Isturitz, I-Le Magdalénien de la Salle de Saint-Martin* par... In Mémoire 7, des Archeves de l'Institut de Paléontologie Humaine, Paris, Masson et Cie. Editeurs, 1930.

SAINT-PÉRIER, René de — (Dr.) *La Grotte D'Isturitz, II-Le Magdalénien de la Grande Salle* par... In Mémoire 17, des Archives de l'Institut de Paléontologie Humaine, Paris, Masson et Cie. Editeurs, 1936.

SAINTE — Adolphe, Milliet — *Dic. Geog. do Brasil* (*Tradução portuguêsa do Dr. Caetano Lopes de Moura*).

SALVADOR, Frei Vicente — *História do Brasil* — Nova Edição — Weiszflog Irmãos, 1918.

SAMPAIO, Theodoro — *Arqueologia Brasileira.* In Dicionário Hist. Geogr. Etnog. do Brasil, vol. I, pg. 853, Rio, 1922.

SAMPAIO, Theodoro — (Dr.) — *Inscrições lapidares indígenas no vale do Paraguaçu. Memória apresentada ao 5.º Congresso Brasileiro de Geografia* pelo Eng.º — Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia, II vol. pg. 6.

SAMPAIO Theodoro — *Arqueologia Brasileira* — Dicionário Histórico Geográfico e Etnog. Brasil. vol. I, Rio, 1922, pg. 847 a 856.

SAN ROMAN, Francisco — *Disierto y Cordilleras de Atacama,* Santiago, 1896.

SANTOS JUNIOR, A. — *Pinturas rupestres de Chifumbasi* — In "Moçambique", março 1938.

SARAIVA, José — *"Leiria"* Litografia Nacional, Pôrto, 1929, pg. 66.

SCHILLER, Walter — *Extrãnos fenômenos de tensión y erosón fluvial en pizarra devônica de la Chapada cerca de Cuiabá, en Mato Grosso.* In Rev. del Museo de La Plata, XXV, Buenos Aires, 1921, pg. 363.

SCHWENNHAGEN — *Antiga história do Brasil.*

SCHWMBURCK, Robert — *Reisen in Guyana und am Orinoko,* Leipzig, 1841, ver pag. 147 e 486 e seg.

SENA, Nelson de — *A idade da pedra no Brasil* — Tese apresentada ao Terceiro Congresso Científico Latino-Americano — Imprensa Oficial — Belo Horizonte, 1905.

SERRANO, Antônio — *Cerâmica indígena no Rio Grande do Sul*. In Rev. Arq. Munic., São Paulo.

SEVERIANO DA FONSECA, João — *Viagem ao redor do Brasil*, 1 Vol., pg. 326 e seg. Rio, 1880.

SIEBRA, R.P.L. —, *Alcaide del Rio, H. Breuil — Les cavernes de la cantabrique*, Monaco, 1912, pg. 66.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e — *Inscrições Romanas, cópia e tradução de várias... existentes em Portugal* (particular).

SILVA, José Bonifácio de Andrada e — *Inscrições Romanas* — Lat. 192 — Man. 4870 (particular).

SILVA, José Bonifácio de Andrada e — *Inscrições romanas* — Lat. 192. Man. 5016. (particular).

SILVA, Possidônio da — *Mémoire d'Archéologie*, 1868.

SILVA, Possidônio da — *Noções Elementares de Archeologia*. 1878, pg. 126.

SILVA RAMOS, Bernardo da — *Inscrições e tradições da América Pré-histórica* — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930 — 1.º vol. pg. 343 e 344.

SILVEIRA, Alvaro Astolfo da — *Memórias Corográficas* — Imprensa Oficial — Belo Horizonte — 1922.

SILVIO, Julio — *Itacoatiaras do Brasil*. In Ilustração Brasileira, Rio, 1922.

SIVRY, Poinsinet de — *Nouvelles Recherches sur la Science des Medailles, Inscriptions et Hieroglyphes Antiques*. Maestricht — 1778.

SIVRY, Poinsinet de — *Nouvelles Recherches sur la science des Médailles, Inscriptions, et Hieroglyphes Antiques*. Maestricht ..... XDCCLXXVIII.

SIVRY, Poinsinet — *Nouvelles recherches sur la Science des Medailles, Inscriptions, et Hieroglyphes Antiques*.

SOUSA, J. M. Cordeiro de — *Inscrições portuguêsas (algumas) do Museu do Carmo* (contribuição para o catálogo do Museu dos arqueólogos portuguêses). Lisboa, 1924, in 24 pgs. col. port.

SOUSA, Prof. Frei João de — *Inscrições arábicas com suas traduções (memórias de quatro...)* In memórias da Literatura portuguêsa publicada pela Acad. Real das Ciências de Lisboa. Vol. V.

STEINEN, Karl von den — *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, Berlim, 1894, pg. 249.

STEINEN, Karl v. d. — *Entre os bororós do Brasil Central*, em R.T., LXXVII, 2.ª parte, pg. 461 a 464, 1916.

STELLA, Bertolaso — *A lingua etrusca* — Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo. — vol. XXVIII 1929.

STELLA, Bertolaso — *Vestígios da língua primitiva*. São Paulo, 1933.

STERN, Ana Biro de — *Sôbre el arte de los primitivos*. In. Rev. Geogr. Americana, ano III, vol. V, fev. 1936, n.º 29, pg. 153.

TAUNAY, Visconde — *Curiosidades Naturais do Paraná*.

THOSON, Henrique Onfroy de — *Antiguidade da Navegação do Oceano, Viagens dos navios de Salomão ao Rio das Amazonas, ophir et.*

THURN, Everard F. Im — *Among the Indians of Guyana*.

TIBIRIÇÁ, Ruy — *Arqueologia Brasileira*. In Revista do Arquivo, volumes diversos.

TOCANTINS, A. Manuel Gonçalves — *Arqueologia. Relíquias de uma grande tribu extinta*, tomo 39, parte 2, ano 1876.

TOCANTINS, Antônio Manuel Gonçalves — *Estudos sôbre a tribu Munducuru*. In R.T., XL, 2.ª parte, pg. 140 e seg. ano 1877.

TOSCANO, *Los signos petrográficos y pictográficos de las primeiras colonias del noroeste de la Argentina*. In Actas del XVII.º congresso internacional de americanistas, pgs. 487 y 488, Buenos Aires, 1910.

TOSCANO, *Investigaciones sobre arqueologia argentina*. Salta, 1910.

TRAEGER, Paul — *Briefandie Anthropologische Gesellsechaft zu Berlin vom November* 1906, *Seitschrift fur Ethnologie*, ano 38, 1002, Berlim.

UHLE — *Las relaciones prehistóricas entre el Perú y la Argentina*. In Actas del XVIII Congreso internacional del americanistas, paginas 509 a 540. Buenos Aires, 1910.

STEINEN, Karl Von Den — *Entre os aborígenes do Brasil Central*. In Rev. do Arq. Munic.

STRADELLI, Ermano — *Iscrizioni indigene della Società Geographica Italiana*, serie IV, I; pg. 557 e seg. Roma, ano 1900.

STUDART FILHO, Carlos — *"A propósito de uma petrografia encontrada na fazenda do Mucambo, em Itapipoca"*. In Rev. Tri. do Inst. do Ceará, tomo XXXIX, Fortaleza, 1925, pg. 165, seguintes.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo — *Inscrições lapidares no sertão da Paraíba*. In Rev. Inst. Hist., tomo 55, part. 2, ano 1892.

VARNHAGEN, Francisco Adolf — *Carta sôbre a etnografia indígena, línguas imigrações e arqueologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores*, etc. In Rev. Inst. Hist., tomo 12, 1842 e tomo XXI, 1858.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo — *Inscrição lapidar achada em Olinda em* 1861.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo — *L'origine touranienne des Americains Tupis — Caribas et des anciens Egyptiens indiquée, principalment par le philologie compairée: traces d'une ancienne migration en Amérique invasion du Brèsil par les Tupis, etc.*, Vienne, Libraire I. et R. de Faesy et Frick, (Imp. Imperiale et Royale de l'Etat). 1876.

VERNER,, Willoughby —, OBERMAIER, H. BRUEIL, H. — *La Pileta,* Monaco, 1915 pg. 37, et pl. XIX.

VIGNATI, Milciades Alejo — *Nuevas investigaciones Antropologicas en la Provincia de San Luis*. In. Rev. Geogr. Americana, Ano IV, Vol. VI, nov. 1936, n.º 38, pg. 313.

VIGNATI, Milciades Alejo — *Resultados antropologicos de algunas viaje por la provincia de San Luis,* In Notas del Museo de La Plata, I, 320 y siguientes, figuras 9 y 10; Buenos Aires, 1936.

VIGNATI, Milciades Alejo — *Nuevas investigaciones antropologicas en la Provincia de San Luis* — Buenos Aires, 1936.

VIGNATI, Milciades Alejo — *Una Pictografia de los alrededores de San Martin de los Andes* — Rev. Geogr. Amer. Dezembro, 1935.

VIGNATI, Milciades Alejo — *Resultados Anthropologicos de alugunas viajes por la Provincia de San Luis* — Buenos Aires, 1936.

VIGNATI, Milciades Alejo — *Notas del Museo de la Plata* — tomo I — Antropologia n.º 2. Resultados Antropológicos de algumas viagens por la provincia de San Luis (pgs. 321 — 322.)

VIGOUROUX — *La Bibl. et les decouvertes Modernes* — 6.ª edition — Paris — 1896.

VILLENEUVE, L. de — et M. BOULE. *Trabalho inserto in Arch. de l'Inst. de Paléont.* humaine, Mem. I.

VILLENEUVE, L. de et M. Boule — *Le grottes de Grimaldi, I,* Pl. XXIV.

WALLACE, Alfred Russel — *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro,* vide pg. 151 e seg., Londres, 1853.

WEISE, O — *La escritura y el Libro*. 3.ª edição, traducción da 4.ª edición alemana, Editorial Iabor.

WELLS, H. — *Historia Universal* — 3 volumes — Cia. Editora Nacional — 1939.

WHITEFIELD, J. — *"Rock Inscriptions in Brazil"*. In American Naturalist, tomo XVIII, Filadefia, ano 1884.

WHITEFIELD, J. — *"Rock Inscriptions in Brazil"*. In The Journal of the Antropological Institute of Great Britain and Greland, n.º 111, pg. 114 e seg., Londres, 1878.

WOLF, José — *Interessantes descobertas cientificas em Patagônia. O que diz o explorador... A cidade encontrada*. In "O Jornal" de 4 de março de 1923 — (Transcrito no livro de Roma).

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

"Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro"

Índice Alfabético dos Assuntos

III

[Letras F a M]

[1855 - 1941]

F

FARÓIS, BÓIAS E BALISAS — RIO DA PRATA — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 83.

FAROL, DA BARRA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, O —. **José Carlos de Carvalho**. Fasc. III, ano 1886, pág. 251.

FAROL DE SÃO FRANCISCO, O —. **João Justino de Proença**. Fasc. I, ano 1887, pág. 22.

FATOS E ORIENTAÇÃO, Comentário à obra do General Moreira Guimarães denominada ..., tomo XXX, ano 1925, pág. 88.

FAUNA E FLORA AMAZONENSE E ACREANA — **João Alberto Masô** (Dr.), tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 157.

FEIRA INTERNACIONAL DE AMOSTRAS, 2.ª EXPOSIÇÃO DA —. O Govêrno da Província de Buenos Aires (República Argentina). A Inauguração en la Plata, em 1.º de outubro de 1924 — **Luiz R. Praprotnin Jefe**, tomo XXIX, ano 1924, pág. 58.

FENÔMENO DA "POROROCA". Amazonas, as correntes do —. **Torquato Tapajoz**. Fasc. III, ano 1891.

FENÔMENOS ECONÔMICOS E PETRÓLEO — Cel. **Temístocles de Sousa Brasil**, tomo XLVIII, ano 1941, pág. 17.

FENÔMENOS GEOLÓGICOS — Anhumas, Môrro de —. (Minas Geraes). Fasc. II, ano 1887, pág. 134.

FENÔMENOS PLUTÔNICOS NA AMÉRICA — Fasc. IV, ano 1886, pág. 317.

FERRO, MINÉRIOS DE —. **Sílvio Fróis Abreu**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159, 167.

FERNANDO DE NORONHA, A ILHA DE —. Fasc. II, ano 1889, pág. 121.

F. L. e R. ENTRE OS NOMES AMERÍNCOLAS, AS LETRAS —. **M. Tenório d'Albuquerque**. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 37.

FLORA E FAUNA AMAZONENSE E ACREANA —. **João Alberto Masô** (Dr.). Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 157.

FLORIANÓPOLIS — **Eugênio Augusto Wandeck** (Dr.). Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 43.

FOLHETO RARO DA ÉPOCA HOLANDEZA. "A Bôlsa do Brasil" — **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 22.

FOLCLORE AMERICANO — Dr. **Paulo José Pires Brandão**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246 .

FONSECA, LEOPOLDO NERI DA —. "Fronteiras do setor sul". (Comunicado àcêrca do livro ...) de autoria do Cel. ... — **J. S. da Fonseca Hermes Júnior**. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 111.

FONTES DE ÁGUAS GASOSAS NA PARAÍBA DO SUL — Fasc. III, ano 1887, pág. 215.

FORTALEZA DE COIMBRA, A —. (Breve estudo histórico e geográfico) — Cel. **Raul Correia Bandeira de Melo**. Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 20.

FÓSSEIS, OSSADAS — Bahia — Fasc. I, ano 1890, pág. 40.

FRANÇA, A POPULAÇÃO DA ALEMANHA E DA —. Fasc. III, ano 1886, pág. 262.

FRANÇA, A POPULAÇÃO EM 1891 DA —. Fasc. III, ano 1891, pág. 220.

FRANÇA E O BRASIL, AS FRONTEIRAS CONTESTADAS ENTRE A —. Fasc. I, ano 1887, pág. 73.

FRANÇA, O AMAZONAS E A —. **Torquato Tapajoz**. Fasc. IV, ano 1891, pág. 255.

FRANÇA, O TERRITÓRIO CONTESTADO ENTRE O BRASIL E A —. — Fasc. I, ano 1886, pág. 44. Fasc. II, ano 1886, pág. 186.

FRANÇA, O TERRENO CONTESTADO ENTRE A — E O BRASIL E A MISSÃO COUDREAU. **Santana Neri**. Fasc. III, ano 1891, pág. 193.

FRANÇA, OS NASCIMENTOS EM —. Fasc. II, ano 1886, pág. 121.

FREGUEZIA DE N. S. DO ROSÁRIO DA ENSEADA DO BRITO, Santa Catarina. **João Alberto de Miranda Ribeiro**. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 2, 3 e 4.

FREGUEZIA DE S. JOSÉ. Santa Catarina — **João Alberto de Miranda Ribeiro**. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 2, 3 e 4.

FREGUEZIA DE S. MIGUEL. Santa Catarina — **João Alberto de Miranda Ribeiro**. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 2, 3 e 4.

FREGUEZIA DE VILA NOVA DE SANTANA. Santa Catarina — **João Alberto de Miranda Ribeiro**. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 2, 3 e 4.

FRONTEIRAS CONTESTADAS ENTRE A FRANÇA E O BRASIL, AS —. Fasc. I, ano 1887, pág. 73.

FRONTEIRAS DO BRASIL, COMENTÁRIO DO MAPA ORGANIZADO PELO BARÃO DE TEFÉ, SÔBRE A —, entre o Beni e o Javari. Limites do Brasil com a Bolívia. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

FRONTEIRAS DO BRASIL, ATOS INTERNACIONAIS E LAUDOS ARBITRAIS QUE DEFINEM AS —. **João Severiano da Fonseca Hermes Júnior**. Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 21.

FRONTEIRAS DO PARAGUAI E REPÚBLICA ARGENTINA, AS —. Fasc. I, ano 1888, pág. 68.

FRONTEIRAS DO SETOR SUL (Comunicado àcêrca do livro ...) de autoria do Cel. **Leopoldo Neri da Fonseca — J. S. da Fonseca Hermes Júnior**. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 111.

FRONTEIRAS DO SUL, AS —. Pelo Dr. **Eugênio Augusto Wandeck**. III Alegrete, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 100.

FRONTEIRAS DO SUL, AS —. **Eugênio Augusto Wandeck**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 32.

FRONTEIRAS DE MATO GROSSO, GOIAZ E PARÁ, COM AS POSSESSÕES ESPANHOLAS. Informações oficiais (1785). **Luiz de Albuquerque Pereira e Caceres**. Fasc. II, ano 1885, pág. 97.

FRONTEIRA OCIDENTAL DE SÃO PAULO, A —. Fasc. III, ano 1885, pág. 219.

FRUTOS OLEOSOS DO BRASIL — Fasc. II, ano 1889, pág. 126.

FUNDAÇÃO DA ALDEIA DE S. JOÃO DE QUELUZ EM 1802 — Fasc. I, ano 1890, pág. 11.

G

GADE, HERMAN —. (Ministro). Comemoração de Roald Amundsen — Sessão em que se comemorou a descoberta do Polo Sul homenageando a memória do grande explorador norueguês Roald Amundsen, realizada a 14 de junho de 1928 na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Usaram da palavra o Presidente General Moreira Guimarães, o Pe. D. Geraldo Pauwels, o Prof. Lafayette Côrtes e o ministro ..., tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 267.

GAGO COUTINHO — Saudação ao Sr. Almirante. Em sesão de 5-6-929, **Paulo José Pires Brandão**, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 67.

GARIBALDI E A GUERRA DOS FARRAPOS (Comentário do Almirante Raul Tavares à obra do Sr. Lindolfo Color). Tomo XLVII, ano 1940, pág. 101.

GÁVEA, O — (Marechal Manuel Antônio da Fonseca Costa — Marquês da Gávea). Tomo XLVII, ano 1940, pág. 65.

GEOBÉLICA (Apêlo sôbre a) — Cel. **Raul Correia Bandeira de Melo**. Tomo XLV, ano 1938, pág. 139.

GEOGRAFIA, A ESTÉTICA DA —. **José Magarinos**. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 205.

GEOGRAFIA, A MISSÃO DA —. Revista Geográfica, Lindolfo Xavier, O escopo desta resenha, Os fatos, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 37.

GEOGRAFIA, A NOVA CONCEPÇÃO DA —. A Geografia e Ciências correlatas, conferência pelo Prof. Dr. Everardo Backheuser, tomo XXX, ano 1925, pág. 86.

GEOGRAFIA, A NOVA CONCEPÇÃO DA —. (Artigo do Sr. Conde de Afonso Celso, no "Jornal do Brasil", de 1.º de julho de 1926, sôbre a conferência do Prof. Backheuser, tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 90.

GEOGRAFIA, A NOVA CONCEPÇÃO DA —. O Homem como agente geográfico. Conferência pelo Prof. Dr. Everardo Backheuser, tomo XXX, ano 1925, pág. 78.

GEOGRAFIA DO CEARÁ, UM CAPÍTULO DA —. Por **Sílvio Fróis de Abreu**, Chistos Betuminosos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 172.

GEOGRAFIA DO CEARÁ, UM CAPÍTULO DA —. Por **Sílvio Fróis de Abreu**, Rochas, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 174.

GEOGRAFIA — CIÊNCIA DA NATUREZA (Conferência do professor Dr. Carlos M. Delgado de Carvalho, iniciando as preleções do 2.º ano de funcionamento do Curso Livre de Geografia. Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 93.

GEOGRAFIA, CONSIDERAÇÕES SÔBRE A — General **S. Uchôa**. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 45.

GEOGRAFIA DAS CALAMIDADES — **Rodolfo da Mota Lima**. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 98.

GEOGRAFIA DAS CALAMIDADES — Considerações sôbre ..., Sr. General **D. Moreira Guimarães**, tomo XXX, ano 1925, pág. 95.

GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA — General **Vieira da Rosa**. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 81.

GEOGRAFIA DO BRASIL, A — Comemorativa do "Centenário da Independência" — Parecer da Comissão composta dos srs. Marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo(Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, Dr. Francisco Bhering, Capitão Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Dr. Everardo Backheuser, Prof. Lindolfo Xavier, sôbre a ... Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 146.

GEOGRAFIA DO BRASIL, A — Notícia sôbre o 1.º volume aparecido, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 134.

GOEGRAFIA DO BRASIL — A Grande Obra da Sociedade de Geografia pelo Secretário Geral Professor Lindolfo Xavier, tomo XXIX, ano 1924, pág. 5.

GEOGRAFIA DO BRASIL — Corografia de Minas Gerais — Considerações do Engenheiro **Álvaro da Silveira**, sôbre o Vol. X da ..., obra publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência, tomo XXIX, ano 1924, pág. 9.

GEOGRAFIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX, A —. Memória apresentada à Assembléia inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História. **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 115.

GEOGRAFIA DO BRASIL NO NOSSO ENSINO SECUNDÁRIO, A —. Relatório apresentado à Sociedade pela comissão designada para tratar do assunto, composta do Sr. Raul Correia Bandeira de Melo, Élzio Salviense, Carlos Xavier, S. A. de Oliveira Belo, tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

GEOGRAFIA DO BRASIL — Relatório da Comissão Diretora da Geografia do Brasil, apresentado ao Sr. Almirante A. C. Gomes Pereira, M. D. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Jaguaribe de Matos, Lindolfo Xavier, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 165.

GEOGRAFIA DO PARÁ, ERROS A CORRIGIR NA —. **Saladino de Gusmão**. Tomo XLV, ano 1938, pág. 31.

GEOGRAFIA E CIÊNCIAS CORRELATAS, A —. Nova concepção da Geografia, A —. Conferência pelo Dr. **Everardo Backheuser**, tomo XXX, ano 1925, pág. 86.

GEOGRAFIA ECONÔMICA — Comunicações geográficas pelos professores **Lupércio Hoppe**, Dr. **José Matoso Maia Forte**, Dra. **Isaura Sidney Gasparini**, Dr. **Paulo José Pires Brandão**, Prof. **Lindolfo Xavier**, Dr. **Otávio Vinelle**, Prof. **Luiz Duarte da Gama**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

GEOGRAFIA E SUAS MODERNAS DIRETRIZES — **Aroldo Azevedo**. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 59.

GEOGRAFIA E SUA UTILIDADE PRÁTICA, CONCEPÇÃO DA —. General **Salvador Barbalho Uchôa Cavalcanti**, tomo XLIV, ano 1937, pág. 3.

GEOGRAFIA HISTÓRICA — Comunicações Geográficas — Dr. **Sílvio Fróis de Abreu**. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 153.

GEOGRAFIA LINGUÍSTICA — **Renato Mendonça**. Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 53.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 4.º trimestre de 1888. **João Pires Farinha**. Fasc. I, ano 1889, pág. 44.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 3.º trimestre de 1888. **João Pires Farinha**. Fasc. IV, ano 1888, pág. 320.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 2.º trimestre de 1888. **João Pires Farinha**. Fasc. III, ano 1888, pág. 229.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 1.º trimestre de 1888. **João Pires Farinha**. Fasc. II, ano 1888, pág. 147.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no ano de 1887. **João Pires Farinha**. Fasc. I, ano 1888, pág. 53.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 3.º trimestre de 1887. **João Pires Farinha**. Fasc. IV, ano 1887, pág. 312.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 2.º trimestre de 1887. **João Pires Farinha**. Fasc. III, ano 1887, pág. 210.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro em 1886. **João Pires Farinha**. Fasc. I, ano 1887, pág. 65.

GEOGRAFIA MÉDICA. Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro no 1.º trimestre de 1887. **João Pires Farinha**. Fasc. II, ano 1887, pág. 130.

GEOGRAFIA NACIONAL — Alguns nomes pitorescos na —. **Agenor Augusto de Miranda**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 16. (2.º semestre), pág. 116.

GEOGRAFIA NACIONAL, UM PONTO SINGULAR NA —. **Agenor Augusto de Miranda**. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 3.

GEOGRAFIA, NOVA CONCEPÇÃO DA GEOGRAFIA, A —. Uma nova definição da Geografia, conferência pelo Prof. Dr. **Everardo Backheuser**, tomo XXX, ano 1925, pág. 83.

GEOGRAFIA, NOVA CONCEPÇÃO DA —. (Conferência realizada pelo Prof. **Everardo Backheuser**, inaugurando as preleções do Curso Superior Livre de Geografia, aos 25 de maio de 1926 (Ciência Antiga e Moderna), tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 75.

GEOGRAFIA NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, A —. Resumo da conferência feita pelo professor **Francisco Bhering**, na Sociedade de Geografia, em 7 de dezembro de 1917, tomos XXV, XXVII, anos 1912/1922, pág. 3.

GEOGRAFIA. OBRAS GERAIS — SUAS TENDÊNCIAS, VALOR RELATIVAMENTE AO SEU TEMPO E AO NOSSO — **Alcides Bezerra**. Tomo XXVI, ano 1932 (2.º semsetre), pág. 116.

GEOGRAFIA, O ESTUDO DA —. Comunicações Geográficas, Prof. **Luiz Duarte Gama**, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 159.

GEOGRAFIA, PROGRESSO DA —. Fasc. I, ano 1886, pág. 42.

GEOGRAFIA, SÔBRE O ESTUDO RACIONAL DA —. General **Liberato Bittencourt**, tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 71.

GEOGRAFIA SUL-AMERICANA, EXPOSIÇÃO — Fasc. III, ano 1889, pág. 175. Fasc. I, ano 1888, pág. 56.

GEOGRAFIA, UMA NOVA DEFINIÇÃO DA — Nova concepção da Geografia, A —. Conferência pelo Dr. **Everardo Backheuser**, tomo XXX, ano 1925, pág. 83.

GEÓGRAFOS DO BRASIL NO SÉCULO XIX — **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI, ano 1932 (1.º semestre), pág. 115.

GEOLOGIA DE SÃO PAULO — Carta itinerária e geológica — Fasc. II, ano 1886, pág. 112.

GEOLOGIA, FENÔMENOS — Anhumas, Môrro de — (Minas Gerais). Fasc. II, ano 1887, pág. 134.

GLOBO, HORAS EM DIFERENTES PONTOS DO —. (Tabelas comparativas). **Oliveira Catambi**. Fasc. I, ano 1885, pág. 55.

GOIAZ, BAHIA, PIAUÍ NA —. (Quadros). Altitudes de localidades da zona do Jalapão e circunvizinhanças. Tomo XXXIX (1.º e 2.º semestres), ano 1934, pág. 6.

GOIAZ, FRONTEIRAS DE —. Pará e Mato Grosso, com as possessões espanholas — Informações oficiais (1785). **Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres**. Fasc. II, ano 1885, pág. 97.

GOIAZ, OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO E METEOROLÓGICO DE —. Fasc. I, ano 1889, pág. 47.

GOMES PEREIRA, A. C. — Geografia do Brasil — Relatório da Comissão Diretora da Geografia do Brasil, apresentado ao sr. Almirante ..., M. D. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Jaguaribe de Matos, Lindolfo Xavier, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 165.

GOTHÁ, INSTITUTO DE GEOGRAFIA DE — Fasc. III, ano 1886, pág. 263.

GRAMA DE PERNAMBUCO — Fasc. III, ano 1887, pág. 214.

GRAN-CHACO, VIAGEM ATRAVÉS DO —. República Argentina. **A. Thoar**. Fasc. II, ano 1889, pág. 126.

GRUTA CALCÁREA NAS PROXIMIDADES DE PAINS — **Sílvio Fróis de Abreu**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 151.

GUANABARA, EM VEZ DE RIO DE JANEIRO — Mudança de nome da nossa Capital. Uma proposta apresentada na Sociedade de Geografia. **Saul de Navarro**. Tomo XXX, ano 1925, pág. 97.

GUARANÁ — **João Alberto Masô** (Dr.) — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906/1907, pág. 143.

GUARAPUAVA — Dados Estatísticos. Pelo Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior** (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

GUARATUBA — Dados Estatísticos. Pelo Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior** (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

GUARAKESSABA — Dados Estatísticos. Pelo Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior** (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

GUATEMALA, AS PLANTAÇÕES DE CAFÉ NA —. Fasc. III, ano 1892, pág. 195.

GUATEMALA, COSTA RICA, HONDURAS, NICARAGUA E S. SALVADOR. América Central (pacto de união). Fasc. III, ano 1890, pág. 169.

GUATEMALA E HONDURAS INGLÊSA, QUESTÃO DE LIMITES ENTRE —. Ministro **João Severiano da Fonseca Hermes Júnior**. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 13.

GUERRA, O BRASIL E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A —. Conferência realizada pelo Sr. **Lindolfo Xavier**, na Sociedade de Geografia, em 18-12-917, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 50.

GUIANA CENTRAL E O SEU FUTURO, A — **Henry Coudreau**. Fasc. I, ano 1892, pág. 68.

GUIANA FRANCÊSA, AS TRIBUS DA —. Fasc. I, ano 1891, pág. 73.

GUIANA FRANCÊSA, LIMITES DO BRASIL COM A —. Refutação a Henry Coudreau, **Paula Freitas**. Fasc. III, ano 1891, pág. 180.

GUIANAS FRANCÊSAS, LIMITES DAS —. Fasc. II, ano 1890, pág. 79.

GUIANAS, NO TERRENO LITIGIOSO DAS — República do Cunani, a —. Fasc. IV, ano 1886, pág. 315. Fasc. II, ano 1888, pág. 159. Fasc. II, ano 1890, pág. 80. Fasc. III, ano 1890, pág. 169.

GUIANAS, OURO NAS —. Fasc. I, ano 1888, pág. 67.

GURUPI AO BALSAS, A AMAZÔNIA, Conferência, **João Parsendas de Carvalho**. Fasc. 1/4, tomo XVI, ano 1903, pág. 15.

GUSMÃO, SALADINO DE — (Dr.). "Riquezas e segredos da Amazônia" — Críticas ao livro ... de autoria do Dr. ... **José Magarinos**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 166.

GUSMÃO, ALEXANDRE DE — SUA VIDA E OBRA — **César Feliciano Xavier**. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 57.

GUTS-MUTHS A AIRES DE CASAL — **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI (2.º semestre), ano 1932, pág. 119.

H

HARTT, OS DISCÍPULOS DE —. **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 126.

HERZEGÓVIA E BÓSNIA, A POPULAÇÃO DA —. Fasc. I, ano 1887, pág. 77.

HIDROGRAFIA — Monografia do Município de Maceió. **Moreno Brandão**, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 17.

HISTÓRIA DA GEOGRAFIA E DA LÍNGUA, UM SÁBIO DA —. Affonso D'Escragnolle Taunay (Esbôço psicológico). **Liberato Bittencourt**, tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 144.

HOMEM AMERICANO, ORIGEM DO —. **Luiz Mariano de Barros Fournier**, tomo XLV, ano 1938, pág. 113.

HOMEM COMO AGENTE GEOGRÁFICO — Nova concepção da Geografia. Conferência pelo Prof. Dr. **Everardo Backheuser**, tomo XXX, ano 1925, pág. 78.

HOMEM DE MELO, VOLTA AO BRASIL DA SUA EXCURSÃO PELOS TRÊS CONTINENTES: Ásia, África e Europa, homenagens prestadas por parte da Sociedade de Geografia, na Sessão de 18 de novembro de 1905. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 66.

HOMENAGEM TRIBUTADA AOS SEUS EXPLORADORES. Rio Xingu, —. Fasc. I, ano 1885, pág. 57.

HONDURAS, NICARAGUA, S. SALVADOR, GUATEMALA E COSTA RICA, AMÉRICA CENTRAL (pacto de União). Fasc. III, ano 1890, pág. 169.

HONDURAS INGLÊSA, QUESTÃO DE LIMITES ENTRE GUATEMALA E —. Ministro **João Severiano da Fonseca Hermes Júnior**. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 13.

HOPKE, LUPÉRCIO — CULTO À MEMÓRIA DO PROF. SALVADOR UCHÔA. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 31.

HORAS EM DIFERENTES PONTOS DO GLOBO (Tabelas comparativas). **Oliveira Catrambi.** Fasc. I, ano 1885, pág. 55.

HORAS NOS ESTADOS UNIDOS, REGULAMENTAÇÃO DAS —. Fasc. III, ano 1889, pág. 169.

I

ICTIOLOGIA — BACIA DO PRATA, ZOOLOGIA, ORNITOLOGIA, REPTIS. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, págs. 125/128.

IDEAL DE NOSSOS DIAS, O — (Conceitos de Geografia Humana). **José Magarinos**, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 45.

ÍDOLO AMAZÔNICO, O — **Manuel Francisco Machado.** Fasc. IV, ano 1891, pág. 281.

IGUAÇU, CENTENÁRIO DE —. Itaboraí, Centenário de — **José Matoso Maia Forte.** Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

IGUAÇU. Dados Estatísticos. Pelo Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior** (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

IGUAÇU, VIAGEM AO RIO — Paraná — **Visconde de Taunay.** Fasc. I, ano 1888, pág. 7.

ILHAS DA MICRONÉSIA, ANTIGAS POSSESSÕES ALEMÃS SOB MANDATO JAPONÊS — **Alexandre Sommier.** Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 156.

ILHA DA TRINDADE, ESTUDO GEOGRÁFICO DA —. Memória apresentada pelo Dr. **Roberto Moreira da Costa Lima**, ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 181.

ILHA DA TRINDADE, ESTUDO GEOGRÁFICO DA —. Posição Geográfica, Extensão e Topografia. Pelo Dr. **Roberto Moreira da Costa Lima.** Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 185.

ILHA DA TRINDADE, ESTUDO GEOGRÁFICO DA —. Memória pelo Dr. **Roberto Moreira da Costa Lima.** Episódio Histórico. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 197.

ILHA DO MARANHÃO AO CABO DE SÃO ROQUE. Costa do Brasil, corografia da —. **Contra-Almirante Raul Tavares**, tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 24.

ILHAS DO RIO PARANÁ — **Alfredo Nogueira.** Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 107.

ILHA FERNANDO DE NORONHA, A —. Fasc. II, ano 1889, pág. 121.

ILHAS, LAGOS, RIO URUGUAI — **Alfredo Nogueira.** Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 115.

IMBITUBA E LAGUNA — SAMBAQUÍS (Santa Catarina). **Sylvio Fróis de Abreu**, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 8.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM 1885 — Fasc. II, ano 1886, pág. 119.

IMIGRAÇÃO (Esbôço médico-social) — **José Magarinos.** Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 155.

IMIGRAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS. República Argentina e Brasil, A —. Fasc. II, ano 1886, pág. 118.

IMIGRANTES E ASSIMILAÇÃO DO IMIGRANTE ESTRANGEIRO, FIXAÇÃO DOS —. **Vanderlei Pinho.** Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 133.

IMIGRANTES NO BRASIL DE 1885 A 1889, MOVIMENTO DE —. Fasc. IV, ano 1890, pág. 30.

IMIGRANTES NO BRASIL NO 2.º TRIMESTRE DE 1887, MOVIMENTO DE —. Fasc. III, ano 1887, pág. 208.

IMIGRANTES NO BRASIL NO 3.º TRIMESTRE DE 1887, MOVIMENTO DE —. Fasc. IV, ano 1887, pág. 3/4.

IMIGRANTES NO BRASIL NO ANO DE 1887, MOVIMENTO DE —. Fasc. I, ano 1888, pág. 50.

IMIGRANTES NO BRASIL NO 1.º TRIMESTRE DE 1888, MOVIMENTO DE —. Fasc. II, ano 1888, págs. 1/45.

IMIGRANTES NO BRASIL, NO 2.º TRIMESTRE DE 1888, MOVIMENTO DE —. Fasc. III, ano 1888, pág. 227.

IMIGRANTES NO BRASIL NO 3.º TRIMESTRE DE 1888, MOVIMENTO DE —. Fasc. IV, ano 1888, pág. 322.

IMIGRANTES NO BRASIL DURANTE O ANO DE 1888, MOVIMENTO DE —. Fasc. II, ano 1889, pág. III.

IMPORTÂNCIA DOS SAMBAQUÍS NO ESTUDO DE PREHISTÓRIA DO BRASIL, A —. (Memória apresentada ao Congresso Internacional de Antropologia e Prehistória, reunido no Pôrto). **Sílvio Fróis de Abreu.** Tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 3.

IMPRENSA PERIÓDICA — Fasc. II, ano 1887, pág. 142.

ÍNDIA, O 4.º CENTENÁRIO DA —. Notícia pelo Dr. **Paula Freitas**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 5.

ÍNDIAS BRITÂNICAS, A POPULAÇÃO DAS — Fasc. I, ano 1887, pág. 77.

ÍNDIOS CACHARARÍS, OS —. **João Alberto Masô.** Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 98.

ÍNDIAS, 4.º CENTENÁRIO DO CAMINHO DAS —. **João Pereira Monteiro** (Dr.) Discurso pronunciado na Sociedade de Geografia, de Lisboa — tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 13.

ÍNDICE GERAL DAS MATÉRIAS PUBLICADAS NOS BOLETINS DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO, até o ano de 1893, organizado por **J. Artur Montenegro**, 1885-1893, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 272.

ÍNDIOS, A CONSERVATORIA DOS —. Viação Férrea, **F. A. Noronha Santos**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 43.

ÍNDIOS, A CONSERVATORIA DOS —. As antigas vias de comunicação em trechos do Vale da Paraíba, **F. A. Noronha Santos.** Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 36.

ÍNDIOS, A CONSERVATORIA DOS —. Serviços Postais — Telégrafo e Telefone. **F. A. Noronha Santos**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 47.

ÍNDIOS, A CONSERVATORIA DOS —. A zona pastorial — Indústria e produtos laticínios. Um pouco de estatística. População do Distrito e do Arraial de Conservatoria. Natalidade e nupcialidade, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 19.

ÍNDIOS, A CONSERVATORIA DOS —. Serviços Municipais. Calçamento, Abastecimento de Água, Iluminação Pública e Domiciliar. **F. A. Noronha Santos**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 76.

ÍNDIOS, A CONSERVATORIA DOS —. Antigas e Modernas Casas de Conservatoria. **F. A. Noronha Santos**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 62.

ÍNDIOS COROADOS EM MATO GROSSO, OS —. Catequese. **Antônio José Duarte**. Fasc. I, ano 1887, pág. 48.

ÍNDIOS, COSTUMES DOS — JURUPARÍS, CARINAMÃ, DABUCURI — Rio Negro — Vila de São Gabriel — Curiosidades naturais, **César Pinheiro**, tomo XIII, anos 1898/1900, pág. 28.

ÍNDIOS DA AMÉRICA, OS —. **Oscar Lima**. Fasc. III, ano 1892, pág. 180.

ÍNDIOS OCIDENTAIS, ONDE SE MOSTRA CLARAMENTE O RUMO QUE TOMOU O DINHEIRO DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DOS —. Bolsa do Brasil — Tradução do Pe. **Geraldo Pauwels**. Tomo XXXVIII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 36.

INDÚSTRIA DO PAPEL EM ITU. SÃO PAULO — Fasc. III, ano 1889, pág. 117.

INDÚSTRIA DO TRIGO, A —. Fasc. II, ano 1887, pág. 134.

INDÚSTRIA NACIONAL NO AMAZONAS — Fasc. I, ano 1887, pág. 69.

INDÚSTRIA SACARINA — ENGENHO CENTRAL DE QUISSAMÃ — Fasc. IV, ano 1886, pág. 307.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO — Fasc. II, ano 1886, pág. 115.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA DE GOTHA — Fasc. III, ano 1886, pág. 263.

INSTITUTO HISTÓRICO DE OURO PRETO, TERMO DE FUNDAÇÃO DO —. **Paulo J. Pires Prandão**, tomo XXXVII, ano 1933, pág. 28.

ISTMO E O CANAL DE PANAMÁ, O — Fasc. II, ano 1886, pág. 120.

ISTMO E O CANAL DO PANAMÁ, O —. Fasc. II, ano 1886, pág. 120.

INTERIOR DA BAHIA, A CIDADE ABANDONADA NO —. **Aristides de Sousa Espíndola**. Fasc. IV, ano 1892, pág. 250.

ITABORAI, CENTENÁRIO DE —. Iguaçu Centenário de —. **José Matoso Maia Forte**, tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

ITAGUAÍ —ESTRADA DE RODAGEM — Por **José Matoso Maia Forte**, tomo XXXIII, ano 1928(2 .º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

ITAJAÍ — **Eugênio Augusto Wandeck** (Dr.). Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 41.

ITÁLIA, OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DE CAMALDULIS — Fasc. III, ano 1887, pág. 221.

ITÁLIA, SOCIETÀ AMERICANA DA —. (Nápoles). Fasc. I, ano 1891, pág. 75.

ITAMBACURI, ALDEIAMENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DE —. Minas Gerais. Fasc. II, ano 1889, pág. 127.

ITU, INDÚSTRIA DO PAPEL — São Paulo — Fasc. III, ano 1889, pág. 117.

ITU, OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO DE SÃO LUIZ EM —. São Paulo. Fasc. II, ano 1890, pág. 78.

ITUXI, O RIO —. Conferência. Coronel **A. R. Pereira Labre**. Fasc. II, ano 1888, pág. 117.

J

JAGUARIAÍVA. DADOS ESTATÍSTICOS. Pelo Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior** (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

JALAPÃO, ALTITUDES DE LOCALIDADES DA ZONA DO — e circunvizinhanças. Na Bahia, Piauí e Goiaz (Quadro), tomo XXXIX (1.º e 2.º semestres), ano 1934, pág. 6.

JALAPÃO — DIREÇÕES GERAIS DAS DISTÂNCIAS ENTRE OS PRINCIPAIS PONTOS PERCORRIDOS NA ZONA DO —. (Quadro). Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 7.

JALAPÃO, ZONA DO — (Mapa) **Agenor A. de Miranda**, tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 23.

JALAPÃO, MONUMENTO NOTÁVEL NOS GERAIS DO —. **Agenor Augusto de Miranda**, tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 3.

JANAPERI, ZONA DE —. Amazonas, estudo sôbre o —. **Sebastião Diniz**. Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

JAPÃO, A POPULAÇÃO DO —. Fasc. I, ano 1893, pág. 76.

JAPÃO, ESFÔRÇO DO — para o predomínio do mundo. **R. Restrepo Eldridge**, tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 159.

JAVARI E O BENI — Limites com a Bolívia, Barão de Tefé. Comentário do mapa organizado pelo ... sôbre a fronteira do Brasil entre o —. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

JAVARI, VIAGEM DE EXPLORAÇÃO ÀS NASCENTES DO —. Episódios. **Barão de Tefé**. Fasc. III, ano 1888, pág. 169.

JOHN AUGUSTO OTOMBA PAYNE, VIAJANTE AFRICANO —. Fasc. III, ano 1886, pág. 230.

JURUPÍ À TARTARUGAL, A AMAZÔNIA, CONFERÊNCIA, **João Parsendas de Carvalho**. Fasc. 1/4, tomo XVI, ano 1903, pág. 3.

JUTAÍ, O RIO — Exploração, 1875. **C. Barrington Brown**. Fasc. II, ano 1886, pág. 81.

K

KENTUCKY — ERUPÇÃO VULCÂNICA NO — Fasc. III, ano 1887, pág. 219.

L

LADÁRIO, OBSERVAÇÕES FEITAS NO —. Mato Grosso. Fasc. IV, ano 1888, pág. 236.

LAGOA JUPARANÃ, VIAGEM AO RIO DOCE — **Veríssimo José da Costa**. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 26.

LAGOA JUPARANÃ, VIAGEM A LINHARES E PASSEIO A —. Viagem ao Rio Doce — Viagem da Regência a Linhares **Veríssimo José da Costa**. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 16.

LAGOA MIRIM, O TRATADO DA —. Revista Geográfica, **Lindolfo Xavier**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 7.

LAGOS, ILHAS, RIO URUGUAI — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 115.

LAGOS NA SUÍÇA, A PROFUNDIDADE DOS —. Fasc. III, ano 1887, pág. 219.

LAGUNA E IMBITUBA — SAMBAQUÍS (Santa Catarina) — **Sílvio Fróis de Abreu**, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 8.

LAMARCHE E FOURNIER, STEMÁGRAFO DE —. Fasc. I, ano 1887, pág. 105.

LAMARCHE E FOURNIER, O STEMÁGRAFO DE —. **Paula Freitas**. Fasc. II, ano 1888, pág. 97.

LAPA DO BREJO — GRANDE, A —. (Bahia) Notícia sôbre essa caverna explorada por **Joseph Mawon**. Fasc. II, ano 1886, pág. 102.

LA PLATA, A INAUGURAÇÃO EN —, em 1.º de outubro de 1924 — 2.ª Exposição da Feira Internacional de Amostras. O Govêrno da Província de Buenos Aires (República Argentina). **Luiz R. Praprotnin Jefe**, tomo XXIX, ano 1924, pág. 58.

LAUREADAS EM GEOGRAFIA — JUSTIFICAÇÃO AOS TÍTULOS DE ..., Dr. Delgado de Carvalho, Dr. Honório Silvestre, Dr. Everardo Backheuser, Dr. Caetano de Oliveira, Dr. Jorge Machado, D. Heloísa Tôrres, Dr. Abel Pinto, Dr. Roberto Seidl, tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 102.

LENDAS E TRADIÇÃO, pelo 1.º tenente do Exército **José Augusto Barbosa**, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 106.

LIBUSSA, PLANETA, O —. Fasc. II, ano 1887, pág. 139.

LIMITES BRASIL-COLÔMBIA (Efeméride Geográfica — Comunicação feita pelo Major **Frederico Augusto Rondon**, sôbre o reconhecimento do rio Papuri). Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 34.

LIMITES DA BAHIA-GOIAZ-PIAUI-MARANHÃO. A zona do Jalapão. Brasil interior, pelo —. **Agenor Augusto de Miranda**. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 3.

LIMITES DAS GUIANAS FRANCÊSAS — Fasc. II, ano 1890, pág. 79.

LIMITES DO BRASIL COM A BOLÍVIA — Carta do Sr. Comandante **Cunha Gomes**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 51.

LIMITES DO BRASIL COM A BOLÍVIA — 3.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**, fac. 1.º, tomo XIV, ano 1901, pág. 3.

LIMITES DO BRASIL COM A BOLÍVIA — 2.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 55.

LIMITES DO BRASIL COM A BOLÍVIA — 1.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 36.

LIMITES DO BRASIL COM A BOLÍVIA — Conferência realizada na Assembléia Geral em 20 de maio de 1902 da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 93.

LIMITES DO BRASIL COM A BOLÍVIA — Barão de Tefé. Comentário do mapa organizado pelo ... sôbre a fronteira do Brasil entre o Beni e o Javari. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

LIMITES DO BRASIL COM A GUIANA FRANCÊSA — Refutação a Henri Coudreau. **Paula Freitas**. Fasc. III, ano 1891, pág. 180.

LIMITES DO BRASIL COM A VENEZUELA — **Barão de Parima**. Fasc. II, ano 1887, pág. 81.

LIMITES DO DISTRITO FEDERAL COM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Memórias àcêrca dos —. **Noronha Santos**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 45.

LIMITES DE SÃO PAULO, OS —. Fasc. II, ano 1885, pág. 199.

LIMITES ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DOS —. (Psicologia e ambiente). Tomo XLV, ano 1938, pág. 3.

LIMITES ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA — (Ata da vigésima primeira e última conferência da Comissão Brasileira-Colombiana demarcadora de limites, realizada em 5 de janeiro de 1937), tomo XLIV, ano 1937, pág. 90.

LIMITES ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DE —. Ministério das Relações Exteriores. Tomo XLIV, ano 1937, pág. 89.

LIMITES ENTRE O CEARÁ E O RIO GRANDE DO NORTE — **José Leão**. Fasc. IV, ano 1888, pág. 286.

LIMITES ENTRE GUATEMALA E HONDURAS INGLÊSA, QUESTÃO DE —. Ministro **João Severiano da Fonseca Hermes Júnior**. Tomo XLVI, anos 1939, pág. 13.

LIMITES E POSIÇÃO — O Rio Grande do Norte, pelo Dr. **A. Tavares de Lira**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 39.

LIMITES ENTRE SÃO PAULO E MINAS GERAIS — Decreto n.º 21 329, de 27 de abril de 1932. Aprova, para todos os efeitos, as conclusões do parecer do General Augusto Ximeno Villeroy, presidente da Comissão de Delegados dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sôbre os limites entre êsses dois Estados e fixa definitivamente, a linha divisória entre os referidos Estados, tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 106.

LIMITES INTERESTADUAIS — Pelo Brasil unido. **Thiers Fleming**. Tomo XLIV, ano 1937, pág. 31.

LIMITES INTERESTADUAIS — Pelo Brasil unido. **Thiers Fleming**. Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 16.

LIMITES INTERESTADUAIS — Comunicação. **Thiers Fleming**. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 127.

LIMITES INTERESTADUAIS — Pelo Brasil unido. **Thiers Fleming**. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 3.

LIMITES, RIO DA PRATA, EXTENSÃO — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 80.

LÍNGUA DE TURISMO, ESPERANTO — **Alberto Couto Fernandes**. Tomo XLI, ano 1938, pág. 127.

LÍNGUA UNIVERSAL. Volapück, O —. **J. Pinkas**. Fasc. III, ano 1887, pág. 187.

LINGUAGEM DOS COROADOS BORORÓS, A —. **Ximeno Villeroy**. Fasc. II, ano 1891, pág. 81.

LINHA DIVISÓRIA ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DA —. O caso da ligação dos rios Papuri e Saraiva. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 37.

LINHA DIVISÓRIA ENTRE SÃO PAULO E MINAS GERAIS — Decreto n.º 21 329, de 27 de abril de 1932 — Aprova, para todos os efeitos, as conclusões do parecer do General Ximeno Villeroy, presidente da Comissão de Delegados dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sôbre os limites entre êsses dos Estados e fixa, definitivamente, a linha divisória entre os referidos Estados, tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 106.

LINHAS TELEGRÁFICAS NO BRASIL, AS — Fasc. II, ano 1888, pág. 161.

LINHA TELEGRÁFICA ENTRE PARÁ E AMAZONAS — Fasc. II, ano 1890, pág. 81.

LINHARES, VIAGEM DA REGÊNCIA A —. Viagem a Linhares e passelo à Lagoa Juparanã, Viagem ao Rio Doce, **Veríssimo José da Costa**. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 16.

LITORAL, BARREIRAS DO —. (Espírito Santo). **Sílvio Fróis de Abreu**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 153.

LIVRO DE MARCEL MONNIER. "Andes au Pará, Des." Fasc. II, ano 1890, pág. 83.

LOCALIDADES NA PARTE DO RIO GRANDE DO SUL, DETERMINAÇÃO DA ALTURA DE DIVERSAS —. **Maximiliano Besahoren**. Fasc. II, ano 1889, pág. 113.

LONDRES, A POPULAÇÃO DE —. Fasc. III, ano 1891, pág. 220.

LOURENÇO DE ALBUQUERQUE, O RIO —. **João José Correia de Morais**. Fasc. II, ano 1890, pág. 73.

M

MACAPÁ, TABATINGA, CUCUÍ E SÃO JOAQUIM: AMAZONAS, VIAGEM NO —. **Torquato Tapajós**. Fasc. II, ano 1892, pág. 118.

MACEIÓ, MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE —. **Moreno Brandão**, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 15.

MACEIÓ, MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE —. Hidrografia. **Moreno Brandão**, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 17.

MADEIRA, ESTRADA DE FERRO DE MAMORÉ A —. **Júlio Pinkas**. Fasc. III, ano 1886, pág. 211.

MADEIRA, O RIO E SEUS AFLUENTES — **Juan Francisco Velarde**. Fasc. III, ano 1886, pág. 165.

MADEIRA, O ALTO E A SUA LIGAÇÃO AO MAMORÉ — **João Pinkas**. Fasc. III, ano 1885, pág. 259. Fasc. IV, ano 1885, pág. 343.

MADEIRA, O ALTO —. **João Pinkas**. Fasc. IV, ano 1887, pág. 269.

MADRE DIOS E ACRE, OS RIOS —. (Bolívia). **A. R. Pereira Labre**. Fasc. II, ano 1888, pág. 102.

MADRÍ, CONGRESSO GEOGRÁFICO DE —. Fasc. III, ano 1892, pág. 194.

MAGALHÃES, FERNÃO DE —. **João Manuel Pereira da Silva**. Fasc. III, ano 1892, pág. 161.

MAIORES RIOS DO GLOBO, OS —. Fasc. III, ano 1886, pág. 260.

MAMORÉ, ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA, A —. **Júlio Pinkas**. Fasc. III, ano 1886, pág. 211.

MAMORÉ, O ALTO E A SUA LIGAÇÃO AO MADEIRA — **João Pinkas**. Fasc. III, ano 1885, pág. 259. Fasc. IV, ano 1885, pág. 343.

MANGABEIRA, PRODUÇÃO DE OURO NAS LAVRAS DO CARIRI E —. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 159.

MANGANÊS, MINÉRIOS DE —. **Sílvio Fróis de Abreu**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

MANGARATIBA — **Paulo José Pires Brandão**, tomo XLIII, 1936 (2.º semestre), pág. 127.

MANSO, O RIO —. Exploração — 1803 — **José Pais Falcão das Neves**. Fasc. II, ano 1885, pág. 125.

MAPA DA POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO PELO RECENSEAMENTO DE 1824 — Coleção Brasílio Machado. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 45.

MAPA DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, EXTRAÍDO DAS CARTAS DADAS AO GOVÊRNO pelos Vigários e Capitães Mores, nos anos de 1824, 1826, 1827, 1828, 1829 e 1930. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 46.

MAPA DO TERRITÓRIO DO ACRE — PARECER SÔBRE O — organizado pelo Sr. Engenheiro **João Alberto Masô**, firmado pela comissão composta pelos srs. Antônio Olinto dos Santos Pires, Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, A. C. Gomes Pereira, tomo XXVIII, ano 1923, págs. 111, 330.

MARANHÃO — ACIDENTES FÍSICOS DA CARTA MARÍTIMA DO BRASIL — Dr. **Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 97.

MARANHÃO, CONTRIBUIÇÕES PARA A ANTROPOGEOGRAFIA DO —. **Sílvio Fróis de Abreu** — Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, série de Ensino Técnico Superior, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 1.

MARANHÃO, DO CABO NORTE AO —. COSTA DO BRASIL, COROGRAFIA DA —. Contra-Almirante **Raul Tavares**. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 142.

MARANHÃO, O PÔRTO DO —. **Raul Correia Bandeira de Melo**. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 178.

MARAPICU, ESTRADA DE RODAGEM — Por **José Matoso Maia Forte**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MARGENS, RIO DA PRATA — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 83.

MARINHA, O SERVIÇO HIDROGRÁFICO DA —. Capitão-Tenente **Fernando Saldanha da Gama Frota**. Tomo XLIII, ano 1939 (2.º semestre), pág. 169.

MARROCOS — Conferência realizada pelo Sr. **A. S. Forrest**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 125.

MARSELHA, CONGRESSO DE —. Fasc. III, ano 1891, pág. 224.

MARTÍRIOS, DESCOBERTA DOS —. (Mato Grosso). **José Manuel de Siqueira**. Fasc. I, ano 1886, pág. 3.

MATO GROSSO — DESCOBERTA DOS MARTÍRIOS. **José Manuel de Siqueira**. Fasc. I, ano 1886, pág. 3.

MATO GROSSO E AMAZONAS, EXPLORAÇÃO EM —. Fasc. III, ano 1889, pág. 152.

MATO GROSSO — ESTRADA DE PAKIRI — (Roteiro). Fasc. I, ano 1891, pág. 9.

MATO GROSSO, FRONTEIRAS DE —. Goiaz e Pará, com as possessões espanholas — Informações oficiais (1785). **Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres**. Fasc. II, ano 1885, pág. 97.

MATO GROSSO, OS ÍNDIOS COROADOS EM —. Catequese. **Antônio José Duarte**. Fasc. I, ano 1887, pág. 48.

MATO GROSSO, OS ÍNDIOS COROADOS EM —. Catequese. **Antônio José Duarte**. Fasc. I, ano 1887, pág. 48.

MATO GROSSO — OBSERVAÇÕES FEITAS EM CUIABÁ. Fasc. IV, ano 1888, pág. 328.

MATO GROSSO. Observações feitas no Ladário. Fasc. IV, ano 1888, pág. 236.

MATO GROSSO, O ESTADO DE —. O que êle nos oferece e o que espera de nós — Conferência realizada pelo General **Cândido Rondon** a convite da Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 14.

MATO GROSSO, O ESTADO DE —. Viação da Região Centro-Oeste do Brasil, Esquema Geral da ..., organizada pelo General **Rondon**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 37.

MATO GROSSO, POSIÇÕES GEOGRÁFICAS DA PROVÍNCIA DE —. Fasc. I, ano 1885, pág. 51.

MATO GROSSO, REGIÃO DESCONHECIDA DE — (Exploradores brasileiros. Fasc. II, ano 1888, pág. 121. Fasc. IV, ano 1888, pág. 332. Fasc. II, ano 1889, pág. 100. Fasc. III, ano 1889, pág. 170. Fasc. II, ano 1890, pág. 77.

MATO GROSSO, REGIÃO DESCONHECIDA. Exploradores brasileiros. Fasc. II, ano 1888, pág. 121. Fasc. IV, ano 1888, pág. 332. Fasc. II, ano 1889, pág. 100. Fasc. III, ano 1889, pág. 170. Fasc. II, ano 1890, pág. 77.

MATO GROSSO. ROTEIRO. ESTRADA DE PAKIRI — **João do Espírito Santo Barbosa**. Fasc. I, ano 1891, pág. 9.

MATUMÃ, ZONA DE —. Amazonas, estudo sôbre o —. **Sebastião Diniz**. Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

MEDIDAS — PESOS. Dr. **Aarão Reis**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 116.

MEDITERRÂNEO, O —. Sua maior profundidade. Fasc. I, ano 1890, pág. 35.

MELHORAMENTOS DO BRASIL, REVISTA GEOGRÁFICA — **Lindolfo Xavier**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 9.

MELHORAMENTOS ÀCÊRCA DOS LIMITES DO DISTRITO FEDERAL COM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO — **Noronha Santos**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 45.

MEMÓRIA DE UMA VIAGEM DO PARÁ A CUIABÁ EM 1819. PIRATININGA, O RIO — **Antônio Peixoto de Azevedo**. Fasc. I, ano 1885, pág. 23.

MEMÓRIA DE PINHEIRO CHAGAS SÔBRE CRISTÓVÃO COLOMBO — Fasc. I, ano 1892, pág. 62.

MEMÓRIA HISTÓRICA SÔBRE O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO (Estado de São Paulo) — **Saladino de Gusmão**, tomo XXXV, 1932 (1.º semestre), pág. 16.

MERIDIANO INICIAL, O —. **Paula Freitas**. Fasc. II, ano 1885, pág. 161.

METEÓRITO DE BENDENGÓ, O —. **José Carlos de Carvalho**. Fasc. II, ano 1888, pág. 150. Fasc. IV, ano 1888, pág. 333. Fasc. I, ano 1888, pág. 59. Fasc. III, ano 1888, pág. 233. Fasc. II, ano 1887, pág. 120.

METEÓRITO DE OTUSUCA OU TOCUMARI — Fasc. III, ano 1888, pág. 237.

METEOROLOGIA NO BRASIL, A —. **João Evangelista de Lima**. Fasc. I, ano 1887, pág. 3.

METEOROLOGIA, REPARTIÇÃO CENTRAL DE —. (Rio de Janeiro). Fasc. II, ano 1888, pág. 130.

MICRONÉSIA, ILHAS DA — antigas possessões alemãs sob mandato japonês —. **Alexandre Sommier**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 156.

MINAS DO ASSURUÁ, AS —. Fasc. IV, ano 1886, pág. 310.

MINAS GERAIS. ALDEIAMENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DE ITAMBACURI — Fasc. II, ano 1889, pág. 127.

MINAS GERAIS — ANHUMAS, MÔRRO DE —. Fenômenos geológicos. Fasc. II, ano 1887, pág. 134.

MINAS GERAIS, COROGRAFIA DE —. publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, as "Considerações", Críticas constantes de uma carta escrita à mesma Sociedade, **Nelson de Sena**. Tomo XXIX, ano 1924, pág. 25.

MINAS GERAIS, COROGRAFIA DE —. Considerações do Engenheiro **Álvaro da Silveira**, sôbre o vol. X da "Geografia do Brasil", obra publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência, tomo XXIX, ano 1924, pág. 9.

MINAS GERAIS, ESTATÍSTICA DO ESTADO DE —, OS SERVIÇOS DE —. (Discurso pronunciado na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro). **M. A. Teixeira de Freitas**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 170.

MINAS GERAIS E SÃO PAULO. Decreto n.º 21.329, de 27 de abril de 1932 — Aprova, para todos os efeitos, as conclusões do parecer do General Augusto Ximeno Villeroy, presidente da Comissão de Delegados dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sôbre os limites entre êsses dois Estados e fixa, definitivamente, a linha divisória entre os referidos Estados, tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 106.

MINAS GERAIS, SOCIEDADE DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DE —. Fasc. I, ano 1890, pág. 32.

MINAS GERAIS, UMA EXCURSÃO AO NOROESTE DE —. Conferência realizada na Sociedade de Geografia, em 20 de novembro de 1915, pelo Dr. **Antônio Olinto dos Santos Pires**, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 80.

MINA "PEDRAS VERDES", A QUESTÃO DA —. **Sílvio Fróis de Abreu**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

MINERAÇÃO NO BRASIL — Fasc. III, ano 1887, pág. 216.

MINÉRIOS DE CHUMBO — **Sílvio Fróis de Abreu**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166 167.

MINHA TERRA À LUZ DA ANTROPOGEOGRAFIA — **Arnaldo C. Santiago**. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 49.

MISSÃO COUDREAU, O TERRENO CONTESTADO ENTRE A FRANÇA E O BRASIL E A —. **Santana Neri**. Fasc. III, ano 1891, pág. 193.

MOCANGUÊS, AS —. **José Geraldo Bezerra de Meneses**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 86.

MOCANGUÊ GRANDE, MOCANGUÊ PEQUENO. Ilhas mabaças, ilhas gêmeas. Mocanguês — Comandante **Otávio de Gusmão**. (A propósito de mudança do nome dessas ilhas). Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 85.

MOCANGUÊS — ILHAS MABAÇAS, ILHAS GÊMEAS — MOCANGUÊ GRANDE, MOCANGUÊ PEQUENO. Comandante **Otávio de Gusmão**. (A propósito da mudança dos nomes dessas ilhas). Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 85.

MOGI-GUAÇU, O — E A COMPANHIA PAULISTA DE NAVEGAÇÃO. São Paulo — Fasc. II, ano 1890, pág. 95.

MOMENTS DE GEOGRAPHIE, LES —. Fasc. IV, ano 1889, pág. 258.

MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ. Hidrografia — **Moreno Brandão**, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 17.

MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ — **Moreno Brandão**. Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 15.

MONUMENTOS, ALTURA DE —. Fasc. II, ano 1887, pág. 135.

MOREIRA GUIMARÃES, discursos pronunciados em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General, Srs. Oton Costa, Desembargador Carlos Xavier Pais Barreto, Bricio Filho, Coronel Barros Fournier, General Pinheiro Silva, General Bandeira de Melo e General Cândido Rondon. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

MOREIRA GUIMARÃES — "Fatos e Orientação", Comentários à obra do General ... denominada ..., tomo XXX, ano 1925, pág. 88.

MORRETES. DADOS ESTATÍSTICOS —. Pelo Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior** (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, XVII, ano 1904, págs. 29/44.

MÔRRO DE, ANHUMAS — (Minas Gerais). Fenômenos geológicos. Fasc. II, ano 1887, pág. 134.

MORTALIDADE DE ALGUMAS CIDADES DA EUROPA, A —. Fasc. II, ano 1887, pág. 142.

MORTES E ARAGUAIA. AMAZONAS, COMUNICAÇÃO DO — com o Rio da Prata pelos Tocantins. **Correia de Morais**. Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

MORTES, O RIO DAS — Exploração. **José Feliciano Rodrigues de Morais**. Fasc. III, ano 1889, pág. 150.

MORTES, O RIO DAS — confluente do Araguaia. Fasc. I, ano 1886, pág. 47.

MOURO E ÁRABE INFLUINDO EM NOSSA FORMAÇÃO — **Sebastião de Almeida Oliveira**. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 67.

MOVIMENTO CÓSMICO — **Antônio da Silva Mendes**. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 62.

MOVIMENTO DO PÔRTO EM 1889. Rio de Janeiro — Fasc. I, ano 1889, pág. 72.

MUCAJAÍ, ZONA DE — AMAZONAS, ESTUDO SÔBRE O —. **Sebastião Diniz**. Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

MUDANÇA DE NOME DA NOSSA CAPITAL. Uma proposta apresentada na Sociedade de Geografia — (Guanabara, em vez de Rio de Janeiro) — **Saul de Navarro**. Tomo XXX, ano 1925, pág. 97.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ, MONOGRAFIA DO —. Hidrografia. **Moreno Brandão**. Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 17.

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO, MEMÓRIA HISTÓRICA SÔBRE O —. (Estado de São Paulo). **Saladino de Gusmão**, tomo XXXV, 1932 (1.º semestre), pág. 16.

MUNICÍPIOS FLUMINENSES SEGUNDO A SUA ÁREA, POPULAÇÃO E DENSIDADE (Hab. por km²). Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 135.

MUNICÍPIOS FLUMINENSES, CENTENÁRIO DE QUATRO —. Por **José Matoso Maia Forte**, tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

MUNICÍPIO NEUTRO, A POPULAÇÃO DO — **Fávila Nunes**. Fasc. I, ano 1889, pág. 27.

MUNICÍPIO NEUTRO, TRANVIAS DO —. Fasc. III, ano 1888, pág. 244.

Dirija-se à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, solicitando assinatura dêste "Boletim" para receber os seus números em casa.

A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

III

[1895 a 1899]

1895 — Verbreitungsgebiete von Bogen und Pfeiltypen in Zentralbrasilien. 1:20 000 000. 11 by 8½ inches. Herman Meyer, Bogen und Pfeil in Central-Brasilien, Druck vom Bibliographischen Institut, Leipzig.

1897 — Südöstlicher Theil der Provinz Espirito Santo. 1:1 230 000. 5 by 6¾ inches. p. 296. In Therese, Prinzessin von Bayern, Meine Reise in den brasilianischen Tropen, Berlin, 1897.

Brasilien. 1:10 000. 16½ by 12¼ inches. In *op. cit.*

Tapajós, Alto Tapajós et São Manoel de Itaituba à salto Augusto et cachoeira das Sete Quedas, levés à la boussole par Henri Coudreau. 22 Août 1895-2 Janvier 1896, en mission scientifique du Dr. Lauro Sodré, gouverneur de l'état de Pará. Carte établie par O. Coudreau. 1:600 000. 10 by 38 inches. In Henri Coudreau, Voyage au Tapajós, 28 Juillet 1895-7 Janvier 1896, Paris, 1897.

Carte de Laurens Lodewyk von Bercheyck (1759). 1:4 400 000 — 9½ by 7½ inches. In José M. da Silva Paranhos Rio-Branco, Mémoire sur la question des limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique, 1897, p. 152.

Kaart van geheel Guajana of de wilden-kust en die der Spaansche Westindien op het Noordend van Zuid-Amerika, te Amsterdam by Is. Tirion. 1:6 800 000 — 8 by 8¾ inches. In *op. cit.*

Extrait de la carte de l'Amérique du Sud publiée en 1839 par J. Arrowsmith. 1:8 150 000. 6 by 6½ inches. In *op. cit.*

Carte des frontières entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique. 1:2 000 000. 11 by 13½ inches. In *op. cit.*

Tocantins-Araguaya (Alcobaça-Tapirapé), par Henri Condreau, 1897. Carte établie par O. Coudreau. 1:100 000. 15 by 51 inches. Henri Coudreau, Voyage au Tocantins-Araguaya, 31 décembre 1896-23 mai 1897, Paris. 1897.

Xingú, Tucury-Pedra Secca, levé à la boussole par Henri Condreau. Carte établie par O. Coudreau, 1896. 1:600 000. 10 by 24 inches. Henri Coudreau. Voyage au Xingú, 30 mai 1896-26 octobre 1896, Paris, 1897.

Carta del bacino dell'Amazzone. ..... 1:16 000 000. 14 by 6 inches. Vincenzo Grossi, Nel paese delle Amazzoni, Rome, 1897.

1898 — Ecuador and Perú with parts of Colombia, Brazil and Bolivia, showing connection between the Intercontinental Railway and the existing and projected railroads, 1898. ..... 1:1 800 000. 33½ by 4¼ inches. Intercontinental Railway Commission, A condensed report of the transactions of the commission and the surveys and explorations of its engineers in Central and South America, 1891-1898, vol. I, Part, I, Washington, 1898, Map. n.º 4.

Itacayuna, Paraupeba. Alto Itacayuna, par Henri Coudreau. Carte établie par O. Coudreau, 1897. 1:100 000. 13 sections. In Henri Coudreau, Voyage à Itaboca et à l'Itacayuna, 1 Juillet 1897-11 Octobre 1897, Paris, 1898.

Bas Tocantins de Arumatheua à l'Itacayuna, par Henri Coudreau. Carte établie par O. Coudreau, 1897. 1:100 000. 8 sections. In *op. cit.*

Cachoeiras de Arumatheua, par Henri Coudreau. Carte établie par O. Coudreau, 1897. 1:10 000. 10 sheets. In *op. cit.*

Cachoeiras de Itaboca, par Henri Coudreau. Carte établie par O. Coudreau, 1897. 1:10 000. 8 sheets. In *op. cit.*

Rio Grande do Sul von Gustavo Koenigswald, 1898. 1:2 500 000. 14½ by 12½ inches. In Gustavo Koenigswald, Rio Grande do Sul, São Paulo, 1898, p. 116.

1899 — Map of the province of Rio de Janeiro, compiled by H. Mahlmann. 1:1 333 333. 12½ by 7¾ inches. Travels of R. H. Prince Adalbert of Prussia, translated by Sir R. H. Schomburgk and J. E. Taylor, Vol. 2, London, 1899.

Planta dos terrenos do "uti possidetis" do Pará nos limites com o Amazonas. Levantada de accôrdo com os dados do mapa do estado do Pará do Dr. H. Santa Rosa e com informações colhidas no local por Artur Viana 1898, 1:232 000. 24½ by 18¼ inches. José Veríssimo, Pará e Amazonas, Questão de Limites, Rio de Janeiro, 1899.

Entre Tocantins et Xingú, par Henri Caudreau, carte établie par O. Caudreau, 1898. 1:100,000. 15 sheets. Henri Coudreau. Voyage entre Tocantins et Xingú, 3 avril 1898-3. Novembre 1898. Paris, 1899.

Yamundá, par Henri Coudreau. Carte établie par O. Coudreau, 1899. 1:100 000. 11 sheets. In Henri Coudreau, Voyage au Yamundá, 21 Janvier 1899-27 Juin 1899, Paris, 1899.

Paranamirys (entre Yamundá et Trombetas), par Henri Coudreau. Carte établie par O. Coudreau, 1899. 1:100 000. 6 sheets. In *op. cit.*

Brasilien. 1:9 750 000. 17 by 16 inches. In Moritz Lamberg, Brasilien, Land und Leute, Leipzig, 1899.

Kolonien in Espirito-Santo. 1:6 500 000. In *op. cit.*

Rio de Janeiro, 1:90 000. In *op. cit.*

Vereinigte Staaten von Brasilien. ..... 1:15 000 000. 19¾ by 9¾ inches. In Oskar Canstatt, Das republikanische Brasilien in Vergangenheit und Gegenwart, Leipzig, 1899.

São Sebastião de Rio de Janeiro u. Umgebung. 1:150 000. In *op. cit.*

Die Südstaaten von Brasilien. 1:15 000 000. In *op. cit.*

Carte du territoire à l'est du Rio Branco, 1898. 1:4 000 000. 15¾ by 12¼ inches. In Frontières entre le Brésil et la Guyane Française: Mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, Tome I, Berne, 1899.

Sources de l'Essequibo et partie du bassin inférieur du Rio Branco. d'aprés les cartes 5, 6 et 7, de l'Atlas de H. Coudreau. 1:4 000 000. 5 by 6¾ inches. In. *op. cit.*

Carte de la région Guyanaise. 1:4 000 000. 16¾ by 16¾ inches. In *op. cit.*

Map from Atlas of P. Keer, 1614. ..... 1:20 000 000. 6¼ by 4 inches. In *op. cit.*

Map by Clemendt de Jonghe, 1640. ..... 1:16 000 000. 7¾ by 5½ inches. In *op. cit.*

Magni Amazoni fluvii in America Meridionali nova delineatio. Comte de Pagan, 1655. 1:28 000 000. 7½ by 5¾ inches. In *op. cit.*

Map by Pierre Du-Val, 1664, 1:35 000 000. 3¾ by 4¼ inches. In *op. cit.*

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

VII

[1858 - 1865]

1858 — FRAUENFELD, Georg

"Mein Aufenthalt in Rio de Janeiro". In "Verhandlungen der K. K. Zoologisch-botanischen". — Wien, Jahrgang, 1858, pp. 253-262.

DABADIE, F.

A travers l'Amerique du Sud — Paris, Ferd. Sartorius éditeur, 1858, in-18.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando

Relatorio concernente à exploração do Rio de São Francisco desde a cachoeira de Pirapóra até ao Oceano Atlântico levantado por ordem do govêrno de S. M. Dom Pedro II, em 1852, 53 e 54 — Rio de Janeiro, Typ. de Georges Bertrand, 1858, in-fol.

HEUSSER, J. C.

Die Schweizer auf den Kolonien in st. Paulo, Brasilien Zurich, 1858, in-8.º.

HUHN, Dr. Wilhelm

Süd-brasilien. Entworfen mit Benutzung der zuverlässigsten Karten und Quellen von Dr. W. Huhn. — Hamburg, Gustav Carl Wurger, 1858, Lith. von C. Adler.

HEUSSER, J. C.

Beiträge zur Kenntniss des Brasilianischen Küstengebirges. — Zeitschrift der Deutschen Geol. Gesellschaft, tomo X. pp. 412-422. Berlin, 1858.

JABOATAM (Frei Antônio de Santa Maria)

Novo orbe seráfico, ou crônica dos frades menores da Província do Brasil por ..... Impressa em Lisbôa em 1761 e reimpressa no Rio de Janeiro pelo Inst. Hist. e Geog. Brasileiro na Tip. Brasiliense de Maximino Gomes Ribeiro, em 1858-62. 3 vols. in 4.º — 1.º, V, pp. .. 414 pp. de texto, .. 322 pp. inéditas de uma Segunda Parte, e VI pp. de índice; — 2.º, 436 pp.; — e 3.º, 835 pp. e 2 fls. n. nums. de índice.

INOCENCIO (Francisco da Silva)

Dicionário bibliografico português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. — Lisboa, na Imprensa Nacional — MDCCCVIII (1858) 17 vols. in-8.º, publicados de 1858 a 1894. O 1.º volume foi publicado em 1858; o 2.º em 1859; o 3.º e 4.º em 1860; o 5.º em 1861; o 6.º em 1862; o 7.º em 1863; o 8.º e Suplemento em 1868; e o 9.º, último dos publicados por êle, em 1870. — Os outros, até o 17.º têm sido publicados pelo editor, Pedro Venceslau de Brito Aranha, amigo e testamenteiro de Inocêncio.

1859 — HEUSSER, J. C. und CLARAZ, G.

Physikalische und geologische Forschungen im Innern Brasiliens. — Petermann's Mittheilungen, Gotha, 1859, pp. 447-468.

HEUSSER, J. C. und CLARAZ, G.

"Under die wahre Lagerstätte der diamanten und anderer Edelsteine in der Provinz Minas Gerais in Brasilien. — Zeitschrift der Deutschen Geol. Gesellschaft, vol. XI — pp. 448-466, — Berlin, 1859.

GODINEZ, Ildefonso Llanos

"Os Jesuítas". — Recife, Tip. Acadêmica, 1859, in-8.º, tit. 76 pp. e 1 fl. em branco.

GRAESSE, Jean George Theodore

Trésor de livres rares et precieux ou nouveau dictionnaire bibliographique contenant plus de cent mille articles de livres rares, curieux et recherchés, d'ouvrages de luxe, etc. Avec les signes connus pour distinguer les editions originales des contrefaçons qui en ont été faites, des notes sur la rareté et le mérite des livres cités et les prix que ces livres ont attreints dans les ventes les plus fameuses et qu'ils conservent encore dans les magasins des bouquinistes les plus renommés de l'Europe, par ..... conseiller aulique, bibliothecaire du feu Roi Fredric-Auguste II, directeur du musée Japonais à Dresde. Rudolf Kuntze, Libraire-éditeur, Genéve, libraire H. Geogr; Londres, Dulau & Comp., Lib. 1859; Paris, C. Reinwald, Libraire Commis. — In-4.º, 8 gr. vols. 1861-1869.

FEDERMANNS, N.

N. Federmanns und H. Stades Reisen in Sued-Amerika 1529 bis 1555 Herausgegeben von Dr. Karl Klupfel. — Stuttgart, 1859, in-8.º — (É o vol. XLVII da "Bibliothek des Litterarischen Vereins in Stuttgart".

DUNDONALD, Thomas Cochrane-Earl of

Narrative of Service in the Liberation of Chili, Perú and Brazil, from the Spanish and Portuguese Domination. — London, James Ridgway, MDCCCLIX, 2 vols. in-8.º, 1.º, XXII — 293 pp. — 2.º, XI — 305 pp. — "Narrativa de Serviços no Libertar-se o Brasil da Dominação Portuguesa prestados pelo Almirante Conde de Dundonald. — Londres, James Ridgway, MDCCCLIX, (1859) in-8.º, XII — 321 pp.

DEMERSAY, Alfred

Recherches philologiques sur la langue guaranie. — Bull. de la Soc. de Géog. de Paris, tomo XVIII, 1859, pp. 105-115.

1860 — DÁRCHIAC, A.

Histoire des progrès de la Geologie de 1934 a 1859 — Soc. Géologique de France, tomo VII. — Paris, 1860.

HALFELD, Henri Guilherme Fernando

Descrição da cachoeira de Paulo Afonso. — Em Revista Brasil, tomo III, 1860, pp. 93-111, com ests.

HANDELMANN, Heinrich

"Geschichte von Brasilien". — Berlin, Julius Springer, 1860, in-8.º, XXIV pp. prels. e 989 pp. de texto.

HEEREN, Friedrich

Mapa da Colônia Dona Francisca, em fevereiro de 1860.

HÉBERT, E.

Rapport sur la partie géologique et minéralogique du voyage de M. M. Grandidier fréres (Ernest et Alfred) dans l'Amérique Méridionale; lu à la section des Sciences du comité des travaux historiques et des Sociétés Savantes, le 21 de Mai 1860. — Paris, Imp. Paul Dupont, (s. de.) 1860. In-8.º, 5 pp.

INFORME. — Informe de la H. Comission de Relaciones Exteriores del Senado sobre el Tratado de Limites y Navegación Fluvial, celebrado entre Venezuela y el Brasil, en 5 de Mayo de 1859 — Carácas, Imprenta de Jesus Maria Sori — ano, 1860.

JONES (T. Rupert)

On the discovery of some fossil remains near Bahia in South America. — Journal Geol. Soc. tomo XVI, pp. 266-268. — London, 1860.

HEUSSER, J. C. und CLARAZ, G.

Gisement et exploitation du diamant dans la Province Minas Gerais au Brésil. (Trad. franceza da primeira "Uber die wahre", etc.) Paris, 1860.

DAUBER

Über Crocoite von Congonhas do Campo, Minas-Gerais. — Sitz-sungsberichte d. k. k. Akademie d. Wissenschaft — vol. XLVII, Viena, 1860, 19 pp.

GERSTÄCKER, Friedrich

Achtzehn Monate in Südamerika und dessen deutschen Colonien. Iena, 1860, 2 vol. in-8.º.

FERNANDES VIEIRA, João

Cópia fiel de algumas verbas do testamento com que faleceu o governador João Fernandes Vieira — In "Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro", tomo XXIII, (1860) p. 387.

1861 — GALLÊS, M. E.

Considérations générales sur l'Empire du Brésil, les États de la Plata et la République d'Haiti, par M. E. Gallés ... présentées au Congrés Scientifique de France dans la seance du 26 Septembre 1861. — Bordeau Imprimerie G. Gounouilhon, 1861, in-8.º.

1862 — EXPILLY, Charles

Le Brésil tel qu'il est. — Paris, E. Dentu, 1862, in 12.º, 383 pp.

1863 — GUIBOUT, A.

Episodes de l'histoire du Portugal. (Découverte du Brésil. — Le Brésil sous la domination portugaise.) — Rouen, Mégard, 1863, in-8.º, 191 pp.

GERBER, Henrique

Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais, por Henrique Gerber ... Com uma planta topográfica de Ouro Preto. — Rio de Janeiro, Tip. de Georges Leuzinger. — 1863, in-4.º, 1 fl. n. num. e 85 pp.

FORGUES, E. D.

Un naturaliste sou l'Equateur. Em: — Revue des Deux Mondes, 2me. série, vol. 46, pp. 703-738. Paris, 1863.

FRUS, G. M.

Erindringer fra et Togt med Fregatten "Sjaeland" Til Brasilien og Vestindien i Aarene 1860-61. — Kjöbenha vn Fr. Woldikes Forlagsboghandel, (Trykt hos P. Larsen i Mögelstönder) 1863, in-8.º peq., 102 pp.

EXPILLY, Charles

Le Brasil tel qu'il est. — Deuxiéme édition. — Paris, Charlieu et Huillery, 1863 — In-12, XVII pp. prels. mais 382 pp. de texto.

HINCHLIFT, Thomas Woodbine

South American sketches of a visit to Rio de Janeiro the Organ Mountains, La Plata and the Paraná. — London Longman, Green & Co. 1863, in-8.º, com 1 charta geog. e ests.

GASQUY

Souvenirs d'une campagne sur les cotes du Brésil et de la Plata de 1863 a 1866 — Em Revue Mar. et Caloniale, tomo 18, pg. 717.

GERSTÄCKER, Friedrich

Achttien Maanden en Zuid Amerika. — Leeuwarden, 1863 — 3 vols. — in-8.º.

1864 — DENIS, Ferdinand

Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614 par le pére Yves d'Evreux. — Publié d'aprés l'exemplaire unique conservé á la Bibliothéque Impériale de Paris. Avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis. Leipzig & Paris. Librairie A. Franck, Albert L. Harold, 1864, in-8.º.

EXPILLY, Charles

Les Femmes et les Moeurs du Brésil. Paris, Ibe, 1864 in-18, XII, mais 450 p.p

EPP, F.

Rio Grande do Sul Oder Neudeutschland. — Mannheim, 1864, in-8.º.

EVREUX, Padre Yves D'

Voyage dans le Nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614 par le pére Yves d'Evreux publié d'aprés l'éxemplaire unique conservé a la Bibliotheque Imperiale de Paris. Avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis. Leipzig & Paris. Librairie A. Franck de Albert L. Herold, 1864, in-4.º, 12 fls. n. nums. XLVI pp.

EXPILLY, Charles

Le Brésil tel qu'il est — Troisiéme édition. — Paris, Ibe, 1864, in-12, 392 pp.

HULL, Edward

The Brazilian coal-fields. — The Quarterley Journal of Science, vol. 1, pp. 387-390, London, 1864.

1865 — HEGRÉVILLE, Frederic

Nota sôbre os rios Tibagi e Paranápanema. (Em: Relatório da província do Paraná pelo Dr. A. A. de Paula Fleury). 1865.

HENWOOD, William Jory

On the geological association of tellurium. — Ibe, tomo VII, pp. 288-229, Penzance, 1865.

EXPILLY, Charles

La Traite, l'émigration, et la colonisation au Brésil Paris, Guillaumin et Cie., 1865, in-8.º, 336 pp.

ESTRADA, José Manuel

Ensaio Historico sobre la revolución de los communeros del Paraguay en el Siglo XVIII, seguido de un apéndice sobre la decadencia del Paraguay y la guerra de 1865. Buenos Aires, Impr. de la Nación Argentina, 1865 — In-8.º, X — 366 pp.

FLETCHER, James C.

International relations with Brazil. — Proceedings on the reception of H. E. senhor d'Azambuja, envoy extraordinary and minister plenipotentiary from Brazil. Sithe remarks of Rev. James C. Fletcher. — New York John W. Amerman, 1865, in-4.º.

DORFFEL, O.

Der südbrasilianische Landwirth. Ein Leitraden für Ansiedler in Brasiliens sudlichen Provinzen Rio Grande do Sul, Paraná und Santa Catarina. — Dona Francisca, O. Dorffel, 1865, in-8.º, 43, pp.

GRATEAU, Ed.

Découverte de la houille au Brésil. Em: — Annales du Génie Civil, (Année 1864) Paris, Eugéne Lacroix, éditeur. 1865, in-8.º.

HULL, Edward

Jazigos de carvão de pedra no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. — Em: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1865, pp. 236-242. — Rio de Janeiro, 1865.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
BIBLIOTECA
Entrada em ___/___/___
N.º ___
RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA DO C.N.G.

Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia solicitando sua inscrição como assinante.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis baixados no mês de setembro de 1943

Decreto-lei n.º 5.789, de 2 de setembro de 1943. Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro"

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 790, de 2 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr$ 40.040,50, para pagamento de indenizações decorrentes de requisições.

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 791, de 2 de setembro de 1943. Cria uma Coletoria Federal, no município de Sertanópolis, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 792, de 2 de setembro de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 100.000,00 para as despesas com a Comissão confiada ao Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar.

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 793, de 2 de setembro de 1943. Suspende a intervenção do Govêrno Federal na Emprêsa de Navegação Hopke S. A.

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 794, de 2 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 2.145.120,00 para reparação do navio da frota do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 795, de 2 de setembro de 1943. Concede pensão especial à viúva do Capitão de Polícia do Distrito Federal, Ildefonso Coimbra.

"Diário Oficial" de 6/9/943.

Decreto-lei n.º 5 796, de 3 de setembro de 1943. Altera disposições do decreto-lei n.º 4 521, de 24 de julho de 1942 que reorganiza a Comissão Nacional de Gasogênio.

"Diário Oficial" de 8/9/943.

Decreto-lei n.º 5 797, de 3 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 30.600,00 para pagamento de salários.

"Diário Oficial" de 8/9/943.

Decreto-lei n.º 5 798, de 3 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 5.726,20, para pagamento de gratificação por serviços extraordinários.

"Diário Oficial" de 8/9/943.

Decreto-lei n.º 5 799, de 6 de setembro de 1943. Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha.

"Diário Oficial" de 9/9/943.

Decreto-lei n.º 5 800, de 6 de setembro de 1943. Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9/9/943.

Decreto-lei n.º 5 801, de 8 de setembro de 1943. Considera de interêsse militar a Expedição Roncador-Xingu.

"Diário Oficial" de 10/9/943.

Na edição de 10/9/943 do "Diário Oficial" está publicado o seguinte: Decreto-lei n.º 5 593, de 18 de junho de 1943. — Cria o cargo de Promotor Público e função gratificada de Sub-Promotor no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto-lei n.º 5 802, de 8 de setembro de 1943. Ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 5 803, de 9 de setembro de 1943. Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 11/9/943.

Decreto-lei n.º 5 804, de 9 de setembro de 1943. Abre ao Conselho Federal do Comércio Exterior o crédito suplementar de Cr$ 20.000,00 a verba que especifica e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 11/9/943.

Decreto-lei n.º 5 805, de 9 de setembro de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr$ 157.164,00 para classificação de despesa.

"Diário Oficial" de 11/9/943.

Decreto-lei n.º 5 806, de 9 de setembro de 1943. Abre ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito especial de Cr$ 5.760,00 para pagamento de diferença de vencimentos.

"Diário Oficial" de 11/9/943.

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

VII

(MAPAS DE N.os 551 a 600)

Ns. 551-54 — Planta da Fazenda de Ipanema, Estado de S. Paulo (4 fls.) 1:10 000 — 0,510 x 0,665 — Serviço Geográfico Militar — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar, 1928.

N.º 555 — Planta da Região de Rezende, Estado do Rio — 1:20 000 — 0,518 x 0,714 — Serviço Geográfico do Exército Impresso pelo Serviço Geográfico do Exército — 1935.

N.º 556 — Noroeste da Bahia — 1:750 000 — 0,455 x 0,428 — Serviço Geológico e Mineralógico, M. Agricultura — D.E.P., Secção de Publicidade — M. Agricultura — 1936.

N.º 557 — Rêde de Ligação das Bases — 1:100 000 — 0,812 x 0,538 — Serviço Geográfico e Geológico, Secretaria da Agricultura — Cópia Ozalide — 1932.

Ns. 558-63 — Planta do Campo de Aviação Militar, Distrito Federal (6 fls.) — 1:2 000 — 0,560 x 0,410 — Serviço Geográfico do Exército — Impresso pelo Serviço Geográfico do Exército — 1934.

N.º 564 — Planta de Sernambetiba — Distrito Federal — 1:50 000 — 0,385 x 0,368 — Serviço Geográfico do Exército — Impresso pelo Serviço Geográfico do Exército — 1922.

N.º 565 — Geologia do Rio Muriaé e das Redondezas de Campos — 1:100 000 — 0,920 x 0,410 — Divisão de Geologia e Mineralogia, M. Agricultura — Serviço de Informação Agrícola, M. Agricultura — 1938.

N.º 566 — Planta de Bom Jardim, Estado do Rio — 1:25 000 — 0,630 x 0,565 — Serviço Geográfico do Exército — Impresso em preto, edição provisória do Serviço Geográfico do Exército — 1936.

N.º 567 — Exploração do Extremo Sertão do Estado de São Paulo — 1:1 000 000 — 0,394 x 0,547 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Das convenções cartográficas — 1905.

N.º 568 — Planta do Imburí e Arredores, Estado do Rio — 1:50 000 — 0,830 x 0,670 — Serviço Geográfico Militar — Das convenções cartográficas — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1924.

N.º 569 — Planta da Região de Instrução Militar — Distrito Federal — 1:20 000 — 0,715 x 0,415 — Serviço Geográfico do Exército — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1928.

N.º 570 — Esbôço Geológico do Sul de Goiaz — 1:1 000 000 — 0,580 x 0,420 — Serviço de Fomento da Produção Mineral — D.E.P. Secção de Publicidade — M. Agricultura — 1937.

Ns. 571-74 — Planta Geral do Rio Parnaíba (4 fls.) — 1:500 000 — 0,940 x 0,580 — Comissão de Limites dos Estados do Norte — M. Justiça e Negócios Interiores — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1922.

Ns. 575-95 — Planta Geral do Rio Parnaíba (21 fls.) — 1:100 000 — 0,390 x 0.580 — Comissão de Limites dos Estados do Norte, M. Justiça e Negócios Interiores — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1923-1924.

N.º 596 — Planta do Delta do Rio Parnaíba — 1:100 000 — 0,410 x 0,800 — Comissão de Limites dos Estados do Norte, M. Justiça e Negócios Interiores — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1924.

N.º 597 — Planta das Cabeceiras do Rio Parnaíba — 1:200 000 — 0,760 x 0,575 — Comissão de Limites dos Estados do Norte — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1923.

N.º 598 — Perfís dos Formadores do Rio Parnaíba — 1:250 000 — 0,752 x 0,455 — Comissão de Limites dos Estados do Norte — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar. — 1924.

N.º 599 — Planta do Rio Paraná, da Barra do Rio Paranaíba à do Rio Parapanema —..... 1:500 000 — 0,365 x 0,860 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Litografia Hartman & Reichenbach — São Paulo — 1905.

N.º 600 — Planta do Rio Paraná (fls. 1) — 1:50 000 — 0,370 x 0,855 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Litografia Hartman & Reichenbach — São Paulo — 1906.

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Decreto-lei n.º 5 807, de 13 de setembro de 1943. Estende à exportação para o estrangeiro o regime fiscal inerente à importação.

"Diário Oficial" de 14/9/943.

Decreto-lei n.º 5 808, de 13 de setembro de 1943. Modifica o n.º 10 da Tabela do Imposto do Sêlo.

"Diário Oficial" de 15/9/943.

Decreto-lei n.º 5 809
Ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 5 810, de 13 de setembro de 1943. Dispõe sôbre a aposentadoria de José Medeiros Moura.

"Diário Oficial" de 15/9/943.

Decreto-lei n.º 5 811, de 13 de setembro de 1943. Autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado a assumir direitos e obrigações dos contratos de seguros de vida das companhias de seguros italianos em liquidação e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15/9/943.

Decreto-lei n.º 5 813, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu.

"Diário Oficial" de 27/9/943.

Decreto-lei n.º 5 813, de 14 de setembro de 1943. Aprova o acôrdo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16/9/943.

Decreto-lei n.º 5 814, de 14 de setembro de 1943. Amplia as atribuições do Banco de Crédito da Borracha S. A. e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16/9/943.

Decreto-lei n.º 5 815, de 14 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 28 800,00 para pagamento de desponibilidade.

"Diário Oficial" de 16/9/943.

Decreto-lei n.º 5 816, de 15 de setembro de 1943. Abre ao Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de Cr$ 12.000,00 à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 17/9/43.

Decreto-lei n.º 5 817, de 15 de setembro de 1943. Transfere a sede do III/ 1.º Regimento de Artilharia Mista.

"Diário Oficial" de 17/9/43.

Decreto-lei n.º 5 818, de 15 de setembro de 1943. Transfere do Estado do Rio Grande do Sul, os imóveis, móveis e semoventes, pertencentes às Estações Gerais de Experimentação sediadas em Osório e Caxias no mesmo Estado, e suas respectivas dependências.

"Diário Oficial" de 17/9/43.

Decreto-lei n.º 5 819, de 16 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 250.000,00 para a Fábrica Nacional de Motores.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 820, de 16 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 6.435.034,90 para classificação de despesa.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 821, de 16 de setembro de 1943. Dispõe sôbre dissídio coletivo enquanto perdurar o estado de Guerra.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 822, de 16 de setembro de 1943. Autoriza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a realizar um novo empréstimo para ocorrer às despesas com a ampliação do edifício do respectivo Ministério.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 823, de 16 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 188.700,00 para a conclusão das obras, instalação, aparelhamento e equipamento da Usina de Café de Muriaé da Divisão de Fomento da Produção Vegetal e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 824, de 16 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 100.000,00 para classificação da despesa.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 825, de 16 de setembro de 1943. Estabelece a taxação dos filmes de procedência americana sob a base do peso real.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 826, de 16 de setembro de 1943. Prorroga o prazo para o pagamento sem multa da "Cota Especial" sôbre algodão.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 827, de 16 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 2.000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 828, de 16 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 2.000.000,00 para auxílio aos "Fundos Universitários de Pesquisas" da Universidade de São Paulo.

"Diário Oficial" de 18/9/943.

Decreto-lei n.º 5 829, de 17 de setembro de 1943. Prorroga o prazo referido no parágrafo único do artigo 2.º do decreto-lei n.º 2 618 de 23 de setembro de 1940.

"Diário Oficial" de 20/9/43.

Decreto-lei n.º 5 830, de 17 de setembro de 1943. Altera a carreira de Arquivigista dos Quadros Permanentes dos Ministérios da Educação e Saúde; das Relações Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 20/9/43.

Decreto-lei n.º 5 831, de 17 de setembro de 1943. Altera a carreira de Datilógrafos da Parte Permanente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20/9/43.

Decreto-lei n.º 5 832, de 20 de setembro de 1943. Autoriza a renovação do contrato de que trata o decreto-lei n.º 2 398, de 11 de julho de 1940, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 22/9/943.

Decreto-lei n.º 5 833, de 20 de setembro de 1943. Altera as carreiras de Foguista Marítimo, Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

"Diário Oficial" de 22/9/943.

Decreto-lei n.º 5 834, de 20 de setembro de 1943. Altera a carreira de Inspetor de Alunos do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

"Diário Oficial" de 22/9/943.

Decreto-lei n.º 5 835, de 20 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 96.000,00 para pagamento de gratificação ao engenheiro José Luiz Mendes Diniz.

"Diário Oficial" de 21/9/943.

Decreto-lei n.º 5 836, de 20 de setembro de 1943. Altera a redação do artigo 8.º do decreto-lei n.º 5 630, de 29 de junho de 1943, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 22/9/943.

Decreto-lei n.º 5 837, de 20 de setembro de 1943. Modifica os arts. 222, 225 e 226 do decreto-lei n.º 2 035, de 27 de fevereiro de 1940.

"Diário Oficial" de 22/9/943.

Decreto-lei n.º 5 838, de 21 de setembro de 1943. Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n.º 5 219 de 22 de janeiro de 1943.

"Diário Oficial" de 23/9/943.

Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sôbre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu.

"Diário Oficial" de 29/9/943.

Decreto-lei n.º 5 840, de 22 de setembro de 1943. Dispõe sôbre os balanços do exercício de 1942.

"Diário Oficial" de 24/9/943.

Decreto-lei n.º 5 841, de 22 de setembro de 1943. Cria no Ministério da Fazenda a Administração do Edifício da Fazenda e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24/9/943.

Decreto-lei n.º 5 842, de 22 de setembro de 1943. Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito que especifica.

"Diário Oficial" de 24/9/943.

Decreto-lei n.º 5 843, de 22 de setembro de 1943. Eleva os padrões de vencimentos de dois cargos de Assistente em comissão do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

"Diário Oficial" de 24/9/943.

Decreto-lei n.º 5 844, de 22 de setembro de 1943. Ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 5 845, de 23 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 para o Coordenador da Mobilização Econômica.

"Diário Oficial" de 24/9/943.

Decreto-lei n.º 5 846, de 23 de setembro de 1943. Declara de utilidade pública a desapropriação de partes de imóveis que menciona, situados na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25/9/943.

Decreto-lei n.º 5 847, de 23 de setembro de 1943. Cria a 2.ª coletoria de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25/9/943.

Decreto-lei n.º 5 848, de 23 de setembro de 1943. Ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 5 849, de 23 de setembro de 1943. Dispõe sôbre a matéria de importação de lentes.

"Diário Oficial" de 25/9/943.

Decreto-lei n.º 5 850, de 23 de setembro de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr$ 300.000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 25/9/943.

Decreto-lei n.º 5 851, de 23 de setembro de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 330.000,00 para pagamento a concecionário de portos.

"Diário Oficial" de 25/9/943.

Decreto-lei n.º 5 852, de 24 de setembro de 1943. Autoriza a liquidação de que trata o art. 2.º do decreto-lei n.º 5 266 de 20 de fevereiro de 1943, mediante cessão e transferência dos bens e direitos incorporados ao patrimônio nacional, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 27/9/943.

Decreto-lei n.º 5 853, de 24 de setembro de 1943. Transfere gratuitamente ao Município de São Luiz Gonzaga, do Estado do Rio Grande do Sul para fim de utilização com estabelecimento de ensino secundário, o domínio pleno do terreno nacional interior, que menciona, com as benfeitorias existentes, situados na cidade de São Luiz Gonzaga, naquele Estado, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 27/9/943.

Decreto-lei n.º 5 854, de 24 de setembro de 1943. Autoriza a aquisição e permuta de terrenos no distrito de Saí, município de São Francisco, Estado de Santa Catarina.

"Diário Oficial" de 27/9/943.

Decreto-lei n.º 5 855, de 25 de setembro de 1943. Abre crédito especial ao Ministério da Fazenda.

"Diário Oficial" de 28/9/943.

Decreto-lei n.º 5 856, de 27 de setembro de 1943. Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e Concessão de facilidades para a entrada nos

respectivos territórios formados no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943.

"Diário Oficial" de 29/9/943.

Decreto-lei n.º 5 857, de 28 de setembro de 1943. Altera a redação do artigo 34 do decreto-lei n.º 925 de 2 de dezembro de 1938.

"Diário Oficial" de 30/9/943.

Decreto-lei n.º 5 858, de 28 de setembro de 1943. Altera o efetivo de primeiros tenentes médicos da Aeronáutica, a que se refere o art. 2 do decreto-lei n.º 3 872 de 2 de dezembro de 1941.

"Diário Oficial" de 30/9/943.

Decreto-lei n.º 5 859, de 29 de setembro de 1943. Ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 5 860, de 30 de setembro de 1943. Modifica o art. 348 do Código Civil e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Decreto-lei n.º 5 861, de 30 de setembro de 1943. Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e da respectiva Diretoria Nacional.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Decreto-lei n.º 5 862, de 30 de setembro de 1943. Dispõe sôbre faiscação e garimpagem nas regiões produtoras de borracha do Estado de Mato Grosso.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Decreto-lei n.º 5 863, de 30 de setembro de 1943. Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Decreto-lei n.º 5 864, de 30 de setembro de 1943. Altera as carreiras de Marinheiros e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Decreto-lei n.º 5 856, de 30 de setembro de 1943. Cria no Quadro Permanente do Ministério da Marinha a carreira de Desenhista Auxiliar e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Decreto-lei n.º 5 866, de 30 de setembro de 1943. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr$ 45.000,00 para os fins que menciona.

"Diário Oficial" de 2/10/943.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria — Praça Getúlio Vargas, 14, Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F., que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 5 877 — de 4 de outubro de 1943

Regula a pesquisa e exploração da turfa nos terrenos de Jacarépaguá e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando a existência do estado de guerra, declarado pelo decreto n.º 10 358, de 31 de agôsto de 1942; a necessidade de serem prontamente explorados, no interêsse da defesa e da economia nacionais, os depósitos de turfa existentes em terrenos alagados em Jacarépaguá (Distrito Federal); e os embaraços opostos àquela exploração por pessoas que se arrogam a posse daqueles terrenos, dificuldades essas que culminaram, há poucos dias, com conflitos a mão armada, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Coordenador da Mobilização Econômica a pesquisar e explorar todos os depósitos de turfa existentes nas terras circunvizinhas às lagoas de Jacarepaguá e Marapendí e dos cursos dágua que nas mesmas desembocam, nas freguesias de Jacarepaguá e Guaratiba, no Distrito Federal, independentemente de quaisquer licenças ou autorizações anteriormente concedidas para pesquisas ou exploração dessas reservas, que ficam, assim, expressamente revogadas e suspensas, no interêsse da Defesa Nacional.

Art. 2.º O Coordenador da Mobilização Econômica só utilizará as áreas indispensáveis aos trabalhos intensivos de exploração da turfa e promoverá os acôrdos necessários às indenizações de benfeitorias e lavouras nas mesmas existentes, devendo ditas áreas ser devolvidas aos legítimos proprietários, tanto que os trabalhos de exploração forem se deslocando para outros locais ou depósitos.

Art. 3.º O Coordenador da Mobilização Econômica conservará, em harmonia com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, os canais de que se utilizar para o transporte da turfa e do material pertinente aos serviços e providenciará de modo que os trabalhos não alterem o plano de saneamento aprovado por aquele Departamento nos terrenos que tiver de explorar.

Art. 4.º Para prosseguir nos trabalhos, o Coordenador da Mobilização Econômica fica autorizado a ocupar imediatamente as áreas onde estão localizados os seus armazéns, escritórios, casas de residência, campos de extração e secagem de turfa, bem como as necessárias para as câmaras de decantação projetadas, que são as seguintes: na testada da Estrada de Guaratiba, a partir da ponte do rio Pavuna, duzentos (200) metros de extensão pelo lado do brejo, fazendo fundos com o rio Pavuna, e daí em diante, cinqüenta (50) metros marginais do mesmo rio Pavuna, até a lagoa de Jacarépaguá; defronte da área precedente da Estrada de Guaratiba, duzentos (200) metros pela testada da Estrada, por duzentos (200) metros de fundos; na outra margem do rio Pavuna, abaixo da ponte, a partir da Estrada, cinqüenta (50) metros marginais até a lagoa de Jacarépaguá; entre os quilômetros 18 e 19 da referida Estrada de Guaratiba, no lugar denominado Portela, duzentos (200) metros, na testada da Estrada, pelo lado do brejo, com fundos até o rio Marinho; e mais os terrenos compreendidos na área limitada por uma linha que partindo da outra margem do rio Marinho, no fundo da área anteriormente descrita, passa pelo Môrro do Portela vai até a Pedra do Urubu e desta, em linha reta, vai até a lagoa de Jacarépaguá, em cuja margem terá, a partir da fóz do rio Marinho, mil (1 000) metros de extensão, seguindo em sentido contrário o dito canal do Marinho, incluindo o Môrro do Amorim ou Ilha Marinho, para encontrar o seu ponto de partida no fundo da área localizada entre os quilômetros 18 e 19 da referida Estrada de Guaratiba.

Parágrafo único. Observar-se-á quanto à utilização dos terrenos descritos neste artigo o mesmo regime previsto no art. 3.º.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.
João de Mendonça Lima.
Apolônio Sales.

(D.O. 6-10-943)

★

Decreto-lei n.º 5 878 — de 4 de outubro de 1943

Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sôbre o seu funcionamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' o Govêrno Federal autorizado a instituir, com patrimônio próprio, uma fundação, denominada "Fundação Brasil Central", destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental.

§ 1.º A União Federal será representada, no ato da instituição da Fundação, pelo Coordenador da Mobilização Econômica.

§ 2.º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e será administrada na forma dos estatutos a serem aprovados, por decreto, pelo Presidente da República.

Art. 2.º A Fundação será instituída com os bens já doados à Expedição Roncador-Xingu, e os estatutos deverão prover a possibilidade de novas doações, seja por entidades públicas, seja por particulares, e a constituição de suas fontes de receita não só pelos recursos que auferir dêsses bens e de sua aplicação, ou de suas atividades, como ainda pelas subvenções que receber do Govêrno Federal e dos Governos, Estaduais ou Municipais.

Art. 3.º A Fundação será dirigida por um Presidente assistido por um Conselho Diretor de dez membros, todos designados pelo Presidente da República.

Art. 4.º O projeto de estatutos, elaborado pelo Presidente, com a assistência do Conselho Diretor, será submetido, dentro de sessenta dias da publicação desta Lei, à aprovação do Presidente da República, ouvido o Procurador Geral do Distrito Federal, a quem cabem as atribuições fiscalizadoras previstas em lei.

Parágrafo único. Os estatutos conterão, obrigatòriamente, cláusula que faculte ao Govêrno a nomeação de uma Junta de Contrôle, para fiscalizar a administração e cujas atribuições também constarão dos estatutos, sem prejuízo da fiscalização normal às fundações estabelecidas na lei civil.

Art. 5.º A Fundação exercerá as suas atividades conformando-se com as disposições de leis, constitucionais e ordinárias, tanto no que se referir a organização e aos poderes dos Estados e Municípios quanto aos assuntos em relação aos quais deva ela interferir por fôrça de suas finalidades; ser-lhe-ão, todavia, reconhecidos os privilégios atribuídos às instituições de utilidade pública, e aqueles que, em matéria de comunicações, transporte e sêlo, assistem às autarquias federais.

Art. 6.º A abertura e o encerramento do data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.
A. de Sousa Costa.
Alexandre Marcondes Filho.

(D.O. 6-10-943)

✶

Decreto-lei n.º 5 894 — de 20 de outubro de 1943

Aprova e baixa o Código de Caça

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Código de Caça que, assinado pelos ministros de Estado, baixa com o presente decreto-lei e cuja execução compete à Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Ficam revogados os decretos-leis ns. 1 210, de 12 de abril de 1939; 1 768, de 11 de novembro de 1939; 2 772, de 11 de novembro de 1940; 3 622, de 17 de setembro de 1941; 3 942, de 17 de dezembro de 1941, e demais disposições em contrário .

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.
A. de Sousa Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Gustavo Capanema.
Joaquim Pedro Salgado Filho

✶

CÓDIGO DE CAÇA

Disposições Preliminares

Art. 1.º A caça pode ser exercida em todo o território nacional, uma vez observadas as disposições dêste Código.

§ 1.º A caça pode ser transitória ou permanentemente proibida nas terras de domínio público ou privado.

§ 2.º Nas terras de domínio privado é necessário para caçar o consentimento expresso ou tácito dos donos respectivos.

Art. 2.º Compete à União legislar privativamente sôbre a caça e a sua exploração.

Parágrafo único. Essa competência não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar prevista na Constituição.

CAPÍTULO I

Da caça e dos caçadores

Art. 3.º Caçar é o ato de perseguir, surpreender ou atrair os animais silvestres, afim de apanhá-los vivos ou mortos.

Parágrafo único. Os animais domésticos que, por abandono, se tornarem selvagens, poderão também ser objeto de caça.

Art. 4.º Para os efeitos dos favores dêste Código, é também considerado ato de caça abater pombos domésticos pelos membros das sociedades de tiro ao vôo, nos "stands" respectivos.

Art. 5.º A caça de quaisquer animais está sujeita às limitações e proibições dêste Código e de portarias e instruções da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 6.º A abertura e o encerramento do período de permissão da caça no território nacional, para as diferentes espécies e regiões, bem como o número de exemplares que poderão ser abatidos pelos caçadores, especialmente no que se refere à caça de campo e de pio, serão fixados anualmente pela Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça.

Art. 7.º O defeso durará sete meses, no mínimo.

Art. 8.º Durante o defeso é vedado transitar com arma de caça.

Parág. único. Ao proprietário rural ou ao seu preposto será, porém, permitido transitar com arma de caça no período de defeso, dentro de sua propriedade, para a defesa de suas lavouras e criações.

Art. 9.º Os animais silvestres considerados nocivos poderão ser abatidos em qualquer tempo, de acôrdo com as instruções da Divisão de Caça e Pesca, aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça.

Art. 10. Os agricultores e criadores ou seus prepostos poderão abater, em qualquer época do ano, animais nocivos, desde que haja dano real à respectiva propriedade e que possa ser comprovada pela fiscalização.

Parágrafo único. Os agricultores e criadores poderão vender os couros e peles de animais nocivos abatidos nas suas propriedades em casos especiais regulamentados por instruções da Divisão de Caça e Pesca, sujeitos à taxa estabelecida em lei.

Art. 11. E' proibida a caça:

a) de animais úteis à agricultura;

b) de pombos correios;

c) de pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte, exceto os nocivos à agricultura;

d) das espécies raras.

§ 1.º Satisfeitas as exigências das instruções da Divisão de Caça e Pesca, poderão ser capturados e mantidos em cativeiro quaisquer animais silvestres.

§ 2.º Anualmente, ao ser fixada a data de abertura e encerramento do período de permissão da caça, serão indicadas quais as espécies comerciáveis.

Art. 12. Caçador é tôda a pessoa que se entrega ao exercício da caça.

§ 1.º O caçador é considerado profissional ou amador:

a) profisional é o que procura auferir lucros com o produto de sua atividade;

b) amador é o que visa fim exclusivamente esportivo.

§ 2.º Não será concedida licença de profissional para a caça de aves, a não ser para os casos de captura autorizados por êste Código.

Art. 13. O exercício da caça é permitido ùnicamente aos maiores de dezoito anos.

Parágrafo único. Podem caçar:

a) os brasileiros natos ou naturalizados;

b) os estrangeiros que estiverem legalmente no país, em caráter permanente ou temporário;

c) os naturalistas, satisfeitas as exigências do art. 26.

Art. 14. A caça, que será exercida tão sòmente por quem se achar habilitado com as licenças previstas neste Código, não se fará:

a) com visgos, atiradeiras, fundas, bodoques, veneno, incêndio ou armadilhas que sacrifiquem a caça;

b) com armas de repetição à bala, de calibre superior a 22, exceto quando se tratar de grande carniceiro em distância superior a três quilômetros de qualquer via férrea ou rodovia pública;

c) nas zonas urbanas, suburbanas, povoados, distritos municipais, quando sedes de capitais ou de cidades populosas, e nas estâncias hidrominerais;

d) nos açudes de domínio público, bem como nos terrenos adjacentes, em uma faixa anualmente fixada pela portaria de caça;

e) numa faixa de um quilômetro de cada lado do leito das vias férreas e rodovias públicas;

f) nas zonas destinadas a parques de criação e de refúgio ou santuários;

g) nos jardins zoológicos, nos parques e jardins públicos;

h) fora do período de permissão de caça.

Parágrafo único. A caça noturna em período próprio poderá ser restringida ou vedada pela Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça.

Art. 15. A apanha e a destruição de ninhos, esconderijos naturais, ovos e filhotes de animais silvestres não serão permitidas.

Parágrafo único. A juízo da Divisão de Caça e Pesca poderá, entretanto ser permitida a apanha de ovos e de filhotes para criadeiras e a sua destruição, desde que se trate de animais daninhos.

CAPÍTULO II

Das socidedades de caça e de tiro ao vôo

Art. 16. As sociedades de caça e as de tiro ao vôo terão, no mínimo, quinze sócios contribuintes e só funcionarão vàlidamente após a aquisição da personalidade jurídica, na forma da lei civil e o registo na Divisão de Caça e Pesca.

Art. 17. Concederá o Govêrno Federal, quando julgar conveniente, prêmios de animação às sociedades referidas no artigo anterior, bem como o direito de importarem para uso exclusivo dos sócios armas de caça e esporte e cartuchos vasios ou carregados que não tenham similiares no Brasil.

Art. 18. As sociedades de tiro ao vôo poderão abater, em qualquer época do ano, mas ùnicamente em seus "stands", pombos domésticos comuns, desde que se obriguem a doar às casas de caridade oitenta por cento dos abatidos em cada exercício ou concurso.

Art. 19. As sociedades de tiro ao vôo com "stands" de tiro poderão requisitar à Divisão de Caça e Pesca, para os associados respectivos, uma licença especial para trânsito com arma de caça e de esporte, durante o defeso e dentro de perímetro determinado, cabendo à Divisão de Caça e Pesca comunicar à Polícia Civil os nomes dos favorecidos com essa licença.

CAPÍTULO III

Dos parques de criação e de refúgio

Art. 20 A União, os Estados e os Municípios estimularão, pela maneira que julgarem mais convenientes, a formação de fazendas, sítios ou granjas para criação de animais silvestres.

Art. 21. Serão destinadas terras públicas do domínio da União, dos Estados e dos Municípios, a juízo dos respectivos Governos, a parques de criação e de refúgio.

Parágrafo único. A União poderá reconhecer, em qualquer tempo, como nacionais, os parques criados pelos Estados e pelos Municípios.

Art. 22. Mediante solicitação dos proprietários, poderão ser equiparados a parques de refúgio estabelecimentos rurais que possuam aguadas e reservas florestais.

CAPÍTULO IV

Das licenças

Art. 23. Para o exercício da caça e do tiro ao vôo são necessárias duas licenças: uma para o trânsito com arma de caça, expedida pela Polícia Civil, e outra para o exercício da caça ou tiro ao vôo, concedida pela Divisão de Caça e Pesca ou repartições devidamente autorizadas, mediante a apresentação da primeira.

Parágrafo único. Os caçadores quando oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militares ficam isentos da apresentação da licença para trânsito com arma de caça a que se refere êste artigo.

Art. 24. O Ministério da Agricultura poderá entrar em entendimento com o da Fazenda para o licenciamento de caçadores, por intermédio das repartições arrecadadoras federais.

Art. 25. A licença para o trânsito com arma de caça e a destinada ao exercício da caça e tiro ao vôo terão caráter pessoal e intransferível, valendo em todo o território nacional, durante o ano em que forem expedidas.

Art. 26. E' facultado à Divisão de Caça e Pesca conceder a cientistas pertencentes ou indicados por instituições científicas, oficiais ou oficializadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos.

§ 1.º Em se tratando de cientistas estrangeiros deverá o pedido de licença ser encaminhado à Divisão de Caça e Pesca, por intermédio de instituição científica oficial do país.

§ 2.º As instituições a que se refere êste artigo, para efeito da renovação anual da licença, darão ciência à Divisão de Caça e Pesca, por meio do relatório sucinto, das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

§ 3.º As licenças referidas neste artigo não poderão ser utilizadas para fins comerciais ou esportivos.

Art. 27. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil ouvirá a Divisão de Caça e Pesca tôda a vez que, nos processos em julgamento, houver matéria referente à caça.

CAPÍTULO V

Do Conselho Nacional de Caça

Art. 28. O Conselho Nacional de Caça será constituído de quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por indicação do ministro da Agricultura, sendo;

a) um representante da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;

b) um representante do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura;

c) um zoólogo, professor de um dos institutos do Ministério da Agricultura;

d) um jurista.

§ 1.º O diretor da Divisão de Caça e Pesca poderá assistir às sessões e debater os assuntos levados à consideração do Conselho.

§ 2.º Ao diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal aplica-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 29. O conselheiro que faltar, sem causa justificada, a cinco sessões ordinárias consecutivas do Conselho, perderá o cargo, devendo ser o fato levado ao conhecimento do ministro da Agricultura, para efeito de exoneração.

Art. 30. Servirá de secretário do Conselho um oficial administrativo do Ministério da Agricultura.

Art. 31. Ao Conselho Nacional de Caça incumbe:

a) sugerir ao ministro da Agricultura, justificadamente, qualquer emenda ou alteração em dispositivo dêste Código;

b) aprovar instruções da Divisão de Caça e Pesca para atividades de caçadores ou de pessoas que se ocupem com os negócios decorrentes da caça;

c) opinar, sempre que isso lhe fôr determinado pelo Govêrno, sôbre as matérias de que trata êste Código;

d) emitir parecer sôbre os assuntos que lhe forem submetidos pela Divisão de Caça e Pesca;

e) patrocinar competições de caça e de tiro ao vôo;

f) promover a Festa da Ave, anualmente, com o concurso de institutos de ensino, públicos e particulares;

g) organizar congressos de caça e exposições de cães de caça, armas, petrechos e trofeus de caça;

h) desempenhar as atribuições que lhe devam caber em conseqüência de dispositivos dêste Código.

Parágrafo único. O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, devendo submetê-lo à aprovação do ministro da Agricultura.

CAPÍTULO VI

Do Comércio e da Indústria

Art. 32. Ficam obrigados a registo na Divisão de Caça e Pesca as firmas e emprêsas que negociem:

a) em couros, peles e penas de animais silvestres;

b) em borboletas e outros insetos ornamentais, bem como em curiosidades com êles feitas;

c) em animais silvestres vivos;

d) em animais silvestres preparados ou seus produtos.

§ 1.º A Divisão de Caça e Pesca baixará instruções aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça, que regulem tôdas as formas e modalidades de comércio a que se refere êste artigo.

§ 2.º Nas instruções reguladoras do registo das firmas e emprêsas que comerciem em animais silvestres vivos, poderá a Divisão de Caça e Pesca criar, a título de licença, uma taxa anual para as diferentes formas de tal comércio.

Art. 33. As firmas e emprêsas registadas ficam obrigadas à apresentação de declarações de estoques e valores nos períodos designados pela Divisão de Caça e Pesca, sob as penas dêste Código.

Art. 34. Durante o defeso é terminantemente proibida a aquisição de couros e peles de animais silvestres.

Parágrafo único. Não se compreendem neste artigo os couros e peles constantes de estoques já declarados e as compras realizadas em regiões onde, a juízo do Conselho Nacional de Caça, não haja desvantagem, para a fauna silvestre nacional, em caçar permanentemente e existam indivíduos que, nessa ocupação, encontrem meios de subsistência.

Art. 35. O transporte de couros e peles de animais silvestres, durante o defeso, será regulado em instruções baixadas pela Divisão de Caça e Pesca e aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça.

§ 1.º A Divisão de Caça e Pesca tornará público, anualmente, o período em que as emprêsas de transporte não poderão conduzir peles de animais silvestres, nas diferentes regiões do país.

§ 2.º Ao infrator do disposto neste artigo é aplicável multa, além da apreensão do material transportado.

Art. 36. A Divisão de Caça e Pesca, com a aprovação do Conselho Nacional de Caça, determinará o tamanho mínimo de couros e peles de cada espécie, afim de que seja permitido o seu comércio.

§ 1.º Êsse tamanho será fixado pela medida feita da ponta do focinho à base da cauda.

§ 2.º Todos os couros e peles encontrados em desacôrdo como o estabelecido neste artigo serão apreendidos, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa.

Art. 37. Verificada a contumácia pelas reincidências, será cassado o registo a que se refere o art. 32, além de multa prevista.

Art. 38. E' expressamente proibido o comércio de couros e peles de espécies raras ou protegidas, especialmente de anta, de cervo e de lobo.

Art. 39. O negócio com peles de anfíbios anuros (sapos, rãs, pererécas), de pequenos lacertílios e de cobras, exceto as nocivas, só será permitido quando provierem de criadeiros registados na Divisão de Caça e Pesca, ou se forem originárias de regiões do país onde, a juízo do Conselho Nacional de Caça, haja conveniência em consentir nessa atividade.

Parágrafo único. Os grandes lacertílios poderão ser considerados caça, a juízo do Conselho Nacional de Caça.

Art. 40. O comércio de peles de nútrias (ratão do banhado), lontras e ariranhas ou de quaisquer animais que precisem proteção poderá ser proibido anualmente, por deliberação do Conselho Nacional de Caça, desde que as peles não provenham de criadeiros registados.

Art. 41. O Govêrno incentivará a construção de criadeiros de animais silvestres, especialmente de nútrias (ratões do banhado), perdizes, anuros e lacertílios.

§ 1.º Serão fornecidos gratuitamente aos interessados os planos dêsses criadeiros e as instruções para o seu funcionamento.

§ 2.º A venda dos animais ou dos sub-produtos respectivos, procedentes dêsses criadeiros, é livre em qualquer época do ano, mediante guia de autorização da Divisão de Caça e Pesca, que será fornecida gratuitamente.

Art. 42. Só será permitido o transporte, interestadual e para o exterior, de animais silvestres em cativeiro, quando êstes se acharem acompanhados de certificados de sanidade e de trânsito, expedidos pelas repartições competentes.

Art. 43. O registo, o funcionamento e o abastecimento das fábricas de conservas de caça serão regulados por instruções especiais baixadas pela Divisão de Caça e Pesca e aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça.

§ 1.º Durante o defeso fica terminantemente proibida a aquisição de caça, salvo quando proveniente de criadeiros ou das regiões a que se refere o parágrafo único do artigo 34.

§ 2.º A Divisão de Caça e Pesca poderá proibir, temporária ou definitivamente, a fabricação de conservas de determinadas espécies de animais silvestres.

Da fiscalização

CAPÍTULO VII

Art. 44. A fiscalização da caça caberá, em todo o território nacional, à Divisão de Caça e Pesca e às repartições congêneres dos Estados que possuam delegação de competência.

§ 1.º Poderão ser incumbidos dessa fiscalização os funcionários da Uinão, dos Estados e dos Municípios e, dentro das respectivas propriedades, os proprietários rurais ou seus prepostos e guardas-caça.

§ 2.º Os guardas-caça a que se refere o parágrafo anterior serão pagos pelos respectivos proprietários e, só depois de registrados na Divisão de Caça e Pesca, poderão exercer as funções.

Art. 45. A Polícia Civil e as Prefeituras Municipais são obrigadas a cooperar na fiscalização da caça.

Art. 46. Às pessoas legalmente incumbidas da fiscalização prevista neste Código é vedado o trânsito com arma de caça, bem como o exercício desta sob qualquer forma.

§ 1.º As pessoas de que trata êste artigo terão, entretanto, direito, no exercício de suas funções, ao porte de armas de defesa, ficando equiparadas aos agentes de segurança pública e aos oficiais de justiça, cabendo-lhes em relação à polícia de caça os mesmos deveres e atribuições.

§ 2.º A Polícia Civil concederá, gratuitamente, a licença para porte de arma às pessoas de que trata o presente artigo.

Art. 47. As pessoas legalmente incumbidas da fiscalização da caça terão autoridade para autuar e prender os infratores dêste Código.

Parágrafo único. Sempre que em virtude de desacato ou outros crimes cometidos no exercício da caça ou de sua fiscalização se fizer necessária a prisão do contraventor, êste deverá ser recolhido à delegacia mais próxima, onde ficará à disposição da autoridade competente para a formação do processo respectivo.

CAPÍTULO VIII

Da tributação

Art. 48. As licenças para caçar, quer sejam para abater ou para capturar animais silvestres, pagarão ùnicamente em sêlo Pro-fauna uma taxa de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), as de profissionais, de Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros), as de amadores nacionais ou de estrangeiros com residência permanente no país e de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais as de turistas.

Parágrafo único. Os proprietários rurais ou seus prepostos, para que possam vender couros e peles de animais silvestres nocivos às suas lavouras ou criações, ficam sujeitos ao pagamento da taxa anual de Cr$ 40,00 (quarenta cruzeiros).

Art. 49. No requerimento para concessão da licença de que trata o art. 19 dêste Código será aposto um sêlo Pro-fauna de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Art. 50. Todos os requerimentos, defesas, memoriais, atos, têrmos e documentos referentes à caça, quer se processem perante repartições administrativas da República, quer perante o Juízo Criminal, estarão sujeitos ao sêlo Profauna, no valor de Cr$ 0,20 (vinte centavos) por fôlha.

Art. 51. Todos os cartuchos de papelão e metal, de procedência estrangeira, vasios ou carregados, para caça, calibre 36 (inclusive) a 12 ou superior, ficarão sujeitos ao sêlo Profauna, no valor de Cr$ 0,02 (dois centavos) por cartucho.

Parágrafo único. As autoridades policiais não poderão autorizar a retirada do material a que se refere êste artigo das Alfândegas, Trapiches ou Depósitos alfandegados, sem que tenha sido pago na respectiva guia de permissão ou fatura consular o sêlo Pro-fauna devido.

Art. 52. A exportação de couros e peles, penas, lepidópteros ou objetos com êles feitos só será permitida mediante o pagamento de uma taxa *ad-valorem* que não poderá exceder de 10% (dez por cento), de acôrdo com a tabela que a Divisão de Caça e Pesca elaborar, com base no valor oficial do produto, e aprovada pelo Conselho Nacional de Caça.

Parágrafo único. Ficam isentos da taxa os couros, peles, penas, lepidópteros e outros insetos ornamentais, quando provenientes de criadeiros registados na Divisão de Caça e Pesca, bem como os couros e peles curtidos no país.

Art. 53. A exportação de animais silvestres vivos ou preparados e de seus produtos só será permitida mediante pagamento, em sêlo Pro-fauna, de uma taxa que variará, para as diferentes espécies, de acôrdo com a tabela elaborada pela Divisão de Caça e Pesca e aprovada pelo Conselho Nacional de Caça.

Art. 54. As guias de trânsito de que trata êste Código serão equiparadas aos atestados, para efeito de pagamento de imposto do sêlo.

Art. 55. O transporte interestadual de animais silvestres, a que se refere o artigo 42, estará sujeito a uma taxa, em sêlo Pro-fauna, que variará de Cr$ 0,10 (dez centavos) a Cr$ 2,00 (dois cruzeiros), por exemplar, de acôrdo com a espécie e a tabela organizada pela Divisão de Caça e Pesca e aprovada pelo Conselho Nacional de Caça.

Art. 56. O registo das firmas e emprêsas a que se referem as alíneas *a*, *b* e *d* do art. 32, será feito com a observância do disposto neste Código e pagamento de Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros) em sêlo Pro-fauna.

Parágrafo único. O registo das firmas e emprêsas a que se refere a alínea *c* do art. 32 fica sujeito às instruções que forem baixadas pela Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça, devendo ser fixada, nessas instruções, a título de licença, uma taxa anual para as diferentes formas de tal comércio.

Art. 57. Far-se-á, com a cobrança da taxa de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros), paga em sêlo Profauna, o registo dos criadores.

Art. 58. A taxa Pro-fauna será arrecadada em sêlo adesivo ou por verba.

Art. 59. A aposição e inutilização do zêlo adesivo Pro-fauna, a que se refere o artigo anterior, obedecerão às normas estabelecidas no Regulamento da Lei do Sêlo.

Art. 60. A Casa da Moeda, de acôrdo com o regime prescrito no Regulamento do Sêlo, imprimirá, ouvido o Conselho Nacional de Caça, estampilhas especiais e simbólicas do sêlo Profauna, que terão curso geral e serão emitidas para emprêgo sem prazo pré-estabelecido.

Art. 61. O produto da arrecadação em sêlo Profauna será escriturado, em título próprio, como Receita Geral da União.

Art. 62. Dentro dos limites da arrecadação produzida pelo sêlo Pro-fauna será consignada, anualmente, no orçamento da despesa do Ministério da Agricultura, a dotação necessária ao desenvolvimento do programa organizado pela Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, com a aprovação do Conselho Nacional de Caça, e que consistirá na formação e fiscalização de refúgios para animais da fauna indígena, bem como:

a) na instalação e fiscalização dos Entrepostos de Couros, Peles e Penas de animais silvestres;

b) em prêmios de animação aos criadeiros de animais silvestres registados na Divisão de Caça e Pesca;

c) na organização dos serviços de fiscalização do exercício da caça;

d) na propaganda e divulgação de programas de proteção à fauna;

e) na execução do disposto nas alíneas *e*, *f* e *g* do art. 31;

f) em outros mistéres julgados importantes pelo Conselho Nacional de Caça.

CAPÍTULO IX

Das infrações em geral e dos infratores

Art. 63. As infrações dos dispositivos dêste Código, dos regulamentos e das portarias e instruções em virtude dêles expedidas são consideradas contravenções e puníveis na forma prevista no presente capítulo.

§ 1.º Os contraventores estão sujeitos, em qualquer caso, à cassação de licença para caçar, à apreensão e perda das armas e dos instrumentos venatórios e dos animais caçados, e à pena pecuniária conversível, no caso de segunda infração, em prisão celular, na forma do art. 72.

§ 2.º As armas apreendidas em poder de contraventores serão remetidas com ofício às autoridades policiais, fazendo-se menção de suas características e, quando possível, do nome de seu fabricante, marca, espécie, número e calibre.

Art. 64. As infrações do disposto nos artigos 1.º, § 2.º, 8.º, 10.º, parágrafo único, 15, 23, 25, 33, 39, 42 e 48, parágrafo único, serão punidas com a multa de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros).

Art. 65. As infrações do disposto nos arts. 11, 14, 26, § 3.º, 32, 34, 36, 38, 40 e 43 serão punidas com a multa de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

Art. 66. Incorrerá na multa de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) o proprietário de mercearia, hotel, restaurante, pensão ou bar que entregar ao consumo aves silvestres nacionais, desde que estas não provenham de estabelecimentos de criação registados na Divisão de Caça e Pesca.

Art. 67. O caçador amador que negociar com o produto de sua caça será punido com a multa de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros).

Art. 68. O infrator do art. 1.º, § 2.º, perderá a caça para o proprietário do terreno onde caçar sem consentimento, ficando sujeito, além da multa prevista no art. 64, às penalidades civís que no caso couberem.

Art. 69. Os couros, as peles, as penas de animais silvestres, bem como as borboletas e insetos ornamentais que transitarem em desacôrdo com as instruções da Divisão de Caça e Pesca, serão apreendidos.

§ 1.º Estão igualmente sujeitos à apreensão os animais silvestres, vivos ou mortos, que transitarem ou forem mantidos em cativeiro, contra as instruções da Divisão de Caça e Pesca.

§ 2.º Os produtos a que se refere êste artigo, quando apreendidos, poderão ser vendidos, doados ou inutilizados, a juízo da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 70. A infração do art. 46, quando cometida por guarda fiscal ou vigia da Divisão de Caça e Pesca, será punida de acôrdo com as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

§ 1.º Quando a infração for praticada por guarda-caça particular, ser-lhe-á aplicada a multa de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) e no caso de reincidência, cassado o registo.

§ 2.º O proprietário ou seu preposto que fornecer armas de caça ao guarda-caça de sua propriedade ou for com êste conivente nas contravenções dêste Código, será passível da mesma multa, cobrada em dôbro aos reincidentes.

Art. 71. Os funcionários que contribuírem para a infração do disposto no Capítulo VIII dêste Código ficarão sujeitos à multa de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), independentemente de outras penalidades de lei.

Art. 72. No caso de segunda infração, tôdas as penas pecuniárias previstas nesta lei, não pagas ou não depositadas judicialmente dentro de 48 horas, a contar da condenação, serão conversíveis em prisão celular, que não poderá exceder de 60 dias.

Art. 73. Os funcionários e extranumerarios da Divisão de Caça e Pesca, os guardas-caça particulares, as autoridades administrativas ou policiais da União, dos Estados e dos Municípios e seus agentes ou qualquer pessoa do povo, podem efetuar a prisão em flagrante de contraventores dos dispositivos dêste Código, conduzindo-os à repartição policial mais próxima à disposição da autoridade competente para o processo.

Art. 74. O processo por infração do art. 1.º, § 2.º, poderá ser iniciado mediante queixa ou denúncia do dono ou locatário do imóvel, de seu preposto ou procurador, à Divisão de Caça e Pesca ou à autoridade administrativa regional com a competência delegada de acôrdo com o decreto-lei n.º 1 159, de 15 de março de 1939, ou policial.

Art. 75. Os funcionários e extranumerários encarregados da fiscalização da caça e, na falta dêstes, as autoridades policiais, lavrarão autos de tôdas as infrações referidas neste Código e nos regulamentos, portarias e instruções em vigor.

§ 1.º O auto será lavrado dentro de 24 horas, em 2 vias e subscrito pela autoridade competente e, quando possível, pelo infrator e por duas testemunhas — dêle devendo constar o nome do infrator, a natureza da infração, a data e o local onde a mesma se virificou.

§ 2.º A primeira via do auto será remetida, em 48 horas, à Divisão de Caça e Pesca, ou à autoridade administrativa regional com a competência delegada na forma do artigo 74, para o seguimento do processo, e a 2.ª via será entregue ou remetida ao infrator pelo correio, em igual prazo.

Art. 76. O infrator será notificado para apresentar, dentro do prazo de 10 dias, a sua defesa, a qual será remetida à Divisão de Caça e Pesca, por intermédio da repartição indicada por quem expedir a aludida notificação.

Art. 77. A repartição a que se refere o artigo anterior comunicará imediatamente à Divisão de Caça e Pesca ou autoridade competente para o processo, por meio de telegrama, o recebimento da defesa, encaminhando-a devidamente, sem perda de tempo.

§ 1.º A repartição a que se refere o art. 76 tomará conhecimento da defesa, encaminhando-a com a necessária informação, quando o auto de infração for lavrado em zona sob a sua jurisdição.

§ 2.º Recebida a defesa, será esta anexada aos autos de infração.

Art. 78. O despacho deverá ser proferido no prazo de 48 horas, contado da conclusão do processo à autoridade julgadora.

Art. 79. Dentro de 15 dias, a contar da notificação no *Diário Oficial*, poderá o infrator recorrer:

a) para a Divisão de Caça e Pesca do despacho de autoridades com competência delegada;

b) para o ministro da Agricultura, por intermédio do diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal, do despacho da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 80. Caracterizará a revelia do infrator a falta de comunicação, em tempo hábil, da remessa da defesa.

Parágrafo único. Findo o prazo de 40 dias, contados da data em que foi enviada a defesa, e não tendo sido esta recebida, a Divisão de Caça e Pesca julgará o processo obedecendo ao mesmo prazo em relação ao julgamento dos reveis.

Art. 81. O proprietário, possuidor ou locador do imóvel, por si ou por preposto ou procurador, e as autoridades descriminadas no art. 74 poderão recorrer no prazo de 15 dias do despacho que absolver o infrator ou deixar de aplicar multa.

Art. 82. Decorrido o prazo para recurso do despacho que impuser a multa ou confirmada esta pela Divisão de Caça e Pesca ou pelo ministro da Agricultura, será a mesma inscrita como dívida ativa.

Art. 83. No caso de segunda infração julgada definitivamente e não sendo paga a multa dentro de 48 horas, a autoridade administrativa remetará os respectivos autos ao juízo da Comarca ou Têrmo onde a mesma se houver verificado para a aplicação da pena, na forma do art. 72 e da legislação em vigor.

Art. 84. Os crimes cometidos no exercício da caça e os que com esta se relacionarem serão punidos de acôrdo com os preceitos do Código Penal que lhes forem aplicáveis.

Art. 85. O contraventor preso em flagrante, que resistir violentamente, se não for primário, será sempre punido no gráu máximo.

Art. 86. Os contraventores, autores ou cúmplices de crimes cometidos no exercício da caça, ou que com êste se relacionarem, serão processados e julgados de acôrdo com os preceitos do Código do Processo Penal que lhes forem aplicáveis.

Parágrafo único. A competência de juízo será determinada nas leis de organização judiciária.

Art. 87. As multas decorrentes de infrações dos preceitos dêste Código serão cobradas em sêlo por verba, sob o título "Pró-fauna".

Parágrafo único. A prova de pagamento do sêlo "Pró-fauna", quando referente a multas, deverá constar da fôlha do processo que contiver o último têrmo.

CAPÍTULO XI

Das disposições gerais

Art. 88. Os conselheiros mencionados no art. 28 terão direito a uma diária de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros) por sessão a que comparecerem, não podendo, entretanto, perceber mais de mil cruzeiros por mês.

Art. 89. A Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça, baixará instruções referentes:

a) a permuta ou venda de animais silvestres destinados aos parques de criação;

b) às armadilhas ou aparêlhos com que devam ser capturados os animais destinados a êsses parques, segundo as espécies dos mesmos;

c) à enumeração das espécies de animais úteis à agricultura;

d) à fiscalização dos criadeiros;

e) às instalações e cláusulas utilizadas no transporte e na manutenção, em cativeiro, de animais silvestres.

Art. 90. O Govêrno poderá delegar aos Estados as atribuições fiscais dêste Código.

Art. 91. Os casos omissos no presente Código serão resolvidos pelo ministro da Agricultura, ouvido o Conselho Nacional de Caça.

Art. 92. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1943.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.
Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Gustavo Capanema.
Joaquim Pedro Salgado Filho

(D.O. 23-10-943)

Decreto-lei n.º 5 901 — de 21 de outubro de 1943

Dispõe sôbre as normas nacionais para a revisão qüinqüenal da divisão administrativa e judiciária do país.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º À legislação orgânica nacional que regula a revisão dos quadros territoriais das Unidades da Federação, a ser feita qüinqüenalmente pelos Governos respectivos ficam incorporados os preceitos desta lei.

Art. 2.º As leis qüinqüenais regionais de divisão territorial — administrativa e judiciária — serão baixadas pelos Governos das Unidades Federadas até 3 de novembro dos anos de milésimo 3 e 8.

Art. 3.º A divisão territorial brasileira não poderá ser modificada durante o qüinqüênio de vigência, nem na parte judiciária, nem na parte administrativa a não ser nos casos expressamente previstos no decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

Art. 4.º No preparo da lei qüinqüênal, a que se referem os artigos anteriores, serão observadas em cada Unidade da Federação durante o ano de referência, as seguintes normas:

I — Para o estudo da revisão do quadro territorial correspondente, não só quanto à sua composição, como também quanto à delimitação e toponímia dos seus elementos, o Govêrno de cada Unidade Federativa designará uma Comissão que apresentará ao Govêrno o respectivo projeto até 30 de maio.

II — O Govêrno da Unidade Federativa, depois de ouvir o respectivo Conselho Administrativo, encaminhará ao Conselho Nacional de Geografia o projeto elaborado, de modo que êste dê entrada na Secretaria Geral do mesmo Conselho no Rio de Janeiro, até 30 de julho.

III — Caberá ao Conselho fazer o cotêjo geral dos projetos, restituí-los aos Governos respectivos até 30 de setembro, promovendo as adaptações que se fizerem necessárias, à fiel observância, no conjunto nacional, dos preceitos gerais previstos na legislação, e encaminhá-los, a seguir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os fins previstos no art. 32, item XIX, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

IV — Ultimadas as providências necessárias, o Govêrno da Unidade Federativa baixará a lei de fixação do quadro territorial para o qüinqüênio seguinte, determinando ao mesmo tempo o início de sua vigência a 1.º de janeiro, com a solene comemoração em tôdas as sedes municipais do "Dio do Município", segundo o ritual assentado por proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Art. 5.º O disposto no artigo anterior prevalecerá no preparo das leis regionais que fixarão, no corrente ano, a divisão territrial das Unidades da Federação, a vigorar inalteràvelmente no qüinqüênio de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948.

§ 6.º Incluir-se-ão em os novos quadros territoriais, como sub-distritos, as atuais "zonas" judiciárias que não forem expressamente suprimidas.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.
João de Mendonça Lima.

(D.O. 23-10-943)

★

Decreto-lei n.º 5 907 — de 21 de outubro de 1943

Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Govêrno de Guatemala, da Convenção da União Postal das Américas e Espanha; do Protocolo Final; do Regulamento de Execução e do Acôrdo relativo a Encomendas Postais, firmados no Panamá, a 22 de dezembro de 1936, por ocasião do IV Congresso da União Postal das Américas e Espanha.

O Presidente da República faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Govêrno de Guatemala, da Convenção da União Postal das Américas e Espanha; do Protocolo Final; do Regulamento de Execução e do Acôrdo relativo a Encomendas Postais, firmados no Panamá, a 22 de dezembro de 1936, por ocasião do IV Congresso da União Postal das Américas e Espanha de conformidade com a nota da Legação de Panamá, de 15 de setembro do corrente ano, e com a Ata do depósito de ratificação, cujas traduções oficiais acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Osvaldo Aranha.

(D.O. 23-10-943)

(Nota: *Na mesma edição do Diário Oficial está publicada a ata do Depósito do instrumento de ratificação, a que se refere o Decreto-lei acima*).

✶

Decreto-lei n.º 5 908 — de 22 de outubro de 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 5 000 000,00 para despesas com a construção da ponte internacional sôbre o rio Uruguai.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros (Cr$ 5 000 000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com o prosseguimento da construção da ponte internacional "Brasil-Argentina", sôbre o rio Uruguai.

Art. 2.º Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Osvaldo Aranha.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 25-10-943)

✶

Decreto-lei n.º 5 933 — de 27 de outubro de 1943

Prorroga o prazo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n.º 5 584, de 17 de junho de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 30 de novembro do corrente ano o prazo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n.º 5 584, de 17 de junho de 1943, para apresentação ao Tribunal de Contas do relatório circunstanciado das operações do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", pertinentes ao exercício de 1942.

Art. 2.º Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

(D.O. 29-10-943)

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

✶

Decreto-lei n.º 5 934 — de 27 de outubro de 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 130 000,00, para pagamento à Comissão Interina de Alimentação e Agricultura, de Washington.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de cento e trinta mil cruzeiros (Cr$ 130 000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição do Brasil para a instalação da Comissão Interina de Alimentação e Agricultura, de Washington.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Osvaldo Aranha.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 29-10-943)

✶

Decreto-lei n.º 5 941 — de 28 de outubro de 1943

Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Ponta Porã, (C.A.N.D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300 000 (trezentos mil) hectares.

Art. 2.º As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso, compreendida na Verba 5 — Obras, desapropriação, etc. Consignação I — Obras — Subsconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão de obras, etc. 21) D.N.P.V. — 04) D.T.C. —a) Prosseguimento de obras das Colônias Agrícolas Nacionais — d) Mato-Grosso, do orçamento geral da União para o corrente

exercício e observadas as disposições do decreto-lei n.º 5 562, de 9-6-1943.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales

(D.O. 3-11-943)

★

Decreto-lei n.º 5 946 — de 28 de outubro de 1943

Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr$ .... 1 000 000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão de cruzeiros (Cr$ 1 000 000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo n.º 5 do decreto-lei n.º 5 120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 3 — Serviços e encargos

Consignação I — Diversos

	Cr$
S/c. n.º 06 — Auxílios, contribuições e subvenções	
01 — Auxílios	
a) Auxílio a ser concedido na forma do decreto n.º 24 609, de 6-7-34	
a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico	1 000 000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere êste artigo se destina ao fim especial do levantamento previsto no decreto-lei n.º 4 736, de 23 de setembro de 1942.

Art. 2.º Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 30-10-943)

★

Decreto-lei n.º 5 950 — de 29 de outubro de 1943

Modifica o art. 16 do decreto-lei n.º 5 839, de 21-9-43, que dispõe sôbre a administração dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 16 do decreto-lei n.º 5 839, de 21-9-43, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Aos militares que forem mandados servir na administração dos Territórios serão concedidas as vantagens asseguradas por lei ao exercício da comissão militar nas regiões de fronteira".

Art. 2.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Apolônio Sales
Gustavo Capanema
Joaquim Pedro Salgado Filho

(D.O. 1-11-943)

★

ATOS DIVERSOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho Florestal Federal

Parecer do conselheiro Adrião Caminha Filho, aprovado por unanimidade em sessão do dia 3 de setembro de 1943.

As caatingas, as vegetações costeiras e as de taboleiros, são formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem e enquadram-se, assim, nos dispositivos do Código Florestal (artigos 2.º e 4.º).

O desenvolvimento natural das matas derrubadas não é considerado, pelo Conselho Florestal Federal, como um sistema de reflorestamento.

Sr. presidente.

O Conselho Florestal do Estado de Sergipe, pelo seu presidente, encaminhou a êste Conselho um memorial onde analisa a situação do referido Estado que oferece o mais baixo índice de porcentagem de matas entre os demais do país. E cita o consumo de 500 000 toneladas de lenha e 18 500 de bambu, pelas suas 78 fábricas e 72 engenhos de açúcar, 1 usina elétrica de Aracaju; 7 usinas de luz e fôrça particulares, 16 municipais, 11 fábricas de tecidos e a Estrada de Ferro Leste Brasileiro. Há, ainda, a acrescentar outras indústrias como sejam de beneficiamento do algodão, de óleo de côco, de óleo de mamona, fábricas de bebidas, de farinha, distilarias de aguardente, olarias, caieiras, serrarias, padarias, etc., etc., que não foram computadas na estatística citada. A Leste Brasileiro, sòmente êste ano, necessita para a remodelação de suas linhas de 70 000 dormentes e tôda essa quantidade é extraída das matas remanescentes, principalmente no município de Pôrto de Fôlha, às margens do rio São Francisco, dormentes êsses de aroeira e de braúna.

Informa mais, que o Govêrno do Estado, em 27 de abril último, baixou o decreto-lei n.º 186, sôbre o reflorestamento, sem todavia, cessarem as explorações clandestinas.

O secretário geral do Estado, por sua vêz, tomou enérgicas providências junto às prefei-

turas municipais, no sentido da observância à lei e determinou o registo obrigatório dos exploradores e a obrigação do plantio de uma árvore por tonelada de madeira cortada, que exceder de 500 toneladas anuais.

Essa a primeira parte do citado memorial.

Em seguida, solicita esclarecimentos, para melhor cumprir o Código Florestal, sôbre as *caatingas*, se são consideradas matas ou florestas; sôbre a vegetação *costeira* e os *taboleiros*, se estão também incluídos nessa classificação e se podem ser considerados como florestas de rendimento. E pergunta: que utilidade têm as *caatingas* para as terras, de modo que se possa considerá-las matas, além dos indivíduos que as constituem serem diferentes dos das mata? A vegetação *costeira* onde se encontram as mirtáceas = pitanga, araçá; as anacardiáceas = cajús, pode ser considerada mata? A vegetação típica de sólos silicosos, as terras de apicuns e as salgadas? também as mangáceas? Que utilidade têm essas vegetações raquíticas às terras? E diz: não são essências de terras pròpriamente ditas de matas, são tipos de vegetação de caráter comum que os diferencia perfeitamente dos terrenos de matas.

Em 1939, Sr. presidente, tive oportunidade de abordar perante êste Conselho sôbre a situação florestal do Estado de Sergipe e entre outras considerações, dizia:

A situação de Sergipe é daquelas que exige e impõe medidas imediatas e enérgicas. A devastação de suas matas tem sido impiedosa e radical e jamais existiu a preocupação de restauração artificial ou de sua reconstituição natural. Há que atender também aos sólos daquele Estado que, em geral, assentam em grande parte, sôbre um sub-solo impermeável, do marga ou de calcáreo estratificado, granuloso ou em folhelhos horizontais e sinclinais. São assim, aqueles sólos na sua maioria argilosos, precários, de vida limitada se não se atender ao regime do reflorestamento, restaurando-os para sua produtividade.

Os rios, dêsde as suas nascentes, acham-se desprotegidos de florestas marginais, a que chamamos de pestanas, correndo as suas águas ensolaradas com o regime de auto-depuração que lhe promove e facilita o ambiente florestal. As suas margens, sem elementos de sustentação, desbarracam-se, alargam-se, aterram-se os leitos. Nas grandes chuvas as inundações são o corolário com os prejuízos decorrentes. E citava o consumo de lenha pelas suas 250 fábricas, pela usina de fôrça e luz de Aracaju que só ela consumia, naquela época, 35 toneladas mensais de lenha ou seja, aproximadamente 12 775 toneladas por ano e pela Leste Brasileiro. Por tôdas as zonas servidas por esta estrada não existem matas e por todo seu perímetro, num ráio de quilômetros, não pode haver sequer a reconstituição natural porque as pingues capoeiras e capoeirões e até mesmo os carrascais são abatidos para ocorrer ao consumo que exige aquela via férrea. A extração de lenha para essa finalidade e outras, principalmente para certas fábricas de tecidos, é feita por todos os meios e modos, seja nas zonas de via férrea, seja ao correr das margens dos rios, onde o mangue é fracamente aproveitado. Nos terrenos de aforamento o corte do mangue é comum e também algumas vêzes, nos de marinha onde isso é proibido. A devastação dos mangues é de transcendental importância pois que êles têm uma tríplice ação: na conservação e consolidação das margens dos rios, nas regiões próximas da barra, na manutenção da profundidade dos álveos, evitando o atêrro e o afloramento dos mesmos e na manutenção de uma fauna característica e importante para a piscicultura.

E com uma finalidade objetiva sugerí as seguintes providências:

1.º — a criação e organização do Conselho Florestal Estadual:

2.º — a consequente aplicação do Código Florestal;

3.º — a instituição do regime educativo e do culto à natureza e à árvore, nas escolas e nas corporações militares;

4.º — a reconstituição e restauração das matas mediante leis assecuratórias;

5.º — o reflorestamento artifical pelo Govêrno e pelos particulares;

6.º — a proteção imediata das margens dos rios e das estradas de rodagem com o plantio de essências próprias aos locais e a essa finalidade;

7.º — a propoganda florestal em todos os setores administrativos do Estado;

8.º — a criação de impostos sôbre dormentes, postes e lenha, revertendo a arrecadação em proveito das questões florestais e principalmente do replantio de áreas devastadas ou incultas;

9.º — entendimento do Govêrno do Estado com a Viação Leste Brasileiro no sentido serem criados e instalados três hortos florestais na linha sergipana.

Portanto, Sr. presidente, não é novidade o que nos comunica o presidente do Conselho Florestal de Sergipe, sendo que o assunto em aprêço foi levado ao conhecimento do Govêrno do Estado, por mim, pessoalmente, em agôsto de 1938, além da conferência que realizei no Rótary Clube de Aracaju e divulgada pelos jornais locais.

Mas, ainda é interessante apresentar dados estatísticos sôbre as matas do nordeste, para verificarmos a situação de Sergipe.

Segundo Gonzaga Campos e os trabalhos botânicos da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, as áreas de matas dos estados nordestinos eram as seguintes:

Piauí	27,00 %	14,2 %
Ceará	43,00	18,4
Rio Grande do Norte	25,43	12,0
Paraíba	36,53	0,82
Pernambuco	34,14	14,0
Alagoas	27,95	9,7
Sergipe	41,07	0,1
Bahia	35,67	19,7

Vê-se, assim, que Sergipe está reduzido a 0,1% quando possuia outrora 41,07% e Paraíba, 0,82% que antes tinha 36,53%. E para quem já percorreu os aludidos Estados os dados em lide são, evidentemente, a expressão da verdade. Luetzelburg diz, entretanto, que a história da Paraíba fala de grandes matas altas e densas, nos diversos vales do Estado e que "chegavam a impedir livre passagem aos bandeirantes e antigos colonizadores" e que de um velho morador de Patos de Espinhares tivera a informação, havia matas que impediam a vista da Serra da Preaca e cercavam por completo a Lagoa dos Patos, lugares êsses hoje desprovidos em absoluto, de flora lenhosa.

Dito isto, procurarei a seguir, prestar os esclarecimentos que solicita o memorial em apreço:

Caatinga é mata?

Recorro aquí à autoridade de A. J. Sampaio na sua magnífica Fito-Geografia do Brasil.

"O nome *caatinga* é de origem indígena, significando mata clara, aberta; Martius definiu-a sob a designação de *Silvae Aestu Aphylae*, isto é, floresta sem fôlhas no calor; há porém caatingas que não são florestas, assim como há florestas que perdem as fôlhas no estio e não são caatingas, assim as de tabebuia, nos alagadiços.

A definição perfeita, abrangendo todos os tipos de caatingas, é muito difícil, pois há caatingas sòmente de varas, enquanto que outras *são verdadeiras florestas* com pau ferro, pau brasil, etc.

A grosso modo, *são associações ou formações lenhosas, dos terrenos secos e que perdem as fôlhas no estio, podendo ter ou não cactáceas, bromeliáceas e outras plantas xerófilas*. A noção mais comum é a de floresta, de pequenas árvores tortuosas, entremeadas de espinheiros, cardos e gravatás; é a caatinga típica, comportando não raro, como árvores muito características, as conhecidas *barrigudas* (Chorizia ventricosa ou barriguda de espinho, e Cavanillesia arbórea ou barriguda lisa), o Jacaratiá, etc.

Tendo por área principal o Nordeste, a Zona das Caatingas começa pròpriamente no Ceará e no Sul do Piauí, dando aí disjunções encravadas na Zona dos Cocais vem até o sertão da Bahia, até próximo às nascentes do rio S. Francisco, no Estado de Minas; do lado esquerdo do São Francisco, estendem-se até quase o Araguaia, com disjunções no Sul do Amazonas entre o Araguaia e o Xingu e à direita do Tapajóz; no Estado de Mato Grosso, as disjunções estendem-se por exemplo até próximo de Cuiabá, onde foram indicadas por Manso e Riedel, segundo Malme em Ark. f. Bot. 1923.

Na "Retirada da Laguna" são citadas caatingas espinhentas que tanto molestaram os brasileiros, neste grande fato de nossa história.

No Paraná, as caatingas são de *mimoseas*, da chamada bracatinga, e tendem a aumentar.

No Espírito Santo, Luetzelburg registou flora xerófila, na margem sul do rio Doce, a que os baianos chamariam "caatinga suja".

A superfície total do nordeste é de ..... 1 232 580 quilômetros quadrados dos quais .... 300 000 pertencem às regiões das caatingas.

Luetzelburg, no vol. 3.º do seu "Estudo botânico do Nordeste" define a caatinga como sendo "uma associação de plantas lenhosas de pouca altura, apinhada, para o máximo proveito da luz e que se contenta com todo e qualquer solo. Forma uma espécie de mato desprovido dos dois mais importantes fatores; elevação das árvores em procura da luz, e falta de umidade no solo. A caatinga é, pois, um mato xerófilo, denso, composto de árvores e arbustos, de fôlhas caducas, pequenas, pinatas ou multi-pinatas, rico de espinhos e cactáceas, constituído de elementos munidos de todos os meios protetores contra a demasiada transpiração.

Grupa a seguir, as caatingas, em duas classes, a saber:

1.ª classe: Caatingas arbustivas, podendo apresentar 9 tipos:

1.º — *Marmeleiros* ou *Gerais*: Caracterizados pela dominância de Euphorbia, Croton, Caesalpinea e caatingueira.

2.º — *Cinto-mimoso* do Piauí central, com mimosas, Caesalpináceas, Manihot, Cnidiosculus, Combretum e Erythroxylum.

3.º — *Caatinga* mais árida, com dominância de Caesalpináceas, Spondias, Braúnas, Schinus e Pau Branco.

4.º — *Caatingas* com dominância de Cereus.

5.º — *Caatingas* de mofumbo, pereiros, caatingueiro, etc.

6.º — *Caatingas* com Jatropha e Cnidiosculus.

7.º — *Caatingas* com barrigudas (Cavanillesia arbórea).

8.º — *Caatinga* suja ou caatinga-carrascal.

9.º — *Caatinga* serrana, com vegetação densa, de 2m. de altura, de Manihot, Spondias, Combretáceas, Aspidosperma, etc.

2.ª classe: *Caatingas arbóreas*, apresentando três tipos:

1.º — *Dominância de braúnas*, Piptadenias, algumas aroeiras e jucá ou pau ferro.

2.º — *Dominância de angico*, com ocorrência de barriguda.

3.º — *Caatingas de palmeira*, com caactáceas nas zonas mais sêcas, isto é, com a carnaúba, a urucurí e catolé-mirim, três palmeiras características".

Admitindo que as zonas das caatingas sejam uma característica do próprio meio ambiente, onde a sêca é o fator preponderante, é forçoso convir que a devastação da vegetação naquelas regiões vem sendo feita há 400 anos. O homem alí, não fez outra coisa senão destruir a flora e a fauna. Alberto Torres classificou de verdadeiro saque à natureza.

E' sabido que, após o desnudamento de qualquer solo, a tendência natural é para, a pouco e pouco êsse solo ir de novo sendo revestido de vegetação. Êste revestimento pode levar muitos anos e fazer-se, sobretudo se as condições edafológicas do solo foram profundamente alteradas ou se não existirem sementes na vizinhança das espécies que primitivamente o recobriram; então dá-se o caso do solo ser coberto, sucessivamente, de vários tipos de associações de plantas que se sucedem em períodos mais ou menos longos, até que o solo se encontre finalmente recoberto duma associação mais estável. Ao conjunto das associações que se sucedem dá-se o nome de série de associação estável, dentro de certo limite chama clímace.

Clímace é, pois, o estado final duma série de associações vegetais, relacionada com o meio ou seja a fase biológicamente mais estável dessa série, visto que se formou, desta maneira, a associação mais apropriada a condições mesológicas locais e que, por isso, deve estar habilitada a manter-se sem alterações profundas, por tempo ilimitado, desde que as condições não sofram modificações.

O clímace é assim não uma associação fitogeográfica mas uma associação fito sociológica que nos dá uma idéia minuciosa da vegetação de uma região.

No nordeste, os clímaces são hoje definidos nos seus respectivos grupamentos, perfeitamente observados para quem percorre aquelas regiões.

Em grande parte as caatingas foram outrora matas. O estado atual da vegetação de um país como o Brasil em que a agricultura rotineira, as queimadas, as derrubadas para madeira e lenha é caracterizada pela destruição quase por completo do seu revestimento primitivo, excluídas as regiões da Hylaea Amazônica, outras de Goiaz e Mato Grosso e alguns tratos remanescentes em certos Estados, sendo poucos os vestígios das antigas associações clímaces que podem ser delimitados. Formaram-se, assim, novas associações que constituem em muitos casos, etapas diversas da série que conduziria novamente ao clímace e certos aspetos da flora degradada.

As caatingas são, a meu modo de ver, não formações fisionômicas como os pampas, as savanas, as estepes, mas associações fito-sociológicas umas, as que formaram novos clímaces nas zonas devastadas ou degradadas e fito-clímicas outras, aquelas que constituíram sempre o revestimento florístico de determinadas regiões, que não admitem de modo algum elementos estranhos emigrados de outras, que têm as suas plantas morés e endêmicas.

A composição das caatingas e de seus elementos também não é sempre a mesma e varia de acôrdo com a natureza do solo, do sistema

fluvial, da configuração topográfica e da atividade dos seus habitantes.

Concluo, portanto, que as caatingas não são pròpriamente matas e sim formas de vegetação diversas, típicas e características de certas regiões e de utilidade às mesmas.

A sociologia vegetal compreende duas finalidades principais de utilidade prática: uma, estática, que coloca em evidência o valor revelador dessas unidades biológicas que são as associações vegetais e outra, dinâmica, que será atingida desde que se saiba prever as modificações de vegetação provocadas por uma influência natural ou uma intervenção artificial.

Realmente, as associações vegetais, mesmo incompletas ou degradadas, podem nos oferecer conhecimentos de grande interêsse para a aplicação a dar às diversas regiões.

Luetzelburg, estudando as caatingas do nordeste dá, para o Estado de Sergipe, com 21 840 quilômetros quadrados a área de 2 000 quilômetros quadrados de matas e de 17 000 de caatingas.

Então, no caso vertente, quase que se poderia pensar em proteger as caatingas ao envez das matas.

Estas associações vegetais já hoje apresentam, com as excepções naturais, produtos econômicos, de valor comercial, entre os quais citarei o caroá, a macambira, as guaxomas (Sida sp. e Urena sp), o faveleiro, o batiputá a aroeira, a baraúna, o pau brasil, os angicos, o jucá, a palma (opuntia sp.), o joazeiro, o umbuzeiro, etc., etc. Como cultura econômica já demonstrada na caatinga temos o sisal.

Abrigam ainda uma fauna característica também de importância econômica definida. E' também clara a sua importância para os asininos, os caprinos e os ovinos que constituem a pecuária econômica do nordeste juntamente com o gado curraleiro. E na caatinga não existe o berne. E, quando não tivessem maior valia, elas constituem o revestimento daqueles solos, protegendo-os contra os fatores adversos, constituindo um meio bio-social-econômico para o sertanejo e algumas, sem dúvida, podem ser encaradas como um período de transição para a formação de novas matas.

E a influência da caatinga no clima da região? A resistência do nordestino não é uma resultante do clima?

Assim, Sr. Presidente, dentro da ordem de considerações que me pareceram oportunas, sou de opinião que as caatingas do nordeste, conquanto não sejam matas típicas, enquadram-se, entretanto, nas formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem. Por conseguinte, as disposições do Código Florestal são aplicáveis a essas associações florísticas e características de certas regiões do país.

Entendo que já é tempo de se organizar a carta geobotânica ou melhor, fitocorográfica do Brasil. Talvez fôsse mais acertado o levantamento de duas cartas distintas, uma fitogeográfica fisionômica e outra fitosociológica que nos daria uma idéia mais minuciosa e mais perfeita da vegetação das diversas regiões. Conhecida cada uma das associações representadas na carta é fácil, para quem tenha os necessários conhecimentos florísticos, avaliar as formações que lhes correspondem. Poderia, então, êste Conselho melhor aquilatar das formas de vegetação de utilidade evidente e resolver os casos e as situações mais satisfatòriamente.

Enquanto não se dispuzer dêsses elementos temos que dar um cunho de generalidade para a aplicação do Código.

Cabe, naturalmente, às autoridades florestais locais resolver os problemas que se ofereçam, dando-lhes as soluções justas e tendo sempre presente o texto legal.

O que não me parece viável nem prático é, como no caso presente, não considerar essas associações de plantas como de utilidade e permitir a sua livre exploração. E convem acentuar: que importância econômica apresenta essa exploração quando o desaparecimento dêsses revestimentos florísticos pode provocar danos irreparáveis ou agravar mais ainda a situação do nordeste e do nordestino? Que é mais interessante: o nordeste das caatingas ou o nordeste desértico?

A caatinga é a fisionomia do nordeste, é o meio ambiente do nordestino.

Vejamos agora a vegetação costeira e os taboleiros. Que é essa vegetação sinão uma forma de proteção nítida e indiscutível daqueles solos? As dunas que tantos prejuizos causam e que já constituem hoje uma preocupação e um problema para a sua fixação tem sua origem principal na falta de revestimentos florísticos. Os cajueiros já estão protegidos por uma lei elaborada por êste Conselho. As pitangueiras, os araçazeiros são plantas de natureza nitidamente econômica. A importância do mangue já é conhecida e dispensa maiores comentários.

Os terrenos denominados de apicuns são tratos de deposição formados pelo mar e pelos rios, nas enseadas e outras reintrâncias do litoral, disposição essa feita pelas marés. Desenvolve-se nessas terras em formação, de côr amarelada na superfície mas com uma boa porcentagem periódica, uma vegetação típica, própria às condições especialíssimas do meio e onde o mangue pouco a pouco, vai se infiltrando e consolidando. Essa vegetação abriga uma fauna interessante onde dominam os crustáceos de várias espécies, entre os quais aparece o conhecido guaiamu, excelente e gostoso alimento em todo norte do país. A maior importância dêsses crustáceos aparece, porém, na alimentação dos peixes e as zonas próximas dêsses terrenos, marítimas e fluviais, são conhecidas como piscosas. Há a considerar mais o *plankton* que aí se encontra para desenvolvimento dos alevinos aumentando, consideràvelmente, a população ictiológica local. Citarei ainda as narsejas, os socós, etc. que formam um todo biológico de valor social econômico evidente.

Conclúo assim. Sr. presidente, que devemos proteger todos êsses manaciais natívos mórmente no Estado de Sergipe, de todos o mais pobre em reservas florestais.

Tenho em mim que não só as matas e as florestas devem merecer a cuidadosa atenção dêste Conselho. As vegetações halófilas, hidrófilas, higrófilas, psamófilas e xerófilas têm, as vêzes, mais importância econômica que as próprias florestas e exigem a sua conservação, mormente quando se trata de explorá-las para lenha ou carvão. A exploração dessas reservas ou dêsses revestimentos florísticos não pode ser livre e tem de se submeter às disposições do Código e à audiência das autoridade florestais.

E' claro, entretanto, que não nos vamos ater a uma rigidez de princípios e de interpretação mas, todos os casos não previstos ou duvidosos devem ser convenientemente estudados pelas autoridades florestais locais, postos em devida equação e quando aqueles não lhes possam dar a solução adequada, então êste Conselho, bem esclarecido e informado, dará o seu veredito.

Portanto, dêsde que êste Conselho esteja de acôrdo com os pontos de vista aquí explanados, proponho que se responda ao presidente do Conselho Florestal de Sergipe, nos têrmos do

presente parecer, considerando-se as caatingas, de um modo geral, como formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem e as vegetações costeiras e de taboleiros como revestimentos florísticos protetores, enquadrando-se, respectivamente, nos artigos 2.º e 4.º do Código Florestal.

Consulta, ainda, o memorial, se considera êste Conselho como um dos sistemas de reflorestamento, as matas derrubadas e abandonanas ao seu desenvolvimento natural.

Já firmou êste mesmo Conselho jurisprudência sôbre o assunto e assim deve ser respondido negativamente.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 1943. — *Adrião Caminha Filho,* relator.

(D.O. 13-10-943)

★

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO

Portaria n.º 573, de 26 de outubro de 1943

O Ministro de Estado, nos têrmos do decreto-lei n.º 3 601, de 9 de setembro de 1941, combinado com o decreto-lei n.º 2 779, de 12 de novembro de 1940.

Resolve designar os agrônomos Omílio Monteiro Soares, Edmundo Campos, Vespertino Marcondes de França e Manuel Carneiro de Albuquerque Filho, para participarem, com direito de voto das sessões da congregação da Escola Agronômica do Paraná, relativas ao processo de concurso para provimento das cátedras de "Matemática Física Agrícola, Química Analítica e Química Agrícola". — *Apolônio Sales.*

(D.O. 28-10-943)

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria Geral da Fazenda Nacional

Parecer

Consulta da Comisão Censitária Nacional sôbre descontos referentes à subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra". — Aprovo o parecer da Diretoria Geral da Fazenda Nacional. — *A. de Souza Costa.*

O parecer acima aludido é o seguinte:

O diretor da Comissão Censitária Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consulta:

a) se, para efeito dos descontos referentes à subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, esta diretoria considerar em acompanhar o I.P.A.S.E., isto é, em considerar o vencimento-base de Cr$ 400,00 no caso do pessoal tarefeiro do Serviço Nacional de Recenseamento, e

b) se, para a escrituração do desconto relativo à subscrição de Obrigações de Guerra, há um livro-padrão indicado ou se os registos mensais, para o recolhimento semestral dos descontos acumulados, podem ser feitos sob o critério de cada repartição.

2 — Justificando o critério a ser adotado no primeiro item da consulta, aquele diretor esclarece que os tarefeiros, que constituem a grande maioria do pessoal do Serviço Nacional do Recrutamento, percebem salários os mais variados e, daí, para facilitar os descontos a que estão sujeitos, evitando, assim, resultados diferentes entre si, na mesma classe, e calculados com quebrados, ter resolvido o I.P.A.S.E. adotar, para êsses servidores censitários, o vencimento base de Cr$ 400,00, mensais, que é, em última análise, a média do que recebem.

3 — Não vejo inconveniente na adoção da medida proposta, sabido como é que, no regime de tarefa, o salário mensal oscila na proporção do menor ou maior volume de trabalho executado.

4 — Devido a essa oscilação, acontece muita vez que, na mesma classe de tarefeiro, se verifica a inevitável disparidade de ser atribuído, indistintamente, maior ou menor salário mensal.

5 — Daí resulta que, se em determinado período o tarefeiro percebe o salário mensal de Cr$ 450,00, em outro o mesmo salário desce a Cr$ 350,00, de modo que, só excepcionalmente, ao tarefeiro é atribuído um salário mensal fixo.

6 — Exposta ácima a matéria, sou pela adoção da base de 400,00 para cálculo da contribuição de 3% a que se refere o art. 7.º do decreto-lei n.º 4 789, de 5 de outubro de 1942.

7 — Quanto à escrituração do desconto destinado às Obrigações de Guerra, de que cogita o segundo item da consulta, convém esclarecer que, sôbre o assunto, a Contadoria Geral da República expediu a Circular n.º 340, publicada no *Diário Oficial* de 26 de fevereiro último, na qual se encontram os elementos de que carece o diretor consulente para orientar os serviços de escrituração dos descontos relativos às Obrigações compulsórias de Guerra.

8 — Neste sentido, proponho que se responda o ofício de fls. 2.

À consideração do Sr. ministro.

Diretoria Geral da Fazenda Nacional, em 19 de abril de 1943. — *Roméro Estelita.*

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Comissão de Metrologia

Resolução n.º 16

Modo de escrever os números e os símbolos

(Aprovada em sessão plenária de 25 de novembro de 1942).

(Substitui a Resolução n.º 14)

A Comissão de Metrologia:

Considerando a necessidade de serem adotados, nos documentos exclusivamente, os símbolos prescritos no quadro I do Regulamento expedido pelo decreto n.º 4 257, de 16 de junho de 1939, nos têrmos do seu art. 1.º e §§ 1.º e 2.º;

Considerando a conveniência de uniformizar-se a grafia dos números e dos símbolos, em todos os meios do país:

Resolve aprovar as seguintes recomendações:

1. Deve ser empregada exclusivamente a vírgula para separar a parte inteira da parte decimal dos números.

2. A parte inteira dos números deve ser separada em classe de três algarismos, da direita para a esquerda; na parte, decimal essa separação far-se-á da esquerda para a direita; em ambos os casos tal separação poderá ser feita pelo uso do ponto ou de um pequeno intervalo. Tanto a vírgula como o ponto, deverão figurar sempre na mesma linha horizontal em que o número está escrito.

A recomendação relativa à separação em classes de três algarismos não é, necessàriamente aplicável aos números reunidos em tabelas ou quadros.

3. Não acrescentar ponto abreviativo ao símbolo da unidade, exceto nos casos de símbolos compostos já previstos no quadro.

4. Não usar a letra *s* junto de um símbolo como sinal de plural.

5. Os símbolos representativos das unidades não devem ser escritos em forma de expoente e sim na mesma linha horizontal em que o número está escrito. Excetuam-se os símbolos das unidades de temperatura, de tempo e das unidades sexagésimais de ângulo.

6. Quando o valor numérico de uma grandeza apresentar parte fracionária, o símbolo da unidade respectiva não deve ser intercalado entre a parte inteira e a parte fracionária do número, mas deve ser levado imediatamente à direita desta parte fracionária.

Esta recomendação não se aplica à representação de importâncias em dinheiro nacional, cujo símbolo de acôrdo com o decreto n.º 4 791, de 5 de outubro de 1942, deve preceder ao número indicativo da importância.

EXEMPLOS

COMO SE DEVE ESCREVER	COMO SE NÃO DEVE ESCREVER
37,2	37.2
1.291,253 47 ou 1.291,253.47 1 291,253 47	1291,25347 ou 1291.254347
25 m	25 m. ou 25 mts.
80 kg	80 kgs
3 atm	3 atm
134,289 m	134,m 289
$5^h\ 10^m\ 7^s$ ou 5h 10m 7s	5h 10m 7s ou 5h 10, 7"
15º 12' 14"	15º 12m 14s
14º 16' 18,2"	14º 16, 18" 2
50,350 g	50,350 g
0,25 g	0,25 gr
50 cm2	50 cc ou 50 c/c
8 mm	8 m/m
120 mm2	120 mmq
96 A ou 96 ampéres	96 amp. ou 96 amp

(D.O. 28-10-943).

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto-lei n.º 61 — de 27 de outubro de 1943

Torna sem efeito o Decreto-lei n.º 11 476, de 14-11-1939.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6.º n.º IV, do Decreto-lei Federal, n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

Decreta:

Art. 1.º — Fica sem efeito o Decreto-lei n.º 11 476, de 14 de novembro de 1939, competindo a fiscalização do contrato de concessão das fontes termais de Cipó à Secretaria da Viação e Obras Públicas, até ulterior deliberação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Bahia, em 27 de outubro de 1943. — (Assinados) — *Renato Aleixo* — Interventor Federal — *Osvaldo César Rios* — *Guilherme Marback*.

(D.O. — Bahia 28-10-943)

✶

Decreto n.º 12 880 — de 22 de setembro de 1943

Aprova o Plano de Urbanismo da Estância Hidro Mineral de Itaparica.

O Interventor Federal, no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Art. 1.º Fica aprovado, para os efeitos legais, inclusive o de desapropriação, o Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica, elaborado pelo Engenheiro Paulo Peltier de Queiroz, com as modificações de traçado da zona alta da cidade, as sugestões apresentadas pela Diretoria de Obras Públicas e Urbanismo, constantes da planta anexa.

Art. 2.º Durante a execução do projeto ora aprovado nenhuma modificação das linhas mestras do mesmo poderá ser feita pela Municipalidade de Itaparica a não ser precedida de autorização legal.

Art. 3.º A execução do projeto fica subordinada à Secretaria da Viação e Obras Públicas, mantendo a Municipalidade de Itaparica uma escrita especial para êsse fim.

Art. 4.º Fica sem efeito o Decreto n.º 11 273, de 18 de março de 1939, que aprovou o projeto de arruamento da cidade de Itaparica, elaborado pela Secção de Melhoramentos da Prefeitura de Itaparica.

(D.O. — Bahia 22-10-943)

✶

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.º 1 189

(Processo n.º 2 924 — 943)

Prefeitura de Barra

Os projetos de Decretos-leis da Prefeitura de Barra, um transferindo a linha divisória do distrito de Buriti com o distrito da sede do Município e outro criando o 5.º distrito com a denominação de "Santana dos Reris" não podem ser aprovados. Dizem, ambos, respeito à divisão territorial, prevista no Decreto-lei federal 311 que, por sua vez, estabelece que nenhuma alteração à última divisão se poderá fazer sinão decorridos cinco anos. Além do mais não é atribuição do Município a providência da revisão da divisão territorial, a esta hora já em estudos para ser decretada em 1944.

E' o meu parecer.

Sala de Sessões, em 1.º de outubro de 1943. — *Bião de Cerqueira*, relator.

(D.O. — Bahia 2-10-943)

✶

Parecer n.º 1 354

(Processo n.º 2 306 — 943)

Interventoria Federal

A Interventoria Federal submete à apreciação deste Conselho o projeto de Decreto-lei que

> "Abre na Secretaria da Fazenda à Secretaria de Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 10 000,00".

Conforme se verifica do processo os recursos em apreço, têm a finalidade do pagamento ao Sr. Albertino Gonçalves de Oliveira pela venda ao Estado de uma máquina "Prelo", considerada de interêsse para a coleção de objetos antigos existente na Pinacotéca e Museu do Estado.

A máquina em causa foi examinada por técnico de reconhecida competência que deu parecer favorável, reconhecendo tratar-se de uma impressora quase sinão centenária, ligada, sem dúvida, a história da imprensa no Brasil.

Aliás, a máquina já se encontra na Pinacotéca, reunida à Coleção de objetos de metal da "Galeria Pirajá da Silva".

Para o crédito em apreço foram, pela Secretaria da Fazenda, oferecidos os recursos constantes do n.º 4, § 3.º do art. 11 do Decreto-lei n.º 2 416, de 17 de julho de 1940.

Atendendo, como se vê, a uma despesa suficientemente justificada para a qual são apresentados recursos legalmente admitidos, opinamos pela aprovação do projeto de crédito em questão.

Salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1943 — *Bião de Cerqueira* — Relator.

(D.O. — Bahia 16-10-943)

Parecer n.º 1 412

(Processo n.º 3 241 — 943)

Prefeitura Municipal de Bôa Nova

O projeto de decreto-lei n.º 22, da Prefeitura Municipal de Boa Nova, abre o crédito especial de Cr$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) para pagamento do restante dos honorários a que tem direito o Eng. Augusto Alves dos Santos pelos estudos efetuados para o abastecimento de água para a cidade.

A Prefeitura tem recursos para o crédito.

O preâmbulo do projeto deverá ser corrigido pelo D.M., com a supressão da parte final que se refere ao Decreto-lei n.º 5 511.

Com tal supressão, pode o C.A. aprovar o projeto de decreto-lei.

Bahia, 21 de outubro de 1943. — *A. J. Seabra,* relator.

(D.O. — Bahia 22-10-943)

★

Parecer n.º 1 422

(Processo n.º 3 042-43)

Interventoria Federal

Submete o sr. Interventor Federal à deliberação deste Conselho Administrativo o projeto de Decreto-lei, pelo qual, "autoriza o Govêrno do Estado a adquirir a coleção artística "Góis Calmon" e abrir o crédito especial de Cr$ 800 000,00 para esse fim".

A relação dos objetos de arte constantes da dita coleção, foi procedida por uma comissão de entendidos em assuntos de antiguidades, e lavor artístico, composta dos drs. Pedro Ribeiro Mariani Bitencourt, José Antônio do Prado Valadares, e sr. Osvaldo Valente, que avaliaram a bem organizada coleção, em Cr$ 864 666,00, a saber: — Mobiliário — Cr$ 315 750,00; louça — Cr$ 262 576,00; joias — Cr$ 57 600,00; cristais — Cr$ 18 520,00; pinturas, gravuras e retratos — Cr$ 97 250,00; prata — Cr$ 49 800,00; bronzes — Cr$ 19 380,00; leques — Cr$ 2 520,00; — diversos — Cr$ 41 320,00.

Tôdas essas preciosas antiguidades se encontram dispostas nas diversas salas e dependências da família Góis Calmon, à Avenida Joana Angélica, nesta Capital.

Merece encômios o trabalho meticuloso da comissão que levantou a relação dêsses bens, não só no seu conjunto, como em unidade, especificando detalhadamente o valor e a procedência de tão raros objetos, por isso que, das coleções particulares existentes na Bahia, a coleção "Góis Calmon", não sendo aliás, a maior, continúa, entretanto, a ser "a que apresenta um conjunto mais variado e ao mesmo tempo harmonioso", tendo a sua organização há perto de 100 anos atráz, sido iniciada por Inocência Marques de Araújo Góis.

A comissão opina que será um incentivo de grande alcance a aquisição pelo Govêrno dêsse conjunto artístico, onde sobressaem a cerâmica, bem como os trabalhos de cristal e prata, ouro e bronze, além do mobiliário de jacarandá, objetos de primeira ordem, em magnífico estado de conservação.

O projeto do sr. Interventor Federal merece todo o acatamento e revela o desêjo de conservar as antiguidades da Bahia, na própria Bahia, já tão famosas no seu patrimônio artístico e histórico, porquanto, a velha cidade de Thomé de Sousa, em cada recanto relembra a tradição e nos seus museus fala a história dos nossos antepassados.

A Bahia será sem dúvida, o ponto de maior afluência para o turismo, e êsse incremento deve ser apoiado e desenvolvido, cabendo, por conseguinte, o melhor aplauso ao projeto em apreço. Aliás, o valor da coleção "Góis Calmon" está razoável, mesmo no abalisado parecer da Comissão.

Assim sendo, sou de parecer que deve ser aprovado o projeto, com o seu respectivo crédito.

Sala das sessões, em 21 de outubro de 1943. — *Vicente Pacheco,* relator.

(D.O. — Bahia 22-10-943)

★

Parecer n.º 1 447

(Processo n.º 3 448 — 943)

Prefeitura de Bonfim

Consta o presente processo, procedente da Prefeitura de Bonfim, de 2 projetos de decretos-leis ns. 162 e 163, abrindo os seguintes créditos:

N.º 162 — "Abre o crédito especial de ..... Cr$ 1 000,00 para pagamento ao Eng.º Pedro dos Anjos Ribeiro, pelos serviços de levantamento dos "croquis" do mapa municipal para alterações das linhas divisórias do Município e da planta do terreno para a construção de um recinto para a feira de gado da séde municipal".

N.º 163 — Os creditos em questão acham-se devidamente justificados pelo sr. Prefeito, em ofício sob n.º 45, de 13 de setembro findo, que acompanha o processado.

Assim sendo, voto pela aprovação dos referidos creditos, na importância de Cr$ 1 120,00.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1943. — *Vicente Pacheco,* relator.

(D.O. — Bahia 27-10-943)

★

Parecer n.º 1 469

(Processo n.º 3 483 — 943)

Interventoria Federal

A Interventoria Federal envia à apreciação dêste Conselho o projeto de Decreto-lei que

> "Cria a Comissão de Estudos e Obras dos Serviços de Águas e Esgotos da Cidade do Salvador".

Recentemente o Govêrno do Estado obteve de renomado técnico, por sinal que o Diretor do Departamento Nacional de Obras do Saneamento — Dr. Hildebrando de Araújo Góes, parecer sôbre os projetos existentes de ampliação dos serviços de abastecimento de água e da construção da rede de esgotos da cidade. De posse de tão importante trabalho que vale pela segurança de uma realização a ser levada a efeito dentro do mais criterioso processo técnico precisa agora de ajustar os estudos já feitos aos recursos e emendas que a seu respeito propõe o referido Diretor do D.N.O.S. Para tanto cuida em constituir a Comissão de Estudos e Obras a quem incumbirão os trabalhos e estudos necessários. Eis em resumo os motivos do projeto.

Não encontro restrições a fazer ao projeto que se apresenta acorde com o plano traçado e sobretudo com a orientação que pretende o Govêrno seguir no particular. Assim, opino pela sua aprovação na fórma por que nos foi submetido.

E' o meu parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 1943. — *Bião de Cerqueira,* relator.

(D.O. — Bahia 29-10-943)

GABINETE DA INTERVENTORIA

(Processo n.º 4 636)

Despacho exarado pelo sr. gal. Interventor, no Relatório sôbre os Serviços de Águas e Esgotos apresentado pelo eng. Hildebrando de Araújo Góis.

Aprovado. Entregue-se o presente relatório à S.V.O.P. para que, nos projetos organizados para ampliação dos serviços de águas e esgotos, seja procedida a revisão sugerida pelo signatário dêste documento, o sr. Engenheiro Hildebrando de Araújo Góis — preclaro diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. A Interventoria Federal do Estado da Bahia, adotando *in totum* as conclusões daquele consagrado técnico, está certa de que encontrou a melhor fórmula para servir aos interêsses desta grande e hospitaleira capital. A cidade do Salvador, por seus forais de cultura e pela relevante expressão de prosperidade que representará em futuro muito próximo, está exigindo (e tem incontestável direito) um moderno e perfeito serviço de águas e esgotos. Cidade do Salvador, 12 de outubro de 1943. (a) — *Renato Aleixo.*

(D.O. — Bahia 14-10-943)

★

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Exposição de motivos

Sr. Interventor:

Examinando a situação das terras do domínio do Estado, cuja administração se acha confiada ao Departamento de Terras e Proteção à Natureza (DTPN) desta Secretaria, verificamos os grandes obstáculos com que luta o poder público e a iniciativa particular, para se chegar a um entendimento no tocante à mais perfeita função social e econômica da terra. Essa incompreensão, de que resultam incessantes desinteligências, — entre os representantes do Govêrno e as pessoas interessadas em explorar ou adquirir as chamadas terras devolutas, têm, talvez, como sua principal causa a antiquada legislação que ainda regula a matéria: lei de 21 de agôsto de 1897, regulamentada pelo decreto de 18 de novembro do mesmo ano.

2. A transformação que se tem operado em todo o mundo desde então, criou novas necessidades e erigiu novos princípios em relação à posse e uso da terra, objeto de política agrária de múltiplos aspectos no mundo inteiro. Invocamos o fato para tornar patente que não pode o nosso Estado, detentor de grandes áreas de terras devolutas e de enormes regiões despovoadas e inexploradas, continuar a nortear a sua política de domesticação da terra sob as mesmas fórmulas estabelecidas há quase meio século.

3. Verificando, assim, a urgente necessidade de adotar uma nova legislação, que melhor atenda aos imperativos sócio-econômicos da atualidade, resolvemos designar, por portaria n.º 34 de 17 de fevereiro do corrente ano, uma comissão constituída pelo eng. Alfredo Amorim Coelho, diretor do DTPN, dr. Nestor Duarte, consultor-jurídico do DAC e dr. Osvaldo Sá Meneses, auxiliar de consultor-jurídico do DTPN, afim de elaborar um ante-projeto de lei sôbre terras devolutas.

4. Em vez de um ante-projeto foram organisados dois, em vista de divergência doutrinária suscitada no seio da comissão. Um dos trabalhos obedeceu à orientação do representante jurídico do DTPN, dr. Sá Meneses, e por ser feito em colaboração com o diretor do citado Departamento, além da feição legal do assunto entra em detalhes sôbre os seus aspectos administrativos. O outro, obedecendo à orientação do dr. Nestor Duarte, estende-se com menos amplitude ao setor administrativo da questão, abordando com mais empênho a sua fase jurídica, mediante aceitação de conceitos e práticas inovadoras, de onde a divergência doutrinária antes referida. Tal divergência, envez de depreciar valorisa o esfôrço da comissão, já por indicar as múltiplas faces do problema, em seus fundamentos legais, já por servir de ponto de partida ao necessário debate a que os autores recomendam os ante-projetos, antes da sanção oficial.

5. Os dois ante-projetos adotam pontos de vista mais liberais que aqueles em uso no tocante à transferência da terra para o domínio particular, a garantia da propriedade, o estímulo à sua utilização econômica; ressalvados os interêsses públicos que se ligam à função da terra, à preservação das reservas naturais fixada em leis federais, etc. Para essa orientação, colaboramos em vários pontos, sugerindo aos ilustrados membros da comissão o exame de providências postas em prática pelos legisladores de outros Estados e da União.

6. Trazendo o assunto á elevada consideração de V. Excia., lembramos a conveniência de serem os ante-projetos, com as respectivas justificações dos autores, divulgados pelo "Diário Oficial do Estado", afim de sofrerem a necessária crítica e provocarem sugestões ao Govêrno para a final e completa elaboração de uma lei de terras que da melhor forma atenda às exigências atuais da Bahia. Por certo não se recusarão a trazer sua colaboração ao Estado, os juristas, os engenheiros especializados na matéria, os lavradores, os criadores, os administradores municipais — enfim todos que possam contribuir com os seus conhecimentos e a sua experiência para a perfeita elucidação de tão importante problema público.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de consideração e aprêço. — *P. Campos Pôrto,* Secretário da Agricultura.

Em 18-8-943.

Ao Exmo. sr. Gal. Renato Pinto Aleixo, DD. Interventor Federal no Estado da Bahia.

JUSTIFICATIVA

Antecedentes

E' bem conhecida a história territorial do Brasil. As terras de Santa Cruz apropriadas antes de descobertas, tiveram, nas Capitanias e nas Sesmarias, as primeiras tentativas de parcelamento sistemático e transferência ao domínio privado. A ineficácia dos planos foi, porém, de logo evidenciada e suplantada pelo imprevisto; a ocupação, indicada simbólicamente por Cabral, tornou-se efetiva e desenvolveu-se com tal vigor, que haveria de ser admitida a formar, mais tarde, ao lado dos meios idôneos geradores de domínio.

Enquanto as idéias não vingavam, os fatos iam produzindo os seus frutos. Os ocupantes foram, assim, os primeiros sertanistas.

Transformada a Colônia em Império, surgiu, decorridos quase três decênios, a primeira lei que procurou regularizar a posse, dando-lhe fóros de domínio, uma vez constatadas certas condições e satisfeitas determinadas formalidades. A lei 601, de 1850 e o seu regulamento, baixado quatro anos após, permitiram a revalidação das sesmarias e outras concessões anteriores, e a legitimação das possas, criando, para isto, o registro especial que passou a ser conhecido como "Registro do Vigário" ou "Registro Eclesiástico".

Quatro décadas passadas, com a formação republicana da Nação, foram as terras devolutas transferidas aos Estados Federados. A ocupação crescera, nesse interregno, como continua-

ria a crescer depois. Só uma coisa se modificara: o significado daquelas terras; não eram mais as vagas ou desocupadas a que se referira o legislador de 1850 mas, sim, as indevidamente ocupadas.

Seguindo as linhas gerais da lei ....., foi o assunto cogitado pela primeira vez, na Bahia, pela lei 86, de 1895, substituída, a 21 de agôsto de 1897, por outro ato que tomou o número 198 e foi regulamentado a novembro do mesmo ano, pelo decreto 18.

A 198 estendeu um pouco mais os favores para a legitimação de posses, incluindo entre estas as estabelecidas antes de 2 de julho de 1891, data da promulgação da primeira Constituição baiana. Êsse estatuto e o seu regulamento, vêm regendo a matéria até hoje, sem modificações de importância, apesar das suas falhas e imperfeições.

Causas inúmeras, porém, continuaram a agir sôbre os possuidores de terras do Estado, de modo a não se interessarem, os mesmos, pela obtenção do seu domínio. Aqui, a faina do desbravador dando-lhe a presunção de propriedade; alí, a ignorância vedando o discernimento entre direito e obrigação; acolá, a índole rebelde, acentuada em relação à autoridade; mais adiante, a influência dos chefetes políticos, usurpando autoridade e incentivando a confusão; doutro passo, o caxixeiro à cata de oportunidade para a espoliação; mais além, a ineficácia da autoridade, na ação e na orientação; finalmente, a vastidão de um território despovoado e em formação são fatores, dentre outros, que, isolada ou associadamente, concorreram para que os ocupantes das terras devolutas tivessem uma noção errônea quanto ao modo de adquirir a sua propriedade.

E a ocupação continuava e se ampliava, surgindo mesmo, depois do Código Civil, a confusão entre posse e propriedade dessas terras e meios para a obtenção desta. Tal confusão mais se acentuou em face da divergência entre os juristas na interpretação dos artigos 65 a 67 do referido Código, quanto à prescritibilidade ou não dos bens públicos dominicais ou patrimoniais e sua aquisição por usocapião. Isso levou o legislador brasileiro a reiterar, em 1933, essa imprescritibilidade em relação a todos os bens públicos, baixando ato expresso nesse sentido — o decreto 22 785, de 31 de maio.

Apesar dessa interpretação formal e da opinião do próprio autor da Lei Civil, mantêm-se ainda alguns daqueles juristas no campo oposto, só admitindo a imprescritibilidade dos bens patrimoniais a partir de 1933.

E, assim transcorrido quase um século do advento da lei 601, nada de importante foi conseguido em relação ao problema das terras devolutas e á regularização da sua propriedade.

LINHAS GERAIS

A transferência das terras devolutas pela União aos Estados, foi a primeira fáse de uma política econômica que é necessário continuar de modo a permitir a sua incorporação ao patrimônio daqueles que a tornam produtiva pelo seu trabalho e esfôrço. E' êste o destino dessas terras, facilitada e estimulada assim a permanência do homem sôbre o sólo e incorporado ao quadro dos valores econômicos.

O ante-projeto de decreto-lei anexo altera, em grande parte, a legislação estadual vigente. Sem perder de vista a origem e formação da propriedade territorial entre nós, mas atendendo à evolução social por que vem passando o País, como reflexo do que ocorre em todo o mundo e, sobretudo à nossa própria e longa experiência e às condições peculiares ao nosso meio, reunem-se num corpo legal preceitos cuja adoção se afigura imperiosa. Colhidos da legislação federal com aplicação na espécie, das leis estaduais e do projeto de reforma da lei de terras de São Paulo, primeiro trabalho sistematizado que se faz, no País, atualizando o problema e buscando para o mesmo uma solução, tais preceitos raramente podem ser considerados originais.

Não exageraremos afirmando que o retardamento da reforma que a legislação baiana de terras está a exigir é um importante fator a concorrer para o despovoamento dos nossos sertões, o qual, segundo dados recentes, num período de 15 anos completos em 1941, pode ser estimado na perda de um quinto da população do Estado, emigrada em busca de melhores condições de vida, para o sul do País.

A dificuldade para o pequeno lavrador ou criador obter o título de domínio da sua posse, arraigando-se, desse modo, ao sólo não pode deixar de figurar entre os responsáveis por êsse exodo.

O nomadismo do sertanejo que tanto lhe avilta o espírito que acaba por torná-lo um incapaz, um improdutivo, tem sido notado, apresentado o estudado em muitas e notáveis páginas de literatura sociológica.

Paradoxalmente porém, a causa disso não está na sua personalidade mas, em circunstâncias externas mais poderosas, que o transformaram num pária.

Prender o homem á terra, dando-lhe as facilidades para adquirir-lhe a propriedade, é o passo inicial no sentido de estimular uma boa organização econômica do Estado, seguido hoje por todos os países que se têm preocupado com o assunto, exceção, apenas, da Rússia, que, por motivos especiais e peculiares, teve de adotar orientação diferente.

CONCESSÃO DE DOMÍNIO AOS ANTIGOS OCUPANTES

Dentro das linhas gerais apontadas, surgiu como necessidade preliminar, a da regularização das posses antigas, não legitimadas até hoje e cujos ocupantes estão, de boa ou de má fé, na presunção de possuir domínio regular. Dessa medida e da tranquilidade que a mesma levará ao ambiente rural, está a depender, parece-nos, o êxito na aplicação das demais, que formam o conjunto do ante-projeto. O temor e a incerteza são dois fatores altamente nocivos para o homem do campo. E, atualmente, a confusão reinante sôbre possa e propriedade de terras devolutas, impede que se estabeleça a confiança indispensável à fixação de trabalhar da gleba e à produtividade do seu trabalho.

Assim, consiga a alínea *a* do artigo 5.º do ante-projeto, que o Estado concederá o domínio pleno áqueles que tiverem posse trintenária, desde que satisfaçam as condições alí estipuladas, não podendo esse favor incentivar a latifúndio por fôrça do disposto no artigo 35, parágrafo único, alínea *a*, do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

Surge aqui a já debatida questão sôbre se tal dispositivo fere ou não, o preceito da imprescritibilidade dos bens públicos que seria, na hipótese, a admissão de usocapião de terras devolutas.

Legislando, o Estado, liberalmente, como o faz não viola qualquer princípio de lei substantiva; dispõe simplesmente, do que lhe pertence, em seu próprio benefício, da coletividade que representa, da sua econômia, que está de certo modo entravada, sob o regimen atual, atendendo à política melhor indicada em face da evolução e da experiência. Além disso, o que é mais importante, não se consagra, na disposição em tela, o usocapião, figura jurídica que se define e produz efeitos, independentemente da vontade do titular do domínio direto, ilimtada no tempo pela sua continuidade e permanência. A concessão é, como tal, méro favor dependente do preenchimento de certos requisitos prefixados, e com caracteristicas próprias

e inconfundíveis: limitação da área a conceder; prazo pre-estipulado para a apresentação do pedido e satisfação das exigências outras; e exclusão da prova apenas testemunhal. Nestas condições, poderia o preceito, quando muito, ser equiparado à doação condicional, para o que não haveria dúvida quanto à competência do Estado.

Evitando um tratamento injusto em relação aos possuidores de menor tempo de ocupação, foi assegurada aos mesmos, pelo artigo 16, uma redução no preço de venda das terras respectivas, proporcional àquele tempo, desde de igual o maior de dez anos. Tendo-se em conta que tal preço será, doravante, global e fixo, vê-se que a medida é razoável e guarda a correspondência das situações.

PEQUENA PROPRIEDADE

A restrição ao latifundio e o incentivo à formação da pequena propriedade figuram no primeiro plano das cogitações do estadista contemporâneo.

Facilitando-se a aquisição da pequena propriedade do solo, assegura-se ao trabalhador rural a tranquilidade indispensável ao seu aproveitamento, onde estiver localizado, já que a garantia do trabalho e da prosperidade, escapa ao objetivo do legislador de terras, situando-se no campo do problema da colonização.

Não nos cabendo aquí traçar normas relativas a êsse problema, incluímos, todavia, no ante-projeto, o que julgamos útil, nesse sentido independentemente de planos, mas que possa facilitar a sua execução.

O Govêrno Federal, a partir de 1931, começão a preocupar-se com o assunto. E ao baixar o decreto 19 924, de 27 de abril dêsse ano, dispondo sôbre terras devolutas, fixou a norma pela qual os Estados deveriam adotar medidas tendentes a promover e estimular a formação da pequena propriedade.

No decreto 20 348, do mesmo ano, vamos encontrar na alinea *e* do artigo 10, outra indicação de que a matéria continuava a merecer a atenção do legislador.

A Constituição de 1934 veiu consagrar, no artigo 125, já em moldes definitivos, a necessidade de ser reconhecido o domínio da terra àquele que valorizou pelo seu trabalho um trecho até dez hectares mínimo geralmente admitido como indispensáveis à estabilidade do homem rural, com possibilidade de obter da gleba, por si só, a subsistência, sua e de sua família, desde que o ocupante já não fôsse proprietário e tivesse, pelo menos, dez anos contínuos de ocupação.

A Carta Magna de 1937, no seu artigo 148, manteve inalterada a garantia assegurada em 1934. E' essa, aliás, a única exceção, no nosso direito, à imprescritibilidade dos bens públicos. Aquí o dispositivo apresenta as características de permanência e continuidade, próprias à fisionomia do usocapião podendo, como tal, ser invocado e produzir efeito em qualquer parte e a qualquer momento.

Inspirado nesse preceito, desdobra, o ante-projeto, o seu conteúdo, nas alíneas *b* e *c* do artigo 5.º, estabelecendo duas modalidades de aquisição de terras devolutas com áreas de 20 e de 10 hectares. A primeira, fica condicionada às mesmas exigências constitucionais, aumentada, apenas, a área, já que se trata de terras do Estado; e a segunda, permitindo a obtenção do domínio em metade do prazo prescricional, impede, todavia a alienação desta propriedade por outro tanto tempo, o que faz com que fiquem perfeitamente coordenadas as duas hipóteses.

Essa última modalidade, ao nosso ver, atrairá mais fortemente o trabalhador rural, permitindo-lhe a aquisição do domínio mais cêdo e evita, desvirtuar o propósito da formação da pequena ao mesmo passo, qualquer fraude tendente a propriedade, em razão da inalienabilidade no primeiro qüinqüênio.

As restrições que, acaso, poderiam ser feitas a respeito, sob o fundamento de divergirem tais normas, em parte, da letra expressa da Constituição, não resistiriam a um exame mais detido, tendo-se em consideração que o preceito desta opera sôbre quaisquer terras, enquanto que os do ante-projeto limitam-se às terras devolutas, bens patrimoniais do Estado, e que o seu objetivo é a formação da pequena propriedade, não estando, assim, o mesmo, adstrito unicamente àqueles limites e condições expressas, devendo antes, ter presente a recomendação contida no artigo 2.º do decreto 19 924, de 27 de abril de 1941, ainda não revogado explícita ou implicitamente, o qual, como já vimos, consigna como dever dos Estados "sempre facilitar a formação de pequenas propriedades a sua ocupação efetiva e cultura pelos concessionários respectivos".

Ainda na mesma ordem de idéias, duas outras medidas estão revistas pelo ante-projeto.

Não se confundindo o objetivo da lei de terras com os propósitos da colonização, devendo, quanto a isto, limitar-se a permitir a utilização das áreas para tal fim necessárias, foi possível, entretanto, incluir preceitos atinentes a esta, que poderão concorrer para o bom êxito daquela. Dessa forma, consigna o artigo 21 os favores de que gosarão a viuva e os filhos daquele que valorizando a terra pelo seu trabalho, não chegou a obter o domínio, embora já havendo demonstrado êsse propósito com o pagamento da primeira parcela das despêsas.

Limitada a posse de área não excedente de 50 hectares, o dispositivo não beneficiará, senão justamente aos pequenos agricultores e criadores.

Estabeleceu-se finalmente, pela alínea *a* do § 1.º do artigo 22, a isenção do imposto territorial para as propriedades até 50 hectares, cujos títulos forem expedidos de acôrdo com a nova lei, uma vez que requeridas as demarcações no prazo estipulado, com satisfação das outras formalidades, o que também fomento, embora transitoriamente, a constituição da pequena propriedade.

Êsses preceitos encontram paralelo no decreto-lei federal n.º 893, de 26 de novembro de 1938.

COLONIZAÇÃO

Tôdas as revoluções sociais tiveram por motivo ou objetivo melhor disciplinar a distribuição e o aproveitamento da terra, demonstrando, isso só, a importância do problema agrário.

O fracionamento, a distribuição e a exploração da terra não são, porém, os únicos têrmos dêsse problema. Na sua complexidade, envolve êle, principalmente, o elemento humano, nos seus vários aspectos, e o elemento econômico, procurando uma solução no campo da colonização.

Exigindo uma orientação planificada e uma assistência direta do Estado, restringindo, muita vez, direito substantivo, não era possível ao ante-projeto encarar de frente êste último com pretenções, de dar-lhe normas básicas.

O problema da alienação das terras devolutas, em sí, também não pode ser confundido com o da colonização e formação dos futuros núcleos populacionais, embora não possamos perder êste de vista, quando estudamos aquele. Enquanto, porém, no segundo, procura-se congregar em determinada zona atividades específicas, no primeiro visa-se obter, apenas, a fixação, mesmo isolada, dos que podem ser ligados definitivamente à terra, quaisquer que sejam as circunstâncias evitando-se o êxodo do trabalhador rural, até que o Estado possa melhor considerar o assunto tornando, então, êsses

núcleos isolados em cédulas de produção organizada, através das medidas colonizadoras.

Limitou-se, assim, o ante-projeto, a consignar a possibilidade de reserva de terras do Estado para tal fim, na alínea *c* do artigo 2.º, permitindo o estabelecimento do regimen adequado para a execução dos planos de colonização, no artigo 19. Essas normas facultarão seja adotada a orientação a seguir, de acôrdo com os princípios traçados do Govêrno Federal.

Discriminação das terras devolutas

A discriminação das terras devolutas para a sua distinção das demais, foi objeto de especial atenção na organização do ante-projeto.

Sendo a lei 601, de 1850 reguladora da matéria, por isso que a sua vigência, no particular, tem sido reconhecida a reiterada por atos do Govêrno e dos orgãos federais, e sendo doutro lado, vedado aos Estados, em face da unidade processual do País, legislar sôbre o assunto, para criar uma ação cujos moldes não estejam traçados pelo Código do Processo, não havia como deixar de adotar a faculdade de recorrer à ação própria, quando necessário e em relação àqueles que não houverem acordado, no procedimento administrativo. Nem há conveniência na criação de remédio judicial diverso do previsto na Lei Processual, tendo-se em conta o que prescreve o artigo 8.º da Lei 601, devidamente atendido pelos artigos 11, § único e 13, combinados, do ante-projeto.

Cumpria, apenas, fazer exequível o processo administrativo, que tem sido letra morta na legislação baiana, como o foi também sob a lei 601, ao tempo dos Governos Provinciais. E o objetivo parece estar mais próximo de tornar-se realidade com a modificação feita, das atribuições dos Delegados de Terras e a possibilidade de designação de funcionários ou comissões especiais para tal fim. Retirado de entre os encargos dos titulares das Delegacias, o preparo dos processos comuns de venda, reconhecimento e concessão de domínio, o que exige maior trabalho de escritório que de campo, poderão êles dedicar-se melhor às discriminações o que é do seu próprio interêsse, permitindo também, a organização do cadastro das terras, de interêsse do Estado.

O Capítulo IV do ante-projeto aponta as linhas gerais a seguir no processo discriminatório.

Preços de terras

Constitui dificuldade quase invencível para os que pretendem adquirir terras do Estado, fazer, um cálculo prévio, mesmo aproximado, de quanto terão que dispender com a colocação de uma área, ainda depois de demarcada.

As freqüentes oscilações do preço, os emolumentos variáveis e diversos a satisfazer, constituem parte daquele impecilho, levando o desconfiado sertanejo a adiar, por temor, a aquisição que lhe garantirá plenamente o domínio da gleba.

Remediando êsse inconveniente, estabelece o artigo 15 do ante-projeto, preços básicos incluindo todas as despesas a realizar com o processo, além das taxas fixas para o reconhecimento e concessão de domínio previstas pelos §§ 3.º e 4.º do artigo 5.

O depósito de 40% do preço, a que se refere o artigo 20, corresponderá, aproximadamente, ao que dispendem os interessados, sob o regime atual, com a medição e organização dos processos nas Delegacias, e lhes põe a coberto de qualquer imprevisto que, muita vez, redunda em prejuízo, pois será feito na estação arrecadadora estadual, como primeira parcela do custo total, permitindo também, como vimos, nas posses até 50 hectares, que a viuva e os filhos do ocupante que falecer antes de pago o restante, recebam o título de domínio independentemente de outras despesas.

Prevendo as dificuldades existentes nas regiões sêcas do Estado e noutras de vida econômica atrofiada, o artigo 17 permite a fixação das condições necessárias para tornar possível a aquisição das terras devolutas.

O pagamento parcelado do preço das terras também não foi esquecido, devendo levar-se em conta, quanto ao prazo estipulado, que pode parecer exíguo, o custo atual do processo, muito acima das novas bases. E' o de que cogita o § 2.º do artigo 20.

Para os displicentes, fica estabelecida a majoração dos preços, sem prejuizo de outras medidas que lhes forem aplicáveis constatado sejam rebeldes, como se vê do artigo 18.

Na classificação das terras adota-se um critério — real, colocando-se como fator de maior valorização das mesmas, a proximidade dos centros de consumo, de comércio ou de escoamento dos seus produtos, e não a qualidade do solo, conforme está expresso no parágrafo único do artigo 15.

SITUAÇÃO DOS DELEGADOS DE TERRAS

Os Delegados de Terras são, atualmente, funcionários públicos *sui generis* nomeados e removidos livremente, nada percebendo dos cofres do Estado.

Daí haver, o ante-projeto, instituído o cargo em carreira, estabelecendo o sistema de remuneração, com parte fixa, paga diretamente pelo Estado, e parte variável, deduzida dos depósitos feitos pelos interessados, devendo o regulamento fixar convenientemente essas parcelas.

Ao critério do Govêrno do Estado fica o aproveitamento dêsses funcionários em cargos técnicos da Secretaria da Agricultura, como têrmo da carreira, uma vez que não estava, a Comissão, autorizada a estabelecer a medida imperativamente.

Colocando as funções dos Delegados acima de qualquer suspeita, o que é da maior importância no ambiente rural, ficam êles proibidos de adquirir quaisquer terras nas Delegacias onde servirem antes de decorrido um ano de afastamento do cargo, medida extensiva aos seus Auxiliares.

Constam, as normas referidas, dos artigos 42 a 47.

OUTROS ASPECTOS

Recusando a prova exclusivamente testemunhal para concessão dos favores de que trata o artigo 5.º, louva-se, o ante--projeto, nos efeitos negativos que tem produzido êsse elemento apurador da verdade, quer no âmbito judiciário, quer no próprio serviço de terras.

A artigo 4.º torna inequívoca a obrigatoriedade da prova de domínio particular por parte daqueles que se negam obstinadamente a apresentar os seus títulos, evitando se acastelem em inexplicável segrêdo, quando alegam ter a propriedade do sólo ocupado.

Definindo e distinguindo o ocupante do invasor de terras, no artigo 12, rende-se, o ante-projeto, a uma realidade irrecusável e que é necessário esclarecer em benefício não apenas, dos interessados, mas e principalmente, do próprio Estado.

Assegura-se, pelo artigo, 14, o respeito ao Código-Florestal, em benefício das nossas matas, reiterando-se a obrigatoriedade de manutenção da reserva ali prevista.

Fixou-se, definitivamente, como privativo de engenheiro civil ou bacharel em ciências jurídicas e sociais, com 5 anos, pelo menos, de prática na profissão, o cargo de Diretor do Departamento de Terras e Proteção à Natureza, como consta do artigo 40. O critério não visa estabelecer privilégios; segue, tão sòmente, uma

determinação da experiência numa época em que as especializações vêm se impondo em benefício da eficiência.

VANTAGENS E FAVORES

Encerra, o ante-projeto, um conjunto de medidas que, pela sua correlação, estão destinadas a permitir a regularização da propriedade territorial, beneficiando todos aqueles que não puderam ou não quizeram, até agora, obter do Estado os títulos de domínio que darão às suas terras valor econômico positivo.

Se tivermos em consideração o regimen ora vigente, mais se acentuam as vantagens que a projetada reforma proporcionará, e das quais podem ser destacadas:

a) concessão de domínio aos atuais titulares de posses trintenárias;

b) redução do preço de aquisição para os possuidores de 10 ou mais anos e de menos de 30, proporcional ao tempo de ocupação;

c) reconhecimento de domínio em favor dos brasileiros que não sejam proprietários, nas posses qüinqüenárias e decenárias, de 10 e 20 hectares;

d) redução ou isenção do imposto territorial durante cinco anos, para as terras tituladas de acôrdo com a nova lei e dentro de certo prazo da sua vigência;

e) preços fixos e globais para a venda das terras devolutas possibilitando aos interessados o cálculo das despesas sem maior esfôrço, ao envês de preços incertos, sujeitos a variações constantes e acompanhado, ainda, de outras parcelas também variáveis;

f) permissão para o pagamento parcelado, do preço das terras;

g) dispensa de 60% do preço para obtenção dos títulos das posses até 50 hectares, pela viuva e filhos do ocupante falecido antes de ultimado o processo de aquisição da propriedade do sólo;

h) depósito de tôdas as despesas na repartição estadual, ao envés de pagamentos diretos, da difícil comprovação em certos casos.

O ante-projeto de reforma da lei de terras que ora apresentamos, se julgado aproveitável, deverá ser regulamentado. Contém, ainda, sem dúvida, falhas e imperfeições. Seria, por isso, da maior conveniência fôsse submetido à crítica dos doutos e dos interessados, antes de considerada definitiva a redação.

Na sua elaboração não nos preocupou a idéia de apresentar trabalho erudito. Procuramos, tão sòmente, nos aproximar, quanto possível, da realidade do problema, atendendo aos seus têrmos capitais e buscando uma solução benéfica para o Estado e liberal para os possuidores de terras.

A experiência deverá demonstrar se é bôa ou má essa tentativa de conciliação de interêsses.

E' sabido que o êxito de tôda lei depende mais da sua bôa interpretação e aplicação, que da letra do seu texto. Ficaremos recompensados se o nosso trabalho concorrer, de algum modo, para inspirar maior confiança no Poder Público, estabelecendo a certeza, a tranquilidade e a valorização da propriedade territorial na Bahia, seu objetivo mais amplo.

Bahia, 22 de julho de 1943. — *Osvaldo Sá Menezes* — Aux. de Consultor Jurídico do D. T.P.N.

Alfredo de Amorim Coêlho — Diretor do D.T.P.N.

(D.O. — Bahia 7-10-943)

Nota: *Os ante-projetos estão publicados na mesma edição do "Diário Oficial")*.

★

MINAS GERAIS

Decreto-lei n.º 944 — de 11 de outubro de 1943

Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 1 533 461,90.

O Governador do Estado de Minas Gerais, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º V, do decreto-lei federal n.º 1 202, de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras Públicas o crédito esperial de Cr$ 1 533 461,90 (um milhão quinhentos e trinta e três mil quatrocentos e sessenta e um cruzeiros e noventa centavos), para ocorrer a despesas com a desapropriação, autorizada pelo decreto n.º 2 058, de 18 de julho de 1942, dos terrenos e benfeitorias constantes de parte da Fazenda "Dalva" e destinados a construção da Universidade de Minas Gerais e da Cidade Universitária.

Art .2.º Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 11 de outubro de 1943.

Benedito Valadares Ribeiro
Dermeval José Pimenta
Francisco Balbino Noronha Almeida

(D.O. — Minas Gerais 12-10-943)

★

Decreto-lei n.º 947 — de 15 de outubro de 1943

Transforma o Campo de Fruticultura de Araxá em "Parque Estadual de Araxá"; e abre crédito para sua instalação.

O Governador do Estado de Minas Gerais, na conformidade do disposto no artigo 5.º do decreto-lei federal 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º Fica o Govêrno do Estado autorizado a transformar o Campo de Fruticultura de Araxá, que passa a denominar-se "Parque Estadual de Araxá", com as seguintes finalidades:

a) estudos e experimentações, relativos à flora e à fauna da zona e sua conservação;

b) incentivo à floricultura e à horticultura, procedendo, para isso, às pesquisas e experiências necessárias;

c) reflorestamento da região;

d) modificação das condições naturais do meio, de modo que a estância de cura e repouso do Barreiro, melhor possa preencher os seus fins;

e) abastecimento da estância Hidro-Mineral de Araxá.

Art. 2.º O Parque Estadual de Araxá será subordinado ao Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

Art. 3.º Fica aberto o crédito especial de Cr$ 320 800,00 (trezeitos e vinte mil e oitocentos cruzeiros) para atender a despesa de instalação do Parque Estadual de Araxá.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, aos 15 de outubro de 1943.

Benedito Valadares Ribeiro
Lucas Lopes
Francisco Balbino Noronha Almeida.

(D.O. — Minas Gerais 16-10-943)

★

Ato de 4 de junho de 1943

Designando os srs. engenheiro Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico; Hildebrando Clark, diretor do Departamento Estadual de Estatística; bacharel Orlando de Oliveira Vaz, engenheiro Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Joaquim Ribeiro Costa e Helio Dagoberto Jardim Linhares para constituírem a comissão que, sob a presidência do secretário da Viação e Obras Públicas, e de acôrdo com os decretos-leis federais ns. 311, de 1938, e 3 599, de 1941, terá a seu cargo a elaboração do novo projeto do quadro territorial do Estado, bem como da nomenclatura das cidades e vilas.

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.º 6 963

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

O Prefeito de Uberlândia submete à apreciação do Conselho projeto de decreto-lei autorizando a elaboração da planta cadastral e plano de urbanismo da cidade, limitando a despesa decorrente à importância de Cr$ 20 000,00, que constará do orçamento de 1944.

Pela aprovação do projeto que é o seguinte:

DECRETO-LEI N.º.....

Autoriza a elaboração do plano de urbanização e expansão da cidade.

O Prefeito do Município de Uberlândia, na conformidade do disposto no artigo. 5.º do decreto-lei federal 1 202, de 3 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º Fica a Prefeitura Municipal autorizada a elaborar, mediante concorrência administrativa, consultando-se pelo menos três engenheiros especializados, a planta cadastral e o plano de urbanização e expansão da cidade.

Art. 2.º Para ocorrer ao pagamento das despesas referentes à elaboração do plano, poderá a Prefeitura Municipal dispor até a importância de Cr$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros), que será consiganada no orçamento para o exercício de 1944.

Art. 3.º Revogadas as disposições em contrário, entrará o presente decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, em.... de ..... de 1943.

Prefeito Municipal

Sala das Sessões, 5 de outubro de 1943. (a). *Odilon Dias Pereira.*

(D.O. — Minas Gerais 7-10-943)

★

PARÁ

Decreto de 15 de outubro de 1943

O INTERVENTOR FEDERAL:

usando de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e atendendo o que lhe foi exposto pelo Prefeito Municipal de Gurupá, em ofício n.º 206.

Decreta:

Art. 1.º Fica criada a circunscrição judiciária do Rio Baquiá, no município de Gurupá, compreendendo os seus limites tôda a região banhada pelo referido rio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 15 de outubro de 1943.

Cel. *Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,* Inventor Federal; *José João da Costa Botelho,* Secretário Geral interino.

(D.O. — Pará 17-10-943)

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Resolução n.º 2.068-A — de 30 de agôsto de 1943

Aprova um projeto de Decreto-lei da Interventoria Federal no Estado, que reorganiza o sistema estatístico regional e dá outras providências. (Parecer n.º 3 134, de 26 de agôsto de 1943).

O Conselho Administrativo do Estado do Pará, criado pelo Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, no exercício pleno de suas atribuições e de acôrdo com a decisão tomada em sessão plenária desta data,

Resolve:

Aprovar, nos próprios têrmos em que se encontra redigido, constantes do parecer n.º 3 134, o projeto de Decreto-lei de iniciativa da Interventoria Federal no Estado que reorganiza o sistema estatístico regional, criando diversos órgãos àquele sistema.

Salas das sessões do Conselho Administrativo do Estado do Pará, em 30 de agôsto de 1943. *Bianor Penalber,* presidente; *Raul Rangel de Borborema,* Secretário.

(D.O. — Pará 6-10-943)

★

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

Portaria de 15 de outubro de 1943

O Secretário Geral interino do Estado do Pará, usando de suas atribuições, de ordem do exmo. sr. Cel. Interventor Federal,

Resolve:

Nomear uma comissão composta dos doutores José Cardoso da Cunha Coimbra, diretor da Biblioteca e Arquivo Público, Heliodoro de Brito, e sr. Rodolfo Siqueira Rodrigues, êste último funcionário do Museu Paraense Emilio Goeldi para, sob a presidência do primeiro, proceder ao tombamento da Biblioteca daquele estabelecimento, apresentando o respectivo relatório dos seus trabalhos e a competente avaliação da referida Biblioteca.

Cumpra-se e publique-se.

Secretaria Geral do Estado, 15 de outubro de 1943. — *José João da Costa Botelho,* Secretário Geral Interino.

(D.O. — Pará 16-10-943)

★

PARANÁ

Decreto-lei n.º 176

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 5.º, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República, decreta:

Art. 1.º Fica reservada, pára o estabelecimento de um Parque Florestal, no distrito de Três Córregos, município de Campo Largo, entre os quilômetros 63 e 65 da rodovia Curitiba-Pôrto Alvorada, uma área de 490 hectares, cir-

cunscrita pelos seguintes limites e confrontações: — Do marco posto à margem de um caminho, em confrontação com terras ocupadas por Antônio Gonçalves de Freitas e Elizário Miguel Adad e outros, segue em reta de rumo magnético 38°30', NE e extensão de 990m. até um outro marco, de onde prossegue pela reta que mede 230,9 m. rumo magnético de 68°50' NE até a rodovia Curitiba-Pôrto Alvorada, confrontando com terras ocupadas por Elizário Miguel Adad e outros; continua pela aludida rodovia da extenção de 2 715m., confrontando com terras ocupadas por Elizário Miguel Adad e Nicolau Morais de Castro; prossegue pela reta de rumo magnético 86081' S.A. e distância de 239,2m., até um marco, de onde acompanha um caminho no percurso de 1 338,6m., e daí prossegue pelas retas que medem respectivamente 164,9m. e 60,0 m., nos rumos magnéticos de 10°51 SO e 10°18, SE e depois por um corrego abaixo até sua foz no ribeirão Grande e por êste acima até certo ponto, confrontando com terars ocupadas por Maria de Jesús Almeida e com as de domínio do Estado; segue agora pelas retas de rumos magnéticos 16°05' NO, 65°06' SO, 53°39'SO, 81°02'NO e 54°0'NO, medindo, respectivamente, das distncias de 246,9m., 86,9m, 138,3m., 134,2m., e 565,0m., e depois por uma cerca até um caminho, e por êste até o ponto de partida desta descrição de limites confrontando com terras ocupadas pelos sucessores de João de Sousa Monteiro e Antônio Gonçalves de Freitas.

Art. 2.° Fica doada ao Instituto Nacional do Pinho a citada área, que se destina exclusivamente aos fins determinados no artigo anterior.

Art. 3.°—Essa doação fica subordinada à condição essencial do plantio, na área reservada, de todas as essências florestais da região, notadamente de pinho, imbuia e cedro, dentro do prazo de 5 anos, a contar da data deste decreto-lei, a cuja obrigatoriedade fica adstrito o Instituto Nacional do Pinho, sob pena de ser tornada sem efeito a doação objetivada.

Art. 4.° Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 6 de outubro de 1943, 122.° da Independência e 55.° da República.

(a) *Manoel Ribas*
Angelo Lopes.

(D.O. — Paraná 9-10-943)

★

Decreto de 29 de setembro de 1943

O Interventor Federal no Estado resolve:

Nomear:

— Agenor do Amaral Ferreira para exercer o cargo de Engenheiro-Inspetor da Divisão de Geografia, Terras e Colonização, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura.

(D.O. — Paraná 2-10-943)

★

Decreto n.° 1.962

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 7.°, n.° I, do decreto-lei n.° 1 202, de 8 de abril de 1939 decreta:

Art. 1.° Fica criada a cadeira de geografia do Brasil no Colégio Estadual do Paraná.

Art. 2.° As despesas oriundas com a execução do presente decreto correrão pela verba orçamentária vigente, distribuida à mesma Diretoria; revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 6 de outubro de 1943, 122.° da Independência e 55.° da República.

(a) *Manoel Ribas*
Cap. Fernando Flores.

(D.O. — Paraná 9-10-943)

★

Decreto n.° 1.965

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do art. 7.°, n.° I, do decreto-lei n.° 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. único — Fica reservada no município de Guarapuava, a fim de constituir floresta protetora destinada a asilar os espécimens da respectiva fauna, a área de terras abrangida pelos seguintes limites e confrontações: — Começa no rio Piquirí, na fôz do rio Iporã, por êste acima até sua cabeceira, daí em réta, a mais próxima cabeceira de um afluente do rio Verde desce por esta até sua foz no aludido rio Verde, pelo qual ségue, água abaixo, até sua foz no rio Piquirí, desce por êste até a foz, do rio Iporã, ponto de partida desta descrição; revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado do Paraná, em 19 de outubro de 1943, 122.° da Independência e 55.° da República.

(a) *Manuel Ribas*
Angelos Lopes.

(D.O. — Paraná 22-10-943)

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.° 3.394

A Prefeitura Municipal de Curitiba traz à deliberação do Conselho Administrativo o projéto de decreto lei que delimita ou circunscreve o quadro urbano e suburbano da cidade, conforme minuciosamente fixa o artigo primeiro e segundo, traçando-lhes linhas demarcatórias das várias zonas fiscais pre-estabelecidas. Assim o artigo terceiro divide a cidade em quatro zonas, para os efeitos de maior equidade na decretação de impostos e no estabelecimento de taxas.

Os artigos subsequentes do decreto traçam, nitidamente, as circunscrições fiscais criadas com delimitação clara das ruas, bairros, estradas, que dividem uma das outras zonas dentro do perímetro geral do município.

O art. sétimo declara que a quarta zona, que é a suburbana abrange a área não compreendida nas primeira, segunda e terceira zonas e que "as propriedades que possuam frente ou frentes para os logradouros ou linhas que limitam os perímetros das diversas zonas fiscais são considerados como incluidos inteiramente na zona fiscal de maior inportância".

A Prefeitura Municipal de Curitiba, juntou ao decreto a planta municipal, por documento elucidativo e orientador do decreto, em cujo trabalho magnifico, não só de técnica como também de clareza, se poderá acompanhar, com extrema facilidade, as delimitações das quatro zonas fiscais assinaladas por diferentes côres, dentro do perímetro geral da cidade. Assim, o projeto está em condições de ser aprovado.

Sala das Sessões, em 27 de outubró de 1943.

(a) *Flávio Guimarães,* Confere com o original; *João Pedro Gebran,* Secretário.

(D.O. — Paraná 30-10-943)

★

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA

Portaria n.º 336

O Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, tendo em vista a criação do Território do Iguaçú, abrangendo parte da área constitutiva de vários municípios dêste Estado e, atendendo à conveniência do serviço e das atribuições conferidas ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no que diz respeito aos serviços de medição e demarcação,

Resolve:

1.º) Alterar a Jurisdição das Inspetorias de Terras pela forma que segue, ficando subdividida a 1.ª Inspetoria em duas circunscrições:

1.ª *Inspetoria de Terras* — 1.ª *Circunscrição*

Sede em Curitiba, compreendendo os Municípios de Curitiba, Cerro Azul, Campo Largo, São José dos Pinhais, Lapa, Rio Negro e Araucária.

1.ª *Inspetoria de Terras* — 2.ª *Circunscrição*

Sede em Curitiba, compreendendo os Municípios de Piraquára, Bocaiuva, Morretes, Antonina e Paranaguá.

2.ª *Inspetoria de Terras*

Sede em Ponta Grossa, compreendendo os municípios de Ponta Grossa, Castro, Tibagí, Reserva, Prudentópolis, Ipiranga, Imbituva Teixeira Soares e Palmeira.

3.ª *Inspetoria de Terras*

Sede em Venceslau Braz, compreendendo os municípios de Venceslau Braz, Siqueira Campos Carlópolis, Ribeirão Claro, Jacarézinho, Cambará, Santo Antonio da Plantina, Joaquim Távora, Tomazina, Jaguariaíva, Sengés e Piraí.

4.ª *Inspetoria de Terras*

Sede em Londrina, compreendendo os Municípios de Londrina, Sertanópolis, São Jerônimo, Cornélio Procópio e Bandeirantes.

5.ª *Inspetoria de Terras*

Sede em Gauarapuava, compreendendo o Município de Guarapuava.

6.ª *Inspetoria de Terras*

Sede em Malé, compreendendo os Municípios de Palmas, União da Vitória, Malé, Rio Azul, São Mateus, Irati Rebouças e São João do Triunfo.

2.º Designar os Engenheiros Ulisses Medeiros e Acrísio Marques para responderem pelos serviços respectivamente, da 1.ª e 2.ª Circunscrições da 1.ª Inspetoria de Terras.

3.º Elevar o custo dos serviços de medição e demarcação fixado nas alíneas A e B, do item 3.º, da Portaria n.º 205, de 22 de junho de 1939, respectivamente, até o máximo de Cr$ 220,00 e Cr$ 350,00 por quilômetro de perímetro.

4.º Revogar os itens 1.º e 3.º letras a) e b), da Portaria n.º 205, de 22 de junho de 1939, acima referida.

Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, em 20 de outubro de 1942.

Angelo Lopes, Secretário de Estado.

(D.O. — Paraná 25-10-942)

★

PIAUI

Portaria n.º M/267

O Interventor Federal no Estado do Piauí,

Resolve, de acôrdo com a Resolução n. 118, de 6 de julho de 1942, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nomear a Comissão, composta dos srs. Dr. Raimundo Arêa Leão, Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas, Dr. Mário José Batista, Procurador Geral do Estado, e Dr. Anísio Martins Maia, Diretor do Departamento das Municipalidades, para realização dos estudos da revisão do quadro territorial dêste Estado, para efetiva instalação, em 1.º de janeiro de 1944, da nova divisão territorial, nos têrmos do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938. Comunique-se.

Palácio do Govêrno do Estado do Piauí, em Teresina, 5 de abril de 1943. — *Leônidas de Castro Melo; João Osório Porfírio da Mota.*

★

RIO DE JANEIRO

Decreto n.º 910 — de 22 de julho de 1940

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do disposto no art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e

considerando que a divisão administrativa do Estado, embora levada a termo, satisfatòriamente, de fórma a preencher a sua precípua finalidade legal exige estudos permanentes para melhor assentamento de suas bases e linhas;

considerando que a organização administrativa do Estado, mesmo calçada, como ora está, em elementos precisos, não pode assumir caráter definitivo, necessitando de investigações que ofereçam fundamento para retificações futuras;

considerando que a revisão do atual quadro administrativo para ajustamento de suas linhas gerais à base territorial do Estado é decorrência da própria evolução social;

considerando portanto, ser proveitosa e imprescindível a instituição de uma comissão de estudos, para propôr soluções aos problemas relativos à divisão administrativa do Estado, sugerindo ao Govêrno as medidas que, nesse sentido, se tornarem necessárias,

Decreta:

Art. 1.º Fica criada uma comissão especial de estudos encarregada de rever a atual divisão administrativa do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único — A comissão a que se refere êste artigo será constituída de cinco membros da livre escôlha do Interventor Federal.

Art. 2.º O presidente da comissão, que será designado pelo Interventor Federal, terá função executiva e os demais membros função consultiva.

Art. 3.º O presidente, mediante autorização prévia do Interventor Federal, poderá convidar técnicos para desempenho de serviços especializados assim como solicitar diretamente das repartições estaduais informações e pareceres.

Art. 4.º Os membros da comissão não terão remuneração, considerando-se relevantes os serviços prestados à causa pública.

Art. 5.º A comissão se reunirá por convocação diréta do seu presidente, submetendo ao Interventor Federal as conclusões dos seus trabalhos.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Os Secretários do Govêrno, da Justiça e Segurança Pública e da Viação e Obras Públi-

cas assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 22 de julho de 1940. — *Hernani do Amaral, Heitor Gurgel, Eugênio de Sodré Borges, Hélio de Macedo Soares e Silva.*

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.º 175

A Prefeitura de Barra Mansa, nêste projeto de decreto-lei, dá o nome de Atílio Correia Lima, á nova rua que, no bairro da Saudade, parte da cabeceira direito da Ponte sôbre o rio Paraíba e termina na Avenida Homero Leite.

Procura dêsse modo a administração municipal render homenagem ao laureado autor do plano de urbanização da cidade de Barra Mansa e da Vila de Volta Redonda, perpetuando-lhe o nome em um dos seus logradouros públicos.

Pelos nobres predicados que ornaram sua personalidade, bem a merece o saudoso arquiteto e urbanista patrício, cuja vida se extinguiu no doloroso desastre de aviação de 27 de agôsto.

Louvando a iniciativa, opinamos pela aprovação do projeto, na forma da seguinte conclusão:

> O Conselho Administrativo aprova, nos têrmos em que está redigido pelo Departamento das Municipalidades, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Barra Mansa, que dá o nome de Atílio Correia Lima à nova rua do bairro da Saudade, naquela cidade.

Niterói, 6 de outubro de 1943. — *Frederico Azevedo,* relator.

(D.O. — Rio de Janeiro 7-10-943)

★

RIO GRANDE DO NORTE

Decreto de 27 de abril de 1943

O Interventor Federal, tendo em vista o que consta do processo n.º 394, de 1943, do Gabinete da Interventoria:

Resolve nomear os drs. Nestor dos Santos Lima, membro do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, Alferes Galdino Apolônio dos Santos Lima, membro da Junta Executiva Regional de Estatística, e Oto de Brito Guerra, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, para constituirem a Comissão técnica incumbida de efeutar os necessários estudos da revisão geral do quadro territorial do Estado, que deverá entrar em vigor em 1.º de janeiro de 1944; nos têrmos do decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938.

★

SANTA CATARINA

Decreto-lei n.º 859

Abre crédito especial.

O Interventor federal no Estado de Santa Catarina, na conformidade do disposto no art. 4.º, ítem V, do decreto-lei federal n.º 5 511, de 21 de maio de 1943,

Decreta:

Art. 1.º Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de seis mil e setenta cruzeiros (Cr$ 6 070,00), para pagamento dos vencimentos do Topógrafo da Diretoria de Estradas de Rodagem e da diferença de vencimentos dos cartógrafos que servem no Departamento Estadual de Estatística e Diretoria de Geografia e Terras.

Art. 2.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 8 de outubro de 1943. — *Nerêu Ramos, Orlando Brasil, Artur Costa Filho*

(D.O. — Santa Catarina 8-10-943)

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Objetiva o presente processo, da interventoria Federal, a abertura de um crédito especial de seis mil e setenta cruzeiros (Cr$ 6 070,00), para pagamento, no corrente exercício, dos vencimentos do Topógrafo da Diretoria de Estradas de Rodagem e da diferença de vencimentos dos Cartógrafos, que servem. no Departamento Esdual de Estatística e Diretoria de Geografia e Terras.

A matéria já é do conhecimento dêste Conselho, de vez que visa a execução dos decretos-leis n.º 800 e 810, de 6 de julho e 2 de agôsto p. passado.

O financiamento desta operação será feito por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o qual se encontra previsto — por meio de índices técnicas baseados na execução orçamentária.

Assim, pois, enquadrado como se encontra o projeto nos dispositivos constantes do decreto-lei 2 416, de 17 de julho de 1940, nada tenho a opor, pelo que, de parecer favorável apresento à consideração da Casa o seguinte.

Projeto de resolução

O Conselho Administrativo do Estado aprova, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal dispondo sôbre a abertura de um crédito especial de seis mil e setenta cruzeiros (Cr$ 6 070,00).

S.S. em Florianópolis, 6 de outubro de 1943. — *Roberto Soares de Oliveira,* relator.

(D.O. — Santa Catarina 6-10-943)

★

SERGIPE

Parecer

Para dar cumprimento ao decreto-lei municipal n.º 28, de 4 de dezembro de 1942, submete a Prefeitura da capital à nossa apreciação projeto de decreto-lei abrindo crédito especial da quantia de Cr$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas com a publicação do primeiro número da *Revista de Aracaju,* a ser lançado a 10 de novembro vindouro.

O ato que se deseja baixar nada mais é que corolário do anterior, em tempo aprovado por êste Conselho, e em virtude do qual foi instituído êsse órgão de divulgação da Prefeitura.

E', pois, indubitável que ao Conselho, de quem mereceu assentimento a lei que mandou editar anualmente a Revista, caiba a obrigação de dá-lo, igualmente, à abertura do crédito que proporcionará os indispensáveis recursos à sua tiragem.

A despesa decorrente encontra cobertura no excesso de arrecadação que se vem virificando no presente ano financeiro.

Aprovamos o projeto.

Conselho Administrativo de Serjipe, Aracajú, 19 de outubro de 1943. — *Nicanor Ribeiro Nunes,* relator.

(D.O. — Sergipe 21-10-943)

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

ARACAJU (Sergipe)

Decreto-lei n.º 22

Abre crédito especial

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paformidade do art. 5.º do Decreto-lei n.º 1 202 de 8 de abril de 1939, alterado e ratificado pelo art. 3.º do Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943

Decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de Cr$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) para ocorrer, no atual exercício financeiro, às despêsas decorrentes com a publicação do primeiro número da *Revista de Aracaju*. instituída pelo Decreto-lei Municipal n.º 28, de 4 de dezembro de 1942.

Art. 2.º Êste Decreto-lei entrará em vigôr na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Aracaju, 29 de outubro de 1943. — *José Garcez Vieira; Nelson Soares de Andrade.*

(D.O. — Serjipe 30-10-943)

★

CAMPOS (Rio de Janeiro)

Decreto-lei n.º 80, de 14 de outubro de 1943

O Prefeito Municipal de Campos, na conformidade do disposto no art. 5.º, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contrair um empréstimo interno até a importância de Cr$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros), juros máximos anuais de 8% (oito por cento), pagáveis semestralmente, e prazo não superior a 30 (trinta) anos.

Art. 2.º A operação de crédito poderá ser feita mediante a emissão de apólices ou por meio de conta corrente garantida. Naquêle caso, o lançamento do empréstimo será feito ao par pela própria Prefeitura Municipal e sem intermediários de qualquer espécie.

Art. 3.º O empréstimo será feito por intermédio de instituição oficial de crédito ou estabelecimento bancário com reconhecida idoneidade financeira para realizar a operação.

Art. 4.º A Prefeitura garantirá o empréstimo, fazendo consignar, no seu orçamento, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas estabelecidas nas cláusulas contratuais.

Art. 5.º — O produto do empréstimo se destinará exclusivamente ao financiamento das obras e serviços de saneamento, a trabalhos de melhoramentos da cidade e dos distritos do Município, bem como às despesas com desapropriações decorrentes da realização do programa de obras planejadas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Campos, 14 de outubro de 1943. — (a) *Salo Brand*, prefeito.

(D.O. — Rio de janeiro 16-10-943)

★

LAPA (Paraná)

Decreto n.º 36

O Prefeito do Município de Aracaju, na conraná, na conformidade do n.º 2, artigo 12 do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

considerando que as próximas festividades comemorativas do cincoentenário da DEFESA DA LAPA devem trazer grande afluência de curiosos, turistas e elementos que vêem assistir às solenidades por estarem ligadas por laços de parentescos a antigos combatentes;

considerando que a LAPA não pode deixar de agasalhar tão bem quanto seja possível e na medida dos seus parcos recursos os seus visitantes;

considerando ainda que se deve facilitar aos turistas o meio de conservarem recordações das festas aqui assistidas, bem como dos fatos comemorados;

Decreta:

A formação de uma ou mais comissões de providências e recepção, cujo destino seja o de coordenar os meios de agasalho aos visitantes segundo as normas estabelecidas abaixo;

Art. 1.º Far-se-á o levantamento cadastrado de todos os quartos disponíveis na cidade, para alojamento, bem como será avaliado o quantum a ser cobrado de cada um dêles e por pessôa.

Art. 2.º Providenciar-se-á alojamento coletivo nas escolas e outros lugares públicos, para rapazes e moças separadamente, para eventual localização.

Art. 3.º Procurar-se-á intensificar o fabrico de elementos artísticos e lembranças características da cidade para venda aos turistas, como sejam, cúias, bombas, guampas chicotes, esporas, reprodução de retratos antigos, medalhas, vidros routulados com água do Monge, etc...

Art. 4.º Providenciar-se-á ainda disponibilidade de carroças e outros veículos hipomóveis para passeio dos turistas no período das festividades, estabelecendo-se o quantum a ser cobrado por hora ou por passeio.

Art. 5.º Ficarão constituídos os clubes locais em restaurantes permanentes durante o período das comemorações para atender aos visitantes.

Art. 6.º Ficarão concentrados na Prefeitura todos os elementos de informações, tanto de acomodação como de fabrico de "lembranças", como sôbre existência de passeios etc...

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 24 de agôsto de 1943. —*Peregrino Dias Rosa Filho*, prefeito.

(D.O. — Paraná 14-10-943)

★

RECIFE (Pernambuco)

Decreto n.º 371

O Prefeito do Município do Recife, no uso de suas atribuições e atendendo à comunicação do ofício DSE-1 529, da D.E.P.T.

Decreta:

Artigo único — E' aprovado o seguinte Regulamento para a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, revogadas as disposições em contrário.

REGULAMENTO DA DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E TURISMO

CAPITULO I

Dos fins e atribuições da DEPT

Art. 1.º A Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, (DEPT) constitui um órgão municipal técnico e de contrôle, ligado ao plano de organização estatística do IBGE, nos têrmos do convênio estabelecido entre o Govêrno Municipal e os Governos Federal e Estadual e encarregado de reunir, estudar e divulgar, por meio de boletins, anuários, monografias sinopses, cartazes ilustrados, gráficos, cartogramas, mapas, películas cinematográficas, bem assim pela imprensa periódica e pelo rádio, todos os assuntos que se relacionam com estatística, propaganda e turismo do Município do Recife, obedecidas, quanto aos trabalhos de estatística, as normas fixadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º Com o intuito de secundar, apoiar e corroborar os esforços da DEPT, a fim de oferecer ao Município um serviço de estatística, propaganda e turismo completo e efeciente — ficam as diretorias e serviços da Prefeitura obrigados a prestar, pontual e fielmente, as informações solicitadas pela DEPT, quer sejam de caráter estatístico, quer de assuntos que possam constituir motivo de propaganda e divulgação de interêsse para o Município.

§ único — Devem, também, ser encaminhados à DEPT pelos demais serviços e diretorias e, bem assim, pela Secretaria da Prefeitura, as cópias de relatórios, planos de trabalho, notas sôbre execução de serviços administrativos que mereçam divulgação ou possam servir de elemento à documentação de suas publicações.

Art. 3.º A DEPT terá vistas, de acôrdo com o decreto n.º 310, de 19 de março de 1942, de todos os pedidos de favores e petições de pagamento de auxílios e subvenções, os quais só poderão ser concedidos ou pagos, se os seus peticionários estiverem quites com os pedidos de informação ou outros quaisquer, solicitados por essa Repartição.

§ 1.º Junto às organizações ou entidades de fins diversionais que recebam auxílios ou subvenções da Prefeitura, a DEPT poderá ter um papel fiscalizador, no sentido de salvaguardar os aspectos tradicionais e culturais ligados à vida da cidade, podendo, ainda representar ao prefeito sôbre o melhor emprêgo dos auxílios e subevnções recebidas.

§ 2.º As propostas ou pedidos, encaminhados à Prefeitura no sentido de abertura, preparação ou organização de festas, parques de diversões, feiras, brinquedos carnavalescos, barracas de fins turísticos, pavilhões de propaganda, etc, devem ser submetidas ao parecer da DEPT.

Art. 4.º São encargos da DEPT em relação à estatística:

I — A execução completa dos têrmos do convênio que entre si fizerem o Govêrno Federal e o Govêrno do Estado de um lado e o Govêrno Municipal do Recife do outro, em data de 12 de setembro de 1942 e convenientemente ratificado pelo decreto municipal n.º 335 de 5 de outubro de 1942;

II — Realizar todos os trabalhos estatísticos do interêsse geral do Município que não estejam organizados dentro das respectivas atribuições, e em condições que atendam, plenamente, às necessidades da estatística municipal por outros órgãos filiados ao IBGE ou, mesmo, por qualquer departamento da administração pública.

III — Coligir e coordenar os trabalhos preparados por quaisquer departamentos administrativos, relacionados com Estatística, Propaganda e Turismo;

IV — Promover, pelos meios ao seu alcance, a uniformidade e o desenvolvimento dêsses trabalhos, na conformidade dos planos e normas do IBGE, pondendo, para isso, firmar acôrdo ou convênios;

V — Proceder, decenalmente, em coincidência com a operação do censo federal de que cogita a Constituição Brasileira e mediante entendimento com o IBGE por intermédio da Junta Executiva Regional, a indigações estatísticas e corográficas suplementares àquêle serviço, de molde a obter-se, nessa oportunidade, um conjunto orgânico e o mais completo possível, de dados sôbre a vida do município;

VI — Analisar e agrupar, segundo o método estatístico, os dados que obtiver, representá-los gràficamente e compará-los com os das outras capitais e com os do Estado;

VII — Publicar as coletâneas periódicas ou especiais, ou ainda avulsamente, os resultados dos trabalhos que haja executado;

VIII — Criar um eficiente cadastro predial e domiciliário, acompanhando, quanto possível, a organização padrão que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fixar ou recomendar, visando não só aos objetivos sociográficos que a matéria comporta, como, principalmente, ao conhecimento permanente dos efetivos prediais e demográficos do Recife, segundo as zonas em que o Município se dividir;

IX — Prestar as informações que lhe exigir o Prefeito e executar os serviços que lhe for por êle determinados relativamente a matérias de sua atribuição;

X — Satisfazer, sempre que possa, os pedidos de informações recebidos dos governos federal, estaduais e municipais, ou de qualquer outro país, e ainda de corporações e particulares, nacionais e estrangeiros, desde que isso não prejudique ao interêsse público, nem ao andamento dos encargos normais da DEPT, submetendo, porém, os dados que organizar sôbre estatística aos planos e normas do IBGE;

XI — Promover, por meio de propaganda adequada, o concurso da iniciativa particular e dos vários aparelhos administrativos aos empreendimentos de sua competência;

XII Publicar boletins estatísticos, atlas ou album estatístico — corográfico municipal, prontuários diversos, tabelas de normas, números índices e relações — tipos, cujo levantamento o progresso da Estatística do Município fôr tornando possível, bem assim quaisquer outros trabalhos destinados à apropriada divulgação dos diferentes aspectos da vida municipal;

XIII — Orientar as demais Diretorias e Serviços na preparação das Estatísticas administrativas pelo Decreto Federal n.º 3 854, de 21 de novembro de 1941.

Art. 5.º São encargos da DEPT em relação ao turismo da capital:

I — Preparar as Feiras de Amostras da Capital, interessando, nêsse certame, não só as atividades e aspectos culturais do município do Recife, como a representação dos outros municípios do Interior e também dos Estados;

II — Estudar e estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo local, tomando ou propondo as medidas oportunas, não só para o seu aparecimento como exploração particular, mas, ainda, no sentido de salvaguardar e proteger as suas fontes típicas;

III — Pugnar pela defesa da paisagem, das velhas àrvores, zelando pela sua conservação, de acôrdo com a legislação federal e estadual vigentes;

IV — Zelar pelas artes e indústrias típicas regionais, representadas no Município;

V — Preservar a conservação de certos costumes típicos de interêsse turístico;

VI — Pugnar pela conservação e proteção dos tesouros arqueológicos e coloniais, históricos e naturais;

VII — Promover o fomento dos desportos ao ar livre; náuticos, escursões a pé, ascenção, etc.;

VIII — Promover o turismo inter-municipal, sobretudo com os municípios de maior importância turística de Pernambuco e dos Estados visinhos;

IX — Promover por todos os meios a defesa das tradições da cidade, dos costumes regionais, criando a organização de grupos de amigos da cidade.

X — Tomar parte ativa na organização do carnaval e na promoção das festas de interêsse turístico.

XI — Promover mediante concurso ou outros meios quaisquer aconselháveis, os estudos do folclore e de etnografia cultural da região.

Capitulo II

Organização interna da DEPT

Art. 6.º Para perfeita execução dos seus trabalhos, a DEPT compreenderá os seguintes serviços técnicos;

I — Serviço de Estatística, técnicamente subordinado ao IBGE, composto de duas secções especializadas; (uma de coleta e crítica e outra de apuração e sistematização);

II — Serviço de propaganda e turismo.

Art. 7.º Ao serviço de Estatística cabe a elaboração de tôdas as estatísticas que interessem ao Município do Recife, de acôrdo com o esquema fundamental do IBGE e nos têrmos do convênio estabelecido em 12 de setembro de 1942.

§ Único — Além da coleta, crítica, apuração e tabulação dos dados estatísticos, compete ainda ao Serviço de Estatística a organização das publicações técnicas de estatística.

Art. 8.º Ao Serviço de Propaganda e Turismo, incumbe: Divulgar, por todos os meios ao seu alcance, as estatísticas elaboradas pelo Serviço de Estatística; fazer a publicidade e a propaganda do Município do Recife, de acôrdo com o art. 1.º dêste Regulamento.

§ Único — Compete, ainda, ao Serviço de Propaganda e Turismo amparar as fontes de turismo no município, de acôrdo com o art. 5.º do presente Regulamento, tomando ainda as necessárias providências para o desenvolvimento do turismo local.

Capítulo III

Da representação da DEPT na Junta Regional de Estatística e no DEIP

Art. 9.º A DEPT será representada na Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística do Estado de Pernambuco pelo respectivo diretor que poderá escolher, entre os funcionários do Serviço de Estatística, dois acessores, se assim achar conveniente e no DEIP, pelo seu diretor e pelo assistente de Propaganda e Turismo.

Capítulo IV

Do pessoal da DEPT e suas atribuições

Art. 10.º O DEPT terá em seus serviços o pessoal constante do art. 1.º do Decreto Municipal n.º 369, de 6 de outubro de 1943.

Art. 11.º Ao Diretor compete:

I — Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento e as resoluções do IBGE, quer oriundas da Assembléia Geral, quer das Juntas Executivas, Central ou Regional e os têrmos do convênio de Estatística estabelecido entre o Govêrno Federal e o Govêrno do Estado, de um lado e o Govêrno Municipal do Recife, ou outro, em data de 12 de setembro de 1942;

II — Distribuir e fiscalizar, pessoalmente, os trabalhos da DEPT;

III — Manter-se em contacto com os comerciantes, indústrias, institutos, departamentos, etc., da maneira que lhe parecer mais conveniente bem assim com as repartições congêneres filiadas ao IBGE, afim de que possa realizar do melhor modo os trabalhos afetos à DEPT;

IV — Propôr as providências convenientes aos interêsses e bôa execução dos serviços e que dependam do Prefeito;

V — Apresentar, anualmente, ao Prefeito, o relatório dos seus trabalhos, acompanhado da sinopse dos que houver realizado e dos que não tiverem sido executados em tempo, com a justificação de motivo da demora;

VI — Corresponder-se diretamente, em matéria de serviço, com quaisquer pessôas, corporações ou autoridades;

VII — Expedir instruções de natureza técnica e administrativa, necessárias ao bom andamento dos serviços da DEPT;

VIII — Visar todos os documentos que tenham de sair da DEPT;

IX — Dar exercício aos funcionários nomeados empossá-los e designar-lhes o serviço em que devam trabalhar;

X — Propôr ao Prefeito o funcionário que o deva substituir na sua falta ou impedimento na direção dos serviços, devendo a escôlha ser feita entre o assistente de Propaganda e Turismo e os estatísticos-chefes, tendo-se em conta, especialmente, a capacidade técnica e funcional dos candidatos à substituição;

XI — Solicitar, por escrito e diretamente, às autoridades federais, estaduais e municipais os dados ou informações que, relacionados com os serviços a seu cargo, se tornem necessários à elaboração de estatísticas ou à propaganda do Município;

XII — Propôr ao Prefeito os funcionários que devam ser promovidos por merecimento ou antiguidade;

XIII — Impôr aos fuiconários que as merecerem, as penalidades que forem de sua alçada, conforme estiver previsto nos regulamentos do Município;

XIV — Celebrar e assinar, por delegação do Prefeito, convênios ou acôrdos que tenham por fim aperfeiçoar, simplificar e uniformizar os serviços de estatística do Município do Recife;

XV — Designar os funcionários para executar serviços externos;

XVI — levar ao conhecimento do Prefeito as ocorrências de natureza grave cuja repressão ou punição escapar às suas atribuições;

XVII — Criar os livros que se fizerem necessários para os serviços da DEPT, abrindo-os, rubricando-os e encerrando-os;

XVIII — Encerrar o ponto diário dos funcionários da DEPT, fazendo as declarações necessárias;

XIX — Informar e encaminhar diretamente aos interessados todos os pedidos de informações sôbre o Município do Recife;

XX — Informar e encaminhar todos os papéis cuja solução depender do Prefeito;

XXI — Promover a impressão de todos os trabalhos preparados para divulgação;

XXII — Impôr multas aos informantes faltosos, bem como representar aos diretores dos demais serviços municipais contra os funcionários nos têrmos do § 1.º do art. 4.º do decreto n.º 310, de 19 de março de 1942;

XXIII — Comunicar por ofício ao Prefeito a exigência de vagas que se devem preencher mediante concurso.

Art. 12.º Ao assistente de Propaganda e Turismo compete:

a) auxiliar o diretor em todos os serviços de publicidade propaganda e turismo;

b) secretariar as publicações periódicas da DEPT;

c) orientar os funcionários sob suas ordens, impondo-lhes disciplina e respeito;

d) elaborar, de acôrdo com o Diretor, comunicados para a imprensa, rádio, etc.

Art. 13.º Compete ao Estatístico-Assistente e Estatísticos, respeitado o disposto no art. 26.º;

a) orientar e excutar com os seus subordinados todos os trabalhos de técnica estatística;

b) acompanhar o movimento estatístico nacional;

c) impor disciplina e respeito aos funcionários sob suas ordens;

d) distribuir aos funcionários segundo a categoria e a capacidade de cada um, os trabalhos a serem executados;

e) obedecer e fazer obedecer às disposições regulamentares.

Art. 14.º São atribuições dos Estatísticos Auxiliares;

a) assumir a chefia dos serviços nos casos de falta e impedimento dos Estatísticos-Chefes, de acôrdo com a designação do Diretor;

b) acompanhar e executar com zêlo, proficiência e interêsse os trabalhos a cargo da secção em que servirem;

c) encarregar-se de executar, orientados pelos Estatísticos-Chefes, os trabalhos que, incluídos nas respectivas secções, exijam conhecimentos especiais;

d) secundar com inteligência e dedicação os esforços de seus superiores hierárquicos no seu dever de manter a ordem, a discipilna e a eficiência dos trabalhos a cargo da DEPT.

§ Único — O Estatístico Auxiliar, quando designado por portaria do Diretor, pode executar trabalhos de Expediente, observando o estatuído no art. 20.º.

Art. 15.º Cumpre aos Apuradores:

a) organizar e conservar em plena eficiência os cadastros e fichários da secção;

b) executar com diligência os trabalhos que lhes forem distribuídos pelos superiores hierárquicos.

§ Único — Quando um dos apuradores designado por Portaria do Diretor, houver de desempenhar funções de Expediente, deve respeitar o dispôsto no art. 20.º.

Art. 16.º Compete aos apuradores-auxiliares:

a) executar os serviços que lhes forem encaminhados pelas secções;

b) cumprir com rigorosa exatidão e interêsse os trabalhos de natureza geral distribuídos pela Diretoria.

Art. 17.º Aos agentes recenceadores de 1.ª e 2.ª cumpre:

a) executar trabalhos de coleta de dados e informações necessárias aos serviços de Estatística;

b) atender com solicitude as tarefas que lhes forem entregues pelas secções de trabalho.

Art. 18.º Incumbe aos Escreventes-Datilógrafos:

a) fazer com limpeza e correção os trabalhos dactilográficos;

b) copiar boletins, ofícios e o mais que se prender à correspondência do Expediente e das secções;

c) dar as informações que lhes forem determinadas;

d) ter as informações que lhes forem determinadas;

d) ter os papéis sob sua guarda bem classificados e em ordem para qualquer verificação.

Art. 19.º Ao desenhista compete:

a) executar os trabalhos de desenhos diagramas e cartogramas, necessários à representação gráfica das estatísticas elaboradas;

b) levantar e manter em dia e em ordem de acôrdo com o Diretor e em colaboração com os chefes de secções, o cadastro estatístico do município da Capital, no que diz respeito às suas condições fisiográficas;

c) executar todos os trabalhos de estatística gráficas, de acôrdo com os princípios matemáticos aplicáveis no caso e com a técnica de desenho;

d) realizar os demais serviços da sua especialidade necessários à Repartição;

e) ter sob sua guarda e responsabilidade o material e instrumentos de desenho.

Art. 20.º Ao Estatístico Auxiliar ou Apurador, designado pelo Diretor para encarregar-se do Expediente, compete:

a) realizar e dirigir todos os serviços do Expediente da Repartição, tendo a seu cargo ainda a direção dos funcionários auxiliares dêste serviço;

b) minutar o expediente do Gabiente, devendo-o e corrigindo-se antes de submetido à assinatura do Diretor;

c) providenciar sôbre a aquisição de objetos necessários ao expediente da DEPT, redigindo os respectivos pedidos e empenhos;

d) preparar o extrato mensal do ponto dos funcionários da DEPT a ser enviado à Secretaria da Prefeitura e Diretoria de Fazenda;

e) dirigir e fiscalizar todo o serviço de contabilidade, assentamentos de pessoal e registro da correspondência expedida ou recebida pela DEPT;

f) dirigir o trabalho de arquivos de documentos tendo à sua guarda, em bôa ordem, todo o material do expediente.

Art. 21.º São atribuições do contínuo:

a) abrir e fechar as dependências ocupadas pela DEPT nas horas marcadas pelo Diretor;

b) cumprir as ordens de serviço determinadas pelos superiores;

c) dirigir e executar os serviços de limpesa e asseio da DEPT e dos móveis aí instalados;

d) receber e fazer entrega da correspondência recebida e expedida;

e) manter a ordem nas dependências reservadas ao público, recorrendo aos superiores sempre que se fizer necessário;

f) impedir a entrada de extranhos nas dependências de DEPT;

g) ter a seu cargo a responsabilidade dos objetos da DEPT;

Art. 22.º São deveres do Servente;

a) substituir o contínuo nos impedimentos e ausências.

b) cumprir as órdens recebidas pelos seus superiores;

c) executar os serviços de limpeza e de asseio.

d) conduzir todos os papéis que lhes forem designados.

Art. 23.º Compete ao motorista:

a) atender com presteza e pontualidade aos serviços que lhes forem designados;

b) observar rigorosamente o Regulamento Geral do Trafego Público;

c) manter em estado de perfeita conservação e asseio o material que lhe fôr entregue e conservar o carro sob a sua responsabilidade em condições de trafegar;

d) responder pelo extravio de peças do carro e pelas avarias nêle ocasionadas por imperícia, negligência ou imprudências;

e) zelar pela economia do combustível e dos sobressalentes.

CAPÍTULO V

Das substituições e promoções

Art. 24.º As substituições dos funcionários da DEPT far-se-ão na ordem rigorosamente hierárquica e tanto quanto possível, tendo-se em conta a capacidade técnica e funcional dos candidatos à substituição.

§ Único — As substituições e promoções dos funcionários que não ficarem subordinados ao Serviço de Estatística, no âmbito do IBGE, serão feitas de acôrdo com o Decreto Estadual n.º 792, que instituiu o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis dos Municípios do Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO *VI*

Das disposições gerais e transitórias

Art. 25.º As vagas existentes no quadro da DEPT serão preenchidas por concurso, na parte referente à estatística de acôrdo com o programa do IBGE e, nos demais casos, de acôrdo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis dos Municípios do Estado e com a regulamentação decorrente que fôr baixada a respeito.

Art. 26.º As chefias das secções do Serviço de Estatística caberão ao estatístico-assistente e aos estatísticos, sendo a designação feita pelo Prefeito mediante proposta do Diretor.

§ Único — Os Estatísticos, quando respondendo por uma Secção, terão direito a uma gratificações funcional, correspondente à diferença entre os vencimentos do seu cargo e o de Estatístico-Assistente.

Art. 27.º Os casos omissos dêste regulamento, serão resolvidos, no que forem aplicáveis, de acôrdo com as disposições de Regulamento da Prefeitura e do Estatuto dos Funcionários Públicos Civís dos Municípios do Estado de Pernambuco.

Recife, 20 de outubro de 1943. — *A. de Novais Filho*, Prefeito.

(D.O. — Pernambuco 23-10-943)

★

O Boletim do Conselho Nacional de Geografia é distribuído gratuitamente aos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a determinadas instituições e personalidades, a critério da direção, destinando-se os exemplares restantes, à venda pública.

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Comissão Censitária Nacional

Ementário das Resoluções n.os 1 a 14 aprovadas no ano de 1938

Resolução n.º 1 — de 28 de maio de 1938
Dá regimento aos trabalhos da Comissão.

Resolução n.º 2 — de 1 de junho de 1938
Propõe o orçamento prévio do Recenseamento de 1940 e discrimina a verba necessária aos serviços censitários em 1939.

Resolução n.º 3 — de 10 de junho de 1938.
Fixa a distribuição, nos meses restantes do exercício de 1938, da dotação concedida a Comissão Censitária Nacional.

Resolução n.º 4 — de 24 de junho de 1938.
Propõe a ampliação da Comissão Censitária Nacional.

Resolução n.º 5 — de 6 de julho de 1938.
Dispõe sôbre a propaganda das operações destinadas ao recenseamento nacional de 1940.

Resolução n.º 6 — de 15 de julho de 1938
Autoriza o pedido de verba suplementar para a execução de obras na séde do Serviço Nacional de Recenseamento.

Resolução n.º 7 — de 12 de agôsto de 1938.
Dispõe sôbre as atividades conferidas ao assistente-técnico Benedito Silva, em comissão nos Estados Unidos.

Resolução n.º 8 — de 12 de agôsto de 1938.
Confere encargos aos delegados brasileiros à XXIV sessão do Instituto Internacional de Estatística.

Resolução n.º 9 — de 19 de agôsto de 1938.
Concede refôrço à verba "Material" do orçamento aprovado pela Resolução n.º 3, de 10 de junho de 1938.

Resolução n.º 10 — de 25 de agôsto de 1938.
Solicita ao Govêrno a elevação provisória da Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, a categoria de "órgão central" dos serviços geográficos integrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Resolução n.º 11 — de 27 de agôsto de 1938.
Aprova as bases para a elaboração do Decreto-lei que deverá dispor sôbre os Recenseamentos Gerais do Brasil.

Resolução n.º 12 — de 9 de dezembro de 1938.
Dirige um apêlo aos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística relativamente à execução de medidas preliminares ao Recenseamento Geral da República em 1940.

Resolução n.º 13 — de 30 de dezembro de 1938.
Concede refôrço à sub-consignação n.º 14 da verba "B — Material" do orçamento aprovado pela Resolução n.º 3, de 10 de junho de 1938.

Resolução n.º 14 — de 30 de dezembro de 1938.
Autoriza o pagamento pela sub-consignação n.º 17, da verba "C — Encargos Diversos", do excesso de despesa verificado sôbre a previsão da sub-consignação n.º 2, da verba "A — Pessoal".

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontram em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Conselho Nacional de Estatística
Assembléia Geral

Íntegra das resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1936

Resolução n.º 6 — de 29 de dezembro de 1936. Estabelece o registro regular da divisão territorial e o da organização do Atlas Corográfico Municipal do Brasil.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições:

Considerando o caráter fundamental das nomenclaturas e dos levantamentos geográficos e estatísticos referentes à divisão territorial;

Considerando a necessidade de ser divulgado regularmente e com absoluta segurança e coerência o quadro geral da aludida divisão.

Resolve:

Art. 1.º Os serviços e repartições componentes do Instituto adotarão os algarismos que, sôbre a superfície do Brasil e de cada uma das suas unidades políticas, forem fixados justificadamente pela secção de estatística territorial do Ministério da Agricultura, com audiência das repartições especializadas e aprovação da Junta Executiva Central.

§ 1.º — Fixados êsses algarismos, terão êles a maior estabilidade possível, evitando-se alterá-los em virtude de retificações de limites que não tenham sensível significação em face do êrro provável na medição da superfície regional.

§ 2.º — A medição das superfícies tomará por base o âmbito de efetiva jurisdição do govêrno de cada unidade política, não levando em conta, a não ser em nota explicativa, as superfícies não jurisdicionadas, objeto de questões de limites.

Art. 2.º As repartições centrais regionais enviarão com perfeita regularidade, no correr do ano, a cada uma das repartições centrais federais e comunicação de todos os atos dos poderes constitucionais das respectivas unidades políticas, unidades políticas, que introduzirem alterações no quadro da divisão territorial.

Art. 3.º As mesmas repartições regionais enviarão também à Diretoria de Estatística Geral, devidamente anotados, os números do órgão oficial em que saírem publicados quaisquer projetos, atos ou decisões relativos ao quadro territorial.

Art. 4.º Colaborando ainda no preparo do respectivo prontuário anual, cada repartição central regional remeterá pela via mais rápida, à Diretoria de Estatística Geral, do Ministério da Justiça, — que fornecerá os competentes modelos — mapas de recapitulação anual e confirmação, relativamente a cada modalidade de alterações nos quadros da divisão territorial a saber, para cada um dos quadros de circunscrições (administrativo, judiciário, etc.):

I — circunscrições criadas;
II — circunscrições instaladas;
III — circunscrições que tiveram a sede transferida;
IV — circunscrições que passaram a ter nova denominação;
V — circunscrições que foram elevadas ou rebaixadas de categoria;
VI — circunscrições que sofrerem alterações de limites;
VII — circunscrições suprimidas.

Art. 5.º Sendo indispensável para a estatística brasileira o cômputo das superfícies dos municípios — como divisão de caráter fundamental — as repartições regionais mobilizarão todos os recursos ao seu alcance, afim de avaliar com tôda a precisão possível as referidas superfícies, fazendo as emendas decorrentes das modificações do quadro municipal ou de levantamentos mais rigorosos.

Art. 6.º Para que os anuários estatísticos federal e regionais — a serem publicados pelo Instituto em 1937 já possam apresentar o quadro completo das superfícies municipais, permitindo o cálculo das densidades territoriais de todos os fatores econômico-sociais computados pela estatística brasileira, a Junta Executiva Central, pelo órgão da Secretaria Geral do Instituto e com o concurso que puderem prestar os sistemas federal e regionais, e especialmente a secção de estatística territorial da Diretoria de Estatística da Produção, iniciará imediatamente trabalho intensivo de coleta e coordenação dos elementos necessários à determinação exata ou aproximada das superfícies dos municípios.

Art. 7.º Êsse trabalho objetivará simultâneamente a substituição dos resultados aproximados ora existentes, pelos resultados exatos, no que concerne à caracterização das sedes municipais quanto:

I — á altitude;
II — á latitude; e
III — á longitude.

Art. 8.º Iniciar-se-á ao mesmo tempo, com a intensidade possível, coordenado o serviço, em cada Estado e no Acre, pela respectiva repartição central de estatística, e no sistema federal, pela Diretoria de Estatística da Produção (secção de estatística territorial), o estudo sistemático dos limites inter-municipais e inter-distritais, tendo em vista descrever as linhas divisórias fixadas em lei ou reconhecidas pela tradição:

I — quanto aos distritos, destacando cada confrontação inter-distrital;
II — quanto aos municípios, discriminado cada confrontação inter-municipal;
III — identificado, sempre nitidamente, o ponto em que terminar uma confrontação e começar outra;
IV — quando os limites não forem naturais, referindo complementarmente os acidentes topográficos próximos que permitam identificá-los a qualquer tempo;
V — acompanhando sistemàticamente, para cada circunscrição, o respectivo perímetro no sentido N. — E.—S.—O., mas de modo rigorosamente coerente com a descrição inversa constante dos limites das circunscrições confrontantes.

Art. 9.º Complementarmente aos trabalhos determinados nos artigos precedentes, será in-

tensificada pela escção de estatística territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, a coordenação de elementos para a organização do Atlas Corográfico Municipal do Brasil.

Parágrafo único. Os esforços da referida Diretoria nêsse sentido serão apoiados e secundados, quanto possível, pelas Juntas Executivas — Central e Regionais, as quais procurarão utilizar, além do concurso dos próprios municípios e de todos os órgãos do Instituto, os auxílios a alcance de tôda a administração federal e regional, especialmente a colaboração dos seguintes órgãos:

I — serviços geográficos militares;
II — comissões, serviços ou departamentos geográficos regionais;
III — serviços ou departamentos rodoviários;
IV — serviços ou departamentos de terras;
V — serviços ou institutos astronômicos ou meteorológicos;
VI — inspetorias de estradas de ferro;
VII — Departamento Nacional dos Correios e Telegráfos;
VIII — Departamentos de Assistência aos Municípios.

Art. 10. Os mapas do Atlas Corográfico Municipal do Brasil obdecerão a plano e convenções uniformes para todo o país, desenhados em escala apropriada a um ou outro de dois formatos padrões, correspondentes respectivamente a uma fôlha simples ou dupla da publicação.

§ 1.º — O mapa municipal pròpriamente dito representará, com a minúcia possível, mas com sistematização perfeita, a corografia física e política do município, com base na divisão distrital:

§ 2.º — Como ilustração marginal, o mapa de cada município conterá:

I — a planta do quadro urbano e suburbano da sede (cidade ou vila), com indicação da densidade predial;
II — alguns dos mais interessantes aspectos locais;
III — a miniatura do contôrno do Estado, com a localização em negro, sôbre fundo branco, da superfície correspondente ao município;
IV — um quadro com a indicação das coordenadas dos pontos já rigorosamente determinados;
V — um pequeno quadro, por distritos da superfície e população (absoluta e relativa) do município;
VI — o emblema municipal;
VII — a indicação da data de creação e instalação do município.

§ 3.º — Cada mapa municipal será acompanhado de uma fôlha de texto com um resumido esquema estatístico contendo, em plano sistemático, os dados mais expressivos sôbre os vários aspectos da vida municipal, segundo a divisão básica dos assuntos, adotado no *Anuário Estatístico do Brasil*.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1936, 1.º do Instituto. Conferido e numerado. — *Benedito Silva*, secretário assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. — *M. A. Teixeira de Freitas*, secretário geral do Instituto.

★

Resolução n.º 8 de 30 de dezembro de 1936.

Determina as providências que serão solicitadas aos Poderes Públicos, em 1937, para o aperfeiçoamento da estatística brasileira e preparação do recenseamento de 1940.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições:

considerando as finalidades do Instituto Nacional de Estatística e os solenes compromissos assumidos solidàriamente pelo Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre e atendendo à conveniência de fixar as medidas governamentais que, decorrentes daqueles compromissos, vêm sendo reclamados pela situação do sistema estatístico brasileiro;

considerando a necessidade de proceder-se, em 1940, ao novo recenseamento geral da República, ou, ao menos, a um grande levantamento estatístico sistemático, compreendendo inquéritos muito mais desenvolvidos do que os atualmente realizados, e que dêm, assim, a conhecer de modo satisfatório, naquele ano, a complexa realidade brasileira;

considerando que numa ou noutra hipótese, são necessários trabalhos preparatórios difíceis e vultosos, sem os quais não se pode evitar a precàriedade dos resultados de tais levantamentos;

considerando, porém, que cabem à União a responsabilidade e o onus dos recenseamentos gerais, e, conseqüentemente, das suas operações preparatórias ou supletivas;

considerando, entretanto, que tais operações uma vez criado o Instituto Nacional de Estatística, deverão correr sob a responsabilidade exclusiva do mesmo, distribuídas racionalizadamente as tarefas pelos seus diversos órgãos federais, regionais e municipais, competindo, porém, à União, as respectivas despesas;

Resolve:

Art. 1.º A Junta Executiva Central representará, fundamentadamente, aos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, até 31 de março de 1937, solicitando-lhes o encaminhamento das medidas constantes do plano orgânico que apresentar e no qual se consubstanciem todos os objetivos práticos fixados nos compromissos e nos votos da Convenção Nacional de Estatística, e ainda dependentes de atos dos Poderes Legislativos e Executivos.

Art. 2.º As Juntas Executivas Regionais empenharão todos os esforços no sentido de aplainar as dificuldades que porventura embaracem a execução do plano fixado e formularão em tôdas as oportunidades, perante os respectivos Governos, as sugestões e representações tendentes à iterativa realização das medidas constantes do dito plano.

Art. 3.º As Juntas Executivas Regionais terão particularmente em vista a inclusão, nos orçamentos de 1938, de verbas que permitam a satisfatória eficiência dos órgãos estatísticos delas dependentes e que, no mínimo, assegurem às respectivas repartições centrais;

I — O equipamento mecânico indispensável;

II — O aparelhamento em fichários, classificadores, etc., de maneira que os seus arquivos possam ter a real significação e proveito a que se destinam;

III — Os recursos para a impressão, não só do anuário estatístico regional, mas ainda das publicações especiais que devam dar utilidade aos resultados das investigações realizadas;

IV — A conveniente seleção e remuneração do corpo de agentes itinerantes, previstos na cláusula sétima da Convenção Nacional de Estatística;

V — A inclusão de, pelo menos, um desenhista-cartógrafo no respectivo quadro, se êste ainda não possuir funcionários dessa especialização.

Parágrafo único. Como objetivo urgente e de significação mais importante, empenhar-se-ão as Juntas Executivas em conseguir as providências para que o levantamento do comércio de exportação entre as respectivas unidades políticas se execute segundo plano fornecido pela Diretoria de Estatística Econômica e Finan-

ceira do Ministério da Fazenda, e de acôrdo com o disposto na cláusula XXI da Convenção, de maneira que essa estatística abranja o movimento desde 1.º de janeiro e possa assim fornecer, pela sistematização a cargo daquela repartição federal, a devida contribuição regional para a determinação das correntes comerciais internas do país, no seu duplo aspecto de importação e exportação interestadual.

Art. 4.º A Junta Executiva Central, quando tiver de representar ao Govêrno da República, solicitará a inclusão, no orçamento geral de 1938, não só de verba para os compromissos normais do Instituto, como das importâncias previstas na cláusula II, letra p, da Convenção e de uma verba extraordinária, de 3 800 contos, no mínimo, destinada ao início dos trabalhos preparatórios do recenseamento geral (demográfico, econômico e social), de 1940.

§ 1.º — A referida verba, que constituirá "auxílio" ao Instituto, na forma do art. 24, alínea I, do decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, será distribuída, em números redondos, da fórma seguinte;

I — 1 500 contos para gratificação de 1:000$ pagos em quatro quotas trimestrais, a cada um dos agentes municipais de estatística, ou delegados de repartições regionais, afim de lhes poder o Instituto exigir o trabalho intenso de pesquisa, indagação e arrolamento, necessário ao serviço preparatório do censo.

II — 1 100 contos auxílio às repartições centrais regionais, afim de se habilitarem com o aparelhamento e o pessoal extraordinário contratado, necessários à execução das tarefas que lhes atribuir o plano geral traçado, ficando assentado, como critério de distribuição, o da proporcionalidade com a população das unidades políticas, na base de 30 contos pelos primeiros 100 000 habitantes e um conto para cada um dos demais grupos do mesmo efetivo.

III — 1 000 contos como verba suplementar distribuída em quotas de 200 contos a cada uma das cinco repartições centrais federais, para que alarguem, intensifiquem e atualizem aqueles de seus trabalhos que constituirem base, subsídio ou complemento da operação censitária.

IV — 200 contos destinados aos trabalhos especiais que, por sua natureza, a Junta Executiva Central julgue conveniente atribuir diretamente à Secretaria Geral do Instituto.

Art. 5.º A Junta Executiva Central providenciará oportunamente para que no Plano Nacional de Educação se incluam dispositivos que generalizem no país a obrigatòriedade:

a) do registro, em cada unidade política, de todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, no respectivo departamento de educação;

b) do uso de denominações em vernáculo para todos os educandários que funcionarem no território nacional;

c) da uniformidade de escrituração escolar nos estabelecimentos de ensino primário, de acôrdo com os modelos fixados pela administração regional;

d) da admissão, em todos os educandários primários, de professores brasileiros para a parte do ensino que tenha significação nacionalista;

e) da adoção, nos estabelecimentos de ensino primário, públicos ou particulares, de um dos tipos de educação elementar cujas características fundamentais forem definidas genèricamente em lei.

Art. 6.º A Junta Executiva Central providenciará ainda no sentido de obter medidas de legislação federal que tornem obrigatória, em todo o território do país, sob sanções suficientes, a prestação fiel e pronta dos informes estatísticos necessários aos trabalhos do Instituto.

Art. 7.º O Instituto solicitará oportunamente dos órgãos administrativos competentes que mandem efetuar nos estabelecimento de ensino a propaganda conveniente do recenseamento nacional de 1940.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 1.º do Instituto. Conferido e numerado. — *Benedito Silva*, secretário assistente da Assembléia, — Visto e rubricado, — *M. A. Teixeira de Freitas*, secretário geral do Instituto.

✶

Resolução n.º 9 — de 30 de dezembro de 1936.

Estabelece normas para assegurar a unidade das estimativas demográficas brasileiras.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições;

Atendendo a que a estatística brasileira precisa realizar estimativas demográficas anuais, não só para o país, no seu conjunto, como para cada uma das suas unidades políticas e até para os municípios;

tendo em vista, entretanto, que essas estimativas devem ser coerentes entre si e com as operações censitárias parciais, eventualmente realizadas, de maneira que tanto para o Brasil, como para cada uma das suas divisões, os cômputos demográficos oficiais só registrem, para todos os efeitos uma única série de algarismos;

Resolve:

Art. 1.º As estimativas intercensitárias da população brasileira serão efetuadas anualmente pela Diretoria de Estatística Geral, que as submeterá à aprovação da Junta Executiva Central, para o fim de ficarem oficializadas pelo Instituto.

Art. 2.º Os cálculos dessas estimativas darão continuidade ao trabalho de revisão já efetuado pela Junta Executiva Central e publicado no *Anuário Estatístico do Brasil* ano II-1936, trabalho que tomou por base os recenseamentos gerais anteriores, na sua expressão regional, com retificações nas respectivas taxas de crescimento, segundo o critério fornecido pela análise dos resultados do recensaamnto paulista de 1934.

Art. 3.º Em dezembro de cada ano, a Junta Executiva Central comunicará a cada Junta Executiva Regional a estimativa populacional da respectiva unidade política para o dia 31 do dito mês. As Juntas Regionais efetuarão por sua vez, nos primeiros dias de janeiro, com os elementos que se lhes afigurarem melhores, a estimativa, para o último dia do ano findo, da população do município da capital da respectiva circunscrição política, distribuindo a diferença entre esta e a população total da circunscrição, pelos municípios interiores, adotando para êstes, ao seu critério, ou uma taxa única de crescimento ou taxas diferenciadas, segundo as regiões e tomando ainda em consideração as operações censitárias municipais que se forem acaso realizando.

Art. 4.º Transmitidos com o competente relatório à Junta Executiva Central, até 31 de janeiro, os resultados das estimativas complementares que houverem efetuado as Juntas Regionais, será publicado no *Diário Oficial* o quadro geral da população do Brasil, das suas unidades políticas e das suas capitais, calculada para 31 de dezembro do ano findo. As Juntas Executivas Regionais providenciarão concomitantemente para que se publique nos órgãos oficiais dos respectivos governos o mesmo quadro, acompanhado da discriminação dos efetivos demográficos atribuídos à sua circunscrição política, segundo a rélação dos municípios existentes (e já instalados) naquela data.

Art. 5.º Os dados de avaliação demográfica divulgados pelas Juntas Executivas do Instituto serão os únicos utilizados por todos os órgãos dêste. Fica, entretanto, entendido que quando os referidos órgãos, precisarem para fins especiais, de efetuar comparações com a

população provável em qualquer data de determinado ano, o cômputo será feito de acôrdo com a taxa geométrica de crescimento, conforme decorrer dos valores da população estimada para 31 de dezembro dêsse ano e para a mesma data do ano anterior.

Art. 6.º Poderão as Juntas Regionais, a seu critério, efetuar ou não estimativas da população dos distritos. Se o fizerem, os respectivos dados serão adotados, obrigatòriamente, pelos órgãos estatísticos municipais; não o fazendo, porém, êstes terão a faculdade de realizar as estimativas, sem que aquelas possam modificá-las ulteriormente, mas respeitada a condição de serem os seus cômputos coerentes com os resultados municipais constantes da estimativa geral da unidade política.

Art. 7.º Os anuários estatísticos — do Brasil e das suas unidades políticas — divulgarão as estimativas demográficas do Instituto, referentes a 31 de dezembro do ano anterior. Efetuado, porém, o recenseamento geral da população, publicar-se-ão os dados do censo, bem como a revisão, de acôrdo com êste, dos dados anteriormente divulgados, quanto ao período intercensitário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936. 1.º do Instituto. Conferido e numerado. — *Benedito Silva,* secretário assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. — *M. A. Teixeira de Freitas,* secretário geral do Instituto.

★

Resolução n.º 14 — de 30 de dezembro de 1936.

Fixa o plano prático da campanha estatística de 1937.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística usando das suas atribuições;

considerando a conveniência de fixar com precisão e objetividade o plano prático da campanha estatística de 1937, a qual, devendo iniciar o trabalho cooperativo do Instituto, exige programa especial que se adapte às circunstâncias particulares de cada unidade política mas assegure aos levantamentos a realizar a maior extensão e profundidade, bem assim as melhores garantias de êxito;

considerando que é preciso por em movimento desde logo tôdas as juntas executivas e repartições centrais e regionais, elevando ao máximo a contribuição de cada um dêsses órgãos que formam a parte nuclear dos sistemas regionais com os quais o sistema federal deve agora compartir solidàriamente as responsabilidades e os encargos da estatística brasileira;

considerando, por outro lado, que também a esfera administrativa municipal, articulada diretamente com a esfera estadual, deve ser chamada a participar desde já, segundo um plano orgânico prèviamente estabelecido e obediente às novas diretrizes resultantes da Convenção de agôsto das atividades estatísticas de significação nacional;

Resolve:

Art. 1.º As repartições centrais federais, balanceando a situação dos respectivos serviços, apresentarão imediatamente à Secretaria Geral do Instituto:

os modêlos de fórmulas para o levantamento de todos os cadastros cujo início ou atualização lhe sejam necessários no momento;

as fórmulas já impressas (formando 23 coleções dispostas em outras tantas pastas) que julguem convenientes ao levantamento da estatística sob a respectiva responsabilidade, indicando o período a que se deva cada uma referir para ficar inteiramente em dia;

as notas referentes a cada levantamento, que expliquem o método que preferivelmente deva ser adotado na coleta e crítica dos dados, e informem ao mesmo tempo quais os centros estatísticos ou administrativos para prestar no caso o seu concurso;

também em 23 coleções, os planos de tabulação que sejam julgados convenientes à apuração completa de cada estatística segundo o formulário adotado preferindo sistemàticamente a tabulação de fôlhas correspondentes, em matéria impressa, à capacidade de uma página do *Anuário Estatístico do Brasil.*

Art. 2.º Com relação às fórmulas de arrolamento ou simples cadastro, a Secretaria Geral organizará e fará imprimir, sem demora, um caderno de sistematização global, destinado a ser preenchido pelas agências municipais de estatística (efetivas ou de emergência), e de tal forma exposto que comporte cada informação em 3 vias, uma destinada ao arquivo da própria agência e as outras duas à repartição central regional competente, a qual conservará uma delas para seu uso, encaminhando a terceira à repartição central federal a que o assunto interesse.

§ 1.º — Êsses cadernos serão enviados pela Secretaria Geral a cada repartição central regional em número suficiente até 15 de março.

§ 2.º — As repartições centrais regionais, juntando a cada caderno as fórmulas destinadas aos arrolamentos complementares que entendam realizar, de acôrdo com a Junta Executiva Regional, enviarão, até 15 de abril, um exemplar à agência municipal de cada município, recomendando-lhe o preechimento dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento.

§ 3.º — A' medida que a repartição regional for recebendo os cadernos preenchidos, fará uma rápida revisão do material informativo, classificando em cinco grupos as vias destinadas às repartições centrais federais, e enviando a cada uma, dentro do menor prazo possível, o grupo que a interessar.

Art. 3.º No que concerne aos formulários de coleta, formadas as 23 pastas gerais, ficará uma em poder da Secretaria Geral, devendo as restantes ser distribuídas, até 15 de fevereiro, entre as 22 Juntas Executivas Regionais.

§ 1.º — Cada junta regional, uma vez de posse da pasta que lhe for destinada, examinará incontinente o respectivo conteúdo, verificando:

— a que órgão regional interessa cada assunto;

— si êsse órgão está em condições pelo êxito do inquérito e que garantias oferece nêste sentido.

§ 2.º — Verificada, no prazo de 15 dias, a parte dos inquéritos de cuja execução o sistema regional se possa incumbir com a responsabilidade solidária da junta executiva, o presidente desta telegrafará ao presidente do Instituto fazendo a competente comunicação.

§ 3.º — O assunto dessa comunicação será examinado imediatamente pela Junta Executiva Central.

§ 4.º — Esta, de acôrdo em cada caso com as razões do diretor responsável pelo assunto, e feitas as necessárias consultas ao órgão informante ou aos órgãos regionais possíveis cooperadores, fixará então a tarefa que deva caber ao sistema regional, do que se dará conhecimento urgente ao respectivo presidente.

§ 5.º — Cada repartição central federal remeterá a seguir, no menor prazo possível, aos órgãos regionais que em cada unidade política houverem fixado como seus colaboradores imediatos, o material e as instruções necessárias, mantendo-se em comunicação direta com cada um dêles.

§ 6.º — Para sanar irregularidades ou evitar fracassos, as repartições centrais federais dirigir-se-ão, fazendo as necessárias ponderações, primeiro à Junta Executiva Regional, e depois à Junta Executiva Central, se aquela não houver remediado a situação nem solicitado a colaboração direta de um técnico da organização

federal com o fim de apurar in loco as causas do fracasso e sugerir as providências para sua imediata remoção.

§ 7.º — O govêrno interessado, cientificado pela Junta Executiva Regional, e se esta não o fizer, pela Junta Executiva Central, da situação ocorrente, afim de que sejam tomadas as providências necessárias, ficando o inquérito prejudicado a cargo da repartição federal interessada enquanto perdurar a causa da atuação ineficiente da organização regional.

§ 8.º — A deliberação da Junta Executiva Central prevalecerá, quando acaso em divergência com a proposta de uma junta executiva regional, ficando a esta o recurso, — que não terá efeito suspensivo — para a Assembléia Geral do Conselho.

Art. 4.º Realizada pelos órgãos regionais com a maior diligência possível, a parte dos inquéritos e apurações de que houverem ficado encarregados, submeterão os respectivos sistemas tabulares, devidamente copiados e revistos, à Junta Executiva Regional, a qual, depois de atendidas suas ponderações para o aperfeiçoamento do trabalho, remeterá a constituição, com a rúbrica do presidente em todos os quadros, à repartição federal responsável pelo levantamento nacional a que o assunto disser respeito.

Parágrafo único. — Tendo esta única repartição revisto o trabalho, e achando-se feitas mediante a troca de correspondência necessária, as correções acaso ainda exigíveis, dos resultados definitivos, será feita comunicação à repartição regional executora, que só então os poderá publicar como definitivos, atento o disposto no parágrafo único do artigo 12 da resolução n.º 7.

Art. 5.º Dos assuntos que ficarem exclusivamente a cargo das repartições centrais federais serão fornecidas as competentes cópias, com a discriminação municipal, logo que completas as respectivas estatísticas, aos órgãos regionais coo-interessados na matéria.

Art. 6.º Competirá aos órgãos regionais, segundo plano que a respectiva junta executiva aprovar, fornecer aos municípios que os solicitarem para fins de publicação, a sinopse dos dados estatísticos definitivos, que aos mesmos disserem respeito.

Art. 7.º As repartições regionais que, de acôrdo com o parecer das respectivas juntas executivas, realizarem inquéritos especiais ou mais desenvolvidos que os inquéritos federais, poderão publicar livremente seus resultados, tendo o cuidado, porém, de evitar conflito entre os respectivos dados e os do plano nacional.

Art. 8.º Todos os órgãos do Instituto envidarão esforços para que as estatísticas de 1936 estejam concluídas e revistas até 30 de setembro, de modo que tanto nos anuários federais, como os anuários ou as sinopses regionais, se possam imprimir sem premência de tempo dentro do ano de 1937.

Parágrafo único. Quanto às estatísticas que, por qualquer circunstância, não puderem ficar concluídas e aprovadas até 30 de setembro, publicará o anuário os dados do último levantamento definitivamente concluído, desde que inéditos.

Art. 9.º Sempre que possível, os anuários regionais desdobrarão por municípios os dados das suas estatísticas, podendo, porém, subtotalizar-lhes os resultados por circunscrições ou zonas (grupos de municípios).

Art. 10. As disposições gerais destas resolução serão aplicadas sem prejuízo das disposições especiais constantes de outras deliberações da Assembléia Geral, nem dos acordos em vigor, como Convênio de Estatística Educacionais de 1931.

Art. 11. Onde ainda não estiver constituída a Junta Executiva Regional, as atribuições a ela conferidas por esta resolução entendem-se confiadas à repartição central regional, efetiva ou de emergência.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, I do Instituto. — Conferido e numerado. — *Benedito Silva*, secretário assistèntes da Assembléia. — Visto e rubricado. — *M. A. Teixeira de Freitas*, secretário geral do Instituto.

★

Resolução n.º 18 — de 30 de dezembro de 1936.

Fixa as condições de filiação, ao Instituto, das instituições e serviços geográficos.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições;

considerando que a geografia humana encontra indispensável contribuição no conhecimento estatístico dos grupos sociais;

considerando, por outro lado, que a geografia física oferece a um só tempo base e complemento aos serviços e estudos estatísticos;

considerando, por êsse modo, que a plena eficiência dos serviços estatísticos brasileiros não estará assegurada enquanto a articulação já estabelecida entre êles não se completar com a cooperação do sistema dos serviços e institutos geográficos;

considerando que essa integração do grande sistema geográfico — estatístico brasileiro é perfeitamente exequível dentro da estruturação atual do Instituto Nacional de Estatística;

considerando ainda que está em via de organização o Conselho Brasileiro de Geografia como órgão nuclear de um sistema coordenador das instituições geográficas nacionais, apoiado, para o trabalho executivo, na secção de estatística territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, uma das repartições centrais do sistema federal do Instituto;

considerando, entretanto, que é aconselhável, para a metodização e eficiência das medidas que devam decorrer da filiação, formem prèviamente os serviços e institutos geográficos um sistema próprio, de maneira que o ato respectivo venha a ter lugar relativamente ao dito sistema considerado em seu conjunto;

Resolve:

Art. 1.º E' reconhecida como legítima, em face das disposições convencionais e legais em vigor, e tècnicamente aconselhável, a filiação dos serviços e institutos geográficos ao sistema inter-administrativo integrado no Instituto Nacional de Estatística.

Art. 2.º Essa filiação ficará na dependência da instituição oficial do sistema dos serviços e institutos geográficos e da instalação do respectivo conselho de direção.

Art. 3.º Ao sistema filiando ficará assegurada, no seio do Instituto, situação de completa autonomia, rigorosamente equivalente à do sistema do serviços estatísticos.

Art. 4.º O regime a estabelecer, para que se verifique o mútuo auxílio dos dois sistemas e a convergência das respectivas atividades específicas para o fim comum, do conhecimento da terra e do homem, deverá ser fixado em reuniões conjuntas dos respectivos órgãos centrais executivos, ad referendum do plenário do Conselho Brasileiro de Geografia e desta Assembléia Geral.

Art. 5.º A unidade funcional do Instituto uma vez verificada a filiação prevista, se manterá pela presidência una de modo que o presidente do Instituto seja também o presidente nato do Conselho Brasileiro de Geografia.

Art. 6.º Verificada a filiação cujas condições gerais ficam traçadas nesta resolução, esta Assembléia Geral, ouvindo o Conselho Brasileiro

de Geografia, resolverá sôbre as sugestões que devam ser levadas ao Govêrno relativametne à denominação do Instituto e à estruturação e funcionamento de sua direção superior.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936. — 1.º do Instituto. Conferido e numerado — *Benedito Silva*, Secretário assistente da Assembléia. *Visto e rubricado — M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto.

★

Resolução n.º 21 de 30 de dezembro de 1936.

Determina providências no sentido de harmonizar as estatísticas de produção organizadas por entidades autárquicas, com os levantamentos idênticos divulgados pelo Ministério da Agricultura e repartições ou instituições estaduais.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições;

considerando que determinados ramos da produção possuem levantamentos estatísticos levados a efeito por poderosas organizações autárquicas, como o Departamento Nacional de Café, o Instituto do Alcool e do Açúcar, etc.;

considerando que os vultosos recursos que tais instituições empregam naqueles levantamentos podem e devem aliviar os erários federal e estaduais — das despesas que os respectivos serviços de estatística teriam de efetuar com aqueles levantamentos;

considerando que, a não ser assim, persistirá ainda o grande inconveniente do conflito de resultados entre levantamentos estatísticos brasileiros sôbre o mesmo assunto;

considerando, porém, que, para obviar a precária situação atual nêste particular, e ao mesmo tempo transformar as atividades estatísticas das referidas instituições em valiosas contribuições para os serviços oficiais de levantamento da produção brasileira, é indispensável estabelecer adequado regime cooperativo;

Resolve:

Art. 1.º A presidência do Instituto promoverá, com a possível urgência, o entendimento coletivo entre a Junta Executiva Central e os institutos que assistem a determinados ramos da produção agrícola ou industrial, tendo em vista harmonizar e enquadrar, em um amplo sistema cooperativo, todos os esforços que se dedicarem no país a levantamentos de estatística da produção.

Art. 2.º A cooperação em vista deverá objetivar:

I — que a Diretoria de Estatística da Produção e as repartições estaduais de análoga competência deixem de levantar diretamente os elementos estatísticos que as organizações autorizadas já estejam coligindo, ou se disponham a coligir para os seus fins próprios;

II — que os levantamentos a cargo dessas organizações se planifiquem com os requisitos de técnica e de compreensão que permitam o seu prevalecimento no quadro da estatística geral brasileira;

III — que as referidas organizações, entretanto, também harmonizem as suas atividades e os seus resultados com os das organizações congêneres de finalidade especializada, acaso existentes em alguns Estados;

IV — que a repartição central do sistema federal, responsável pela estatística da produção, possa acompanhar permanentemente, na sua intimidade, o levantamento das estatísticas delegadas e tenham meios de assegurar a permanente submissão dos respectivos trabalhos à regularidade de prazo, aos critérios e à técnica exigíveis pelo Instituto para os fins da cooperação e oficialização a estabelecer.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 1.º do Instituto. Conferido e numerado. — *Benedito Silva*, secretário assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. — *M. A. Teixeira de Freitas*, secretário Geral do Instituto.

★

Resolução n.º 22 — de 30 de dezembro de 1936.

Prescreve aos órgãos do Instituto esforços de propaganda em prol da criação, em cada município, da biblioteca, museu e arquivo municipal.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições;

atendendo a que o êxito de grande parte dos inquéritos estatísticos depende da cultura popular·

ponderando que contribuem notadametne para o desenvolvimento dessa cultura as bibliotecas, os museus e os arquivos públicos bem organizados;

considerando, especialmente, que os arquivos municipais, além de constituírem inestimável patrimônio da história nacional, são a fonte a que necessàriamente recorrem vários empreendimentos estatísticos;

tendo em vista, entretanto, que poucas, infelizmente, são as municipalidades brasileiras que dispõem de um ou outro dêsses serviços, devidamente organizados, e muito raras são aquelas que já possuem ao mesmo tempo biblioteca, museu e arquivo;

admitindo, porém, que essa situação se possa ràpidamente modificar com o enriquecimento cultural do país, se uma propaganda insistente se fizer sentir junto aos governos municipais, propaganda que, aliás, apenas reforçará a tentativa já lançada pelo Ministério da Educação com o aviso-circular I.E.-G.-300, de 22 de dezembro de 1932, concitando os governos dos Estados a um esfôrço simultâneo no intuito de provocar e amparar a iniciativa das municipalidades nêsse sentido; e

julgando possível uma colaboração eficaz do sistema estatístico brasileiro, em prol do referido objetivo;

Resolve:

Art. 1.º As juntas executivas do Instituto terão permanentemente em vista a conveniência de empregar esforços com a intenção de provocar iniciativas em prol do desenvolvimente da rêde de bibliotecas, museus e arquivos públicos municipais.

Art. 2.º A atuação a ser exercida nêsse sentido manifestar-se-á:

I — através dos serviços de publicidade a cargo dos órgãos estatísticos;

II — por intermédio da ação pessoal dos agentes itinerantes e municipais;

III — por meio de circulares periódicas dos órgãos encarregados das estatísticas culturais;

IV — tomando por pretexto o oferecimento, às municipalidades, de quaisquer contribuições (publicações, gráficos, cartazes, fac-similes de documentos históricos, etc.) que possam servir para a organização de modestas nucleares, nas secretarias dos governos municipais, das três organizações a que se refere esta resolução.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 1.º do Instituto. Conferido e numerado. — *Benedito Silva*, secretário assistente da Assembléia. — Visto e rubricado — *M. A. Teixeira de Freitas*, secretário geral do Instituto

★

Conselho Nacional de Geografia
Assembléia Geral

Íntegra das Resoluções n.os 25 a 34

Resolução n.º 25, de 19 de julho de 1938

Dá interpretação à alinea d do art. 9.º do Regulamento

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que os dispositivos do Regulamento só podem merecer interpretação favorável aos movimentos de expansão, em benefício das realizações do Conselho;

considerando que, em numerosos Estados, manifestou-se um interêsse, digno de apôio, no sentido da criação de Diretórios Municipais de Geografia, nas Capitais respectivas;

considerando que justamente na Capital existe a maior densidade demográfica, constituindo assim, de regra, o âmbito territorial de paisagem cultural mais pronunciada e o objeto mais fecundo de observações de geografia humana;

Resolve:

Artigo único — Fica interpretado que a enumeração contida na alínea *d* do art. 9.º do Regulamento, quanto à existência de Diretórios Municipais, nas sedes dos Municípios, que não forem Capitais, deve ser entendida como uma obrigatòriedade para as sedes mencionadas, porém sem constituir necessàriamente uma exclusão obrigatória para as sedes não mencionadas.

Parágrafo único — Fica, portanto, entendido que a constituição de Diretório Municipal do Conselho na Capital de um Estado ou do Território do Acre é uma providência não obrigatória, mas também não proibida, em face do Regulamento.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado; *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado, *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

✶

Resolução n. 26, de 19 de julho de 1938

Torna obrigatória aos Ditetórios Regionais e Central a apresentação de relatórios anuais à Assembléia Geral

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que o órgão de superior direção do Conselho precisa ter conhecimento exato das atividades e realizações desenvolvidas pela instituição, em todos os seus setores de ação;

considerando que o conhecimento completo e preciso da situação real dos empreendimentos do Conselho e das organizações nêle integradas habilitará à Assembléia Geral a tomar as medidas as mais acertadas, não só quanto ao aperfeiçoamento e normalização dos trabalhos, mas também quanto à conveniente intensificação e distribuição dos mesmos;

considerando a necessidade da Assembléia Geral possuir elementos, quer para a fixação das diretrizes gerais das suas iniciativas, quer para o estabelecimento das soluções, com a generalização adequada, dos problemas submetidos a sua deliberação;

considerando que os relatórios anuais, além de enriquecerem os Anais do Conselho, podem oferecer matéria interessante para estudo e para divulgação;

Resolve:

Art. 1.º Os Diretórios Regionais e Central ficam obrigados a apresentar à Assembléia Geral, anualmente, relatórios circunstanciados das suas atividades e realizações, empreendidas durante o intervalo das sessões da Assembléia.

Parágrafo único — O relatório será acompanhado dos documentos comprovantes e dos anexos indispensáveis ao conhecimento em detalhe dos assuntos relatados.

Art. 2.º Além da exposição minuciosa das atividades do Diretório e da marcha e dos resultados dos seus trabalhos, o relatório, si possível, se referirá sumàriamente à situação e atuação dos vários órgãos da administração pública, e mesmo da particular, que, no âmbito do Diretório respectivo, desenvolveram atividade de caráter geográfico.

Parágrafo único. — Cada Diretório Regional fica, a mais, obrigado a relatar a atuação dos respectivos Diretórios Municipais.

Art. 3.º O relatório, outrossim, apresentará as sugestões que visem o afastamento das dificuldades porventura surgidas no desempenho das atribuições do Diretório, em particular, e aquelas que, de modo geral se refiram ao aperfeiçoamento orgânico e funcional do Conselho e às suas realizações.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

✶

Resolução n.º 27, de 19 de julho de 1938

Constitui uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que é finalidade do Conselho promover a articulação das atividades geográficas brasileiras para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio (art. 1.º do decreto n.º 1 527, de 2 de março de 1937);

considerando que a elaboração da carta geográfica e topográfica de um País extenso, como o nosso, exige uma soma considerável de esforços e de contribuições geodésicas, topográficas e cartográficas, que cumpre aproveitar com o máximo de rendimento e de economia;

considerando as vantagens incalculáveis que advirão para o aperfeiçoamento da carta geográfica do Brasil, em suas diferentes escalas com o estabelecimento de um plano geral de uniformização dos processos de levantamento e de representação;

Resolve:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Geografia promoverá imediatamente o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira, visando a adoção em todo o País dos mesmos sistemas de projeção cartográfica e de representação convencional, para as cartas que, na mesma escala, forem levantadas pelas diferentes instituições brasileiras.

Art. 2.º Para êsse fim, fica constituída uma Comissão Técnica Especial, constituída de cinco membros, a saber: o Professor de Geodésia da Universidade do Brasil, um delegado técnico do Serviço Geográfico do Exército, um delegado técnico da Diretoria de Navegação da Armada, um delegado técnico do Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais, um delegado técnico do Departamento Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

§ 1.º — O Presidente do Instituto solicitará às autoridades superiores, de quem dependerem os membros dessa Comissão, a designação dos mesmos pelos atos administrativos competentes.

§ 2.º — Na impossibilidade da designação de qualquer dos elementos mencionados, o Presidente do Instituto escolherá, em substituição, um técnico de reconhecida especialização no assunto.

Art. 3.º Designados os membros da Comissão, pelas autoridades competentes, por solicitação do Presidente do Instituto, êste promoverá imediatamente a reunião inaugural da Comissão, nesta Capital, afim de serem eleitos o presidente e o relator da Comissão e assentadas as normas preliminares do seu trabalho.

Art. 4.º Mensalmente, no dia prèviamente combinado, haverá uma reunião da Comissão, nesta Capital.

Parágrafo único — O Conselho custeará, pela verba própria as despesas com passagens e ajudas de custa usuais e outras que se tornarem necessárias à realização dessa reunião mensal, e atribuirá a cada membro, uma quota de presença de 200$, por cada reunião a que comparecer, observados os dispositivos legais em vigor.

Art. 5.º A Comissão disporá do prazo de seis mêses, a contar da sua instalação, para apresentar o seu relatório.

Parágrafo único — Excepcionalmente, o Presidente do Instituto poderá dilatar êsse prazo, por solicitação unânime da Comissão.

Art. 6.º O relatório da Comissão, uma vez apresentado, será distribuído a todos os Diretórios Regionais, para o devido conhecimento e exame das autoridades competentes de tal forma que, na próxima sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho, possa ser baixado o plano geral da uniformização da cartografia brasileira.

Art. 7.º O Instituto, a seguir, providenciará para que sejam baixadas as leis competentes, que estabeleçam a adoção obrigatória das normas aprovadas, em todo o País.

Art. 8.º O Conselho publicará, com o título de *Plano Nacional de Coordenação cartográfica*, os documentos técnicos, legislativos e outros relativos ao assunto.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente *da Assembléia;* Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 28, de 19 de julho de 1938

Provê à criação do Departamento Central de Coordenação Geográfica

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que o Conselho Nacional de Geografia tem por finalidade reunir e coordenar os estudos geográficos referentes a território brasileiro (art. 1.º do Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937);

considerando que a compilação dos trabalhos geográficos tanto mais se impõe quanto se verifica a existência, nas várias órbitas da administração brasileira, de numerosos órgãos técnicos, encarregados de levantamentos territoriais e de pesquisas, que contribuem para um melhor conhecimento do território pátrio, tais como os serviços geográficos das classes armadas, dos Ministérios e dos Estados e os Instituto que empreendem pesquisas de geologia, de pedologia, de hidrografia, de meteorologia, de botânica, de zoologia, de economia, etc.;

considerando que o estatuto do Conselho atribui à sua Secretaria Geral as funções técnicas de coordenação dos elementos fornecidos por todos os órgãos do sistema de serviços geográficos integrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 29 do Regulamento);

considerando que a Secretaria do Conselho precisa ser convenientemente aparelhada para poder empreender essa desejada coordenação, porquanto a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura não dispõe da indispensável autonomia administrativa nem dos recursos permanentes suficientes;

considerando que ao Govêrno Federal compete promover uma ampliação da referida Secção, não só em virtude do compromisso que expressamente assumiu na Convenção Nacional

de Estatística (alínea *j* da cláusula segunda) como também pelo acréscimo das funções que atribuiu à Secção em consequência da creação do Conselho Nacional de Geografia (§ 2.º do art. 2.º do Decreto n.º 1 527);

considerando a necessidade urgente do Conselho em promover as iniciativas governamentais que permitam a conveniente criação dos serviços indispensáveis à constituição eficiente do sistema geográfico do Instituto, de modo que êste sistema, quanto antes, se equipare, em sua organização, ao sistema estatístico;

considerando que, por parte do Govêrno Federal, é possível e fácil crear, imediatamente, um indispensável departamento autônomo de coordenação geográfica, mediante ampliação da mencionada Secção especializada com os elementos próprios do Conselho, sob um regime administrativo conveniente;

considerando que a legislação federal permite a transferência à responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de serviço especializado subordinado a qualquer Ministério, mediante acôrdo com a autoridade competente (atr. 7.º do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934);

considerando, finalmente, o pronunciamento da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística formulado em sua Resolução n.º 68, de 4 de julho de 1938 (art. 2.º);

Resolve:

Art. 1.º A Presidência do Instituto providenciará, quanto antes, sôbre a exepdição de um decreto-lei federal autorizando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a fazer um acôrdo com o Ministério da Agricultura, no sentido de ser transferida à responsabilidade administrativa do Instituto a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção.

Parágrafo único. — Nêsse decreto deverá também ser dada autorização ao Instituto para instalar o "Departamento Central de Coordenação Geográfica", mediante a conveniente ampliação da referida Secção, conforme as diretrizes fixadas pela presente Resolução.

Art. 2.º O acôrdo deverá prever o seguinte:

I — DA PARTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA:

1 — a declaração de que, nos têrmos do decreto baixado, transfere à jurisdição técnica e administrativa do Instituto a Secção de Estatística Territorial, ora subordinada à Diretoria de Estatística da Produção;

2 — a cessão do Instituto, enquanto vigorar o acôrdo, a título provisório, de todo o material utilizado pelos serviços da Secção;

3 — a transferência para o Instituto do pessoal titulado e contratado, ora em exercício na Secção, devidamente discriminado pelos respectivos cargos, e a obrigação de manter êste quadro sem reduções;

4 — a atribuição ao Instituto de recursos orçamentários da Diretoria de Estatística da Produção, referentes a material permanente e de consumo e a outros encargos, de acôrdo com a distribuição que normalmente deva ser feita à atual Secção.

II — Da PARTE DO INSTITUTO:

1 — a obrigação de fornecer as estatísticas territoriais e demais trabalhos solicitados pelo Diretor de Estatística da Produção, que forem da atribuição da atual Secção de Estatística Territorial;

2 — a obrigação de ampliar a mencionada Secção, transformando-a no Departamento Central de Coordenação Geográfica, nas condições previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. — Os detalhes da Execução do acôrdo e os casos omissos serão combinados e resolvidos por correspondência oficial entre os dois Diretores interessados, de Estatística da Produção e do Departamento.

Art. 4.º O Departamento Central de Coordenação Geográfica se comporá, inicialmente, de uma Diretoria e de quatro Divisões Técnicas.

Parágrafo único. — As Divisões Técnicas se intitularão "Documentação e Informações", "Investigação", "Cartografia" e "Estatísticas Territoriais e Estudos".

Art. 5.º O Departamento terá por finalidade reunir e aproveitar os elementos fornecidos pelos órgãos do Conselho e demais trabalhos referentes ao território brasileiro, para a elaboração das expressões cartográficas e estudos geográficos que forem da alçada da Secretaria Geral do Conselho.

§ 1.º —A Diretoria exercerá a superintendência dos serviços do Departamento e o Secretariado do Conselho Nacional de Geografia;

§ 2.º — a Divisão de Documentação e Informações reunirá documentos referentes ao território nacional para dispô-los segundo normas racionalizadas e instituir um sistema eficiente de informações sôbre a geografia brasileira;

§ 3.º — a Divisão de Investigação colherá dados novos sôbre o território nacional, quer por meio de correspondência adequada, quer por meio de inquéritos a serem desenvolvidos pelos órgãos competentes do Conselho, segundo as normas que a respeito forem baixadas;

§ 4.º — a Divisão de Cartografia confeccionará os mapas cuja execução fôr atribuída ao Departamento pelos órgãos competentes do Conselho;

§ 5.º — a Divisão de Estatísticas Territoriais e Estudos elaborará as estatísticas territoriais, ora a cargo da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, preparará o Dicionário Geográfico Brasileiro e empreenderá estudos Geográficos, dentre os quais, trabalhos para a *Revista Brasileira de Geografia*.

Art. 6.º As Divisões Técnicas se subdividirão em Serviços, de acôrdo com as necessidades e as possibilidades do Conselho.

§ 1.º — A Divisão de Documentação e Informações, inicialmente, compreenderá:

1 — Serviço de Biblioteca; 2 — Serviço de Mapoteca; 3 — Serviço de Arquivo Corográfico e Fichários; 4 — Gabinete de Consultas e Informações;

§ 2.º — A Divisão de Investigação, inicialmente, compreenderá:

1 — Serviço de Coleta de Dados; 2 — Serviço de Inquéritos;

§ 3.º — A Divisão de Cartografia, inicialmente, compreenderá:

1 — Serviço de Mapas Municipais; 2 — Serviço de Registro Cartográfico; 3 — Serviço de Mapas Especiais;

§ 4.º — A Divisão de Estatísticas Territoriais e Estudos, inicialmente, compreenderá:

1 — Serviços de Estatísticas Territoriais;

2 — Serviço de Estudos Geográficos;

3 — Serviço do Dicionário Geográfico.

Art. 7.º Nos Serviços do Departamento haverá cinco denominações de cargos: Diretor, Secretário Assistente, Chefe de Divisão, Encarregado de Serviço e Auxiliar.

Parágrafo único — O cargo de auxiliar compreenderá subdivisões, de acôrdo com as especializações e com as classes.

Art. 8.º Os cargos do Departamento serão preenchidos:

a) pelos Funcionários titulados e contratados, ora em exercício na Secção de Estatística Territorial, cuja transferência para o Instituto fôr determinada no acôrdo que será feito entre o Ministério da Agricultura e o Instituto;

b) pelos Funcionários que forem contratados pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para servirem no Departamento, remunerados pelas verbas próprias do Instituto.

Art. 9.º Anualmente, de acôrdo com as necessidades dos Serviços e com as verbas próprias do Conselho, o Diretor do Departamento submeterá à aprovação do Presidente do Instituto o quadro do pessoal do Departamento, com as necessárias especificações e distribuição, classificação, e remuneração.

Parágrafo único — A remuneração do pessoal do Departamento será, sempre que possível, igual à correspondente aos cargos equivalentes da administração federal.

Art. 10 — O cargo de Diretor do Departamento será preenchido pelo chefe da Secção de Estatística Territorial que, além dos seus proventos atuais, recebera do Conselho um auxílio mensal de um conto de réis para representação.

Art. 11 Os cargos de Chefe de Divisão, de Encarregado de Serviço e de Secretário Assistente serão preenchidos, de preferência, pelos Funcionários componentes da atual Secção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O Conselho atribuirá uma gratificação de função, adicional, ao Funcionário da Secção que exercer o cargo de Secretário Assistente, Chefe de Divisão ou de Serviço do Departamento, ou preencher um cargo mais elevado, de tal modo que a remuneração global atinja ao quantitativo prevista no art. 9.º, Parágrafo único.

Art. 12. O Presidente do Instituto, ouvido o Diretório Central do Conselho, resolverá os casos omissos e outros que não forem da alçada do Diretor do Departamento, ficando reservada à competência da Assembléia a deliberação sôbre questões referentes à estrutura do Departamento e as que signifiquem alteração ou ampliação da presente organização.

Art 13 A instalação do Departamento Central de Coordenação Geográfica, que deverá ser solene, se dará em data prèviamente marcada pelo Diretório Central do Conselho, em Resolução especial.

Art. 14. As despasas com a instalação e o funcionamento do Departamento, no corrente exercício, correção pelas consignações próprias das verbas I e II do orçamento do Conselho, reforçadas pela verba III e suas consignações, sem prejuizo dos encargos nesta previstos, e se houver ainda necessidade, o Diretório Central, em resolução fundamentada, solicitará da presidência do Instituto a suplementação precisa.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto

★

Resolução n.º 29, de 20 de julho de 1938

Recomenda aos Governos Regionais que promovam uma cooperação direta entre as administrações municipais e a regional para a execução dos mapas municipais e das plantas das sedes municipais e distritais, determinada pelo decreto-lei nacional n. 311 de 2 de março de 1938

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que o decreto-lei n.º 311 foi sugerido ao Govêrno Federal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cujos Conselhos Nacionais foi entregue a fixação das normas da sua execução;

considerando que cada Unidade Federada e os seus Municípios, por fôrça da referida lei nacional, estão sujeitos a obrigações correlacionadas, as quais, para melhor se completarem devem obedecer a diretrizes harmônicas;

considerando que os Municípios, em grande número, sentirão dificuldades, técnicas e administrativas, para a execução dos trabalhos que lhe estão afetos, dificuldades que cumpre atenuar, tanto quanto possível;

considerando que as administrações municipais estão sujeitas à fiscalização de Departamentos Estaduais, segundo inspirada inovação dos últimos anos na técnica administrativa, a qual representa uma evolução, pela prática da uniformidade e da feição de conjunto nas realizações municipais;

considerando que, em matéria de âmbito territorial, a caracterização das linhas perimétricas, sempre delicada, se tornará heterogênea, e por isto mais sujeita a divergências, si cada Município executar o mapa do seu território isoladamente;

considerando que os mapas municipais, a cargo das respectivas Prefeituras, devem obedecer à lei geral, qüinqüenal sôbre a divisão territorial, que compete ao Estado baixar;

considerando as vantagens apreciáveis quanto à economia, à perfeição, à uniformidade e à rapidez, que advirão da centralização técnica e administrativas dos trabalhos relativos aos mapas municipais e às plantas das cidades e vilas;

considerando os resultados notáveis obtidos pela administração do Estado de Minas Gerais com a centralização dos trabalhos, a qual está sendo também planejada pelo Estado de São Paulo;

considerando, finalmente, que a centralização dos trabalhos determinados pela lei nacional n.º 311, permitirá, para cada Unidade Federada, a concentração de elementos valiosos para a formação inicial de um serviço geográfico permanente ou o refôrço do serviço porventura já existente;

Resolve:

Art. 1.º Fica reconhecida como solução a mais recomendável para a execução dos mapas municipais, determinada pelo art. 16 do decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, a centralização técnica e administrativa dos respectivos trabalhos no Serviço Geográfico do Estado; na falta dêste, na Repartição técnica competente e, ainda na falta, na Comissão, a que o assunto estiver afeto.

Parágrafo único — Para bôa marcha dos trabalhos, é conveniente que a Comissão Revisora da Divisão Administrativa do Estado, si não depender diretamente do Chefe do Govêrno Regional, se subordine à Secretaria de Estado à qual pertença o Serviço Geográfico ou Repartição, que deverá superintender os trabalhos técnicos referidos.

Art. 2.º Recomenda-se que cada Unidade Federada, a exemplo do que fizeram os Estados de Minas Gerais e São Paulo, promova uma cooperação direta das Prefeituras respectivas,

de tal modo que, estabelecida a unidade de direção técnica e administrativa, se possam desenvolver, com a uniformidade, a presteza e a perfeição, as melhores possíveis, os trabalhos da elaboração dos mapas municipais, reunidos os recursos a isto destinados quer pelas administrações municipais quer pela regional.

Art. 3.º Recomenda-se, para isto, uma das duas modalidades seguintes:

1.ª — O Govêrno Regional baixar um decreto-lei especial, estabelecendo o sistema de cooperação, no qual ficariam definidas as obrigações recíprocas: 1) da parte das Prefeituras, a obrigação do pagamento das contribuições respectivas, de acôrdo com a tabela que fôr baixada, a do fornecimento de informações e dados e demais obrigações; 2) da parte do Estado, a obrigação da elaboração dos mapas municipais, de acôrdo com as normas e prazos fixados pelas leis, estabelecimento do plano geral do trabalho em suas características técnicas e financeiras.

2.ª — O Govêrno Regional autorizar ao Serviço Geográfico ou Repartição competente a fazer ajustes com as Prefeituras, pelos quais mediante contribuições destas para o Serviço ou Repartição, obedientes a uma tabela geral, prèviamente aprovada, sejam executados os mapas municipais, dentro do prazo e das exigências, estipulados por lei, tudo de acôrdo com um plano geral de trabalhos, prèviamente aprovado e publicado.

Parágrafo único — A título de exemplo, integra-se nesta Resolução o plano de cooperação adotado pelo Estado de Minas Gerais, sob o regime de ajuste, bem como o palno elaborado pelo Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo e pelo mesmo proposto ao Govêrno do Estado.

Art. 4.º Com os recursos reunidos para a execução dos mapas municipais, o Govêrno Regional, além do material técnico necessário aos trabalhos, proverá à instalação de um Serviço Geográfico permanente, e si já houver, ao refôrço do serviço existente.

Art. 5.º O Conselho Nacional de Geografia estudará a modalidade mais rápida e eficiente da possível contribuição da União nos levantamentos topográficos dos Municípios, em colaboração com os Estados, e proporá ao Govêrno Federal as medidas administrativas adequadas.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 30, de 20 de julho de 1938

Modifica o parágrafo 2.º do artigo 2.º do Regimento do Diretório Central

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que o Regimento do Diretório Central não estabelece reuniões ordinárias para o seu plenário, que só se reúne quando convocado;

considerando que a realização de reuniões em dias certos não só estabelece um rítmo de trabalho proveitoso mas também facilita o encontro dos membros do Diretório, todos atarefados com os seus afazeres normais;

considerando que a matéria afeta ao Direrio Central cada vez mais se avoluma, com o desenvolvimento das atividades do Conselho;

Resolve:

Artigo único — O parágrafo 2.º do artigo 2.º da Resolução n.º 2, de 12 de julho de 1937, da Assembléia Geral, passa a ter a seguinte redação:

> "O Diretório reunir-se-á em plenário, ordinàriamente, na séde do Instituto ou da Secretaria Geral do Conselho, no terceiro dia útil de cada quinzena e, extraordinàriamente, sempre que fôr convocado".

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 31, de 20 de julho de 1938

Determina a distribuição prévia dos ante-projetos de resolução a serem apresentados à Assembléia Geral

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das sua satribuições;

considerando que, às vêzes, em projetos de resolução, são submetidos à deliberação da Assembléia assuntos intimamente ligados aos interêsses de um ou mais Governos nela representados;

considerando que a distribuição prévia dos ante-projetos, num prazo estabelecido, facilitará grandemente a marcha dos trabalhos da Assembléia;

considerando que os Governos Regionais, conhecedores dos assuntos a serem tratados, poderão orientar os seus delegados à Assembléia Gerais;

Resolve:

Art. 1.º Fica estabelecido que, até o dia 30 de maio de cada ano, cada Diretório Regional remeterá à Secretaria Geral do Conselho e aos Diretórios congêneres os ante-projetos de

resolução que pretenda apresetnar à Assembléia Geral.

Art. 2.º A Secretaria Geral do Conselho, igualmente, enviará aos Diretórios Regionais, dentro do mesmo prazo, os ante-projetos que pretenda apresentar e um programa preliminar dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 3.º Os projetos de resolução que não tiverem obedecido à determinação supra só poderão ser aceitos pela Assembléia Geral si subscritos, pelo menos, por cinco delegados.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 32, de 20 de julho de 1938

Aprova o parecer da Comissão de Finanças referente às contas do Conselho

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente a sua incumbência expressa de fiscalizar a aplicação dos recursos do Conselho (alínea g, § 1.º do art. 20.º do Regulamento);

considerando os têrmos do parecer unanimemente proposto pela Comissão de Finanças, o qual se integra à presente Resolução;

considerando que não há conveniência do Conselho possuir um serviço de contabilidade próprio, uma vez que a secretaria geral do Instituto dispõe do serviço central competnete.

Resolve:

Art. 1.º Tôda a escrituração das despesas efetuadas por conta das verbas orçamentárias do Conselho, será feita pelo Serviço de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 1.º — O Serviço de Contabilidade do Instituto fará registro, em conta corrente, das verbas, com suas consignações e sub-consignações; atribuídas ao Conselho, e mensalmente apresentará ao Secretário do Conselho um balancete do estado das mesmas.

§ 2.º — O pagamento das despesas do Conselho será feito mediante requisição do seu Secretário, acompanhada pelos comprovantes competentes, em duas vias, visados os documentos pelo Secretário Geral do Instituto.

Art. 2.º Fica declarado em órdem e de acôrdo com as normas legais a escrituração dos recursos do Conselho até o dia 30 de junho de 1938, assim como aprovado o parecer da Comissão de Finanças, relativo às contas do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º A tomada das contas do Conselho relativas ao exercício de 1938, será feita pela Assembléia Geral em sua sessão ordinária de 1939.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 33, de 20 de julho de 1938

Defina a natureza dos serviços afetos à Secretaria Geral do Conselho e provê, provisòriamente, ao seu conveniente desenvolvimento, enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que o decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, atribuíu a organização e a superintendência dos serviços da Secretaria Geral do Conselho à Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura;

considerando que a referida Secção não dispõe dos recursos necessários para a indispensável ampliação e intensificação dos serviços da Secretaria do Conselho, que cada vez mais se avolumam, nem siquer recursos para conceder aos seus funcionários as justas gratificações pelo acréscimo de responsabilidades e pelos serviços executados em horas fora do expediente normal;

considerando, portanto, que compete ao Conselho, pelas verbas próprias, conceder à sua Secretaria os recursos que necessita;

considerando que a Secretaria do Conselho tem também as funções técnicas de coordenar os elementos fornecidos por todos os órgãos do sistema dos serviços geográficos brasileiros (art. 29.º do Regulamento);

considerando que a Assembléia Geral, em sua Resolução n.º 28, de 19 de julho de 1938, resolvendo devidamente o assunto, deliberou prover à transformação da referida Secção no Departamento Central de Coordenação Geográfica, mas tendo em vista que, enquanto não for instalado êsse Departamento, devem ser concedidos, desde já, os elementos necessários de que carecem os serviços da Secretaria do Conselho, mesmo sob uma forma provisória;

Resolve:

Art. 1.º Além dos serviços de expediente e de publicidade do Conselho Nacional de Geografia, a sua Secretaria desenvolverá serviços técnicos.

Art. 2.º Os serviços técnicos da Secretaria compreenderão quatro setores: "Documentação", "Investigação", "Cartografia", e "Estudos".

Parágrafo único — Cada setor se desdobrará em órgãos, de acôrdo com o desenvolvimento dos trabalhos, com as necessidades do serviço e as possibilidades financeiras do Conselho.

Art. 3.º Além do pessoal titulado e contratado de que dispuzer a Secção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura, a Secretaria do Conselho disporá do pessoal extranumerário que, pelas verbas próprias do Conselho Nacional de Geografia, forem contratados.

Art. 4.º Enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica, fica a Presidência do Instituto autorizada a contratar o seguinte pessoal, destinado aos serviços normais da Secretaria do Conselho Nacional de Geografia;

1 encaregado da correspondência e da publicidade, com os vencimentos mensais de .... 1:000$000; 2 dactilógrafos, a 400$ cada um; 2 auxiliares para o setor da Documentação, a 400$ cada; 2 auxiliares desenhistas para o setor da Cartografia a 500$ cada; 1 auxiliar para o setor da investigação, a 400$; 1 auxiliar para o setor de Estados, a 500$.

§ 1.º — O Secretário do Conselho fará a indicação dos nomes para o preenchimento dos cargos, e a justificará devidamente.

§ 2.º — O Diretório Central, em resolução especial, autorizará, o contrato de outros auxiliares que se tornarem necessários aos Serviços da Secretaria do Conselho.

Art. 5.º Ao funcionário da Secção de Estatística Territorial que exercer chefia de setor de serviço ou de órgão da secretaria, o Diretório Central, madiante proposta do Secretário do Conselho, em resolução especial, poderá atribuir uma gratificação de função provisória.

§ 1.º — A gratificação de função de chefe de setor e de órgão será, no máximo de 300$ e 200$ respectivamente.

§ 2.º — Ficam autorizadas as seguintes gratificações de função: de 300$ ao Secretário Assistente; de 300$ ao Chefe da Cartografia; de 200$ ao encarregado de Arquivo Corográfico; de 200$ ao encarregado da mapoteca.

Art. 6.º Pelos serviços prestados pelos funcionários da Secretaria em horas fora de expediente normal, acrescido de umo hora por determinação de Secretário do Conselho, serão abonadas, mensalmente gratificações, de acôrdo com a tabela que será organizada.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolucão n.º 34, de 20 de julho de 1938

Fixa o orçamento do Conselho para 1939

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

considerando que é atribuição expressa da Assembléia distribuir os recursos financeiros do Conselho (alínea g do art. 20.º do Regulamento);

considerando que a Presidência do Instituto providenciou a inclusão de um auxílio financeiro no orçamento Geral da República para 1939, em que se comprenende uma dotação de 400:000$ para o Conselho Nacional de Geografia desenvolver os seus serviços normais;

Resolve:

Art. 1.º As despesas normais do Conselho Nacional de Geografia, durante o exercício de 1939, correrão por conta da dotação de 400:000$ constante do auxílio consignado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na proposta do Orçamento Geral da República para o mencionado exercício.

Art. 2.º A discriminação dessas despesas será a seguinte:

VERBA I — PESSOAL — 1 — Pagamento de ajuda de custas aos delegados à Assembléia Geral do Conselho, conforme preceitúa o art. 16 do decreto n.º 1 200 (art. 2.º da Resolução n.º 8, de 9 de junho de 1938, do Diretório Central) 21:000$; 2 — Aquisição de passagens para os referidos delegados, (na forma dos mesmos dispositivos citados no item anterior) 15:000$; 3 — Indenização de despesas de estada aos delegados à Assembléia Geral, na fórma da Resolução n.º 8 do Diretório Central 12:600$; 4 — Despesas previstas no art. 2.º do decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938 12:000$; 5 — Gratificação de função e por serviços prestados em horas extraordinárias aos funcionários da Secretaria Geral (Resoluções ns. 28 e 33, desta Assembléia) 50:000$; 6 — Pessoal contratado para a Secretaria do Conselho (Resoluções ns. 28 e 33, desta Assembléia) 100:000$; 7 — Assistência técnica aos sistemas regionais integrados no Conselho 20:000$; Soma 230:600$.

VERBA II — MATERIAL — 1 — Móveis, máquinas, instrumentos 30:000$; 2 — Material de expediente, de consumo e congêneres 10:000$; 3 — Livros e revistas técnicas 10:000$; 4 — Condução, transportes e pequenas despesas ... 2:000$; 5 — Publicações, formulários e impressos diversos 50:000$; 6 — Telefone, selos, telegramas e diversas despesas de expediente 22:000$ Soma 104:000$.

VERBA III — ENCARGOS DIVERSOS — 1 — Despesas especiais, não compreendidas nas consignações anteriores, relativas aos encargos do Conselho quanto à execução do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, e quanto aos trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral da República fixados pelo decreto-lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938 60:000$; 2 Eventuais e suplementações 5:400$; Soma 65:400$; Total geral 400:000$.

Art. 3.º O Diretório Central poderá, mediante resolução especial devidamente fundamentada, desdobrar verbas e transferir uma importância de uma verba para outra, porém, só excepcionalmente, quando essas providências se impuzerem para a boa marcha dos serviços e sem que a diminuição de qualquer verba venha a prejudicar as iniciativas nela observadas.

Art. 4.º No caso de deficiência das verbas, óra distribuídas, para o conveniente funcionamento do Departamento Central de Coordenação Geográfica, previsto na Resolução n.º 28, de 19 de julho de 1938, desta Assembléia, portanto posteriormente à solicitação de recursos orçamentários formulada pelo Instituto ao Govêrno da República, o Diretório Central, em resolução especial, solicitará da Presidência do Instituto a suplementação das verbas deficientes, de acôrdo com as disponibilidades orçamentárias do Instituto.

Art. 5.º No caso de ocorrer saldo de qualquer das verbas do presente orçamento, o Diretório Central o destinará à suplementação das verbas em *deficit*, si o houver, e depois, si ainda si ainda houver saldo, à constituição de um fundo de reservas do Conselho.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.os 25 a 34

Resolução n.º 25 de 18 de janeiro de 1939

Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de Santa Catarina.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo parágrafo 2.º do artigo 15 do Regulamento do Conselho;

considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Santa Catarina, a qual se acha devidamente fundamentada com as credenciais das personalidades indicadas para Consultores Técnicos Regionais;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta, formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Santa Catarina, para que os senhores Carlos da Costa Pereira, Antônio Amâncio da Costa, Elieser dos Santos Saraiva, Wilmar Dias, Celso Leon Sales, Osvaldo Cabral, desembargador Henrique da Silva Fontes, Virgílio da Fonseca Gualberto, Lourival Ubaldo Câmara, Martinho Calado Júnior, Henrique Stodiek, e Tito Carvalho constituam o Corpo de Consultores Técnicos Regionais, junto ao referido Diretório Regional.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Júlio Agostinho de Oliveira,* Secretário Assistente em exercício no impedimento do efetivo; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 26, de 3 de fevereiro de 1939

Formula um encarecido apêlo ao Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em sua Resolução n.º 23, de 19 de julho de 1938, cogitou da criação em cada Unidade Federada, de um serviço técnico que, além de outras importantes finalidades, contribuiria para a coordenação das atividades geográficas regionais, facilitando assim a concretização dos objetivos do Conselho;

considerando que adeantado Estado do Rio Grande do Sul, diferente do que acontece com os outros mais importantes Estados brasileiros, não possui o seu serviço geográfico, que, todavia, é de imperiosa necessidade, conforme se verificou recentemente com o preparo da divisão territorial do Estado entrada em vigor em 1.º de janeiro último, em que o Govêrno da União foi obrigado a baixar o decreto-lei n.º 1 030, estabelecendo uma prorrogação excepcional para o referido Estado ultimar a descrição sistemática dos limites municipais e divisas interdistritais;

consderando que o importante Estado sulino já goza de situação privilegiada quanto a levantamentos territoriais, o que mais fortemente faz sentir a necessidade da criação de um órgão técnico coordenador;

considerando que as campanhas geográficas e estatísticas no Brasil cada vez mais se entrosam e integram num grande sistema, sob o benéfico influxo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Resolve:

Art. 1.º E' formulado um encarecido apêlo ao Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul, em reiteração ao pronunciamento da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia em sua Resolução n.º 23, no sentido da pronta criação de um serviço geográfico estadual.

Art. 2.º Nos têrmos da Resolução mencionada, recomenda-se a autonomia administrativa do serviço geográfico e, se não fôr isto possível, a criação de uma secção especializada incorporada a uma diretoria ou repartição de finalidades correlatas, sendo lembrada, dentre elas, a Diretoria Geral de Estatística, onde se possibilita a coexistência dos serviços geográficos e estatísticos, de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem procurado estimular o desenvolvimento e o trabalho cooperativo.

Art. 3.º No caso de imperiosa necessidade de economia, é relembrado o aproveitamento, na direção e constituição do funcionalismo da secção ou serviço geográfico, de técnicos da administração estadual já possuidores da necessária especialização.

Art. 4.º E' sugerido à Junta Executiva Regional de Estatística daquele Estado que destine à criação e instalação da secção ou serviço geográfico regional, recursos destacados do auxílio concedido pelo Instituto para a execução dos trabalhos regionais preparatórios do Recenseamento.

Art. 5.º Criado o serviço ou secção geográfica, o Conselho Nacional de Geografia prestar-lhe-a assistência técnica e o auxílio financeiro que estiverem ao alcance das suas possibilidades.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado, *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

Resolução n.º 27, de 3 de fevereiro de 1939

Facilita a um membro do Diretório Regional do Conselho do Estado do Rio Grande do Sul, a visita a serviços geográficos federais e estaduais

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Atendendo à solicitação do Diretor de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de ser facilitado a um técnico daquele Estado o conhecimento pormenorizado das atividades referentes à execução do decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938;

considerando as vantagens, para o Conselho, do conhecimento dos serviços geográficos especializados, federais e estaduais, por parte dos técnicos encarregados das atividades correlatas e dêstes técnicos entre si;

Resolve:

Artigo 1.º Fica autorizado o pagamento das passagens de ida e volta, necessárias à visita aos serviços geográficos desta Capital e do Estado de São Paulo, do Sr. João Baptista da Silva Pereira, chefe do Gabinete de Cartografia da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul e membro do Diretório Regional do Conselho nêsse Estado.

Artigo 2.º As despesas provenientes da presente resolução correrão por conta da sub-consignação n.º 7, da verda I do orçamento do Conselho para o corrente exercício (assistência técnica aos sistemas regionais integrados no Conselho).

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 28, de 3 de fevereiro de 1939

Define um ponto de vista quanto aos atos interpretativos de linhas divisórias, previstos nas leis gerais qüinqüenais que fixaram os novos quadros territoriais das Unidades Federadas

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando que os decretos-leis regionais que fixaram os novos quadros territoriais, para vigorar inalteradamente de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, prevêm a eventualidade de atos interpretativos de linhas divisórias;

considerando as consultas que têm sido feitas ao Conselho Nacional de Geografia, pelos Serviços regionais, a respeito de tais atos interpretativos;

Resolve:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Geografia entende que as interpretações de linhas divisórias, previstas nos decretos-leis regionais que fixaram os novos quadros territoriais, deverão ser objeto de atos especiais, baixados pelos Governos regionais, para aperfeiçoar e corrigir a descrição das divisas municipais e interdistritais, no caso de terem coligidos novos elementos quanto à topografia local, pelos quais se verifica.

Art. 2.º Os atos interpretativos não poderão afetar o quadro territorial, constante do anexo n.º 1 da lei regional que o fixou, cuja inalterabilidade é fundamental em face do decreto-lei nacional n.º 311; nestas condições, as interpretações permitidas não poderão, em hipótese alguma, acarretar o deslocamento de uma linha divisória, a tal ponto que ela venha a cortar ou a ultrapassar qualquer séde distrital de município vizinho.

Art. 3.º Fica recomendado aos Governos das Unidades Federadas para que promovam as providências convenientes, no sentido dos mapas municipais, elaborados em obediência ao artigo 13 do decreto-lei nacional n.º 311, traduzirem a interpretação definitiva sôbre as divisas municipias e interdistritais.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 29, de 3 de fevereiro de 1939

Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de Pernambuco

O Diretório Central do Conselho Nacional nal de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente a que lhe é conferida pelo parágrafo 2.º do art. 15 do Regulamento do Conselho;

considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Pernambuco, a qual se acha devidamente fundamentada com as credenciais das personalidades indicadas para consultores técnicos regionais;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta, formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Pernambuco, para, que os senhores Jerônimo Gueiros, Manuel Caetano Filho, Aluísio Bezerra Coutinho, Joaquim Moreira Cardoso, Mário Carneiro do Rego Melo, Jorge de Melo Cahú, Gilberto Ozório de Andrade, Edésio Barreto Gonçalves e José Pereira Cardoso constituam o Corpo de Cousultores Técnicos

Regionais, junto ao referido Diretório Regional.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 30, de 3 de fevereiro de 1939

Dispõe sôbre a colaboração do Conselho nos trabalhos de elaboração dos mapas municipais dos Estados de Piauí e Rio Grande do Norte

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

considerando as solicitações feitas pelos Governos dos Estados de Piauí e Rio Grande do Norte, referentes à possível assistência técnica do Conselho na execução do decreto-lei nacional n.º 311, especialmente na parte relativa à elaboração dos mapas municipais;

considerando que o funcionário da Secretaria Geral do Conselho, José Carlos Pedro Grande, se acha ainda no Norte do país, podendo, após ter dado desempenho à missão técnica que lhe fôra confiada pelo Conselho junto ao Govêrno do Estado do Maranhão, exercer idêntica missão nos Estados de Piauí e Rio Grande do Norte;

Resolve:

Art. 1.º Fica o Presidente do Instituto autorizado a enviar o funcionário da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, José Carlos Pedro Grande, sucessivamente aos Estados de Piauí e Rio Grande do Norte, afim de colaborar com as administrações respectivas nos trabalhos necessários à execução do decreto-lei nacional n.º 311, especialmente quanto à elaboração dos mapas municipais.

Art. 2.º Ao funcionário referido é concedida uma ajuda de custa de quinhentos mil réis por cada transferência de capital de Estado e uma diária de trinta mil réis, como também indenização pelas despesas de transporte.

Art. 3.º As despesas provenientes da presente resolução correrão por conta da sub-consignação n.º 7 da verba I do orçamento do Conselho para 1939 (assistência técnica aos sistemas regionais integrados no Conselho).

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 31, de 8 de fevereiro de 1939

Baixa o Regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica e dá outras providências

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 22.º do Regulamento do Conselho;

considerando que, nos têrmos do artigo 4.º do decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, o Serviço de Coordenação Geográfica, em que se transformou provisòriamente a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, deve ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Geografia, ouvida a Comissão Censitária Nacional;

considerando as sugestões formuladas pela Comissão Censitária Nacional, em sua reunião do dia 3 do mês corrente, ao se pronunciar sôbre o projeto de Regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica elaborado e apresentado pela Secretaria Geral do Conselho;

Tendo em vista as considerações no mesmo sentido apresentadas pela Secretaria Geral do Instituto;

considerando que os recursos consignados no orçamento do Conselho para o exercício corrente são insuficientes para atender às necessidades d Serviço de Coordenação Geográfica;

Resolve:

Art. 1.º O Serviço de Coordenação Geográfica, criado pelo decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, reger-se-á, *ex-vi* do art. 4.º do referido decreto, pelo Regulamento anexo à presente Resolução.

Art. 2.º A Presidência do Instituto promoverá, mediante as convenientes providências o refôrço das verbas do orçamento do Conselho Nacional de Geografia para o corrente exercício, na fórma seguinte:

Para a sub-consignação n.º 5 da verba I 10:000$000; Para a sub-consignação n.º 6 da verba I 70:000$000; Para a sub-consignação n.º 7 da verba I 30:000$000; Para a sub-consignação n.º 1 da verba II 10:000$000.

Art. 3.º Fica marcado o dia 15 de março próximo para a efetiva e solene instalação do Serviço de Coordenação Geográfica.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Anexo à Resolução n.º 31, de 8 de fevereiro de 1939, do Diretório Central.

Regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica

Capítulo I

FINALIDADES

Art. 1.º O Serviço de Coordenação Geográfica (S.C.G.), em que se transformou provisòriamente a Secção de Estatística Territorial da Divisão de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em virtude do decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, fica constituindo o "órgão central" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sistema dos serviços geográficos.

Art. 2.º O Serviço de Coordenação Geográfica funcionará simultâneamente como:

a) Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia;

b) serviço federal de estatística territorial, filiado ao sistema presidido pelo Conselho Nacional de Estatística;

c) departamento técnico dos serviços geográficos e cartográficos da Comissão Censitária Nacional;

d) secção de cartografia estatística da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enquanto não se organizar o Laboratório de Estatística previsto na Resolução n.º 96 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 3.º Por fôrça dessa quádrupla investidura compete ao Serviço de Coordenação Geográfica:

a) atender ao expediente e mais serviços de secretaria do Conselho Nacional de Geografia, prestando aos seus diferentes órgãos a assistência técnica e administrativa prevista na legislação do Instituto de Geografia e Estatística;

b) elaborar as estatísticas territoriais federais, em articulação com a repartição de estatística do Ministério da Agricultura, preenchendo as finalidades da antiga Secção de Estatística Territorial, definidas no art. 111 do Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, aprovado pelo decreto n.º 23 979, de março de 1934;

c) executar os trabalhos geográficos e cartográficos do Recenseamento Geral da República em 1940, previstos no art. 9.º do decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, e os demais serviços de sua especialidade determinados pela Comissão Censitária Nacional, ouvido o Diretório Central;

d) executar os trabalhos de cartografia estatística de que carecerem a Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Comissão Censitária Nacional.

Capítulo II

ÓRGÃOS E SUAS FUNÇÕES

Art. 4.º O Serviço de Coordenação Geográfica compõe-se de:

Uma Diretoria e de quatro Secções Técnicas, a saber:

1.ª Documentação e Informações,
2.ª Carta Geral ao milionésimo,
3.ª Cartas regionais e municipais,
4.ª Estudos Geográficos, estatísticos territoriais e cartografia estatística.

Art. 5.º À Diretoria compete:

a) examinar, preparar e manter em dia o expediente da Presidência e da Secretaria do Conselho, bem como o expediente das reuniões do Diretório Central e da Assembléia Geral do Conselho;

b) prestar a assistência necessária ao regular funcionamento do Conselho Nacional de Geografia;

c) orientar e superintender os serviços e trabalhos das Secções Técnicas.

Art. 6.º À Secção de Documentação compete:

a) organizar e desenvolver uma Biblioteca especializada em obras sôbre a Geografia do Brasil, segundo normas racionalizadas e modernas, e preparar um indicador bibliográfico;

b) organizar e desenvolver uma Mapoteca destinada sobretudo a reunir mapas atualizados do território brasileiro, e preparar um indicador cartográfico;

c) organizar e desenvolver uma Filmo-fototeca para reunir fotografias e filmes referentes ao território nacional;

d) organizar e desenvolver um Arquivo Corográfico destinado à guarda sistematizada de documentos sôbre o território pátrio, constituindo ao mesmo tempo a base de um serviço de informações geográficas sôbre o Brasil;

e) preparar fichários para a apresentação de dados territoriais devidamente apurados.

Art. 7.º À Secção da Carta Geral ao Milionésimo compete:

a) executar os trabalhos cartográficos de revisão e atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo (50 fôlhas), segundo as Convenções internacionais da Carta do Mundo;

b) preparar cartas atualizadas do Brasil em outras escalas mais reduzidas;

c) providenciar a impressão das cartas elaboradas;

d) efetuar a revisão do cálculo da área territorial do Brasil bem como o cálculo do parcelamento dessa área segundo as Unidades Federadas, os Municípios e os Distritos, efetuando também o cômputo das áreas urbanas e suburbanas de sedes municipais e distritais com base na delimitação de zonas feitas pelas Prefeituras, em obediência à lei nacional n.º 311, depois de cuidadosamente examinada essa delimitação pela 3.ª Secção, com o concurso dos sistemas regionais;

e) empreender a campanha das coordenadas geográficas das sedes municipais, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

f) executar os demais trabalhos geográficos que forem indispensáveis à revisão e melhoramento da Carta Geral ao milionésimo.

Art. 8.º À Secção de Cartas Regionais e Municipais compete:

a) colaborar no preparo das cartas gerais das Unidades da Federação, a cargo dos respectivos sistemas regionais;

b) reunir documentação completa sôbre a execução do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, coligir os resultados respectivos e promover o seu possível aperfeiçoamento; e de um modo especial, coordenar a descrição sistemática dos limites municipais e divisas interdistritais, tomando como ponto de partida o anexo n.º 2 da lei geral qüinqüenal que, para cada Unidade Federada, fixou a divisão territorial respectiva, entrada em vigôr a 1.º de janeiro de 1939;

c) elaborar os mapas padronizados do Atlas Estatístico Corográfico Municipal e providenciar a sua impressão.

Art. 9.º À Secção de Estudos Geográficos, Estatísticos Territoriais e Cartografia Estatística compete:

a) elaborar as estatísticas territoriais que forem da alçada da administração federal;

b) preparar o Dicionário Toponímico, com o concurso dos demais órgãos do Conselho e de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

c) organizar a Coletânea das Efemérides Brasileiras, com o concurso dos órgãos do Conselho, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e demais instituições especializadas, respeitadas as instruções que forem fixadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

d) fazer estudos especializados sôbre assuntos geográficos brasileiros;

e) contribuir com trabalhos originais para a Revista Brasileira de Geografia;

f) preparar publicações, comunicados e trabalhos de divulgação sôbre a geografia nacional;

g) executar os trabalhos de cartografia estatística de que carecerem a Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Comissão Censitária Nacional;

Capítulo III

PESSOAL

Art. 10. O pessoal do S.C.G. é composto dos funcionários da Secção de Estatística Territorial, do Ministério da Agricultura, que passaram à disposição do Instituto, nos têrmos do art. 2.º do citado decreto-lei n.º 782, e dos funcionários que forem admitidos e requisitados para nele servirem.

Art. 11. Os cargos no S.C.G. são os seguintes: diretor assistente técnico, chefe de secção, secretário-assistente, encarregado de serviço, auxiliar, porteiro-contínuo, servente e estafeta.

§ 1.º O cargo de diretor é preenchido pelo chefe da Secção de Estatística Territorial, na sua qualidade de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, cabendo-lhe um auxílio mensal de um conto de réis para representação (art. 10. da Resolução n.º 28, de 19 de julho de 1938, da Assembléia do C.I.G.)

§ 2.º O cargo de assistente-técnico deve ser preenchido por elemento reconhecidamente especializado em assuntos geográficos, o qual, diretamente articulado com o diretor, orientará a planificação de serviços e execução de trabalhos de sua especialização.

§ 3.º O cargo de auxiliar desdobra-se em diferentes sub-denominações, de acôrdo com as funções específicas respectivas (auxiliar-arquivista, auxiliar-datológrafo, auxiliar-desenhista, auxiliar-calculista, etc).

Art. 12. Os funcionários da antiga Secção de Estatística Territorial devem exercer funções compatíveis com as respectivas categorias, podendo, entretanto, ser aproveitados em postos cujas funções sejam mais amplas e mais elevadas.

§ 1.º A designação dos funcionários da Secção para o preenchimento dos cargos do S.C.G. será feita por portaria do Presidente do Instituto, mediante proposta do diretor.

§ 2.º Cabe a cada funcionário da Secção que preencher cargo do qual decorra ampliação de funções ou aumento de responsabilidades uma gratificação mensal, que será fixada pelo Diretório Central, mediante proposta do diretor.

§ 3.º Aos demais funcionários requisitados em exercício no S.C.G. são extensivos os dispositivos dêste artigo e de seus parágrafos.

Art. 13. Os funcionários contratados para o S.C.G. devem se submeter às normas adotadas pelo Instituto que regulem a admissão, a remuneração e demais particularidades da constituição do seu funcionalismo.

§ 1.º Além dos funcionários contratados propriamento ditos, no S.C.G. podem servir diaristas e tarefeiros, admitidos transitòriamente pelo Diretor e remunerados por serviços prestados, de acôrdo com a natureza especial dessa locação de serviços.

Art. 14. O diretor do S.C.G. proporá ao Presidente do Instituto a admissão e a remuneração dos funcionários contratados, necessários aos serviços e trabalhos do S.C.G., justificando a indicação pelos títulos apresentados ou provas efetuadas pelos respectivos candidatos.

Parágrafo único. E' indispensável a prova de seleção para a admissão de funcionários.

Art. 15. O diretor do S.C.G. submeterá à aprovação do Presidente do Instituto a distribuição dos funcionários pelos diferentes setores e cargos, com as respectivas atribuições.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 16. No S.C.G. deve ser observado o horário de trabalho, usual nas repartições públicas federais.

Art. 17. Na execução dos trabalhos de caráter geográfico previstos no decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, serão observados os dispositivos da Resolução n.º 39, de 20 de julho de 1938, da Assembléia Geral do C.N.G.

Parágrafo único. Aos membros da Comissão Executiva Central da Carta, instituída pelo art. 4.º da referida Resolução, que não pertencerem à Comissão Censitária Nacional, caberá uma quota de 100$000 por presença às reuniões da Comissão.

Art. 18. O diretor promoverá reuniões semanais dos chefes de Secção assistentes técnicos, secretário-assistente e encarregados de serviço e demais funcionários interessados para melhor coordenação e metodização dos serviços e trabalhos a cargo do S.C.G.

Art. 19. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Diretor, observadas as normas usuais nos serviços públicos federais ou outras que forem baixadas pelo Diretório Central.

★

Resolução n.º 32, de 18 de fevereiro de 1939

Pronuncia-se sôbre a iniciativa do Instituto para a construção do prédio destinado à sua sede

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

considerando premente a necessidade que tem o Instituto de uma séde própria, suficientemente ampla e em local adequado, onde se possam instalar, ao lado das suas demais dependências, a Secretaria Geral dêste Conselho e o seu órgão executivo central — o Serviço de Coordenação Geográfica;

considerando muito feliz o plano para êsse fim assentado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, com fundamento na sugestão e proposta que à Presidência do Instituto formulou a Associação Brasileira de Educação;

considerando como particularmente digno de nota, no aludido plano, o que se refere à organização da exposição permanetne de edu-

cação e cultura, onde se incluirão, com grande vantagem, instrutivos mostruários das atividades e objetivos do sistema dos serviços geográficos brasileiros;

considerando, finalmente, o grande alcance da instalação, que o plano também prevê do primeiro Planetário da América do Sul, no edifício a construir, iniciativa esta que muito contribuirá não só para a educação popular por meio de um receio instrutivo como também para o ensino escolar da astronomia e cosmografia;

Resolve:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Geografia dá o seu irrestrito aplauso ao plano assentado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística para a construção do edifício da sede do Instituto.

Art. 2.º O Conselho se regosija com a fórmula adotada para o referido empreendimento, tendo em vista oferecer gratuitamente instalação condigna às principais instituições culturais com séde no Rio de Janeiro e estimular-lhes as atividades.

Art. 3.º E' igualmente assinalada, como de extraordinário alcance cultural, a parte do plano que prevê a instalação, no edifício a construir, da Exposição Permanente de Educação e Cultura e do Planetário "Cruzeiro do Sul".

Art. 4.º Ficam registrados expressamente nesta Resolução os votos do Conselho Nacional de Geografia por que se encaminhe ràpidamente a realização do belo plano de construção do Palácio Silogeu Brasileiro, a constitutir, simultâneamente, condigno ornamento arquitectônico de um dos mais belos pontos desta Capital, e uma realização de extraordinário alcance e repercussão profunda na vida cultural do país.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 33, de 18 de fevereiro de 1939

Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de Paraíba

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo parágrafo 2.º do artigo 15 do Regulamento do Conselho;

considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Paraíba, a qual se acha devidamente fundamentada com as credenciais das personalidades indicadas para Consultores Técnicos Regionais;

Resolve:

Artigo único. — Fica aprovada a proposta, formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Paraíba, para que os senhores João Domingos dos Santos, Felippe von Luetzelburg, Clovis Lima, Leonardo Arcoverde, Leon Clerot, José Augusto da Trindade, Olindino Macedo, Luiz Gonzaga Buriti, Monsenhor Pedro Anísio Dantas, Juvenal Coelho, Ademar Vidal, Italo Jofili, Flósculo da Nobrega, Eurípedes de Oliveira, Mateus de Oliveira, Padre Luiz Santiago, Epaminondas Câmara, Manoel Tavares Cavalcante e José Ferreira Novais constitua mo Corpo de Consultores Técnicos Regionais, junto ao referido Diretório Regional.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 34, de 20 de março de 1939

Autoriza ao Diretor do Serviço de Coordenação Geográfica a fixar a remuneração dos funcionários, observados os critérios gerais que estabelece

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

considerando a necessidade de serem fixados critérios gerais para a solução das questões administrativas referentes ao funcionamento do Serviço de Coordenação Geográfica, depentes de deliberação dêste Diretório;

considerando a conveniência de ser dada a direção do referido Serviço autorização para tomar providências de caráter administrativo, respeitadas as normas gerais prefixadas;

Resolve:

Art. 1.º A remuneração dos cargos no Serviço de Coordenação Geográfica deve ser igual à de cargos equivalentes nas repartições públicas federais, equiparado o Serviço a diretoria autônoma.

Art. 2.º No Serviço de Coordenação Geográfica deverá ser a mesma a remuneração de cargos de categorias equivalentes.

Art. 3.º A gratificação prevista no § 2.º do art. 12. do Regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica deverá ser variável e calculada de modo que os funcionários respectivos venham a usufruir remuneração global, segundo as normas estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 4.º Respeitados os dispositivos desta Resolução e dentro das possibilidades orçamentárias do Conselho fica o diretor do Serviço de Coordenação Geográfica, independentemente de pronunciamento dêste Diretório, autorizado a propor ao Presidente do Instituto o preenchimento de cargos, fixando as respectivas remunerações, que correrem por conta das verbas próprias do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1939, ano 4.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

★

Diretórios Regionais

BAHIA

Íntegra das Resoluções n.os 11 a 25

Resolução n.º 11, de 30 de janeiro de 1940

Dá a colaboração do Diretório ao Serviço Nacional do Recenseamento.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que o Serviço Nacional do Recenseamento, pela sua alta finalidade, exige o auxílio de todos e a colaboração irrestrita da totalidade dos orgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Resolve:

Art. único Colaborar com o Serviço Nacional do Recenseamento em tôdas as modalidades em que se puder processar o auxílio deste Diretório.

Salvador, 30 de Janeiro de 1940. *J. R. Medeiros,* presidente; *Lauro Sampaio,* secretário.

*

Resolução n.º 12, de 7 de agôsto de 1940

Designa os engenheiros Lauro Sampaio e Oscar Carrascosa, seus delegados do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que o Govêrno do Estado designou como membros da Comissão que representará o Estado no IX Congresso Brasileiro de Geografia, os engenheiros Lauro Sampaio e Oscar Carrascosa, respectivamente Secretário dêste Diretório e Delegado do Conselho Nacional de Geografia;

considerando que êstes profissionais são também elementos de realce deste Diretório;

Resolve:

Art. único. São designados representantes deste Diretório no IX Congresso Brasieliro de Geografia os engenheiros civis Lauro de Andrade Sampaio e Oscar de Sousa Carrascosa, respectivamente Secretário do Diretório e Delegado do Conselho Nacional de Geografia.

Salvador, 7 de agôsto de 1940. *J. R. Medeiros,* presidente; *Lauro Sampaio,* secretário.

*

Resolução n.º 13, de 7 de agôsto de 1940

Consigna um voto de pesar pelo falecimento do Dr. João da Silva Campos, consultor técnico do Diretório e propõe o nome do Dr. Nelson de Souza Oliveira para preencher a vaga.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que o falecimento do Eng. João da Silva Campos, Consultor técnico deste Diretório Regional constitui uma grande perda para o mesmo, dados os seus dotes intelectuais;

considerando que deverá ser preenchida a vaga ocasionada por êste falecimento;

Resolve:

Art. 1.º Consignar um voto do mais profundo pezar pelo falecimento do Eng.º João da Silva Campos, Consultor técnico deste Diretório Regional, e intelectual de grande valor.

Art. 2.º Propôr ao Conselho Nacional de Geografia o nome do Dr. Nelson de Souza Oliveira para preencher a vaga ocorrida com aquele falecimento.

Salvador, 7 de agôsto de 1940. *J. R. Medeiros,* presidente; *Louro Sampaio,* secretário.

*

Resolução n.º 14, de 28 de novembro de 1940

Faz um apêlo ao Govêrno do Estado, para que sejam completadas as demarcações dos limites municipais no Estado.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando a necessidade imprescindível de que tôdas as linhas divisórias determinadas pelo decreto n.º 11 089, de 30-11-1938, e subseqüentes, que deram cumprimento à lei nacional n.º 311, sejam demarcadas, afim de evitar dúvidas entre as municipalidades e facilitar a administração;

considerando que compete à Secretaria do Interior e Justiça, por intermédio do Departamento Central das Municipalidades, providenciar junto a estas no sentido de ser alcançado êste desideratum,

Resolve:

Art. 1.º Fazer um apêlo ao Secretário do Interior e Justiça para que, pelo Departamento Central das Municipalidades, sejam orientadas as Prefeituras da necessidade de efetuarem o levantamento de suas linhas divisórias, ainda por serem demarcadas, correndo as despesas pelas mesmas Prefeituras.

Art. 2.º No caso de falta de recursos dos Municípios para êsse fim sugere-se que o Estado, por suas Repartições competentes, realise êstes serviços, sem onus para as mesmas.

Salvador, 28 de novembro de 1940. *J. R. Medeiros,* presidente; *Lauro Sampaio,* secretário.

*

Resolução n.º 15, de 21 de março de 1941

Sugere providências para solucionar as dúvidas sôbre linhas divisórias com o Estado de Sergipe.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que o mapa do Estado de Sergipe, últimamente organisado, contém incursões no território da Bahia, decorrentes das delimitações constantes dos decretos que fixaram a divisão territorial daquele Estado;

considerando que tais incursões se prendem a antigas pretensões que não lograram êxito, por falta de provas e de jurisdição, não devendo perdurar dúvidas;

Resolve:

Art. 1.º Recomendar o estudo acurado da situação decorrente das pretensões do Estado de Sergipe, constantes do seu novo mapa, afim de habilitar o Govêrno da Bahia a resolver em definitivo o assunto.

Art. 2.º Apresentar ao Conselho Nacional de Geografia, um memorial sôbre a matéria, tendo em vista principalmente as publicações do Dr. Braz do Amaral, que foi delegado da Bahia em várias pendências de limites.

Salvador, 21 de março de 1941. *J. R. Medeiros*, presidente; *Louro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 16, de 21 de março de 1941

Consigna um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Mário Ferreira Barbosa, Ministro do Tribunal de Contas da Bahia.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que o Dr. Mário Ferreira Barbosa, ministro do Tribunal de Contas da Bahia, foi um grande propugnador pela Estatística, sendo seu fundador na Bahia;

considerando o enorme trabalho de colaboração prestado aos serviços do Recenseamento e de Estatística;

Resoluve:

Art. 1.º — Consignar um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Mário Ferreira Barbosa, ministro do Tribunal de Contas da Bahia.

Art. 2.º Prestar à sua memória, com as demais alas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística neste Estado, uma homenagem póstuma, em data que será oportunamente fixada.

Salvador, 21 de março de 1941. *J. R. Medeiros*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 17, de 6 de junho de 1941

Congratula-se com o Govêrno do Estado da Bahia, pela constituição de uma comissão destinada a efetuar o levantamento topográfico da zona do Monte Pascoal.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando a alta finalidade dos levantamentos topográficos, para melhor conhecimento do território nacional;

considerando o alcance patriótico e útil do melhor conhecimento da zona do Monte Pascoal, primeiro ponto descoberto na terra do Brasil e destinada a instalação de um futuro parque Nacional;

Resolve:

Art. único. O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, formula um voto de congratulações ao Govêrno do Estado pela iniciativa da organização da Comissão especial para levantamento topográfico da zona do Monte Pascoal, expressa no decreto de 2 de maio do corrente ano.

Salvador, 6 de junho de 1941. *J. R. Medeiros*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 18, de 17 de outubro de 1941

Formula votos de agradecimento e regosijo pela inclusão dos Diretórios Regionais do Conselho Nacional de Geografia, como beneficiários do acervo do Serviço Nacional do Recenseamento.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que pela Resolução n.º 120, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, foram os Diretórios Regionais do Conselho Nacional de Geografia, incluídos como beneficiários do acervo do Serviço Nacional do Recenseamento;

considerando que essa medida traz ao Diretório Regional na Bahia vantagens reais, para melhoria do seu aparelhamento material;

Resolve:

Art. único. Formular votos de agradecimento e regosijo ao Conselho Nacional de Estatística, por intermédio da Junta Executiva Central do mesmo Conselho, pela inclusão dos Diretórios Regionais do Conselho Nacional de Geografia, entre os beneficiários do acervo do Serviço Nacional do Recenseamento, medida que muito virá beneficiar êste Diretório Regional, melhorando sensìvelmente a sua instalação material.

Salvador, 17 de outubro de 1941. *J. R. Medeiros*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 19, de 17 de outubro de 1941

Congratula-se com o Govêrno do Estado e com o Departamento Estadual de Estatística por motivo da reorganização dêsse Departamento.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia no uso de suas atribuições;

considerando que o Govêrno do Estado da Bahia, atendendo às necessidades dos serviços do Departamento Estadual de Estatística, reorganizou os mesmos serviços, por decreto recente;

considerando que tal reorganização virá atender de melhor modo aos designios e planos de ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Resolve:

Art. único. Aprovar um sincero voto de congratulações ao Govêrno do Estado da Bahia, por motivo da reorganização dos serviços do

Departamento Estadual de Estatística, efetivada pelo decreto estadual n.º 12 006 de 12 de setembro de 1941.

§ único. Torna-se extensivo ao Diretor do mesmo Departamento o voto aqui consignado, pela sua ação valiosa, na organização dessa reforma, que visa atender mais eficientemente aos desígnios do Estado e ao plano de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Salvador, 17 de outubro de 1941. *J. R. Medeiros*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 20, de 17 de outubro de 1941

Consigna um voto de louvor e agradecimento ao Govêrno do Estado pelo apoio dado ao curso de coordenadas geográficas do Eng.º Aurélio de Menezes.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando o apoio dado pelo Govêrno do Estado ao Curso de Coordenadas Geográficas, instituído pelo Eng.º Aurélio de Menezes, considerando-o de alto valor para a especialização de técnicos baianos;

considerando ainda ter o mesmo govêrno custeado a inscrição dos seus funcionários que freqüentaram o citado curso;

Resolve:

Art. único. Consignar um voto de louvor e agradecimento ao Govêrno do Estado pelo apoio dado ao curso de Coordenadas Geográficas, instituído pelo Eng.º Aurélio de Menezes, professor da Escola Politécnica da Bahia, custeando a inscrição dos funcionários estaduais que o freqüentaram.

Salvador, 17 de outubro de 1941. *J. R. Medeiros*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 21, de 29 de outubro de 1942

Aprova a adesão do Diretório Regional, ao X Congresso Brasileiro de Geografia, como membro protetor.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando ter a sua presidência providenciado a adesão do mesmo ao X Congresso de Geografia, como membro protetor;

considerando ser esta adesão uma das medidas do Diretório, de estímulo às reuniões desta natureza, para cujo êxito muito deve concorrer:

Resolve:

Art. 1.º Fica aprovada a adesão, já providenciada, deste Diretório Regional ao X Congresso de Geografia, a se realizar em 1943, na Capital do Estado do Pará.

Art. 2.º Recomenda-se a maior divulgação e propaganda em benefício do citado Congresso, patrocinado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Salvador, 29 de outubro de 1942. *J. R. Medeiros*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 22, de 29 de outubro de 1942

Aprova os pareceres apresentados sôbre as monografias municipais relativas ao concurso do C.N.G., de 1942.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que para o concurso de monografias municipais, instituído para 1942, se apresentaram 31 candidatos neste Estado;

considerando que sôbre êstes trabalhos, distribuídos aos membros do Diretório Regional, foram emitidos pareceres;

Resolve:

Artigo único. Ficam aprovados os pareceres lidos em sessão sôbre as monografias municipais presentes ao cuncurso instituído pelo Conselho Nacional de Geografia, para o ano de 1942.

Salvador, 28 de outubro de 1942. *P. Campos Pôrto*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 23, de 29 de outubro de 1942

Apresenta solidariedade do Diretório ao Govêrno pela situação decorrente do estado de guerra e oferece os serviços dos seus membros.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que o Govêrno do País à vista da situação criada pelas potências do Eixo, declarou a existência do estado de beligerância entre o Brasil e estas potências;

Resolve:

Art. 1.º O Diretório Regional, em sua primeira reunião após a aceitação do estado de guerra pelo Brasil ante as potências do Eixo, declara sua completa solidariedade ao Govêrno do País, oferecendo seus serviços de brasileiros, onde êles se façam necessários;

Art. 2.º Desta deliberação será dado conhecimento ao Govêrno do Estado, ao Comando da 6.ª Região Militar e ao Comando Naval de Leste, nesta Capital.

Salvador, 29 de outubro de 1942. *P. Campos Pôrto*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

*

Resolução n.º 24, de 29 de outubro de 1942

Congratula-se com o Conselho Nacional de Geografia e o Serviço de Geologia e Mineralogia, pela organização e trabalhos da expedição Bahia-Goiaz.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

considerando que na última Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia os representantes dos Estados de Minas Gerais, Goiaz e Bahia, apresentaram uma moção congratulatória a êsse Conselho e ao Serviço de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, pela organização de uma expedição científica desti-

nada à caracterização das divisas entre êstes estados, pelo divisor entre o rio S. Francisco e o Tocantins;

considerando que, com ingentes sacrifícios foi realizada grande parte da tarefa atribuída à mesma expedição, que perdeu no serviço dois de seus membros e foi forçada a suspender temporàriamente os seus trabalhos, quando já em grande parte realizados;

considerando os grandes benefícios que tais serviços trazem à geografia pátria;

Resolve:

Art. único. E' aprovado um voto de congratulação ao Conselho Nacional de Geografia e ao Serviço de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, pela organização da expedição de levantamentos e caracterização de divisas inter-estaduais Bahia-Goiaz e Minas-Goiaz, assim como pelos excelentes resultados dos serviços já efetuados pela mesma expedição científica.

Salvador, 29 de outubro de 1942. *P. Campos Pôrto*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

Resolução n.º 25, de 25 de janeiro de 1943

Indica o eng.º civil Alberto de Sá Oliveira para fazer parte da Comissão Revisora da Divisão Territorial.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições;

tendo em vista o decreto do Govêrno do Estado, publicado em 31 de dezembro de 1942, que constitui a Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado, da qual fará parte um membro do Diretório;

Resolve:

Art. único. E' indicado o engenheiro civil Alberto de Sá Oliveira, membro dêste Diretório, para fazer parte da Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado, a se processar no corrente ano.

§ único. Desta Resolução será dado conhecimento ao Interventor Federal nêste Estado para as providências posteriores.

Salvador, 25 de janeiro de 1943. *P. Campos Pôrto*, presidente; *Lauro Sampaio*, secretário.

Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Quadro geral da administração pública brasileira

Administração federal

PODER EXECUTIVO:

Presidente da República: Dr. GETÚLIO DORNELES VARGAS.

Ministro de Estado da Aeronáutica: Dr. JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO.

Ministro de Estado da Agricultura: Dr. APOLÔNIO JORGE DE FARIA SALES.

Ministro de Estado da Educação e Saúde: Dr. GUSTAVO CAPANEMA.

Ministro de Estado da Fazenda: Dr. ARTUR DE SOUSA COSTA.

Ministro de Estado da Guerra: General Div. EURICO GASPAR DUTRA.

Ministro de Estado da Marinha: Vice-almirante HENRIQUE ARISTIDES GUILHEM.

Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO (Interino).

Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. OSVALDO ARANHA.

Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas: General Bda. JOÃO DE MENDONÇA LIMA.

Coordenador da Mobilização Econômica: Ministro JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS.

PODER JUDICIÁRIO:

Supremo Tribunal Federal:

PRESIDENTE: Ministro Eduardo Espínola.

VICE-PRESIDENTE: Ministro José Linhares.

MINISTROS: Antônio Bento de Faria, Castro Nunes, Laudo Ferreira de Camargo, Orosimbo Nonato da Silva, Goulart de Oliveira, Aníbal Freire, Barros Barreto, Valdemar Falcão e Filadelfo de Azevedo.

PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA: Dr. Gabriel de Resende Passos.

Supremo Tribunal Militar:

PRESIDENTE: Amte. Raul Tavares.

MINISTROS: Gen. Div. Almério de Moura, Gen. Div. Manuel Rabelo, Almte. João Francisco de Azevedo Milanez, Brigadeiro do Ar Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Dr. João Vicente Bulcão Viana, Dr. Mário Augusto Cardoso de Castro, Dr. João Pacheco de Oliveira, Dr. Washington Vaz de Melo, Gen. Div. Francisco José da Silva Júnior, Brigadeiro do Ar Heitor Varady, Gen. Bda. Edgard Facó.

PROCURADOR: Dr. Valdomiro Gomes Ferreira.

ADMINISTRAÇÕES LOCAIS

ALAGOAS:
Major Ismar de Góis Monteiro (Interventor).

AMAZONAS:
Dr. Álvaro Botelho Maia (Interventor).

BAÍA:
General Bda. Renato Pinto Aleixo (Interventor).

CEARÁ:
Dr. Francisco Meneses Pimentel (Interventor).

ESPÍRITO SANTO:
Dr. Jones dos Santos Neves.

GOIAZ:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor).

MARANHÃO:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos (Interventor).

MATO-GROSSO:
Dr. Júlio Strübing Müller (Interventor).

MINAS GERAIS:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro (Governador).

PARÁ:
Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata (Interventor).

PARAÍBA:
Dr. Rui Carneiro (Interventor).

PARANÁ:
Dr. Manuel Ribas (Interventor).

PERNAMBUCO:
Dr. Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães (Interventor).

PIAUÍ:
Dr. Leônidas de Castro Melo (Interventor).

RIO DE JANEIRO:
Capitão-Tenente Ernani do Amaral Peixoto (Interventor).

RIO GRANDE DO NORTE:
General Bda. Antônio Fernandes Dantas (Interventor).

RIO GRANDE DO SUL:
Ten. Cel. Ernesto Dorneles (Interventor).

SANTA CATARINA:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos (Interventor).

SÃO PAULO:
Dr. Fernando Costa (Interventor).

SERGIPE:
Cel. Augusto Maynard Gomes (Interventor).

DISTRITO FEDERAL:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth (Prefeito).

TERRITÓRIO DO ACRE:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho (Governador).

TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA.
Cel. Tristão de Alencar Araripe (Governador).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dr. Getúlio Dorneles Vargas.

GABINETE CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: (Sede: Palácio do Catete). — Chefe do Gabinete Civil e Secretário da Presidência da República: Dr. Luiz Fernandes Vergara. — Substituto do Secretário da Presidência da República: Dr. Alberto de Andrade Queiroz. — SERVIÇO TELEGRÁFICO: Chefe: Aguinaldo V. Fernandes. — DIRETORIA DO EXPEDIENTE: Diretor: Dr. José de Queiroz Lima. — Adjunto do Diretor: Dr. Darcí Carmo Diniz.

GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Chefe do Gabinete Militar: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento — Sub-Chefe do Gabinete Militar. Cap. de Mar e Guerra Otávio Figueiredo de Medeiros.

COMISSÃO CENTRAL DE REQUISIÇÕES: (Sede: Praça da República — telefone 43-6619) PRESIDENTE: Gen. Div. Almério de Moura.

COMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO DO MÉRITO: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva. — SECRETÁRIO: Dr. Geraldo Ildefonso Mascarenhas da Silva. — MEMBROS: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento, Dr. Gabriel de Resende Passos, Dr. Afonso Pena Júnior e Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Dr. Getúlio Dorneles Vargas. — SECRETÁRIO GERAL: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO: Sede: Palácio do Trabalho — Av. Aparício Borges, 251 — 6.º andar — Telefone: 42-6911. PRESIDENTE: Dr. Luiz Simões Lopes.

Divisão de Aperfeiçoamento — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Mário Paulo de Brito.

Divisão de Estudos de Pessoal — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Astério Dardeau Vieira.

Divisão de Organização e Coordenação — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Moacir Ribeiro Briggs.

Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Paulo de Lira Tavares.

Divisão de Seleção — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Murilo Braga de Carvalho.

Divisão do Material — D.A.S.P. — Sede: Palário do Trabalho.
DIRETOR: Mário Bittencourt Sampaio.

Serviço de Administração — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Paulo Vidal.

Serviço de Documentação — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Alfredo Nasser.

Serviço de Obras — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Arí Azambuja.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: (Sede: Palácio Itamaratí). — PRESIDENTE: Ministro Frederico Castelo Branco Clark.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR: (Sede: Av. Presidente Wilson, 231 — telefone 42-6118). — DIRETOR GERAL: Embaixador Ciro de Freitas Vale.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA: (Sede: Av. Graça Aranha, 39, 9.º e 10.º). — PRESIDENTE: Ten.-Cel. Mário Pinto Peixoto da Cunha.

CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO: (Sede: Av. Presidente Wilson, 164 — 9.º). — PRESIDENTE: Cel. João Carlos Barreto.

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA: (Sede: Rua Araújo Pôrto Alegre, 71-5.º) — COORDENADOR: Min. João Alberto Lins de Barros.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA: (Sede: Palácio Tiradentes). — DIRETOR GERAL: Capitão Amílcar Dutra de Menezes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: (Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º). — PRESIDENTE: Embaixador José Carlos de Macedo Soares. — SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — DIRETOR DA SECRETARIA: Dr. Alberto Martins.

Colégios dirigentes:

Conselho Nacional de Estatística:
Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º.
SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Conselho Nacional de Geografia:
Sede. Praça Getúlio Vargas, 14-5.º.
SECRETÁRIO GERAL: Eng. Christovam Leite de Castro.

Comissão Censitária Nacional:
Sede: Av. Pasteur, 404.
PRESIDENTE: Dr. José Carneiro Filipe.

Órgãos tècnicamente subordinados:

Serviço Nacional de Recenseamento:
Sede: Av. Pasteur, 404.
DIRETOR: Dr. José Carneiro Filipe.

Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica. Praça Getúlio Vargas, 14 - 5.º:
DIRETOR: Eng. Christovam Leite de Castro.

TRIBUNAL DE CONTAS: Sede: Avenida Almirante Barroso, 81 — telefone 42-9031). — PRESIDENTE: Dr. Rubem Machado da Rosa. — VICE-PRESIDENTE: Dr. Bernardino José de Sousa.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho.

GABINETE DO MINISTRO: Sede: Rua México, 74-7.º — Telefone: 42-4661.
Chefe do Gabinete: Ten. Cel. Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.
Consultor Jurídico: Dr. Valdemar da Silva Moreira.

ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA: Sede: Rua México, 74-8.º — Telefone: 42-8333.
Chefe do Estado Maior da Aer.: Maj. Brig. do Ar Armando T. Trompowsky de Almeida.

1.ª ZONA AÉREA: Sede: Belém.
Comandante: Brig. do Ar Ivo Borges.

2.ª ZONA AÉREA: Sede: Recife.
Comandante: Brig. do Ar Eduardo Gomes.

3.ª ZONA AÉREA: Sede: Distrito Federal — Telefone: 29-0029.
Comandante: Brig. do Ar Gervásio Duncan de Lima Rodrigues.

4.ª ZONA AÉREA: Sede: São Paulo.
Comandante: Brig. do Ar. Cel. Av. Antônio Apel Neto.

5.ª ZONA AÉREA: Sede: Pôrto Alegre.
Comandante: Brig. do Ar Fábio de Sá Earp.

C.P.O.R. DO AR: Sede: Rua do México, 74 — 10.º andar. — Comandante: Cel. Av. Inácio de Loyola Daher.

DIRETORIA DA AERONÁUTICA CIVIL: Sede: Ponta do Calabouço — Telefone: 42-8723.
Diretor Geral: Dr. Adroaldo Junqueira Aires.

DIRETORIA DE OBRAS: Sede:
Telefone: 42-5173.
Diretor Geral: Dr. Alberto de Melo Flores.

DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS: Sede: Rua México, 74-7.º — Telefone: 42-5810.
Diretor Geral: Brig. do Ar Eduardo Gomes.

DIRETORIA DO MATERIAL: Sede: Rua Visconde de Itaboraí, 80-1.º — Telefone: 43-0438.
Diretor Geral: Brig. do Ar Engenheiro Ivan Carpenter Ferreira.

DIRETORIA DO PESSOAL: Sede: Rua México, 74-2.º — Telefone: 42-9423.
Diretor Geral: Brig. do Ar Ajalmar Vieira Mascarenhas.

ESCOLA DE AERONÁUTICA: Sede: Marechal Hermes — Telefone: 1023.
Comandante: Cel. Av. Henrique Raimundo Dyott Fontenele.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS: Sede: Governador — Telefone: 242.
Comandante: Cel. Av. Armando Pinheiro de Andrade.

ESCOLA TÉCNICA DE AVIAÇÃO: Sede: Ex. Hospedaria dos Imigrantes — São Paulo.
Comandante: Cel. Av. João Mendes da Silva.

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONÁUTICA: Sede: Rua México, 74 — Telefone: 42-2672.
Chefe: Cel. José Epaminondas de Aquino Granja.

SERVIÇO DE SAÚDE: Chefe: Cel. Médico Angelo Godinho dos Santos.

SUB-DIRETORIA DE TÉCNICA AERONÁUTICA: Sede: Telefone: 42-8469.
Sub-Diretor: Ten. Cel. Av. Engenheiro Casemiro Montenegro Filho.

Major-Brigadeiro do Ar

Armando T. Trompowsky. Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

Brigadeiros do Ar

Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras. Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Eduardo Gomes. Comandante da 2.ª Zona Aérea e Diretor de Rotas Aéreas — Sede: Base Aérea do Recife.

Gervásio Duncan de Lima Rodrigues. Comandante da 3.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea do Distrito Federal.

Ivan Carpenter Ferreira. Diretor do Material da Aeronáutica — Sede: Rua Visconde de Itaboraí, 80-1.º.

Fernando Vítor do Amaral Savaget, Membro da Comissão de Requisições.

Antônio Guedes Muniz. Diretor da Fábrica Nacional de Motores — Baixada Fluminense.

Heitor Varady. Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Fábio de Sá Earp. Comandante da 5.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Pôrto Alegre.

Antônio Apel Neto. Comandante da 4.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de São Paulo.

Ajalmar Vieira Mascarenhas. Diretor do Pessoal da Aeronáutica — Sede: Rua México, 74-4.º.

Vasco Alves Sêco — Comissão Brasileira Americana de Defesa.

Ivo Borges. Comandante da 1.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Belém.

Altair Roszanyr. Sub-Chefe do E. Maior da Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: Sede: Rua da Misericórdia, 51.

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Apolônio Jorge de Faria Sales.

GABINETE DO MINISTRO: Sede: Edifício do Ministério, 3.º andar.
Chefe do Gabinete: Dr. João Maurício de Medeiros.
Consultor Jurídico: Dr. Luciano Pereira da Silva.

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Praça Quinze de Novembro.
Diretor: Dr. Heitor Vinicius da Silveira Grilo.

Escola Nacional de Agronomia: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Valdemar Raythe de Queiroz e Silva.

Escola Nacional de Veterinária: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Guilherme Edelberto Hermsdorff.

Instituto de Ecologia Agrícola: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Diretor: Dr. Elídio Lindolfo Velasco.

Instituto de Química Agrícola: Sede: Rua Jardim Botânico, 1024.
Diretor: Dr. José Hasselmann.

Instituto Nacional de Óleos: Sede: Av. Maracanã, 252.
Diretor: Dr. Joaquim Bertino de Morais Carvalho.

Laboratório Central de Enologia: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Manuel Mendes da Fonseca.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS FRUTAS: Sede: Av. Rio Branco, 277 — 14.º-Edif. S. Borja.
Presidente: Dr. José Arruda de Albuquerque.

COMISSÃO EXECUTIVA DA PESCA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Presidente: Dr. José Arruda de Albuquerque.

COMISSÃO EXECUTIVA DOS PRODUTOS DE MANDIOCA: Sede: Ed. Esplanada — Rua México, 90-8.º.
Presidente: Dr. Diógenes Caldas.

COMISSÃO NACIONAL DO GASOGÊNIO: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Ministro da Agricultura.

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS DO BRASIL: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Presidente: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Dr. José Mariano Filho.

CONSELHO NACIONAL DE CAÇA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Presidente: Dr. Alberto Rêgo Lins.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º.
Presidente: Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: José Solano Carneiro da Cunha.

Biblioteca: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Urbino Viana.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado — S. Cristóvão.
Diretor: Dr. Mário de Oliveira.

Divisão de Caça e Pesca: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Diretor: Dr. Ascânio de Farias.

Divisão de Defesa Sanitária Animal: Sede: Rua Mata Machado — S. Cristóvão.
Diretor: Dr. João Cláudio de Lima.

Divisão de Fomento da Produção Animal: Sede: Rua Mata Machado.
Diretor: Dr. Mário Teles da Silva.

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal: Sede: Rua Mata Machado.
Diretor: Dr. Augusto de Oliveira Lopes.

Instituto de Biologia Animal: Sede: Av. Maracanã, 222.
Diretor: Dr. Argemiro de Oliveira.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Antônio José Alves de Sousa.

Divisão de Águas: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Valdemar José de Carvalho.

Divisão de Fomento da Produção Mineral: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Avelino Inácio de Oliveira.

Divisão de Geologia e Mineralogia: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Aníbal Alves Bastos.

Laboratório da Produção Mineral: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Mário Abrantes da Silva Pinto.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Carlos de Sousa Duarte.

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Antônio Francisco Magarinos Tôrres.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Oscar Espínola Guedes.

Divisão de Terras e Colonização: Sede: Ed. Pedro II — Av. Graça Aranha.
Diretor: Dr. José de Oliveira Marques.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE: Sede: Rua Almirante Barroso, 81, 4.º — Tel. 42-7074, ramal 1.
Presidente: Dr. Carlos Gomes de Oliveira.

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS E TERRAS: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Dr. Henrique Dietrich.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Pr. 15 de Novembro.
Diretor: Dr. José Arruda de Albuquerque.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Alberto Ribeiro Cerqueira Lima.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS: Sede: Rua México, 90-8.º.
Diretor: Dr. Álvaro Simões Lopes.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Itagiba Barçante.

SERVIÇO DE METEOROLOGIA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Diretor: Dr. Francisco Xavier Rodrigues de Sousa.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º andar.
Diretor: Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos.

SERVIÇO FLORESTAL: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Diretor: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA: Sede: Edifício do Ministério.
Superintendente: Dr. Newton Beleza.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

MINISTRO DE ESTADO:
Dr. Gustavo Capanema.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Edifício Rex, 16.º — Chefe do Gabinete: Dr. Carlos Drummond de Andrade — 22-5588.

BIBLIOTECA NACIONAL:
Sede: Av. Rio Branco, 219/239. — Diretor: Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia — 22-6199.

CASA DE RUI BARBOSA:
Sede: R. São Clemente, 134. — Diretor: Dr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe — 26-2548.

COLÉGIO PEDRO II:
INTERNATO — Sede: Campo de São Cristóvão, 177. — Diretor: Dr. Clovis do Rêgo Monteiro — 28-2538.
EXTERNATO — Sede: Av. Marechal Floriano, 80. — Diretor: Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia — 43-1904.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. México, 168-10.º. — Presidente: Heitor Pedro de Farias.

COMISSÃO INSPETORA DOS SERVIÇOS PSIQUIÁTRICOS:
Sede: R. México, 90-3.º — 22-4377.

COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO:
Sede: R. Álvaro Alvim, 31-19.º. — Presidente: Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo — 42-7952.

COMISSÃO DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL:
Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 43-6520.

COMISSÃO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO:
Sede: Pr. Marechal Ancora.
Presidente: Professor Everardo Backheuser — 42-7712.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS:
Sede: Edifício Rex, 16.º. — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 42-9744.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º. — Presidente: Dr. Reinaldo Porchat — 22-6817.

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL:
Sede: R. México, 90. — Presidente: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva — 42-5754.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: R. Almirante Barroso, 72-3.º. — Diretor: Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá — 42-5727.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA:
Sede: Av. Rui Barbosa, 12-3.º. — Diretor: Dr. Olímpio Olinto de Oliveira — 25-5201.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Sede: Edifício Rex, 14.º — Diretor: Dr. Abgar Renault — 42-1481.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE:
Sede: Pr. Marechal Ancora. — Diretor Geral: Dr. João de Barros Barreto — 42-0708.

DIREÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA:
Sede: Praia do Flamengo, 132. — Secretário Geral: Major Jair Dantas Ribeiro.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE:
Sede: Recife — Pernambuco. — Diretor: Dr. Antônio Vicente de Andrade Bezerra.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAÍA:
Sede: Salvador — Baía. — Diretor: Dr. Edgar Rêgo Santos.

FACULDADE DE MEDICINA DE PÔRTO ALEGRE:
Sede: Pôrto Alegre — R. G. do Sul. — Diretor: Dr. Raul Moreira da Silva.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT:
Sede: Av. Pasteur, 350. — Diretor: Dr. João Alfredo Lopes Braga — 26-9512.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO:
Sede: Pr. da República, 14-1.º. — Diretor: Prof. A. Roquete Pinto — 43-9809.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS:
Sede: Pr. Marechal Ancora. — Diretor: Dr. Manuel Bergström Lourenço Filho — 42-7951.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO:
Sede: Av. Rio Branco, 219-/239. — Diretor: Dr. Augusto Meyer — 42-5254.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS:
Sede: R. das Laranjeiras, 232. — Diretor: Dr. Armando Paiva de Lacerda — 25-5730.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:
Sede: Pr. Marechal Ancora. — Diretor: Dr. Gustavo Barroso.

MUSEU IMPERIAL:
Sede: Petrópolis — Estado do Rio. — Diretor: Dr. Alcindo de Azevedo Sodré.

MUSEU NACIONAL:
Sede: Quinta da Boa Vista. — Diretora: D. Heloísa Alberto Tôrres — 28-7010.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES:
Sede: Av. Rio Branco, 199. — Diretor: Professor Osvaldo Teixeira — 42-4355.

OBSERVATÓRIO NACIONAL:
Sede: Morro de S. Januário. — Diretor: Dr. Sebastião Sodré da Gama — 28-6129.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Sede: Pr. Mauá, 7-10.º. — Diretor: Dr. Fernando Magalhães.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:
Sede: Edifício Rex, 16.º. — Diretor: Dr. Vítor Nunes Leal — 22-8335.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Sede: Pr. Mauá, 7-11.º. — Diretor: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — 43-0632.

SERVIÇO FEDERAL DE ÁGUAS E ESGOTOS:
Sede: Rua Riachuelo, 287. — Diretor: Alberto Pires Amarante — 32-1513.

SERVIÇO NACIONAL DE CÂNCER:
Sede: Visc. Paranaguá, 29. — Diretor: Mário Kroeff — 42-4795.

SERVIÇO NACIONAL DE LEPRA:
Sede: Rua Resende, 128. — Diretor: Dr. Ernani Agrícola.

SERVIÇO NACIONAL DE MALÁRIA:
Sede: Conde Lage, 22. — Diretor: Mário Pinotti — 42-9789.

SERVIÇO NACIONAL DE PESTE:
Sede: Av. Venezuela, 238-1.º andar. — Diretor: Almir Godofredo de Almeida Castro — 43-1409.

SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE:
Sede: Resende, 128. — Diretor: Samuel Libânio — 42-0729.

SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO:
Sede: Av. Graça Aranha, 29. — Diretor: Alexandre Abbadie Faria Rosa — 42-8900.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 155-7.º. — Diretor: Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — 42-7690.

SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA:
Sede: R. da Carioca, 45-3.º. — Diretor: Dr. Edgar Roquete Pinto — 42-3435.

UNIVERSIDADE DO BRASIL: Sede: R. do Ouvidor, 169. — Reitor: Professor Raul Leitão da Cunha — 22-0507.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTRO DE ESTADO:
Dr. Artur de Sousa Costa.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Av. Rio Branco. — Chefe: Secretário do Ministro da Fazenda: Dr. Ovídio Paulo de Meneses Gil — Tel. 43-1005.

COMISSÃO CONSTRUTORA DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA:
Sede: Av. Graça Aranha, 19 — Chefe: Dr. Arí Fontoura de Azambuja — 22-0280.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. da Candelária, 9-10.º. — Presidente: Dr. Alberto Gentile — 43-6927.

COMISSÃO DO ORÇAMENTO:
Sede: Palácio do Trabalho, 6.º. — Presidente: Dr. Luiz Simões Lopes — 42-6911.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Primeiro):
Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: José Luiz Batista.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Segundo):
Sede: R. da Candelária, 9-5.º. — Presidente: Cornélio Marcondes da Luz.

CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA:
Primeira Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Palvino Campos Rocha.
Segunda Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Sílvio de Magalhães Figueira.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS:
Sede: R. da Candelária, 9-9.º. — Presidente: Dr. Artur de Sousa Costa.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA:
Sede: Av. Branco, 9-1.º. — Contador Geral da República: Claudionor de Sousa Lemos — 43-2318.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS:
Sede: Av. Graça Aranha, 62-11.º. — Diretor Geral: Dr. Fernando Martins Pereira e Sousa — 42-6140.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL:
Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Dr. Romero Estelita Cavalcante Pessoa.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO:
Diretor: Eng. Ulpiano de Barros.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA:
Sede: R. Luiz de Camões, 68 — Diretor: Dr. João de Lourenço.

MINISTÉRIO DA GUERRA

MINISTÉRIO DA GUERRA:
Sede: Quartel General do Exército — Praça da República. Ministro de Estado da Guerra e Presidente do Conselho Superior de Guerra — Gen. Div. Eurico Gaspar Dutra.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Quartel General do Exército — 9.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-0343.
Chefe: Cel. José Bina Machado.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO:
Sede: Palácio do Exército — 6.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-4169.
Chefe: Gen. Div. Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Escola do Estado Maior:
Sede: Praia Vermelha — Telefone: 26-8320.
Comandante: Cel. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott.

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO:
Séde: Morro da Conceição — Telefone: 43-9821.
Diretor: Gen. Div. José Antônio Coelho Neto.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA:
Sede: Quartel General do Exército — 8.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-3094.
Secretário Geral: Gen. Bda. Mário José Pinto Guedes.

INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA:
Sede: Quartel General do Exército — 12.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3155.
Inspetor: Gen. Div. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

INSPETORIA DO 1.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 16.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3244.
Inspetor: Gen. Div. Pedro Alcântara Cavalcanti de Albuquerque.

INSPETORIA DO 2.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 14.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-7499.
Inspetor: Gen. Div. Emílio Lúcio Esteves.

INSPETORIA DO 3.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 15.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-7044.
Inspetor: Gen. Div. Cristóvão de Castro Barcelos.

DIRETORIA DE ARMAS:
Sede: Quartel General do Exército — 5.º pav. — Telefone: 43-0463.
Diretor: Gen. Bda. Ângelo Mendes de Morais.

DIRETORIA DO ENSINO:
Sede: Quartel General do Exército — 10.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 47-7311.
Diretor: Gen. Bda. Salvador César Obino.

Escola Técnica do Exército:
Sede: Praça General Tibúrcio.
Comandante: Cel. Francisco Borges Fortes de Oliveira.

DIRETORIA DE ARTILHARIA DE COSTA:
Sede: Quartel General do Exército — 6.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-6838.
Diretor: Gen. Bda. Sebastião do Rêgo Barros.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE ENGENHARIA:
Sede: Quartel General do Exército — 4.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-2136.
Diretor: Gen. Bda. Amaro Soares Bittencourt.

DIRETORIA DE TRANSMISSÕES:
Sede: Quartel General do Exército — 4.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-9104.
Diretor: Cel. Miguel Salasar Mendes de Morais.

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO:
Sede: Quartel General do Exército — 18.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-8788.
Diretor: Gen. Bda. Milton de Freitas Almeida.

DIRETORIA DE MATERIAL BÉLICO:
Sede: Quartel General do Exército — 7.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3223.
Diretor: Gen. Bda. Álvaro Fiúza de Castro.

DIRETORIA DO RECRUTAMENTO:
Sede: Quartel General do Exército — Ala Marcílio Dias — 5.º pav. — Telefone: 43-7369.
Diretor: Cel. Lourival Duarte do Carmo.

DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO:
Sede: Quartel General do Exército — 6.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 23-0422.
Diretor: Gen. Intendente Emílio Fernandes de Sousa Docca.

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO:
Sede: Quartel General do Exército — 2.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-4349.
Diretor: Gen. Médico Dr. Afonso de Sousa Ferreira.

DIRETORIA DE REMONTA E VETERINÁRIA:
Sede: Quartel General do Exército — 3.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-6430.
Diretor: Gen. Bda. Antônio da Silva Rocha.

Regiões Militares

1.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Distrito Federal — Quartel General do Exército — 3.º pav.
Comandante: Gen. Div. Maurício José Cardoso:

2.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: São Paulo — São Paulo.
Comandante: Gen. Div. Júlio Caetano Horta Barbosa.

3.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
Comandante: Gen. Div. Valentim Benício da Silva.

4.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Juiz de Fora — Minas Gerais.
Comandante: Gen. Bda. Raimundo Sampaio.

5.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Curitiba — Paraná.
Comandante: Gen. Div. Heitor Augusto Borges.

6.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Salvador — Baía.
Comandante: Gen. Bda. Dermeval Peixoto.

7.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Recife — Pernambuco.
Comandante: Gen. Div. Newton de Andrade Cavalcanti.

8.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Belém — Pará.
Comandante: Gen. Bda. Francisco da Paula Cidade.

9.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Campo Grande — Mato Grosso.
Comandante: Gen. Bda. Isauro Reguera.

10.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Fortaleza — Ceará.
Comandante: Gen. Bda. Francisco Gil Castelo Branco.

Estado Maior General

GENERAIS DE DIVISÃO:

Pedro Aurélio de Góis Monteiro — Chefe do Estado Maior do Exército.

Eurico Gaspar Dutra — Ministro de Estado da Guerra.

Almério de Moura — Presidente da Comissão Central de Requisições Militares.

Raimundo Rodrigues Barbosa.

Francisco José da Silva Júnior — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Maurício José Cardoso — Comandante da 1.ª Região Militar.

Cristóvão de Castro Barcelos — Inspetor do 3.º Grupo de Regiões Militares.

Manuel Rabelo — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Emílio Lúcio Esteves — Inspetor do 2.º Grupo de Regiões Militares.

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — Inspetor da Arma de Cavalaria.

Júlio Caetano Horta Barbosa — Comandante da 2.ª Região Militar.

Estêvão Leitão de Carvalho — Delegado Brasileiro na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em Washington.

Pedro de Alcântara Cavalcante de Albuquerque — Inspetor do 1.º Grupo de Regiões Militares.

José Antônio Coelho Neto — Diretor do Serviço Geográfico e Histórico do Exército.

Newton de Andrade Cavalcante — Comandante da 7.ª Região Militar.

João Batista Mascarenhas de Morais — À disposição do Ministro da Guerra.

Heitor Augusto Borges — Comandante da 5.ª Região Militar.

Valentim Benício da Silva — Comandante da 3.ª Região Militar.

Boanerges Lopes de Sousa — Comandante da 14.ª Divisão de Infantaria.

Firmo Freire do Nascimento — Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

GENERAIS DE BRIGADA:

Artur Sílio Portela — Comandante da 7.ª Divisão de Infantaria.

Isauro Reguera — Comandante da 9.ª R.M.

Raimundo Sampáio — Comandante da 4.ª Região Militar.

Mário José Pinto Guedes — Secretário Geral do Ministério da Guerra.

João de Mendonça Lima — Ministro da Viação e Obras Públicas.

Eduardo Guedes Alcoforado — Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Amaro Soares Bittencourt — Diretor de Engenharia.

Milton de Freitas Almeida — Diretor de Moto-Mecanização.

Mário Arí Pires — Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Salvador César Obino — Diretor do Ensino do Exército.

Edgard Facó — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Renato Paquet — Comandante da I.D. 1 — M.G.

Álvaro Fiúza de Castro — Diretor do Material Bélico.

José Agostinho dos Santos — Comandante da Infantaria Divisionária da 5.ª D. I.

José Silvestre de Melo — Comandante da 2.ª Divisão de Cavalaria.

Gustavo Cordeiro de Faria — Diretor do Centro de Instrução Especializado.

Euclides Zenóbio da Costa — À disposição do M. da G.

Francisco Gil Castelo Branco — Comandante da 10.ª Região Militar.

Dermeval Peixoto — Comandante da 6.ª Região Militar.

Osvaldo Cordeiro de Faria — À disposição do M. da G.

Anôr Teixeira dos Santos — À disposição do M. da G.

Canrobert Pereira da Costa — À disposição do M. da G.

João Pereira de Oliveira — 2.ª R.M.

Francisco de Paula Cidade — Comandante da 8.ª Região Militar.

Ângelo Mendes de Morais — Diretor das Armas.

Álcio Souto — Comandante da A.D. 1.ª R.M.

Renato Ohofre Pinto Aleixo — Interventor Federal no Estado da Baía.

Odílio Denys — Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.

Newton Estillac Leal — Comandante da Infantaria Divisionária da 7.ª D. I.

Alexandre Zacarias de Assunção — Comandante da I.D. da 14 D.I.

Cândido Caldas — Comandante da I.D. da 3.ª R.M.

Olímpio Falconière da Cunha — Comandante da I.D. da 4.ª R.M.

OFICIAIS-GENERAIS DIRETORES DOS SERVIÇOS:

General Intendente — Emílio Fernandes de Sousa Docca — Diretor da Intendência do Exército.

General Médico — Dr. Afonso de Sousa Ferreira — Diretor de Saúde do Exército.

OFICIAIS-GENERAIS DA RESERVA CONVOCADOS PARA O SERVIÇO ATIVO:

General Bda. Sebastião do Rêgo Barros — Diretor da Artilharia de Costa.

General Bda. Antônio da Silva Rocha — Diretor de Remonta e Veterinária do Exército.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

MINISTRO DE ESTADO:

Dr. Alexandre Marcondes Filho (interino).

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio Monroe — Av. Rio Branco.
Chefe do Gabinete — 22-3173.

ARQUIVO NACIONAL:

Sede: Pr. da República, 26. — Diretor: Dr. Eugênio Vilhena de Morais — 22-4441.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. Senador Dantas, 1 — Presidente: Dr. Bento Queiroz de Barros Júnior — 43-3240.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS:
Sede: Palácio Monroe. — Presidente: Dr. Adroaldo Junqueira Aires — 22-9933-R. 18.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS:
Sede: Palácio Monroe — 42-8477.

COMISSÃO REVISORA DE DECRETOS-LEIS:
Sede: Palácio Monroe.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO:
Sede: Palácio Monroe. — Presidente. Dr. Iedo Fiúsa — 22-9933.

CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA:
Sede: R. Senador Dantas. — Consultor Geral: Dr. Hahnemann Guimarães — 42-1727.

CONSULTOR JURÍDICO:
Sede: Palácio Monroe. — Consultor Dr. Fernando Antunes — 22-6831.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: Pr. da República, 45. — Comandante: Coronel Aristarco Pessoa Cavalcante de Albuquerque — 22-4455.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: R. Senador Dantas. — Diretor Geral: Dr. Cincinato Galvão Ferreira Chaves — 42-7101.

DIRETORIA DA JUSTIÇA E DO INTERIOR:
Sede: Edifício Rex, 17.º. — Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

IMPRENSA NACIONAL:
Sede: Av. Rodrigues Alves, 1. — Diretor: Dr. Rubens d'Almada Horta Pôrto — 43-8833.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. Dom Manuel, 27/45.

JUÍZO DE MENORES:
Sede: R. dos Inválidos, 152. — Juiz: Dr. Saul de Gusmão — 42-7916.

JUSTIÇA DO TERRITÓRIO DO ACRE:
Sede: Rio Branco — Acre.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:
Sede: Av. Rio Branco, 241.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: Edifício do Forum. R. Dom Manuel. — Procurador Geral: Dr. Romão Côrtes de Lacerda — 42-6523.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. da Relação. — Chefe de Polícia: Ten. Cel. Nelson de Melo.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. Evaristo da Veiga, 78. — Comandante: General Odílio Denys.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES:
Sede: R. São Cristóvão, 482. — Diretor. Dr. Meton de Alencar Neto — 28-2378.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA:
Sede: Av. Graça Aranha, 26-10.º. — Diretor: Dr. Heitor Bracet — 42-9370.

MINISTÉRIO DA MARINHA

MINISTRO DE ESTADO:
Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Cais dos Mineiros. — Chefe do Gabinete: Capitão de Mar e Guerra Jerônimo Francisco Gonçalves — 23-2258.

SECRETARIA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério. — Diretor: Dr. Rodolfo Graça — 23-6080.

ARSENAL DE MARINHA DA ILHA DAS COBRAS:
Sede: Ilha das Cobras. — Diretor: Contra-Almirante Eng.º Naval Júlio Regis Bittencourt — 23-0551.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO:
Sede: (Entrada) Pr. Barão de Ladário. — Diretor Geral: Capitão de Mar e Guerra Oscar de Barros Cavalcante — 23-4110.

AUDITORIA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério, 7.º.
1.º Auditor: Dr. Henrique Alberto Magalhães de Almeida — 2.º Auditor: Dr. José Batista dos Santos Júnior.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E TOMBAMENTO DOS PRÓPRIOS NACIONAIS:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º.
Capitão de Mar e Guerra Francisco de Araújo Reis Viana.

COMISSÃO DE METALURGIA:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º.
Presidente: Contra-Almirante Alberto da Cunha Pinto.

CONSELHO DO ALMIRANTADO:
Sede: Edifício do Ministério, 3.º.
Presidente: Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

DIRETORIA DO ARMAMENTO DA MARINHA:
Sede: Cidade de Niterói. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Oscar Pereira de Sousa e Almeida — Niterói, 828.

DIRETORIA DE ENGENHARIA NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Almirante Luiz Pereira das Neves — 23-2070 — R.126.

DIRETORIA DO ENSINO NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Guilherme Reiken.

DIRETORIA DE FAZENDA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério, 2.º. — Diretor-Geral: Vice-Almirante Raimundo de Melo Braga de Mendonça.

DIRETORIA DE MARINHA MERCANTE:
Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO:
Sede: Ilha Fiscal. — Diretor Geral: Contra-Almirante Jorge Dodsworth Martins.

DIRETORIA DO PESSOAL DA ARMADA:
Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral do Pessoal: Contra-Almirante Mário Hechesher.

DIRETORIA DE SAÚDE NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Contra-Almirante Médico Dr. Heráclito de O. Sampaio.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO RIO DE JANEIRO:
Sede: R. do Rosário, 21/22. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Aarão Reis Filho.

ESTADO MAIOR DA ARMADA.
Sede: Edifício do Ministério. — Chefe: Vice-Almirante Américo Vieira de Melo.

TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO:
Sede: Pr. Sérvulo Dourado. — Presidente: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

Relação dos almirantes em serviço ativo:

VICE-ALMIRANTES:

Américo Vieira de Melo — Chefe do Estado Maior da Armada. João Lira, 35 — Leblon.

Mário de Oliveira Sampaio — Diretor Geral de Marinha Mercante. Pr. José de Alencar (Hotel dos Estrangeiros) Apt. 22.

Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, À Disposição do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil — Washington, D. C. — EE. UU.

Raimundo de Melo Braga de Mendonça — Vice-Presidente da Com. Cent. de Requisições. Pr. Santos Dumont, 104 — Gávea.

Eduardo Augusto de Brito Cunha — à disposição do Ministério das Relações Exteriores. Av. N. S. de Copacabana, 1394-Ap. 8.

Guilherme Rieken — Diretor Geral do Ensino Naval. São Clemente, 139-Casa, 26.

CONTRA-ALMIRANTES:

Alberto de Lemos Bastos — Comandante Naval de Leste. Salvador — Estado da Baía.

Durval de Oliveira Teixeira — Comandante Naval do Centro. Otávio Correia, 286 — Urca.

Arí Parreiras — Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal. Natal — Estado do Rio Grande do Norte.

Mário Hecksher — Diretor da Escola Naval. São Francisco Xavier, 312 — São Francisco Xavier.

Jorge Dodsworth Martins — Diretor Geral de Navegação. Sousa Lima, 9 apt. 64 — Copacabana.

Gustavo Goulart — Comandante Naval do Norte. Belém — Estado do Pará.

José Maria Neiva — Comandante Naval do Nordeste. Recife — Estado de Pernambuco.

Oscar de Frias Coutinho — Diretor Geral de Fazenda. Coronel Cabrita, 17 — São Cristóvão.

Luiz Augusto Pereira das Neves — Diretor Geral de Engenharia Naval. Praia de Botafogo, 148 — 6.º andar — apt. 60 — Botafogo.

Heráclito de Oliveira Sampaio — Diretor Geral de Saúde Naval. Paissandú, 239 — ap. 22 — Flamengo.

Milcíades Portela Ferreira Alves — Comandante Geral do Corpo de Fusileiros Navais. Ilha das Cobras.

Sílvio de Noronha — Comandante Naval de Mato Grosso-Ladário.

Alfredo Carlos Soares Dutra — Comandante da Fôrça Naval do Nordeste.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:
Sede: Av. Mal. Floriano Peixoto — Palácio Itamaratí. Ministro de Estado: Dr. Osvaldo Aranha.

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO:
Sede: Palácio Itamaratí. Telefone: 43-2751 — Secretário Geral do Ministério: Embaixador Pedro Leão Veloso.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral — Mário de Castelo Branco.

Divisão do Material:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Adriano de Sousa Quartin.

Divisão de Orçamento:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Perilo Gomes.

Divisão do Pessoal:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Carlos Alves de Sousa Filho.

Serviço de Comunicações:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Francisco Gualberto de Oliveira.

Serviço de documentação:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Luiz Camilo de Oliveira Neto.

Arquivo Histórico:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Luiz Carlos de Andrade Filho.

Biblioteca:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Jango Fischer.

Gabinete Fotostático:
Sede: Palácio Itamaratí. Encarregado: Alair Botelho.

Mapoteca:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Murilo de Miranda Basto.

Serviço de Inf rmações:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe Renato da Costa Almeida.

Serviço de Publicações:
Sede: Palácio Itamaratí. Cônsul Jaime de Barros Gomes.

DEPARTAMENTO DIPLOMÁTICO E CONSULAR:
Sede: Palácio Itamaratí. Secretário Geral: Embaixador Pedro Leão Veloso.

DIVISÃO CONSULAR:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Joaquim A. de Sousa Ribeiro.

DIVISÃO DE ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Heitor Lira.

DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Temistocles da Graça Aranha.

DIVISÃO DE FRONTEIRAS:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Heitor Lira.

DIVISÃO DE PASSAPORTES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Secretário Afrânio de Melo Franco.

DIVISÃO DO CERIMONIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro José Roberto de Macedo Soares.

DIVISÃO ECONÔMICA E COMERCIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Mário Moreira da Silva.

DIVISÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA:
Sede: Palácio Itamaartí. Chefe: Ministro Acir do Nascimento Pais.

ANAIS:
Sede: Palácio Itamaratí: Redator-Chefe: Afonso Aurélio Pôrto.

CONSULTOR TÉCNICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

SERVIÇO JURÍDICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Consultor Jurídico — Sebastião do Rêgo Barros.

MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS

Ancara — Chefe — Ministro Carlos C. de Ouro Preto.

Argel — Chefe — Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha (Delegado do Brasil junto ao Comité Francês de Libertação Nacional)

Assunção — Chefe — Embaixador Francisco Negrão de Lima.

Berna — Chefe — Ministro R. Ferreira de Melo.

Bogotá — Chefe — Embaixador C. A. Moniz Gordilho.

Buenos Aires — Chefe — Embaixador J. P. Rodrigues Alves.

Cairo — Chefe — Ministro J. A. Barbosa Carneiro.

Caracas — Chefe — Embaixador L. P. F. de Faro Júnior.

Cidade do Vaticano — Chefe — Embaixador Hildebrando Acioli.

Costa Rica — Chefe — Ministro A. Camilo de Oliveira.

Estocolmo — Chefe — Ministro Sebastião Sampaio.

Guatemala — Chefe — Ministro M. C. de Góis Monteiro.

Havana — Chefe — Embaixador Mário S. Saint-Brisson.

Helsinki — Encarregado de Negócios — 1.º Secretário — Paulo de Sousa Dantas.

La Paz — Chefe — Embaixador Lafaiete de C. e Silva.

Lima — Chefe — Embaixador Pedro de Morais Barros.

Lisboa — Chefe — Embaixador João Neves da Fontoura.

Londres — Chefe — Embaixador J. J. S. Moniz de Aragão (Ministro J. de Sousa Leão Filho — Encarregado de Negócios, interino, junto aos governos da Bélgica, Holanda, Polônia, Noruega e Iugoslávia).

Madrid — Chefe — Ministro J. S. da Fonseca Hermes.

México — Chefe — Embaixador Carlos de Lima Cavalcanti.

Montevidéu — Chefe — Embaixador João Batista Luzardo.

Ottawa — Chefe — Ministro Caio de Melo Franco.

Panamá — Chefe — Ministro Paulo G. Hasslocher.

Paris — (provisòriamente em Vichi) — Embaixador L. M. de Sousa Dantas.

Quito — Chefe — Embaixador João Carlos Muniz.

Santiago — Chefe — Embaixador S. de Sousa Leão Gracie.

Teheran — Chefe — Ministro Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva.

Trujillo — Chefe — Embaixador Gastão P. do Rio Branco.

Washington — Chefe — Embaixador Carlos Martins Pereira e Sousa.

NOTA: *As Missões em Atenas, Belgrado, Berlim, Bruxelas, Bucareste, Budapeste, Copenhaque, Haia, Oslo, Peiping, Roma, Tóquio e Varsóvia foram suprimidas temporàriamente.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Sede: Palácio do Trabalho — Av. Aparício Borges. Ministro de Estado: Dr. Alexandre Marcondes Filho.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Palácio do Trabalho - 8.º — Telefone: 42-4700 e 42-8080, ramal 457. Chefe do Gabinete: Dr. Aristides Malheiro. Consultor Jurídico: Dr. Oscar Saraiva.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:
Sede: Palácio do Trabalho - 5.º — sala 547. Presidente: Dr. Adolfo Morales de los Rios.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - — Telefone: 22-0038. Presidente: Major Felinto Müller.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 8.º — Telefone: 42-8080, ramal 259. Diretor: Dr. José Cândido de Lima Ferreira.

Serviço Atuarial:
Sede: Palácio do Trabalho - 7.º — sala 744 — Telefone: 42-8080, ramal 210. Diretor Atuário Paulo Leopoldo Pereira da Câmara.

Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho:
Sede: Palácio do Trabalho - 4.º — Telefone: 42-8080, ramal 411. Diretor: Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 3.º — Telefone: 42-0841 e 42-8080, ramal 401. Diretor Geral: Dr. Francisco Antônio Coelho.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 10.º — Telefone: 42-8080, ramal 633. Diretor Geral: Dr. Henrique Dória de Vasconcelos.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Sede: Palácio do Trabalho - 11.º — Telefone: 22-0122. Diretor: Guilherme Vidal Leite Ribeiro.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 7.º — Telefone: 42-8080, ramal 439. Diretor Geral: Dr. Edmundo Perry.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - — Telefone: 42-7500. Diretor Geral: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro.

Divisão de Fiscalização:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: João Mendes da Silveira Arruda.

Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: Dr. Décio Parreiras.

Divsião de Organização e Assistência Sindical:
Sede: Palácio do Trabalho - 5.º. Diretor: Dr. José Segadas Viana.

Serviço de Identificação Profissional:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: Marcial Dias Pequeno.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DA ESTIVA:
Sede: Av. Venezuela, 53 — Telefone: 43-8991. Presidente: Antônio Ferreira Filho.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 31 — Edif. dos Bancários — Telefone: 23-1941. Presidente: Dr. Aderbal Carneiro de Novais.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS:
Sede: Edifício Novo Mundo — Av. Pres. Wilson, 164 - 5.º, 6.º, 7.º, 80.º e 10.º andares — Telefone: 42-6100, ramal 35. Presidente: Dr. Plínio Reis de Cantanhede Almeida.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS:
Sede: Av. Graça Aranha, 35 — Telefone: 42-6053, ramal 7. Presidente: Dr. Helvécio Xavier Lopes.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS:
Sede: Av. Almirante Barroso, 78. Presidente: Eng. Plínio Reis de Cantanhede Almeida.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS:
Sede: Av. Rio Branco, 10 — Telefone: 23-1162. Presidente: Homero Mesquita.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO:
Sede: Rua Pedro Lessa, 27 (Esplanada do Castelo) — Telefone: 22-7731. Presidente: Dr. Júlio de Barros Barreto.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA:
Sede: Av. Venezuela, 82 — Telefone: 43-1428. Diretor: Dr. Ernesto Lopes da Fonseca.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:
Sede: Praça da Bandeira, 96 — Telefone: 48-1080. Diretor: Édison Pitombo Cavalcanti.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

MINISTRO DE ESTADO:
Gen. Bda. João de Mendonça Lima.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Chefe do Gabinete: Dr. Vítor Gustavo de Mascarenhas Tamon.
Consultor Jurídico: Dr. Adauto Cardoso.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: Raul de Azeredo — 22-7876.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE:
Sede: Av. Rio Branco, 46, 2.º. — Presidente: Comandante Mário Celestino.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA:
Sede: Corumbá — Mato Grosso. — Chefe da Comissão: Luiz Alberto Whertely.

COMISSÃO DE ACERVO DA BRAZIL RAILWAY COMPANY E OUTRAS EMPRÊSAS:
Sede: Edifício da A Noite. — Superintendente: Coronel Luiz Carlos da Costa Neto.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E METALURGIA:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: General João de Mendonça Lima.

CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES:
Sede: R. Uruguaiana, 25. — CONSELHO ADMINISTRATIVO: Presidente: Dr. Jurandir Pires Ferreira. — CONSELHO DE TARIFAS E TRANSPORTES:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Fernando Augusto de Almeida Brandão — 42-8395.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor Geral: Major Landry Sales Gonçalves — 42-2266.
— DIRETORIAS REGIONAIS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO:
Diretor Geral: Eng. Valdemar Coimbra da Luz.
Sede: Av. Graça Aranha. 416 - 10.º.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Sede: Pr. Mauá, 7. — Diretor: Dr. Iedo Fiúsa. — 43-2065.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO:
Sede: Av. Venezuela, 238. — Diretor: Dr. Hildebrando de Araújo Góis — 43-5045.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO:
Sede: Pr. Mauá, 10. — Diretor: Dr. Frederico César Burlamaqui.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES:
Diretor: Brigadeiro do Ar Antônio Guedes Muniz.

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 155. — Inspetor: Dr. Luiz Augusto da Silva Vieira —42-1659.

INSPETORIA GERAL DE ILUMINAÇÃO:
Sede: Av. Graça Aranha, 43. — Inspetor Geral: Dr. Francisco de Sá Lessa.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO PARÁ:
Sede: Belém — Pará. — Diretor: Comandante Francisco Bulcão Viana.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Vicente de Brito Pereira Filho — 22-9230.

★

Administração regional

DISTRITO FEDERAL

PREFEITO:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth.

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO:
Dr. Jorge Dodsworth (secretário).

PROCURADORIA:
Dr. José Sabóia Viriato de Medeiros, procurador.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO:
Dr. Jorge Dodsworth (Secretário Geral).

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Cel. Jonas de Morais Correia Filho, secretário geral.

Centro de Pesquisas Educacionais:
Dr. Pedro Pernambuco Filho, diretor.

Departamento de Eudcação Primária:
Prof. Teobaldo Miranda Santos, diretor.

Departamento de Educação Técnico-Profissional:
Prof. Luiz Palmeira, diretor.

Departamento de Educação Nacionalista:
Ten. Cel. Moacir Toscano, diretor.

Departamento de Difusão Cultural:
Dr. Henrique Batista Pereira, diretor.

Departamento de História e Documentação:
Dr. Augusto do Amaral Peixoto, diretor.

Departamento de Prédios e Aparelhamentos Escolares:
Dr. Raul Pena Firme, diretor.

Departamento de Saúde Escolar:
Dr. Oscar Fontenelle, diretor.

Instituto de Educação:
Dr. Leonel Gonzaga Pereira da Fonseca, diretor.

SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS:
Dr. Mário Melo, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:
Dr. Jesuíno Carlos de Albuquerque, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Edson Junqueira Passos, secretário geral.

TRIBUNAL DE CONTAS:
Presidente: Cônego Olímpio de Melo. — Vice-Presidente: Dr. Benjamim Guilherme dos Reis Jr. — Membros: Dr. Pedro Firmeza, Dr. Francisco Antônio R. Sales Filho, Dr. Rui Carneiro da Cunha, Dr. Valdomiro de Barros Magalhães, Dr. Ivan Monteiro de Barros Lins.

ALAGOAS

INTERVENTOR FEDERAL:
Major Ismar de Góis Monteiro.

SECRETARIA DA INTERVENTORIA FEDERAL:
Cap. Alves Mata, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Alexandre Nobre, presidente.

Secretaria da Fazenda e da Produção

SECRETÁRIO:
Agr. Esperidião de Farias Júnior.

DIRETORIA DA RECEITA:
Bel. Adalberon Cavalcante Lins.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA:
José Marinho Júnior, diretor.

PROCURADORIA DA FAZENDA:
Bel. Antônio Baltazar de Mendonça, procurador.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Agrônomo Alberto Araújo, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Civil Valdemar Uchôa de Oliveira, diretor.

Secretaria do Interior, Educação e Saúde

SECRETÁRIO:
Bel. Arí Bôto Pitombo.

DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Bel. José Maria Correia das Neves, diretor.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO:
Pe. Luiz Medeiros Neto, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Rodrigues de Albuquerque, diretor.

COLÔNIA EDUARDO RABELO:
Dr. Aderbal Jabotá, médico.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção masculina):
Cirurgião-dentista Vital de Meira Barbosa, diretor.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção Feminina):
Bel. Teonilo Cravo Gama, diretor.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO:
Eng. Civil Antônio Mário Mafra, superintendente.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Bel. Manuel Diegues Júnior, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Bel. Antônio de Freitas Cavalcante, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Pedro Barreto Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Bel. José Mota Maia, diretor.

DIRETORIA REGIONAL DA DEFESA PASSIVA ANTI-AÉREA:
Dr. Lourival de Melo Mota, diretor.

FÔRÇA POLICIAL MILITAR:
Cel. Manuel Xavier de Oliveira, comandante.

GUARDA CIVIL:
Cap. Antônio Pantaleão Neto, comandante.

AMAZONAS

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Álvaro Botelho Maia.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Rui Araújo, secretário.

CÔRTE DE APELAÇÃO:
Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro, presidente.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Antônio de Oliveira Lima, chefe.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Leopoldo Peres, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Dr. Temístocles Pinheiro Gadelha, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Júlio Benevides Uchôa, diretor.

DIRETORIA DO ARQUIVO, BIBLIOTECA E IMPRENSA PÚBLICA:
José Luiz de Araújo Neto, diretor.

DIRETORIA DO COLÉGIO AMAZONENSE:
Prof. José Rocha de Machado e Silva, diretor.

DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA:
Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, diretor.

DIRETORIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO:
Prof.ª Eunice Serrano Teles de Sousa, diretora.

FÔRÇA POLICIAL:
Tte.-Cel. João Gentil Barbato, comandante.

INSPETORIA DAS RENDAS MUNICIPAIS:
Homero de Miranda Leão, inspetor.

BAHIA

Interventoria

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Bda. Renato Onofre Pinto Aleixo.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:
Bel. João da Costa Pinto Dantas Júnior.

ASSISTÊNCIA MILITAR:
Major Maurino Cesimbra Tavares.

CONSELHO ADMINISTRATIVO (Pres.):
Eng. Civil Arnaldo Pimenta da Cunha.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO (Dir-interino):
Bel. Joaquim Artur Pedreira Franco.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA ESTATÍSTICA (Dir.):
Bel. Afrânio de Carvalho.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (Dir.):
Bel. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt.

Secretaria do Interior e Justiça

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Bel. Artur César Berenguer.

PROCURADOR GERAL DO ESTADO:
Bel. Epaminondas Berbert de Castro.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Pres.):
Bel. EUVALDO LUZ.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Secretário):
Bel. Lafaiete Pereira Guimarães.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO (S.I.):
Bel. Ademar Correia de Meneses.

ARQUIVO PÚBLICO (Dir.):
Bel. Alfredo Vieira Pimentel.

JUNTA COMERCIAL (Dir. Sec.):
Bel. César Prisco Paraíso.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E REFORMA (Dir.):
Bel. Édison Tenório de Albuquerque.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES (Dir.):
Bel. Tarcilo Vieira de Melo.

IMPRENSA OFICIAL (Dir.):
Bel. Afonso Rui de Sousa.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO (Dir.):
Bel. Sebastião Alfredo Ramos.

Secretaria de Educação e Saúde

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Aristides Novis.

DIRETOR DO GABINETE (Educação):
Álvaro Coelho Moreira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (Dir.):
Bel. Álvaro Augusto da Silva.

INSTITUTO NORMAL DA BAÍA (Dir.):
Eng. civil Solon Nélson de Sousa Guimarães.

COLÉGIO ESTADUAL DA BAÍA (Dir.):
Bel. Francisco da Conceição Meneses.

INSPETORIA DE MUSEU E MONUMENTOS (Insp).:
Bel. José Prado Valadares.

BIBLIOTECA PÚBLICA (Dir.):
Bel. Osvaldo Imbassaí da Silva.

ESCOLA POLITÉCNICA DA BAÍA (Dir.):
Eng. civil Arquimedes Pereira Guimarães.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE (Dir.):
Dr. Luiz Lessa.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA (Dir.):
Dr. José de Oliveira Guimarães.

HOSPITAL COUTO MAIA (Dir.):
Dr. Antônio de Assís Coelho Borges.

INSTITUTO OSVALDO CRUZ (Dir.):
Dr. Agenor Meireles.

SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO (Dir.):
Dr. Matias Mariani Bittencourt.

HOSPITAL JULIANO MOREIRA (Dir.):
Dr. João Inácio de Mendonça.

HOSPITAL SANTA TERESINHA (Dir.):
Dr. César de Araújo.

LEPROSÁRIO RODRIGUES DE MENESES (Dir.):
Dr. Francisco Mendonça.

DIVISÃO DE SAÚDE (Dir.):
Dr. Álvaro Franca Rocha.

ASSISTÊNCIA SOCIAL (Dir.):
Dr. Colombo Moreira Espínola.

Secretaria de Segurança Pública

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Major Hoche Pulquério.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (Dir.):
Dr. Egas Moniz de Aragão.

DEPARTAMENTO CENTRAL ADMINISTRATIVO (Dir.):
Bel. Nélson de Almeida Pinto.

DELEGADO AUXILIAR:
Bel. Antônio Pereira de Matos.

DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL:
Bel. Almir B. Pinto.

INSPETOR DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Bel. Mário José Cardoso.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA:
Dr. Pedro Augusto de Melo.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO:
Eng. civil Armando Carneiro da Rocha.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL (N. Rodrigues):
Dr. Estácio Valente de Lima.

COMANDANTE DA FÔRÇA POLICIAL:
Cel. Armindo Vilaça.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Farmacêutico Francisco Ribeiro Gonçalves.

CASA DE DETENÇÃO (Dir.):
Bel. Leopoldo Braga.

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA I.C.:
Agr. Paulo Campos Pôrto.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO:
Hermógenes Florence Drummond.

ESCOLA DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA (Dir.):
Agr. José Carlos Ribeiro.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL (Dir.):
Agr. Nuno Dias Tavares.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL (Dir.):
Agr. Francisco Veloso Pondé.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E PROTEÇÃO À NATUREZA (Dir.):
Eng. civil Alfredo de Amorim Coelho.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (Dir.):
Eng. civil Lauro de Andrade Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Agr. Valdiki Cardoso Moura.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Dir.):
Agr. Antônio Nonato Marques.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

SECRETÁRIO DA VIAÇÃO E O. PÚBLICAS:
Eng. civil Osvaldo César Rios.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO:
Eng. civil Mário Tarquínio.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO:
Eng. civil Celso Tôrres.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM (Dir.):
Eng. civil Edmundo da Silva Visco.

DEPARTAMENTO DOS SERV. INDUSTRIALIZADOS:
Eng. civil Carlos Kock de Carvalho.

SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTOS (Super.):
Eng. civil Emile Tournillon.

NAVEGAÇÃO BAÍANA (Super.):
Eng. civil Humberto Pacheco de Miranda.

ESTRADA DE FERRO DE NAZARÉ (Super.):
Eng. civil Manuel Cosme Coelho Borges.

NAVEGAÇÃO BAÍANA DO SÃO FRANCISCO (Super.):
Eng. civil Jorge de Lacerda Kelsch.

Secretaria da Fazenda

SECRETÁRIO DA FAZENDA:
Bel. Guilherme C. da Rocha Marback.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO (Dir.):
Bel. Sylvio Leal Pereira da Rocha.

PROCURADOR FISCAL:
Bel. Carlos Marback de Andrade.

DIRETORIA DA RECEITA (Dir.):
Euclides Lamartine Pereira Caldas.

RECEBEDORIA DAS RENDAS (Dir.):
Farmaceutico Rodolfo Araújo Doréa.

DIRETORIA DA DESPESA (Dir.):
Luiz Soares Rosado.

INSPETORIA FISCAL DAS RENDAS:
Bel. Oscar de Cerqueira Falcão.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
João Ursecino de Figueiredo.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS (Dir.):
Eng. civil João da Mata Barros.

TESOURARIA GERAL:
Tancredo Tourinho.

Repartições Federais

DOMÍNIO DA UNIÃO (Chefe):
Eng. Odilon Franco Sobrinho.

ALFÂNDEGA DA BAÍA (Inspetor):
João Augusto Ataíde.

DELEGADO FISCAL:
Dr. Elpídio Boa Morte Filho.

CORREIOS E TELÉGRAFOS (Diretor):
Dr. Franklin Augusto Ramos.

CAIXA ECONÔMICA (Pres.):
Agr. João Moreira da Rocha.

DELEGADO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO:
Dr. Antônio Domingues Uchoa.

INSPETORIA DE SÊCAS (Chefe Com.):
Eng. civil Reinaldo Silva Lima.

FISCALIZAÇÃO DO PÔRTO DA BAÍA:
Eng. civil Luiz Teixeira de Carvalho.

INSP. DEFESA SANITÁRIA VEGETAL:
Agr. Pedro da Silva Lopes.

INSP. DEFESA SANITÁRIA ANIMAL:
Dr. Aloísio Lobato Vale.

SERVIÇO NACIONAL DA FEBRE AMARELA (D.R.):
Dr. Frederico Acker.

INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS:
Dr. Mário Larmo Cantição.

VIAÇÃO FÉRREA LESTE BRASILEIRO (Dir.):
Eng. civil Lauro Farani de Freitas.

CAPITANIA DOS PORTOS:
Cap. Frag. Luiz Bezerra Cavalcante.

COMANDANTE NAVAL DE LESTE:
Almte. Alberto Lemos Basto.

INSPETORIA AGRÍCOLA DA 4.ª REGIÃO:
Agr. Liberalino Sales Gadelha.

COMANDANTE DA 6.ª REGIÃO MILITAR:
Gal. Dermeval Peixoto.

CEARÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Francisco Menezes Pimentel.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Rui de Almeida Monte, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. Álvaro Nunes Weyne, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Antônio Manuel de Andrade Furtado, secretário.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Cap. José Barros de Campos Góis, secretário.

DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Renato Braga, diretor.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Manuel Pio de Farias, diretor.

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA:
Dr. Antônio Catunda de Sabóia, diretor.

DIRETORIA GERAL DO TESOURO:
Dr. Mozart Catunda Gondim, diretor.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Eduardo Eleri Barreira, diretor.

DEPARTAMENTO DE CENSURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA:
Dr. Fran Martins, diretor.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA:
Dr. Ramir Valente, diretor.

DEPARTAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO:
Pe. José Bruno Teixeira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Tomaz Gomes da Silva, diretor.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Joaquim Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DA RECEBEDORIA:
Dr. José Eduardo Espínola, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hider Correia Lima, diretor.

IMPRENSA OFICIAL:
Alfeu Faria de Aboim, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
José Cândido Cavalcante Filho, presidente.

POLÍCIA MILITAR:
Dr. Manuel Cordeiro Neto, Comte. geral.

ESPÍRITO SANTO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Jones dos Santos Neves.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Mário A. Freire, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Osvaldo Cruz Guimarães, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Américo Coelho, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Placidino Passos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Armando Rabelo, diretor.

DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA:
Dr. Enrico I. A. Ruschi, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Erildo Martins, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Jaime dos Santos Neves, diretor.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Paulo Tarso Veloso, chefe.

DIRETORIA DA CONSTRUÇÃO DO PÔRTO:
Dr.Eumenes Peixoto Guimarães, diretor.

DIRETORIA DA ESTRADA DE FERRO DE ITAPEMIRIM:
Dr. J. A. Neto Souto, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO:
Dr. Napoleão Fontenele da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS CIVÍS:
Dr. Hermes Carneiro, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS NO NORTE DO ESTADO:
Dr. Dido Fontes de Faria Brito, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS:
Edgar Ribeiro de Sousa, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Dr. Manuel de Passos Barros, diretor.

SUPERINTENDÊNCIA DO PÔRTO DE VITÓRIA:
Dr. José Tarquínio da Silva, superintendente.

GOIAZ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Teixeira Álvares Jr., secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Dário Délio Cardoso, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Colemar Natal e Silva, procurador geral.

DIRETORIA GERAL DO D.S.P.:
Dr. Gérson de Castro, diretor.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO:
Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, diretor.

DIRETORIA GERAL DE FAZENDA:
Dr. José Ludovico de Almeida, diretor.

DIRETORIA GERAL DE POLÍCIA E TRANSITO:
Dr. Eurico Viana, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE:
Dr. José Magalhães da Silveira, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Antônio de Queiroz Barreto, chefe.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Antônio Juruena Di Guimarães, diretor.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E CADASTRO IMOBILIÁRIO:
Dr. Humberto Ludovico de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Garibaldi Teixeira, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Abel Soares de Castro, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO PESSOAL:
José Balduino de Sousa, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO MATERIAL:
Nicanor Brasil Gordo, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Odorico Costa, diretor.

DIRETORIA DO ESCRITÓRIO DE VIAÇÃO E TERRAS:
Dr. Solon Édison de Almeida.

MARANHÃO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Secretário Geral: Dr. Albuquerque Alencar.

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Diretor: José dos Santos Carvalho.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Presidente: Dr. Djalma Caldas Marques.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTABILIDADE:
Diretor: Cássio Reis Costa.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Diretor: Eduardo de Pinho Castro.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Dr. Emiliano Macieira.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Diretor Geral: Antônio Jaber.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Diretor: Djalma Fortuna.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Diretor: José de Ribamar Pinheiro.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Diretor: Dr. Iberê Rodrigues da Cunha.

DIRETORIA DA FAZENDA:
Diretor: Dr. Clodoaldo Cardoso.

DIRETORIA DE FOMENTO AGRÍCOLA:
Diretor: Dr. Jaime de Brito.

DIRETORIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:
Diretor: Dr. Cesário Veras.

DIRETORIA GERAL DA INTRUÇÃO PÚBLICA:
Diretor: Prof. Luiz Rêgo.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Procurador Geral: Dr. Édson Brandão.

MATO GROSSO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Júlio Strubing Müller.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Ponce de Arruda, secretário.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA:
Prof. Francisco Ferreira Mendes, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Lobivar Matos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hélio Ponce de Arruda, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Alexandre Ador Filho, chefe.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Manuel Soares de Campos, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Arquimedes Pereira Lima, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO:
Dr. Pedro Pais de Barros, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS:
Otávio de Vasconcelos Neves, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO:
Cel. Antônio Antero Pais de Barros, diretor.

REPARTIÇÃO DE LUZ E ÁGUA:
Dr. Alberto Aloísio Ador, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Máximo Leví, comte. geral.

MINAS GERAIS

GOVERNADOR:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Lucas Lopes, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Cristiano Monteiro Machado, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Francisco Balbino Noronha de Almeida, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Ovídio Xavier de Abreu, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Dermeval José Pimenta.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Ciro Versiani dos Anjos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Hildebrando Clarck, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Luiz Martins Soares, chefe.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Olinto Fonseca Filho, diretor:

DIRETORIA DA RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO:
Eng. Demerval Pimenta, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. José Alves de Castilho Júnior, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Alvino Alvim de Meneses, comandante.

PARÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
João Guilherme Lameira Bittencourt, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Bianor Penalber, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Prof. Temístocles Santana Marques, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Adelino de Vasconcelos, diretor.

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS:
Dr. Homero Cunha, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Eusébio de Matos Cardoso, solicitador.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Amintor Virgolino Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antônio Teixeira Gueiros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS, TERRAS E AGRICULTURA:
Dr. Antônio Ferreira Celso, diretor.

SERVIÇO DE AGRICULTURA:
Dr. José Hermógenes Barras, diretor.

SERVIÇO DE ÁGUAS:
Dr. Artur Seixas, diretor.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Orlando Guilhon, diretor.

SERVIÇO DE CADASTRO RURAL:
Augusto B. de Araújo.

SERVIÇO DE OBRAS:
Antônio Gomes de Meneses, diretor.

SERVIÇO DE TERRAS:
Dr. Bertino Barbosa Lima, diretor.

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Osvaldo Viana, diretor.

MATADOURO DO MAGUARÍ:
João B. de Araújo, diretor.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Dr. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Augusto Matos Pereira, presidente.

POLÍCIA MILITAR:
Cap. João Augusto da Costa, comte.

PARAÍBA

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Rui Carneiro.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. João Henriques da Silva, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Miguel Falcão de Alves, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Samuel Vital Duarte, secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Flodoardo da Silveira, presidente.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Severino Lucena, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RÁDIO-DIFUSÃO:
Dr. Abelardo Jurema, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Sizenando Costa, diretor.

DEPARTAMENTO DE MUNICIPALIDADES:
Dr. Cláudio Oscar Soares, diretor.
Interinamente: Eduardo Costa.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. José Semeão Leal, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Janduí Carneiro, diretor.
Interinamente: Dr. Plínio Espínola.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Manuel Ribeiro de Morais, chefe.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Orlando Almeida, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. João Henriques da Silva, diretor.
Interinamente: Dr. Evandro Ribeiro.

DIRETORIA DO TESOURO:
Dr. J. de Santos Coelho, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Refarim Rodrigues Martinez, diretor.

IMPRENSA OFICIAL — "A União":
Ascendino Leite, diretor.

SERVIÇO DE ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Ernani Batista, chefe.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA:
Joaquim Santiago, chefe.

JUNTA COMERCIAL:
João Celso Peixoto de Vasconcelos, presidente.

ESCOLA DE AGRONOMIA DE AREIA:
Dr. J. Moreira de Melo, diretor.

POLÍCIA MILITAR:
Cel. Elias Fernandes, comandante.

PARANÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Manuel Ribas.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Eng. Rosaldo Gomes Leitão, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Capitão Fernando Flores, secretário.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA:
Dr. Ângelo Lopes, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Sandoval Ribas, diretor.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS:
Eng. Odilon Mäder, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Lauro Schleder, diretor.

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE, PROTOCOLO GERAL E CONTADORIA:
Túlio de Sá Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Abílio Peixoto, diretor.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Eng. Osvaldo Lacerda, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Fausto N. Bittencourt, diretor.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO DE TRÂNSITO:
Arí Correia Lima, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Amaurí Ataíde, diretor.

INSTITUTO DE BIOLOGIA:
Dr. Marcos Enriete, diretor.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Dr. Carlos Mafra Pedroso, diretor.

DIRETORIA DA DESPESA FIXA:
Hairton da Silva Pereira, diretor.

DIRETORIA DA RECEITA:
Leandro Dacheux do Nascimento Filho, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO E PAGADORIA:
José Macedo Sobrinho, diretor.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE PARANAGUÁ:
Eng. Raul Macedo, superintendente.

ALMOXARIFADO GERAL DO ESTADO:
Rosalino Azambuja Fernandes, diretor.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO:
José de Barros Fonseca, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Frederico Faria de Oliveira, secretário.

SERVIÇO MÉDICO-LEGAL:
Dr. Alô T. Guimarães, diretor.

PERNAMBUCO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Agamenon Sérgio de Godói Magalhães.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Manuel Rodrigues Filho, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Maciel do Rêgo Monteiro, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Arnóbio Tenório, secretário.

SECRETARIA DE SEGUARNÇA PÚBLICA:
Dr. Etelvino Lins, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Gercino Malagueta Fontes, secretário.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO CÍVICA:
Cap. Roberto Pessoa, diretor.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS COOPERATIVAS:
Dr. Costa Pôrto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
D. Maria do Carmo Pinto Ribeiro, diretora.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Paulo Acioli Pimentel, diretor.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA E MUSEU:
Dr. Olímpio Costa Filho, diretor.

DIRETORA DE HIGIENE DO INTERIOR:
Dr. Lessa de Andrade, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Willy Kewin, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Renato Farias, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Djalma Almir Vanderlei, diretor.

DIRETORIA DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Milton de Pontes, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO:
Dr. Francisco de Paula Dias Fernandes, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Maurício de Abreu, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:
Dr. Barros de Lima, diretor.

INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS:
Dr. Paulo Parísio, diretor.

FÔRÇA POLICIAL:
Cel. José Arnaldo Vasconcelos.

INSPETORIA DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Dr. Renato Medeiros, diretor.

PIAUÍ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Leônidas de Castro Melo.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Osório Porfírio da Mota, secretário.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Ten.-Cel. Evilásio Gonçalves Vilanova, chefe.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Dr. Fernando Pires Leal, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. João Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Artur Passos, diretor.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Sr. Álvaro Sisifo Correia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Anísio Martins Maia, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Paulino Pinto de Barros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Raimundo de Areia Leão, diretor.

BIBLIOTECA, ARQUIVO PÚBLICO E MUSEU HISTÓRICO:
Dr. Anísio de Brito Melo, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Dr. Agenor Barbosa de Almeida, diretor.

RIO DE JANEIRO

INTERVENTOR FEDERAL:
Comte. Ernani do Amaral Peixoto.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Dr. Rubem de Campos Farrula, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Rui Buarque de Nazaré, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Sr. Valfredo Martins, secretário.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Cel. Agenor Barcelos Feio, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Major Hélio de Macedo Soares e Silva, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Ademar Lopes da Cruz, diretor.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS:
Dr. Francisco Xavier Rosemburgo, diretor.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:
Dr. Raul Quaresma de Moura, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Rubem Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA:
Eng. civil Luiz de Sousa, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Francisco Stele, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Hermes Gomes da Cunha.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Adelmo de Mendonça, diretor.

DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:
Dr. Antônio Barcelos, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E INDUSTRIAIS:
Eng. civil Carlos de Albuquerque Correia Gondim, diretor.

RIO GRANDE DO NORTE

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Antônio Fernandes Dantas.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
João Dionísio Filgueira, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Elói Castriciano de Sousa, presidente.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Ag. Odorico Ferreira de Sousa, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Prof. Severino Bezerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Anfilóquio Câmara, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Édilson Varela, diretor geral.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Gilberto Santos Moreira, diretor geral.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Oto de Brito Guerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Alferes Galdino dos Santos Lima, diretor geral.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Cap. Alexandre Moss Simões dos Reis, chefe.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
Sr. Boanerges Leitão de Almeida, diretor.

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE NATAL:
Eng. Floro Dória da Costa, diretor.

SERVIÇO ESTADUAL DO ALGODÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS:
Eng. Agro. Nilo de Albuquerque Melo, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Sr. Felinto Elísio Manso Maciel, presidente.

RIO GRANDE DO SUL

INTERVENTOR FEDERAL:
Ten. Cel. Ernesto Dorneles.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Acióli Peixoto, presidente.

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Ataliba de F. Paz.

DIRETOR GERAL:
Dr. Desidério Finamor.

DIRETOR DA DIR. DE AGRICULTURA:
Dr. Álvaro Xavier.

DIRETOR DA DIR. DE IND. E COMÉRCIO:
Dr. Clândio Osório Pereira.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO MINERAL:
Dr. Pedro Barroso.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Manuel Correia Soares.

DIRETOR DA DIR. DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Artur Ambros.

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Oscar Fontoura.

DIRETOR GERAL:
Dr. Manuel L. Borges da Fonseca.

SUB-DIRETOR GERAL:
Luiz Osório de Almeida.

DIRETOR:
Trogílio Souto de Oliveira.

DIRETOR:
José Silveira.

DIRETOR:
Dr. Eduardo Gama (adido à Sec. do Interior).

DIRETOR:
Cláudio Breno de Albuquerque.

DIRETOR:
Dr. Ladário Canabarro.

DIRETOR:
Ildefonso Thielen.

DIRETOR:
Ovídio Magalhães.

INSPETOR GERAL DE FAZENDA:
Arí Mariante.

INSPETOR GERAL DO IMPOSTO SÔBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES:
Gabriel L. Gusmão.

Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. José Coelho Pereira de Sousa.

Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas

SECRETÁRIA DE ESTADO:
Dr. Valter Jobim.

DIRETORIA DA VIAÇÃO FLUVIAL:
Benno Hofmann, diretor.

DIRETORIA DE ELETRICIDADE E FÔRÇAS HIDRÁULICAS:
Mário Lanes Cunha, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS:
Ciro M. da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS DO PÔRTO E BARRA DO RIO GRANDE:
Fernando Duprat da Silva, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO E URBANISMO:
Antônio de Siqueira, diretor.

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Alberto Pasqualini.

INTERIOR:
Dr. Joaquim Guerreiro Chaves, Diretor da Diretoria do Interior e da Justiça.
Atos Damasceno Ferreira, Idem, da Diretoria do Expediente.
Carlos Augusto Mennet, Idem, da Diretoria do Pessoal.
Aristóteles Paz, Idem, da Diretoria da Despesa e Material.

EDUCAÇÃO:
Dr. Caio Brandão de Melo, Diretor Geral.
Pedro Ivo da Cunha, Diretor da Diretoria do Pessoal e Expediente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E NORMAL:
Olga Acauã Gayer, Diretora.
Nei de Almeida Brito, Diretor da Secção Administrativa.
Marieta Cunha Silva, Diretora da Secção Técnica.

Ernesto Pelanda, Diretor de Estatística Educacional.
Dr. Emílio Kemp, Chefe do Museu Júlio de Castilhos.
Reinaldo Moura, Idem, da Biblioteca Pública.
Dante Barone, Secretário do Teatro São Pedro.
Dr. Jorge Felizardo, Superintendência do Ensino Profissional.
Dr. Ubaldino Moura, Idem, do Ensino Secundário.

UNIVERSIDADE DE PÔRTO ALEGRE:
Dr. Edgar Schneider, Reitor.
Dr. Perí Diniz, Secretário Geral.
Dr. Egídio Ferreira Pais, Faculdade de Direito.
Dr. Egydio Hervé — Escola de Engenharia.
Dr. Gaspar Dilermano Uchoa, Escola de Agronomia e Veterinária.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE:
Dr. José Bonifácio P. da Costa, Diretor Geral.
Dr. Cristiano Frederico Buys, Diretor da Divisão Técnica, efetivo. (Afastado em virtude de comissionamento em serviço do govêrno federal).
Dr. Felicíssimo Difini, Diretor técnico, interino e diretor da Divisão Administrativa, efetivo.
Dr. Francisco Salzano, Médico Assistente, efetivo, e diretor da Assistência Médico-Social, digo: diretor-administrativo, interino.
Dr. Alvorino Mércio Xavier, Diretor da Assistência Médico-Social, interino, em comissão.
Dr. Jandir Maia Failacce, Diretor dos Serviços de Laboratórios de Saúde, efetivo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Mem de Sá, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Manoelito de Ornelas, diretor.

SANTA CATARINA

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Müllen da Silveira. presidente.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. Virgílio Gualberto, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Gustavo Neves, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Heitor Blum, diretor.

Secretaria da Fazenda

SECRETÁRIO:
Dr. Altamiro Guimarães.

CONTADORIA GERAL DE ESTADO:
Dr. Orlando Brasil, diretor.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:
Dr. Eduardo Nicollichy.

TESOURO DO ESTADO:
Dr. Otávio de Oliveira, diretor.

Secretaria de Justiça, Saúde e Educação

SECRETÁRIO:
Dr. Ivo d'Aquino.

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Dr. Carlos da Costa Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Elpídio Barbosa, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Vinícius Wagner, diretor.

DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Arí Mafra, diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:
Dr. Edelvito C. de Araújo, diretor.

Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura

SECRETÁRIO:
Dr. Artur Costa Filho.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. César Seára, diretor.

DIRETORIA DE ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Afonso Veiga, diretor.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGENS:
Dr. Anes Gualberto, diretor.

DIRETORIA DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Fausto Luz, diretor.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E TERRAS:
Dr. José N. Born, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Udo Deeke. diretor.

Secretaria de Segurança Pública

SECRETÁRIO:
Cap. Antônio de Mourão Ratton.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL:
Cap. Antônio de Lara Ribas.

FÔRÇA POLICIAL DO ESTADO:
Cmt. Ten. Cel. Cantídio Quintino Regis.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E MÉDICO-LEGAL:
Dr. Fernando Wendhausenn.

SÃO PAULO

Interventoria federal

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Fernando Costa.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:
Dr. Nélson Luiz do Rêgo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. Djalma Forjaz, Diretor geral.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Augusto Brant de Carvalho.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA POLICIAL:
Dr. Joaquim da Silva Prado.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Gabriel Monteiro da Silva, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Professor Cândido Mota Filho, Diretor geral.

DIVISÃO DE IMPRENSA E PROPAGANDA E RÁDIO-DIFUSÃO:
Comendador Alfredo Mário Guastini.

DIVISÃO DE TURISMO E DIVERSÕES PÚBLICAS:
Dr. Ariovaldo Teles de Meneses.

SERVIÇO DE CENSURA E PUBLICIDADE SANITÁRIA:
Professor João Batista Rocha Correia.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. Américo Portugal Gouveia. Diretor geral.

COMISSÃO ESTADUAL DO GASOGÊNIO:
Dr. João Luiz Meiller.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Dr. Godofredo T. da Silva Teles (Presidente).

Secretaria da Justiça e Negócios do Interior

SECRETÁRIO:
Dr. Abelardo Vergueiro César.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Manuel Carlos Figueiredo Ferraz, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Benedito da Costa Neto.

DEPARTAMENTO DOS PRESÍDIOS DO ESTADO:
Professor Flamínio Favero, Diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:
Henrique de Sousa Queiroz Méier.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:
Dr. Corí Gomes de Amorim, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO:
Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro.

PROCURADORIA JUDICIAL DO ESTADO:
Dr. Dario Sebastião Oliveira Ribeiro.

PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO E CADASTRO DO ESTADO:
Dr. Messias Junqueira, substituto.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:
Dr. Orlando Almeida Prado.

Secretaria da Segurança Pública

SECRETÁRIO:
o da Saúde, respondendo pelo expediente.

DIRETOR GERAL:
Dr. Alfredo Issa Assaly.

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES:
Dr. Francisco de Assis Carvalho Franco.

DIRETORIA DO SERVIÇO DO TRÂNSITO:
Dr. Aguinaldo de Góis.

Secretaria da Educação e Saúde Pública

SECRETÁRIO:
Teotônio Monteiro de Barros Filho.

DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRA:
Dr. Sales Gomes Júnior.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS:
Dr. Pedro Augusto da Silva.

INSTITUTO BUTANTÃ:
Dr. Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca.

SERVIÇO DE MEDICINA SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Dr. João Pereira Pinto.

INSTITUTO DE HIGIENE:
Dr. Geraldo H. de Paula Sousa.

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO:
Dr. Alípio Leme de Oliveira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
Cap. Sílvio Magalhães Padilha.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Israel Alves dos Santos.

ENSINO PROFISSIONAL:
Prof. Horácio Augusto da Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:
Reitor, Jorge Americano.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO:
Dr. Samuel B. Pessoa.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:
Dr. Joaquim Carvalho Parreiras.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:
José Maria Reys.

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO:
Prof. José de Melo Morais.

DIRETOR GERAL:
Dr. José de Paiva Castro.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:
Edmundo Rodrigues Jordão.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:
Vítor de Carvalho.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:
Darcy Bloem.

DIRETORIA DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA:
Dr. Cristóvão Bezerra Dantas.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Teodureto Leite de Almeida Camargo.

DIVISÃO DE ENGENHARIA RURAL:
Dr. Antenor Pinto da Silveira, Engenheiro chefe.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Plínio Pompeu Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DA AGRICULTURA:
Dr. Henrique da Rocha Lima.

SERVIÇO FLORESTAL:
Dr. José de Camargo Cabral.

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA:
Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto.

INSTITUTO DE BOTÂNICA:
Dr. Frederico Carlos Hoehne.

SERVIÇO DE SERICICULTURA:
Dr. Mário Garnero.

SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:
Dr. Clovis de Morais Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Otacílio Tomanik.

ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA "JOSÉ BONIFÁCIO":
Dr. Jaime de Andrade Algodoal.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO:
Dr. Valdemar Lefèvre.

Secretaria da Viação e Obras Públicas

SECRETÁRIO:
Dr. Luiz Anhaia Melo.

DIRETORIA GERAL:
Dr. Francisco Gayotto.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:
Silas Botelho.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Manuel Grilo Neto.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Francisco José Longo.

INSPETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:
Otávio Ferraz Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Ariovaldo Viana.

REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DA CAPITAL:
Plínio Penteado Whitaker.

Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado

SECRETÁRIO:
Sr. Francisco Dáuria.

DIRETOR GERAL:
Américo Portugal Gouveia (Em comissão no Departamento do Serviço Público).
Substituto: Lupércio Chagas.
Sub-Diretor Geral: Lupércio Chagas.
Substituto: Oto Fonseca.

DIRETOR ADMINISTRATIVO:
José Marcos dos Santos.

DIRETORIA DE CAIXAS ECONÔMICAS:
Dr. Hugo de Andrade Só.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS:
Dona Erotides Luz.

DEPARTAMENTO DA RECEITA:
Dr. Bernardo Freire Viana.

DEPARTAMENTO DA DESPESA:
Sílvio Whitaker Leite Penteado.

DEPARTAMENTO DE CAIXAS, VALORES E CONTAS:
Amintas Carvalho Macedo.

PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO:
Dr. Raul Romeu Loureiro.

CONTADORIA CENTRAL DO ESTADO:
Professor Francisco Dauria.

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS:
Artur Diederichsen.

DIVISÃO DO PESSOAL:
Eurico Mendes (Substituto).

SERGIPE

INTERVENTOR FEDERAL:
Cel. Augusto Maynard Gomes.

SECRETARIA GERAL:
Dr. Francisco Leite Neto, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Fontes da Silva, presidente.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. Urbano Lima Neto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
João Carlos de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Luiz Pereira de Melo, diretor.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Sàlvio Oliveira, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Francisco Moreira Sousa.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Nilson de Freitas Guimarães, diretor.

CHEFIA DA POLÍCIA:
Dr. Pedro Vieira de Matos, chefe.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Sr. Alfredo Pinto, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, consultor.

FÔRÇA POLICIAL:
Cap. Bernardino Dantas, comandante.

IMPRENSA OFICIAL:
Sr. Exupéro Monteiro, diretor.

TESOURO:
Sr. Sálvio de Oliveira, diretor.

TERRITÓRIO DO ACRE

GOVERNADOR:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho.

SECRETARIA:
Dr. Antenor Cavalcante, secretário.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sr. João Coelho de Miranda Fonseca, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Sr. Humberto Soares da Costa, diretor.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:
Raimundo Nobre Passos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Dr. Paulo de Carvalho Fontes, diretor.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO:
Dr. Pimentel Gomes, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Vágner Brasiliense Eleutério, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antenor Cavalcante, diretor.

DEPARTAMENTO TERRITORIAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Wilson de Almeida Aguiar, diretor.

POLÍCIA MILITAR:
Ten. Cel. Jeferson Ribeiro do Amaral, comandante.

✶

Administração municipal

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Alagoas

ÁGUA BRANCA — Miguel Tôrres Filho.
ANADIA — Jorge Pinto Dâmaso.
ARAPIRACA — Manuel de Farias Leal.
ATALAIA — Álvaro Calheiros Leite (Bel.).
CAPELA — Clódio Rodrigues de Araújo (Bel.).
CORURIPE — Valdemar Lima.
IGREJA NOVA — Carlos do Vale Ferro.
LEOPOLDINO — Amadeu Aguiar.
LIMOEIRO — Luiz de Castro Fonseca.
MACEIÓ — Francisco Ábdon de Arroxelas.
MARAGOGÍ — José Jorge de Faria Sales (Bel.).
MARECHAL DEODORO — Antônio Paranhos.
MARECHAL FLORIANO — Oséias Cardoso.
MATA GRANDE — Antônio Neto de Andrade.
MURICÍ — Francisco de Paula Acioli Filho (Bel.).
PALMEIRA DOS ÍNDIOS — José Pinto de Barros.
PÃO DE AÇÚCAR — Augusto Freitas Machado.
PASSO DE CAMARAGIBE — Afonso Gonçalves Jaime Galvão
PENEDO — Bel. Alfredo Gaspar de Oliveira Mendonça.
PIAÇABUÇÚ — José Cavalcanti Manso.
PILAR — Dr. Joaquim Gomes.
PÔRTO CALVO — João Pinto de Vasconcelos.
PÔRTO DE PEDRAS — José de Morais Mendonça.
PÔRTO REAL DO COLÉGIO — Boaventura Vieira Dantas.
QUEBRÂNGULO — Eliseu Teixeira Cavalcante.
RIO LARGO — Venceslau José Batista (Bel.).
SANTANA DO IPANEMA — Adauto de Barros Rêgo (interino).
SÃO JOSÉ DA LAJE — Mário Guimarães (Dr.).
SÃO LUIZ DO QUITUNDE — Aurélio de Oliveira Buarque.
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — Valfredo de Farias Costa
TRAIPÚ — Mário Mendonça Mendes.
UNIÃO — Antonino Tertuliano de A. Lins (Bel.)
VIÇOSA — Dr. José Maria de Melo.

✩

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Amazonas

BARCELOS — Ris Ricardo França das Neves.
BARREIRINHA — Vicente Correia Lima.
BENJAMIM CONSTANT — Nélson Noronha.
BOA VISTA — Capitão Temístocles Henriques Trigueiro.
BÔCA DO ACRE — Atílio Nery.
BORBA — Francisco Fiuza Lima.
CANUTAMA — Teófilo Narciso de Mesquita.
COARÍ — Cap. Alexandre Montoril.
CARAUARÍ — Alfredo Marques da Silveira.
CODAJAZ — Almir Rodrigues da Fonseca.
FONTE-BOA — Francisco Barnabé Gomes.
HUMAITÁ — Dr. Osmar Rodrigues Bento.
ITACOATIARA — Osório da Fonseca.
ITAPIRANGA — Perseverando da Trindade Garcia.
JOÃO PESSOA — Florentino de Almeida.
LÁBREA — João Lopes da Silva.
MAUÉS — Raimundo Gomes de Albuquerque.
MANÁUS — Dr. Francisco Couto Vale.
MANACAPURU — Dr. Henock Reis.
MANICORÉ — João Teives de Alencar Dias Pinto.
MOURA — Leônidas Pimentel.
PÔRTO VELHO — Boemundo Álvares Afonso.
PARINTINS — Cap. Pedro Ferreira de Sousa.
BÔCA DO ACRE — Atílio Cândido Neri.
SÃO PAULO DE OLIVENÇA — Alcides Raposo da Câmara.
SÃO GABRIEL — Rodolfo Lopes Gonçalves.
TEFÉ — Lupercino Sá Nogueira.
URUCARÁ — José Martins da Rocha.
URUCURITUBA — Teodoro Monteiro dos Santos.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Baía

AFONSO PENA — João Antônio Coni Filho.
ALAGOINHAS — Carlos de Sousa Cunha.
ALCOBAÇA— João Garcia de Azevedo.
AMARGOSA — Dr. Raul Paranhos Dias dos Santos.
ANCHIETA — Arnulfo Soares.
ANDARAÍ — João Esteves do Socorro.
ANGICAL — Durvalmerindo Bandeira.
ARATUÍPE — João Ricardo Filho, substituto interino — João da Costa Almeida Filho.
AREIA — Dr. André Lírio.
BAIXA GRANDE — Isalino de Queiroz Matos.
BARRA — Ciríaco Dias da Costa.
BARRA DA ESTIVA — Prof. Maria de Lourdes Pires.
BARREIRAS — Alfredo Mariano Jacobina.
BELMONTE — José de Faria.
BOA NOVA — Querubim Cana Brasil.
BONFIM — José Gabriel Gonçalves Tôrres.
BOM JESÚS DA LAPA — Dr. Manuel Cícero de Magalhães.
BOM SUCESSO — Vital Xavier Gomes.
BREJÕES — Mário Meireles.
BROTAS — Nestor Rodrigues Coelho.
BRUMADO — Marcolino Risério de Moura.
CACHOEIRA — Augusto Régis.
CACULÉ — Miguel Antônio Fernandes.
CAITETÉ — Antônio Vieira.
CAIRÚ — Ten. Durval Carneiro.
CAMAMÚ — Agnelo da Rocha Lira.
CAMAÇARÍ — Eng.º Mário Beléns Pinto.
CAMPO FORMOSO — Dr. Ulisses Gonçalves da Silva
CANAVIEIRAS — Josias Teixeira.
CAPIVARÍ — José Silvany Pacheco Sampaio, substituto interino — Abelardo Sampaio Lopes.
CARAVELAS — Dr. Sócrates Ramos.
CARINHANHA — José Oliveira Lisboa.
CASA NOVA — Raimundo Santos.
CASTRO ALVES — Joaquim A. de Castro Neto.
CATÚ — Elias Medeiros.
CHIQUE-CHIQUE — Túlio Mendes da Silva.
CÍCERO DANTAS — Roldão de Sousa Pimentel.
CIPÓ — Eng.º Helenauro Soares Sampaio.
CONCEIÇÃO DO COITÉ — Luiz Amâncio Moreira.
CONCEIÇÃO DA FEIRA — Aristides Cardoso Filho.
CONDE — João Batista Bezerra de Almeida.
CONDEÚBA — Antônio Ferreira da Silva, substituto interino — Lucrécio Barbosa da Silva.
CONQUISTA — Dr. Luiz Regis Pacheco Pereira.
CORAÇÃO DE MARIA — Pedro de Freitas Barros.
CORRENTINA — Félix Joaquim de Araújo.
COTEGIPE — José Paraguassú Guerreiro.
CRUZ DAS ALMAS — Dr. Luiz Elói Passos.
CURAÇÁ — Raul Crispiniano Coelho.
DJALMA DUTRA — Joaquim Antônio da Rocha.
ENCRUZILHADA — Dr. Ramiro Evrágio Soeiro.
ENTRE RIOS — Moacir Bastos Rabelo.
ESPLANADA — Dr. Ladislau Cavalcante.
EUCLIDES DA CUNHA — José Camerino de Abreu.
FEIRA DE SANTANA — Dr. José Berbert Tavares.
GEREMOABO — Vicente de Paula Costa.
GLÓRIA — Adelino Ferreira Filho.
GUANAMBÍ — José Ferreira Costa.
ILHÉUS — Eng.º Eunápio Peltier de Queiroz.
INHAMBUPE — Dr. Manuel José de França.
IPIRÁ — José Luiz dos Santos.
IRARÁ — Pedro Veiga.
IRECÊ — Renério Justiniano Dourado.
ITABERABA — Eng.º José Dias Laranjeiras.
ITABUNA — Eng.º Francisco Ferreira da Silva.
ITACARÉ — Dr. Lodônio Ferreira da Cruz.
ITAMBÉ — Dr. Aparício Couto Moreira.
ITAPARICA — Eng.º Fernando Passos Marques.
ITAPICURÚ — Boaventura da Silva Caldas.
ITAPIRA — Agr.º Cledenor Sousa Soares.
ITAQUARA — Antônio Piton Barreto.
ITIRUÇÚ — Geir Magalhães.
ITIÚBA — Dr. Heitor de Sousa Dantas.
ITUAÇÚ — Sílvio Avelino dos Anjos.
JACARACÍ — Mozart Davi.
JACOBINA — Dr. José Pinho de Freitas.
JAGUAQUARA — Everaldo de Sousa Santos.
JAGUARARÍ — Custódio Barbosa.
JAGUARIPE — Anfilóquio Barbosa Castro.
JANDAÍRA — Antônio Deoclécio Dantas.
JEQUIÉ — Eng.º Eliézer de Sousa Santos.
JEQUIRIÇÁ — Afonso Sampaio.
JUAZEIRO — Aprígio Duarte Filho.
LAJE — Dr. Samuel Novais Figueira.
LENÇÓIS — Esmeraldo Coelho Lessa.
LIVRAMENTO — Ursino Tanajura Meira.
MACAÚBAS — José Plínio do Rêgo.
MARACÁS — Sinobelino Meira da Silveira.
MARAGOGIPE — Oscar Guerreiro.
MARAÚ — Moisés Vivas (interino).
MATA DE SÃO JOÃO — Pedro Fernandes Dias.
MONTE ALEGRE — Patrício Francelino da Silva.
MONTE ALTO — Sebastião Rocha.
MONTE SANTO — César Belarmino Cordeiro de Matos.
MÔRRO DO CHAPÉU — José Modesto de Sousa (interino).
MUCUGÊ — Antonito Pina Medrado.
MUCURÍ — Etore José Fontes Gazzinelli.
MUNDO NOVO — Dr. Adalberto de Cerqueira Campos.
MURITIBA — Dr. Valdir Almeida.
MUTUÍPE — Rodolfo Gil Rebouças.
NAZARÉ — Salatiel Edgar Ribeiro (interino).
NILO PEÇANHA — Querubim Barbosa Rocha.
OLIVEIRA DOS BREJINHOS — João Neri Santana.
PALMEIRAS — Agripino Batista da Silva.
PARAMIRIM — Dr. Aurélio Justiniano Rocha.
PARIPIRANGA — Ismael Querino da Trindade.
PILÃO ARCADO — Arlindo Lins Ribeiro.

POÇÕES — Dr. Francisco Peixoto Júnior.
POJUCA — Antônio Mota.
POMBAL — Manuel Américo do Passo.
PÔRTO SEGURO — Dr. Manuel Ribeiro Coelho.
PRADO — Algeziro Moura.
QUEIMADAS — Antônio Nascimento dos Santos.
REMANSO — Dercílio Castelo Branco.
RIACHÃO DE JACUÍPE — Dr. João Oliveira Campos.
RIACHO DE SANTANA — Porfírio Castro.
RIO BRANCO — Alcides de Oliveira Dourado.
RIO DE CONTAS — Emiliano Ramos Cordeiro.
RIO NOVO — Dr. Agostinho Cardoso Pinheiro.
RIO PRETO — Abidiel dos Reis, substituto interino — Dorgival Nascimento.
RIO REAL — Dr. Domingos de Andrade Passo.
RUI BARBOSA — Cícero Alencar de Sousa.
SALVADOR — Eng. Elísio de Carvalho Lisboa.
SANTANA — João Alkmim.
SANTA CRUZ CABRÁLIA — Capitão José Isidro de Sousa.
SANTA INEZ — Gervásio Rocha Barbosa.
SANTA LUZIA — José Marques de Sousa.
SANTA MARIA — Bel. Clovis de Araújo Castro.
SANTARÉM — Querubim Leite.
SANTA TERESINHA — Armando Messias de Figueiredo.
SANTO AMARO — Honorato Viana de Castro.
SANTO ANTÔNIO DE JESÚS — Dr. Gorgônio Araújo.
SANTO ESTÊVÃO — Dr. Osvaldo Cerqueira da da Silva.
SANTO INÁCIO — Ten. Ladislau Reis de Sousa.
SÃO FILIPE — Julindo Cristóvão de Oliveira Costa.
SÃO FÉLIX — Dr. Júlio Ramos de Almeida.
SÃO FRANCISCO — Édison Martins Peralva.
SÃO GONÇALO — Oscar Peixoto de Lacerda.
SÃO MIGUEL — Antônio dos Santos Neri.
SÃO SEBASTIÃO — Moisés Cerqueira de Oliveira.
SAÚDE — Edgar Agnelo Pereira.
SEABRA — Francisco Rodrigues da Costa.
SENTO SÉ — Antônio Nunes Sento Sé.
SERRINHA — José Vilalva Ribeiro.
SOURE — José Ferreira da Silva.
TAPEROÁ — Guilherme da Cunha Bittencourt.
TUCANO — Dr. Teotônio Martins de Almeida.
UAUÁ — Rafael da Silva Borges.
UNA — Edgar da Mata Pires.
URANDÍ — Hugolino Pereira Rodrigues.
VALENÇA — Dr. Adelino Gonçalves de Amorim.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Ceará

ACARAÚ — Raimundo Rocha.
AFONSO PENA — Celso de Castro.
AQUIRAZ — Agrício Correia Lima.
ARACATÍ — João Pôrto Caminha — licenciado.
ARACOIABA — Eduardo de Castro e Silva.
ARARIPE — José Loiola de Alencar.
ASSARÉ — Raimundo Claraval Catonho.
AURORA — Antônio Temistocles da Silveira.
BAIXIO — Luiz Bezerra da Silva.
BARBALHA — Dr. Antônio Lírio Callou.
BATURITÉ — Francisco das Chagas Tito.
BOA VIAGEM — Cap. Raimundo Ferreira do Nascimento.
BREJO SANTO — José Matias Sampaio.
CACHOEIRA — Antônio Cornélio Pinheiro Landim.
CAMOCIM — João da Silva Ramos.
CAMPO GRANDE — Antônio Cornélio Pinheiro Landim.
CAMPOS SALES — José Augusto Sobrinho.
CANINDÉ — Luiz Magalhães Vieira.
CARIRÉ — Raimundo Elísio da Frota Aguiar.
CASCAVEL — Luiz Benício de Sampaio.
CEDRO — Capitão José Ponce Leão.
CRATEÚS — Antônio de Melo Rosa.
CRATO — Dr. Wilson Gonçalves.
FORTALEZA — Dr. Raimundo de Alencar Araripe.
FRADE — Raimundo Adauto Pinheiro.
GRANJA — Francisco Gonzaga de Sousa.
GUARANÍ — Renato Pessoa de Aguiar.
IBIAPINA — Vicente Monte Aragão.
ICÓ — Raimundo Raul Correia Lima.
IGUATÚ — Dr. Manuel Carlos de Gouveia.
INDEPENDÊNCIA — Luiz Nogueira Mota.
IPÚ — Dr. Francisco das Chagas Pinto.
IPUEIRAS — Raul Catunda Fontenele.
ITAPIPOCA — Major Porfírio Lima Filho.
JAGUARIBE — Altamiro de Carvalho.
JARDIM — José Caminha de Anchieta Gondim.
JUAZEIRO — Possidônio da Silva Benn.
LAVRAS — Dr. Vicente Férrer Augusto Lima.
LIMOEIRO — Custódio Saraiva de Meneses.
MARANGUAPE — João Facundo Barbosa.
MARIA PEREIRA — Anacleto Odolino de Araújo Chaves.
MASSAPÊ — Demerval Carneiro de Vasconcelos.
MAURITÍ — José Luiz de Andrade.
MILAGRES — Dr. Aluísio Franklin do Nascimento.
MISSÃO VELHA — Raimundo Gonçalves de Lucena.
MORADA NOVA — Eduardo Girão Sobrinho.
NOVA RUSSAS — Antônio Carvalho.
PACATUBA — Francisco das Chagas Albuquerque Sousa.
PACOTÍ — Alarico Ribeiro Guimarães.
PALMA — Antônio Teles Dourado.
PEDRA BRANCA — João Lins de Sousa.
PENTECOSTE — José Ribeiro Guimarães.
PEREIRO — Humberto Queiroz.
QUIXADÁ — Eliezer Forte de Magalhães.
QUIXARÁ — Enoque Rodrigues.
QUIXERAMOBIM — Dr. Pedro Teles de Meneses.
REDENÇÃO — José de Brito Lima.
RUSSAS — Manuel Matoso Filho.
SABOEIRO — Manuelito Cândido dos Santos.
SANTA CRUZ — Agrípio Soares.
SANTANA — João Adeodato de Vasconcelos.
SANTANÓPOLE — Aprígio Cruz.
SANTA QUITÉRIA — Francisco de Assís Lôbo.
SÃO BENEDITO — Francisco Júlio Felizola.
SÃO FRANCISCO — Manuel Luiz da Rocha.
SÃO GONÇALO — Adelino da Cunha Alcântara.
SÃO MATEUS — Lauro Alves do Vale.
SÃO PEDRO — Carlos José de Morais.
SENADOR POMPEU — José Linhares de Vasconcelos.
SOBRAL — Vicente Antenor Ferreira Gomes.
SOURE — Fausto Dario Sales.
TAMBORIL — Vicente Alves do Vale.
TAUÁ — Sebastião Marques.
TIANGUÁ — Joaquim Florêncio de Sousa.
UBAJARA — José de Oliveira Vasconcelos.
UNIÃO — Adolfo Rocha.
URUBURETAMA — Júlio Costa Ribeiro.
VÁRZEA ALEGRE — Vicente Honório.
VIÇOSA — Antônio Plutarco de Lima.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Espírito Santo

AFONSO CLÁUDIO — Aderbal Galvão.
ALFREDO CHAVES — Lauro Ferreira da Silva Pinto.
ALEGRE — Messias L. de Oliveira Chaves.
ANCHIETA — Dr. Evandro Pires Domingues.
BAIXO GUANDÚ — Manuel Milagres Ferreira.
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — Fernando de Abreu.
CACHOEIRO DE SANTA LEOPOLDINA — César Müller.

CARIACICA — Álvaro Gimenez.
CASTELO — Mário Correia Lima.
COLATINA — Paulo de Vasconcelos.
CONCEIÇÃO DA BARRA — Mário Velo Silvares.
DOMINGOS MARTINS — Otaviano Santos.
ESPÍRITO SANTO — Eugênio P. de Queiroz.
FUNDÃO — Vago.
GUARAPARÍ — Celso Bastos Couto.
ICONHA — Silvan Vieira.
ITAGUAÇÚ — Álvaro Rodrigues da Mata.
ITAPEMIRIM — Jorge Alves Brumana.
JOÃO PESSOA — Jasson Martins de Araújo.
MUNIZ FREIRE — Graciliano Vanderlei.
PAU GIGANTE — Aryton Osvaldo Bonesi.
RIO NOVO — José Braz de Mendonça.
RIO PARDO — Alfredo Antônio.
SANTA CRUZ — Antônio Luiz da Costa.
SANTA TERESA — José da Silva Rosa Bonfim.
SÃO JOÃO DO MUQUÍ — Avides Fraga.
SÃO JOSÉ DO CALÇADO — Ataulfo Virgílio Lôbo.
SÃO MATEUS — Oto de Oliveira Neves.
SERRA — Alceu Moreira Pinto Aleixo.
SIQUEIRA CAMPOS — José Horta Araújo.
VIANA — Luiz Lírio.
VITÓRIA — Américo Polí Monjardim.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Goiaz

ANÁPOLES — Eng. Agr. Joaquim Câmara Filho.
ANICUNS — Almir Turisco de Araújo.
ARRAIAS (Via Palma) — Dr. Ranulfo de Abreu Cordeiro.
BELA VISTA — Sebastião Lôbo.
BOA VISTA (Via Boa Vista) — Francisco da Silva Queiroz.
BONFIM — Misach Ferreira Júnior.
BURITÍ ALEGRE — Beltrão Martins Ferreira.
CALDAS NOVAS — Oscar Santos.
CAMPO FORMOSO — José da Costa Pereira.
CATALÃO — Dr. Francisco Balduino Santa Cruz.
CAVALCANTE (Via Formosa) — Cícero Santos Costa.
CORUMBÁ — André Gaudie F. Curado.
CORUMBAÍBA — Dr. Juvenal Amaral.
CRISTALINA — José Leão Pereira de Sousa.
DIANÓPOLIS — Veríssimo da Mata Teixeira.
FORMOSA — Dr. Amaro Juvenal de Almeida.
GOIANDIRA — Dr. Jorge Salomão.
GOIATUBA — Orlando Borges Júnior.
GOIÂNIA — Prof. Venerando de Freitas Borges.
GOIAZ — Prof. Divino de Oliveira.
INHUMAS — Dr. José de Aimatéi e Silva.
IPAMERÍ — Dr. Antônio Raimundo Gomes da Frota.
ITABERAÍ — Jurandir Araguaia Leite.
JARAGUÁ — Antônio de Castro Ribeiro.
JATAÍ — Dr. Júlio de Sousa Cunha.
MINEIROS — Pedro Arantes.
MORRINHOS — Dr. Guilherme Xavier de Almeida.
NATIVIDADE (Via Peixe) — Oscar Muniz.
PALMA (Via Palma) — André Rodrigues de Araújo.
PALMEIRAS — Dr. Floresto Scarpelli.
PARAÚNA — Epifânio José Bezerra.
PEDRO AFONSO (Via Pedro Afonso) — Pedro Tavares dos Reis.
PEIXE (Via Peixe) — Durval Mesquita.
PILAR — Sebastião Peixoto da Silveira.
PIRENÓPOLIS — José Augusto Curado.
PIRES DO RIO — Dr. Taciano Gomes de Melo.
PLANALTINA — Francisco Mundim Guimarães.
PONTALINA — Olivero de Mendonça Ribeiro.
PÔRTO NACIONAL (Via P. Nacional) — Osvaldo Aires da Silva.
POSSE (Via Formosa) — Dr. Arquimedes Vieira de Brito.
POUSO ALTO — Dr. Hermínio Alves de Amorim
RIO BONITO — Dr. Plínio Gayer.
RIO VERDE — Célio Borges Leão.
SANTA MARIA DO ARAGUAIA (Via P. Afonso) — Clotário Nogueira.
SANTANA — Teófilo de Oliveira Neto.
SANTA LUZIA — Epaminondas Roriz.
SANTA RITA DO PARANAÍBA — Dr. José Gomes de Lira.
SÃO DOMINGOS (Via Palma) — Domingos Jacinto Pinheiro.
SÃO JOSÉ DO TOCANTINS — Tomaz Zuzarte Adorno
SÃO VICENTE (Via Boa Vista) — Antônio Carvalhêdo Muricí
SÍTIO D'ABADIA (Via Formosa) — José Iram Guimarães.
TAGUATINGA (Via Palma) — Camilo Godinho.
BALISA — D. Eunice Matos Rocha.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Maranhão

ALCÂNTARA — Antônio Almoré Ramos.
ANAJATUBA — Alcindo de Sousa Brauna.
ARAIOSES — Belarmino Costa Freire.
ARARI — Antônio Anísio Garcia.
AXIXÁ — Adalberto Pereira Lima.
BACABAL — Alceu Martins.
BAIXO MEARIM — Clóvis Laureano Rodrigues Pinto.
BARÃO DE GRAJAÚ — Valentim Sousa Ramos.
BARRA DO CORDA — Jamil Miranda Gedeon.
BARREIRINHAS — Bernardo Araújo Carvalho.
BENEDITO LEITE — Lucas Evangelista Sousa Coelho.
BEQUIMÃO — Raimundo Magalhães Ramalho.
BREJO — Policarpo Freire.
BURITI — Felinto Pessoa de Faria.
BURITI BRAVO — José Lima Muniz.
CAJAPIÓ — Artur Carvalho Oliveira.
CAROLINA — João Coelho de Matos.
CARUTAPERA — Clara José Monteiro Borgéa.
CAXIAS — Dr. Otávio Vieira Passos.
CHAPADINHA — Manuel Vieira Passos.
CODÓ — Raimundo Ribeiro Roland.
COELHO NETO — Miguel Braga de Alencar Costa.
COROATÁ — Otacílio de Sousa Santos.
CURURUPÚ — Flávio Silva.
FLORES — Urbano de Sousa Martins.
GRAJAÚ — Augusto Ferreira Cajueiro.
GUIMARÃES — Manuel Sousa Campos.
HUMBERTO DE CAMPOS — Vago.
ICATÚ — Mario Dias Pinheiro
IMPERATRIZ — Leandro Nunes Brandes.
ITAPECURÚ-MIRIM — Bernardo T. Nunes.
LORÊTO — João Damasceno Martins.
MAÇAPÁ — Secundino José Furtado.
MIRADOR — Geraldo Sodré Campos.
MONÇÃO — Newton Abreu Serra.
MONTE ALEGRE — Manuel Ribeiro de Sousa.
MORROS — Hugo Vítor Marques dos Santos.
NOVA IORQUE — José Fernandes Lima.
PASSAGEM FRANCA — Mirson Viana.
PASTOS BONS — Odorico Xavier Almeida.
PEDREIRAS — Possídio de Sousa Martins.
PENALVA — Astrogildo Lima Santos.
PICOS — José Ozano Brandão.
PINHEIRO — Dr. Antônio Costa Rodrigues.
PÔRTO FRANCO — Raimundo Santos Sardinha.
RIACHÃO — Vago.
ROSÁRIO — Benedito Costa Penha.
SANTA HELENA — Osvaldo Agápito Sousa.
SANTA QUITÉRIA — José Dalimânio Quadros.
SANTO ANTÔNIO DE BALSAS — Didácio Coelho Santos
SÃO BENTO — José Matos Campos.
SÃO BERNARDO — Walter Ribeiro de Sampaio
SÃO FRANCISCO — Luiz Botelho Guterres.
SÃO JOSÉ DOS MATÕES — Otaviano Marques de Araújo.
SÃO JOSÉ DO RIBAMAR —
SÃO JOÃO DOS PATOS — Joana Rocha Santos.
SÃO LUIZ — Dr. Pedro Neiva de Santana.
SÃO LUIZ GONZAGA — Vicente C. Sipaúba.
SÃO PEDRO — Raimundo Nascimento Borges.

SÃO VICENTE FERRER — José Elias Almeida.
TURIAÇU — Raimundo Silva Pereira.
TUTÓIA — Celso Gomes Fonseca.
URBANO SANTOS — Júlio Noronha de Sousa.
VARGEM GRANDE — Sebastião Ferreira Bandeira.
VIANA — Vicente Aires Pedreira.
VITÓRIA — Lourival Lopes.

★

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Mato Grosso

AQUIDAUANA — Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha.
ALTO ARAGUAIA — Cacildo Hugueney.
ALTO MADEIRA — Francisco Gomes Sobrinho.
ARAGUAIANA — Elisário José de Faria.
BELA VISTA — João Antônio José Maria Caporossi.
CAMPO GRANDE — Demóstenes Martins.
CORUMBÁ — Artur Afonso Marinho.
CUIABÁ — Jaime Joaquim de Carvalho.
CÁCERES — Dr. Luiz Marques Ambrósio.
DOURADOS — Álvaro Brandão.
DIAMANTINO — Caetano Dias da Silva.
ENTRE RIOS — Oclécio de Sousa Barbosa.
GUARAJÁ-MIRIM — Dr. Carlos Rocha Leal.
HERCULÂNEA — Viriato da Cruz Bandeira.
LAJEADO — Clovis Hugueney.
LIVRAMENTO — Emiliano Monteiro da Silva.
MARACAJÚ — João Pedro Fernandes.
MIRANDA — Nagib Ourives.
MATO GROSSO — Manuel Domingues Júnior.
NIOAQUÉ — Antônio Francisco Xavier.
PARANAÍBA — Vladislau Garcia Gomes.
PONTA PORÃ — Lídio Lima.
PÔRTO MURTINHO — Mário Teixeira Codorniz.
POXORÉU — Luiz Coelho de Campos.
POCONÉ — Dr. Cid Nunes da Cunha.
ROSÁRIO OESTE — Manuel Loureiro.
SANTO ANTÔNIO — Acindino Pinto Duarte.
TRÊS LAGOAS — Rosário Congro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Minas Gerais

ABAETÉ — Dr. Antônio Domício Valadares Vasconcelos.
ABRE CAMPOS — Dr. Sertório de Amorim e Silva.
ÁGUAS BELAS — Bel. Josino Abrantes.
AIMORÉS — Dr. Américo Brasil Martins da Costa.
AIURUOCA — Dr. Antônio Guimarães.
ALÉM PARAÍBA — Luiz de Marca.
ALFENAS — Salomão Barroso (em comissão).
ALPINÓPOLIS — Bel. José de Carvalho Faria.
ALTO RIO DOCE — Maurino Dias do Nascimento.
ALVINÓPOLIS — Bel. Manuel de Araújo Pôrto.
ANDRADAS — Farmc. José Teixeira Magalhães.
ANDRELÂNDIA — Dr. José Gustavo Alves.
ANTÔNIO DIAS — Farmc. Valdemir de Castro.
ARAGUARÍ — Dr. José Jeová Santos.
ARARI — Dr. Mário Roquete.
ARAÇUAÍ — Farmc. Franklin Fulgêncio Alves Pereira.
ARAXÁ — Álvaro Cardoso de Meneses.
ARCEBURGO — Adolfo de Sousa Caldas.
ARCOS — Dr. João Vaz Sobrinho.
AREADO — Dr. Joaquim Ribeiro Pereira.
ASTOLFO DUTRA — Olinto Almada.
BAEPENDÍ — Antônio Alves Ferreira.
BAMBUÍ — Farmc. Sinfrônio Tôrres.
BARBACENA — Bel. José Francisco Bias Fortes.
BARRA LONGA — Bel. Benedito Vasconcelos Lanna.
BELO HORIZONTE — Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.
BELO VALE — Joaquim Rodrigues da Silva.
BETIM — Raul Saraiva Ribeiro (em comissão).
BICAS — Bel. Orlando Rodrigues Sete.
BICAS — Geraldo Mosqueira Machado (em comissão).
BOA ESPERANÇA — Dr. Joaquim Vilela.
BOCAIUVA — João Procópio de Carvalho.
BOM DESPACHO — Farmc. Flávio Xavier Lopes Cansado Filho.
BOM JARDIM — Américo Ferreira Pena.
BORDA DA MATA — Dr. Rúbens Carvalhais de Paiva.
BOM SUCESSO — José Vanderlei Lara.
BONFIM — Alcides Curtiss Lima.
BOTELHOS — Dr. César Monerat Lutterbach.
BRASÍLIA — Manuel Gonçalves Passos.
BRAZÓPOLIS — Dr. Ataliba de Morais.
BRUMADINHO — Dr. Mário Albergaria Santos.
BUENO BRANDÃO — Bel. Roberto Iemini F.º.
BUENÓPOLIS — Herculino França.
CABO VERDE — Álvaro Brasiliense Fernandes.
CACHOEIRA — Domiciano Machado Homem.
CAETÉ — José Nunes Melo Júnior.
CAMANDUCAIA — Benedito Silva Santos.
CAMBUÍ — José Francisco Nascimento.
CAMBUQUIRA — Dr. Orlando Fonseca Lobato.
CAMPANHA — Dr. Manuel Valadão.
CAMPESTRE — Benedito Jorge.
CAMPINA VERDE — Dr. Nicodemos de Macedo.
CAMPO BELO — Dr. Antônio de Bastos Garcia.
CAMPO FORMOSO — Dr. Vicente Ribeiro do Vale.
CAMPOS GERAIS — Farmc. Jorge de Paula Meinberg.
CANDEIAS — Dr. Zoroastro Marques da Silva.
CAPELINHA — Jacinto José Ribeiro.
CAPETINGA — José do Nascimento Pimenta.
CARANDAÍ — Dr. Abellard Rodrigues Pereira Filho.
CARANGOLA — Dr. Valdemar Soares.
CARATINGA — Bel. José Augusto Ferreira Filho.
CARLOS CHAGAS — Álvaro Faria Vieira.
CARMO DA CACHOEIRA — Farmc. Amintas de Oliveira Vilela.
CARMO DA MATA — Joaquim Afonso Rodrigues.
CARMO DO PARANAÍBA — Farmc. Misael Luiz de Carvalho.
CARMO DO RIO CLARO — Dr. Casimiro de Sena Madureira.
CÁSSIA — Dr. Luciano de Melo Batista.
CATAGUASES — Dr. Joaquim Martins da Costa Cruz.
CAXAMBÚ — Bel. Renato Maurício e Silva.
CLÁUDIO — Farmc. Custódio Costa.
CONCEIÇÃO — Raul de Almeida Costa.
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS — Antônio Nassif Mizziara.
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE — Pedro Magalhães Carneiro.
CONGONHAS DO CAMPO — Dr. Alberto Teixeira dos Santos F.º.
CONQUISTA — Carício Borges.
CONSELHEIRO LAFAIETE — Dr. Mário Rodrigues Pereira.
CONSELHEIRO PENA — Dr. Sebastião Anastácio de Paula.
CORAÇÃO DE JESÚS — Caetano Gonçalves de Macedo.
CORDISBURGO — Dr. José Maria Gordiano dos Santos.
CORINTO — Altino de Matos Pinho.
COROMANDEL — Dr. Ermiro Rodrigues Pereira.
CRISTINA — Bel. José de Resende Ferraz.
CURVELO — Eng.º Viriato Mascarenhas Gonzaga.
DELFIM MOREIRA — Joaquim Honório de Melo.
DELFINÓPOLIS — Manuel Leite Lemos.
DIAMANTINA — Bel. Luiz Kubitschek Figueiredo.
DIVINO — Dr. Júlio Alves de Sousa.
DIVINÓPOLIS — Bel. Antônio Gonçalves de Matos.

DIVISA NOVA — Farmc. Lázaro Magalhães Rabelo.
DOM JOAQUIM — Valdemar Teixeira.
DOM SILVÉRIO — Farmc. Antônio Nunes Pinheiro Sobrinho.
DORES DE CAMPOS — Ildefonso Augusto da Silva.
DORES DO INDAIÁ — Cornélio Caetano da Silva Guimarães.
ELÓI MENDES — João Batista Ximenes.
ERVAL — Bel. Paulo Vieira de Vasconcelos.
ESPERA FELIZ — Joaquim Cabral.
ESPINOSA — José Cangussú.
ESTRÊLA DO SUL — Dr. Lírio do Vale Braleiro.
EXTREMA — Farmc. Olinto Soares.
FERROS — Dr. Júlio de Alvarenga Drumond.
FORMIGA — Carlos Camarão.
FORTALEZA — João de Almeida.
FRANCISCO SÁ — Dr. Antônio Tenório.
FRANCISCO SALES — Dr. José Penha Vilela.
FRUTAL — Dr. Sandoval Henrique de Sá.
GIMIRIM — José Bartolomeu de Oliveira.
GLÓRIA — Cel. Teodoro Pereira do Vale.
GOVERNADOR VALADARES — Dr. Raimundo Soares Albergaria Filho.
GRÃO MOGOL — Dr. Djalma Pereira Bitarães.
GUANHÃES — Jovino de Barros.
GUAPÉ — José Cândido dos Passos Maia.
GUARANÉSIA — Dr. Sílvio Gonçalves.
GUARANÍ — Oscar Alves Vieira.
GUARARÁ — Bertoldo Garcia Machado.
GUAXUPÉ — Bel. Antônio Costa Monteiro.
GUIA LOPES — Vicente Rafael Picardi.
GUIRICEMA — Luiz Coutinho.
IBIÁ — Dr. Getúlio Portela (em comissão).
IBIRACÍ — Timóteo Joaquim de Andrade.
INDIANÓPOLIS — Dr. Geraldo Cardoso de Miranda.
INHAPIM — Dr. Guilhermino de Oliveira.
IPANEMA — Dr. Cornélio da Silva Araújo.
ITABIRITO — Dr. José Raimundo Soares Silva.
ITAJUBÁ — Alcides Faria.
ITAMBACURÍ — Sérgio Lago Pinheiro.
ITAMARANDIBA — Jonas Câmara.
ITAMONTE — Dr. Arlindo Carneiro Pinto.
ITANHANDÚ — Dr. Delfim Pinho Filho.
ITAPECERICA — Dr. Flávio de Oliveira Morais.
ITAÚNA — Dr. Lincoln Nogueira Machado.
ITUIUTABA — Bel. Jaime Veloso Meinberg.
JABOTICATUBAS — João B. Santos Viana.
JACUÍ — João Alves de Vasconcelos (interino).
JACUTINGA — Floriano Sareti.
JANUÁRIA — Sisenando de Oliveira Itabaiana.
JEQUERÍ — Dr. Artur Damásio.
JEQUITINHONHA — Bel. Hildebrando Martins e Silva.
JOÃO PINHEIRO — Antônio Pereira de Andrade.
JOÃO RIBEIRO — Dr. Ademar Dias Duarte.
JUIZ DE FORA — José Celso Valadares Pinto.
LAJINHA — Eurico Machado de Oliveira.
LAGOA DA PRATA — Paulo Fernandes Lobato.
LAGOA DOURADA — Ernesto Resende.
LAGOA SANTA — Dr. Lindouro Avelar.
LARANJAL — Leandro Afonso Rodrigues.
LAMBARÍ — Dr. João Lisboa Júnior.
LAVRAS — Dr. Jacinto Escorza.
LEOPOLDINA — Francisco de Andrade Bastos.
LIMA DUARTE — Nominato de Paiva Duque.
LIBERDADE — Dr. Pitágoras Barbosa Lima.
LUZ — Antônio Guimarães Macedo.
MACHADO — João Vieira da Silva.
MALACACHETA — José Abrantes Reis.
MANGA — Domiciano Pastor Filho.
MANHUAÇÚ — Bel. José Feres.
MAR DE ESPANHA — Ademar Martins.
MANHUMIRIM — Manuel Nunes da Rosa.
MARIANA — Salvador Ferrari.
MARIA DA FÉ — Dr. José Zaroni, substituto.
MARTINHO CAMPOS — Dr. Olavo Alves Pinto.
MATEUS LEME — Miguel Alves de Andrade.
MATIAS BARBOSA — Olívio de Albuquerque Castro.
MATIPÓ — Dr. Orlando de Abreu Costa.
MEDINA — Dr. Max Veloso Machado.
MERCÊS — Alziro Augusto Mendes.
MESQUITA — José Maria Camargo (respondendo pelo expediente)
MINAS NOVAS — Dr. Francisco Badaró Júnior.
MIRAÍ — Dr. Henrique Alves Pereira.
MONTE ALEGRE — Dr. Nicanor Parreira.
MONTE AZUL — Leví de Sousa e Silva.
MONTE BELO — Francisco Venceslau dos Anjos.
MONTE CARMELO — Laerte Canedo.
MONTE SANTO — Dr. Pedro Paulino da Costa.
MONTES CLAROS — Dr. Alfeu Gonçalves de Quadros.
MONTE SIÃO — Farmc. Mário Zucato.
MURIAÉ — Bel. Geraldo Starling Soares.
MUTUM — Bel. Artur Eutrópio.
MUZAMBINHO — Dr. José Januário de Magalhães.
NEPOMUCENO — Dr. Rubem Ribeiro.
NOVA ERA — Farmc. Nélson de Lima Bruzzi.
NOVA LIMA — Bel. Manuel Franzen de Lima.
NOVA PONTE — Otávio Veiga.
NOVA RESENDE — Bel. José Gonçalves de Resende.
OLIVEIRA — Bel. Jaime Pinheiro de Almeida.
OURO FINO — Dr. Francisco Bueno Brandão.
OURO PRETO — Dr. Washington Araújo Dias.
PALMA — José Barbosa do Amaral.
PARACATÚ — Romualdo Ulhoa Tomba.
PARÁ DE MINAS — Francisco Valadares Ribeiro.
PARAGUASSÚ — Dr. Cristiano Otoni do Prado.
PARAISÓPOLIS — Eng.º Joubert Guimarães.
PARAOPEBA — Dr. Guilherme Mascarenhas Dale.
PARREIRAS — Bel. Uriel de Resende Alvim.
PASSA QUATRO — Artur Tibúrcio Ribeiro.
PASSA TEMPO — Bolivar de Andrade.
PASSOS — Dr. Lourenço Ferreira de Andrade.
PATOS — Clarindo José da Fonseca Sobrinho.
PATROCÍNIO — Dr. José Garcia Brandão.
PEÇANHA — Dr. Augusto da Cunha Pereira.
PEDRA BRANCA — Dr. Carlos Ribeiro Filho.
PEDRO LEOPOLDO — Dr. Cristiano Otoni Gonçalves Ferreira.
PEQUÍ — Dr. Oscar Barbosa.
PERDIZES — Dr. João Afonso Sobrinho.
PERDÕES — Samuel Alvarenga.
PIRANGA — João Vilela Soares da Fonseca.
PIRAPETINGA — José Ferreira de Sousa.
PIRAPORA — Arnaldo Gonzaga.
PITANGUÍ — Dr. Antônio Malheiros Fiúsa.
POÇOS DE CALDAS — Bel. Joaquim Justino Ribeiro
PIÚÍ — Farmc. Rodolfo de Freitas Mourão.
POMBA — Bel. José Simões de Araújo Campos.
POMPEU — Dr. Ciro de Campos Cordeiro.
PONTE NOVA — Bel. Otávio Martins Soares.
PORTEIRINHA — Dr. Altivo de Assis Fonseca.
POTÉ — Dr. Artur Raush.
POUSO ALEGRE — Dr. Osvaldo Mendonça.
POUSO ALTO — Farmc. Alonso Starling Filho.
PRADOS — Getúlio Silva.
PRATA — Aloísio Ribeiro da Silva.
PRESIDENTE OLEGÁRIO — Dr. Abelardo Baeta Neves.
PRESIDENTE VARGAS — Valdir Machado Laperriére.
RAUL SOARES — Dr. Durval Otávio Grossi.
RECREIO — Modesto Faria.
RESPLENDOR — Bel. Alexandre Alencar.
RESENDE COSTA — Dr. José Vilela Costa Pinto.
RIO BRANCO — Dr. Jorge Carone.
RIO CASCA — Dr. João Camilo Teixeira Fontes.
RIO ESPERA — Teófilo Rodrigues de Miranda.
RIO NOVO — Dr. Júlio Carvalho Guilhon de Oliveira.
RIO PARDO — Odílio Tôrres Costa.
RIO PARANAÍBA — Olímpio Franklin de Castro.
RIO PIRACICABA — Eliezer Machado.
RIO PRETO — Dr. Dolor Gentil de Ramalho Pinto.

RIO VERMELHO — Dr. Bernardino Carvalhaes.
SABARÁ — Dr. Homero Machado Coelho.
SABINÓPOLIS — Sebastião de Araújo Abreu.
SACRAMENTO — José Ribeiro de Oliveira.
SALINAS — Bel. Aderbal Pacífico Oliveira.
SANTA BÁRBARA — Bel. Hélio Moreira dos Santos.
SANTA CATARINA — Pedro Caetano.
SANTA JULIANA — Farmc. José Pinheiro dos Santos.
SANTA LUZIA — Emílio Bernardo Zeymer. Henrique Soares.
SANTA MARIA DO SUASSUÍ — Dr. Lélio Lara.
SANTA QUITÉRIA — Dr. Eusébio Dias Bicalho.
SANTA RITA DO SAPUCAÍ — Frederico de Paula Cunha.
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO — Newton Ferreira de Paiva.
SANTO ANTÔNIO DO MONTE — Dr. Américo Cirilo.
SANTOS DUMONT — Jaques Gabriel Pansardi.
SÃO DOMINGOS DO PRATA — Farm. Manuel Martins Gomes de Lima.
SÃO FRANCISCO — Oscar Caetano Gomes.
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ — Dr. José Ibraim de Carvalho.
SÃO JOÃO DEL REI — Dr. Antônio das Chagas Viegas.
SÃO GOTARDO — Bento Ferreira dos Santos.
SÃO JOÃO EVANGELISTA — Dr. Ademar Pimenta Brant.
SÃO JOÃO NEPOMUCENO — Farm. Agenor Henrique Soares —
SÃO LOURENÇO — Dr. José Ribeiro Lage.
SÃO MANUEL — Bel. Francisco de Assis Carvalho.
SÃO ROMÃO — Saint-Clair Fernando Valadares.
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO — João Pio Figueiredo Westin.
SÃO TOMAZ DE AQUINO — Donizete Santana de Figueiredo.
SAPUCAÍ MIRIM — Vitrúvio Marcondes Pereira.
SENADOR FIRMINO — Cícero Tôrres Galindo.
SERRA NEGRA — Dr. Jorge Simão.
SERRANIA — Dr. Plínio do Prado Coutinho.
SÉRRO — Antônio Honório Pires de Oliveira.
SETE LAGOAS — Dr. José Evangelista França.
SILVESTRE FERRAZ — Altamiro Coli.
SILVIANÓPOLIS — Júlio Correia Beraldo.
SOLEDADE — Bel. Antônio José Kisterman.
TARUMIRIM — Jaeder Albergaria.
TEIXEIRAS — Dr. Cláudio José Mariano da Rocha.
TEÓFILO OTONI — Dr. Alfredo Sá.
TIRADENTES — Celestino Rodrigues de Melo.
TIROS — Dr. Paulo Penido.
TOMBOS — Francisco Inácio de Borba.
TRÊS CORAÇÕES — Farmc. Francisco Franqueira.
TRÊS PONTAS — Francisco Ximenes de Oliveira.
TUPACIGUARA — Manuel Ferreira Pontes.
UBÁ — Bel. Levindo Ozanam Coelho.
UBERABA — Carlos Martins Prates.
UBERLÂNDIA — Dr. José Antônio Vasconcelos Costa.
VARGINHA — Manuel Rodrigues de Sousa.
VERÍSSIMO — Rufino de Camargos Filho.
VIÇOSA — Sílvio Romeu César de Araújo.
VIGIA — Dr. Acúrcio Lucena Pereira.
VIRGÍNIA — Raul da Costa Pinto.
VIRGINÓPOLIS — Francisco Coelho Sobrinho.
VOLTA GRANDE — Bernardino Rocha — substituto Vanir Lima.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Pará

ABAETÉ — Pedro Borges do Rego.
ACARÁ — Benjamim Valente do Couto.
AFUÁ — João Lins Guedes Pereira.
ALENQUER — Edgar Bentes Rodrigues.
ALMEIRIM — Luiz da Silva Lopes.
ALTAMIRA — Valdemar de Oliveira.
AMAPÁ — Quintino Pontes Tavares.
ANAJÁS — Heliodoro Evangelista Nogueira.
BAIÃO — Agripino Hugo de Brito.
BELÉM — Alberto Engelhard.
BRAGANÇA — Joaquim L. da Silveira.
BREVES — Francisco de Assis de T. de Moura.
CACHOEIRA — Manuel José do Nascimento.
CAMETÁ — Nélson da Silva Parijós.
CAPANEMA — Manuel Aires da Silva.
CASTANHAL — Francisco Alves Magalhães.
CHAVES — Balthazar Fernandes Imbiriba.
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — Aníbal A. Freire.
CURRALINHO — Sandoval Cerdeira Bordalo.
CURUÇÁ — Francisco R. de Assis.
FARO — Hermógenes dos Santos Lima.
GURUPÁ — Rafael Jaime Castiel.
IGARAPÉ AÇU — José Sicsú.
IGARAPÉ MIRI — Filipe Antônio da Silva.
IRITUIA — José Caraciolo.
ITAITUBA — Custódio Pereira Ferreira.
JURUTÍ — Anastácio Carlos Sampaio.
MACAPÁ — João Ferreira Sá.
MARABÁ — João Anastácio de Queiroz.
MARACANÃ — Lourival Gonçalves Figueiredo.
MARAPANIM — Cizenando do Carmo Ferreira.
MAZAGÃO — Francisco Domingos de Oliveira.
MOCAJUBA — Alfredo Vicente de Leão.
MOJU — David Antônio José.
MONTE ALEGRE — Marcelino Pereira Brazão.
MUANÁ — Manuel G. de Araújo Filho.
ÓBIDOS — Mário Távora.
OEIRAS — Julião Bertoldo de Castro.
ORIXIMINÁ — Francisco Imbiriba Guerreiro.
OURÉM — Venceslau Xavier Nogueira.
PONTA DE PEDRAS — Dr. Romeu Ferreira dos Santos.
PORTEL — Firmo Tagy de Macedo.
PÔRTO DE MOZ — Dr. Altair Burlamaqui.
PRAINHA — Tte. José Pio de Cavaleiro Macedo.
SALINAS — Raimundo Maurício da S. Neves.
SANTA IZABEL — José Rodrigues de Paiva.
SANTARÉM — Ildefonso Almeida.
SÃO CAETANO DE ODIVELAS — Ricardo R. Chagas.
SÃO DOMINGOS DO CAPIM — Pascoal Bailão da Fonseca.
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ — Bernardo José de Carvalho.
SOURE — Raimundo Fernandes Brito.
VIGIA — Carlos Mourão.
VISEU — Nehemias Borges.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Paraíba

ALAGOA GRANDE — Telésforo Onofre.
ANTENOR NAVARRO — Gerôncio Nóbrega.
ARARUNA — Maqueburgo Carneiro de Sousa.
AREIA — Dr. Germano de Freitas.
BANANEIRAS — João Batista dos Santos.
BONITO — José Morais.
BREJO DO CRUZ — Capitão Severino Lira.
CABACEIRAS — Severino Pereira Castro.
CAIÇARA — Alfredo José da Costa.
CAJAZEIRAS — Juvêncio Carneiro.
CAMPINA GRANDE — Vergniaud Vanderlei.
CATOLÉ DO ROCHA — Eugênio de Oliveira.

CONCEIÇÃO — Asp. Raul de Oliveira.
CUITÉ — Antônio Coutinho.
ESPERANÇA — Sebastião Duarte.
ESPÍRITO SANTO — Israel Meira Lima.
GUARABIRA — Sebastião Bezerra Bastos.
INGÁ — Francisco Lucas Rangel.
ITABAIANA — José Augusto Pinto Ribeiro.
JATOBÁ — Antônio Andrade Neto.
JOÃO PESSOA — Francisco Cícero Melo Filho.
JUAZEIRO — Clovis Nóbrega.
LARANJEIRAS — Arlindo Colaço.
MAMANGUAPE — Dr. José Fernandes.
MONTEIRO — Alcindo Meneses.
PATOS — Severino de Sousa.
PIANCÓ — Antônio Montenegro.
PICUÍ — Cel. José Maurício da Costa.
PILAR — Luiz de Oliveira.
POMBAL — José Gregório Medeiros.
PRINCESA ISABEL — Edgar Dantas.
SANTA LUZIA — Dr. Ercílio Rodrigues.
SANTA RITA — Diógenes Chianca.
SÃO JOÃO DO CARIRÍ — Tertuliano de Brito.
SAPÉ — Osvaldo Pessoa.
SERRARIA — Valdemar Leite.
SOUSA — Eronides Ramos.
TAPEROÁ — Capitão Irineu Rangel.
TEIXEIRA — Delfino Costa.
UMBUZEIRO — Dr. Joaquim Montenegro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Paraná

ANTONINA — Cap. Custódio Rapôso Neto.
ARAUCÁRIA — Agr. Rubens Dória de Oliveira.
BANDEIRANTES — José de Assunção.
BOCAIUVA — Agr. Mário Bastos.
CAMBARÁ — Dr. Alceu Marques Ladeira.
CAMPO LARGO — Bel. Murilo Camargo.
CARLÓPOLIS — Bel. Júlio Rocha Xavier.
CASTRO — Vespasiano Carneiro de Melo.
CÉRRO AZUL — Prof. Oscar Bassetti.
CLEVELÂNDIA — Ten. Luiz Santos.
CORNÉLIO PROCÓPIO — Bel. Francisco Ferreira Pimpão.
CURITIBA — Eng. Alexandre Beltrão.
FOZ DO IGUASSÚ — Major Artur Borges Maciel.
GUARAPUAVA — Henrique Santos.
IMBITUVA — Eng. Agr. Lauros Santos Correia.
IPIRANGA — Agr. Sílvio Silvestre Staffi.
IRATÍ — Tte. Manuel Alves do Amaral.
JACARÉZINHO — Agr. João Aguiar.
JAGUARIAÍVA — Cap. Aderbal Fortes de Sá.
JOAQUIM TÁVORA — Dr. Alfredo Gabriel.
LAPA — Bel. Peregrino Dias Rosa Filho.
LONDRINA — Cap. Aquiles Ferreira Pimpão.
MALÉ — Agr. Osvaldo Lombardi Dias.
MORRETES — Aguilar de Morais.
PALMAS — Vago.
PALMEIRA — João Ched.
PARANAGUÁ — Paulo Cunha Franco.
PIRAÍ — Bernardo Barbosa Miléu.
PIRAQUARA — Ten. Nelson Nascimento Ribeiro.
PONTA GROSSA — Albarí Guimarães.
PRUDENTÓPOLIS — Dr. Geraldo Ribeiro de Monteiro.
REBOUÇAS — Altair Bittencourt.
RESERVA — Oscar Lopes Munhoz.
RIBEIRÃO CLARO — Dr. Anísio Luz.
RIO AZUL — Vicente Bufrem.
RIO NEGRO — Raul de Almeida.
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — Tapir Lopes.
SÃO JERÔNIMO — Flávio Marinho Sobrinho.
SÃO JOÃO DO TRIUNFO — Agr. Anfrísio de Siqueira.
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — Francisco Querino dos Santos.
SÃO MATEUS — Eng. Domingos Cunha Maciel.
SENGÉS — Josué Jorge.
SERTANÓPOLIS — Bel. Vespertino Fereira Pimpão.
SIQUEIRA CAMPOS — Raul Pimentel.
TEIXEIR ASOARES — Júlio Tomazi.
TIBAGÍ — Guataçara Borba Carneiro.
TOMAZINA — Humberto Miguel da Silva.
UNIÃO DA VITÓRIA — Ivaí Martins.
VENCESLAU BRAZ — Joaquim Ribeiro Braga.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Pernambuco

AFOGADOS DE INGAZEIRA — Baltazar Oliveira.
ÁGUA PRETA — Cap. Francisco Flávio Ibraim de Lira.
ÁGUAS BELAS — Jacó Rodrigues de Melo.
ALAGOA DE BAIXO — Bel. Reginaldo Fernandes Martins.
ALIANÇA — Lourival da Silva Marques.
ALTINHO — Rubens Lemos Barbosa da Silva.
AMARAGÍ — Dr. Plínio Alves de Araújo.
ANGELIM — Francisco da Costa Lima.
BARREIROS — João Coimbra Neto.
BEBEDOURO — João Guilherme de Azevedo Lira.
BELÉM — Acióli Roriz de Carvalho Pires.
BELMONTE — Afonso Alves de Carvalho.
BELO JARDIM — Artur Pais.
BEZERROS — Romeu Cavalcante de Góis.
BOA VISTA — Florêncio de Barros Filho.
BODOCÓ — Otacílio Rodrigues do Nascimento.
BOM CONSELHO — Major José Pedro da Silva.
BOM JARDIM — Manuel Gonçalves Souto Maior.
BONITO — Miguel Severino Mendes.
BUIQUE — José Nunes Vanderlei.
CABO — Dr. Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque.
CABROBÓ — Pedro de Barros Vanderlei Ramos.
CANHOTINHO — Coronel João Nunes.
CARPINA — Major Carlos Afonso de Melo.
CORRENTES — Felicíssimo Lima Torres Leite.
CARUARÚ — Manuel Afonso Pôrto Filho.
CATENDE — Bel. Melquíades de Albuquerque Montenegro.
CORRENTES — Felicíssimo Lima Torres Leite.
CUSTÓDIA — Ernesto de Queiroz.
ESCADA — Álvaro Xavier Sampaio.
EXÚ — Expedito Carvalho.
FLORES — Benedito de Sousa Dantas.
FLORESTA — José Ribeiro Lins.
GAMELEIRA — Manuel Albuquerque Araújo.
GARANHUNS — Dr. Celso Galvão.
GLÓRIA DE GOITÁ — Júlio Carneiro da Silva.
GOIANA — Sousa Leão Vanderlei.
GRAVATÁ — Edvaldo C. Lima.
IGARAÇÚ — Tenente Coronel Martiniano de Barros Correia.
IPOJUCA — Pedro de Sousa Leão.
ITAPARICA — José Barreto de Araújo.
JABOATÃO — Major Davino Ribeiro de Sena.
JOÃO ALFREDO — Severino Adrião Gomes da Silva.
JUREMA — João Alves Pereira.
LAGOA DOS GATOS — José Geraldo de Carvalho.
LEOPOLDINA — Milton Caldas de Meneses.
LIMOEIRO — Dr. José Donino da Costa Lima.
MACAPÁ — Vicente Ferreira de Andrade Cavalcante.
MADRE DE DEUS — Dirceu Valença de Oliveira.
MARAIAL — Péricles Bezerra de Almeida.
MORENO — Henrique Barbosa da Paz Portela.
MOXOTÓ — José Mariano da Nóbrega.
NAZARÉ — Major Severino Mendes de Araújo Pereira.
OLINDA — Bel. Valfrido Patrício Advíncula.
OURICURÍ — Daví Peixoto de Melo.
PALMARES — Pedro Afonso de Medeiros.
PANELAS — José Rufino de Melo e Silva.
PAUDÁLHO — Ten. Olímpio Marques de Oliveira.
PAULISTA — Cap. José Primo de Oliveira.

PEDRA — Américo Luiz Soares.
PESQUEIRA — Bel. João de Arruda Marinho dos Santos.
PETROLINA — Dr. Pacífico da Luz.
QUEIMADAS — Lupércio Borba Pereira Lima.
QUIPAPÁ — Manuel Gadelha Ribeiro.
RECIFE — Dr. Antônio Novais Filho.
RIBEIRÃO — Mário José de Carvalho.
RIO BRANCO — José de Oliveira Pessoa.
RIO FORMOSO — Amaro Tavares de Albuquerque.
SALGUEIRO — Luiz Soares Diniz.
SÃO BENTO — Antônio Félix da Silva.
SÃO CAETANO — Severiano Ramos.
SÃO GONÇALO — Dr. José Araújo Lima.
SÃO JOAQUIM — Alfredo Zeferino da Silva.
SÃO JOSÉ DO EGITO — Tenente Raimundo Virgolino Urtiga.
SÃO LOURENÇO — Anacleto Alves da Silva.
SERRA TALHADA — José Bené de Carvalho.
SERRINHA — Francisco Filgueira Sampaio.
SERINHÁEM — Oscar Cardoso da Fonte.
SURUBIM — Nélson Barbosa.
TAMBÉ — Bel. Simplício Tavares de Melo.
TAQUARETINGA — Severino Cordeiro de Arruda.
TIMBAÚBA — Álvaro Xavier de Morais Coutinho.
TRIUNFO — Luiz Maia.
VERTENTES — Pedro Alcides de Figueiredo Lima.
VICÊNCIA — Geminiano da Cunha Pedrosa.
VITÓRIA — José Aragão Bezerra Cavalcante.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Piauí

ALTO LONGÁ — Salvador Monteiro de Freitas.
ALTOS — Lourenço Saraiva Barbosa.
AMARANTE — Enoque Cícero e Silva.
APARECIDA — Antenor Alves Pereira da Rocha.
BARRAS — José Fortes.
BATALHA — Clovis Melo.
BELÉM — Joaquim Barbosa de Almeida.
BOA ESPERANÇA — Antônio Diniz Chaves.
BOM JESÚS — Dario Martins de Araújo Costa.
BURITÍ DOS LOPES — Dácio Almeida.
CAMPO MAIOR — Ascendino Pinto de Aragão.
CANTO DO BURITÍ — José Vicente de Moura.
CASTELO — José Cardoso de Sá.
CORRENTE — Dr. Augusto Nogueira Paranaguá.
FLORIANO — Dr. Osvaldo da Costa e Silva.
GILBUÉS — Alcides Mendes da Rocha.
JAICÓS — Frutuoso Jusselino da Silveira.
JERUMENHA — Sebastião Martins de Carvalho.
JOÃO PESSOA — Joaquim Gonçalves Cordeiro.
JOSÉ DE FREITAS — Antônio da Costa Carvalho.
LUIZ CORREIA — Manuel Alves Galvão.
MIGUEL ALVES — José Francisco de Santana.
OEIRAS — Orlando Barbosa de Carvalho.
PARANAGUÁ — Júlio Borges de Macedo.
PARNAÍBA — Dr. Mirocles Campos Veras.
PATROCÍNIO — Helí Bezerra.
PAULISTA — Raimundo Coelho Damasceno.
PEDRO II — Tertuliano Milton Brandão.
PERIPERÍ — Nélson Coelho de Resende.
PICOS — Adalberto de Moura Santos.
PIRACURUCA — Antônio José de Sousa.
PÔRTO ALEGRE — João Francisco de Carvalho.
PÔRTO SEGURO — Raimundo Augusto da Rocha.
REGENERAÇÃO — Francisco de Paula Teixeira Nunes.
RIBEIRO GONÇALVES — Leôncio Dias de Medeiros.
SANTA FILOMENA — Enéias Maia.
SÃO BENEDITO — Gonçalo Benício.
SÃO JOÃO DO PIAUÍ — Raimundo Pereira de Sousa.
SÃO MIGUEL DO TAPUIO — Manuel Evaristo de Paiva.
SÃO PEDRO — João Claro de Sousa.
SÃO RAIMUNDO NONATO — Francisco Antônio da Silva.
SIMPLÍCIO MENDES — José Severiano da Costa Andrade.
SOCORRO — Dr. Clovis Lopes Reis.
TERESINA — Dr. Lindolfo Rêgo Monteiro.
UNIÃO — Felinto do Rêgo Monteiro.
URUÇUÍ — Cícero Coelho.
VALENÇA — Jaime Martins Nogueira.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Rio de Janeiro

ANGRA DOS REIS — Dr. Moacir de Paula Lôbo.
ARARUAMA — Antônio Joaquim Alves Branco.
BARRA DO PIRAÍ — Dr. Paulo da Silva Fernandes.
BARRA MANSA — Dr. Joaquim de Almeida Matos.
BOM JARDIM — Major José Nobre de Araújo.
BOM JESÚS DO ITABAPOANA — José de Oliveira Borges.
CABO FRIO — Adolfo Berenger Júnior.
CACHOEIRAS — Mozart Janot.
CAMBUCÍ — Dr. José Batista dos Santos.
CAMPOS — Dr. Salo Brand.
CANTAGALO — Dr. Paulo Barreira de Faria.
CAPIVARÍ — Antônio Borges Alfradique.
CARMO — Luiz de Moura Pinheiro.
CASIMIRO DE ABREU — Dr. Valdemar Pimentel Maia Bethencourt.
DUAS BARRAS — Manuel Lutterbach Nunes.
ENTRE RIOS — Dr. Válter Gomes Franklin.
ITABORAÍ — Dr. Celso Rocha Nogueira da Silva.
ITAGUAÍ — Vicente Cicarino.
ITAOCARA — Dr. Carlos Moacir de Faria Souto.
ITAPERUNA — Dr. Raul Travassos da Rosa.
MACAÉ — Dr. Télio Barreto.
MAGÉ — Valdemar de Assís Ribeiro.
MANGARATIBA — Dr. Murilo Cabral da Silva.
MARICÁ — Dr. Orlando de Barros Pimentel.
MIRACEMA — Altivo Mendes Linhares.
NITERÓI — Dr. Francisco de Almeida Brandão Júnior.
NOVA FRIBURGO — Dante Laginestra.
NOVA IGUAÇÚ — Eng. Bento Santos de Almeida
PARAÍBA DO SUL — Dr. Sabino Manuel Souto.
PARATÍ — Jair Araújo.
PETRÓPOLIS — Dr. Márcio de Melo Franco Alves.
PIRAÍ — Otávio Teixeira Campos.
RESENDE — Dr. Otacílio de Freitas Assunção.
RIO BONITO — Celso Peçanha.
RIO CLARO — Oscar R. Ramagem.
SANTA MARIA MADALENA — Astolfo Erves de Castro.
SANTA TERESA — Mário Augusto Rodrigues.
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — Otávio Denys Filho.
SÃO FIDÉLIS — Ernesto Duarte Machado da Silva.
SÃO GONÇALO — Dr. Nélson Correia Monteiro.
SÃO JOÃO DA BARRA — Mauro Luiz dos Santos.
SÃO PEDRO D'ALDEIA — Manuel Pereira Nunes.
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — José Lengruber.
SAPUCAIA — Paulino Fernandes da Silva.
SAQUAREMA — Segisfredo Rodrigues Bravo.
SUMIDOURO — Dr. Antônio Tôrres de Lima Júnior.
TRAJANO DE MORAIS — Dr. Augusto Lengruber.
TERESÓPOLIS — Dr. Lauro Antunes Pais de Andrade.
VALENÇA — Dr. Osvaldo da Cunha Fonseca.
VASSOURAS — José Henrique Saião Alves Branco.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Rio Grande do Norte

ACARI — Tte. Francisco Fernandes de Figueiredo Borges.
ALEXANDRIA — Francisco de Paiva Cavalcanti.
ANGICOS — João Januário de Oliveira.
APODI — Carlos Borromeu Brito Guerra (interino).
AREIA BRANCA — Francisco Ferreira de Araújo.
ARÊS — Major Napoleão de Carvalho Agra.
AÇÚ — Manuel Pessoa Montenegro.
AUGUSTO SEVERO — Manuel Joaquim Veras.
BAIXA VERDE — Ângelo Pessoa Bezerra.
CAICÓ — Aldo Medeiros.
CANGUARETAMA — Otávio de Araújo Lima.
CARAÚBAS — Aproniano Martins de Sá.
CEARÁ MIRIM — Tte. Cel. Jacinto Tavares Ferreira.
CURRAIS NOVOS — Antônio Vasconcelos Galvão.
FLORES — Antônio Pereira de Meneses.
GOIANINHA — Jerônimo Cabral Pereira Fagundes.
JARDIM DO SERIDÓ — Pedro Isidro de Medeiros.
JUCURUTU — Pedro Tomás de Araújo.
LAJES — Francisco de Oliveira Cabral.
LUIZ GOMES — João Germano da Silveira.
MACAÍBA — Major Genésio Lopes da Silva.
MACAU — João Fernandes de Melo.
MARTINS Tte. Francisco Bilac de Farias.
MOSSORÓ — Pe. Luiz Mota.
NATAL — Dr. José Augusto Varela.
NOVA CRUZ — Major Severino Elias Pereira.
PARARI — Tte. João Marinho.
PARELHAS — Florêncio Luciano.
PATÚ — Ten. Álvaro Nunes.
PAU DOS FERROS — Sr. José Ferreira da Costa.
PEDRO VELHO — Misael Osório.
PORTALEGRE — Manuel de Freitas Nobre.
SANTA CRUZ — Alfredo Xavier Bezerra.
SANTANA DO MATOS — Asclepíades Fernandes e Silva.
SANTO ANTÔNIO — Ten. Pedro Heráclito Pinheiro.
SÃO GONÇALO — Major José Vitoriano de Medeiros.
SÃO JOSÉ DE MIPIBU — Áuro Paiva.
SÃO MIGUEL — 1.º Ten. Adauto Rodrigues da Cunha.
SÃO TOMÉ — Cap. Antônio de Castro Bezerra.
TAIPU — João Eustáquio de Castro.
SERRA NEGRA — Edmundo Dantas Gurgel.
TOUROS — Severino de Moura Ribeiro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Rio Grande do Sul

ALEGRETE — Bel. Eurípedes Brasil Milano.
ALFREDO CHAVES — Rogério Galeazzi.
ANTÔNIO PRADO — Felisbino Monteiro.
ARROIO GRANDE — Oscar Carpes.
ARROIO DO MEIO — Bel. Jaime Trindade Coimbra.
BAGÉ — Dr. Jerônimo Mércio Silveira.
BENTO GONÇALVES — Bel. J. M. de Almeida Dentice.
BOM JESÚS — Eng. Ag. Leônidas Coelho de Sousa.
CAÇAPAVA — João Faria de Oliveira Lima.
CACHOEIRA — Ciro da Cunha Carlos.
CAÍ - Bel. Egídio Michaelsen.
CAMAQUÃ — Celestino Franco Coutinho.
CANDELÁRIA — Albino Lenz.
CANGUÇÚ — Dr. Jaime Faria.
CANOAS — Eng.º Agr.º Aloísio Palmeiro de Escobar.
CARAZINHO — Albino Hillebrand.
CAXIAS — Bel. Dante Marcucci.
CRUZ ALTA — Pacífico Dias da Fonseca.
D. PEDRITO — Floribal de Oliveira Jardim.
ENCANTADO — Adalberto Pio Souto.
ENCRUZILHADA — Honório F. de Carvalho.
ERVAL — Aquiles Araújo Abreu.
ESTRÊLA — Acilino Pauleti.
FARROUPILHA — Antônio Pedroso Pinto.
FLORES DA CUNHA — Oto Bélgio Trindade.
GARIBALDI — Olinto Fagundes de Oliveira Freitas.
GENERAL CAMARA — Orfelino de Azambuja Reichel.
GETÚLIO VARGAS — Bel. Leonel Flores da Rosa.
GRAVATAÍ — Arí Tubs.
GUAÍBA — Bel. Nazário Leitão dos Santos.
GUAPORÉ — Manuel Francisco Guerreiro.
IJUÍ — Bel. Emílio Martins Buhrer.
IRAÍ — Eng.º Álvaro Rodrigues Leitão.
ITAQUÍ — Otávio Silveira.
JAGUARÃO — Carlos Alberto Ribas.
JAGUARÍ — Cap. Dormilindo de Oliveira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Bel. Jerônimo Teixeira de Oliveira.
JÚLIO DE CASTILHOS — Aristides de Morais Gomes.
LAGOA VERMELHA — Libório Pimentel.
LAJEADO — Eng. Ag. Juvenal José Pinto.
LAVRAS — Pedro da Costa Lima.
LIVRAMENTO — Vago.
MONTENEGRO — Carlos Correia da Silva.
NOVO HAMBURGO — Nelson Toohey Schneider.
OSÓRIO — Israel Mariense de Lemos.
PALMEIRA — Felício Augusto de Almeida.
PASSO FUNDO — Bel. Vítor Oscar Graeff.
PELOTAS — Bel. J. J. de Albuquerque Barros.
PINHEIRO MACHADO — Euclides Fernandes Costa.
PIRATINÍ — Bel. José Maria da Silveira.
PÔRTO ALEGRE — Dr. Antônio Brochado da Rocha.
PRATA — Adolfo Schneider.
QUARAÍ — Bento Lima Júnior.
RIO GRANDE — Bel. Roque Aita Júnior.
RIO PARDO — Ernesto Protásio Wunderlich.
ROSÁRIO — Rafael Barcelos Gonçalves.
SANTA CRUZ — Dario de Azevedo Barbosa.
SANTA MARIA — Miguel de Andrade Neves Meireles.
SANTA ROSA — Cap. Pautílio Palhares.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR — Eng.º Guilherme de Sousa Castro.
SANTIAGO — Sílvio Ferreira de Aquino.
SANTO ÂNGELO — Policarpo Gay.
SANTO ANTÔNIO — Teodorico Francisco Machado da Silva.
S. BORJA — Manuel Luiz Fagundes.
S. FRANCISCO DE ASSÍS — Dr. João de Sousa Fraga.
S. FRANCISCO DE PAULA — Alziro Tôrres Filho.
SÃO GABRIEL — Antônio Coimbra Gonçalves.
SÃO JERÔNIMO — Dr. Alfredo Simch.
SÃO JOSÉ DO NORTE — Bel. Oto Brodt Filho.
S. LEOPOLDO — Teodomiro Pôrto da Fonseca.
S. LOURENÇO — Nestor Jost.
S. LUIZ GONZAGA — Gustavo Langsch.
S. PEDRO — Eduardo Lima Filho.
S. SEPÉ — João Carlos Osório Tôrres.
S. VICENTE — Dr. Marcolino Teixeira de Morais.
SARANDÍ — Eng.º Volmar Franco.
SOBRADINHO — Dr. Totilas Carvalho.
SOLEDADE — Ten. Cel. Otaviano Paixão Coelho.
TAPES — Fernando Fernandes Chagas.
TAQUARA — Francsico Holmer.
TAQUARÍ — Bel. Nestor Azambuja Guimarães.
TORRES — Israel Mariense de Lemos.
TRIUNFO — Dr. Hermes Silveira de Ávila.
TUPANCIRETÃ — Dr. João Pereira Melo.
URUGUAIANA — Francisco Maria Piquet.
VACARIA — Sátiro Dorneles de Oliveira Filho.
VENÂNCIO AIRES — Bel. Flávio Mena Barreto Matos.
VIAMÃO — Dr. Carlos Velho Monteiro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Santa Catarina

ARARANGUÁ — Ten. Rui Stockler de Sousa.
BIGUAÇÚ — Antônio de Pádua Pereira.
BLUMENAU — Alfredo Campos.
BOM RETIRO — Arno Oscar Meyer.
BRUSQUE — Rodolfo Gerlach.
CAÇADOR — Nanuel Siqueira Belo.
CAMBORIÚ — Aurélio José Francisco.
CAMPO ALEGRE — Bento de Amorim.
CAMPOS NOVOS — Gasparino Zorzi.
CANOINHAS — Alinor Vieira Côrte.
CONCÓRDIA — Dogello Goss.
CRESCIUMA — Elias Angeloni.
CRUZEIRO — Newton da Luz Macuco.
CURITIBANOS — Salomão Carneiro de Almeida.
FLORIANÓPOLIS — Dr. Rogério Vieira.
GASPAR — Leopoldo Schramm.
HAMÔNIA — Rodolfo Koffke.
IMARUÍ — Pedro Bittencourt.
INDAIAL — João Maria de Araújo.
ITAJAÍ — Francisco de Almeida.
ITAIÓPOLIS — João Francisco de Assís.
JAGUARUNA — Luiz Schmidtz.
JARAGUÁ — Ten. Leônidas Cabral Herbster.
JOINVILLE — Arnaldo Moreira Douat.
LAJES — Vidal Ramos Júnior.
LAGUNA — Jocondo Tasso.
MAFRA — Pedro Kuss.
NOVA TRENTO — Irineu Busnardo.
ORLEANS — José Antunes Matos.
PALHOÇA — Jacob Knabben.
PARATÍ — Itamar Cordeiro.
PÔRTO BELO — Heronido Conceição.
PÔRTO UNIÃO — Ten. Mário Fernandes Guedes.
RIO DO SUL — Roberto Machado.
RODEIO — Sílvio Sccoz.
SÃO BENTO — Joaquim de Sales.
SÃO FRANCISCO — Flordoaldo Nóbrega.
SÃO JOAQUIM — Hercílio Vieira Amaral.
SÃO JOSÉ — Pedro Mayvorne.
TIJUCAS — Geraldo Rebelo.
TIMBÓ — Teodolindo Pereira.
TUBARÃO — Alfredo Fóis.
URUSSANGA — Zeferino Búrigo.
XAPECÓ — Licínio Córdova.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Serjipe

ANÁPOLIS — Dr. Marcos Ferreira.
AQUIDABÃ — Aldon Figueiredo.
ARACAJÚ — José Garcês Vieira.
ARAUÁ — Antônio Francisco do Nascimento.
BUQUIM — Pedro Simões Freire.
CAMPO DO BRITO — Ten. Manuel Messías da Rocha.
CAMPOS — José Joviniano dos Santos.
CANHOBA — João Alves de Resende.
CAPELA — Dr. Edésio Vieira de Andrade.
CARMO — José Ferreira Passos.
CEDRO — Miguel Seixas.
CRISTINA — Lourival Alves da Costa.
DIVINA PASTORA — Carlos Vieira de Melo.
ESPÍRITO SANTO — Vilobaldo Araújo Góis.
ESTÂNCIA — Dr. Arquibaldo Ribeiro da Silva.
GARARÚ — Nélson Resende Albuquerque.
ITABAIANA — Manuel Francisco Teles.
ITABAIANINHA — Joaquim Martins Fontes.
ITAPORANGA — Dr. Alberto de Oliveira Freire.
JABOATÃO — Otávio Bezerra.
JAPARATUBA — José de Matos Teles.
LAGARTO — Manuel Emílio de Carvalho.
LARANJEIRAS — Dr. Francisco Alberto Bragança Azevedo.
MARUIM — Dr. Gonçalo Rolemberg da Cruz Prado.
MURIBECA — Manuel Jonas da Silva.
NEÓPOLIS — Eng. Mário Gonçalves.
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — Ulisses Alves de Oliveira.
NOSSA SENHORA DAS DORES — José Barreto de Sousa.
PÔRTO DA FÔLHA — Cap. Manuel Ramos dos Santos.
PROPRIÁ — Martinho Dias Guimarães.
RIACHÃO — Horácio Dantas de Góis.
RIACHUELO — Tasso Gàrcez Vieira.
RIBEIRÓPOLIS — Isaías Monteiro da Silva.
ROSÁRIO — Otacílio Vieira de Melo.
SALGADO — José Barreto de Góis.
SANTA LUZIA — Adelson Silveira Lima.
SANTO AMARO — Alon de Matos Teles.
SÃO CRISTÓVÃO — José Pereira Dantas.
SÃO FRANCISCO — José Machado Tojal.
SÃO PAULO — Maurício Etinger.
SIRIRÍ — Aurélio de Meneses Barreto.
SOCORRO — José de Melo Meneses.

☆

Relação nominal de Municípios e prefeitos do Estado de São Paulo

ÁGUAS DA PRATA — João Batista de Figueiredo Costa.
AGUDOS — Padre João Batista de Aquino.
ALTINÓPOLIS — Paulo Garcia Palma.
AMERICANA — Dr. João de Castro Gonçalves.
AMPARO — Dr. Homero Pimentel.
ANÁPOLIS — Guido Trevisan.
ANDRADINA — Evandro Calvoso.
ANGATUBA — Juvenal Vieira de Morais.
APARECIDA — Américo Alves Pereira Filho.
APIAÍ — Alberto Dias Batista.
ARAÇATUBA — Célio de Araújo Cintra.
ARARAQUARA — Dr. Camilo Gavião Sousa Neves.
ARARAS — Inácio Zurita Júnior.
AREIAS — Joaquim Irineu de Andrade.
ARIRANHA — Gabriel Hernandes.
ASSÍS — Dr. Licurgo de Castro Santos.
ATIBAIA — João Batista Conti.
AVAÍ — João Pereira Novo Filho.
AVANHANDAVA — Adalgiso Martins Ferreira.
AVARÉ — Dr. Diamantino Monteiro da Gama.
BANANAL — Olegário Ramos.
BARIRÍ — Dr. Sadí Fernandes da Silva.
BARRA BONITA — Inimá Barreto.
BARREIRO — José Martins Freire.
BARRETOS — Fábio Junqueira Franco.
BATATAIS — Dr. José Arantes Junqueira.
BAURÚ — Ernesto Monte.
BEBEDOURO — Joaquim Alves Guimarães.
BELA VISTA — Arlindo Eiras.
BERNARDINO DE CAMPOS — Francisco Bressani da Cunha.
BIRIGÜÍ — Dr. Tomaz de Figueiredo Magalhães
BOA ESPERANÇA — Mário Franco do Amaral.
BOCAINA — Guilherme Giraldo Ferreira Campanha.
BOCAIÚVA — Paulo Barbosa Ferraz.
BOFETE — Francisco Gorga.
BOITUVA — Floriano Peixoto Vilaça.
BORBOREMA — Joaquim Martins de Carvalho.
BOTUCATÚ — Dr. João Maria de Araújo Júnior.
BRAGANÇA — Dr. José de Aguiar Leme.
BRODOSQUI — Valter Barreto da Costa.
BROTAS — Dr. Lingard Miller Palva.
BURÍ — Jaime Duarte Tavares.
CABREÚVA — Roque de Mesquita Camargo.
CAÇAPAVA — Dr. Rosalvo de Almeida Teles — ef. José Teles Pereira — com.
CACHOEIRA — Agostinho Vicente de Freitas Ramos.
CACONDE — Sebastião Ferreira Barbosa.
CAFELÂNDIA — Luiz Siqueira Mateus.
CAJOBÍ — João Rimoli Neto.
CAJURÚ — Dr. Edmundo Gomes de Queiroz.
CAMPINAS — Persen Leite de Barros.
CAMPO LARGO — João Batista da Costa.
CAMPOS DO JORDÃO — Dr. Lourival Francisco dos Santos.
CANANÉIA — Juvenal da Silva Fraga.
CÂNDIDO MOTA — Manuel Fernandes Barreira.

CAPÃO BONITO — Virgílio Lírio de Almeida.
CAPIVARÍ — Mário Bernardino de Campos.
CARAGUATATUBA — Joaquim Evilásio do Amaral.
CASA BRANCA — João de Pádua Lima.
CATANDUVA — Sílvio Sales.
CEDRAL — João Gonçalves Leite.
CERQUEIRA CÉSAR — Alcebiades Lemos de Moura Leite .
CHAVANTES — João Carneiro Filho.
COLINA — Luiz Lemos de Toledo.
CONCHAS — José Gorga.
COROADOS — João Lorenzetti.
COTIA — Derval Ferreira da Rosa Aquino.
CRAVINHOS — Dr. José Eduardo Vieira Palma.
CRUZEIRO — Carlos Ribeiro de Sousa.
CUNHA — Antônio Acácio Cursino.
DESCALVADO — Amazílio Pozzi.
DOIS CÓRREGOS — Mário de Campos.
DOURADO — Trajano Penteado.
DUARTINA — Dr. Lindolfo Alves.
FARTURA — Hipólito de Almeida Melo.
FERNANDO PRESTES — Altino Pereira Martins.
FORMOSA — Benedito Carlos de Oliveira.
FRANCA — Dr. João Ribeiro Conrado.
GÁLIA — Antônio Nora.
GARÇA — Durval Alves de Sousa.
GETULINA — Francisco Moreira de Matos Filho.
GLICÉRIO — Estácio Nunes da Silva.
GRAMA — João Machado.
GUAÍRA — Gabriel Garcia Leal.
GUARÁ — Lincoln de Andrade Junqueira.
GUARARAPES — Luiz Lincoln de Oliveira.
GUARAREMA — Francisco Leite Sobrinho.
GUARATINGUETÁ — Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes.
GUAREÍ — Adalberto Rocha.
GUARIBA — Bento Carlos Botelho do Amaral.
GUARUJÁ — Dr. Ernani Botto de Barros.
GUARULHOS — José Maurício de Oliveira.
IACANGA — Artur Salgado.
IBIRÁ — Godofredo Pagliusi.
IBITINGA — Valdomiro Ribeiro dos Santos.
IGARAPAVA — José Basile.
IGUAPE — Hermelino França Júnior.
INDAIATUBA — Sebastião Nicolau.
IPAUÇÚ — Dr. José Cunha.
IPORANGA — Rafael Déscio Júnior.
ITABERÁ — Alfredo F. de Oliveira.
ITAÍ — Pedro Paulo da Costa.
ITAJOBI — José Odorico Monteiro Salgado.
ITANHAÉN — Jorge Rossmann.
ITAPECIRICA — Tte.-cel. Luiz Tenório de Brito.
ITAPETININGA — Dr. Antônio de Almeida Leme Júnior.
ITAPEVA — Joaquim Bento de Oliveira Neto.
ITAPIRA — Dr. Hortêncio Pereira da Silva.
ITÁPOLIS — Lucilo Alves Pôrto.
ITAPORANGA — Jorge Zimermann.
ITAPUÍ — Dr. José Miraglia.
ITARARÉ — Eugênio Dias Tatit.
ITATIBA — Evaristo Silva.
ITATINGA — Joaquim Pinto de Araújo Novais.
ITIRAPINA — Luiz Ramos da Silva Veiga.
ITÚ — Dr. Mário Costa de Oliveira.
ITUVERAVA — Dr. Gilberto Ribeiro Barbosa.
JABOTICABAL — Dr. Valdomiro Vieira Marcondes.
JACAREÍ — Antônio Alves de Carvalho Rosas.
JACUPIRANGA — Raul Ferreira Machado.
JAMBEIRO — Antônio de Castro Leite.
JARDINÓPOLIS — Eurico Alves de Resende.
JAÚ — Dr. Antônio Neves de Almeida Prado.
JOANÓPOLIS — Felício Fernandes Nogueira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Carlos Nerí da Costa.
JUNDIAÍ — Manuel Aníbal Marcondes.
JUQUERÍ — Benedito Fagundes Marques.
LARANJAL — José Alves Lima.
LEME — Dr. Sebastião Jair Mourão.
LENÇÓIS — Antônio Leão Tocci.
LIMEIRA — Arí Leví Pereira.
LINDÓIA — Dr. Eduardo de Barros Martins.
LINS — Dr. Urbano Teles de Meneses.
LORENA — Luiz de Castro Pinto.
MARACAÍ — Juversino Cunha.
MARÍLIA — Nélson de Carvalho.
MARTINÓPOLIS — Dr. João Grande de Melo.
MATÃO — José Bartolomeu Ferreira.
MINEIROS — Francisco Zanzini.
MIRASSOL — Dr. Anísio José Moreira.
MOCOCA — Dr. Carlos Lima Dias.
MOGÍ DAS CRUZES — Armindo Faustino de Melo.
MOGÍ GUAÇÚ — Dr. Valdomiro Girard Jacó.
MOGÍ MIRIM — Ataliba Silveira Franco.
MONTE ALTO — Manuel Tomaz de Carvalho Lima.
MONTE APRAZÍVEL — Basileu Estrêla.
MONTE AZUL — Sebastião Lima Brito.
MONTE MOR — Amadeu Ginefra.
MORRO AGUDO — Afonso Ricci.
MUNDO NOVO — Dr. Átila Ferreira Vaz.
NATIVIDADE — Higino Miranda de Faria.
NAZARÉ — Valabonso Cândido Ferreira.
NOVA GRANADA — Dr. Inácio de Negreiros Rinaldi (ef.) Argemiro Gusmão (int.)
NOVO HORIZONTE — Carmélio de Paiva Caldas.
NUPORANGA — Francisco Barbosa da Silva.
ÓLEO — Salustiano Marques do Vale.
OLÍMPIA — Dr. Paulo Furquim.
ORLÂNDIA — Édison Leite de Morais.
OURINHOS — Dr. Hermelino Agnes de Leão.
PALESTINA — Abraão Scaff.
PALMEIRAS — Sílvio Dias de Arruda.
PALMITAL — Ciro Pereira Leite.
PARAGUAÇÚ — Antenor Teixeira de Assunção.
PARAÍBUNA — Dr. Jorge Washington de Camargo.
PARNAÍBA — Benedito de Oliveira Pedroso.
PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ — Esmeraldo Nunes Monteiro.
PAULO DE FARIA — Dr. Luiz Antônio Penteado de Castro.
PEDERNEIRAS — Dr. Osní Fleurí da Silveira.
PEDREGULHO — Válter Balieiro.
PEDREIRA — Pedro Alvarenga.
PENÁPOLIS — Graciliano de Oliveira.
PEREIRA BARRETO — Arlindo Custódio Leite.
PEREIRAS — Antônio Felli.
PIEDADE — Armando Osvaldo de Carvalho.
PILAR — Eugênio Teodoro Sobrinho.
PINDAMONHANGABA — João Romeiro Filho.
PINDORAMA — Jorge Miguel Attab.
PINHAL — Dr. Francisco Álvares Florence.
PINHEIROS — Sebastião Novais.
PIQUETE — José Monteiro de Brito Júnior.
PIRACAIA — Silvino Júlio Guimarães Júnior.
PIRACICABA — Jorge Pacheco e Chaves.
PIRAJÚ — Dr. Edmundo Ortiz de Camargo.
PIRAJUÍ — Dr. Inácio Meireles Bastos.
PIRAMBÓIA — Ângelo Cosentino.
PIRANGÍ — Dr. Clementino Canabrava Filho.
PIRAÇUNUNGA — Dr. Manuel de Castro Mendes
PIRATININGA — Francisco Senise.
PITANGUEIRAS — José Dantas de Mendonça Uchoa.
POMPÉIA — Dr. Flávio de Faria Jordão.
PONTAL — José Leonel Pupo.
PORANGABA — Domingos Manuel de Miranda.
PÔRTO FELIZ — José Pais da Mota.
PÔRTO FERREIRA — Dr. Nicolau de Vergueiro Forjaz.
POTIRENDABA — Danilo Galeazzi.
PRAINHA — Joaquim Dias Ferreira.
PRESIDENTE ALVES — José Helene.
PRESIDENTE BERNARDES — Alfredo Westin Júnior.
PRESIDENTE PRUDENTE — Dr. Domingos Leonardo Ceravolo.
PRESIDENTE VENCESLAU — Dr. Francisco de Campos Lima.
PROMISSÃO — Arnaldo Andrade.
QUATÁ — Dr. Lourenço Dessimoni.
QUELUZ — Francisco Tomaz da Silva.
RANCHARIA — Dr. Benedito Martins Barbosa.
REDENÇÃO — José Brasiliano de Alvarenga.
REGENTE FEIJÓ — João Batista Berbet.

RIBEIRA — Frederico Dias Batista.
RIBEIRÃO BONITO — Paulo Dias de Aguiar.
RIBEIRÃO PRETO — Dr. Fábio de Sá Barreto.
RIO CLARO — Dr. Solon Rêgo Barros.
RIO DAS PEDRAS — Luiz de Arruda Leite.
RIO PRETO — Dr. Hernani Domingues.
SALESÓPOLIS — Antônio Camargo Primo.
SALTO — João Batista Ferrari.
SALTO GRANDE — Serafim Duarte Correia.
SANTA ADÉLIA — Daniel de Carvalho.
SANTA BÁRBARA — Plácido Ribeiro Ferreira.
STA. BÁRBARA DO RIO PARDO — Luiz Gonzaga Lino de Campos.
SANTA BRANCA — Tancredo Galvão Trigueirinho.
STA. CRUZ DO RIO PARDO — Dr. Leônidas Camarinha.
SANTA ISABEL — Francisco Beraldo.
SANTA RITA — Urbano de Sousa Meireles Filho.
SANTA ROSA — João Bueno dos Reis.
SANTO ANASTÁCIO — Flamínio Barbosa Ferraz.
SANTO ANDRÉ — Dr. José de Carvalho Sobrinho.
SANTO ANTÔNIO D'ALEGRIA — Antenor Ferreira Nobre.
SANTOS — Antônio Gomide Ribeiro dos Santos.
SÃO BENTO DE SAPUCAÍ — Augusto Marcondes de Azeredo.
SÃO CARLOS — Sabino de Abreu Camargo.
SÃO JOÃO DA BOA VISTA — Henrique Cabral de Vasconcelos.
SÃO JOAQUIM — Roberto Resende Junqueira.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — Dr. Pedro Popini Marcarenhas.
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO — Aurino Vilela de Andrade.
SÃO LUIZ DO PARAITINGA — Benedito Pião Sobrinho.
SÃO MANUEL — Dr. José do Amaral Wagner.
SÃO MIGUEL ARCANJO — Luiz Valio
SÃO PAULO — Dr. Francisco Prestes Maia.
SÃO PEDRO — Carlos Mauro.
SÃO PEDRO DO TURVO — Alcindo Chaves.
SÃO ROQUE — Dr. João Gabriel Pinto da Costa.
SÃO SEBASTIÃO — Armando Datino.
SÃO SIMÃO — Dr. Áulio Lousada Veloso.
SÃO VICENTE — Dr. Polidoro de Oliveira Bittencourt.
SARAPUÍ — Felismino Vieira.
SERRA AZUL — Galdino Taveiros
SERRA NEGRA — Joaquim de Araújo Almeida.
SERTÃOZINHO — Manuel de Freitas Machado.
SILVEIRAS — Roberto de Miranda Alves.
SOCÔRRO — Alfredo de Oliveira Santos Júnior.
SOROCABA — Antônio César do Nascimento Filho.
TABAPUÃ — Dr. Paulo Guzzo.
TABATINGA — João Machado.
TAMBAÚ — José Carlos de Melo.
TANABÍ — Manuel Garcia de Oliveira.
TAPIRATIBA — Herconides Martins de Oliveira.
TAQUARÍ — Trajano Gabriel.
TAQUARITINGA — Carlos de Oliveira Novais.
TATUÍ — Antônio Tricta Júnior.
TAUBATÉ — Dr. Antônio de Oliveira Costa.
TIETÊ — Olegário Camargo.
TORRINHA — Antônio Amalfi.
TREMEMBÉ — Dr. Hipólito José Ribeiro.
TUPÃ — Dr. Gil Junqueira Meireles.
UBATUBA — Deolindo de Oliveira Santos.
UCHOA — João Reverendo Vidal.
UNA — João Carlos Marcondes.
VALPARAÍSO — Oscar de Arruda.
VARGEM GRANDE — Edmundo Dante Calió.
VERA CRUZ — Valdomiro Freire.
VIRADOURO — Fábio Ralston.
XIRIRICA — Antônio Avelino Cunha.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Território do Acre

BRASÍLIA — Said Abrahim Farhat.
CRUZEIRO DO SUL — Silvestre Gomes Coelho.
FEIJÓ — Raimundo Augusto de Araújo.
RIO BRANCO — Major Manuel Fontenele de Castro.
SEABRA — Manuel Vieira da Cunha.
SENA MADUREIRA — Vago.
XAPURÍ — Agr. Francisco Coelho Filho.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
BIBLIOTECA
Entrada em ___/___/___
N.º _____
RIO DE JANEIRO

Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.